

HISTORIA DO BRASIL
VOLUME V

Exemplar **Nº** **2833**

1956

Obra executada nas oficinas da
São Paulo Editora S/A. - Rua Barão de Ladário, 226
Fones: 9-9087 e 9-9032 - São Paulo, Brasil.

PEDRO CALMON

(Da Academia Brasileira)



HISTORIA DO BRASIL

VOLUME V

A REPÚBLICA



R61

Bibl. Central

*981
3822
4176*



COMPANHIA EDITORA NACIONAL
SÃO PAULO

BIBLIOTECA
CENTRAL

UNIVERSIDADE DO O. S. L.
SEÇÃO REGISTRO

ANO 1960 Nº 455

ÍNDICE

<i>Explicação</i>	7
I - Revolução incruenta ..	9
II - A adesão das províncias	13
III - A ditadura	24
IV - A organização do Estado	32
V - O golpe de Estado	41
VI - O marechal de ferro	54
VII - O sul em armas	68
VIII - A reação da Armada	82
IX - A revolução no Planalto	95
X - O epílogo da luta	100
XI - Prudente, o pacificador	112
XII - Quatriênio tempestuoso	122
XIII - Brasil ignorado	132
XIV - A epopéia dos sertões	148
XV - Desordem e autoridade	161
XVI - Campos Salles	171
XVII - As questões internacionais	177
XVIII - O apogeu do presidencialismo	184
XIX - Diplomacia	192
XX - A conquista do Acre	198
XXI - Rodrigues Alves	213
XXII - Civilização moderna	226
XXIII - Época de progresso	232
XXIV - A administração de Afonso Pena	244
XXV - A campanha civilista	255
XXVI - O período turbulento	262

XXVII — Caudilho e oligarquia	281
XXVIII — O episódio do Contestado	289
XXIX — A Grande Guerra	293
XXX — Um presidente do Norte	302
XXXI — Haja o que houver	310
XXXII — Intransigência e repressão	317
XXXIII — Intranquilidade	329
XXXIV — Epílogo da “República Velha”	336
XXXV — A revolução	355
XXXVI — A vida econômica	366
XXXVII — Panorama da cultura brasileira	379
INDICE ONOMÁSTICO	415

EXPLICAÇÃO

COM O 5.º TOMO — a *Republica* — cumprimos a promessa do 1.º, ha quinze anos (“*Brasiliana*”, n.º 176, 1939): a HISTORIA DO BRASIL dividida pelos seculos em que se desdobra, chegando com o ultimo — que aqui vai — até a crise do nosso tempo. O plano, o metodo, as condições do trabalho e o seu prudente estêio bibliografico e documental, neste livro, como nos quatro anteriores, obedeceram à idéia — de começo enunciada — de uma consolidação de esparsas narrativas, fontes descontradas, pesquisa nova e textos antigos, que igualmente dêsse ao leitor a visão geral do passado e o esfôrço construtivo de quantas gerações literárias se applicaram à sua análise. Daí o cabedal de informações que leva cada capitulo, adequadamente emoldurado das referências que o abonam, esclarecem ou ampliam, com a competente perspectiva de indagações mais extensas ou de mais profundo exame — e a sua clara objetividade. O pensamento inicial era oferecer à mocidade num periodo conturbado e penoso da vida do espirito a revisão integral da História pátria, em que as reivindicações pacientes da verdade (por aí dispersadas em tanto estudo sôlto) se har-

monizassem com a coerência serena da evocação. Concluímos, como foi possível, a tarefa — sem precipitação nem desânimo, ao longo de vários anos (*), dando-lhe as sobras de uma atividade — ai de nós! — solicitada e distraída por outros e exigentes afazêres. Permitiu Deus que chegássemos afinal ao têrmo da empreitada. Que seja compreendida pelos que nos lerem como uma contribuição honesta à interpretação do País, ao realce e à exaltação dos seus valôres decisivos, à unidade moral da sua civilização no quadro autêntico das suas realidades. Que seja recebida como uma discreta expressão de respeito no seu frio designio científico. Que possa influenciar, na formação da juventude, as vocações inspiradas pela tradição, pelo amor e pela defesa da terra. E que signifique, antes de tudo, o apetite de conhecimento — mas severo e útil conhecimento do Brasil através das épocas, na sua consciência histórica, são as nossas esperanças. E bastam.

P. C.

Rio de Janeiro, Outubro de 1954.

(*) 1.º tomo, As origens, (1500-1600), "Brasíliana", 1939; 2.º, A formação, (1600-1700), 1941; 3.º, A organização (1700-1800), 1943; 4.º, O Imperio (1800-1889). 1947.

I

REVOLUÇÃO INCRUENTA

Proclamada inesperadamente a Republica — ou antes, reconhecida a vitoria tranquila da revolução, não teve de gastar tempo, vidas e dinheiro com o desmonte e a renovação do *antigo regime*. O seu trabalho, célere e atordoado, foi o de organizar o novo aproveitando, com visível senso de realidades, os materiais existentes: a burocracia com o funcionamento rotineiro dos serviços, a começar pelo Tesouro, a justiça togada (imunes os tribunais de mudanças precipitadas), a força pública... Foi conservadora, cautelosa. Compreende-se que assim fôsse; e nesta primeira característica lhe encontramos os traços do dissídio fundamental, que a condenou às provações da anarquia e da guerra civil.

Desencadeada por uma coligação de dissidentes liberais, agarrados ao idealismo juridico, individualista e democratico, de militares irritados, partidarios da autoridade forte, de positivistas inspirados por um programa académico de reformas, é natural que se processasse numa linha de compromisso ou equilibrio, entre tendencias antagônicas. Depurar-se-ia, adquirindo expressão estreme de revolução de base, se a resistencia lhe pusesse à prova o impeto. “Era muito rapido para ser sério...”⁽¹⁾ Sem sacrificio e heroismo os movimentos dessa natureza degeneram em transformações incompletas e se adaptam aos costumes, que pretenderam suprimir. O crítico dos fatos brasileiros, que os apreciasse com a distancia de

(1) SILVIO ROMERO e ARTUR GUIMARÃES, *Estudos Sociais, O Brasil na primeira decada do seculo XX*, p. 16, Lisboa 1911.

uma quinzena, naquele mês de Novembro de 89, poderia tudo resumir numa inversão: do imperio republicano (parlamentar e descentralizado) passára-se à republica imperial (autoritária e concentrada) (1). Parte da geração que se opuzera às instituições, nos quadros da propaganda, cujos núcleos tinham sido S. Paulo, o Rio Grande, Minas Gerais, a côrte, tomou avidamente o poder. E esbarrou na concorrência da velha politica, que lhe não cedeu o lugar. Observa-se o conflito de mentalidades, de objetivos, de teorias, simplificado e, de certo modo, neutralizado, pela posição equidistante do governo provisório, feito para conciliar os grupos pela representação de suas tendencias. Nesse aspecto de renúncia às opiniões radicais, de união de esforços visando à consolidação da nova ordem, em que primava o respeito às dificuldades do momento — o ministerio formado pelo marechal era uma peça inteiriça de lógica politica. Nele figuravam a juventude das armas, seu apóstolo da Escola de Guerra, Benjamin Constant, a armada com Vandenkolk, a campanha republicana, desde a primeira hora, com Quintino Bocayuva e Aristides Lobo, a ala paulista, com Campos Sales, os rio-grandenses, com o positivismo militante, Demetrio Ribeiro. Ruy Barbosa, deslocado na pasta da Fazenda, de fato a primeira cabeça do governo, podia ser chamado de ministro da Idéia, tal o destaque que lhe déra a batalha quotidiana travada, desde Maio de 89, com a situação reacionária. Essa coalisção de correntes, sob a influencia moderadora do ditador — receoso de novidades que não tolerava, sem intransigencias ortodoxas, ele, que até o “pronunciamento” fôra um crente do sistema reinante, linha viva de comunicação entre o passado e o presente, garantia e arbitro da evolução — ganhava uma eficiencia benéfica.

(1) EDUARDO PRADO, com o pseudônimo de Frederico de S., *Fastos da ditadura militar no Brasil*, começou a criticar essa concentração, p. 12, 1890.

Tudo se faria, fez-se tudo com a inquietção mínima no mais breve prazo: a deportação da familia imperial (cujo embarque silencioso, na calada da noite, selava a implantação da republica), a detenção e o exilio de alguns adversarios temiveis, a substituição dos presidentes das provincias ao som das charangas militares, a mudança da bandeira, os atos fundamentais da reorganização — suavizados pela afirmação solène de que as dividas e compromissos exteriores eram encampados pelo novo regime. Os banqueiros inglêses telegrafaram, pressurosos: os fundos brasileiros estavam mais firmes na City (1). As nações amigas, os Estados Unidos à frente, apressaram-se em reconhecer a república.

A republica deu a impressão de que envelhecêra no segundo mês de existencia. O seu mal, foi a facilidade com que se impôs: na aceitação indiscriminada, o sentido, prontamente decadente, do acôrdo com a imoralidade eleitoral, as oligarquias regionais, a falsa democracia, a troca dos rótulos e não dos processos, a “adesão” de todos os vicios que tinham corrompido a centralização monarquica, acrecido de um, inédito: — o caudilhismo de espada à cinta. Mas, apesar da deformação realista, ou por isto mesmo, cumpriu a sua tarefa sem cataclismos: favorecida pela alegria econômica, que lhe foi o timbre, a marca demagogica, a sua arma. Quebrou, numa epoca de nervosismo comercial e industrialização incipiente, as fôrmas estreitas, tanto da legislação como dos costumes: e se envolveu na “festa” do “ensilhamento”, dos negocios, do jogo da Bolsa, da prosperidade aparente — que enrodilhava no seu turbilhão a sociedade suntuosa e dispersada — com as emoções e os sentimentos populares:

(1) M. A. AZEVEDO MACHADO, *Historico da proclamação dos Estados Unidos do Brazil, apontamentos e noticias*, p. 40, Rio 1889 (2.^a ed.)

o período áureo da aventura... "Se o ensinamento não tivesse vindo por si, devia a republica inventa-lo..." (1)

Graças a este conjunto de circunstancias, a que a disciplina das forças armadas emprestou algum tempo o apoio essencial, a nação abandonou o velho sistema, adotou as novas instituições, e começou a comportar-se republicanamente sem as calamidades que lhe adviriam da transição, se não a presidisse, por toda parte, uma tolerancia espontânea. O carater brasileiro estava pintado nessa ênfase, nesse simbolismo, nessa timidez inconsequente, que tinha a vantagem de congraçar as classes, diluindo entretanto nas meias tintas de um cepticismo prematuro as esperanças doutrinárias daquilo... Os *republicanos* foram os primeiros decepcionados. Correu a frase, de que "não era a republica dos nossos sonhos". Uns após outros se foram desligando da responsabilidade da ação, nas controversias que dividiram e, por fim, dissolveram o governo provisório: Aristides Lobo, Demetrio, Ruy, o proprio Deodoro. E foi preciso que troasse o canhão da revolta para que a luta definisse enfim os campos e dêsse ao regime titubeante o seu forte relêvo (2).

A historia dos tres primeiros anos da republica compreende a organização legal, a cisão, o choque das forças, cuja aglutinação puzera abaixo o trono, e cuja separação obedecia à ordem natural das cousas.

(1) OLIVEIRA LIMA, *Memorias*, p. 81, Rio 1937.

(2) V. GONZAGA DUQUE, *Revoluções brasileiras*, p. 268, Rio 1905.

A ADESÃO DAS PROVÍNCIAS

No dia seguinte.

As 3 e meia da tarde de 16 de Novembro os novos ministros, Aristides Lobo, que tambem representava o marechal Deodoro, Benjamin Constant, Ruy Barbosa, o almirante Vandenkolk, perante a Camara Municipal, convocada especialmente, prestaram o compromisso de “manter a paz e a liberdade publicas, os direitos dos cidadãos, respeitar e fazer respeitar as obrigações da Nação, quer no interior quer no exterior” (1). Podia ser extravagante, o juramento, na Casa do municipio e não no Supremo Tribunal: e com José do Patrocínio, ontem caudatorio furioso do “ter-ceiro reinado”, à frente do cerimonial. Mas a confusão daqueles momentos de ansiedade e audácia tudo justificava. Havia pressa em concluir a revolução. Começou a organizar-se em 18 de Novembro (2).

Depois dos atos inaugurais, qual a instituição da *república federativa* pelo decreto numero um, a nomeação do ministerio e dos primeiros governadores (Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro), a “Proclamação do governo provisório” (3), providencias que contentassem a marinha

(1) EVARISTO DE MORAIS, *Da monarquia para a república*, p. 166, Rio 1936 — vd. o cap. XXXII, do 4.º volume desta *Historia*.

(2) ROCHA POMBO, *Historia do Brasil*, X, 264.

(3) LAURO SODRÉ, *A proclamação da república*, p. 72, Rio 1930. Disse Ruy que, chamado por Benjamin Constant, no dia 15, para ir ver Deodoro, já encontrou adotada a fórmula republicana; e o ministerio foi no dia seguinte apresentado por Quintino Bocayuva, discurso no Club Militar, 1921, *Discursos e conferencias*, p. 454, Rio 1933. Francisco Glicerio (dizia em 1944 Altino Arantes, no discurso que lhe consagrou) fôra dos

(indulto de desertores, abolição de castigos corporais) — era preciso ver o que ia pelas províncias, com a passagem do poder às novas autoridades.

A contra-revolução seria provável, teria de fato explodido⁽¹⁾, se a não desautorizasse o imperador, tomando filosoficamente o caminho do desterro. Foi a sua partida noturna, habilmente insinuada nas medidas urgentes do restabelecimento da ordem, depois da parada de 15 de Novembro, o sinal da capitulação das ultimas resistencias, a mais significativa, ou a mais poderosa, a da Bahia, cujo comandante das armas era o irmão mais velho de Deodoro.

O que aconteceu nas províncias (desde 16 de Novembro, segundo o decreto institucional, *Estados Unidos do Brasil*)⁽²⁾, testemunha a feição especial que nelas tomou o levante, e as suas possibilidades civis.

Em São Paulo.

De posse da repartição dos telegrafos, o tenente Vinhais (que na redação *d'O País*, de Quintino, era o encarregado dos telegramas) se comunicou com as províncias, a anunciar a vitória da revolução. Esses despachos derrubaram, um após outro, os governos locais,

primeiros a convencer o marechal da necessidade de declarar desde logo a república. Quintino com certeza o precedêra: aliás não tinha outra expressão a sua presença, a cavalo, ao lado dele, no desfile das forças que acabavam de derrubar o governo legal.

(1) Diário de Rebouças: 15 de Novembro, 12 h. Com Taunay no Senado tentando organizar a contra-revolução. 2½. Com Taunay, Dr. Araujo Góes e Rodolfo Dantas, em tentativas de organizar a contra-revolução. (André Rebouças, *Diário e notas autobiograficas*, ps. 349-350, texto anot. por Ana Flora e Inacio José Verissimo, Rio 1938).

(2) Ruy Barbosa reivindicou a autoria do nome, evocando a fórmula que lançára em discurso na Bahia, em 1888 (*Visita à terra natal*, 1893, *Obras*, XX, tom. I, 12, Rio 1948). De sua lavra, o decreto n.º 1, de 15 de Novembro de 1889. Repetiu, em 1897: "Fui eu quem primeiro pronunciou o dilema: república ou anarquia" (*Obras*, XXIV, tom. I, 61, Rio 1952).

como um sôpro que abate castelos de cartas. Incruentemente...

Sòmente em S. Paulo se soube com antecedencia (graças à ligação estabelecida entre Francisco Glicerio e Campos Sales) do golpe que devia ser desfechado na manhã de 15 de Novembro. Assim prevenido, o *club republicano* (fadado a exercer um papel preponderante na politica nacional durante o decênio) extravasou em entusiasmo. Americo de Campos arengou à multidão, que accorrera, à rua de S. Bento (1); e com Prudente de Moraes e Rangel Pestana, foi no dia seguinte à Camara Municipal. Perante ella se empossou o triunvirato, composto deles, e de Américo Brasiliense. O presidente, general Couto de Magalhães, convidado para lhes entregar o poder, reconheceu que não podia resistir, respondeu polidamente, e retirou-se, calmo, entre alas respeitosas (2). A população aquietou-se. E não teve mais duvidas sobre a solidez da republica, quando, a 18 de Novembro, insistindo no "fato consumado", na impossibilidade da "restauração", o conselheiro Antonio Prado a concitou a acatar o poder instituido (3).

Em Minas Gerais, na ausencia de João Pinheiro, dirigente da facção republicana (já avultada) e de Cesario Alvim, nomeado governador do Estado, o engenheiro Antonio Olinto dos Santos Pires foi, por officio de Aristides Lobo, encarregado de receber das mãos do visconde de Ibituruna a presidencia. A cerimonia, no

(1) MIRANDA AZEVEDO, in *Revista do Instituto Historico e Geografico de S. Paulo*, VI, 672, S. Paulo 1902.

(2) AMADOR FLORENCE, in *Revista do Instituto Historico e Geografico de S. Paulo*, XXXIII, 61. E sobre os demais acontecimentos deste periodo FELISBELO FREIRE, *Historia constitucional da Republica*, I, 362 e segs., Rio 1894.

(3) Publicação no "Correio Paulistano", de 18 de Novembro, in *1.º Centenario do conselheiro Antonio Prado, Colectânea*, ps. 17-19, S. Paulo 1946. No mesmo sentido aconselharam SOUZA DANTAS, PAULINO DE SOUZA, MEIRA DE VASCONCELOS...

palacio de Ouro Preto, reduziu-se a uma simples transferencia de funções (1). Não se registrou um incidente, não houve um choque, nada que dramatisasse a mudança. A prova está no convite que o novo governador fez ao secretario do presidente deposto, para que continuasse... Queria-se confiança, na aceitação do irremediavel... A Camara municipal, o barão de Saramenha à testa, advertiu que estava pronta para formalizar a instauração do governo. E nessa docilidade se desvaneceram as hipoteses de resistencia.

Na Bahia.

Na Bahia se pensou em lutar, desobedecer, separar a provincia... Dirigia-a um presidente forte, o conselheiro Almeida Couto, cujos adversarios eram o partido conservador, desfalcado, havia pouco, do seu principal suporte, Cotegipe, a ala federalista do partido liberal (Ruy Barbosa), a juventude republicana com alguns intelectuais e escasso eleitorado. Deu-se ali o contrario do esperado: na noite de 16, gente exaltada, da suposta "guarda negra" (antigos abolicionistas, que juravam defender a monarquia que emancipara os escravos), corréra a pau os republicanos (2). Em palacio, o presidente

(1) Acontecimentos de 17 de Novembro, relatados por Antonio Olinto, in *Revista do Arquivo Publico Mineiro*, ano XXI, fasc. I, p. 161, Belo Horizonte 1927.

(2) BRAZ DO AMARAL, *História da Bahia do Império à República*, ps. 331-2, Bahia 1923. Na *Folhinha do Arcebispo da Bahia para o ano de 1890*, Bahia 1889 (Tip. de J. G. Tourinho), se tem curiosa reportagem dos acontecimentos (resumiu-os ANTONIO OSMAR GOMES, *O Mensageiro da Fé*, Bahia, Dezembro de 1949), em que se diz que Almeida Couto recebeu telegrama de Deodoro pedindo que continuasse na presidencia; que ao meio dia 16 houve a reunião em palacio que terminou com o repúdio da revolução; que se mandou a Deodoro um telegrama reafirmando aguardar o Povo bahiano "com firmeza e tranquilidade as deliberações dos poderes legalmente constituídos"; que se telegrafou para o "Jornal do Comercio" do Rio "contra a ditadura militar", e neste sentido ainda a 16, se pronunciou unanimemente a Camara Municipal... A 1 da tarde de 17 o Coronel Buys e Virgilio Damasio proclamaram a adesão à república em frente ao 16.º de infantaria (Forte de São Pedro).

era solicitado a manter-se firme, podendo contar com o desvio dos acontecimentos por uma atitude decidida, talvez a contra-revolução... Publicando em 16 de Novembro as novidades telegráficas, informou o Diário da Bahia: "O sr. marechal Hermes da Fonseca, comandante das armas, não adere ao movimento da côrte, o que comunicou às guarnições do norte das provincias e à côrte". Ali estava — se faltasse a D. Pedro II outro condestavel — um homem para a ocasião. Ainda a 17, em resposta ao apelo de Deodoro, asseverou Almeida Couto: "Como presidente da provincia e no nome do povo bahiano, reunido espontaneamente e em massa em Palacio... declaro respeitar e manter a Constituição e as leis do Imperio". O "impasse" foi quebrado pelo coronel Frederico Cristiano Buys, comandante do 16.º de infantaria, cujos sentimentos anti-monarquicos o induziram a uma correspondencia assídua com a direção local do partido republicano (Deocleciano Ramos, Virgilio Climaco Damasio). Telegrafou ao governo provisorio; e recebendo a confirmação, de estar "fortemente constituido", às seis da tarde de 16 de Novembro, com a presença de muitos civis, proclamou a republica. Mas sòmente na manhã seguinte — ciente da "partida da familia imperial para a Europa, ficando assim extinta a dinastia imperante", o general comandante das armas se dispoz a aderir. O documento conciso que assinou foi logo transmitido à tropa, e, à uma da tarde, em frente ao forte de São Pedro, Virgilio Damasio, cercado de officiais, de estudantes, de correligionarios, proferiu os tres gritos, que rematavam a crise: *Viva a republica brasileira; vivam os Estados Unidos do Brasil; viva o Estado da Bahia* (1). A banda de musica atacou "A Marsehesa..." Virgilio Damasio tomou posse do governo pe-

(1) BRAZ DO AMARAL, *op. cit.*, p. 334. "O povo assistiu a tudo isto mudo e indifferente..." "A republica não tinha popularidade". Do mesmo autor, *Memoria historica da proclamação da republica na Bahia*.

rante a Camara (a mesma que profligára dois dias antes a revolução e se rendia ao "fato consumado") — no dia 18 —; e o entregou, a 22, ao medico eminente a quem Ruy Barbosa preferira para o cargo, Manuel Vitorino Pereira.

No Norte.

No Recife, saiu à rua Martins Junior, com grupos entusiasticos que ovacionavam a republica, na noite de 16 de Novembro. Mas a transmissão do poder se deu amistosamente, ao renunciá-lo o presidente Segismundo Antonio Gonçalves (que se empossára na antevespera) em mãos do comandante das armas, coronel José de Cerqueira de Aguiar Lima⁽¹⁾. Foi em seguida nomeado o general José Simeão de Oliveira. E as discordias então poupadas (tal como no Rio Grande) se despejaram num conflito tremendo de *republicanos* e *democratas* (nomes dos dois partidos, de antigos e novos servidores do regime) à semelhança dos dias agitados de 1847. O Club republicano do Pará (constituído em 1886, com o Dr. Justo Chermont, José Paes de Carvalho, o 2.º tenente Lauro Sodré, Bertoldo Nunes) uniu-se, na tarde de 16, à guarnição de Belem, e intimou a demissão ao presidente, Silvino Cavalcanti.

in *Revista do Inst. Geografico e Hist. da Bahia*, n.º 30, ps. 36-60, Bahia 1905; OCTAVIANO, MUNIZ BARRETO, *Conferencia*, p. 17 Bahia 1940; AFÔNSO RUY, *Historia politica e administrativa da cidade do Salvador*, p. 614, Bahia 1949. Manuel Vitorino, em carta a Ruy Barbosa, 28 de Novembro de 89, conta: que o coronel Buys "firmou a republica na Bahia e... de acordo comigo, foi ele quem salvou a ordem publica ameaçada pelas declarações do Comando das Armas...", transcrita por ODIVAL CASSIANO GOMES, *Manuel Vitorino Pereira o cirurgião e o médico*, p. 12, Rio 1953.

(1) SEBASTIÃO DE VASCONCELOS GALVÃO, *Dicionario coreografico, historico e estatístico de Pernambuco*, II, 68, Rio 1922, SOUZA BANDEIRA, *Evocações e outros escritos*, p. 170, Rio 1920.

No Sul.

O presidente do Paraná, Jesuino Marcondes, entregou, a 16 de Novembro, o governo ao coronel Cardoso Junior, comandante de brigada, que se lhe apresentára com um telegrama de Deodoro. As suas palavras foram cordiais: daria todo o concurso para que a ordem não fôsse alterada (1). Republicanos e conservadores fundiram-se num partido forte, sob a direcção de Vicente Machado da Silva Lima, o propagandista do novo regime de mais vigorosas qualidades de chefe; e os liberais se arregimentaram em torno do Dr. Generoso Marques dos Santos. Ganharam estes as primeiras eleições com o auxilio do governador provisório, general Aguiar Lima, — porem por breve tempo gozaram a vitória, frustrada nos acontecimentos de Novembro de 91 (2).

Em Santa Catarina a junta, que no dia 16 assumiu o governo, transferiu-o a 17 ao tenente Lauro Muller, nomeado telegraficamente pelo marechal. Os partidos monarchicos aderiram discretamente; não teve consequencias um motim de praças do 25.º de infantaria, possivelmente insuflado por reacionarios encobertos; e, com o seu fino tacto, o jovem governador organizou, não sòmente a administração, como o seu partido. Este elegeu a assembleia que, por sua vez, o reconduziu ao governo, que ocupou até novembro de 91 — quando dele se afastou, dias antes da queda de Deodoro (3). A opposição formára-se, com o rótulo de União Federalista, em redor de Eliseu Guilherme, Severo Pereira, Fernando Haecckradt: não lhe foi difficil ligar-se — no ano seguinte — ao governador designado para o Estado (tenente Manuel

(1) ROMARIO MARTINS, *Historia do Paraná*, p. 402, Curitiba 1937.

(2) Vd. ENÉAS MARQUES, *Generoso Marques*, p. 21, Curitiba 1941.

(3) OSVALDO R. CABRAL, *Santa Catarina*, p. 295, S. Paulo 1937.

Machado), cujo rompimento com o presidente (marechal Floriano) deu a Lauro Muller a oportunidade de reaver as rédeas do comando, mas através de um episódio particularmente nefasto para os catarinenses — a revolução de 1893.

Em Mato Grosso (e destes sucessos resultariam as graves consequências que veremos) o próprio chefe liberal, Generoso Ponce, proclamou o general Antonio Maria Coelho. Este, entretanto, formou com os conservadores; os antagonistas, vencidos em eleições dominadas pelo terror (3 de Janeiro de 91), apelaram para o governo central, que o substituiu; o pleito em que preponderara a violência foi anulado; realizou-se outro, com a vitória de Generoso; e a constituinte, assim creada, elegeu governador Manuel Murтинho⁽¹⁾. Na sua defesa esmagaria Generoso, no ano seguinte, a rebelião dos quartéis.

No Rio Grande.

Era mais poderoso, no Rio Grande do Sul, o partido liberal graças a Gaspar Silveira Martins, chefe incontestável da provincia. Aí também o partido republicano tinha, com a unidade de doutrina, lastreada de positivismo, a rigidez de um comando: Júlio de Castilhos. Surpreendido em viagem para a côrte, Gaspar não pôde contrapôr-se aos acontecimentos. A sua ausencia facultou a ação rápida dos jovens *propagandistas* a quem o órgão do partido, "A Federação", servia de porta-voz e centro da reunião. Foi na redação da sua gazeta que se reuniram — ainda a 15 de Novembro — Castilhos, Ramiro Barcelos, o visconde de Pelotas: e decidiram que assumisse este o governo — pela autoridade da sua alta

(1) GENEROSO PONCE FILHO, *Generoso Ponce, um chefe*, ps. 61-82, Rio 1952.

patente⁽¹⁾ — ficando o primeiro como secretario do Estado. Sem apoio politico — os gasparistas atacando rudemente Castilhos, defendido com veemencia pelos republicanos — Pelotas preferiu afastar-se, renunciando. Deodoro nomeou Castilhos, que declinou, indicando o general Julio Anacleto Falcão da Frota. A crise não parou com esta solução. Opondo-se o governo do Estado à criação dos bancos emissôres com monopolio bancario (de que trataremos), dissentiu de Deodoro, e demitiu-se. Em 6 de Maio de 90 entrou em exercicio o vice-governador Francisco da Silva Tavares. Com ele rompeu o republicanismo castilhista, cindindo-se o partido: e a dissidencia não tardou em aliar-se aos gasparistas, para enfrentar, com os seus consideraveis elementos, o Congresso unanime eleito pelo governo e a sua Constituição positivista. No bôjo desta tempestade estremeciam as forças que iam pôr à prova o regimen.

Por toda parte, pois, a tropa ou o grupo republicano, selou a surpresa dos espiritos com a occupação do governo, e o franqueou aos novos, aos politicos sem experiencia, que se jactavam do triunfo no meio do cataclismo, em verdade esmagados pela responsabilidade inesperada.

O governo provisório teve o cuidado de destacar para a direção dos Estados pessoas de sua confiança, e, habilmente tolerante, envolveu o país na rêde propicia de serenidade e energia, que foi o seu clima⁽²⁾. Mas o

(1) Vd. manifesto de Castilhos, de 12 de fevereiro de 1890, in OTHELLO ROSA, *Júlio de Castilhos*, p. 285, Porto Alegre 1928.

(2) Em Niteroi o conselheiro Carlos Afonso, baldados os esforços para mandar à luta o corpo policial, entregou o governo ao official que em nome de Deodoro se apresentou para comandar a força, tenente coronel Fonseca e Silva (ANTONIO FIGUEIRA DE ALMEIDA, *Historia Fluminense*, p. 209, Rio 1930). Quintino substituiu-o pelo Dr. Francisco Portela. No Paraná o comandante das armas coronel Cardoso Junior foi substituir o contralmirante José Marques Guimarães (ROMARIO MARTINS, *Historia do Paraná*, p. 493, Curitiba 1937). O comandante das armas assumiu o governo das Alagoas para o transferir ao comendador Tiburcio Valeiano de Araujo. Sendo porem a provincia do generalissimo, a um irmão deste, Pedro Paulino da Fonseca, coube o alto posto (CRAVERO COSTA, *Historia das Alagoas*, p. 161, S. Paulo).

sortilegio dos decretos acabou no momento em que as paixões retomaram o curso: passada a perplexidade do primeiro instante, o ar se enevoou com as sombras de uma borrasca inaudita.

A bandeira.

É de 19 de Novembro o decreto que creou a nova bandeira: conservado o losango áureo em campo verde, substituiu o estudo imperial pelo globo celeste, representados os Estados por estrelas cientificamente dispostas, tal como luziam na noite de 15, e atravessado, no sentido da ecliptica, de uma faixa branca com o mote positivista, "Ordem e Progresso". Esta inspiração lírica devia-se a Teixeira Mendes, consultado por Benjamin Constant, cujo voto preponderou no caso⁽¹⁾. Bastaria tal simbolo para documentar a momentanea primazia no governo do professor militar que nele encarnava o apostolado republicano. E entretanto se iludiria quem o tomasse por indice da situação; foi um episodio. No dia seguinte, irresistivel, dominava o liberalismo largo de Ruy.

O reconhecimento.

Fracas objeções fizeram as nações estrangeiras ao reconhecimento da república. Precipitou-se a Argentina — com visível sensação de alívio (pois isto interrompia o

(1) Vd. resposta de Teixeira Mendes a Eduardo Prado, in IVAN LINS, *Benjamin Constant*, p. 140, Rio 1936. Este (*A Bandeira Nacional*, Paris 1903) impugnou as asserções de Teixeira Mendes feitas em 24 de Novembro, num artigo publicado pelo "Diario Oficial", estranhando o mau gosto, o lema sectario e os erros astronomicos do pavilhão republicano. O chefe positivista consultára o astronomo Pereira Reis. De fato, era demasiadamente poetica a idéia de representar os Estados (simbolizados por estrelas iguais na bandeira norte-americana e na velha bandeira imperial) conforme a disposição do céu, com as suas luzes dispares na noite historica... Teixeira Mendes respondeu a uma censura do jornal monárquico do Rio. A de Eduardo Prado ecoou extensamente. Em Setembro de 1892 cogitou o Congresso de suprimir a legenda "Ordem

velho "sistema" do Imperio, abrindo-lhe a oportunidade providencial de novo acôrto, para a fronteira disputada) (1) logo em 3 de Dezembro. Reconheceu-se festivamente o governo de fato. Voltou-se a Europa para os Estados Unidos: deles dependia a attitude uniforme das grandes potencias (2). Os democratas, no Senado, propuzeram o reconhecimento, razào sufficiente para se oporem os conservadores (Shermann e Ewarts), lembrando a veneravel figura do imperador deposto e a conveniencia de se aguardar a normalizaçào do regime, pelo voto da sua assembléa constituinte. Venceu afinal a habilidade do nosso representante, Salvador de Mendonça, junto da natural predileçào do governo de Washington pela fórma republicana, cuja sorte no continente tanto lhe interessaria em 1893: e a 29 de Janeiro de 90 formalmente a reconheceu. Ingleses e portuguezes tinham outros escrupulos: a ordem monarquica, ameaçada pelo incremento da propaganda revolucionária. Que se esperasse pela constituinte, declarou o governo de Lisboa, mais receoso dos republicanos locais do que dos brasileiros — naquele ano da coroaçào do jóvem rei D. Carlos, a vespers da insurreiçào do Porto: e datou de 18 de Setembro o reconhecimento, bem depois, portanto, da França (20 de Junho) e do proprio império alemão (26 de Agosto de 90).

e progresso", porem a reacçào contraria à mudançã prontamente o desencorajou (CUSTODIO DE MELO, *O Governo Provisorio* etc., I, 12-4). Conta-nos M. Paulo Filho ("Correio da Manhã", Rio, 8 de Março de 1953: foi Manuel Miranda que em 1908 creou a "festa da bandeira", que havia de consolidar, por um movimento de exaltaçào patriótica desta imagem do país, o discutido pavilhão. Em 18 de Novembro daquele ano grande comissão, integrada por Lauro Sodré, Alípio Bandeira, Bilac e outros representativos republicanos, pediu que se commemorasse com atos calorosos a bandeira; e desde então essa homenagem tem dissipado o efeito das velhas criticas.

(1) Vd. ROCHA POMBO, *Historia do Brasil*, vol. 10, 328, ed. B. de Aguilã, Rio. E aí o resumo desse episodio diplomático.

(2) SALVADOR DE MENDONÇA, *Situaçào internacional do Brasil*, p. 119, Rio 1918.

A DITADURA

Os ministros.

A ditadura não tinha a unidade de uma doutrina, mas a debilidade de uma aliança.

As divergencias que a sacudiram vinham das profundas diferenças entre homens de reluzente civismo, formados sob as mais distintas inspirações. Deodoro, velho, de saúde má e temperamento autoritário, preferia a linha curta, do bom senso: não o deslumbravam os gestos demagogicos, as exterioridades republicanas que já o surpreenderam na idade do desengano e do pessimismo. Inclinou-se para os conselhos persuasivos de Ruy Barbosa, que também não comungava com os exageros “jacobinos” e tinha duas preocupações: atender às finanças publicas e dar ao regime, urgentemente, o figurino norte-americano. Aristides Lobo zelava a pureza das instituições, confiadas aos correligionarios da *propaganda*: um intransigente. Quintino meteu-se num plano difficil: acabar desde já com o dissídio de fronteiras — a questão das Missões — indo a Buenos Aires num couraçado, com pompas diplomaticas, para dividir ao meio o territorio contestado. Campos Sales esforçava-se pela transformação legislativa, que não devia abalar as classes conservadoras; Demetrio Ribeiro, positivista, pedia despesas, grandes atitudes, coragem de um programa, que a juventude militar applaudia d’antemão. Benjamin e Vandenkolk ficavam nas nuvens do idealismo. Governo de coalisção, feito na insegurança do triumpho, sem que o conso-

lidasse a amizade ou a confiança dos ministros uns com os outros, (1) tirou a sua verdadeira força das dificuldades que logo se lhe depararam.

Primeiras dificuldades.

A 18 de Dezembro um motim no 2.º de artilharia, abafado no primeiro instante, foi como um convite para que o governo, receoso de inimigos ocultos, conspirações vagas e desordens em série, irritadamente, deixasse a tolerancia em que se ia desarmando, para agitar-se em violencias assustadoras. O marechal parecia enfurecido. Decretou — no dia 23 — a instituição de um tribunal militar, para os casos de indisciplina dos quartéis e ainda de quem quer que fosse, “por palavras, escritos ou atos”, os “aconselhassem ou promovessem...” Só não foram fuzilados alguns soldados colhidos na repressão, porque Ruy Barbosa se opunha a tais extremos (2). Prendessem-se os monarquistas perigosos! Foram presos Silveira Martins, Ferreira Viana (3), Ouro Preto, outros vultos do passado. A pena de banimento poz fóra do país Ouro Preto, Carlos Afonso, Silveira Martins. A ditadura varria a oposição. Mas, temível cá fóra, desconjuntava-se no interior. Ao marechal faltava saúde, para conduzir os

(1) Ruy Barbosa, relatório do ministro da fazenda, 1890: “Mas em um grupo de homens de educação politica e tendencias diferentes, sem plano de administração preestabelecido... nenhum laço de solidariedade real podia existir...”, *Obras Completas*, vol. XVIII, tomo II, p. 31. (Rio 1940).

(2) Refere-se Ruy ao apelo, que Deodoro lhe atendeu, para não ser enviada ordem telegrafica de fuzilamento, a proposito de officiaes amotinados no Desterro, *Finanças e politica da Republica*, ps. 376-7, Rio 1892. Medeiros e Albuquerque, *Minha vida*, p. 152, Rio 1933, alude porem ao boato de que seriam fuzilados alguns soldados do 2.º de artilharia; gostaria de assistir; e Aristides Lobo, de quem era secretario, lhe recriminou a curiosidade... São fatos conexos.

(3) O episodio vem explicado nas *memorias* de Medeiros e Albuquerque, *ibid.*, p. 175. Ruy refutou energicamente em 1919 a baléla, de que pedira o fuzilamento de Gaspar Martins, *Campanha Presidencial*, p. 20, Rio 1919.

acontecimentos; e os ministros, sem se entenderem bem, o melhor que conceberam para o aliviar das responsabilidades, foi a criação de um conselho de gabinete em que as medidas, apreciadas coletivamente, se tomassem por maioria, com as respectivas atas lavradas por um secretario fiel, o sobrinho de Deodoro, João Severiano da Fonseca Hermes (1). Iniciou-se este sistema em 2 de Janeiro de 1890.

Generalissimo.

No dia 15 — explosão do nervosismo que lavrava na tropa — houve uma cêna bizarra: oficiais e populares correram ao palacio Itamarati (onde Deodoro estabeleceram a residencia oficial) e prestaram ruidosa homenagem ao fundador da republica. Um dos oradores, o major de engenheiros Serzedelo Corrêa, na ênfase do discurso lhe impoz o titulo de “generalissimo” (2). Ao tenente coronel ministro da guerra outro orador pediu que se aclamasse “brigadeiro”. Terceiro porta-voz pelo mesmo modo promoveu a vice-almirante o ministro da marinha. Eles agradeceram e aceitaram. As respectivas patentes foram redigidas em seguida: e a 25 de Maio o “generalissimo” rematou essa extravagancia conferindo aos demais ministros (os mais civilistas do mundo) as honras de “general de brigada”. O chefe de policia, Sampaio Ferraz, benfazejo na sua ação contra as maltas “capoeiras” que desassocegavam a cidade — ganhou os galões de “coronel . . .” (3). O cesarismo hipotético que tais demasias

(1) ROCHA POMBO, *História do Brasil*, X, 272 (documentos para a historia do primeiro periodo da Republica), Rio-Porto. Publicou as *Atas do governo provisório*, Dunshee de Abranches, Rio 1907.

(2) *Generalissimo* foi o titulo que Carlos IV de Espanha deu a seu ministro Godoy (valído e todo-poderoso) na guerra a Portugal de 1801.

(3) Vd. MAX LECLERC, *Cartas do Brasil*, trad. de Sergio Milliet, ps. 98-9, S. Paulo 1942; FRANCISCO DE S., ou Eduardo Prado, *Fastos da ditadura militar do Brasil*, ps. 68 e 356.

consagravam, dando-lhe indisfarçavel amenidade, marcava entretanto o carater marcial da revolução: e a vestia de côres fictícias.

A solidariedade ministerial seria absurda. E o povo mostrava-se indiferente... (1).

Ditadura e democracia.

Para definir a divergencia entre os membros do governo basta atentar nas suas tendencias, autoritarias e democraticas. Queria Ruy abreviar o periodo experimental da ditadura, convocando a Constituinte. Demetrio Ribeiro e seu secretario, Anibal Falcão, defendiam a "ditadura forte". O *Diario Oficial* de 14 de Dezembro publicou os discursos que lhe dirigiram alguns discipulos de Benjamin, militares de terra e mar, e a sua resposta. Pregavam a dilatação do governo pessoal; e ele exigia ditadura, e não parlamentarismo. Ruy, vigilante nos zelos liberais, era sensivel às ponderações da imprensa do Rio e de S. Paulo, que reclamava a assembléa, para tranquilizar e legitimar o poder (2). Venceu, com o decreto de 21 de Dezembro, que a convocou (3). Neste dia a "*Tri-buna Liberal*" (de opposição ao regime), registrou o acêrto:

(1) Carta de Capistrano de Abreu a Rio Branco, *Correspondencia*, I, 127, ed. do Inst. Nac. do Livro, Rio 1954.

(2) O conselheiro Manuel Francisco Correa, escrevendo para o "Correio Paulistano", a 21 de Novembro de 89, pedia a Constituinte, que desse ordem ao país (*Revista do Inst. Hist.*, vol. 73, II, p. 27 (1911)).

(3) Esta verdade (vd. JOÃO CAMILO DE OLIVEIRA TORRES, *O positivismo no Brasil*, ps. 210-2, Rio 1943, (mostrando que o positivismo não influenciou a Constituinte), proclamou-a Ruy Barbosa na conferencia de 1898, feita na Bahia em beneficio do Asilo de Nossa Senhora de Lourdes de Feira de Sant'Ana (*Obras*, XX, tom. I, p. 63, Rio 1948): "O Decreto de 7 de Janeiro, a Constituição de 24 de Fevereiro não são conquistas do positivismo. Não!" Certo é que, a 15 de Novembro, como recorda MEDEIROS E ALBUQUERQUE (*Minha vida*, p. 147), Teixeira Mendes pedia aos vencedores da jornada: "Proclamem a ditadura! Proclamem a ditadura!" Seria a "ditadura positivista, como fórmula permanente de governo"; e não vingou. Sobre o anti positivismo de Ruy, vd. MIGUEL REALE, in *Anais do 1.º Congresso Brasileiro de Filosofia*, I, 68-9, S. Paulo 1950: e a influencia positivista, na sintese de IVAN LINS, nos mesmos

“O positivismo perdeu a partida que com o republicanismo estava a jogar dentro do gabinete”.

Afirmou Ruy, quatro anos mais tarde: “A verdade é, porem, que nas reformas politicas, as que deram à revolução o seu character e os seus moldes permanentes, a opinião de Benjamin Constant nunca teve preponderancia, nem iniciativa: foi apenas um elemento, ponderoso, sim, mas coordenado, paralelo, igual entre iguais, no meio dos votos que compunham o Conselho da ditadura”. Aliás... “Benjamin Constant era um discípulo refractario ao jugo de sua escola, e nem conhecia a politica de Comte”⁽¹⁾. Esta, o *Apostolado Positivista* esquematizou nas “Bases de uma Constituição politica ditatorial para a Republica Brasileira” — em 31 de Janeiro de 1890⁽²⁾ — que não chegaram a influenciar a constituinte federal, estampando entretanto à distancia, na do Rio Grande do Sul, a imagem diluida da sua doutrina⁽³⁾. Ultrapassado o momento em que o positivismo poderia imprimir nas instituições nascentes o sêlo sectário — com o ditador central e a sua assembléia dócil —, cuidou o governo de adaptar-se às novas circunstancias.

Anais, I, 197-8. Elucida o pensamento de Demetrio a replica de Anibal Falcão a Alberto Torres, Agosto de 89, in *Formula da civilização brasileira*, p. 188, Rio 1934.

(1) Conferencia em beneficio das Orfãs de N. S. de Lourdes, 1893, *Obras*, XX, tom I, p. 65.

(2) Vd. *O Ideal republicano de Benjamin Constant*, publicação comemorativa do 1.º centenario do nascimento do fundador da republica, Rio 1936.

(3) Miguel Lemos, prefacando a tradução de *A ditadura republicana*, de JORGE LAGARRIGUE, 1897: “...Seja-nos licito apontar-lhes, como um antecedente proffico e animador, a Constituição politica que vigora no Rio Grande do Sul” (*O Ideal republicano de Benjamin Constant*, citado, p. 11). No *Manifesto à nação* de 1923, entretanto, o situacionismo gaúcho replicou: “A sociologia não é propriedade de selta, e dizer sectaria a Constituição de 14 de Julho equivale a negar a universalidade de leis sociais por todo o mundo aceitas...” Ruy estigmatizou (1919): “nesse parto radical do coitismo... esta Constituição está de em todo fora da Constituição federal...”, *Campanha presidencial*, p. 156, Rio 1919. A Comissão de Justiça da Camara, pelo voto de João Luiz Alves, em 1907, reconheceria que não a ofendia... (J. L. ALVES, *Trabalhos parlamentares*, p. 12, Rio 1923).

A crise financeira.

A crise mais seria, que explodiu a 17 de Janeiro de 1890 – preconizou-lhe a dissolução. É preciso lembrá-la, para ter em vista o processo da separação das correntes, da fixação dos rumos que levaram, por etapas fatais, da discordia à decomposição, desta à reorganização reacionária, daí ao golpe de Estado, com a sequencia do fracasso, da renuncia, das agitações regionais, da segunda ditadura, da guerra civil.

A crise declarou-se porque, sem ouvir os colegas, o ministro da fazenda obteve de Deodoro o decreto daquela data, autorizando as emissões bancarias (1). O seu pensamento era singelo. Ressentia-se a animação dos negocios – que vinha dos últimos meses da monarquia – de meio circulante, de elasticidade da moeda, de credito fácil. E, a menos que se continuasse no sistema do lastro ouro, que mantinha o cambio (em invejavel paridade) mas restringia a vida economica, forçoso era emitir, ou deixar emitir. Que os bancos pudessem fazê-lo sobre apolices... No “relatorio” referente a esse tempestuoso ano de 1890, justificou-se com a angústia dos banqueiros, que recorriam ao papel do Tesouro, sem poder voltar à circulação metálica, com as novas empresas que proliferavam à sombra da especulação entusiasta, com as proprias tendencias do momento, que lhe pareceu o melhor para as estimular, a exemplo do que sucedera nos Estados Unidos. Explicou: “No regime firmado pelo decreto de 17 de

(1) DUNSHEE DE ABRANCHES, *Atas e atos do governo provisório*, p. 15, Rio 1907. Seriam tres os bancos emissores, um na Bahia atendendo ao norte, um no Rio para a zona central e o terceiro no Rio Grande do Sul, com o capital total de 450 mil contos realizado em prestações não inferiores a 10% convertidas em apolices do Estado inalienaveis. Os juros delas (devidos pela União) seriam de menos 2½ a fim de serem pagos apenas durante sete anos... Empréstariam os bancos à lavoura a juros não superiores a 6% e comissão de ¾%, concorrendo o governo com as importancias deles recebidas a titulo da redução dos juros das apolices (2½%)...

Janeiro, a apolice resgata-se a si mesma pelo seu emprego no depósito dos bancos: e este, além do papel inerte de garantia, exerce a função dinâmica de consumir a apolice depositada, reduzindo progressivamente a dívida nacional" (1). Os seus companheiros de gabinete e a oposição — que crescia, alarmista — não viram com esta simplicidade a inovação. Bradaram, que se entrava pelo atalho da aventura, em que as inflações arruinariam o erário e o trabalho. Clamaram pela destituição do ministro. Exigiram Demétrio, Campos Sales, Aristides Lobo, Vandenkolk, que o ministério se reunisse, para lhe tomar contas. Chegou a renunciar, em carta que Aristides entregaria a Deodoro. Este, bateu o pé, imperioso; e na sessão de 30 de Janeiro, em que se julgava seria Ruy demitido, a sua obstinação triunfou; e todos concordaram em aprovar o que estava feito (2).

A atitude de Demétrio foi extremada(3): abandonou o governo. Sucedeu-lhe — reforçando a influência paulista — Francisco Glicerio. Demitiu-se Aristides Lobo. Foi logo substituído por Cesário Alvim (4). Em verdade se temia o abalo da ordem, provocada ou estremecida pelas resso-

(1) *Relatório do ministro da fazenda*, in *Obras completas de Ruy Barbosa*, XVIII, tomo II, p. 132. O primo de Ruy, Ferreira Jacobina, em carta íntima, de 29 de Janeiro de 1890, mostrava a temeridade "do seu passo sobre os bancos", que ia produzir crise grave no governo, *Ruy Barbosa, Mocidade e exílio*, cartas (coligidas por Americo Lacombe), p. 156, S. Paulo 1940). Seria... "uma transformação do Brasil em sociedade anônima", criticou Max Leclerc, *Cartas do Brasil*, trad. de S. Millet, p. 111. Foi atacando o decreto de 17 de Janeiro que a imprensa, a "Gazeta de Notícias" à frente, iniciou o combate político, abafado nos primeiros dias da ditadura. Deodoro teria dito: "Não entendo nada dessas questões de política e finanças e preciso instruir-me com a leitura dos jornais. Deixai-os que falem". (MAX LECLERC, *ibid.*, p. 127). Leia-se em justificativa de Ruy, a síntese de HUMBERTO BASTOS, *A economia Brasileira e o mundo moderno*, ps. 168, S. Paulo 1948.

(2) Vd. *Atas e atos do governo provisório*, ps. 93 e 94, em que Ruy defendeu o decreto de 17 de Janeiro. Deodoro havia de aplaudir trechos como este: "Pois que?! ele, orador, ministro da república, poderia ver coroar a obra do visconde de Ouro Preto, concedendo o curso forçado que sempre combatem?"

(3) Ruy incompatibilizou-se de vez com o ministro da agricultura, Demétrio, na reunião de 30 de Janeiro, cf. *Atas e atos*, p. 99.

(4) MORENO BRANDÃO, *Aristides Lobo*, p. 88, Rio 1938.

nancias de conspirações mais ou menos fantasistas; e a idéia de que a situação corria perigo a todos assustava.

Quintino déra-se mal com a sua embaixada ao rio da Prata. Em contraste com as festas que lá lhe fizeram, protestou azedamente a opinião do Rio de Janeiro: o tratado de Montevidéo (25 de Janeiro de 90) tinha ares de "entrega", impatriótica... A celeuma creada pela imprensa retumbou no seio do governo, que tinha aprovado a viagem e se via na contingencia de lhe repudiar os resultados. Ligeireza diplomatica, não! (1). A Comissão Especial do Congresso encarregada de examinar o acôrdo, opinaria finalmente pela rejeição e volta ao arbitramento (parecer aprovado na sessão de 10 de Agosto de 1891, 142 votos contra 5).

(1) Os antecedentes da "questão de Missões" estão esclarecidos pelas *Memorias*, de Vicente G. Quesada, que, em 1884, fez as aberturas com o governo imperial de que resultou o plano de divisão por mútuo acôrdo do territorio em litigio e arbitramento posterior quanto às indenizações subsequentes à partilha (*Mis memorias diplomaticas*, p. 312, Buenos Aires 1907). Não se tratava de dividir ao meio, porem segundo "una linea divisoria conveniente sometida a la aprobacion de ambos gobiernos". A diplomacia imperial gestionou em Buenos Aires o tratado de 7 de Setembro de 1889, ali assinado (a idéia do governo era a da divisão sem arbitragem, como o general Roca recomendára ao plenipotenciario Quesada, *op. cit.*, p. 307) e confirmado no Rio de Janeiro por ato de 4 de Novembro, ou seja, onze dias antes da queda da monarchia. O gabinete de Ouro Preto se ufanou deste desfecho Afonso Celso, *O Visconde de Ouro Preto*, p. 56, Porto Alegre). O conflito transformava-se num processo arbitral a ser dirimido pelo presidente dos Estados Unidos. O imperador, revela Quesada, mostrou-se muito contente com isto. A solução entrava na ordem americanista da diplomacia brasileira (simbolizada pela adesão do Imperio à primeira Conferencia Pan-Americana, em Washington, para a qual foram credenciados o conselheiro Lafaiete e Salvador de Mendonça). É imaginar a surpresa que representou a nova orientação do governo da república, desfazendo o pactuado, para propôr que se convertesse no córte amigavel da região contestada em partes iguais... Ao erro politico (que era revêr o acôrdo consumado) se somava o juridico (de antepôr ao arbitramento definitivo o entendimento dirêto já superado, de fato problematico, por seu carater unilateral de cessão). O que em 1884 fôra possível, em 1890 era absurdo. Eduardo Prado (FREDERICO DE S., *Fastos da ditadura militar no Brasil*, ps. 124-5, Lisboa 1890) citou trechos da imprensa argentina, ressaltando o extraordinario, o inesperado daquillo... Rio Branco acentúa que a instancias do ministro argentino no Rio acedeu o governo provisório, donde o tratado de Montevidéo, que causou no Brasil "o mais profundo sentimento de dôr..." (Exposição de motivos submetida ao presidente Cleveland, 1894, *Obras do Rio Branco*, I, 237, ed. do Min. das Rel. Ext., Rio 1945).

A ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

Novas leis

Cuidou o governo provisório de realizar as prometidas reformas atendendo de um lado aos compromissos da “propaganda”, de outro à mentalidade conservadora que o limitava.

Têm o primeiro caracter os decretos da “grande naturalização” (ficando brasileiros os estrangeiros domiciliados no país que se não manifestassem contrários a este favor), do sufragio universal (a todos extensivo o direito de voto), sobretudo a separação da Igreja do Estado, que marcava a posição “liberal” dos que, em 1872, se tinham batido por ele, contra ela⁽¹⁾. Proposta primeiramente por Demetrio Ribeiro (em nome do pensamento positivista), ouviu Ruy as ponderações de seu antigo mestre o bispo do Pará, D. Antonio de Macedo Costa — a quem sorria a perspectiva da Igreja livre do velho regalismo, no Estado respeitosa⁽²⁾, e a conciliou com a lei que, pelo menos, lhe assegurava, na liberdade, as propriedades. Foi separação sem confisco nem pilhagem. A liberdade de cultos seguiram-se o casamento civil (proibida a antecipação da cerimonia religiosa), a secularização dos

(1) “...Nem mesmo contra o clero me animavam prevenções inimigas”, disse Ruy no discurso de 1893, “Visita à terra natal”, *Obras*, XX, t. I, p. 49 e segs., Rio 1944.

(2) Carta ms. de D. Antonio, arq. da Casa de Ruy Barbosa (P. CALMON, *A Princesa Isabel*, p. 287). Tratava-se de separação sem hostilidade. Indignar-se-á porem o episcopado com a “laicidade” da Constituição de 1891, que seria motivo permanente de sua queixa como em 1900 afirmou em Pastoral comemorativa do centenário do Descobrimento.

cemiterios... (1). Traduziram a segunda tendencia os atos de legalização urgente do regime pela convocação do Congresso constituinte, da organização dos poderes locais, da reestruturação judiciaria (2), da criação de um Tribunal de Contas da república (3).

Serviu de cortina protetora dessa vasta alteração de instituições e costumes o tumulto financeiro, que, com o apelido de *ensilhamento* (jogo, delírio de apostas nos palheiros do hipódromo, azar e aventura...) — atordoou por algum tempo a atenção publica, amortecendo, no Rio de Janeiro, o choque das novas leis.

Ensilhamento.

A palavra era julgamento. Como se tratava de jogo de bolsa, a analogia popularizou o vocábulo: e a volubidade desse espirito se apoderou da capital (a exemplo do que acabava de suceder em Buenos Aires, donde espraçou a onda desses fáceis negócios) e deu ao periodo fisionomia, na febre das “epocas milagrosas” (4). So-

(1) Decretos de 19 de novembro de 89 (sufrágio universal), 14 de Dez. (naturalização dos estrangeiros), 24 de Janeiro de 90 (casamento civil), 26 de Junho (proibindo a anterioridade do casamento religioso), 7 de Janeiro (impedindo a intervenção da autoridade em materia religiosa)... Caiu na Constituinte a “disposição que dava precedencia ao casamento civil, e ainda em 07 um radical, Alvaro Reis, apelava neste sentido para o Congresso. *O casamento religioso*, p. X, Rio 1897.

(2) Decretos de 21 de Dez. de 89, convocatório da Constituinte republicana, de 8 de Fev. de 90 (regulamento eleitoral), de 20 de Nov. de 89 (fixando as atribuições dos *governadores* dos Estados, aliás de livre nomeação do governo provisório), vd. *Constituição da República dos EE.UU. do Brasil, acompanhada das leis organicas*, Rio, Imprensa Nacional, 1891.

(3) Dec. 990-A, de 7 Nov. de 1890, referendado por Ruy Barbosa. Retomava o fio a várias iniciativas neste sentido, como a de Manuel Alves Branco, 1845 (RUBEN ROSA, *As contas do Brasil*, p. 33, Rio 1943). Mas o Tribunal de Contas não figurou no projeto de Constituição do governo provisório. Surgiu na Constituição de 1891 como “emenda aditiva” da comissão dos 21. Foi instalado em 16 de Janeiro de 93, sob a presidencia do antigo senador Manuel Francisco Correa, ministro da fazenda Innocencio Serzedelo Correa, R. Rosa, *ibid.*, p. 105 e segs.

(4) Visconde de TAUNAY, *O Ensilhamento*, 1.ª ed., Rio 1893, 2.ª ed., S. Paulo 1923.

maram-se os fatores coincidentes da *inflação* bancaria, (que a sociedade, segundo Comte, entrara na sua fase de progresso, a que as indústrias presidem), do negocio e da especulação, num regime de irresponsabilidade — tal o fervedouro das operações fictícias — agravado pela complacência oficial. A lei encorajára a jogatina, favorecendo a improvização das companhias, por ações vendáveis na praça, para fins utópicos, ou apenas absurdos (1): empresas de rótulos sonoros que realizavam quando muito a decima parte do capital, e logo, impulsionadas pela procura dos “coupons”, vendidos, revendidos, circulantes com “agio” crescente, se constituíam fonte de lucros miríficos. Como as assembléias gerais, ao aprovarem os atos da diretoria, as absolviam de responsabilidade, não faltaram banqueiros e corretores, para inundar a Bolsa de papeis que, de mão em mão, acabavam — com a insolvência — arruinando os incautos. Ganhavam os que se valiam da bôa fé dos compradores, passando-lhes, na alta, os títulos, que caíam, como bilhetes brancos, de loteria... Mas no ir e vir da torrente fizeram-se grossas fortunas; os hábitos pacatos da cidade se transformaram, com a ostentação, o luxo, a prodigalidade cujos fascinantes excessos celebrizaram o Rio de 1890; e se generalizou a impressão, de que a monarquia retardára este esplendor, obra das “liberdades” (2).

A imprensa aproveitou a ilusão para atribuir a desordem económica ao governo, que concorria com os comerciantes para a queda cambial, a anarquia das finanças, tudo o que havia de ilícito no “ensilhamento”. E este barulho de imprecações — num ambiente enervado pelos pegões da Bolsa — disfarçou a crise política.

(1) Almirante CUSTÓDIO JOSÉ DE MELO, *O Governo Provisorio e a Revolução de 1893*, I, 81, S. Paulo 1938. “A importância das primeiras entradas que faziam os possuidores de ações dessas fantásticas empresas era imediatamente distribuída entre os incorporadores, a título de direito de incorporação, aos advogados administrativos e aos concessionários...”

(2) Vd. Visconde de TAUNAY, *Imperio e republica*, p. 106, S. Paulo 1933.

Reestruturação.

Andou avisadamente o Govêrno na organização do regime.

Graças àquelas medidas antepôs a aparência de normalidade — a que não faltou a sistemática da ordem — às forças desintegradoras que em tórno militavam. Com a naturalização dos estrangeiros, a liberdade de cultos, o casamento civil, a desenvoltura das emprêsas de capital, o regulamento das eleições com o sufragio amplo, adquiriu a República fisionomia própria. Ideologicamente igualava os homens, depositava nas mãos do povo o seu futuro, destravava o comércio, laicizava a sociedade e, apartando do Estado a Igreja, relegava a devoção ao fóro intimo, dos fiéis. Ligava-se à corrente radical que preponderára em França com a *terceira república*, sem perder (esta a característica, que os vários projetos de Constituição lhe deram) o cunho norte-americano presidencial-federalista. Para completá-lo, foi eleita em 15 de Setembro a Assembléia Geral Constituinte, que se instalou no palacio de São Cristovão em 15 de Novembro de 1890.

Fizeram-se as eleições pelo “regulamento Alvim”, ao sabor do govêrno e de seus agentes nas provincias. Dissolvidos os partidos (como em Dezembro de 89 informára Ruy a “O Seculo”, de Lisboa)⁽¹⁾, retraídos os antigos chefes, escolhidos apenas os que serviam, ou tinham aderido à revolução⁽²⁾, o congresso, assim formado, careceria da experiência, e, o que era pior, da vivaci-

(1) Vd. visconde de OURO PRETO, *O Advento da ditadura militar no Brasil*, ps. 4-5, Paris 1891.

(2) Visconde de TAUNAY, *D. Pedro II*, ps. 103-4. S. Paulo 1933, publicação na Gazeta de Notícias, 8 de Agosto de 1890. Que os republicanos faziam bem em repelir “qualquer conchavo” com “os politicos do passado regime”.

dade dos antagonismos, apagados na submissão inevitável ao poder executivo.

Ha dois casos típicos: de Saraiva e Silva Jardim.

Inclinado à federação, dissidente no partido liberal, propenso às transformações democráticas do Estado, podia o conselheiro Saraiva orientar os republicanos mais serenos: e veio senador pela Bahia. Foi recebido hostilmente; não achou confortavel o novo meio, estalando de intolerancias *jacobinas*; e voltou, desiludido, para o seu refúgio rural — renunciando à cadeira. Errára. Com Silva Jardim quem errou foi a sua própria gente. Surpreendido em 15 de Novembro pelo *golpe*, que se caxára de anunciar, sem que para ele o convidassem, ficou fóra das posições, e de tal modo incompatível com os triunfadores que não logrou eleger-se constituinte. “A situação parece pertencer aos ex-monarquistas... Creio que sou o último republicano” — confidenciou a um adversario (1); e viajou para a Europa, exilando-se. Desapareceu a 1 de Julho de 91 (2) na cratera do Vesúvio...

A constituinte.

A sua tarefa especifica era elaborar a Constituição “dos Estados Unidos do Brasil”.

Apressára-se o governo provisorio em prepará-la, arrebatando-lhe este privilégio, pois logo em 3 de Dezembro de 89 confiára a uma comissão de cinco membros (presidida pelo velho Saldanha Marinho) a elaboração do projeto, para cujo estudo, por sua vez, se transformou ele proprio em comissão revisôra, de que resultou — por decreto de 22 de Junho de 1890 — a Constituição aprovada pelo Poder Executivo, a ser presente aos consti-

(1) CARLOS DE LAET, *O frade estrangeiro e outros escritos*, p. 158, Rio 1954 (art. de 9-7-1920).

(2) JOÃO DORNAS FILHO, *Silva Jardim*, p. 163, S. Paulo 1936.

tuintes (1). Diga-se embora que não são relevantes as diferenças entre o trabalho dos juristas e o do ministério, verdade é que Ruy, relator nas reuniões a que presidiu Deodoro (de 10 a 18 de Junho), o refundiu, e por isto se proclamou mais tarde seu "autor" (2). A autoria de Ruy consiste na redação do texto, calcado no da comissão, mas sem sacrificio das vistas originaes, com que o alterou; e de tal modo, que podemos considera-los como duas fases do mesmo planejamento, a que o Congresso ajuntou pormenores valiosos.

A constituição.

Instalada em 15 de Novembro de 90 em improvisado recinto no palacio de São Cristovão, "sem um grito, sem um viva..." (3) — a Constituinte não perdeu tempo. Achou em Prudente de Moraes (que representava o partido republicano paulista) o presidente respeitavel, que lhe encaminhou habil e apressadamente os trabalhos. Antes de mais nada se conveiu em lhe restringir a com-

(1) Compunha-se a comissão de Joaquim Saldanha Marinho, Americo Brasiliense, Santos Werneck, Rangel Pestana e Magalhães Castro. Os tres projetos que produziu foram unificados num texto, que Ruy, relator do governo, em reuniões diariamente realizadas na sua casa (entrevista ao *Comercio de S. Paulo*, 1903, tambem in *Revista do Instituto Historico e Geografico Brasileiro*, LXXIII, p. II), refundiu em harmonia com os colegas, lendo depois para Deodoro o trabalho refeito. Felisbelo Freire, *Historia Constitucional da Republica dos Estados Unidos do Brasil* Rio 1894, divulga, em colunas paralelas, esses projetos (negando a Ruy a "autoria"). TAVARES DE LIBA, *Organização Politica e administrativa do Brasil*, S. Paulo 1941, ps. 140-240, estabelece o cotêjo dos tres documentos (comissão, governo e Constituição de 1891). Melhor impressão da parte que cabe a Ruy nessa magna tarefa nos dá o vol. XVII de suas *Obras Completas* (edição da casa de Ruy Barbosa, Rio 1946), com prefacio em que lhe analisamos a contribuição pessoal.

(2) Palavras de Ruy: "Autor da Constituição republicana...", O *Habeas corpus*, p. 25, Bahia, 1892. "Profissional que o concebeu..." (ao dito texto), O *artigo 6.º Constituição e a Intervenção de 1920 na Bahia*, p. 15, Rio 1920. "Quando, em 1890... organizava a Constituição actual...", *Discurso do jubileu*, 1918.

(3) Visconde de TAUNAY, art. de 5 de Out. de 1918. *O grande impedor*, p. 80, S. Paulo 1932).

petencia “ao objeto e termos de sua convocação” (1). Proibia-lhe qualquer interferencia no governo (razão do descrédito da primeira constituinte imperial) e a discussão de dois pontos pacíficos: a republica e a federação (2). Esta adesão inabalavel ao “fato consumado” varreu as possiveis resistencias abrigadas na desilusão ou na reação da “velha guarda”; e foi num ambiente de urgência e acôrdo que correram os debates (3). O liberalismo oficial estampára-se no projeto. Chefiada por Castilhos, a bancada sul riograndense se destacou, tanto pela prévia divulgação do seu programa doutrinário (afinal, um sistema!) como pela energia com que o apresentou. Defendia sobretudo a autonomia dos Estados; e a universalidade do voto. Manteve-se por fim o presidencialismo. Em vão pediu o senador Saraiva, para o moderar, que fôsse de dois anos o mandato do presidente... (4) Ficou sendo de quatro (não de 6 como propuzera a comissão). Os ministros ficavam impedidos de participar da discussão legislativa; seriam o presidente e os senadores eleitos pelo povo, e não como quizera Ruy, por um collegio eleitoral reduzido e pelas assembléias estaduais; reforçou-se a economia dos Estados dando-se-lhes a propriedade de terras e minas, e novas fontes de receita; especificaram-se os direitos individuais... (5) Caíram certas disposições extremadas, como a obrigatoria precedencia do casamento civil, a expulsão dos jesuitas...

(1) JOÃO BARBALHO, *Constituição federal brasileira, comentarios*, 2.ª ed., p. 6, Rio 1924.

(2) Art. 17 do *Regimento da Constituinte*. Consagrava o art. do projeto do governo provisório cristallizado no 90, § 4.º da Const. de 91.

(3) Vd. AURELINO LEAL, *Historia constitucional do Brasil*, p. 223, Rio 1915.

(4) MACHADO DE ASSIS, *A Semana*, II, 301 (Crônica de 27 de Janeiro de 1894), ed. Jackson, S. Paulo 1938.

(5) CARLOS MAXIMILIANO, *Comentarios à Constituição brasileira*, 3.ª ed., p. 90, Rio 1929, cataloga as modificações introduzidas no projeto. Sobre a ação castilhista, VICTOR RUSSOMANO, *Historia constitucional do Rio Grande do Sul*, p. 215, Pelotas 1932.

Mas não havia relações com a Igreja! (1) Equilibravam-se, em seus “freios e contrapesos” (como nos Estados Unidos) os poderes; — e afinal a clareza, a síntese, a limpidez verbal da Constituição — promulgada em 24 de Fevereiro de 1891 — lhe garantiam uma duração razoável. Estabilizava a autoridade central, franquiara aos Estados vida própria, proclamara as liberdades democraticas. Tanto fôsse cumprida!

É escusado acrescentar que não foi. Na verdade jamais a observaram no espirito de algumas de suas disposições básicas, sofismadas, na prática do governo, por um presidencialismo autocratico associado às oligarquias regionais. Permitiria (veremos) que à sua sombra se formasse outra “ordem” politica, qual a dos “costumes”, em contradição com a ordem teórica da Lei. Confesse-se embora que nenhum país é regido estrictamente por sua Carta magna; e a proposito da Inglaterra (modêlo na espécie) dissesse um autor, que são quatro na realidade as suas Constituições, a simbolica (dos signos), a legal (dos textos), a convencional (das concessões), a existente (dos hábitos)... (2) De fato a república legalizou-se. Mas — “prometida e adiada”, argumentou Ruy (3) — longe de adaptar-se às normas clássicas expostas pelo legislador, continuaria metida na conjuntura de sua visceral imperfeição combinada com duas séries de problemas, que, com aquela Constituição tão norte-americana (4), ou sem ela, tinham de ser resolvidos: da conservação (combatida por todas as forças da opposição)

(1) Vd. *Verdades históricas*, Niteroi 1902, p. 22 (o episcopado ao clero e aos fleis, 6 de Janeiro de 1900).

(2) A. KOULICHER, in *Archives de Philosophie du droit*, ns. 3-4, ps. 480-529, Paris 1932.

(3) RUY BARBOSA, *Oswaldo Cruz*, p. 5, Rio 1917.

(4) AMARO CAVALCANTI, cf. *Anais da Constituinte*, I, 160: era o “texto da Constituição norte-americana completado com algumas disposições das Constituições suissa e argentina...”

e da organização local (conturbada pelo deslocamento das influencias, na anarquia das provincias).

Não espanta, pois, ser mais importante do que o solêne ato de 24 de Fevereiro, da assinatura do Estatuto máximo, a escaramuça politica do dia seguinte, que foi a eleição para a presidencia e a vice-presidencia dos dois marechais desavindos.

O GOLPE DE ESTADO

Dissolução.

Dissolveu-se o governo provisório minado por insuportáveis descontentamentos. Pretextou-lhe a retirada o caso do porto de Torres, no Rio Grande: mas o episódio é secundário no processo de desagregação, resultante da incompatibilidade que se estabeleceu entre a orientação dos ministros e a prudência de Deodoro. Por várias vezes cedera à pressão e à eloquência dos auxiliares; contemporalizara, conciliador, ou transigira, vencido; fôra paciente⁽¹⁾. Mas era vizível a crise de confiança que germinava no governo à medida que a Constituinte avançava no seu trabalho, desdobrando as perspectivas da normalidade legal. Entendera Glicério de propor garantia de juros de 100 mil contos ouro para a companhia Hidráulica, que se encarregaria do equipamento portuario do Rio de Janeiro⁽²⁾. Deodoro resistiu; e lembrou as obras do porto de Torres, que mereciam favor semelhante. Dissentiram os ministros; e, irreductíveis, demitiram-se coletivamente a 20 de Janeiro de 91.

(1) Ruy Barbosa pediu nove vezes exoneração... FERNANDO NERY, *Ruy Barbosa*, ps. 62-3, Rio 1932. Vice-chefe do Estado, chegou a sua oportunidade de pedir a Deodoro que não se demitisse, em 6 de Maio de 1890 (RUY, *Finanças e Política*, p. 388).

(2) ALTINO ARANTES, *Francisco Glicério* (discurso, 1942, p. 10), cita um trecho de carta íntima que proclama a grande probidade de Glicério, ferido então pelas calúnias da imprensa antagonista... Narrou-me um amigo de Ruy que ao falecer Glicério, em 1917, foi ele ao Senado disposto a fazer-lhe o elogio, dizendo: mostrarei a nação quem foi Glicério; e aludia à sua resistência a tudo o que parecesse menos honrado. Ruy não falou, por ter Azeredo designado previamente outro orador.

Lucena.

Magoado com os homens que a seu lado tinham feito a revolução, atirou-se Deodoro nos braços de um representante autentico do “ancien régime”: e incumbiu o barão de Lucena de recompôr o gabinete.

Eram amigos desde que, presidindo o Rio Grande, e por incumbencia de Cotegipe, Lucena dele se aproximára, apreciando-lhe os brios militares e os assômos do temperamento indomavel. Desembargador, sofrêra uma remoção injusta, no ultimo governo liberal, e a república por isto o encontrou predisposto a aceitá-la, tanto porque abatera os adversarios, cuja causa afinal se confundira com a da corôa, como por estar à sua frente o velho soldado. Este o nomeou juiz da fazenda no Rio de Janeiro e, em Setembro de 1890, governador de seu estado, Pernambuco. De regresso ao Rio, hospedou-se no Itamarati; e desde logo o lúcido magistrado passou a ser o seu conselheiro intimo. Interveiu amistosamente, mas sem resultado, para evitar a demissão do ministerio; e só lhe succedeu porque Deodoro, exausto, disse que, se recusasse, tambem iria embora... (1) Exerceu cumulativamente as pastas da Justiça (até 22 de Maio) e das Obras Publicas (até 4 de Julho) e ficou na da Fazenda (a partir desta ultima data). Chamou para os outros postos do gabinete Tristão de Alencar Araripe (exterior e fazenda), o jurisconsulto João Barbalho (interior e instrução), e o desembargador Antonio Luis Afonso de Carvalho (justiça), formando assim um governo distante do Congresso e da influencia que os Estados disputavam, estranho ao fervor republicano e sem interesse de lisonjea-lo, reactionário, mais perto agora do imperio — que parecia

(1) NETTO CAMPELLO, *Barão de Lucena — Escorço biografico*, p. 105, Recife 1914.

ressurgir, com os antigos servidores — do que dos entusiasmos *jacobinos*, que respondiam ao agravo com exaltado ressentimento...

Definições.

Os fatos subsequentes obedeceram a essa decepção: o Congresso, alarmado com a politica do generalissimo e mais unido em torno do seu presidente, Prudente de Moraes; a maioria pronta para, no primeiro ensejo, destituir o generalissimo; este decidido a não ceder, não transigir, não capitular; e a opposição inclinada para o outro marechal, que poderia salvá-la: Floriano.

Em 25 de Fevereiro correu perigo a eleição de Deodoro para presidente no quatriênio que ia inaugurar-se.

Nos incidentes que antecederam à votação estão deli-
neados os sucessos que, por um decênio, abalaram e diri-
giram a nação. Prudente levantou-se, com a bancada paulista contra Deodoro. Correu que, se vingasse tal candidatura, o exercito, indignado, fecharia a assembleia. A armada — protestou o almirante Custodio de Melo, defenderia a representação nacional! Estudantes⁽¹⁾, o povo, a gente que, em 89, recebera o novo regime ao som da "Marselhesa", ficavam contra a ditadura, cercada de baionetas... Conviria a medida de forças? Falou mais alto a ponderação dos que temiam arriscar num desafio a sorte do seu partido, senão a firmeza das instituições. Campos Sales e Bernardino de Campos viram claro, tanto mais que o candidato à vice-presidencia seria o marechal Floriano Peixoto, impotente então para deter as iras de Deodoro, porem desenganadamente seu her-

(1) Visconde de TAUNAY, *Imperio e Republica*, p. 20, S. Paulo 1933. Um dos "leaders" anti-deodoristas era Anibal Falcão que (escreveria Patrocínio), estava certo de vencer... Vd. LUIZ ANIBAL FALCÃO, pref. à *Formula de civilização brasileira*, de Anibal Falcão, p. 58, Rio 1934.

deiro. Valia a pena esperar. Tentaram convencer Prudente da necessidade de sua desistência. Foi mais forte a obstinação, algo fatalista, com que resistiu.

Diria Campos Sales, nas *reminiscências*, que desse “primeiro erro” decorreram os demais, que ensanguentaram e talaram o país durante demoradas desordens (1); disse certo. Esta intransigência acabou de afastar Deodoro da assembleia, com a qual jamais se conciliou; e produziu o pretexto, no fim do ano, para o golpe de estado. Abandonaram os paulistas a intervenção apaziguadora; e a votação correu apertada, vencendo Deodoro por 129 votos contra 97. Mas Floriano, apresentado pela oposição, derrotou Vandenkolk (sustentado pelos deodoristas) por 153 contra 57. O irremediável da contenda declarou-se no dia seguinte, por ocasião da solene posse de ambos. O Congresso recebeu friamente o pai da república; e prorrompeu em aclamações ao vice-presidente, sagrado ali — em face do velho camarada, numa desfeita estridente — o “homem do dia” (2).

Notou o cronista: “Eu comparei tudo — e comparei ainda o presidente e o vice-presidente. Aquele proferia as palavras do compromisso com a voz clara e vibrante, que reboou na vasta sala. Desceu depois com o mesmo aprumo, e safo. A entrada do vice-presidente teve igual cerimonial, diferiu logo nas palmas das tribunas, que foram calidas e numerosas, ao contrario das que saudaram a chegada do primeiro magistrado. O marechal Floriano

(1) CAMPOS SALES, *Da Propaganda à presidência*, p. 74, S. Paulo 1908.

(2) Vd. a queixa do barão de Lucena a Cesario Alvim, TOBIAS MONTEIRO, *Pesquisas e depoimentos*, p. 334, Rio 1913. Disse Lucena que enquanto a mesa da assembleia ia em comissão receber o vice-presidente, ficára Deodoro sozinho... E' curioso que, consultado este pelo irmão Pedro Paulino sobre o nome do candidato à vice-presidência (em 6 de Fevereiro), respondeu significativamente: “Não tenho nem devo ter candidato a coisa alguma no congresso: eleja ele a sua livre vontade, o presidente e o vice-presidente da república” (*Fac-simile* publicado por LEONCIO CORRÊA, *A verdade histórica sobre o 15 de Novembro*, Rio 1989).

caminhou para a mesa, cabeça baixa, passo curto e vagaroso, e quando teve de proferir as palavras do compromisso, fê-lo em voz surda e mal ouvida. Tal era o contraste das duas naturezas" (1).

Nos Estados.

O governo, ou antes, Lucena, interveiu por toda parte, naquele periodo de eleição de assembleias e governadores. "...Faz-se em todo o país guerra aos republicanos historicos (escreveu, em Abril, José Tomaz da Porciuncula a Silva Jardim) e principalmente aos que não votaram no Congresso no nome de Deooro para presidente da republica; essa guerra é sistematica em S. Paulo, Minas, Espirito Santo e Ceará, sobretudo" (2). Em S. Paulo, Jorge Tibiriçá (envolvido na atitude da bancada, favoravel a Prudente) foi substituido, em 6 de Março, por Americo Brasiliense. Prudente telegrafou-lhe, de Piracicaba: "Parabens pela vossa demissão. Caiu convosco o Partido Republicano. Acompanham-vos os aplausos de toda a opinião desinteressada" (3). "Os republicanos ainda não governaram o país; o governo está nas mãos dos velhos barões da monarchia, decrépitos e inúteis como ela..." — protestava, na Constituinte bahiana, Cosme Moreira (4). E Xavier da Silveira: "Atropelam-se nas regiões governamentais os ex-validos da monarchia..." (5)

No Rio Grande, percebeu Castilhos que a perda de tempo em discussões demoradas lhe seria fatal à auto-

(1) MACHADO DE ASSIS, *A Semana*, III, 42-3 (cronica de 17 de Nov. de 95).

(2) Carta de Petropolis, 23 de Abril de 1891 MARTIM FRANCISCO, *Revendo*, in *Rev. do Inst. Hist de S. Paulo*, XXXI, 400-410 (S. Paulo 1936).

(3) JOÃO SAMPAIO, in *Prudente de Moraes, O Primeiro Centenario*, p. 204, S. Paulo 1942.

(4) *Anais da Assembléa Constituinte do Estado federado da Bahia*, III, 107 (27 de Junho de 1891), Bahia 1895.

(5) GASTÃO PEREIRA DA SILVA, *Xavier da Silveira e a Republica de 89*, p. 169, Rio 1941.

ridade: e com presteza elaborou a sua Constituição positivista — o governador chefe responsável e direto do Estado, em se ater ao dogma da divisão de poderes, nem ao principio da limitação do mandato⁽¹⁾. Elegeu Camara unanime, e, a 14 de Julho de 91, fez por ela aprovar, sem emendas, o projeto.

Criticou-o alguém: “No Rio Grande do Sul souberam aproveitar a situação com habilidade rara. Votemos desde já a Constituição sem emendas, como foi apresentada, dizia-se; o que se votar hoje pôde revogar-se amanhã; o que importa é constituir desde já o Estado, para pô-lo a coberto da intervenção federal iminente”⁽²⁾.

O conflito dos poderes.

Reacenderam-se as hostilidades, estimuladas pela força que dava à opposição o “seu marechal”, centro de convergencia, e sua bandeira, na luta desencadeada. A Campos Sales deve-se tambem a unica tentativa razoavel

(1) Pontos originais da Constituição riograndense de 1891: art. 9, permitia a eleição indefinida do presidente do Estado (por tres quartas partes do eleitorado); art. 10, escolhia livremente o vice-presidente. seu substituto no caso de impedimento, renuncia ou morte; ficava habilitado a recrutar para a força publica, mediante sorteio ou engajamento (n.º 10 do art. 20); os projetos legislativos seriam submetidos ao parecer das municipalidades (art. 32) dependendo do presidente a sua modificação de acordo com essas emendas e observações; escapavam à atribuição da assembléa as medidas de natureza administrativa, que seriam de competência do executivo; o mandato legislativo poderia ser cassado por maioria de eleitores... Vd. VICIÒN RUSSOMANO, *Historia constitucional do Rio Grande do Sul*, p. 262 e segs.; Fay de Azevedo, *Democracia e parlamentarismo*, p. 162, Porto Alegre 1934. Em 1906, o deputado Antenor Maciel propoz à Camara uma Indicação, que declarasse inexistente a Constituição castilhistas. A comissão respectiva, pelo parecer de João Luis Alves, achou-a concordante com a forma republicana; e arquivou a indicação (João Luis Alves, *Trabalhos parlamentares*, ps. 7-12, Rio 1928).

(2) CAPISTRANO DE ABREU, *Ensaio e estudos*, 3.ª série, ps. 143-4, Rio 1938 (art. in *A Noticia*, de 1 de Jan. de 1900).

para contê-la: o *acôrdo* para que, representada a opposição no ministerio, fosse este de equilibrio, e não de combate. Esbarrou a idéia no numero dos ministros que daria. Lucena concedia dois; ela exigiu tres (1). Fracassou pela desigualdade dos propositos: evidentemente, o que os tres ministros levariam ao governo não seria a concordia, senão o predomínio de sua politica, contrária aos sentimentos pessoais de Deodoro, a quem faltaria ânimo e cordura para sacrificar a autoridade ostensiva, de chefe responsavel... Delineou-se a outra solução: destruí-lo. O sistema não permitia melhores fórmulas. Aquela gente não admitia a convivencia da maioria, contraposta ao presidente, com o seu poderio indemissível. Apesar de presidencialista, odiando — como no Rio Grande do Sul havia de vêr-se — até a intolerancia e a guerra o regime parlamentar, aquela gente não compreendia subsistisse o presidente sem a vontade do Congresso: condenava-o, através de uma resistencia enfurecida. Iria ao "impeachment". Floriano dissimulava-se num silencio astuto, fugindo tanto à companhia do governo, como à dos antagonistas; e com a certeza de que era seu o futuro, não temeu anticipa-lo.

O dissidio agudo travou-se em torno do projeto de lei que definia os crimes de responsabilidade do presidente. Se aprovado, nele poderia inspirar-se o Congresso para fulminar com o "impeachment" o presidente (2). Vetado o projeto, Prudente de Moraes (vice-presidente do Senado, que efetivamente presidia, na ausencia intencional de Floriano) decidiu submete-lo ao plenario. Em

(1) CAMPOS SALES, *op. cit.*, p. 85. E' curioso observar o realismo de Campos Sales e dos companheiros do partido republicano, sustentando o dilema, acôrdo ou catastrophe.

(2) Que a intenção do Congresso era afastar Deodoro mediante o "impeachment", afirma Lucena na carta a Cesario Alvim ("com o fim de denunciar o presidente da republica") e indicam Soriano de Sousa, *Principios gerais de direito politico e constitucional*, p. 830 e Moreira da Silva, discurso de 1898 cit. por João BARBALHO, *op. cit.*, p. 291.

carta a Cesario Alvim, de 1 de Novembro, preveniu Lucena: "...se ele (Prudente) isto fizer, eu vos anuncio da parte do generalissimo que o Congresso será dissolvido"⁽¹⁾.

O governo contra o congresso.

A doutrina do governo era que o veto só poderia ser apreciado na sessão legislativa seguinte. A oposição queria recusá-lo imediatamente. Elettrizara-se a atmosfera com o dissídio; e Prudente de Moraes lhe precipitou o desfêcho. O Senado rejeitou o véto; e, sem perder tempo, remeteu a materia para a Camara, que procederia do mesmo modo... Surpreendeu-os o decreto de 3 de Novembro — em que, invocando altas razões do bem público, Deodoro dissolveu o Congresso, e annunciou para Maio seguinte as eleições para a nova legislatura.

O golpe de Estado sacudiu o país de um espanto em que se misturava a reminiscencia das dissoluções parlamentares, a que se habituára na monarquia, e o temor das reacções correspondentes. O povo parecia aceitá-lo, com essa inquietação complacente que causa a violencia apoiada à força. Dos congressistas só se conheceu o protesto contra a illegalidade, datado de 4 de Novembro, quando, a 23, caíu Deodoro. Também não se publicou

(1) TOBIAS MONTEIRO, *ibid.*, p. 340. Para a compreensão do episodio esta missiva tem especial valor, pois em face dela é imensa a responsabilidade de Floriano nos antecedentes do golpe de estado. Contra a vontade de Deodoro, que desconflava do colega, sabendo-o do outro lado, Lucena o procurou, para pedir fosse no dia seguinte presidir o Senado (a fim de obstar à insistencia de Prudente em pôr na ordem do dia o veto ao projeto sobre crimes de responsabilidade do presidente) e sondá-lo acêrca da crise. Floriano tranquilizou-o com a apatia (em vez de dissuadi-lo com a autoridade) e lhe deixou a impressão de que veria de braços cruzados o desfecho da contenda, quando, em verdade, nele se apoiava a maioria para resistir a Deodoro, e estavam nas suas mãos os fios do movimento que o derrubaria, vinte e tres dias depois. O vice-presidente não mexeu uma palha para impedir que o presidente arrebentasse com o governo, no desatino da illegalidade que, para ambos, tinha carater "salvacionista". Deodoro... salvava a autoridade, Floriano... a repuhlica.

no Rio o de Campos Sales e seus amigos, em S. Paulo, do dia 5. Os governadores, exceção feita do Capitão Lauro Sodré, do Pará, telegrafaram aplaudindo, aderindo, ou prometendo assegurar a ordem (1). Esta, dependia de dois fatores: a marinha, que obedecia em bôa parte à orientação ideologica do almirante Custodio José de Melo — o mais ativo dos adversarios da ditadura, na qualidade de deputado pela Bahia, chefe real da resistencia —; e o vice-presidente, Floriano Peixoto, a quem aproveitava a conspiração (2). Os sucessos seguiam o seu natural desenvolvimento. Fôra Custodio um dos tenazes oposicionistas de Fevereiro de 91, que tinham compensado a eleição de Deodoro, para presidente, com a de Floriano, para vice-presidente, derrotando Vandenkolk. Ambos aguardavam o fim desse agitado governo, fôsse atravez do "impeachment" (encartado na lei de responsabilidade, inutilmente vetada), fôsse no imprevisto dalgum desatino, que puzesse a revolta na rua. Não havia maior do que o atentado cometido contra a representação nacional. Perpetrado este, saíu o almirante a coordenar o "pronunciamento" naval; e a casa de Floriano, em São Cristovão, se converteu no centro da conjura. Enigmático, sem se descobrir aos olhos do governo, mas de corpo e alma solidario com a sublevação que se organizava, (3) aquele homem glacial encarnou — no

(1) Vd. telegramas in CUSTODIO JOSÉ DE MELO, *O Governo Provisorio e a Revolução*, I, 131-142. Lauro Sodré foi o unico a protestar, e la ser deposto por um destacamento militar enviado do Rio, quando o contra-golpe de 23 de Novembro o manteve no governo (entrevista do general Lauro Sodré a *A Noite*, Rio, 1 de Novembro de 1939). Ao manifesto paulista se referiu Floriano, na sua mensagem de 18 de Dezembro de 91.

(2) A conspiração iniciou-se em casa do general senador José Simeão de Oliveira, por deliberação inicial de Amaro Cavalcante (cf. relato deste, José Augusto, *Seridó*, I, 229 1954).

(3) EUCLIDES DA CUNHA, *Contrastes e confrontos*, p. 17, 6.^a ed., Porto 1923. — Sobre os sucessos entre o golpe de Estado e a revolta naval, vd. o diario de JOSÉ CARLOS DE CARVALHO, *O livro de minha vida*, ps. 100-138, Rio 1912.

atropêlo destas conjunturas — a continuidade do regime, ameaçado de colapso, os compromissos de 1889, que se diria traídos pelo barão de Lucena, o espirito revolucionario das instituições, aparentemente condenadas a desaparecer. E fingia um alheamento indifferente...

O levante inicial.

O movimento que depôs o marechal iniciou-se em Porto Alegre.

A dissidencia (Barros Cassal, Demetrio Ribeiro, Assis Brasil), forte com os federalistas (correligionarios de Silveira Martins, suprema expressão eleitoral da provincia, engrandecido com o exílio e o infortúnio) promovera o levante das guarnições de Rio Grande e Bagé; e pela manhã de 12 de Novembro, o povo na rua, exigiu em Porto Alegre a renuncia de Castilhos. O pretexto do motim era a sua definição tardia contra o golpe de estado. Em verdade, destituía-o porque carecia das simpatias federais (seus amigos contrários, no Rio, à ditadura) que o seu silencio parecia requestar⁽¹⁾. Os adversarios escolheram o momento para golpear o jovem chefe do mais enfiado partido com que no sul contava a república: e foi singular a reação. Desdenhando uma resistencia dramativa, declarou-se apeado do poder, entregando-o à anarquia...⁽²⁾ Aclamado o general Barreto Leite, limitou-se a devolvê-lo a um triunvirato (general Rocha Osorio, Cassal e Assis Brasil), que não

(1) No manifesto que publicou no dia seguinte à deposição, explicou Castilhos que se limitára a responder a Deodoro (que lhe comunicára o golpe de estado de 3 de Novembro) "que proveria por todos os modos à conservação da ordem publica". O seu telegrama foi laconico: "Porto Alegre, 4. Ordem publica será plenamente mantida aqui. Julio de Castilhos". Lucena acusou o ministro da guerra, general Frota, de ter auxiliado o levante, NETTO CAMPELLO, *op. cit.* p. 100.

(2) OTELO ROSA, *Julio de Castilhos*, p. 144, Porto Alegre 1928. Por menores do episodio, vd. GUSTAVO MORITZ, *Acontecimentos politicos do R. G. di Sul*, p. 292 e segs., Porto Alegre 1939.

esquentou lugar. Faltava-lhe a confiança da situação que ia inaugurar-se com Floriano: a sua sorte condicionava-se à "salvação do regime", logicamente identificada com a facção castilhista.

Ordenou Deodoro providencias radicais. Pensou numa expedição de terra e mar. Confiava na solidariedade do país... Iludia-se com a calma subsequente ao golpe. Inesperadamente deflagrou a "greve" do pessoal da Estrada de Ferro Central do Brasil⁽¹⁾. Ameaçava o abastecimento da cidade. Já aí Custódio dispunha de duas ou tres unidades da armada. Com o arrebatamento do seu gênio de iniciativa e bravura, não esperou pela palavra dos correligionarios do exercito, que gravitavam em torno de Floriano: passou-se para bordo do "Primeiro de Março", em seguida ocupou, com a sua guarnição, o encouraçado "Riachuelo", e, ao amanhecer 23 de Novembro, movia-se vitoriosamente na Guanabara.

Dois almirantes.

Surge então o almirante Saldanha como o condestavel da ditadura abalada. É admirado pelo cavalheirismo, pela lealdade, pela competencia profissional: infunde respeito, confiança, dedicação⁽²⁾. Sabem-no hostile à república. Isto mesmo o ajustava a uma situação composta de veteranos da politica imperial, de generais inadaptados à nova ordem, de conservadores coligado na reacção - contra o "jacobinismo". A opinião

(1) Pela primeira vez um movimento operario se articulava com a revolução politica, pois a "greve" foi promovida pelo deputado tenente José Augusto Vinhais, cujo prestígio era grande entre os trabalhadores da Central (CUSTÓDIO JOSÉ DE MELO, *op. cit.*, I, 95).

(2) Vd. GASTÃO PENALVA, *Rajada de glorias*, p. 365 e segs. ("Saldanha Sedutor"), Rio; a projecção de sua influencia no *Breviario de Educação moral, civica, social e militar da jovem Marinha*, edição comemorativa do centenário do almirante, Rio 1946; publicação do Ministério da Marinha, *Centenario do Almirante Saldanha, 1846-1946*, Rio 1947; DIDIO COSTA, *Saldanha*, Rio, 1942.

dividira-se pela linha das paixões, de uma banda a resistência, encarnada no governo que caíra na ilegalidade, de outra o ardor republicano, dos seus inimigos. No momento corriam paralelas duas restaurações: da autoridade (que, na suspeição geral, poderia complicar-se com a restauração da corôa, apregoada por um remanescente e vivaz partido monárquico) ⁽¹⁾ e da constituição, rasgada em 3 de Novembro. Luiz Felipe Saldanha da Gama puzera-se às ordens de Deodoro. Se lhe valesse a influencia, a restauração da autoridade importaria a revisão de toda a obra feita a partir de 15 de Novembro de 89: vislumbrou-se, no desassombro de sua attitude, a reimplantação da monarquia.

Custodio e Saldanha agiram com extraordinaria rapidez. Enquanto aquele se apoderava do "Riachuelo", este se instalava no "Solimões". E pediu a Lucena um batalhão de infantaria para com ele abordar o navio sublevado. Era na madrugada de 23. Conta Lucena que Deodoro dormia depois de uma crise de dispnéia que o assaltára à meia-noite; e esperou que despertasse, para lhe transmitir a requisição. As horas perdidas já não podiam ser recuperadas. O presidente ainda telefonou para as fortalezas, ordenando que respondessem à esquadra; e mandou dar a Saldanha a tropa que requisitara. Subitamente, mudou de idéia, aterrou-o a magnitude do conflito. Travar-se-ia uma batalha à sua vista, à volta dele, provocada por sua imprudencia, outros diriam por sua ambição — dele, a quem Tobias Barreto chamara "grande heroi sem ambição" ⁽²⁾. . . ; agitou-o uma emoção

(1) Lembra SALVADOR DE MENDONÇA, *Situação internacional do Brasil*, p. 112 que a retirada de Lafayette e Saldanha, em 1889, do Rio, para participarem da conferencia pan-americana de Washington, foi por alguns considerada um golpe, que facilitaria a república... Saldanha teria resistido, com a marinha.

(2) TOBIAS BARRETO, *Dias e Noites*, poesia de 1877, p. 101, edição do Estado de Sergipe 1925.

nobre, de patriota que não concebe corra por sua culpa o sangue dos concidadãos; atendeu, meditativo, às ponderações de Lucena, agora para que desistisse de lutar, selando com a renuncia a grandeza dos gestos. . .

“Quando o sr. Lucena acabou de falar, Deodoro levantou-se, poz as mãos sobre a mesa, inclinando-se ligeiramente para frente e, de cabeça baixa, refletiu algum tempo. Depois voltou-se, erecto, e ordenou a um dos seus ajudantes: “Lamenha, diga a Saldanha que julgue sem eleito as ordens dadas e venha falar-me”. E fitando outro: “Lobo Botelho, mande preparar o *landau* e vá dizer a Floriano que me venha falar”. Dirigindo-se então a todos, declarou: “Já não sou presidente da república e vou pedir a minha reforma” (1).

(1) TOBIAS MONTEIRO, *Pesquisas e depoimentos*, p. 263.

O MARECHAL DE FERRO

O vice-presidente assumiu o governo na manhã de 23 de Novembro de 1891, como restaurador da Constituição que iria “consolidar a republica”. A frase é de Campos Sales, na moção com que o Senado — a 21 de Janeiro seguinte — lhe hipotecou o seu pleno apoio (1). Chamou para as pastas militares o almirante Custodio e o general José Simeão de Oliveira. Contrapoz ao manifesto melancolico em que Deodoro se despedia, a sua veemente mensagem, declarando-se vingador da legalidade. Convocou para 18 de Dezembro o congresso dissolvido. E prorrompeu na sua politica de abater os representantes da situação decaída, de cimentar nos Estados a autoridade que lhe fôsse fiel, de erradicar a reacção e fundar materialmente outra espécie de ditadura: a da “salvação”.

Seria excessivo pedir àquele frio soldado, que servira silenciosamente às antigas instituições, que adotára sem ênfase o novo regime, que colaborára com o governo provisório como ministro da guerra e primara pela omissão enquanto herdeiro do poder, uma attitude de passivo respeito pela lei, que não convencia. Vira forjar-se a Constituição ao arbítrio de opiniões individuais,

(1) “...A fim de manter a ordem... restabelecer o regime verdadeiramente federativo, conspurcado pelo ato de 3 de Novembro, e consolidar a republica” (Moção de 23 senadores, sendo o primeiro Campos Sales, na sessão de 21 de Janeiro de 1891, em que Ruy renunciou coerente com o principio da nova lei eleitoral, que prohibia aos ministros se candidatarem aos postos de representação, uma vez que fôra eleito quando membro do governo provisório. (*Obras completas de Ruy Barbosa*, vol. XIX, tom. I, p. 188, Rio 1947).

no círculo fechado do governo; e assistira à sua aprovação por uma assembléia livre de fazer o que entendesse, distante do povo. Desagravara-a sem risco, beneficiário hábil de uma revolução que arquitetou na sombra, sem lhe correr os perigos: e, pois, estava de pé essa constitucional república atraçoada por seu fundador (gritavam os vencedores de 23 de Novembro), não lhe parecia razoável entregar o comando à desordem dos partidos ou à anarquia das ruas. Modelou-se nele o “homem forte”. Era da raça misteriosa dos heróis de poucas palavras, de aparência inerte, modos simples, pensamento dissimulado, intrepidez calma, insondáveis energias reveladas pelo ataque, pela provação, pelo desafio. Se tivesse sucumbido antes dessa hora histórica, se não tivesse sobrevivido ao primeiro governo da república, maltratado pelos monarquistas, como perjuro, suspeitado pelos deodoristas, como insincero, o seu perfil desluzido atravessaria a crônica política sem características originais, satélite de acontecimentos superiores à sua previsão, caudatário taciturno do cesarismo triunfante... O poder transformou-o: assim “modesto e vulgar” como o retrataria Quintino (1) — “esquivo indiferente, impassível” (2). Era, no rigor da expressão, um chefe.

Derrubada.

Começou “derrubando” os governadores que se tinham manifestado favoráveis ao golpe de estado. Pouco importava que, mandatários por prazo certo, não fossem demissíveis. A mesma idéia sumária (que vinha do tempo das dissoluções parlamentares) que levára Deodoro a

(1) Quintino Bocaiuva, discurso no Senado, 1895, in ARTUR VIEIRA PEIXOTO, *Floriano*, I, 280 (ed. do Ministério da Educação e Saúde, Rio 1939).

(2) EUCLIDES DA CUNHA, *Contrastes e Confrontos*, p. 15.

extinguir o Congresso, induziu Floriano a depôr os governadores, tão legalmente indestrutíveis como a assembléia, que restaurara. Nem repugnou a violencia aos ortodoxos da legalidade vitoriosa. Custodio fala do "pensamento da revolução" (1). Era a justificativa: houvera uma revolução, que seguia a sua logica, não um retôrno à ordem jurídica, definida nos papéis officiais. Comportou-se Floriano como árbitro de uma reorganização à viva força, não como espectador de uma pacificação mole. Aderiram-lhe os grupos que, nas provincias, cobijavam a direção; e as submeteu, de norte a sul, com o auxilio pressuroso da tropa. Interveiu, utilizando-a. O exercito tomava afinal uma posição irrevogavel na "consolidação da república". O vice-presidente identificou-se com ele.

Houve uniformidade de processos na deposição dos governadores. O marechal tinha para isto um elemento de choque, que eram as oposições locais, uma razão popular, a incompatibilidade deles com a "legalidade" que abandonaram, aceitando o golpe de estado, e agentes eficazes, os militares de confiança, póstos na chefia dos corpos, ou despachados, para os logares necessarios. Manobrou habilmente esses recursos. Reproduziu-se, do norte ao sul, uma cêna equivalente: escudados na parceria dos batalhões, os politicos, ferventes de entusiasmo constitucionalista, se reuniam num comício agressivo; atestava-se de povo a praça; defensivamente, o governador se cercava em palacio da policia desmoralizada pela ameaça da tropa de linha; uma comissão ia levar-lhe o "ultimatum"; intervinha, intimidativo, o official encarregado de liquidar a pendencia; e a fim de evitar o pior, resistente ou frouxa, com ou sem drama, fôsse corajosa ou acomodada, a condenada autoridade acabava rendida, fugitiva ou expulsa.

Em Maranhão o governador, tenente-coronel Taumaturgo de Azevedo, enfrentou a desordem: capitulou,

(1) *O Governo provisório etc.*, I, 143.

quando o 36.º de infantaria e a flotilha do rio o dissuadiram de lutar. Em São Luiz o proprio mensageiro de Floriano, tenente Manuel Joaquim Machado, promoveu o "meeting" que declarou destituído — aos gritos — o governador Sá e Albuquerque.

Do Ceará à Minas Gerais.

O general José Clarindo, do Ceará, não se deixou intimidar. Entrincheirou a policia e resistiu aos cadetes, da Escola Militar. O batalhão de linha que poderia auxiliá-lo fora deslocado para Maranguape. Bombardado o palacio pelos alunos, o velho general, depois de uma resistencia impávida, capitulou (1). Era na madrugada de 17 de Fevereiro de 1892. Entregou o governo ao coronel Fontenelle Bezerril, comandante da guarnição; e num protesto vibrante (escrito por seu secretario, Farias Brito) expôs ao país a extensão do atentado.

No Recife tambem correu sangue. Mês antes o governo, José Maria de Albuquerque à frente, formara tres batalhões de policia. Quando o general Ourique Jacques, representando Floriano, foi a 18 de Dezembro notificar o barão de Contendas de que devia largar o poder, defrontou, no campo das Princesas, com toda essa força. Talvez acabasse bem se um incidente não deflagrasse a batalha. Um cavalariano, que derrubara algumas pessoas, foi abatido a tiro; e os soldados de ambos os lados, julgando que era isso o sinal do combate, romperam o fogo, que durou meia hora (2). Cessou com a retirada do governador, a fuga de seus correligionarios, a "legalidade" triunfante.

(1) Descreveu os acontecimentos Farias Brito, em art. uma semana depois, cf. JONATAS SERRANO, *Farias Brito, o homem e a obra*, p. 80, S. Paulo 1939.

(2) JULIO BELLO, *Memorias de um senhor de engenho*, p. 107, Rio 1938, FELIX CAVALCANTI, *Memorias de um Cavalcanti*, p. 147, S. Paulo 1940.

Governava a Bahia José Gonçalves da Silva (1). Capitaneada por Cesar Zama, depois de um comício a oposição o intimou a resignar. O 9.º de infantaria, comandado pelo coronel Moreira Cesar — guardemos o nome — foi alinhar-se em face da secretaria do Estado, onde permanecera o governador. E o general Tude Neiva, para evitar o pior, o convenceu a transferir as funções ao sucessor legal. Era o presidente do Senado, Luiz Viana, que recusou. Aconselhado por Cesar Zama, o general assumiu a responsabilidade da situação (2). Correu um mês de indefinível mal estar, acéfalo o Estado, o comandante militar sem autoridade para organizar o governo, os políticos, reagrupados, a reafirmarem — com digna teimosia — que José Gonçalves continuava investido do mandato. Transigiu-se. Convocou Viana o Senado, demitiu-se da presidência, para que fôsse eleito o almirante reformado Joaquim Leal Ferreira, e este — neutro e venerando — foi empossado como governador interino (23 de dezembro). Preservaram-se assim os quadros políticos — intactos com a esperta manobra — e escapou a Bahia a um conflito semelhante ao do Ceará e de Pernambuco.

Tambem em Minas, à intervenção demolidora faltou brecha por onde entrar. Cesario Alvim infundia respeito; e como a todos repugnasse a intromissão desabusada da União na autonomia do Estado, o que melhor ocorreu à dissidência foi um esboço de separação, criando, núcleo da revolta... o Estado de Minas do Sul. Seria não vêr

(1) Manuel Vitorino deixara o governo em Abril de 1890, desprestigiado pelo apoio que o comandante das armas, general Hermes, dava à oposição (vd. sua carta a Ruy, comunicando a renuncia, in ORIVALdo CASSIANO GOMES, *Manuel Vitorino Pereira*, p. 25). Assumiu o velho irmão de Deodoro, que, gravemente doente, passou o cargo, em Outubro, ao vice-governador Virgílio Damasio; e como este fôsse para a Constituinte federal, o substituiu o Dr. José Gonçalves, confirmado por eleição da assembléa constituinte do Estado, a 2 de Julho de 91 BRAZ DO AMARAL, *Historia da Bahia do Imperio à Republica*, p. 357). — Vd. também JOÃO GONÇALVES TOURINHO, *Historia da Sedição na Bahia*, Bahia 1893.

(2) BRAZ DO AMARAL, *Recordações historicas*, p. 140, Porto 1921.

a verdade das cousas ocultar o jogo federal nesse episodio mofino. Sentiu Alvim o dilema, entre conflagração e demissão; e passou o cargo ao vice-presidente. Pedia-se paz. E como na Bahia, a paz se consumou com a eleição de figura antiga, que aliava a probidade à prudencia, no seu equilibrio honrado de "conselheiro" de outrora: Afonso Pena (1).

Paraná e Mato Grosso.

Os fatos do Paraná e de Mato Grosso realçam devidamente a crise, na sua fórmula de anarquia militar. Contava Generoso Marques, em Curitiba, com a guarnição federal, e parecia não temer a opposição formada em torno de Vicente Machado, quando, um belo dia (29 de Novembro) se lhe annunciou um comicio. Exigia-se que entregasse o governo ao coronel Roberto Ferreira, comandante do distrito. Quiz resistir. Mas o coronel ouviu diante dele a officialidade, e foi deposto. Substituiu-o uma junta, que fez eleger presidente e vice-presidente Xavier da Silva e Vicente Machado, origem da situação dominante no Estado até 1908 (2). As forças que pretenderam destituir o governador de Mato Grosso encontraram pela frente um vulto respeitavel de chefe: Generoso Ponce. Respondeu à intimidação das armas com os clarins da guerra. É verdade que neste transe lhe valeu a desorientação dos adversarios, que se precipitaram à luta contra o governador Manuel Murtinho desobedecendo ao mesmo tempo as ordens de Floriano, de modo a serem duplamente rebeldes, na questão estadual e em face do presidente. A alma do movimento foi o major

(1) AFONSO ARINOS, *Um Estadista da República*, I, 229, Rio 1955. Sobre as deposições, vd. CUSTODIO JOSÉ DE MELO, *ibid.*, 165-6; HELIO LOBO, *Um varão da república* -- Fernando Lobo, ps. 92-120, S. Paulo 1937.

(2) ENÉAS MARQUES, *Generoso Marques*, ps. 29-41; ROMARIO MARTINS, *Historia do Paraná*, ps. 499-500.

Anibal da Mota, sobrinho do general Antonio Maria Coelho. Estourou em Corumbá (22 de Janeiro de 92), com o lema separatista, de República Transatlantica de Mato Grosso; e facilmente conquistou a capital (2 de Fevereiro), com a adesão dos corpos de linha. Generoso Ponce convocou então os correligionários dos municípios próximos e a investiu com mil e quinhentos homens. O governo revolucionário, para evitar a batalha, acordou em transferir o mando a uma junta conciliatória. Em Corumbá, porem, a insurreição manteve-se. O coronel Ewbanck, nomeado por Floriano comandante militar, teve de retroceder, por não permitirem que o seu navio subisse o rio. Decepcionado com o repúdio da convenção de paz, o caudilho duplicou os seus elementos e cercou a cidade. Nela entrou à viva força, debelando a resistencia do 2.º de artilharia, do 2.º, 8.º e 21.º de infantaria — já aí com o auxilio de vários contingentes que se haviam declarado pela legalidade, o mais importante, o 19.º de infantaria, sob o comando do major Tupí Caldas (1); e assumiu o poder. Devolveu-o a Manuel Murtinho. Floriano agora o sustentava: representara a autoridade; e com a vantagem de a ter vingado.

A república corria perigo...

O sebastianismo.

Em 5 de dezembro, em Paris — no hotel modesto onde se hospedava — faleceu o imperador. Sacudiu a nação um sentimento brusco de admiração pelo velho monarca, maior na dôr sem queixas e no exilio sem dinheiro do que outrora, quando reinava e governava: e se fizeram em sua honra grandes manifestações de pesar. Tornaram-se mais intensas à medida que, passado o primeiro momento de compungido espanto, os grupos mo-

(1) GENEROSO PONCE FILHO, *op. cit.*, ps. 88-126.

narquicos se atreveram a deliberar publicamente sobre aquelas homenagens, censurando, além disto, o governo, que reclamara contra as exequias imperiais decretadas pelo presidente da França. Enfrentavam de cabeça alta a reação. Gerou-se na imprensa uma polemica que desceu às veemencias do "meeting" e armou os sintomas de uma luta vasta. Presidida pelo venerando marquês de Tamandaré, realizou-se em 10 de Dezembro a reunião popular promovida pelo jornal *O Brasil*: aprovou um programa de comemorações. No dia seguinte o clube republicano riograndense chamava à rua os seus adeptos e protestava (em manifesto com a assinatura do capitão Tasso Fragoso) contra a provocação. Nomes ilustres subscreviam, é verdade, as frases de respeito à memoria de D. Pedro II: Quintino, José Verissimo, Constancio Alves, Rozendo Moniz... Na *Cidade do Rio*, Patrocínio, a 7 de Dezembro, antecipara-se a todos exigindo o repatriamento de seus restos mortais. Laet, no dia 12, clamava pelas colunas da sua gazeta: "Ele ha de vir, o glorioso imperador" (1).

Com o seu espirito belicoso, levantou a luva que Ruy atirara aos decaídos de 15 de Novembro: e, em editorial, apelou para o "sebastianismo".

Desse artigo de 10 de Dezembro de 91 vem a palavra, que se estenderia à resistencia conservadora, na sua rixa com o jacobinismo. Adquiriu o relêvo tradicional: é uma fórmula de reivindicação em busca de desbotadas reminiscencias, erigido o têma da volta do rei, e do reinado, em crença poetica e ousada, entranhadamente brasileira, porque brotava das mais antigas fontes da raça, nas suas fantasias de ressentimento e esperança... (2) *Sebastianistas*, sim!

(1) *O Brasil*, Rio, 12 de Dezembro de 1891. Nas coleções deste jornal, a noticia da reunião monarchica de 10. Leia-se, *Biblioteca do Jornal do Brasil*, D. Pedro II, Rio 1892 (coleção de artigos panegíricos).

(2) Ruy saíra-se com a palavra no telegrama a Latino Coelho, de 18 de Dezembro de 89, quando atacava as recriminações de Ouro Preto (Vd. deste o *Advento da ditadura militar no Brasil*, ps. 4-5, Paris 1890).

É curioso notar. O *sebastianismo* arrogante — de que o jornalista se desvanecia — transitou da cidade para os *sertões*, em vez de emigrar do campo para a capital: em 1891 foi um apelido. Em 1897 — veremos — seria uma religião. A Floriano aquilo servia: pois a república tinha inimigos; competia-lhe defendê-la. No íntimo, não se iludia. Não era a restauração do trono que parecia iminente: mas a de Deodoro. Os monarquistas formavam uma elite respeitável; porém civilista. Os camaradas e os amigos do fundador da república, estes eram capazes de abalar o governo: decididamente queriam retomá-lo.

Agitações.

O que ia pelos Estados se refletiu no Rio de Janeiro, onde Deodoro era — quizesse ou não — o centro da conspiração contra a nova “legalidade”.

A violência de 3 e a sedição de 23 de Novembro tinham habituado os espiritos às surpresas da força: nela confiando, os vencidos da véspera procuravam deter a *ditadura*. Amotinaram-se os marinheiros do cruzador “Primeiro de Março”. Foram subjugados sem derramamento de sangue. Servia de indício das ligações que os inimigos da situação tinham na esquadra: e tanto assim, que, fiados do apoio ou da abstenção dos navios de guerra, se insurgiram a 19 de Janeiro as fortalezas de Santa Cruz e da Lage⁽¹⁾. Comandou a primeira o sargento Silvino Honorio de Macedo, que acabava de ser

Laet dela se ufanou no editorial de *O Brasil*, de 10 de Dezembro de 91. *Fôra o sebastianismo*, bradou o *Diario de Noticias*, de 18 do mesmo mês... O visconde de Taunay, em artigo de 6 de julho de 91, sob este título, defendeu-o (*O grande imperador*, p. 53, S. Paulo 1932).

(1) Sobre a Lage e o alferes Florimundo, vd. a deliciosa crônica de MARTIM FRANCISCO, “Ele falou”, in *Revivendo*, *Rev. do Inst. Hist. de S. Paulo*, XXXI, 345.

absolvido em conselho de guerra, por indisciplina grave (1), e, à frente dos presos, aferrolhára no refeitório a guarnição, hasteara uma bandeira vermelha, ameaçara com os canhões a cidade, e se dizia restaurador de Deodoro. Não custou a Floriano dominar o levante, mandando tomar de assalto, por terra, Santa Cruz, posta, além disto, sob a mira da artilharia naval. Rendeu-se após um dia de combate; e a Lage, sem um tiro. Mas este desatino revelava o fermento de desordem de que adoecia o país. Agravara-se com a questão — asperamente explorada — do período constitucional do vice-presidente. Pela letra fria da magna carta, pois o presidente renunciara antes de dois anos de exercício, lhe cumpria ordenar as eleições para a sucessão...

Controversia.

A controversia empolgou a opinião. Em carta a Pardal Mallet resumiu-a Ruy (que defendera aliás a fórmula norte-americana da eleição indireta e da sucessão pelo vice-presidente até o fim do mandato, qualquer que fôsse a época em que ocorresse a vaga): far-se-ia a reforma constitucional, esclarecendo a dúvida, ou nova eleição: absurdo era apelar para a hermeneutica do Congresso, como desejavam os correligionarios do governo (2). Ponderavam estes que houvera equivoco de redação no artigo 42: devia lêr-se, “no caso de vaga, por qualquer causa, da presidencia e vice-presidencia...”, e

(1) Silvino comandou na revolta da esquadra (1893) a canhoneira *Guanabara*, e, preso no Recife em Janeiro de 1894, foi ali fuzilado por ordem do comandante do distrito, e expressa recomendação de Floriano.

(2) RUY BARBOSA, *Correspondencia*, ps. 46-53, S. Paulo 1932. No “Inventario da legalidade”, *Jornal do Brasil*, 17 de Julho de 1893, voltou Ruy a opinar, porem acremente: o Congresso presenteára o vice-presidente com os 3 anos e 3 meses da sucessão de Deodoro, *Comentarios à Constituição Federal Brasileira*, coligidos por Homero Pires, III, 149, S. Paulo 1933.

não, “da presidencia ou vice-presidencia...”⁽¹⁾ Quem arbitraria a pendencia? O Supremo Tribunal (que, intimidado, se eximiria de falar) ou o Congresso (cujo voto era d’antemão conhecido). Floriano entregou a questão ao Congresso, que, em Junho, decidiu ser legitima a continuação no cargo até o fim do quadriênio. Resolveu errado? Sim, bradaram os deodoristas; não, gritaram os florianistas. Na realidade — embora faccioso — interpretara razoavelmente a obscuridade. A comissão legislativa, que lhe dera parecer na Constituinte, ao referir-se à necessidade de nova eleição, previra a hipótese da ausencia de presidente e vice-presidente, quando seria inadmissivel governar a nação “durante uma longa interinidade” alguém não eleito “na previsão de vir a ocupar tão elevado posto” — como o vice-presidente do Senado, os presidentes da Camara e do Supremo Tribunal. Lá estava o projeto do governo provisório, que attribuía ao vice-presidente a sucessão — pelo resto do periodo. O artigo 42 poderia entender-se obrigando a eleição se faltasse *tambem* o vice-presidente⁽²⁾.

(1) Carta de Ferreira Viana Filho a Antonio José de Melo in Custodio, *op. cit.*, I, 245.

(2) A comissão que legitimou no Congresso o mandato de Floriano, insistiu na denuncia do equivoco: “O emprego da conjuntiva ou em vez da copulativa e foi sem duvida um erro de impressão, facilimo de escapar aos mais escriptulosos revisores” (Parecer n.º 15 — 1892). Não foi erro (opinámos) porem inadvertencia. Em verdade, o grande argumento florianista seria o do art. 41 § 1.º, que dá ao vice-presidente a sucessão em caso de falta do presidente, esclarecendo: “eleito simultaneamente com ele”, declarando o art. 43 § 4, que “o primeiro periodo presidencial terminará a 15 de Novembro de 1894”. Se o pensamento foi que um e outro assumissem na mesma ocasião as funções “simultaneamente”, que a sucessão estivesse desta fórma regulada (caso de falta), que “o primeiro periodo” acabasse em determinado dia, “a fortiori” não especulava a Constituinte com a eleição de presidente enquanto pudesse succeder-lhe o companheiro de investidura. Na hipótese contraria seria inevitavel o desequilibrio: continuaria vice-presidente Floriano com outro presidente eleito em vez de Deodoro; o periodo deste seria de quatro anos, e o dele terminaria improrrogavelmente em 1894; e jamais se verificaria a simultaneidade de eleições de presidente e vice-presidente, conforme o § 1.º do art. 41 da Constituição!

Em síntese: o problema juridico não oferecia maior complexidade se não o envenenasse a paixão politica, que arvorou em simbolo a “usurpação”, taxando de ilegal o governo que não extremou o seu escrúpulo a ponto de convocar imediatamente novas eleições.

Não repugnava esta idéia à indole do regime, que outra não é a pratica vigente nos Estados Unidos: com a vantagem de evitar as perturbações incalculaveis dos pleitos extemporâneos. Assim não julgava a minoria ligada à reação contra o vice-presidente, tão exacerbada agora, no combate ao governo, como os outros, no ano anterior, a Lucena e Deodoro.

Clamou-se, que o seu dever era restituir a soberania ao povo, para que elegeisse o presidente legitimo.

Floriano fechou-se num silencio desdenhoso.

Estabeleceu-se o dilema: cederia o governo, ou a opposição recorreria aos meios extremos.

Ditadura.

Resolveram altas patentes do exercito e da marinha precipitar a solução, impondo-a — numa mensagem de treze assinaturas que o marechal Almeida Barreto foi levar ao Itamaratí, e os jornais publicaram em 5 de Abril. Eleição “quanto antes”. Era um “pronunciamento”: e o ministerio insistiu com o vice-presidente, para que, num ato vigoroso, o castigasse (1). Floriano reformou — divulgando um manifesto explicativo — os signatarios do documento. Fazia-se forte diante da arrogancia: enfrentava-a. Os elementos civis e militares associados para depô-lo, marcaram para 10 de Abril uma homenagem popular a Deodoro, pelo propalado restabelecimento de sua saúde. Constou que a festa encobria o objetivo audaz, de um ataque ao palacio se contassem, como acreditavam, com a tropa. Disto avisados, Floriano e seus ministros militares fizeram sair à rua os batalhões fieis: e quando, em tumulto, os cabeças da revolta se dirigiram da casa de Deodoro, que não pudera recebe-los, para o Itamaratí, lhes saíu ao encontro, cruzando a pé a praça da Repú-

(1) Custodio José de Melo, *op. cit.*, I, 263.

blica, o proprio vice-presidente. Deu voz de prisão ao tenente-coronel Mena Barreto, que se salientava no grupo exaltado; e passou, serenamente, superior à tormenta, numa ostentação fria do seu destemor⁽¹⁾. Por sua vez os agitadores, vendo que as baionetas ali postadas se conservavam obedientes ao governo, estenderam o desfile até a rua do Ouvidor, onde, sem outros incidentes, dispersaram... Houvera entretanto a tentativa de levante: e Floriano, alem de decretar o estado de sitio por 72 horas, mandou prender e deportar para as regiões extremas do país os indigitados chefes⁽²⁾. Varios tinham imunidades parlamentares. Não o demoveu esta circumstancia. Cautivo e angustiado, o Supremo Tribunal desprezou o "habeas corpus" com que Ruy Barbosa procurou libertá-los⁽³⁾.

(1) MAX FLEIUSS, *Historia administrativa do Brasil*, p. 484, S. Paulo. "...Uma combinação policial arranhou nesta cidade a farsa de uma sedição...", diria Ruy em 1897; a proposito do 10 de Abril, *Obras*, XXIV tom. I, p. 191. CAPISTRANO DE ABREU: "a a semibernarda de 10 de Abril de 92 que coube toda num bonde, mas serviu para inaugurar a era do estado de sitio...", *Ensaios e estudos*, 3.ª serie, p. 145.

(2) O decreto do desterro para o Amazonas (S. Joaquim, Cucuí, Tabatinga) atingiu os marechais José Clarindo e Almeida Barreto, o coronel Jaques Ourique, os tenentes-coroneis Taumaturgo, Antonio Adolfo da Fontoura Mena Barreto, o capitão-tenente José Gonçalves Leite, o capitão Gentil Eloi de Figueiredo, José Joaquim Seabra, José do Patrocínio, Plácido de Abreu, Manuel Lavrador, Artur Fernandes Campos da Paz, conde de Leopoldina, Antonio Joaquim Bandeira Junior, José Elisio dos Reis, José Joaquim Ferreira Junior, barão de Moniz de Aragão, Inacio Alves Corrêa Carneiro, almirante Vandenkolk, alferes Alfredo Martins Pereira, capitão Felisberto Piá de Andrade, José Carlos de Carvalho, coronel Antonio Carlos da Silva Piragibe, Pardal Mallet, alferes Carlos Jansen Junior, Sabino Inacio Nogueira da Gama. Outros seriam presos nas fortalezas de Lage, Villegagnon, Santa Cruz. Os lentes demitidos foram J. J. Seabra, do Recife, e Campos da Paz, substituído da faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Vd. documentação in SILVIO PELXORO, *Floriano — Memorias e documentos*, IV, 128 e segs., Rio 1939.

(3) Ruy lembrou a "maior gravidade cívica, a de mais vasto alcance moral que jamais pendeu da justiça brasileira", *Habeas Corpus*, p. 8, Bahia 1892. O pedido, datado de 18 de Abril, foi denegado, contra o voto do ministro Pisa e Almeida (Acordão n.º 308). Esta jurisprudencia inconstitucional foi revogada pelo mesmo Supremo quando, em 16 de Abril de 1898, libertou por *Habeas corpus* os parlamentares presos pelo governo de Prudente de Moraes (FELISBELO FREIRE, *A Constituição da República interpretada pelo Supremo Tribunal*, p. 225, Rio 1913.). — A novidade da doutrina fez que Ruy desse edição inglesa do seu memorial *Martial laws: its Constitution, limits and effects*, Rio 1892.

Porque dois eram lentes de escolas superiores, sumariamente os demitiu. Que recorressem à justiça! Aceitara a luva; respondia à agressão.

Estava-se em ditadura.

A morte de Deodoro em 23 de Agosto como que encerrou o episodio da instabilidade do governo — dele arredando a ameaça da “volta” do Fundador. Reformado em 11 de Janeiro, zangado com a classe e incompatível com a situação, intimamente desenganado do regime e num ostracismo altivo, o marechal recomendara que não lhe fizessem honras militares nos funerais⁽¹⁾; e prometeu nunca mais vestir aquela farda refulgente, com que a posteridade o reconheceria. Exilou-se, com a sua dispnéia e a sua amargura, para uma casa modesta de Santa Tereza; e desprezando o estrondo dos acontecimentos, que indicavam a proximidade de uma catástrofe, condenou-se ao silêncio triste em que se finou. Como que voluntariamente se alistara no ról das vitimas da república cesarista que proclamara — para que reluzisse, solitária, a estrêla do rival vitorioso.

(1) LEONCIO CORREIA, *A verdade sobre o 15 de Novembro*, p. 306, conf. de A. Tavares de Lira, Rio 1930. Eclipsou-se a fama do Fundador, em beneficio da de Benjamin e Floriano. Ambos tiveram monumento na capital antes dele. O de Deodoro, na praça Paris, foi inaugurado em 1938.

O SUL EM ARMAS

Forças inconciliáveis.

A despeito da “derrubada” nos Estados e da oposição levantada na capital federal contra o vice-presidente, possivelmente não sobreviria a guerra civil, se os partidos se acomodassem no Rio Grande. Mas se odiavam de morte. Poderia Floriano amainar as paixões, intervindo; ou disso se aproveitou para dividir, sem remédio, os beligerantes, com a vitória dos “republicanos”? O emissário que mandou a Porto Alegre lhe deu a impressão dos fatos: embora em minoria o castilhismo, nas suas fileiras militavam os correligionários autênticos de Floriano, pois os contrários, chefiados por Gaspar da Silveira Martins, numa mistura de dissidentes (velhos republicanos, como Joca Tavares), restauradores (inconciliáveis com a nova ordem) ou deodoristas, com o rótulo geral de “federalistas”, tendo inscrito no seu programa a volta às instituições parlamentares reuniam, sob a bandeira nova, os inconformados, os descontentes, os reacionários⁽¹⁾. Para ele se delineou, clara, a situação: repondo Castilhos, deteria a oposição esperançosa dos exítos “federalista”⁽²⁾; e unificaria, de norte a sul, a frente dos defensores do regime, contra os que o hostilizavam na sua

(1) O Congresso de Bagé conviera, em 31 de Março de 1892, que preliminarmente se substituisse a Constituição do Estado, “comtista”, por outra “republicana representativa modelada segundo os princípios do governo parlamentar”.

(2) Vd. Telegrama de Floriano ao general Vasques, CUSTÓDIO, *op. cit.*, I, 355. “Este governo não pode prestar seu apoio moral senão ao Partido Republicano...”

ditadura ou o negavam na sua *legalidade*. Foram palavras suas: “O que se passa nesse Estado é lamentável e ao mesmo tempo util, porque, desta vez ficará liquidada a situação política e que não poderá deixar de ser republicana...” O essencial era não aparecer — denunciando-se — na revolta que repuzesse o governador caído em 12 de Novembro... Não apareceu. Ou melhor: dissimulando-se nas hábeis manobras do comandante do distrito, general Bernardo Vasques, por mais que se ocultasse, fingindo-se surpreendido, não houve quem não o descobrisse nessa transformação dramatica.

As duas forças estavam organizadas em Março de 1892. Os “republicanos”, sem segurança no Estado em poder dos adversarios, celebraram em Caseros, na Argentina, uma grande reunião: juraram (o general Hipolito Ribeiro, o general Francisco Rodrigues de Lima, o senador Pinheiro Machado, cabeça do movimento, Gabriel Portugal, Evaristo Teixeira do Amaral, Manuel do Nascimento Vargas, Filipe Aguiar, Honorato Cunha, Antonio Duarte Jardim, Antonio Cidade, Ataliba Gomes, João Francisco, Horacio Fernandes, Adolfo Martins de Menezes, Aparicio Mariense) juraram promover por todos os meios a volta à “legalidade”. E logo os primeiros chefes prometeram apresentar os seus contingentes armados. Isto a 13 de Março⁽¹⁾. No dia 31 celebrou-se em Bagé o congresso gasparista⁽²⁾, sob a presidencia do general João Nunes da Silva Tavares (Joca Tavares), que, aos 78 anos de idade, era uma reliquia de todas as guerras da fronteira: replicou, aclamando presidente do partido Gaspar da Silveira Martins e candidato ao governo do Estado o velho general, O “item” principal do seu

(1) CIRO DA SILVA, *Pinheiro Machado*, p. 78, Rio.

(2) Tiveram o apelido de *maragatos*, de uma colonia leonêsa (San José) no Uruguai, pois o nome é daquela origem, como aliás notou ROMAGUERA CORREA, *Vocabulario sul-riograndense*, p. 123, Porto Alegre 1897.

programa consistia na substituição “da Constituição *com-tista* do Estado por uma Constituição republicana representativa, modelada nos principios do governo parlamentar”. Em verdade, os dois partidos levaram a mão ao punho da espada.

A luta.

Começaram as hostilidades com a revolta que estalou nas ruas de Porto Alegre, em 17 de Junho. Descançava no poder, aparentemente apoiado pelo governo federal, o velho Pelotas. Mas o general Vasques, comandante do distrito militar, e o da flotilha, Legey, o largaram à sua sorte. Vasques colaborou com a sedição deixando que a policia, rebelada, se aprovisionasse no Arsenal de Guerra. O exercito não saiu a defender o governo. Empossou-se nele — restaurado — Júlio de Castilhos, que, ato continuo, nomeou vice-presidente e passou as funções a Vitorino Monteiro. Pelotas telegrafou a Joca Tavares, em Bagé, transmitindo-lhe por sua vez o governo, como 2.º vice-presidente: tambem por arbitrária nomeação... Deslocava para as cochilhas o facho da resistencia: entregava-o ao sôpro do pampeiro!

Ninguém se espantou mais com a reviravolta do que o ministro da marinha, Custodio de Melo (1).

Dois barcos da flotilha revoltaram-se em Porto Alegre. O ministro da marinha destituiu os comandantes, e cessou o motim. Joca Tavares reunira em Bagé ponderaveis elementos: à aproximação da força federal, entretanto, cedeu aos conselhos de Gaspar, que não se

(1) Vid. documentos in Custodio, *op. cit.*, I, capitulos III e IV. Restaurado o castilhismo, Floriano assegurou-lhe “prestigio e apoio de que posso dispôr...” (telegrama ao comandante do distrito militar). O marechal Falcão da Frota empunhou uma carabina ao lado dos castilhistas, para depôr o “governicho” (LAURENIO LAGO, *Marechal Julio Anacleto Falcão da Frota*, p. 11, Rio 1936).

conformava com a desagregação nacional; e receoso das proporções do conflito, decidiu dissolver a sua gente. Não se falasse em paz: essa dispersão marcava o compasso aos acontecimentos. Os *federalistas* perdiam nos municípios as posições; delas desalojados, refugiavam-se em territorio estrangeiro; confiavam nas armas; e disputavam, para dirigi-las, de esplendidos caudilhos. O telegrama que, de Melo, no Uruguai — para onde convergiram — enviou Joca Tavares a Gaspar Martins, em 31 de Janeiro de 93, retratou a exaltação indomável: “Impossível conter forças, amigos Estado reúnem-se. Para evitar imediata invasão marquei dia 5, dando tempo virem vossas instruções. Se puderdes, vinde. Dizei estação mandar receber armas, embora tenha invadido. Conto regimento Bagé” (1).

Em 5 de Fevereiro rompia a guerra.

Restauração ?

Florianos achava a fórmula do governo: o republicanismo. Com a mesma simplicidade tachou de *restauradora* a oposição, embora nela se engajassem republicanos inabaláveis como Serzedelo e Custodio, a dissidência de Demetrio, Assis Brasil, Barros Cassal. O epíteto colou-se à revolução, cujos chefes o repeliram, no manifesto de 15 de Março de 93: “Nossos adversarios com o designio pérfido de tornar antipática à opinião a revolução riograndense, apontam-nos ao país como restauradores da monarchia! É uma monstruosa calúnia!”

Falavam sinceramente.

Os inimigos da situação poderiam transigir com a idéa monarchica, porem por diferentes caminhos. O mais vibrante, Gaspar Martins, concordava com Ruy Barbosa,

(1) JOSÉ JULIO SILVEIRA MARTINS, *Silveira Martins*, p. 378, Rio 1929.

então em visível descrença desse republicanismo frustrado, para ser fiel às liberdades constitucionais, quaisquer que lhes fossem o rótulo. "...Afirmei sempre a indiferença das formas de governo..." Para o tribuno gaúcho o primeiro problema era o parlamentarismo⁽¹⁾. Para o bahiano, "o descrédito da república: eis a restauração"⁽²⁾.

É certo que a campanha contra Floriano arrebanhava todos os descontentamentos e fazia circular, na sua linguagem indignada, um curioso respeito pelas instituições abolidas.

Espêlho dessa conversão é o *Jornal do Brasil*. Fundado em Abril de 91 por Rodolfo Dantas, com alguns amigos liberais, núcleo academico da reação, que durara, nessa fase de experiencia, até a queda de Deodoro, vendido nos primeiros dias da *ditadura militar*, passou em Maio de 93 à direção de Ruy⁽³⁾. Desejou este fazê-lo o novo Diário de Notícias, com que arietara e derrubara o Imperio: e a partir de Maio (data de "traços de um

(1) "Chefe da democracia riograndense", como Quintino Bocayuva lhe chamara em 1878, Gaspar fôra adversario dos movimentos armados, como a Pelotas respondera em 1886: "Sublirmos apolados nas balonetas do exército? Nunca!" Não cedia quanto ao parlamentarismo (Vd. José Mariano Porto, *Apointamentos biograficos de Gaspar da Silveira Martins*, Rio 1891). Definuiu-se em carta escrita à esposa, de Buenos Aires, que lhe resume o crêdo: "A fôrma parlamentar, monarquica ou republicana, me garante a liberdade, contento-me com qualquer delas" (J. J. SILVEIRA MARTINS, *op. cit.*, p. 380). Mas a revolução não era restauradora, Epaminondas Villalba, *A Revolução federalista no Rio Grande do Sul*, p. XII, Rio 1897. Neste livro os seus principais documentos.

(2) Ruy differia de Gaspar no Culto à Constituição de 91, obra sua: enquanto aquele sobrepunha o parlamentarismo à república, queria êste a república legitimamente realizada. "Quem arruína a constituição, alú a república", art. do *Jornal do Brasil*, de 30 de Julho de 93, *Obras Completas*, vol. XX, tomo IV, p. 11, Rio 1949. Negou nas *Cartas de Inglaterra* a "superstição republicana", que sentira (p. 301 das *Obras Completas*, vol. XXIII, tomo I, Rio 1946). Estava com Benjamin Constant, o francês, para quem o essencial é menos a forma do governo de que os seus limites (*Mélanges de Litterature et de Politique*, prefacio, interpretação de C. Bouglé, e cit. A. E. SAMPAY, *La Crisis del Estado de Derecho liberal-burgués*, p. 180, Buenos Aires 1942).

(3) *Obras Completas*, de RUY BARBOSA, vol. XX, tom. II, p. 321, Rio 1949.

roteiro”) flagelou sem cessar as arbitrariedades em curso. Substituiu a seu modo o Congresso onde a maioria obediente imobilizava o inconformismo da oposição (1). Esse combate doutrinário à violência oficial produziu, em 1893, um efeito analogo aos ataques a Ouro Preto em 89: atiçou a rebelião, que só podia vir do mar para a terra — com o crescente desgosto das forças navais. Tinham abatido Deodoro, que descambara para a ditadura; deviam insurgir-se contra Floriano, que a continuava... Há duplicidade de sentido na carta de Ruy ao *Jornal do Comercio* em 6 de Março: que no montante da intolerância “as baionetas podem ser tão inúteis como contra a agua do mar...” (2) A armada falaria por ultimo!

Ilusão americana.

Eduardo Prado resumiu, na “Ilusão americana”, a incompatibilidade dos homens do passado com o republicanismo continental, ou a sua interpretação indígena (3). O mesmo protesto inflama a prosa de jor-

(1) Vd. sobre a volta de Seabra à tribuna, a carta de Alcindo Guanabara a Anibal Falcão, 21 de Set. de 92, in Luiz Anibal Falcão, pref. à *Formula da Civilização Brasileira*, ps. 62-4: “A decepção não podia ser maior...”

(2) RUY BARBOSA, *Correspondencia*, colligida por Homero Pires, p. 57, S. Paulo 1932. De Ruy, no artigo com que abriu, pelo *Jornal do Brasil*, o combate ao florianismo: “Temos o imperio, *mutato nomine*, com quasi todos os seus defeitos e sem a sua unidade”. No artigo de 5 de Julho de 93 comparava: “Não se confunda, entretanto, por esse lado, Itamarati com São Cristovão. Nos usos imperiais não se tratavam os servidores da corôa com a sobranceira majestatica usada hoje...”, *Obras Completas*, XX, tom. III, p. 100, Rio 1949. O seu repúdio à idolatria das formas de governo continúa na conferencia da Bahia, 24 de Maio de 1897, *Obras*, XXIV, tom. I, p. 57. Na Imprensa, 5 de Out. de 98: “Não é menos inviolável, menos republicano o direito de ser monarchista na republica...” *Obras*, XXV, tom. I, 16. Na citada carta ao *Jornal do Comercio*, 6 de Março de 93, desafiára: “Pois bem: no dia em que, sob pressão dos mandões da multidão, se abrisse um arrolamento para classificar os brasileiros em monarchistas e republicanos, eu acharia pouco para mim a designação de monarchista...”

(3) Publicado em 4 de Dezembro de 1893 em S. Paulo, o livro foi apreendido pela policia. Safu em nova edição em 1895, em que Prado noticia a violencia. Advogando a civilização liberal, estendeu-se em

nalistas pugnazes (Nabuco, Taunay, Ferreira de Araujo, Patrocínio, Laet) e a reação dos velhos liberais.

O governo, sim, pragmaticamente se inclinara para os Estados Unidos, fizera o presidente Grover Cleveland arbitro da “questão das Missões”, e colheu o resultado dessa diplomacia: ser-lhe-ia de utilidade fundamental na revolta da armada (como veremos) e a ela ficaríamos devendo o laudo de 5 de Fevereiro de 1894, que dirimiu aquela pendencia (1).

Rompimento.

No ministerio, despeitado pela reposição de Castilhos, acreditando na “traição de Floriano”, já sem ilusões sobre o caracter pessoal do seu governo, estabelecera Custodio de Melo uma fórmula de conciliação. Interviria no Rio Grande para atalhar a guerra civil, mas por intermedio de alta patente militar, que, equidistante dos grupos, convocaria as eleições e entregaria ao vencedor o poder legitimamente conquistado. A intervenção impunha-se; como uma exigencia de salvação publica. Mas a Floriano a idéia não podia seduzir, tanto porque

documentar as posições norte-americanas opostas à America latina (por isto Carlos Pereyra lho traduziu) considera contraria à nossa indole a imitação dos Estados Unidos (p. 225, Paris 1895), de que “ilusoriamente” se queixava. Das atividades conspiratorias de Prado (se lhe atribuem os fornecimentos d'armas feitos d'Inglaterra aos insurgentes do Rio Grande no que aliás acreditava) fala Eça de Queiroz, carta a Oliveira Martins, 17 de Abril de 1893, *Correspondencia*, p. 237, Porto 1928). Mas grande fornecedor de armas aos revoltosos foi o conde de Leopoldina. — Anedota que equivale a uma denuncia, foi em 8 de Setembro de 1892, a “blague” de Medeiros e Albuquerque, publicando toda a primeira pagina de seu jornal “*O Figaro*” com a noticia de... “A restauração da monarchia”, lastreada de fantasiosos decretos e invenções quejandas. Sacudia o burguês... (Edição *fac-similar* in *Dom Casmurro*, Rio, 14-6-1941).

(1) Tratamos em separado (cap. XIX) da *questão de Missões*, para dar coerência à ação, que se não interrompeu com a mudança de presidentes e ministros, da diplomacia, servida no Rio de Janeiro pelo hábil secretario geral do ministerio, visconde de Cabo Frio, e, junto aos árbitros, pelo barão do Rio Branco, responsavel pelo exito daquelas soluções.

desarmaria o castilhismo, como porque abriria aos gasparistas — fortes com a supressão do governo estadual — a vitória das urnas. Na realidade, seria, com a derrocada de Castilhos, a volta de Gaspar. Manteve, porem, uma discricção sibilina, a ponderar as razões do ministro da marinha. Parecia estudá-las... Foi quando o tenente Machado, governador de Santa Catarina, aderiu à revolução, com o longo manifesto de 24 de Abril. Surpreendido, o marechal destacou para o Desterro e a fronteira dos dois Estados oficiais de sua confiança, que contivessem a trêfega autoridade; e permitiu que contra ela se armasse a sublevação civil, no vale do Itajaí, chefiada por Hercílio Luz, delegado de terras — que creou em Blumenau um governo provisório (22 de Julho) e à testa da sua coluna de voluntarios arremeteu para a capital⁽¹⁾. Custodio, indignado com a contradição do vice-presidente, que, em vez de interferir no Rio Grande, se voltava contra Santa Catarina — exprobrou-lhe o erro; e exigiu que puzesse em execução o seu projeto de apaziguamento. Em 22 de Abril Felisbello Freire fôra nomeado ministro do exterior. Pediu-lhe Floriano o parecer juridico: e o novo ministro afirmou, que a Constituição não consentia... Custodio demitiu-se a 30 de Abril. No mesmo ato Rodrigues Alves, ministro da fazenda, que discordava da interpretação constitucional, deslocado nesse governo de força, largou silenciosamente a pasta⁽²⁾.

(1) Depoimento pessoal do gen. João Napomuceno da Costa, 2.º tenente e deputado estadual que comandou a defesa do palacio do governo em 31 de Julho, nos informa que a guarnição Federal, comandada pelo coronel Serra Martins, se achava predisposta a intervir contra Machado (o que se opõe à tese de sua neutralidade, cf. BORMANN, *Dias Fratricidas*, I, 120). Dado o sangrento encontro de 31, Machado mandou entregar as chaves do palacio a S. Martins e Hercílio Luz ocupou o governo.

(2) Contesta Tavares de Lira o que disse Dunshee de Abranches, quanto à saída de Rodrigues Alves por opposição à intelligencia dada ao artigo constitucional a respeito do periodo de governo de Floriano, *Centenario do conselheiro Rodrigues Alves*, I, 188, S. Paulo 1951; mas Cardoso de Melo Neto, *op. cit.*, II, 54, confirma esta versão. Em verdade

O almirante correu a articular a revolta na esquadra, de que era potencialmente o chefe. A oposição parlamentar insistiu no plano de interrupção da luta no sul pela intervenção generosa do poder central: apenas, combatendo Floriano, queria-a de iniciativa do Congresso, com a condição de realizar-se por “uma autoridade investida de poderes especiais, nomeação feita pelo poder executivo, mas dependente de aprovação do Senado” (como, da tribuna da Camara, pediu, no seu impetuoso discurso de 23 de maio, o jovem paraibano Epitacio Pessoa)⁽¹⁾. A maioria repeliu-a por inconstitucional.

Turbilhão.

Dividiu-se a revolução riograndense em tres fases: a invasão, julgando os rebeldes que sublevariam facilmente o Estado; fracassado o plano, a separação das forças, Gumercindo Saraiva de marcha batida para o norte, Joca Tavares em operações na fronteira; e o retôrno, a derrota, o exílio, a anistia.

Gumercindo e Vasco Martins entraram pelo Aceguá, com 600 homens. Juntou-se-lhes, com 3 mil, Joca Tavares — que assumiu o comando geral — para tomar, após fraca resistencia da guarnição federal, Dom Pedrito (23 de Fevereiro) e ameaçar Sant’Ana do Livramento e Alegrete. De Bagé, corre o general João Teles em socorro de Sant’Ana, e a liberta (17 de Março). Cai alegrete (19 de Março). A meia legua, na restinga de Jararaca, os revolucionarios destroçaram a coluna que saíra de Cacequí, com mil homens, e lhe prenderam o comandante, coronel

o problema já fôra decidido; Rodrigues Alves manifestara opinião favoravel à nova eleição; e deixou a pasta em 30 de Abril, incompativel com a orientação do marechal. Aproveitou a oportunidade da saída de Custodio, que tirou ao ministerio a primitiva consistencia.

(1) LAURITA PESSOA RAJA GARAGLIA, *Epitacio ePsoa*, I, 102 e segs., Rio 1951.

Santos Filho (27 de Março). Surge aí a empolgante figura do senador Pinheiro Machado. Licenciou-se do Senado para cingir a espada; entrou em São Borja, repelindo a força de Dinarte Dornelles (29 de Março), organizou na costa de Botuí (2 de Abril) a "divisão do norte", comandada pelo general Francisco Rodrigues de Lima, somando, depois que se lhe uniu a coluna de Uruguaiana, do general Hipólito Ribeiro, 6 mil homens⁽¹⁾ das tres armas; e a 3 de Maio se chocou com o inimigo nas margens do arroio Inhanduí⁽²⁾.

Senhoriando as campinas entre Alegrete e Uruguaiana, os federalistas deviam defender-se na linha do Ibicuí das tropas que confluíram de Itaqui, São Borja, São Luiz, com os regimentos policiais e o 30.^o do exercito (coronel Artur Oscar). Dominado pela estancia da Palma, onde aquartelou o estado maior revolucionario, o passo de Inhanduí era para ambos os exercitos o caminho inevitavel. Tomaram os invasores a iniciativa, atravessando-o, e, com todo o seu poder, atacaram a *Divisão do norte* antes que a ela se incorporasse, com tres regimentos montados e alguns canhões de anti-carga, a coluna de Hipolito, que de Uruguaiana, onde Gumerindo a ameaçara, retirava para Itaqui. O primeiro momento do combate, em que a vantagem topografica e o ímpeto da acometida os favoreceram, foi confuso e formidavel, sem que cedesse, firme no solo, a infantaria do 30.^o (da Bahia), que, em quadrado, resistiu à carga dos lanceiros, nem os esquadrões legalistas afrouxassem o fogo. Seriam entretanto compelidos a retirar, quando se

(1) CIRO SILVA, *Pinheiro Machado*, p. 84.

(2) Vd. ordens do dia in ALBINO JOSÉ FERREIRA COUTINHO, *Marcha da divisão do norte*, ps. 33 e segs., Porto Alegre 1896. Em 18 de Maio os chefes revolucionarios reuniram-se perto da linha limitrofe, e o coronel Salgado propoz suspender a luta. A idéia foi refutada pelo Dr. Epaminordas Arruda, pelo coronel Estacio Azambuja, por Gumerindo: decidiu-se prosseguir (ARTUR FERREIRA, *Cronologia da revolução federalista*, ms. cm. por Dante de Laytano).

apresentou, ao meio dia, marcando a fase decisiva da batalha, a gente de Hipólito. Continuou até ao entardecer, por cinco horas de desperdício de munição, esgotados os dois lados na fúria de uma ação inconclusa, que não poderiam sustentar noite a dentro, exaustos: foi quando os federalistas repassaram o Inhanduí, sem vózes de derrota, é certo, porém com os planos frustrados. Trava-se a mais encarniçada batalha da revolução: e o castilhismo, satisfeito com a prova, gritou o seu triunfo⁽¹⁾.

Contramarchou a tropa insurrecta em tres colunas (Tavares, coronel Salgado, Gumercindo), duas pela serra do Caverá em direção do territorio oriental, onde, acosadas pela Divisão do Norte, dispersaram (6 de Junho), e a ultima, róta batida para Encruzilhada, Caçapava e Lavras.

Gumercindo.

Iniciara Gumercindo, com meio milhar de homens, a sua marcha imprevista através do Rio Grande, que o levaria, de arremêso, quasi a brida solta, pelos serros de Santa Catarina e campos do Paraná...

E foi o mais famoso dos caudilhos de 93. O seu caso é representativo desse tipo de guerrilheiro e chefe. A sua biografia resume os sentimentos de que se constituiu — somando as vindictas rurais — a revolução, com os seus “heróis e bandidos”⁽²⁾. Natural do Arroio Grande, portanto riograndense de nascimento, mas de fala castelhana, porque educado e afazendado no Uruguai, pátria dos irmãos (o mais destacado, Aparício Saraiva), tomara armas nas sublevações orientais de 1870

(1) “Em nessa opinião o resultado ficou indeciso”, Marechal Setembrino de Carvalho, *Memorias*, p. 55, Rio 1950. Descrição da batalha in JOSÉ LAVRADOR, *Heróis de noventa e tres*, ps. 65 e segs., Rio 1939.

(2) EUCLIDES DA CUNHA, *Contrastes e confrontos*, ps. 6-7, interpretando, a propósito de Aparício Saraiva, o problema do caudilhismo.

e 1875 e, ganhando a confiança dos liberais da provincia, tivera em Santa Vitoria do Palmar, seu municipio, honras de autoridade, com poderes discricionarios (1). Ainda em 4 de Agosto de 1889 o conselheiro José Francisco Diana, ministro do exterior do ultimo gabinete da monarchia, escrevia a um correligionario: "Vi a nomeação do nosso Gumerindo para delegado de policia. Acertadissima nomeação". E recomendava: "Não me deixem derrotar aí pelos conservadores e republicanos. Aperte o trabalho por S. Vitoria. O Gumerindo Saraiva que desenvolva a acostumada atividade, faça valer a sua influencia e afaste conservadores, se os não puder levar à urna. Insistam com os republicanos para que voltem ao gremio liberal" (2). Autoridade temivel, como instrumento do seu partido, percebe-se que, ao cair este, soffresse a represalia dos contrarios. Posto na cadeia, em 1890 pelos castilhistas, emigrou, humilhado, para o país vizinho, congregou amigos e apaniguados, com a sua cavallhada, o apetrecho de combate, o ódio pessoal aos novos mandões, e tempestuosamente, arremeteu com eles, como faria na Idade Média um barão brutal à frente de suas "lanças", numa guerra privada. Com a feroz bravura da honra e da vingança...

A revolta da esquadra propiciou a segunda fase das operações no Rio Grande.

(1) Vd. CASTILHOS GOYCOCHEA, *Gumerindo Saraiva na guerra dos maragatos*, Rio 1948. Nasceu em 18 de Janeiro de 1852 e foi batizado no ano seguinte, 14 de Setembro, na parochia de Arroio Grande, *op. cit.*, ps. 85-6. Não era oriental, embora a sua lingua usual fôsse o espanhol.

(2) *Carta* ms. do conselheiro Diana ao tenente-coronel Augusto Alvaro de Carvalho, 4 de Agosto de 1889, cm. por Olinto Sanmartin. E' um valioso documento que revela a intolerancia partidaria e explica as represalias, no campo, comum às facções, da violencia policial... contanto que os adversarios não votassem.

Aventura de Vandenkolk.

O almirante Vandenkolk decidiu salvar a revolução federalista tomando, por um golpe de audácia, o porto do Rio Grande, com o que cortaria a róta de abastecimentos do governo. Em carta que a 20 de Julho de 93 escreveu a Ruy Barbosa, minudenciou a aventura. Sabia que a cidade era guarnecida apenas com uma ala do 29 de infantaria e algumas peças de campanha. Contava que Gumercindo dela se aproximasse, quando estivesse com o seu navio sobre a barra: e, na surpresa deste cometimento, ganharia a mais fácil e completa vitória anfíbia, “o termo da luta”... (1) Assim imaginou e fez. Embarcando com o nome trocado para o Prata, passou-se, com um grupo de revolucionarios, para bordo do vapor “Jupiter”, quando este de Buenos Aires saía para o oceano, obrigou o comandante e a tripulação a lhe obedecerem, armou-o com duas metralhadoras, meteu nos porões 460 carabinas para o Rio Grande. Na vespera de sua entrada o coronel Laurentino Filho, com uns trinta homens, lograra apoderar-se do vapor “Italia”, que levava para Porto Alegre valioso carregamento de armas e munições. Foi o unico auxilio efetivo que teve Vandenkolk: porque tomou a canhoneira *Camocim*, que saíra a reboque de outro pequeno navio para lhe dar combate, chamou à fala os demais barcos que havia no ancoradouro, mandou desembarcar um contingente em S. José do Norte, mas verificou que seria impossivel conquistar a cidade, porque todo o apoio de terra não passava da escassa gente de Laurentino. Detido no Jaguarão, Gumercindo retardara-se: não havia esperança de que chegasse. A resistencia governista cresceu, rápida e espessa. A artilharia começou a bater a flotilha. De medo a um

(1) In MURILO RIBEIRO LOPES, *Ruy Barbosa e a marinha*, p. 19 Rio 1958.

desastre, desiludidamente, o almirante (a 12 de Julho) suspendeu as operações e fez-se ao mar⁽¹⁾. Do Rio de Janeiro partira o cruzador *Republica* para aprisiona-lo. Encontraram-se em Santa Catarina. Não resistiu. Foi transportado para a capital federal, a fim de ser sentenciado com a severidade, ainda inédita, de um julgamento emocionante.

Fôra declarado “pirata” pelo governo. Mas era o presidente do club Naval — eleito em acinte a Floriano, como expressão arrogante da classe; e foi ela que moralmente se sentou a seu lado, no banco dos réus. A causa de Vandenkolk transformou-se num desaire para a marinha, cujo estado de espirito pressagiava a exasperação e o levante.

(1) Vd. carta do almirante a Laurentino Lopes Filho, no pontal da Barra e bordo do Jupiter, 12 de Julho de 1893, cf. MULLO RIBEIRO LOPES, *ibid.*, p. 20.

VIII

A REAÇÃO DA ARMADA

Antecedentes da insurreição naval.

O processo a que respondeu Vandenkolk consternou a sua corporação. Senador da república, permaneceu preso sem que o governo disto notificasse o Senado, o que fez dez dias depois, e para lhe atender ao protesto. Julgado inicialmente por um conselho de guerra de tres velhos almirantes, decidiu este que não houvera flagrante do crime, aliás politico e não militar. Apelou Ruy Barbosa para o Supremo Tribunal, requerendo “habeas corpus” em favor dos civis envolvidos na sedição. Marcada a audiencia para a apresentação deles, o governo se recusou a cumprir a ordem e os libertou 49 horas depois da concessão do “habeas corpus”, sem deixar de replicar à alta corte com um officio impertinente. Por sete votos contra seis (indice da indecisão dos magistrados) aprovou ela a proposta do ministro José Higino, para que se não tomasse conhecimento do officio... (1) Por 25 votos contra 23 concordou o Senado, corresse pelo foro civil o processo de Vandenkolk. Desfechou Ruy outro pedido de “habeas corpus”, desta feita denegado por nove contra 3: e Floriano mandou que o julgamento andasse pelo juizo seccional de Santa Catarina... A negativa do Supremo foi de 30 de Agosto. Na manhã de 5 de Setembro publicou-se o veto ao projeto de lei que a pretexto da reforma eleitoral, declarava inelegivel para a presidencia o vice-presidente do quadriênio anterior. A proposição

(1) CUSTODIO, *ibid.*, II, 265.

visava a impedir que Floriano — inevitavelmente, entusiasticamente elegível nas atuais circunstancias — se perpetuasse no poder. O seu véto pareceu a confissão do “continuismo”. Custodio não esperou mais. Na mesma noite içou a bordo do *Aquidaban* a bandeira branca da revolução (1). Todos os navios surtos no porto, tres encouraçados, quatro cruzadores, sete torpedeiros, nove vapores... aderiram ao movimento (2), que contava, por apoio terrestre, com as ilhas do fundo da baía.

Calculou-se, ao amanhecer 6 de Setembro (3), que a intimação produzisse emoção tal, que o governo frouxamente caísse. Ilusão! Cairia se não contasse com a guarnição militar, o que todavia não bastava. Contava com a vivacidade e a paixão da “idéia” em que pouco e pouco se metera, compondo o prestigio inabalavel da autoridade: a *idéia republicana*.

Deodoro não aguentara o repelão dos marinheiros porque a má politica, com o erro da *dissolução*, alienara a confiança ou o apoio de todos os grupos. Fundador do regime, não pudera solidificá-lo; chefe constitucional, rompêra com a lei; decepcionado e doente, confessara a fé perdida... Floriano, não. Apoderara-se do “princípio”, creara a mística, manejara a propaganda, cujo tema era a *república em perigo*, o *sebastianismo* à porta; e servido pelos fatos, lá estava, fleumático, inquebran-

(1) CUSTODIO, *ibid.*, II 312. Diz um autor (José Lavrador, *Heróis de Noventa e tres*, p. 85. Rio 1938) que o movimento devia estourar a 7 de Setembro, durante a parada, com a prisão do marechal Floriano. Assumiria o vice-presidente do Senado, Prudente de Moraes; e talvez fosse eleito presidente o senador Ruy Barbosa. Custodio (*op. cit.*, II, 299) diz entretanto que nem o vice-presidente do Senado nem o presidente da Camara seriam chamados, e sim o do Supremo Tribunal Federal; quanto à candidatura de Ruy, achava-a inconveniente. E' claro que, vitoriosa a revolta, a presidencia (não diz, mas é óbvio) caberia ao seu chefe, no caso o proprio Custodio. — Ruy na carta que em Buenos Aires mandou para *La Nacion*, afirmava que o voto de Floriano lhe traduzia a vontade de prolongar o governo alem do quatrienio.

(2) *Subsídios para a Historia Marítima do Brasil*, IV, 509, Rio 1942.

(3) Vd., COELHO NETO, *Fogo fatuo*, p. 357, Porto 1929.

tável nas reservas secretas do heroísmo sem palavras. Tinha por si a mocidade militar; êsse fanatismo *jacobino* (1) que se tornara a força das ruas, com alguns demagogos à testa de suas tropelias; a maioria do exercito também convencido de que o parlamentarismo de Gaspar, no Rio Grande, a reação, no Rio de Janeiro, a revolta da esquadra significavam... restauração. E mobilizara a guarda nacional (2).

Restauração ?

É tempo de perguntar: sobreviria a restauração com o êxito da armada revolucionaria ?

Duvida não ha que a revolta só descobriu a indole simpatica à restauração com o *manifesto* do almirante Saldanha, que adериu em Dezembro. Mas havia um compromisso entre os seus inspiradores. Era a "oportuna consulta à nação".

Opôr-se-ia Ruy à revocatoria mediante essa "consulta"? Não; pois se fartou de dizer no "Jornal do Brasil" (e repetiria nas "Cartas de Inglaterra") que se contentava com o *governo representativo* — transigindo portanto com a forma parlamentar, dos gasparistas — e o "regime juridico da liberdade" (3).

O apêlo à nação, que dissesse as instituições que preferia, estava, por outro lado, nas confidências do partido monarquico, que não deixariam de orientar (e explicam) atitudes surpreendentes, como a de Saldanha.

A princesa Isabel, a quem os "restauradores" continuavam a considerar sucessora da corôa, concitara João

(1) Vd. o artigo de Ruy, "Jornal do Brasil", 24 de Maio de 1893, em que define *Jacobinos e Republicanos* (*Obras Completas*, XX, tom. II, 27, Rio 1949).

(2) Vd. ERNESTO SENA, *Notas de um reporter*, ps. 206-10, Rio 1895.

(3) *Cartas de Inglaterra* (As minhas conversões), resposta a Afonso Celso, *op. cit.* e pag. cit.; e discurso na Bahia, 1897.

Alfredo a não confiar em “golpes de força”; definira-se: “O senhor conhece meus sentimentos de catolica e brasileira. Não duvidará pois que uma vez que a nação se pronunciar por convicção geral pela monarchia para lá voltaremos” (1). Foi exactamente este o pronunciamento que Gaspar e Saldanha exigiram. Aquelle não acreditava na restauração; este, por ela daria a vida (2). Positivo é que os *sebastianistas* se alistaram no partido da revolta e com o marechal ficava a excitação republicana. “No Brasil — observou Ruy no *Jornal*, a 24 de Julho — presentemente só ha dois agrupamentos politicos naturais: o dos que fraternizam com a ditadura e o dos que lutam pela constituição”. Como os monarchicos estavam contra a ditadura, logicamente se classificavam entre os “da constituição”... A imprensa completou a preparação psicologica, desenvolvendo a propaganda da “república” agredida e traída. Jacobinos, às armas!

Intervenção estrangeira.

É certo que tudo isso não evitaria um grave abalo se a esquadra aterrorizasse a cidade com os grossos canhões, e a desordem lavrasse. Floriano tinha, porem, um esplendido elemento de protecção, que era a diplomacia. Dirigia-a com a sua proverbial habilidade o secretario geral do ministerio, visconde de Cabo Frio (3).

(1) Carta de Boulogne-sur-mer, 4 de Dezembro de 1892, arq. de J. Alfredo, inédita até a publicarmos em *A Princesa Isabel*, p. 297, S. Paulo, 1941.

(2) O comandante Augusto de Castilho revelou que, em conversa com Saldanha, na ilha das Cobras, a 10 de Outubro, este lhe confiou que na hipotese de ser forçado a entrar na revolta, “arvoraria a bandeira monarchica, com a qual certamente bandeariam o proprio Custodio de Melo, os revoltosos do Rio Grande do Sul e a grande maioria da população da cidade e do país do sul ao norte...” (Trecho da defesa de Castilho citado por CAPISTRANO DE ABREU, em “Gazeta de Noticias”, 21 de Fevereiro de 1895, *Ensaios e estudos*, 3.ª serie, p. 211.

(3) Grato ao grande funcionario, Floriano recompensou-o com as honras de general de brigada, OLIVEIRA LIMA, *Memorias*, p. 181, Rio 1937.

Rebeldes, com poderosos recursos, ameaçavam a cidade aberta onde a autoridade, mundialmente reconhecida, se identificava com o patrimônio e a vida dos cidadãos... Carlos de Carvalho (e o marechal logo o chamou para ministro das relações exteriores) publicou no *Jornal do Comercio*, de 11 de Setembro, um artigo severo: "Defesa da cidade pelo direito internacional". O governo, prendendo-se à argumentação, insinuou às forças navais estrangeiras presentes no Rio (ingleses, italianos, portugueses, alemães, franceses) que se opusessem às operações contra a capital, pelos prejuízos que poderiam causar a seus nacionais. A 16 de Setembro começou a "intervenção" (palavra que Nabuco justificou) com o apelo daqueles comandantes para que Custodio se "abstivesse" "de toda operação" cujo alvo fôsse o Rio de Janeiro⁽¹⁾. Quer isto dizer que, de início, ficava com o seu objetivo frustrado. Podia bloquear, tirotear, mas não canhonear a cidade ou a investir, num ataque frontal... Interpunha-se a frota internacional! Era apelo. Tornou-se "ultimatum" (30 de Setembro) quando o governo inglês ordenou a seus representantes em Lisboa, Paris, Roma, Berlim, Haia e Washington, pedissem instruções para os navios surtos no Rio de Janeiro, a fim de "se oporem por todos os meios, de mutuo acordo e chegando mesmo ao emprego da força, ao bombardeamento da cidade..."⁽²⁾ O *Foreign Office* antecipou-se à atitude que desveladamente assumiram os Estados Unidos.

(1) JOAQUIM NABUCO, *A Intervenção estrangeira durante a revolta de 1893*, p. 19, 2.^a ed., S. Paulo 1930.

(2) NABUCO, *op. cit.*, p. 22. Sobre a iniciativa do governo de Floriano, *ibid.*, p. 14. "Sumia-se a vitoria em lugubre derrota", JOÃO PANDIÁ CALOGERAS, *Formação histórica do Brasil*, p. 428, Rio 1930. Por este tempo chegou às mãos de Custodio, mandado de terra, um grosso livro de Direito internacional com a nota de que nele acharia o que ler, a proposito do seu empenho de ser considerado beligerante pelas nações estrangeiras. Desconfiou-se do volume; foi revistado cautelosamente; e descobriu-se uma maquina infernal, oculta no bojo do livro, para isto esvaziado... Viu-a Gago Coutinho indo a bordo do *Aquidaban*, como emissario do comandante Castilho (e isto nos contou, em conversa,

O ministro do Brasil em Washington, Salvador de Mendonça, soube pôr em brios o “monroismo”: e quando o secretario de Estado, Gresham, parecia concordar com a vitoria da revolução (analogia, talvez, à que, no Chile, depuzera Balmaceda) dele obteve todo o auxilio para a “legalidade”, a fim de que os inglêses não explorassem — foi o argumento! — a oportunidade de ajudar a *restauração da monarchia na America...* (1)

Aliás o ministro americano no Rio, transmitindo em 3 de Outubro o pedido de Floriano, para comprar dois navios de guerra, dava o seu recado, que tinha provas de que a tramavam os rebeldes (2); e em 10 de outubro, telegrafou, nervoso: “Is is rumored that an attempt will be made to restore Monarchy...” (3)

Vale dizer que, para impedir a intromissão européia, resguardar a fôrma republicana e reforçar a sua posição no continente, o State Department passou de espectador a aliado; e ordenou as tres providências que mais interessavam ao marechal: permissão para a venda de navios ao governo brasileiro, aumento da flotilha em observação no Rio e ordens ao novo comandante (destituído o primeiro, por ter trocado cumprimentos com Custodio) para garantir o desembarque de merca-

no Rio, a 25-5-1953). o fato é referido em *Portugal e Brasil, conflito diplomatico*, I, 170, Lisboa 1894. — Custodio, respondendo em 2 de Outubro ao “ultimatum” do comandante, condicionou-o à attitude analogia do governo, que devia retirar os canhões assestados, nos morros, contra a esquadra. Habilmente, Floriano (que com isto perdia menos do que os rebeldes) se submeteu à exigencia.

(1) SERGIO CORRÊA DA COSTA, *A diplomacia do marechal*, ps. 196-7. Sobre os barcos comprados por intermedio de Salvador de Mendonça, ha curiosa carta de New York, 29 de Nov. in MURILLO RIBEIRO LOPES, *op cit.*, p. 121. A respeito da ação ágil do ministro, OLIVEIRA LIMA, *Memorias*, ps. 145-6, Rio 1937.

(2) Mss. in *National Archives*, Washington.

(3) Ms. in *Nat. Arc.*, Washington. Ruy Barbosa em carta a Custodio, de Buenos Aires, 5 de Nov. de 93, dizia ter aceito corresponder-se com o *New York Herald*, para “rebater os boatos e tramas” de Salvador de Mendonça, “caracterizando como monarchico e restaurador o movimento...”, *Correspondencia*, coligida por Homero Pires, p. 75, S. Paulo 1933.

dorias transportadas em barcos norte-americanos, o que importava a suspensão do bloqueio — nem que fosse preciso empregar a força. Os Estados Unidos intervinham... Realmente, às tres belonaves que em Dezembro ali estavam, se juntaram em Janeiro, sob o comando do almirante Benham, dois cruzadores pesados. Entre a marinha insurrecta e a capital interpoz-se essa muralha de aço; porque a agressão para os lados de terra quebraria o compromisso de não a hostilizar! (1)

O fracasso da revolta.

A luz destes fatos compreende-se a ineficácia da sedição, cujas possibilidades se esgotaram entre 6 de Setembro e 3 de Outubro.

É certo que a 13 de Setembro a artilharia de bordo experimentou as baterias de terra, principalmente as fortalezas de Santa Cruz e São João (2), e, tomada de pavor a população refluiu em massa para os subúrbios. Observação indispensável: poucos tiros acertaram. Explica-se: careciam ainda as fortalezas de canhões modernos; e os seus poderosos Armstrongs não tinham a precisão dos

(1) Essa neutralização do Rio, imposta a Custodio por força da diplomacia britânica em união com os Estados Unidos, se de um lado obstou ao bombardeio, do outro não impediu ao governo a construção de apressadas obras e artilhamento de praias e morros, servindo de cortina protetora dos seus aprestos. A ação do almirante Benham foi decisiva, NABUCO, *op. cit.*, p. 110, SENGIO CORRÊA DA COSTA, *ibid.*, p. 73.

Quanto aos ingleses, em verdade os Rothschild, por intermedio de amigos norte-americanos, chegaram a insinuar ao State Department que convinha deixar restaurar a monarquia, pois os negocios e o credito muito sofriam com as desordens reinantes... SENGIO CORRÊA DA COSTA, *ibid.*, 196. O ministro da França em Lisboa, aliás, tivera a iniciativa de pedir a ação coletiva da esquadra para que os navios mercantes não fossem inspecionados pelos rebeldes, *Portugal, Conflito diplomatico*, I, 93, o que os norte-americanos conseguiram com a ameaça de empregar a força.

(2) Incidiu-se por equívoco o duelo de artilharia, porque casualmente explodiu em Santa Cruz uma barrica de pólvora, detonação esta que a esquadra tomou como começo de fogo. HASTIMPELO DE MOURA, *Da primeira à segunda republica*, p. 62, Rio 1936.

da esquadra, que, por sua vez, queria mais intimidar do que demolir. Chega-se a pensar que, se de ambos os lados houvesse realmente a intenção de se destruírem — com pontarias cuidadosas — os estragos teriam sido consideráveis: e entretanto foram escassos. O naufragio do *Javari*, metido ao fundo por uma bala do forte de São João, foi a perda mais grave dos revoltosos. Em breve as salvas, as rajadas de fogo, o crepitar esporádico da metralha na baía deixaram de ser uma calamidade, para se transformarem num espetáculo. Com que calma ironia anotou Machado de Assis: "... pela segunda vez descí na praia da Gloria a pretexto de ver o bombardeio"! (1). Depois do "ultimatum" a cêna ficou mais longe; a cidade respirou; e Floriano tratou de retirar aos insurrectos os meios de manutenção. Impedidos de desembarcar no Rio, só lhes restava tentá-lo na margem oposta, onde havia importantes depósitos, de carvão e material belico. Custodio esboçara um assalto a Niteroi em 8 de Setembro. Desistiu ante o fogo nutrido. Perdeu tempo, não se apoderando logo dos estabelecimentos desabrigados. A curiosa attitude de Saldanha foi-lhe propicia de começo porque — infenso a Floriano, mas incompatível com ele — se dissera neutro, orgulhosamente neutro com os seus alunos da Escola Naval, na sua ilha (2). Estendera a absurda neutralidade às ilhas de Villegagnon, em que aquartelavam os fuzileiros, e das Cobras, em que fun-

(1) *A Semana*, I, 427, S. Paulo 1938. Vd. a meditação de Ferreira de Araujo, cronica de 22 de Outubro de 1893, nesta coletânea de artigos da *Gazeta de Noticias*. Descreve o primeiro bombardeio Virgilio Varzea, in *Kosmos*, Rio, n.º 7, Julho de 1906. A visão geral dos successos, in Sir WILLIAM LAIRD CLOWES, *Four modern naval campaigns* (ch. IV, *The attempted revolution in Brazil*, London 1902, a quem seguidamente nos reportaremos). Graças ao autor de *The history of the royal navy* a revolução brasileira passou aos cursos de historia geral da marinha.

(2) A. C. DE SOUZA E SILVA, *O almirante Saldanha, comandante em chefe da revolta da armada*, p. 10, Rio 1940. "Posição inaudita de neutralidade...", disse RUY, em 1895, *Obras Completas*, XXII, tom. I, p. 239 (Rio 1952). Vd. ainda FELISBELO FREIRE, *Historia da revolta de 6 de Setembro de 1893*, 2 vols., Rio 1896; ARTUR TOMPSON, *Guerra civil do Brasil de 1893-95*, Rio 1984.

cionava o hospital. Evitou que o governo fizesse delas o seu baluarte, contra a armada; resguardava-se. Não impediu a adesão de Villegagnon à revolta, em 9 de Outubro. Nem, por mais que proibisse aos alunos a saída da Escola, obstou a que muitos, fugindo, fossem entusiasticamente meter-se nos navios. O levante era de toda a marinha; e arrastava Saldanha. Floriano tratou-o habilmente. Mandou primeiro que licenciasse a escola. Respondeu, que não: dissolver aquela juventude seria extinguir o ensino e a corporação. O marechal, paciente, respeitou-lhe a resistencia; e deixou que se abastecesse em terra. Sabia que acumulava viveres e munições; e que acabaria entrando na luta. Porem quiz adiar-lhe o pronunciamento. Protelou-o Saldanha até 9 de Dezembro. Floriano tinha razão. Os dois almirantes detestavam-se; e um não se submeteria ao outro. Enquanto um comandasse, o outro ficaria de fóra. Combinaram a divisão das forças. E somente depois disto jogou Saldanha na revolução todos os seus recursos.

Choque de ideias.

O seu manifesto é de 9 de Dezembro. Condenando o estado de cousas a que chegara a nação, prometia, após a vitoria, consultá-la, em plebiscito, sobre o regime que lhe desse tranquillidade e união. Atribuía os males existentes ao que sucedera de 15 de Novembro de 1889 em diante. Nas entrelinhas sobressaíam-lhe as convicções: sem falar da volta do imperio, na realidade sorria à hipotese, proclamando o repúdio às desordens que sobrevieram à sua queda. Para os sustos da opinião civil, que se cindira em dois partidos, legalidade e revolução, tanto valia o *manifesto* do almirante como a doutrina de Gaspar. O que fosse contra o *jacobinismo* tinha o mesmo

pêso. O triunfo pacificaria as idéias. Mas os iniciados no pensamento revolucionario perceberam a distancia que os separava. Gaspar contentara-se com a republica parlamentar, e exigindo menos, se satisfaria com a observancia, no Rio Grande, da Constituição federal, sem o "comtismo" castilhistas. Ruy, os republicanos feridos pela ditadura, embora aceitassem todas as conseqüências do conflito, paravam, cautelosos, nessa reivindicação. Pugnavam pela *verdade* democratica. Mas os monarchicos pediam uma regencia: e Saldanha era o seu homem. Registrou um deles, no seu diario: "é um raio de luz a uma prisão que nos chega hoje a nós, monarchistas" (1). E a imprensa gritou, retumbante: os restauradores desmascaravam-se! (2) Debalde Saldanha emendando-se, no manifesto de 20 de Dezembro dava "vivas à república civil..."

Tinham desaparecido os jornais da opposição; qualquer artigo ou noticia a ela simpatica importava a prisão do autor, a eliminção da fôlha; e, austeramente, o *Jornal do Comercio*, para não servir de cartaz à ditadura, decidira calar sobre a revoluçào. Não publicava nada! "*O Tempo*" e "*O País*", este com "a exposiçào metodica e lúcida" de Eduardo Salomonde e os editoriais dirigidos à mocidade republicana (3) — exultavam em libelos convincentes: o *sebastianismo* guerreava a liberdade...

(1) LUIZ VIANA FILHO, *A vida de Joaquim Nabuco*, p. 201, S. Paulo 1932

(2) Sobre as vicissitudes da imprensa anti-governista ou independente, vd. MAX FLEIUSS, *A Semana*, p. 55, Rio 1915. Ruy lembraria: à imprensa não fôra permitido murmurar..., discurso de 1897, *Obras Completas*, XXIV, tom. I, p. 26.

(3) JOAQUIM NABUCO, *A Intervenção estrangeira*, p. 27.

Conquista do Desterro.

O projeto das novas operações tinha por eixo o socorro aos federalistas.

Destacara Custodio — a 17 de Setembro — o *Republica*, sob o comando do capitão de mar e guerra Frederico Guilherme de Lorena, para tomar Santa Catarina e ali crear um governo provisório. Daria com isto poderosa ajuda à rebelião riograndense; e tornaria possível o reconhecimento da sua beligerancia pelas nações estrangeiras. Adquiriria uma base territorial. A Lorena foi fácil cumprir a missão: acompanhado do *Palas* e da torpedeira *Marcilio Dias* (a que se seguiram, em Outubro, os vapores *Meteoro* e *Úranus*) surgiu ameaçadoramente em frente do Desterro.

Não havia em terra elementos sérios de resistencia. Canhões que das velhas fortalezas responderam à artilharia moderna da esquadra, contavam-se tres: o resto era de alma lisa, dos tempos coloniais, peças inserviveis adormecidas nos parapeitos da epoca de D. João V. . . (1) Serra Martins, comandante do distrito, na suposição de que o *Republica* não pudesse aportar no Desterro devido ao seu calado, saiu com uma pequena força a tirotea-lo na enseada de Canasvieiras. Mas o navio, deixando esse fundeadouro, varou a barra e se apresentou, imune, em frente à cidade. Reuniu-se o conselho de guerra, dominado pela figura veneranda do marechal barão de Batóví, que se declarou adversario de Floriano, e recomendou a rendição. Serra Martins em vão se opoz; e acabou con-

(1) Gen. JOSÉ CANDIDO DA SILVA MURICY, *A Revolução de 93, Memórias*, p. 22, Rio 1946. Vd. correspondencia in *Floriano, Memórias e depoimentos*, vol. VI, Rio 1941. Curioso é que (como nos disse o general João Napomuceno da Costa, um dos que falaram a Lorena em nome da cidade), ao *Republica* também faltavam elementos para uma ação demorada. Lorena foi franco: ou lhe entregavam no dia seguinte a cidade ou continuaria para Montevidéo, pois não tinha carvão nem gente de desembarque...

sentindo em mandar a bordo, uma comissão, que registrou, em ata solene, a entrega da praça. (30 de Setembro). O que se seguiu foi um movimento largo de adesão a Lorena, que a 14 de Outubro, se investiu na *presidencia provisoria da republica*. Nomeou ministro da guerra o Dr. Anibal Eloy Cardoso. Desterro passava a ser capital interina da nação!

A revolução tinha enfim o seu núcleo administrativo, uma direção organizada!

De pouco lhe serviu; ou antes, foi pior. Chegaram, vindos do Prata os delegados do movimento, Seabra, Francisco da Silva Tavares, Antunes Maciel. O *Iris* transportou de Laguna para o Desterro os mil homens do coronel Salgado. Mas os chefes se desentenderam. Acusou Gaspar Martins, tres anos depois: "O almirante Melo combinou comigo um governo e depois aceitou o inqualificavel governo que, sem sua ciência, se ergueu em Santa Catarina, e nem mais se comunicou comigo. Esse governo era a discordia; não só guerreava a revolução do Rio Grande, mas tambem a Saldanha no porto do Rio de Janeiro" (1). Escreveu, zangado, a Custodio; e este, para o contentar, decretou que a presidencia ficaria com uma junta, Lorena, Maciel (em nome de Gaspar), o tenente Manuel Joaquim Machado (por Santa Catarina) (2). As iras dos federalistas voltavam-se agora para Anibal Cardoso, positivista, do grupo de Demetrio Ribeiro, prevenido contra Gaspar, Ruy, os outros aliados liberais... (3) Um fracasso.

Já a 16 de Novembro, de bordo do *Aquidaban*, informava Custodio a Ruy Barbosa, então no Prata: "...talvez eu tenha de sair para ativar as operações no

(1) J. J. SILVEIRA MARTINS, *op. cit.*, p. 382, entrevista ao "jornal do Comercio", 1896.

(2) SILVA MAURICI, *Memorias*, ps. 123-4.

(3) Carta de Lorena a Custodio, 26 de Nov. de 93, in Murici, *ibid.*, 125. Retirou-se Anibal Cardoso do governo provisório com altiva carta ao almirante, em 25 de Novembro.

nosso litoral, e neste caso ficará tomando conta deste porto o almirante Saldanha da Gama. Desta fôrma, continuando a esquadra (a parte que aqui ficar) a trazer apertada a garganta do tirano enquanto eu vou atacar-lhe os membros nos Estados, me parece que ao primeiro triunfo sério da revolução fôra daqui não lhe restará outra saída senão passar a outrem as redeas do governo..." (1).

Saíu o *Aquidaban* (Custodio no passadiço, comandando a manobra) sob o fogo das fortalezas, juntamente com o *Esperança* (2) — repetindo a proeza do *Republica* —; e as suas intenções foram pontualmente realizadas. Irrompeu por Paranaguá a 15 de Janeiro, para precipitar a queda do governo paranaense, iminente com a incursão de Gumercindo e Piragibe através de Santa Catarina. E não teve pela frente senão uma resistencia frouxa.

Que acontecia no Paraná?

(1) Carta in MURILO RIBEIRO LOPES, *Ruy Barbosa e a marinha*, p. 125.

(2) Vd. alm. ÁLVARO DE VASCONCELOS, in *Revista do Instituto Histórico Brasileiro*, vol. 204, p. 245 (Rio 1951). Igualmente notavel fôra a saída do *Republica*, e em seguida do *Palas* e do *Marcilio Dias* (comandantes Lorena, Pio Torelly, cujo barco naufragou em Itajaí, a 23 de Outubro de 93, incorporando-se Torelly na coluna que atacou o Paraná, — Francisco de Matos). — Leia-se HASTIMFILO DE MOURA, *Da primeira à segunda republica*, p. 71.

A REVOLUÇÃO NO PLANALTO

Entre Santa Catarina e o Paraná.

Para defender o Estado, na sua fronteira do sul expedira Floriano o general Francisco de Paula Argolo, que desde o primeiro momento — em Curitiba, percebeu a gravidade da situação. Não havia armamento, a guarnição reduzia-se a um efetivo mínimo, para equipar os *provisórios* — que o governador Vicente Machado fazia recrutar — só lhe mandavam velhas espingardas, Chassepot e Minié (estas de espolêta), e para os canhões não achava munição... (1) Com louvável, mas baldada atividade, tratou de organizar em Paranaguá e Antonina uma defesa qualquer; e, com uma coluna de 400 homens, foi para Rio Negro, a enfrentar, nos caminhos da serra, a vanguarda federalista. Julgava poder atacá-la em combinação com o exercito do Rio Grande, de Artur Oscar, que devia transpôr o Pelotas, e a divisão do norte, de Rodrigues de Lima, ao encalço de Gumercindo entre o vale do Itajaí e os limites do Paraná. Operaria, outrossim, com o apoio no destacamento legalista concentrado em Tijucas sob o comando do tenente-coronel Ismael do Lago. Dissiparam-se-lhe as esperanças quando soube que Artur Oscar chegara com uma semana de atrazo ao litoral, por onde escapara a coluna de Salgado, que Lima e Pinheiro tinham retrocedido de Itajaí, (2) e

(1) Vd. DANTAS BARRETO, *Impressões militares*, p. 72, Rio 1910.

(2) A. J. FERREIRA COUTINHO, *op. cit.*, p. 93 (ordem do dia do general Lima, narrando os exitos da perseguição até Dezembro de 93). A coluna entrára em Itajaí a 11 de Dezembro, quando os federalistas abandonaram, por mar, este porto.

em Tijucas a Força, constringida em impiedoso cerco (pouco mais de 600 homens) acabaria rendendo-se (1). Com medo de ser por sua vez aprisionado no Rio Negro, 400 contra 4 mil, voltou Argolo — depois de alguns tiros de artilharia — para Curitiba.

Floriano compreendeu que era preferível nomear outro comandante das tropas em operações, e enviou o coronel Antonio Ernesto Gomes Carneiro; e para a chefia do distrito, com a demissão de Argolo, mandou o general Pego Junior. O primeiro, tomando a direção do contingente que Argolo levava ao Rio Negro, fez finca-pé na Lapa, donde não mais sairia: pois com a eliminação desse obstaculo os revolucionarios entrariam irresistivelmente por São Paulo. Seria o fim da legalidade. Cumpriu estoicamente este plano.

O general Pego, porem, fracassou no seu intento de defender o litoral, cobrindo Curitiba. Desceu a Paranaguá quando lhe disseram que a esquadra forçava a barra. Recolheu-se a Morretes, donde vigiaria ambos os portos, Paranaguá e Antonina. Soube que os navais desembarcavam, anulando a oposição rala com que o coronel Eugenio de Melo os recebeu, em Porto d'Agua (2); que entravam de ímpeto na cidade, prendendo, numa das ruas, o comandante; e apenas uma companhia da policia sustentara o fogo, na cadeia velha. Pensou ainda em reorganizar a resistencia: mas, céptico, precipitado, desistiu, (3) ordenou que se metesse tudo num trem, e

(1) O cerco e a capitulação de Tijucas então minuciosamente descritos nas *Memorias*, do gen. Muricy, p. 178 e segs. Comandava a praça o coronel Adriano Pimentel, que sucedera a Ismael do Lago, por ser mais antigo. O que sobrou na Lapa faltou ali: a decisão de resistir. Vd. Tomaz Garcez Paranhos Montenegro, *Discursos proferidos na Camara dos Deputados na sessão de 1894*, p. 46, Bahia 1894. O coronel Adriano foi indultado por dec. de 14 de Nov. de 94.

(2) Vd. ROMARIO MARTINS, *Historia do Paraná*, p. 345, Curitiba 1937.

(3) Lela-se, em defesa do general, CORONEL CORDOLINO DE AZEVEDO, *O marechal Pego Junior e a invasão do Paraná*, p. 40, Rio 1944. Regressando ao Rio em Fevereiro, o general foi preso em Março, submetido a conselho de guerra, condenado a morte e afinal absolvido pelo Supremo Tribunal Militar, que o considerou isento de culpa.

abalou para Curitiba. Aí formara-se, explicavel, um ambiente de terror: e algumas pessoas notaveis, o barão de Serro Azul à frente, apelaram para o general e o governador, não transformassem a capital numa praça fortificada. Na certeza de que os federalistas já rodeavam a Lapa, cortando a linha férrea, e pela serra (mal defendida por uma patrulha) podia, de uma hora para outra, irromper a gente de Custodio de Melo, o general deu ordem para a retirada. O comboio não passou de Ser-
rinha. Temeu-se que o capturassem: e, tornando a Curitiba, dali partiram os retirantes, cerca de 600 homens — que podiam ter salvo a Lapa, se fôsem sérias as disposições de luta — para Itararé e Sorocaba⁽¹⁾. Numa caravana veloz, fugitiva... A 20 de Janeiro entrou Custodio em Curitiba, de trem, como um triunfador: e foi abraça-lo, na segunda capital conquistada pela revolução, o “general” Gumercindo, cuja cavalaria encerrara, no perimetro escasso da Lapa, em anfiteatro sobre os *campos gerais*, aberto por todos os lados ao assalto, o coronel Carneiro e os remanescentes da desbaratada força federal de Santa Catarina e do Paraná.

Daí aos lindes de São Paulo, era um pulo... Porem tinham de passar sobre aquele reduto isolado: e, neste, a honra das armas manteve de pé a resistencia inabalavel. Foi o que mudou o destino da guerra.

A epopéia da Lapa.

Malogrou-se o plano de Custodio e Gumercindo pelo tempo perdido no cerco da Lapa. A defesa dessa cidade aberta, em torno da qual os esquadrões rebeldes apertaram os aneis de fogo sem conseguir estrangulá-la, num assédio prolixo e desnecessario, salvou a “republica de

(1) DANTAS BARRETO, *Impressões militares*, p. 159 (narrando as vicissitudes da retirada).

Floriano". O erro de Gumerindo — que lhe valeu a derrota e a morte — foi a insistencia em tomar a Lapa. Se a deixasse à retaguarda, e galopasse pelos *campos gerais*, para Itararé; se invadissem São Paulo, antes que os reforços legais lhe fossem ao encontro, e espalhasse, até Sorocaba, o clamor da revolta, transtornaria as esperanças do governo: e talvez ganhasse a guerra. Não esqueçamos que o governo tinha Saldanha à ilharga, pronto a entrar na capital amedrontada sob a mira de seus canhões; e que a expectativa do povo traduzia, numa indefinível desconfiança, um sobressalto imenso... O coronel Carneiro não cedeu, não recuou, não parou. Tinha, contra uns 4 mil, 750 homens, incluídos os "patriotas" do coronel Joaquim Lacerda, chefe local. A medula dessa força eram os grupos do 17 de linha, do regimento de segurança, do 3.º de artilharia e do 8.º de cavalaria. Compunha-lhe o estado maior um conjunto de valentes oficiais: coronel Carlos Napoleão Poeta, tenentes-coroneis Emilio Blum e Constantino Pereira da Cunha, ajudante de ordens capitão Homembom, ajudante de pessoa alferes Arsenio. Dirigia os abastecimentos o major Filipe Schmidt. Carneiro separou-a em duas brigadas, a regular, sob a chefia de Serra Martins (que, não cumprindo os termos da capitulação no Desterro, se incorporara aos defensores de Tijuca e viera, batido, à Lapa), e a de voluntarios, às ordens de quem os apresentara, o coronel Joaquim Lacerda. As avançadas chegaram a alcance de tiro em 15 de Janeiro; os pequenos canhões da Lapa os saudaram a 16; a 17 começaram as escaramuças. O engenheiro Gonçalves Junior traçou as linhas de trincheiras. Nelas a resistencia foi inquebrantavel, até 7 de Fevereiro, quando, dentro já da cidade, os federalistas acertaram as balas no grupo que equipava uma das peças de artilharia. O coronel Carneiro a elas se expôs, para socorrer um dos seus officiais e foi atingido duas vezes. Levado para a residencia do medico, que atendia zelosamente aos defensores da praça,

Dr. João Candido, verificou este a gravidade das feridas. Morreu a 9 de Fevereiro.

Extinguiu-se com ele a flama que animava a luta (1). Esmagada nas tenazes do cêrco, cortadas as comunicações com o exterior, sem alimentos nem munições para a prolongação indefinida daquele espetaculo de heroica teimosia, a praça rendeu-se no dia 11, com a promessa de respeitarem os vencedores vidas e bens dos vencidos. Em verdade, sacrificara a revolução as suas possibilidades nessa demora fatigante, presa às dobras desse terreno ensanguentado por um esplendido episodio de honra militar enquanto tudo a solicitava para os caminhos do norte: e quando dali se despegou, mal consolada com os troféus do exito caro, já era tarde. As suas vanguardas alcançaram Castro e Jaguaraíva. Surpreendeu-as a noticia de que 5 800 homens estavam a desembocar no Paraná pela passagem de Itararé: e de mêdo a chocar-se com eles, retrocederam — não mais para os ondulados campos de Curitiba, porem, em retirada franca, para a serra catarinense.

(1) Vd. a bibliografia do episodio in RUBENS MARIO JOBIM, *Vento leste nos campos gerais*, Rio 1953; principalmente DAVID CARNEIRO, *O Paraná e a revolução federalista*, S. Paulo 1944, do mesmo autor, *O cerco da Lapa e seus heróis*, Rio 1934; J. B. MAGALHÃES, *A consolidação da Republica*, biblioteca do Exercito, Rio 1947; PEDRO CALMON, *Gomes Carneiro, o general da Republica*, Rio 1933; RUBENS MARIO JOBIM, livro citado, e *Anais do I Congresso de Historia da Revolução de 1894*; ROMARIO MARTINS, *Historia do Paraná*, p. 851 e segs.; FLORIANO PEIXOTO, *Memorias e depoimentos*, vol. VI, Rio 1941 (relatorio de Joaquim Lacerda, e Libero Guimarães).

O EPILOGO DA LUTA

Declínio.

E Saldanha?

A esquadra norte-americana, ancorada na Guanabara, impediu-lhe — com um tiro de advertência⁽¹⁾ — a visita aos navios mercantes de sua nacionalidade, abarrotados de material encomendado pelo governo. Com isto, cessava o bloqueio. Se quisesse impô-lo, atirar-se-ia aos cruzadores “yankees” do almirante Benham; suspendendo-o — renunciava à eficiência da insurreição, desde já reduzida a uma demonstração inócua de força diante da legalidade robusta e insensível. Tinha outro inimigo: o tempo. O governo confiava na esquadra que mandara adquirir nos Estados Unidos e na Europa, e que, concentrada na Bahia, sob o comando do almirante reformado Jeronimo Gonçalves, estava incumbida de cortar a retirada aos navios rebeldes, quando — desistindo dos combates — pretendessem abandonar as suas bases, recolhendo-se aos portos do sul⁽²⁾.

Os insucessos militares não paravam mais. Perdeu Saldanha a ilha do Governador, conquistada por uma expedição às ordens do general Silva Teles, que morreu dos ferimentos recebidos na batalha do Jequiá, e do coronel Moreira Cesar. Não pôde evitar a destruição dos depósitos de carvão das ilhas do Viana e Mocanguê.

(1) SERGIO CORRÊA DA COSTA, *A diplomacia do marechal*, p. 72.

(2) WILLIAM LAIRD CLOWES, *Four modern naval campaigns*, p. 217 (descrevendo as unidades da frota legal e o seu armamento).

Sem recursos para prolongar a luta, decidiu jogar a cartada final — empenhando na tomada de Niteroi, em 9 de Fevereiro, todas as forças disponiveis. Jogou e perdeu.

O combate de 7 de fevereiro.

De surpresa, naquela antemanhã, sob a proteção dos canhões da frota, desembarcou a maruja em quatro diferentes pontos. Eram quatrocentos homens, sob o comando do 1.º tenente Antão Corrêa da Silva e a direção pessoal de Saldanha, que pôs pé em terra com os primeiros escalões de ataque. Tomadas de assombro as guarnições da Armação e da ponta da Areia, bateram em retirada, abandonando as baterias. Vitoriosos nesse encontro inicial, afluíram os navais para as ruas que conduzem à cidade. Mas o general Francisco de Paula Argolo, que a comandava, confiou ao tenente-coronel Fonseca Ramos a contra-ofensiva, dando-lhe tudo o que tinha, e eram os batalhões policiais, os da guarda nacional os de voluntarios *23 de Novembro* e *Benjamin Constant*, entre 2 e 3 mil homens, que dividiu em duas colunas, uma para recuperar a ponta da Areia, a outra a Armação. Vendo crescer sobre eles essa tropa, recuaram os marinheiros para aquelas posições, e contiveram, com o fogo de bordo, a fuzilaria, repetidos choques a arma branca, tres assaltos que visavam a desalojá-los do outeiro do Laboratorio, e praias circunvizinhas. Não puderam evitar a junção das colunas legalistas, em movimento de cerco; e dando por finda a missão, reembarcaram ao meio dia, depois de sangrenta e bravia pelêja em que o proprio Saldanha de espada desembainhada, peito descoberto, desdenhando do perigo — foi duas vezes ferido (1). No episodio final da reconquista do Laboratorio caiu varado

(1) Vd. a descrição do combate in SOUZA E SILVA, *O Almirante Saldanha*, ps. 244-276.

por uma bala o tenente Tasso Fragoso. Foram pesadas as perdas de lado a lado. A marinha considerou um exito tactico esse formidavel esforço dissipado numa batalha desesperada; os florianistas o reputaram uma vitoria. Diz um dos biografos do almirante, que se regozijou pela destruição da maioria das peças que, daquelas praias, o hostilizavam, achando que fôra completo o sucesso das suas armas⁽¹⁾. Alegou depois, se tivesse mais quinhentos homens entraria em Niteroi⁽²⁾.

Planos e vicissitudes.

O combate, e esta confissão, explicam o seu plano, que era ocupar uma base de reabastecimento, crear aí a convergencia de recursos, e, com os que lhe fossem do sul, irromper pela capital federal. Apoderar-se-ia de Niteroi com 400 marinheiros? O fracasso seria inevitavel; nem lhe chegaram os sonhados contingentes do sul. Na realidade o desembarque de 9 de Fevereiro lhe extinguiu as ilusões de uma vantagem qualquer sobre os florianistas. Provou-lhes o poderio bélico, a superioridade numerica, a bravura. E já se anunciava a chegada da esquadra governamental, sob o respeitavel comando do almirante Jeronimo Gonçalves⁽³⁾, com armamento suficiente para engarrifar os navios que se deixassem ficar à espera...

(1) SOUZA R SILVA, *op. cit.*, p. 275.

(2) Carta de Saldanha a Silveira Martins, de bordo da "Mindelo", 14 de Abril de 1894 (DUNSEER DE ABRANCHES, *A revolta da esquadra e a revolução riograndense*, I, 50 Rio 1914).

(3) Vd. *Subsidios para a Historia Marittima do Brasil*, IV, 511. Jeronimo Gonçalves, chamado a 21 de Setembro para chefiar as forças navais contra a revolta, foi infeliz, a 25, na tentativa de fazer o forte de Villegaignon definir-se pela legalidade, ocasião em que os marinheiros quasi o mataram. Seguiu ele para Montevidéo com alguns officiais a bordo do vapor inglês *Thames*, para all tomar conta do cruzador *Tiradentes* (21 de Outubro de 93). Foi, decdsiva a ação do ministro do Brasil no Uruguai, Victorino Monteiro, para impedir a adesão do *Tiradentes*, quando all chegou o *Republica*, a 22 de Outubro. No mesmo dia abandonou o navio rebelde as aguas uruguaias.

No espirito profissional de Saldanha, essa ameaça pesava, porque, alem de dividir a classe, faria possivel a derrota e a captura dos revolucionarios na sua propria base... Desvanecia-lhe a ultima esperanca, que era o retôrno da esquadra de Custodio com uma divisão federalista, para tomar de assalto o Rio de Janeiro! (1) Imaginara, é certo, neutralizar a armada legalista surpreendendo-a, na Bahia ou no Recife, pelo *Aquidaban* e pelo *Republica*. De fato, saíram para isto. Se lograssem entrar num daqueles portos provocariam tal excitação publica, que ocorrencias transcendentales poderiam dresprender todo o norte da sua mansa fidelidade a Floriano. Os sucesos de Pernambuco autorizavam a suposição. O sargento Silvino de Macedo lá apparecera, evidentemente para sublevar a soldadesca. Preso, foi submetido a julgamento sumario e, por ordem pessoal de Floriano, passado pelas armas (2). José Mariano, que se declarara partidario de Custodio, não escapou à violencia policial: esteve dez meses recluso no forte do Brum... (3) Mas os navios não chegaram. Um desarranjo de máquinas no *Republica* os forçou a mudarem de rumo: foram, inutilmente, para Santa Catarina. O comandante Alexandrino de Alencar, do *Aquidaban*, recebeu ordem de Custodio (contrariando Saldanha) para ir ter com ele: e assim estas unidades abandonaram o almirante na Guanabara sem interferir nos movimentos da frota adversaria (4). Esta

(1) Com mais 500 homens, Saldanha teria tomado Niteroi, Dunshee de Abranches, *ibid.*, II, 49-51. Sobre o seu verdadeiro plano, de vencer a luta com o desembarque dos federalistas no Rio de Janeiro, em vez da sua marcha absurda do Rio Grande para S. Paulo, vd. a sua comunicação com Gaspar Martins, DIDIO COSTA, *Saldanha*, p. 314, Rio 1944.

(2) Doc. publ. por MÁRIO MELO, *Dentro da história* p. 93, Rio 1931. O fuzilamento ocorreu em 14 de Janeiro de 1894. Na revolta de marinheiros de 1910 ainda se recordava a sorte de Silvino de Macedo.

(3) FELIX CAVALCANTI DE A. MELLO, *Memorias de um Cavalcanti*, p. 156, S. Paulo 1940.

(4) Vd. explicação de Alexandrino in DUNSHEE DE ABRANCHES, *op. cit.*, I, nota F. Ao pedir asilo nos barcos portugueses, Saldanha declarou que Custodio o abandonara, CASTILHO, *Conflito diplomatico*, I, 260.

zarpou da Bahia a 1 de Março, pronta para atacar⁽¹⁾. Saldanha mal poderia defender-se. Sem combustível, as munições no fim (“baldo de munições de guerra e de bôca”), a esperar de um instante para outro que lhe surgisse à prôa o inimigo arrogante,⁽²⁾ o geito foi procurar a melhor fórmula de cessar a luta. “...Logo após a famigerada eleição de 1.º de Março...”, podia fazê-lo, com a evasiva de que capitulara a política de Floriano, impotente para impedir a eleição do sucessor, Prudente de Moraes. Forçar a barra, pareceu absurdo. Afagou a idéia de que os navios estrangeiros concederiam asilo aos que depuzessem armas. Os americanos, os ingleses, os franceses, os italianos, os alemães estavam em condições de recebê-los. Pensou, porem, que as corvetas portuguesas, “Mindelo” e “Afonso de Albuquerque”, comandadas por um nobre marinheiro, o conselheiro Augusto de Castilho, os acolheriam com outra compreensão do seu infortúnio. Na comunhão da lingua falavallhes o sentimento consanguineo da aliança natural... Portugueses não eram estranhos!

A capitulação.

O dia 11 de Março foi decisivo para a revolução. O marechal avisou aos barcos estrangeiros que deviam retirar-se da área do porto, e que os revoltosos tinham 48 horas de advertencia, pois às 3 da tarde de 13 as forta-

(1) Vd. *Subsídios para a Historia Maritima do Brasil* (biografia de JERONIMO GONÇALVES) IV, 589. A capitânea era o cruzador *Niteroi*, comprado nos Estados Unidos, em verdade transporte armado, cujo famoso canhão pneumático nunca funcionou.

(2) “Esquadra de papelão” foi o apelido dado à armada legalista, realmente ineficiente, e fácil de destruir pelos navios de Custodio, se outra fosse a sua estratégia. Realmente, a pequena armada florianista desempenhou o papel moral de testemunhar a divisão que se operára na marinha, de afirmar a força do governo, de cortar as esperanças dos rebeldes quanto a uma fuga desimpedida. Chegou ao ancoradouro da Praia Vermelha a 10 de Março.

lezas e a esquadra — que surgira na enseada da Praia Vermelha — abririam fogo. O almirante Gonçalves, por seu lado fizera o plano de combate, que consistiria em entrar às 11 da noite (ao pôr da lua), e atacar, com todo o poder de sua artilharia, e das ilhas Villegaignon e das Cobras, ao tempo em que as torpedeiras se atirariam aos navios pezados de Saldanha... Este não esperou o prazo.

Por intermedio do comandante português — ainda a 11 de Março — ofereceu as suas condições. Queria poupar (escreveu a Castilho) “maiores vexames da ordem deste que acaba de sofrer (a Pátria), qual a exigencia apresentada pelo corpo diplomatico de deposito prévio por parte do marechal Floriano Peixoto de valiosa quantia ou hipoteca do territorio nacional, como garantia dos interesses estrangeiros nesta capital, para lhe ser permitido romper fogo...” E pedia-lhe asilo a bordo das corvetas, para umas setenta pessoas. Castilho acedeu a este pedido. A proposta de rendição tinha por cláusula principal a retirada da officialidade para o estrangeiro, com garantia de vida a inferiores e praças.

Floriano, a quem o ministro de Portugal levou o escrito, respondeu, que consultaria os ministros.

A 12, a população começou a abandonar a orla maritima.

Na manhã seguinte, ainda calado o governo sobre as suas condições, ordenou Saldanha que fossem inutilizados os armamentos de bordo e de terra, e, com assombro de Castilho e da marinheiragem portuguesa, ⁽¹⁾ recolheu,

(1) Castilho não ofereceu o asilo, nem poderia faze-lo, atentas as precarias instalações de bordo. Isto mesmo, em conversa com o autor, afirmou o almirante Gago Coutinho (26-5-1953), então tenente, e secretario de Castilho, que, embora baixado ao hospital, se informou perfeitamente dos acontecimentos finais da revolta. Saldanha declarou (continúa Gago Coutinho) preferir os navios menores, não querendo confiar nas belonaves das outras potencias all presentes. Castilho positivou, que concedera asilo a cerca de 70 pessoas, conforme o apelo de Saldanha. Os demais entraram de imprevisto.

com quantos o desejaram, à “Mindelo” e à “Afonso de Albuquerque” — para cima de quinhentas pessoas apinhadas num espaço que mal chegava para a tripulação... À hora dada — 3 da tarde — as fortalezas desmascararam as baterias num canhoneio simultâneo, a que não contestaram os navios, desertos, e as duas ilhas, despovoadas. O silencio confirmava o fim do episodio — que assim, através de humanitário asilo, antes que houvesse um grande desfêcho, terminou atropeladamente, a evasão misturada ao mais curioso problema diplomatico.

Conduta portuguesa.

Realmente, não assentira o marechal nos termos da capitulação e exigia a entrega dos refugiados. Para isto dispunha da autoridade da vitória, do dominio do porto, da força de terra e mar. O proprio presidente do Conselho de Portugal, Hintze Ribeiro, conveiu na entrega. Castilho, firmado nos principios da honra, negou: o seu dever era levar a salvamento os que se tinham abrigado sob a proteção da sua bandeira. Com eximia dignidade — e desconforto — apezar da intimação, para que aguardasse a solução do litigio, navegou com eles barra a fóra, em direção do Prata. Afrontou um instante o perigo de uma catastrophe: se se puzessem a canhonear os seus pequenos navios de madeira. E arrostou duas ordens de protestos: dos asilados, que lhe não perdoaram a decisão do seu governo, de — para atender ao do Brasil — proibir o desembarque em Montevidéo ou Buenos Aires, a fim de serem conduzidos a Lisboa; e de Floriano, que, indignado, rompeu relações diplomaticas com Portugal. É que, dizia el-rei D. Carlos, com dois paises jamais poderia

estar mal, a Inglaterra e o Brasil... (1). Mas eram tão precarias as acomodações de bordo que o desespero dos officiaes de Saldanha foi mais forte do que a palavra: a maioria escapou, em lanchas ou a nado, para retomar a liberdade nas praias uruguaias e argentinas.

Quanto ao almirante Custodio, dispunha da divisão do coronel Salgado, que ficara em Santa Catarina, e dos portos do sul, enquanto a esquadra governnista a eles não chegasse. Gumercindo deu-lhe a idéia de tentar o derradeiro esforço — capaz de mudar a face aos acontecimentos — com a gente de Salgado e os barcos em que poderia ser levada. Se lograsse tomar a cidade do Rio Grande, engarraria, na lagôa dos Patos, os elementos legais, e os desviaria do interior do Estado, ameaçado de novo pelas colunas que refluíam do norte. Faltou-lhe, porem, o essencial para esta reabertura de operações: a convicção. Os federalistas que transportava não quizeram arriscar-se ao desembarque incerto; e por lhe escassear o necessário para uma prolongada ação naval, se limitou a surgir diante daquela cidade, trocar com as baterias de terra alguns disparos, sondar com isto as disposições do lugar, na esperança de um auxilio qualquer, que o convidasse a empenhar-se a fundo; e, desanimadamente, foi desarmar na costa uruguiaia.

(1) JOÃO FRANCO, *Cartas del-rei D. Carlos I*, p. 41, Lisboa 1924. Sobre o rompimento, vd. SERGIO CORRÊA DA COSTA, *A diplomacia do marechal*, p. 101 e segs. Floriano ainda pensou mandar aprisionar as duas corvetas... *ibid.*, p. 104. Todos os pormenores se contem no arrazoado de Castilho, *Portugal e Brasil, Conflito Diplomático, O processo no conselho de guerra da marinha do capitão de fragata Augusto de Castilho* 3 vols. Lisboa 1894.

As relações diplomáticas com Portugal foram reatadas a 16 de Março de 1895, por mediação inglesa, sendo nomeados ministros em Lisboa e no Rio de Janeiro Assis Brasil e o conde de Paço d'Arcos (A. G. DE ARAUJO JORGE, *Ensaio de história diplomática*, p. 101, Rio 1912). Consolidou-as Tomas Ribeiro, em feliz missão no Rio de Janeiro, poeta que todos admiravam.

A repressão desvairada.

Eliminada nas águas do Rio de Janeiro a revolta, reconquistados pela legalidade o Paraná e Santa Catarina, o capítulo final da guerra civil foi maculado por uma série de tórpes excessos, em que sobrelevou a ferocidade de alguns militares ébrios de intolerância e paixão.

Não os justificou a reciprocidade das violências, porque a luta cessara no mar; e os seus ecos em terra esmoreciam na distancia.

Em 16 de Abril, perto à ilha de Anhatomirim, foi o *Aquidaban* (sempre comandado por Alexandrino) abalroado pelo torpedo que lhe acertou a contra-torpedeira *Gustavo Martins* (1); e na iminencia do naufragio, com vinte metros de rombo no costado, a tripulação o abandonou, para se embrenhar no continente, atrás das forças de Gumercindo em retirada. Com a captura do famoso barco a legalidade completava o seu triunfo. As tropas de Pires Ferreira entraram festivamente em Curitiba, onde assumiu o comando o general Everton Quadros; e para o Desterro (que, por ato do legislativo estadual, passou a chamar-se *Florianopolis*) seguiu o mais truculento dos oficiais governistas, Antonio Moreira Cesar (2), conhecido pela turbulencia epiletica do seu temperamento exaltado, em cuja morbidez se desenhavam as intenções mais atrozes... Com este comandante do distrito, destacado para as "operações de limpeza" na capital federalista, era imaginar a série de criminosas execuções que lhe marcaria o despotismo. Não desmentiu a previsão.

(1) WILLIAM LAIRD CLOWES, *op. cit.*, p. 235 (mostrando a importancia do fato para a futura guerra maritima).

(2) Vd. o eloquente retrato que dele faz Euclides da Cunha, *Os Sertões*, 1.ª ed., p. 295.

Acumulando funções militares e civis (governador provisório e chefe da guarnição), prendeu a quem quis, remeteu-os, com ordens sibilinas, para a fortaleza de Anhatomirim, sinistramente apropriada, no seu isolamento, à matança clandestina, e mandou fuzilar culpados e inocentes, sem dar tempo aos recursos de graça, sequer a um esboço de defesa, na brevidade de supressões em massa... As mais notáveis vítimas foram o marechal barão de Batoví, que se apresentou à escolta de cadetes que o foi buscar de grande uniforme, e o capitão de mar e guerra Frederico Guilherme de Lorena. Circunstancias tétricas frizaram a estupidez do assassinato. Como o filho do barão, o Dr. Alfredo de Gama d'Eça, a ele se agarrasse num abraço convulsivo, o comandante do pelotão deu voz de fogo, e rolaram ambos mortos, crivados de balas (1). Lorena, ao saber que o conduziam à morte, despiu a sobrecasaca militar, dizendo que não a queria conspurcada pelos tiros da soldadesca irresponsável; e ofereceu o peito descoberto. Mostra-se na ilhota de Anhatomirim o sumidouro, que, no parque, comunica com o mar, e por onde se crê que desapareceram muitos corpos. Quantos? "Houve quem contasse na fortaleza de Santa Cruz 185 prisioneiros que dela não mais saíram" (2). Uma hecatombel

Não é lícito carregar Moreira Cesar com a culpa integral dessas atrocidades. Em sessão do Senado — a 18 de Junho de 1896 — o barão de Ladario leu um telegrama, com estas palavras: "Marechal Floriano — Rio — Romualdo, Caldeira, Freitas e outros fuzilados segundo vossas ordens. Antonio Moreira Cesar" (3). Cumpriu

(1) OSVALDO R. CABRAL, *Santa Catarina*, p. 340

(2) Osvaldo R. Cabral, *ibid.*, p. 341.

(3) *Diario do Congresso* n.º 47, de 19 de Julho de 96, ctt. por Osvaldo R. Cabral, *ibid.*, p. 243. Eram o capitão Romualdo de Carvalho Barros, o coronel Luiz Gomes Caldeira de Andrade, o major medico Alfredo Paula Freitas. O autor citado, completando lista orga-

instruções específicas, ou as interpretou a seu modo? A impunidade, a confiança, a fama, as considerações oficiais que desfrutou o coronel enquanto em Santa Catarina se manteve, com o seu batalhão — o 7.º de infantaria —, dizem mais do que os papeis. Na verdade, Floriano não interveiu para evitar a efusão de sangue, que tinha o caráter seródio da vingança, na sua capa de castigo ou expurgo: completou a vitória com o extermínio.

No Paraná a repressão não atingiu aquelas proporções: mas foi também cruel. Distinguiu-se no arroslamento dos suspeitos o secretario do general Everton Quadros, alferes comissionado Joaquim Freire. Atribuiu-se-lhe a ordem infame para que o barão do Serro Azul, um irmão e quatro amigos — pertencentes ao commercio de Curitiba — fossem passados pelas armas, de surpresa, descendo a serra de Paranaguá. O barão não fôra revolucionário: limitara-se a intervir em favor da praça, para a resguardar da pilhagem, e ficara em casa, sem nada temer, quando reentraram as forças governistas. Acreditava que o não incomodassem; e propalava a sua inocencia. Foi porem recolhido preso; disseram-lhe que iria defender-se no Rio de Janeiro, com os outros acusados; e o embarcaram no comboio, noite alta. A viagem disfarçou a armadilha: pois no quilometro 65 parou o trem, os soldados fizeram que descessem, e, na beira do abismo, os abateram, a tiro e coices de fuzil, lançando os corpos encosta abaixo, daquele paredão de montanha... Na

nizada por Lucas Boiteux (e publicada por ocasião da trasladação dos despojos, em 1934) dá os nomes conhecidos, das victimas de Anhatomirim (Santa Cruz). Visítamos a fortaleza em Novembro de 1952. Como não sofreu maiores reparos desde 1894, é vizível na parede da sala dos presos, no nível das baterias, a marca das descargas, com que muitos foram executados. Vimos o sumidouro em que se presume tenha sido lançado o corpo do capitão de mar e guerra Frederico Guilherme de Lorena. Outras referencias: LUCAS A. BOITEUX, *Pequena historia catarinense*, p. 127, Florianopolis 1920; BORMANN, *Dias Fratricidas*, III, 244; DAVID CARNEIRO, *Os fuzilamentos de 1894 no Paraná*, p. 51; RAIMUNDO MENEZES, *Guinaraes Passos e sua epoca boêmia*, p. 99, S. Paulo 1952 (a proposito do fuzilamento de Carlos de Guimaraes Passos, irmão do poeta).

cidade alguns, como Francisco Braga, foram arcabuzados no cemiterio, ao pé da cova aberta... Em Paranaguá tiveram a mesma sorte o major Colonia, o tenente Pedro Nolasco (1). Os principais federalistas salvaram-se, emigrando para o rio da Prata.

(1) JOAQUIM FREIRE lançou a culpa em Everton Quadros (artigo no "Diario da Tarde", de 22 de Julho de 1926) aliás de acôrdo com o sentir de J. B. Bormann, *Dias Fratricidas*, III, 158: "foi (o general) o mandante inquestionavelmente". Sobre este miseravel episodio, vd. ROCHA POMBO, *Historia do Brasil*, X 398, BORMANN, *op. cit.*, III, 120 e segs.; Floriano, *Memorias e Depoimentos*, vol. VI (inquerito no Paraná sobre os cumplices da revolta); David Carneiro, *Os fuzilamentos de 1894 no Paraná*, Rio 1937; LEONCIO CORREIA, *O barão de Serro Azul*, Rio 1942. E' de Leoncio a sentença: foi Joaquim Freire quem ordenou a matança do km. 65, *Obras de Leoncio Correia, Meu Paraná*, p. 22, Rio 1934.

PRUDENTE, O PACIFICADOR

O candidato civil.

Enquanto Floriano empenhava todos os recursos para debelar a revolução, desprezando as conjunturas políticas e, com isto, a sua sucessão, organizou o senador Francisco Glicerio o Partido Republicano Federal; e fácil foi concentrá-lo em torno da candidatura de Prudente de Moraes. Sagrou-a a convenção do Partido em 25 de Setembro de 93. Teve unanimidade de votos para presidente; e o senador baiano Manuel Vitorino Pereira venceu o do Pará, Paes de Carvalho, por maioria de um voto. A data explica a impotencia do marechal para desviar de sua logica esses acontecimentos. Não poderia evitar o sucessor paulista, que desde 1891, presidindo à Constituinte, e em seguida, ao Senado, era o pretendente *nato*. Glicerio, adotando-o como candidato, unificou a sua agremiação: possivelmente não teria forças para veta-lo. Mas Floriano não escondeu o ressentimento. Quando Glicerio o advertiu que o escolhido seria Prudente, negou-se a intervir, porem objetou, que se arrependeriam: seus amigos seriam perseguidos... (1) Procurou desfazer o compromisso do partido, acenando com a candidatura de Rangel Pestana, depois do jovem capitão Lauro Sodré (2). Em verdade só lhe serviam Sodré e Castilhos. Prudente significava a demissão dos vitoriosos,

(1) SILVIO PEIXOTO, *No tempo de Floriano*, p. 268, Rio 1940.

(2) As vózes pela continuação de Floriano não chegaram a formar um movimento, mas constituem o indício de que se tramava este golpe, JOSÉ MARIA BELLO, *História da Republica*, p. 171, Rio 1952.

a retirada do jacobinismo, o epilogo da republica retinta... Pergunta-se: qual então o pensamento desse homem enigmatico?

Enigma.

Tudo conspirava para a sua conservação no poder.

Se, de um lado, o ministro Carlos de Carvalho o induzira a publicar o manifesto à nação, concitando-a às eleições⁽¹⁾, do outro os correligionarios – sobretudo os jovens militares – achavam impossivel a sucessão. Respondendo – depois do pleito – a uma homenagem de solidariedade, declarou, sibilino: “Homem da ordem, não turbarei a posse do eleito e seu governo, salvo se enveredar por caminho errado, no que não acredito”⁽²⁾. Acreditava. Aliás o tratou mal. Não mandou receber Prudente, na sua chegada de São Paulo; deixou-lhe sem resposta o pedido de audiencia, para conversarem antes da posse; a esta não compareceu. Para que apparecesse ao Congresso e ao povo desoladamente só...⁽³⁾ Mas se assim encorajara o jacobinismo fanatico, logo o desprezara recusando-se a lhe servir de instrumento. Não deu um passo para “turbar” a legalidade; nem para a proteger – em 15 de Novembro de 94⁽⁴⁾. Omitia-se. Cessara o seu periodo: ausentava-se. O certo é que, podendo proclamar-se ditador, preferiu silenciosamente esconder-se na humildade de sua casa; e quando se julgava que ia

(1) RODRIGO OCTAVIO, *Minhas memorias dos outros*, 1.^a série, p. 121, Rio 1934.

(2) ARTUR VIEIRA PEIXOTO, *Floriano, Memorias e documentos*, p. 208, Rio 1939. Entretanto em Julho de 94 cumprimentára Prudente com estas palavras: “Saúdo primeiro magistrado que saberá felicitar a nação. Floriano Peixoto”. MAX FLEIUS, in *Prudente de Moraes, o Primeiro centenário*, p. 182.

(3) RODRIGO OCTAVIO, *op. cit.*, p. 169.

(4) Ouvidos por exaltados companheiros, alguns officiais florianistas eram contra o golpe... HASTIMFILO DE MOURA, *Da primeira à segunda república*, p. 75.

surgir, com o uniforme de gala, numa apoteose de armas e flores, aclamado pela multidão, à porta do Congresso, fechada para o civil casmurro que devia suceder-lhe — desapareceu. Não cometera o erro de liquidar, com a rebelião, os créditos de *consolidador*; escapou à tentação de ficar, fugindo aos entusiasmos da tropa e do povo — com astuta prudência. Os médicos (cuja opinião a política não ouvira) poderiam esclarecer: sofria. Não tinha saúde para continuar. Esgotara nos dias nervosos e nas noites insônes da guerra civil as energias indomáveis; e se retirou para os ares silvestres — recolhendo-se à fazenda do Paraíso na estação da Divisa, para tentar a cura tardia. Morreu de cirrose do fígado em Junho do ano seguinte.

Antítese.

O fato é que, de carro de aluguel, foi Prudente prestar o juramento no Senado, onde cálidos aplausos o festejaram; e chegou ao Itamarati sem ninguém para lhe tomar à entrada o chapéu. Aberto, abandonado, sem guarda nem funcionarios, fôra o palacio invadido pelos curiosos (1). Já ali estava, com os novos ministros, perplexo, quando se apresentou Cassiano do Nascimento, ministro da justiça de Floriano. Com um rápido discurso disse que o marechal lhe transmitia o mando.

A humilhação infligida a Prudente resumia a crise nacional.

Começava diminuída e tonta uma administração naturalmente tímida. O verdadeiro dirigente era Glicerio. A sua grossa figura eclipsava o vulto discreto do presidente (2).

(1) RODRIGO OCTAVIO, *ibid.*, p. 172. O novo ministro da marinha almirante Elisário Barbosa, neste mesmo 15 de Novembro, falando no Itamarati a um jornalista, dizia não saber se o palacio dentro em pouco não se converteria em carcere, MAX FLEIUS, *A Semana*, p. 134, Rio 1915. Descreve a posse no Senado, MACHADO DE ASSIS, *A Semana*, II, 242 (crônica de 18 de Nov.), ed. Jackson.

(2) CAMPOS SALES, *Da propaganda à presidencia*, p. 128.

Certo, a subida ao governo do advogado de Piracicaba (o *biriba*, na chacota da rua do Ouvidor, em contraste com o *marechal*) — desarmava desde logo os odios sectarios, retirando à revolução o primeiro dos seus motivos. Inspirava tranquilidade. Contava com o Congresso. A opinião publica afagava-o com as suas esperanças. Faltou-lhe entretanto o essencial: tendo a da maioria, faltou-lhe a confiança em si mesmo. E desenvolveu palidamente uma ação hesitante, na hora em que se pediam grandes gestos.

Acusa-o Campos Sales de nefasto retraimento, deixando que o Congresso (e neste, Glicerio) trabalhasse às tontas, fóra da cooperação do executivo distante⁽¹⁾. Não se estranhe a crítica a quem, sucedendo-lhe, fez o contrario. Mas sabia o que queria. Queria a ordem — com a lei — e a paz — com a ordem. O seu programa reduzia-se a pouco, com a paz e a ordem; e infringia a logica do republicanismo triunfante (definida por Júlio de Castilhos) que era o castigo dos rebeldes, o governo forte, a supressão dos entraves que acoroçoavam os seus inimigos... Quem estivesse contra a punição, estaria contra Floriano. Não convinha ao presidente cultivar esses ódios, que o atingiam, e manter essa mistica, que o excomungava. O proprio marechal o classificara como suspeito ou adversario negando-lhe o apoio, ausentando-se da sua posse, desfeiteando-o com o desprezo: a sua politica derivava necessariamente da afronta que se lhe fizera em 15 de Novembro de 94, quando saltara à porta do Itamarati num carro de aluguel, sem um criado para lhe segurar a cartola. Os seus amigos seriam, por isto mesmo, os oposicionistas da vespera; que os florianistas, não lhe perdoariam a clemencia, o acôrdo com os

(1) CAMPOS SALES, *op. cit.*, p. 127. Prudente dizia, "eu sou o executivo, vós sois o legislativo". Comenta Campos Sales: não teria seguramente outra linguagem o presidente do Supremo Tribunal Federal quando se referisse aos outros poderes da nação...

réos... Lúcio de Mendonça indignava-se com a sua habilidade calada, “prudente e demorado...”⁽¹⁾ Não podia ser de outro modo, com Glicerio dirigindo a maioria do Congresso, comprometida com a situação anterior, a opinião das ruas agitada pelos jacobinos, a autoridade depreciada e debil entre o Partido, que tinha direção própria, e as forças armadas, que perderam a sua. A anistia afigurou-se-lhe o remedio oportuno: pelo menos cicatrizaria as ultimas feridas; e permitiria que capitulassem os remanescentes da revolução. A luta pela anistia absorveu a primeira fase do governo de Prudente e, se de um lado o reforçou, com a simpatia dos vencidos, por outro o condenou às iras da “legalidade”.

A anistia.

Campos Sales teve a iniciativa do projeto, que excluia os cabeças da revolução. O presidente aceitou, emendando: anistiados seriam os que se apresentassem no prazo de noventa dias, prorrogavel pelo governo. Glicerio, para não desgostar os castilhistas, correu a impugnar e ameaçou romper⁽²⁾. Prudente, fugindo a um dissídio prematuro, pediu que o seu nome fosse afastado das discussões. Influenciaria a proposta atrás da cortina, sem se arriscar à derrota... Mas a partir deste instante as suas relações com Glicerio estavam abaladas: não se curvaria à sua prepotencia. O fenomeno politico era culminante. Simbolizava a definição do presidencialismo nas suas linhas autênticas. Até aí reinara a ditadura, com ou sem o Congresso, a ditadura impulsiva de Deodoro, a ditadura solérte de Floriano... Pela pri-

(1) *Caricaturas instantaneas* (na “Gazeta de Noticias”, 1896). p. 33, Rio 1939, com prefacio de Carlos Sussekind de Mendonça.

(2) Vd. carta de Glicerio a Bernardino de Campos, 18 de Mato de 1895, em que aquele é intransigentemente contra qualquer espécie de anistia, in CANDIDO MOTA FILHO, *Uma grande vida*, p. 270, S. Paulo 1931.

meira vez o poder sem farda ia funcionar em harmonia com um parlamento assustado, tendo entre eles o Partido comandado rigidamente por seu engenhoso "general" — que se dizia "das vinte e uma brigadas", porque lhe obedeciam as bancadas de todos os Estados. Um observador atilado veria nessa tentativa de "organização" o ranço e o fôlego do parlamentarismo abolido: tirava-se ao executivo a condução da assembléia conquistada pelo chefe da maioria, ou sua expressão monolítica. Neste caso o "taciturno do Itamarati" (chama-lhe Ruy ⁽¹⁾) se ocultava na sombra de um poder isolado, sem ação fora da área administrativa, vendo de longe o turbilhão das camaras... Os silencios tristes de Prudente pareciam ajustados a essa forma de presidente sem politica, contraria à tendencia do regime, a gritar pela politica do presidente. Dia viria em que o *Jornal do Comercio* publicasse, numa "varia", que Glicerio não representava a... politica do presidente. Sim; tinha a sua. Levou tres anos para confessa-la. E foi esta discrição que lhe arruinou o governo sem fulgôr nem tranquillidade.

Ganhou a "batalha da anistia" pelo cansaço do Congresso, em relação aos excessos do jacobinismo, e pelo suicidio da revolução nos seus estremeções finais. Os fatos auxiliaram-no, com a morte de Gumercindo, de Saldanha, de Floriano, este na sua casa modesta de "vilegiatura", cinco dias depois do combate de Campo Osorio ⁽²⁾.

Vejamos estes sucessos.

(1) RUY BARBOSA, *O Partido Republicano Conservador* (1897), in *Obras Completas*, v. XXIV, tom. I, p. 16, Rio 1952.

(2) "O destino poz assim, a curta distancia uma da outra, a morte de um dos chefes da rebellão de 6 de Setembro e a do chefe do Estado que tenazmente a combateu e debelou" (MACHADO DE ASSIS, *A Semana*, II, 417-8).

O fim de Gumercindo.

Em tres colunas repassaram os federalistas a fronteira do Paraná com Santa Catarina: por Porto União (Gumercindo), Palmas (Juca Tigre) e caminho de Curitiba (Aparicio). Mas a Divisão do Norte, que retirara do vale de Itajaí para a Vacaria, no Rio Grande, depois de bater na serra de Tijucas um contingente do coronel Salgado, apressadamente se deslocara para oeste, juntara-se, na colonia militar de Chapecó, ao destacamento do coronel José Bernardino Bormann,⁽¹⁾ fez retroceder no Chopim a vanguarda de Tigre, (José Serafim de Castilho), que se perdeu na floresta do Iguassú, e forçou Gumercindo e Aparicio (reunidos em Campos Novos) a transpôr a nado o Pelotas⁽²⁾. No Jacuí — em Passo Fundo — a cavalaria rebelde derrotou ainda uma coluna legalista; e se lançou à divisão em 27 de Junho, entre Umbú e Melo. Foi a batalha do Pulador, a maior deste periodo. Depois de seis horas de fogo, feridos o general Lima — comandante da divisão do norte — e Aparicio Saraiva, reencetaram os rebeldes desenganadamente a retirada. Acelerou-a a convicção de que, perdida a guerra, só no estrangeiro achariam asilo. Desceu Gumercindo — reforçado pela coluna missioneira de Dinarte Dorneles — pela estrada de Ijuí a São Borja (paralelamente ao Uruguai); e no planalto de Carovi, em 10 de Agosto de 94 — quando se adiantou, só, para observar os movimentos do adversario, foi apanhado por uma bala de carabi-

(1) Fundador da colonia de Chapecó (1881), Bormann fôra nomeado comandante da guarnição e fronteira de Palmas em 8 de Abril de 1893, LAURENIO LAGO, *Marechal José Bernardino Bormann*, p. 14, Rio 1944.

(2) A. J. FERREIRA COUTINHO, *Marcha da divisão do norte*, p. 108 (ordem do dia 4 de Junho de 94, do coronel Manuel do Nascimento Vargas); e sobre os pormenores das operações, general J. B. BORMANN, *Dias Fratricidas*, 3.º vol., Curitiba 1900; CASTILHOS GOYCOCHEA, *Gumercindo Saraiva*, p. 66 e segs.

na, que o derrubou mortalmente ferido⁽¹⁾. Finou-se o caudilho quando a revolução refluía, desbaratada, para a zona fronteira onde acabavam e recomeçavam as correrias: e marcou-lhe o epílogo. Os federalistas declinaram para Cruz Alta; não foram mais felizes ao longo do Ibicuí; e deram a luta por concluída (5 de Setembro) pondo-se a salvo na margem direita do Uruguai. No Rio Grande, o último grande esforço da revolução fôra o cerco de Bagé (24 de Novembro a 8 de Janeiro). Não logrou Joca Tavares vencer a resistencia do coronel Carlos Teles. Desistiu. Nem era possível continuar contra o exercito nacional! Terminava acolá, mas ressurgia alhures. Já a 27 de Setembro Piragibe e Cabeda incursionavam até Upomarotí e Aparicio, a vingar o irmão, entrava em 26 de Janeiro de rompida pelo Cacequi, Dom Pedrito, São Luis...

Como acabou Saldanha.

O almirante Saldanha recolhera-se, com a maioria dos companheiros, à hospitalidade uruguaia. Foi em seguida à Europa, no desejo de alcançar do governo português a libertação dos asilados da *Mindelo* e da *Afonso de Albuquerque*, que lá tinham sido internados; e como não o deixassem entrar em Portugal, voltou para o Prata, resolvido a uma ação desesperada. Reuniu a sua gente em Corrientes, depois em Artigas, e com uns quatrocentos homens, dos quais 50, acaudilhados por Vasco Martins, gaúchos lanceiros, precipitou a invasão, ao saber que o governo de Montevideo, premido pela diplomacia brasileira, ia ordenar o desarmamento e a dispersão dos refugiados. Investiu pela costa do Quaraí e foi acampar em frente à barra do Quaraí-chico, no

(1) CASTILHOS GOYCOCHÊA, *op. cit.*, 75; Bormann, *ibid.*, III, 215.

Campo Osório. A 24 de Junho o atacaram nesse sítio as forças do general Hipolito Ribeiro e do tenente-coronel João Francisco Pereira de Souza ⁽¹⁾. Eram cerca de mil e duzentos cavaleiros. O plano de defesa consistiu em sustentar o fogo ao centro, onde se entrincheirara a sua pequena infantaria, e carregar sobre os flancos. Sucedeu, porém, o que era frequente nos pampas: o ardor da luta sobrepuja a prudencia. Enganados pelo inimigo, que fingiu retirar, o esquadrão de Vasco Alves lhe caíu em cima. Eis que o atropela, e arrasta de vencida, toda a coluna republicana, e com tal ímpeto que, a galope, se atirou aos entrincheiramentos. Lembrava o episódio em que morreu o barão de Serro Largo, em Ituzaingó... de combate transformou-se em matança, esmalhados os fuzileiros pela campina, com a cavalaria de redea solta sobre eles. Saldanha teve ainda tempo de ordenar que escapassem pelas picadas do Quaraí; e, oferecendo-se à morte, volteou com o cavalo, em direção de um magote de lanceiros. Foi levantado na sela por um lançaço; atingido por outro — que um Salvador Tambeiro lhe acertou —; caíu; tentou soerguer-se; e o soldado, que o acometera, novamente o prostrou com duas cutiladas à cabeça... ⁽²⁾.

O *sebastianista* acabou como Dom Sebastião, lanhado de golpes, no campo de batalha... Foram os sobreviventes do terrível recontro que deram às autoridades orientais a noticia de como ele morrera, numa tentativa impossivel de abalar a situação *castilhista*, em verdade vitima do pundonor militar, imolado à honra da armada, de que fôra mestre bem amado. Esse desfêcho de epopeia era

(1) JOÃO FRANCISCO publicou em 1932, *Psicologia dos acontecimentos políticos sul-riograndenses*; e foi o caudilho que mais longamente viveu. Faleceu em S. Paulo, ao 89 anos de idade, em 7 de Maio de 1958.

(2) EPAMINONDAS VILLALBA, *A Revolução federalista*, p. LXXXVI; DILJO COSTA (aí a documentação definitiva), *Saldanha*, p. 414; DUNSHEE DE BRANCHES, *A revolta da armada e a revolução riograndense*, II, p. 189; Ministerio da Marinha, *Centenario do Almirante Saldanha*, Rio 1947.

digno daquele homem: e esgotava a guerra civil. Mais uma semana, e se fazia a paz no Rio Grande (1).

O sacrificio do almirante foi a liquidação heroica de uma luta já absurda; apenas, para ele, o seu fim lógico. "As folhas de todos os matizes dêram-lhe o apelido de Coriolano... (2).

Finou-se Floriano no seu retiro da Estação da Divisa, até onde o entusiasmo dos correligionarios fôra levar-lhe, a vespuras de morrer, uma espada de ouro. Proferiu palavras de agouro, que correspondiam à inquietação cívica dos manifestantes. Céptico, Capistrano de Abreu registrou: "Ainda depois de morto publicaram um discurso, autentico ou não, grito de alarma contra o primeiro presidente eleito pelo povo" (3).

As exequias do marechal, estas assumiram a importancia de uma apoteose. Machado meditou: "Os mortos não vão tão depressa como quer o adagio; mas que eles governam os vivos, é cousa dita, sabida e certa. Não me cabe narrar o que esta cidade viu ontem..." (4) Fez-se do saimento funebre uma demonstração ideologica. E a inauguração, em Setembro, do seu mausoléu, serviu para separar definitivamente dessa ortodoxia republicana extremada e bravia o governo timorato. Entre eles havia Floriano.

(1) Aliás Saldanha fôra avisado por Joca Tavares das negociações de paz, DUNSHEE DE ABRANCHES, *A revolta da armada e a revolução riograndense*, II, 181.

(2) MACHADO DE ASSIS, *A Semana*, II, 412. Inhumados primeiramente em Rivera, os restos mortais do almirante foram trasladados para o seu vistoso mausoleo do S. João Batista, no Rio em 1908; e por ocasião do seu centenário (1947) a marinha lhe inaugurou o monumento. O seu nome foi dado ao navio escola que tem ultimamente dado a volta ao mundo, com os nossos guardas-marinhas. Perdeu, para a classe, o sentido revolucionário que poderia dividi-la, para simbolizar o seu espirito profissional, a dignidade marinha.

(3) *Ensaios e estudos*, 3.ª série, p. 146.

(4) *A Semana*, II, 417 (cronica de 7 de Julho de 1895).

QUATRIÊNIO TEMPESTUOSO

A paz civil.

O presidente queria a anistia, para governar. A política, encarnada em Glicerio, combatia-a, para manter a coesão republicana, dos florianistas. Carecia a oposição, favorável a um perdão largo, de autoridade para se fazer ouvir: representava, impopular, os vencidos. Neste "impasse", valiosos elementos favoreciam os desígnios conciliatórios de Prudente: alguns governadores — com os seus amigos do Congresso — que apoiariam finalmente a orientação presidencial; e as altas patentes do exercito.

A nomeação do general Inocencio Galvão de Queiroz para comandar o 6.º distrito resolveu o problema. Porque este inteligente militar não teve duvida em tomar à sua conta as negociações, que o chefe da nação não determinara nem proibir: adivinhando-lhe o pensamento⁽¹⁾.

As suas intenções eram claras: mandara substituir nos postos da fronteira os irregulares pela tropa de linha; ordenara a transferencia do quartel general, de Porto Alegre para Pelotas, separando-o do centro politico, em

(1) CAMPOS SALES, *Da propaganda a presidencia*, p. 134. Sobre o negociador, vd. LAURENIO LAGO, *Marechal graduado Inocencio Galvão de Queiroz (1841-1903)*, p. 12, Rio 1941; RODRIGO OCTAVIO FILHO, conferencia, in *Prudente de Moraes, O primeiro centenario*, p. 83, S. Paulo 1942. Ruy, comentando a mensagem de despedida de Prudente limitou-lhe a responsabilidade da pacificação, para dar parte maior ao general. Este, ao regressar do sul, dissera-lhe "não ouvira (do presidente) uma palavra sobre a pacificação". Da sua linguagem ressumbrava apenas o desejo dela...". *A Imprensa*, 18 de Nov. de 1898, *Obras*, XXV, tom. II, 133. Mas o desejo era transparente.

que predominava Castilhos, destituiria os ministros no Uruguai e na Argentina, Vitorino Monteiro e Fernando Abbot; e prometia ampla segurança aos que, desarmadamente, voltassem aos lares. Galvão entendeu-se confidencialmente, ainda no Rio, com o Dr. Francisco Tavares, que escreveu ao irmão, Joca Tavares: o essencial seria esclarecer, que os *federalistas* continuavam lutando, não contra o governo federal, porem contra o castilhismo. Na hipotese de uma resposta satisfatoria, encontrar-se-iam para um acôrdo... O velho caudilho afirmou, que combatia a situação estadual, não a da Republica, até porque a discordia girava em torno da "inconstitucionalidade" do regime riograndense. E assim prevenido das facilidades que encontraria, o general recebeu em Pelotas o chefe revolucionario e desta conferencia resultou — em 10 de Julho de 95 — o convênio da paz. Tavares e o proprio Galvão sustentaram que deveria modificar-se a Constituição do Rio Grande... "indubitavelmente contraria à lei federal" (1).

Cientificado dos passos dados pelo general, Prudente concordou, vencendo as resistencias que no ministerio se levantaram contra o que parecia um entendimento açodado, do Poder com a rebelião: e tanto que se divulgou a bôa nova, uma onda de jubilo, com Patrocínio à frente (2), correu pela cidade e se atirou ao Itamaratí. Pela primeira vez o povo aplaudia o "taciturno". E este, respondendo à alocação de Patrocínio (nos ultimos arrancos da eloquencia fascinante) assegurou que a sua politica consistia em devolver a tranquillidade ao país.

Não podia restituir-lhe a ordem com os obstaculos que a maioria lhe apresentava. Travou-se no Congresso, surda, complicada, rancorosa, a luta contra a *anistia*, em

(1) TOBIAS MONTEIRO, *O presidente Campos Salles na Europa*, introdução, p. LXV.

(2) Sobre Patrocínio e Prudente, vd. O. ORICO, *Patrocínio*, p. 223.

que se uniam — opostos ao presidente — os castilhistas, justamente indignados com a referencia feita no acôrdo à *sua* Constituição, Glicerio, que achava isto atentatorio à autonomia dos Estados, o “jacobinismo” das ruas. Em 19 de Setembro, fatigado, Prudente positivou que confirmaria a *anistia*, ou resignaria. O projeto do Senado, que a concedia amplamente, caiu na Camara (relator, Medeiros e Albuquerque). Dez minutos depois Glicerio apresentava outro, com restrições⁽¹⁾. Prevaleceu. Em 21 de Outubro foi afinal decretada, excetuados do beneficio os militares, que só voltariam ao serviço ativo depois de dois anos.

Resposta jacobina.

Um fato intempestivo reacendeu a flama florianista: a suposta reabertura da guerra civil, nos “sertões”.

O episodio de Canudos — longinquo e inexpressivo, explosão mística de uma latente rebelião nordestina, sem forma ou sentido politico, cousa de fanaticos — modificou de repente a situação nacional: e repercutiu catastroficamente no destino do governo.

Entre o governo e o descontentamento dos triumphadores da véspera se interpunha, fulgurante na aureola de herói popular, o “marechal”... Os que o tinham levado em apoteose para o cemiterio, voltaram com entusiasmo provocante a inaugurar-lhe o mausoleo de belo marmore, “panteon” com que o honrava a República. Compareceu o representante do presidente. E como se previra, transformou-se em comicio, falando Irineu Machado, Nicanor Nascimento, Raul Pompeia...⁽²⁾ Ofendido pelo desrespeito à autoridade, o representante do

(1) MEDEIROS E ALBUQUERQUE, *Minha vida*, II, 20, Rio 1934.

(2) Vd. RAIMUNDO MENEZES, *Guimarães Passos e sua epoca boemia*, p. 131, S. Paulo 1932.

presidente se retirou; e para que o "meeting", inoportuno, não degenerasse em motim, a policia o abreviou... Sem demora, o governo entrou a contra-atacar. Pompéia, diretor da Biblioteca Nacional, Irineu, funcionario da Camara, foram demitidos. Como falara de improviso, defendeu-se aquele, reconstituindo o discurso, para provar que não injuriara o governo. Essa declamação escaldante vale por uma definição moral da crise: e a estende à interpretação de sua epoca. O escritor considerava que a capital — com os interesses estrangeiros e a insídia cosmopolita — estava contra a nação, na sua pureza provinciana: e se devia reprimi-la (1). Em verdade, o florianismo, enrolando-se na gloria do seu grande morto, pregava a revolução corretiva... Abaixo a "traição" civil!

Manuel Vitorino.

A precaria saúde do presidente obrigou-o, porem, a afastar-se das funções. E a licença, por prazo imprevisível (2), alterou subitamente a fisionomia do governo. Assumiu-o o vice-presidente Manuel Vitorino Pereira, parlamentar de outra formação, que, não pertencendo às mesmas origens republicanas, era, com os seus dotes cintilantes de orador e jornalista, um autêntico condutor de massas. A antitesa de Deodoro e Floriano repetia-se

(1) RODRIGO OCTAVIO, *Minhas memorias dos outros*, 1.^a série, p. 298, Rio 1934, transcreve o artigo de jornal em que Pompéia restaurou os conceitos da sua alocução.

(2) Em página memoravel, Francisco de Castro criticou e diagnosticou a proposito da doença de Prudente. Davam-na como "acesso pernicioso", segundo as teorias de Torres Homem, e eram seus calculos biliares. Daí a passagem sibilina da *oração de parainfo*, de 1899, em que Castro ironisa e define: "E' que no ativo dele (Impaludismo) jazem englobados estados mórbidos de vária casta, desde a cepticemia aguda ou crônica até a toxicose uremica... desde o choque operatorio até a *pedra na beziga*" (*discurso* de 3 de Fevereiro de 1899). Mestre Aloysio de Castro confirmou, em conversa conosco, esta censura do Pal aos medicos do Presidente.

neste caso. Frio e calado, Prudente, o *Biriba*, como o alcunhavam (1), perdia as expansões o que ganhava em austeridade, no exagero de seus silêncios. Sem compromissos com o passado, culto e imaginoso, tinha Vitorino a intuição do momento, a sensibilidade do tribuno que afina com a exaltação dos auditorios, a simpatia natural dos *jacobinos*, incompatíveis com a nova situação. Tornou-se o *salvador*, o homem vigoroso que reergueria a república, tão enferma como o seu presidente... "Escancarou todas as janelas do novo palácio ao ruído exterior" (2).

Vitorino, certo, como toda gente, de que exerceria o poder até o fim do quadriênio — tão pessimistas eram as notícias do presidente — quiz inicialmente consolidar a sua autoridade. O melhor teria sido a renúncia de Prudente: dar-lhe-ia a segurança de agir, imprimindo ao governo orientação própria. Bernardino de Campos (interprete da política paulista) não deixou que se encaminhasse tal apelo. Levar-lhe-ia, sim, os nomes que desejasse para recompôr o ministério. Gravemente doente, irritado e contrariado, Prudente começou recusando; e só conveiu na aprovação de novos ministros quando Bernardino, seu amigo, assentiu em ocupar a pasta da fazenda: neste ele confiava! (3) Vitorino nomeou em 20 de Novembro os ministros da fazenda (Bernardino), da viação (Joaquim Murinho), da marinha (almirante José Alves Barbosa); e em Janeiro os da justiça (Amaro Cavalcanti) e da guerra (general Argolo). Organizou assim o seu governo.

(1) *Biriba*, apelido dado pelos riograndenses aos tropeiros de Sorocaba. Prudente era filho de um destes, e disto se orgulhava, como aliás Manuel Vitorino, do honrado marceneiro português de quem descendia.

(2) AFONSO ARINOS, *Notas do dia*, p. 248, S. Paulo 1900.

(3) C. MOTTA FILHO, *Uma grande vida*, ps. 128-9.

O fanatico e o meio.

Há um pitoresco ponto de contacto do cataclismo revolucionario que agitara o país com o caso de Canudos: o *sebastianismo*. Tanto dele se falou, desde 1891, que ninguem estranhou o novo alarde *sebastianista* ⁽¹⁾: com a circumstancia, agora verídica, de acreditar na volta del-rei o “monge” que pastoreava, pelos caminhos remotos de Itapicuru, Chorrochó, Cumbe, Monte Santo, récuas ameaçadoras de peregrinos. A propaganda floriana colara à insurreição da esquadra um rótulo satírico, que cabia — isto sim — à dos “jagunços”. Extraordinária coincidência de reacções irresponsaveis, de ressentimentos sociais, de psicologias primárias contaminadas de crenças apocalípticas, o autentico *sebastianismo*, jacente nas adormecidas recordações populares — herança tri-secular cultivada nas lendas e tristezas da raça — despertou afinal, onde sempre existira. Não era nas ruas da capital, entre conspiradores retóricos, muito menos nos acampamentos da guerra civil: mas nos estirões desertos do interior, lá, onde a ignorancia rústica misturava religião e fábula, nas nevroses místicas, e à falta do missionário, o beato podia ser o chefe.

Tudo concorria para que assim succedesse.

O meio fisico, flagelado pelas estiagens, oferecendo à angústia dos povoados a fisionomia enxuta da terra pardacenta, a esterilidade da planicie arenosa, ralos oasis verdes na vastidão tórrida dos *sertões*; o abandono em

(1) Vd. J. Lúcio d'AZEVEDO, *A evolução do sebastianismo*, p. 158, Lisboa 1918. Citando Euclides da Cunha, o historiador português incluí o caso de Canudos na historia das histerias sebastianistas da raça. Cantavam os fanaticos:

D. Sebastião já chegou
E traz muito regimento
Acabando com o civil
E fazendo o casamento.
.....

que viviam, a muitas jornadas da vila mais próxima, em logarejos cujo centro natural era a capela, construída pela piedade coletiva para o consôlo das rezas, para os efeitos humildes da unica sociabilidade possível nesses arraiais de adôbe, ramagem e coivara, que era a do culto; a desconfiança de uma autoridade, que só aparecia para oprimir com a policia, para depredar, com as correrias de mandões e bandoleiros, com o funcionario municipal para cobrar o imposto, intermediario suspeito entre esses sofrimentos e a "politica", a politica pessoal dos "coroneis", assentada feudalmente nas suas zonas privativas. Adoçavam tais infortúnios o patronato dos grão-senhores, onde havia, patriarcais e graves; a passagem caritativa do vigario; certos traços de civilização, proprios das povoações em crescimento. Fora daí, campeava, agreste, calado, triste, o homem das "caatingas", tipo historico formado dois seculos antes, quando a expansão pastoril foi lineando pelos "gerais" o "rumo" das fazendas, e que conservara, no isolamento e na miseria, as qualidades primárias dos seus troncos etnicos: resistencia, astúcia, frieza, resignação, fidelidade. . . E o heroismo sem nervos dos caçadores solitarios, a bravura têsá e silenciosa dos homens rudes, que pouco estimam a vida arriscando-a a cada momento, no seu destino andêjo. . .

No dia em que para essas maltas de vaqueiros crédulos surgisse um "santo", vestido de santidade, com as santas insignias da romaria, encamisolado num burel, rosario ao cinto, barba nazarena, a falar do fim do mundo e dos exercitos invisiveis de Dom Sebastião, nesse dia do encontro dos simples com o "monge", aconteceria o inevitavel. Milhares de fanaticos atrás do "apostolo", que arvorava uma cruz, reunindo em circulo o povo dócil. Esses romeiros a pervagarem por descampados e feiras, assustando o comercio, indignando os padres, que não podiam detê-los. A palavra do "conselheiro" orientando tudo, imperiosa, consoladora, absoluta. E a ação repres-

siva, sacrificada pela imprudencia, a brutalidade, aliada à estupidez... Inutilmente!

O sujeito que sublevou os “sertões” era um maníaco inofensivo que, cabelos caídos sobre o ombro, barba longa, vestido de um camisolão azul, munido de dois breviários, falando em indicar às almas a salvação urgente, viera do Ceará, perambulava por varias regiões da Bahia, e se estabelecera à beira do Vasabarris, com uma multidão de fiéis, a levantar no meio de um vilarejo de palhoças a sua igreja do *Bom Jesus*. Chamava-se Antonio Vicente Mendes Maciel; e o lugar – Canudos (1).

Canudos.

É preciso descrever-lhe a topografia, menos como luxo de pormenor do que como explicação prévia. Com a idéia certamente de estabelecer-se num sítio defensavel, acobertado da surpresa dos seus inimigos intransigentes, escolhera – com a intuição de um estrategista – o vale do Vasabarris, onde este encurva desviado do rumo franco de sudoeste pelos ultimos relevos da serra do Cambaio. Neste trêcho circunscribe o rio, qual fôssos semi-circular de fortaleza redonda, uma área que arrampa suavemente em anfiteatro, cortada ao meio por um desses tênues afluentes dos caudais sertanejos, de que no verão

(1) EUCLIDES DA CUNHA, apoiado em João Brigido, sumariou a biografia dacunosa do bento, *Os Sertões* (12.^a edição corrigida, Rio 1933), p. 130. Natural de Quixaramobim, de uma família, Maciels, celebre por suas lutas com os Araujos, emigrára, casado, e por ter perdido a mulher, raptada por um sargento de policia, desapareceu do Ceará... Surgiu, barba crescida, cabelos compridos, envolto no seu arremedo de batina, abordado ao cajado dos romeiros, no nordeste bahiano. Diziam que respondera por crime de sangue, que lhe perdoaram, por já estar demente. A primeira noticia dos bandos que corriam com ele os sertões, nos dá a *Folhinha Laemmert*, do Rio de Janeiro, em 1887. O arcebispo, em 1882, reprovou esse surto de fanatismo; e em 87 o presidente da provincia pediu ao ministro do Imperio um logar para Antonio Conselheiro no hospital de alienados. Não havia vaga... Retratou-o Durval Vieira de Aguiar em *Descrições praticas da Bahia*, 1882, “baixo, moreno acobulado...”

só se vê o coleante sulco enxuto. Duas estradas, de Uauá para o oeste e de Canabrava para o norte, foram as ruas iniciais do acampamento construído em função da aguada, a praça principal, com o cruzeiro plantado em alvenaria (em 1893) (1), a igreja velha, adiante, em melhor lugar, de pedra e cal, a nova, ao pé do cemiterio e rente ao rio, com as abas de um môrro do outro lado do barranco, e, além delas, escabrosas, as alturas de outra colina, a da Favela. Rompem por essas ladeiras as estradas antigas de Massacará e Geremoabo. Defronte, dominando o povoado, havia os restos da Fazenda Velha. E a cintura do Cambaio, escavada e protetora, donde serpeando descia o caminho de Monte Santo, parecia distendida ali como o antemural — que a hirsuta vegetação veste de asperezas selvagens. Não há altos montes, tombadouros, grossos obstáculos preservando o recinto côncavo em que se meteu o Conselheiro: na sua Igreja Nova, tendo à esquerda os pedregais do Cambaio, à frente a serra do Cocorobó, à direita a tapera da velha fazenda, a sua vantagem consistia em só poder ser atacado por um adversario que se descobrisse, obrigado a deslizar por aquelas encostas até os seus valados, portanto sob a mira de suas armas... Nas longas sêcas toda essa paizagem é poeirenta, requemada, monotona e estéril. Extinguem-se os veios sussurrantes, em cujas depressões o que sobra da sumida torrente é a humidade dos pântanos, com esparsos póços côr de lama. Desdobra-se pelas encostas o carrascal cinzento e espinhado, vegetação feroz do deserto, e sob esses tufos de mandacarús e chique-chiques, *cabeças-de-frade*, palmatorias e quipás, o chão arenoso, a brotar nas mais agressivas espécies de cactáceas, rever-

(1) Lê-se em placa de ferro: "Edificadu em 1893 por A V M M, M M G" (ou seja, por Antonio Vicente Mendes Maciel, sendo o fundador mestre Manuel Gonçalo). Estivemos em Canudos em 9 de Agosto de 1954. Das ruínas da igreja nova resta um pouco do alicerce. A "matadeira", peça Armstrong, foi posta num pedestal de alvenaria, alegoricamente... E nada mais.

bera os fulgôres do dia. Por vezes — nota alegre destacando dos tons mortos do panorama — o icozeiro, angicos, favelas arborecentes, os joazeiros sacodem a cópa viçosa sobre o areal, e recordam farrapos de bandeiras, numa planície incinerada pela guerra. Foi atrás daquelas colinas, e com as margens do Vasabarris delimitando, em meia lua, a cidadela, que o “monge” fincou pé, com um milheiro de fanaticos, que em seguida eram cinco, dez, vinte mil, numa aldeia labiríntica de casebres construídos à-tôa, desordenadamente, ao sabôr da pobre gente, de barro, palha ou têlha, fantastica vila de rezadores governada mansamente por ele — com a tranquila, fabulosa autoridade de “santo”.

BRASIL IGNORADO

Messianismo.

Antonio *Conselheiro* era o apelido.

Entre os papeis que lhe acharam, havia uma profecia, alí corrente na imprensa, pois certos visionarios europeus a anunciavam — de que o mundo acabaria em 1900; e estas significativas palavras “Em verdade vos digo, quando as nações brigam com as nações, o Brasil com o Brasil, a Inglaterra com a Inglaterra, a Prussia com a Prussia, das ondas do mar D. Sebastião sairá com todo o seu exercito” (1).

O fato é que as desordens nacionais tinham naquele cerebro enfermo batido a chispa do messianismo: e, vexado pela autoridade, para ele, a *republica*, odiou — como se odeia um simbolo de maldade — tudo o que à *republica* se referia. Atribuiu às mudanças politicas os pecados, a Igreja separada do Estado, o casamento civil, a substituição do signo monarquico, que tinha cruz, pelo novo sem ela... Por ultimo, a revolução, cujos écos chegaram ao seu deserto, parecia confirmar o vaticínio. “O Brasil contra o Brasil...” Por esse tempo — ainda em 93 — porque a sua gente queimara certos editais da camara que anunciavam as taxas recentemente lançadas, lhe foi ao encaço uma expedição policial. Encontraram-se, no lugar chamado Masseté, destacamento e romeiros. Estes enfrentaram os soldados, que,

(1) EUCLIDES DA CUNHA, *op. cit.*, p. 172.

aturdidos, retiraram, deixando alguns mortos. O governo cometera o erro inicial. Tratara o ajuntamento dos fanaticos como uma reunião de celerados: e atirara-lhe em cima a *força*. E era (ia resmungar aquela multidão de fanaticos) a *fraqueza*. . . Oitenta homens enviados para dispersar a beataria de Canudos não passaram da estação de Serrinha. Seria temeridade atacá-los com pouca tropa (1). Os capuchinhos, frei João Evangelista de Monte Marciano e frei Caetano de São Léo, de ordem do arcebispo primaz, tentaram melhor combate: a santa missão. Foi em vão que disseram palavras amênas ao *Conselheiro*, rodeado de clavinoteiros rancorosos, e já com uma idéia heroica na sua ingênua rebeldia: No *tempo da monarquia* (explicou aos frades) deixei-me prender, porque reconhecia o governo; hoje não, porque não reconheço a *republica* (2).

Fracassou a persuasão mansa dos missionarios: Canudos era uma praça de guerra!

Expedições destroçadas.

Receoso de que fôsem até lá, o juiz de direito de Joazeiro, Arlindo Leoni, pediu ao governador do Estado as providencias necessarias. Sem recursos adequados, o governador requisitou auxilio federal: cem praças, às ordens do tenente Manuel da Silva Pires Ferreira. Afinal, seguiria contra aquela “nossa Vendéia” (pois a idéia de revolta se ligava naturalmente ao “simile” romântico,

(1) MACHADO DE ASSIS, *A Semana*, I, 155: “Telegrama da Bahia refere que o Conselheiro está em Canudos com 2 mil homens perfeitamente armados (22 de Julho de 1894). Um pequeno jornal de São Felix, 20 de Maio de 94 (cf. EUCLIDES DA CUNHA, *Canudos*, p. 47, Rio 1939): “Pessoa vinda de Canudos, hoje imperio de Belo Monte, garantia... têm chegado grupos de assassinos... afim de fazerem parte do exercito garantidor das instituições imperiais”.

(2) Relatório do fr. JOÃO EVANGELISTA, vd. *Anais do 1.º Congresso de Historia da Bahia*, IV, 576 (Bahia 1950).

cheirava à restauração...) (1) a tropa de linha. “É muita cousa para tal homem...”, sorriu Machado (2). Partindo de Joazeiro a 7 de Novembro de 96, a coluna chegou a Uauá, exausta, no dia 20. Aprestava-se para na manhã imediata rumar para Canudos, quando foi surpreendida pelo mais imprevisível dos acontecimentos. Em romaria, de cruces arvoradas, como se peregrinasse, penitentemente, pelos campos, uma multidão de fanaticos se aproximara, cantando as suas rézas; e de súbito, com uma colera terrível, de facão e bacamarte, arrazadamente, assaltou o povoado adormecido. Despertados pelo estrondo do ataque, os soldados entreabriram as janelas, e, a coberto do fogo, descarregaram as Mannlichers. Rolou por quatro horas a espingardaria: e por fim, quando, dizimados, retiraram os assaltantes, (3) verificou o tenente Pires Ferreira que seria absurdo prosseguir. Seria lançar-se à morte certa. Voltou a tropa em desalinho, mal refeita do assombro, apavorada... Já não se podia contemporizar com o *Conselheiro*. O major Febronio de Brito foi incumbido de dar cabo dele com 250 homens (metade do exercito, metade da policia) — que atacariam de enfiada, costeando a serra do Cambaio. Isto tentou, com bela afoiteza: porem achou por diante a topografia ingrata de uma das regiões de mais escabroso acesso daquele sertão; e nem tempo teve de reconhecê-la, porque os fanaticos lhe cercaram a coluna, e quasi a exterminavam. Foi a menos de legoa de Canudos. Defendeu-se formando a tropa em quadrado; inflingiu inúmeras baixas (cerca de 700, disse-se, exageradamente); e com sessenta

(1) EUCLIDES DA CUNHA, artigo de 14 de Março de 1897, para “O Estado de S. Paulo” (*Canudos*, p. 161, Rio 1939). *Os Sertões*, monumento literario erguido a essa obscura epopéa, é o livro de expiação: pois ele propagara a idéa absurda, de que em Canudos se tinham refugiado as esperanças vendelanas da restauração...

(2) *A Semana*, 11, 358 (6 de Dez. de 96). E tambem a crônica de 31 de Jan. de 97, *ibid.*, p. 416.

(3) EUCLIDES, *ibid.*, p. 235. Que os jagunços deixaram 150 mortos contra dez soldados mortos e 16 feridos...

feridos e contusos, o geito foi retirar para Monte Santo. Salvou canhões e metralhadoras; e a honra militar. Porém confessou a formidável superioridade numerica de um inimigo irreduzível (1).

Moreira Cesar.

Lauro Muller teve a idéia de chamar Moreira Cesar, cuja presença em Santa Catarina era intoleravel para os seus amigos. Sugeriu ao ministro da guerra o telegrama patético em que, apelando para o seu fervor republicano, o convidava para comandar a tropa que fôsse destruir Canudos (2). Com a sua fina malícia libertava o Estado do incômodo “restaurador” da república — terrivelmente celebre com as execuções de Anhatomirim — e antepunha ao fanatismo de um lado o fanatismo do outro, para que se defrontassem nas “caatingas” do nordeste essas duas fórmas de loucura — simplificadas na mesma exasperação. Aliás a quadra dos fanaticos não se encerrara ainda e os sebastianistas, excitados, campeavam, longe e perto do governo, senão na propria rua do Ouvidor. Dividiavam-se em categorias, pois havia os monarquicos, desnorteados com a derrota de Saldanha mas intransigentes na opposição politica, a quem as folhas jacobinas continuavam a chamar assim; os florianistas, que, como se o “marechal” estivesse vivo, o invocavam a todo instante, e não se cançavam de ir comemorá-lo no seu tumulto do São João Batista, fazendo-lhe discursos. Que significavam os “vivas” a Floriano, a distribuição de pequenos retratos, que eram

(1) Vd. a ata de 19 de Janeiro de 1897, redigida em meio do combate, Tenente Henrique Duque-Estrada de Macedo Soares, *A Guerra de Canudos*, ps. 12-8, Rio 1902. No seu relatório, o chefe de policia do Estado, Felix Gaspar, diz que a columna perdeu quatro soldados na ação do Taboleirinho dos Canudos e cinco na retirada, *Relatorio da Secretaria da Policia e Segurança Publica*, p. 24, Bahia 1897.

(2) Tradição oral, que nos comunicou, tendo-a ouvido a Lauro Muller, Edmundo da Luz Pinto.

como imagens bentas, as romarias ao cemiterio, o nome do heroi na bôca dos demagogos, o seu culto, senão uma espécie belicosa de sebastianismo, capaz de explosões inauditas — a ultima delas o atentado de 5 de Novembro, contra o presidente da republica? Marcelino Bispo, o soldado-assassino, dedicou um soneto a Jesus e Floriano... Moreira Cesar era um dos idolos dessa herezia republicana.

Embarcou com o 7.º de infantaria, que era o seu batalhão de confiança. Já perto da barra do Rio de Janeiro, alucinado, julgou que o comandante do vapôr o levava para outro porto, prendeu-o a ferros, e mandou varar o barco na praia de Copacabana... Por pouco não sossobrou nos cachôpos que bordam o litoral. Bastaria este delirio para que não o enviassem a tão importante missão: porem o entusiasmo da rua do Ouvidor o aplaudiu com mais vigor. Ninguem ignorava a sua epilepsia, a parte que tomara no crime dos officiais do 1.º de cavalaria contra Apulco de Castro, o temor que espalhara durante a sublevação da esquadra, a sua fúria sangüinária na cidade do Desterro (1). Cruel ironía da politica: achava-se que era homem adequado para acabar com a Vendéia sertaneja. E não deixava de ser tranquilizadora essa deportação — para o castigo radical dos conspiradôres e dos insurrectos!

Com o 7.º, e 9.º, que se lhe juntou, com um batalhão de policia da Bahia, alas do 33.º e do 16.º, um esquadrão do 9.º de cavalaria e uma bateria de artilharia ligeira, (2) partiu ele da Bahia com a promessa de não ficar pedra sobre pedra, na cidadela maldita. Atirou-se para o des-

(1) O primeiro diagnóstico é porventura de AFRANIO PEIXOTO, *Epilepsia e crime*, p. 105, Bahia 1897. EUCLIDES DA CUNHA talvez tivesse sob os olhos a afirmativa do jovem psiquiatra, na descrição clinica daquela sintomatologia: "epileptico provado" (*Os Sertões*, p. 297).

(2) Leia-se EUCLIDES, *ibid.*, p. 802. Comandou o 7.º o major Rafael Augusto da Cunha Mntos, a artilharia o capitão José Agostinho Salomão da Rocha, o capitão Pedreira Franco o esquadrão do 9.º, o coronel Souza Menezes a ala do 16.º, o coronel Pedro Nunes Tamarindo o 9.º de infantaria.

conhecido (1), isto é, para o desastre. Fez de Queimadas e Monte Santo as bases de operação; mal deu tempo à engenharia para definir os relêvos da região; traçou a rota entre o Cumbe e a estrada velha de Massacará, para evitar as rampas do Cambaio, e alcançou o morro da Favela (2), de onde os quatro Krupps podiam metralhar o arraial.

Iludiu-se com a fraca opposição, não percebeu a tática dos jagunços, de esperar, emboscados nas anfractuosidades do terreno, o ataque estonteado, e julgou que os levaria de vencida, num arremêso. No mesmo dia, ao sol de uma hora da tarde, depois de alguns tiros de peça ordenou a mais simples das fórmulas de batalha: a descida, em linhas paralelas, de toda a brigada, e o assalto convergente, a peito descoberto, frontal. Responderam à artilharia os sinos da igreja nova. Convocavam à resistencia. No ímpeto do avanço escorregou a infantaria ladeira abaixo, transpôs o Vasabarrís, que era uma linha d'agua entre o enladeirado da Fazenda Velha nos socalcos da Favela e as trincheiras de Canudos, e, batida de chapa pela desordenada fuzilaria, entrou de baioneta calada pelo dédalo dos arruados, onde se diluiu a luta em mil episodios esparsos. Das seteiras da igreja, inexpugnável, partia, mortífera, a espingardaria. Moreira Cesar mandou que a policia e a cavalaria a tomassem: e esses contingentes, dizimados, não passaram das ribanceiras do rio. Compreendeu que fracassava o ataque, e, esporeando o cavallo, disse que *ia dar brio àquela gente*. Lançou-se às balas. Uma varou-lhe o ventre. Ampararam-no, para não desmontar. Recomendou que chamassem o coronel

(1) EUCLIDES, *ibid.*, p. 304.

(2) O nome perpetuou-se no Rio de Janeiro, onde, por isto, se chamam *favelas* os grupos de casebres espalhados, em desordem, pelos mórros, ao sabor da occupação... *Favela* deixou de ser um topônimo para significar povoado, improvisamente feito, de materiais de toda especie, nas elevações que circundam a cidade — lembrando, pelo miseravel aspecto, o arraial dos jagunços.

Tamarindo, para assumir o comando. Canudos está vencido... — murmurou. E levado para o alto, numa padiola, assistiu, indignado, à catastrophe. Os soldados, que se tinham metido em Canudos recuavam, corriam, fugiam, caçados pelos sertanejos que lhes desfechavam as espaldas os clavinotes, as lazarinas, os rifles: e os sinos tocavam, gementes, as Ave Maria. Improvizara-se na Favela um acampamento, desmoralizado pela derrota; e apesar das ordens de Moreira Cesar, que continuava a querer que atacassem, convieram os oficiais que era indispensavel retirar, para Monte Santo. Bradou: Estou morto; mas lavro meu protesto contra esse ato de cobardia... (1) Ao amanhecer, começou essa marcha penosa, a que os feridos juntavam o lamento, a artilharia e a sua guarnição à retaguarda, os fanaticos, reanimados e insistentes, escoando-se pelos flancos da coluna, a acertarem naquela vasta linha ondulante e aterrada... A agonia de Moreira Cesar foi sombreada de desespero: morreu entre o silencio compungido dos companheiros, que já não sabiam como salvar o seu corpo da profanação do inimigo. Carregaram-no algum tempo, a ômbros: e por fim, quando a marcha aflita se desfez em debandada, e cada um tratou de despojar-se do que levava, para melhor se evadir, o largaram à beira do caminho, como um fardo...

Termina com este pormenor sinistro a aventura contraditória do herói enfermo, condenado, por um destino inexoravel, a transformar em calamidade a paixão cívica, estrêla funesta que inspiraria os diagnosticos psiquiátricos das alturas do seu infortúnio... Iniciava-se ao mesmo tempo a dissolução da luzida brigada que expuzera à morte. E o que se seguiu foi a desabalada fuga, que o grupo de canhões do capitão Salomão reteve uns instantes, na última cêna grandiosa do tremendo desastre.

(1) Tradição oral, ouvida de veteranos da luta, em Geremoabo.

A cavalo, tentou ainda Tamarindo retardar a debandada: viu-se isolado, acossado, alvejado; e caiu cozido de balas, sem ninguém que o vingasse, desamparadamente. Morreram matando o capitão Salomão e os que com ele, escoltavam os Krupps (1). Os demais, abandonando armas e bagagens, num "salve-se quem puder" indizível, porque os fanaticos lhes rastejavam o pavôr como se fossem mocós ou préas de sua caça pobre, espalhados pela vastidão triste da *caatinga* — por esta enfiaram sem rumo, à tôa... Tinham tombado os valentes, brigando: restava o bando reúnio dos desertôres, com um mêdo absurdo dos homens diabolicos do Conselheiro... Esse terror invadiu Monte Santo, onde o coronel Souza Menezes ficara de guarda ao material com oitenta praças: e daí abalaram todos para Queimadas, com vózes de alarme pânico, imaginando nos seus calcanhares os perseguidores... Até de preparativos de defesa da capital se cuidou, assoalhando-se uma incursão possível dos jagunços (2), agora que o fracasso de Moreira Cesar os equipara com o armamento formidavel de uma brigada do exercito!

(1) EUCLIDES, *op. cit.*, p. 354. Outra é a descrição de DANTAS BARRETO, *Acidentes de guerra*, p. 169, 2.^a ed., Recife 1914, história, com enxertos novelêscos, da expedição de Moreira Cesar. Após a tomada do arraial, soube-se que o corpo de Moreira Cesar fôra queimado no riacho das Uburamas, ali perto, DANTAS BARRETO, *Destruição de Canudos*, p. 295, Recife 1912.

(2) Pois falámos tanto dos jagunços, nome dos *cabras* do sertão (mais tarde, apenas *cangaceiros*) é conveniente lhe elucidarmos o étimo. Trata-se de arcaísmo português (preservado, como outros, no nosso popular), zaguncho, espécie de azagaia (FERNÃO MENDES PINTO, *Peregrinação*, XXXVI, donde *zagunchada*, e, em Trás-os-montes, *zaguncho* (CANDIDO DE FIGUEIREDO, *Dic. da Ling. Port.*, 2.^a ed.) a significar muito vivo, esperto... O clavinoteiro, seria, analogicamente, com a mudança consonantal, *jagunço*... Aliás na região de Geremoabo é ainda de uso popular, brinquêdo ou "sport" infantil, a bésta, com o respectivo zaguncho ou flecha. Fazem-no à moda quinhentista. Nas lutas do São Francisco, Militões e Guerreiros, o partido destes era dos jagunços, contra maroios (1847). BRAZ DA COSTA RUBIM, *Vocabulário brasileiro*, p. 39, Rio 1853: "*Jagunço*: valentão, guarda-costas... usado na Bahia".

Sertanejo é um termo já de seculo e melo antes: "... miseraveis sertanejos", doc. da Junta das Missões, 1738, in *Anais do Arquivo Público da Bahia*, XXIX, 173 (1946).

Represalia.

Os sucessos de Canudos estouraram na capital como um ultraje à republica, traída pela conspiração de restauradores, fanaticos, vendilhões...

Este estado de exaltação vinha de longe, e crescera, em Agosto de 96, com as arruaças de S. Paulo e do Rio, a proposito do *protocolo* italiano.

Acordara-se submeter à arbitragem do presidente dos Estados Unidos a reclamação dos italianos espoliados nos seus haveres pela revolução de 93: e o povo, indignado, se insurgia contra a humilhação. Já ia o Congresso aprovar aquela fórmula, quando Glicerio, para atender intimações *jacobinas*, propoz que se recusasse tudo (1). Venciam as massas! Tiveram, porem, outro pretexto para a sua cólera, com o recrudescimento da ação monárquica, diluida embora na elegancia de chefes severos, que se apresentavam, cerimoniosamente, para a luta politica. O *sebastianismo* alçava o cólo, provocante...

Começou em S. Paulo, com a folha de Eduardo Prado e Afonso Arinos (*Comercio de S. Paulo*), o banquete a 15 de Outubro, aniversario do principe do Grão Pará, o manifesto a 15 de Novembro, assinado em primeiro lugar por João Mendes de Almeida (2). Os "conselheiros" do Rio movimentaram-se, deitaram manifesto a 16 de Janeiro de 97 (Ouro Preto, Lafaiete, Andrade Figueira, João Alfredo, Carlos Afonso, diretores do "centro monarquico") e, com a ajuda do coronel Gentil de Castro, fizeram seus jornais — *Liberdade* dirigido por Candido de

(1) Liquidou-se a pendencia pagando o governo 4 mil contos à legação da Italia, TOBIAS MONTEIRO, *op. cit.*, p. LXVII.

(2) AFONSO CELSO, *O Visconde de Ouro Preto*, p. 101, Porto Alegre 1935. "A esperança de apressar o advento monarquico não foi estranha sua aquisição do *Comercio de São Paulo*...", diz de Eduardo Prado, fazendo-lhe a biografia em 1901, CAPISTRANO DE ABREU, *Ensaio e estudos*, 1.ª serie, p. 342, Rio 1931.

Oliveira) ⁽¹⁾ e *Gazeta da Tarde*. Gentil de Castro atraíu os fôgos da imprensa inimiga, principalmente *d'A Republica*, de Glicerio e Alcindo Guanabara, que o acusou de fornecer armas aos jagunços da Bahia. Chamou Alcindo a juizo. Perante o magistrado, aplaudido pelos correligionarios, ele sustentou a accusação. O incidente foi fatal ao capitalista: porque, em 8 de Março, ao se saber do desastre de Moreira Cesar, com os pormenores do heroismo e do martirio da sua coluna, as maltas *jacobinas*, numa explosão de ódios desatinados, lhe incendiaram as oficinas. No dia seguinte ainda o procuravam. Foram achalo na estação de São Francisco Xavier, quando tomava o trem de Petropolis. Acompanhavam-no alguns amigos, entre estes Ouro Preto e o filho ⁽²⁾, Acossado pelos "mazorqueiros", Gentil de Castro descarregou inutilmente o revolver: foi derrubado a tiros, morto, na plataforma do *vagon*... Na cidade a revolta acalmou com a presença do ministro da justiça, Amaro Cavalcanti, com o que sobrava de autoridade ao governo, sem forças para conter a anarquia, pendendo, por um fio, do capricho da multidão... Em

(1) CARLOS DE LAET, *O frade estrangeiro e outros escritos*, p. 160, Rio 1954.

(2) AFONSO CELSO, *op. cit.*, p. 107 (e o opusculo dedicado ao crime publ. neste mesmo volume); ELISIO DE ARAUJO, *Através de meio seculo*, p. 117, S. Paulo 1932. Vd. a descrição da "mazorca", que fez Ruy na conferencia de 24 de Maio de 97, na Bahia, *Obras*, XXIV, tom. I, ps. 24-5. Gastão da Cunha, em 1908, recordando-a, clamava, que nada se encontrara que mostrasse qualquer cumplicidade com a insurreição de Canudos, RODRIGO M. F. DE ANDRADE, *Rio Branco e Gastão da Cunha*, p. 108, Rio 1953. Havia, isto sim, simpatias vagas... Como nestes versos fluminenses:

Já de Canudos na jornada
 Não planta a flâmula sagrada
 O Conselheiro, por um triz,
 Nos coqueiros deste país.

.....
 Viva Isabel a redentora!
 Proclamaremos com ardor
 Viva o defunto Imperador!

(AZEVEDO CRUZ, *Benta Pereira*, p. 11 Campos 1899)

S. Paulo, as autoridades assistiram, complacentes, ao empastelamento do "Comércio" (1).

Que havia de verdade na denuncia? Teriam os sertanejos correspondencia com os politicos — e a sua guerra santa seria a retomada da guerra civil? — Correram diligencias em Minas Gerais, com a ajuda da policia do Rio, e chegou a ser surpreendido, a fugir, um carro, que possivelmente levaria a Canudos munição farta... (2) Como não se encontrou traço de ligação do Conselheiro com os "simpatizantes", nem fizeram estes qualquer cousa para o socorrer (3), cremos que os supostos auxilios escoados pelos caminhos remotos fossem rondas de negociantes, atraídos, com as suas carregações, para os sítios onde fariam o seu comercio. Tais avejões acompanham sempre as expedições militares: onde ha uma luta, aí se instala um mercado. Mas a nevrose demagógica deformava tudo. E complicava-se, com a agitação que descia do governo até às mais baixas camadas.

A volta do presidente.

A 4 de Março, sem aviso prévio, mostrando com a volta inesperada a sua incompatibilidade com o substi-

(1) Vd. parecer de Ruy sobre a responsabilidade do Estado no empastelamento do "Comercio de S. Paulo"; *Obras*, XXV, tom. IV, p. 180, Rio, 1948. "... Foi empastelado diante dos olhos do então presidente do Estado, o Sr. Campos Salles...", AFONSO ARINOS, *Notas do dia*, p. 248.

(2) ELYSIO DE ARAUJO, *op. cit.*, p. 111 (relatando a sua missão em Minas).

(3) Duas cartas inexpressivas foram achadas em Canudos, que nada provam, sobre as ligações dos fanaticos com o partido monarchico, embora este segundo se dizia, exultasse com as suas vitórias... DANTAS BARRETO, *Ultima expedição a Canudos*, ps. 11-5, Porto Alegre 1898. Defendeu Ruy Barbosa, na conferencia da Bahia, 24 de Maio de 1897: "Ninguem logrou até hoje precisar o mais breve indício da méscia restauradora nos sucessos de Canudos", *Obras*, XXIV, tom. I, p. 68. Em entrevista dada à "Gazeta de Noticias", em 24 de Julho, Luiz Viana ridicularizou a baléla (*Interview*, p. 6, Feira de Sant'Ana, 1897) e, para refutá-la, a ela se referiu Gastão da Cunha, *Discurso* de 1903 citado por Rodrigo M. F. de Andrade, *op. cit.*, p. 103.

tuto, reassumiu Prudente de Moraes o poder. Como em 1894: sem ninguém para o receber. Entrando sózinho no palacio, mandou dizer laconicamente a Manuel Vitorino, então em veraneio na Tijuca, que já estava restabelecido. E governava.

Entre eles a distancia aumentava. Um dos motivos intimos do desgosto de Prudente fôra com certeza a transferencia, com um baile famoso, da sede do governo, do Itamaratí (que passava a ministerio do exterior) para o *palacio do Catete* (adquirido, conforme o desejo de Manuel Vitorino, ao conselheiro Mayrink) (1). Esta festa primeira, depois do baile a vespuras da queda do Imperio, que parecia conciliar o regime e a sociedade, nos esplendores do luxo, contrastava com a solidão triste do enfermo, recolhido ao seu repouso das Paineiras. Atestava, num confronto de temperamentos, a opposição das idéias, o vice-presidente voltado para as belezas da vida, o presidente metido asceticamente no seu silencio amargo... (2) Refletia nos sucessos publicos o antagonismo, em cujas paralelas se reproduzia o caso de Deodoro e Floriano, este, o vice-presidente, idolo das ruas, o outro encerrado na sua austeridade desconsolada... O *jacobinismo* enovelou-se na popularidade de Vitorino, contra o homem da "anistia", o poder civil amolecido pela tolerancia, o presidente omisso... E este, até 5 de Novembro, quando um fato terrivel o libertou dessa atmosfera deprimente, oscilou entre atos de força e uma timidez grave, com a desordem — sôlta desde 8 de Março — pelas ruas da cidade.

(1) Construido em belo estilo Imperio pelo visconde de Nova Friburgo (1862), o palacio do Catete.

(2) Ruy, *A Imprensa*, 21 de Nov. de 98. "Apenas nos destooou dos habitos o dr. Manuel Victorino, que não prescindia da etiqueta e tinha a sua queda pela pompa" (Obras XXV, tom. II, 154). "...Projeta-se grande baile no palacio do Catete — que fará recordar o baile da Ilha Fiscal", reprovou Prudente, em carta de 10 de Janeiro de 97 ao senador José Bernardo (José Augusto, *Seridó*, I, 217, Rio 1954). Esta carta é precioso documento da irritação do presidente contra o substituto.

A vitória do governo.

Não vacilou, é certo, em mandar contra Canudos uma expedição poderosa. Mas tudo contribuiu para cultivar o desassocêgo público: a irritação dos políticos contrariados pelo retôrno do presidente, a demora dos preparativos bélicos, o rescaldo das agitações habituais, a que a impunidade déra audacias crescentes, a cisão do grupo governante. Glicerio separava-se do presidente. Mas as bancadas do Congresso, que até aí lhe obedeciam, começavam a rebelar-se, preferindo o presidente a Glicerio. A de Pernambuco iniciou a *dissidência*, em 14 de Maio de 97, opondo-se à escolha, pelo chefe do partido, das comissões permanentes da Camara (1). Dizia-lhe “não”. Glicerio invocou, pela primeira vez (declarou da tribuna) a qualidade de “chefe do partido republicano federal”. A definição firme de Prudente daria com ele em terra.

A oportunidade foi a sedição da Escola Militar, que tanto serviu para reafirmar a autoridade como para destruir o “leader”.

Na Escola da Praia Vermelha sucediam-se as manifestações de indisciplina, culminadas em Fevereiro e Março, com as desordens de rua, as vaías com que os cadetes desrespeitaram o comandante. Medida de precaução, adiou-se a reabertura das aulas. A 26 de Maio, com o pretexto de que o governo, tirando-lhe o material de guerra, de seus depósitos para mandar ao Rio Grande, a desarmava a Escola se amotinou. O presidente agiu implacavelmente: que dois batalhões de infantaria com uma bateria do 2.º de artilharia a cercassem; e quando os alunos se renderam, decretou o seu desligamento (2).

(1) CAMPOS SALES, *Da propaganda à presidência*, ps. 187-8.

(2) CAMPOS SALLES, *op. cit.*, p. 144; TOBIAS MONTEIRO, *O Presidente Campos Salles na Europa*, ps. LXXXII.

Dissolvia o estabelecimento que fôra o berço da república, o seu seminário, o seu baluarte!

Fez mais: fechou a Escola do Ceará, solidária com a do Rio, e extinguiu (golpeando o florianoismo) os batalhões patrióticos que, nos entusiasmos de 8 de Março, se tinham recomposto, para defender... a república.

Os velhos adversários da ditadura (e dos seus homens, que dirigiam a maioria) não podiam deixar passar o ensejo de varrer-lhe a ameaça e os remanescentes. O autor da manobra foi José Joaquim Seabra, que o governador Luiz Viana fizera eleger, e, na Camara, conservava a desenvoltura do *livre atirador* (1). Incorporou-se no grupo parlamentar que esteve em palacio, a cumprimentar o presidente; e à saída (narrava mais tarde o deputado Castro Rebelo), segredou ao colega de bancada, que no dia seguinte apresentaria moção de apoio ao governo, por sua atitude radical. Espantado, perguntou-lhe o interlocutor: se o presidente sabia disto? Seabra segredou-lhe: ao cumprimentá-lo, dissera que ia apresentar a moção; e Prudente, num aperto de mão, concordou, com estas palavras, "aprovo e agradeço". O mistério deste acôrdo frio, entre o opositor, disposto a surpreender Glicério com um grito de aplauso ao governo que fustigava o jacobinismo, e este, intimamente incompatível com o seu "leader", foi a arma triunfante de Seabra. Na hora aprazada, ignorando-lhe todos o gesto (a começar por Artur Rios, presidente da Camara e seu companheiro de bancada), desfechou a moção gratulatória. Exasperado, saltou Glicério a opor-se teve frases sentimentais de elogio à Escola Militar. Correu a votação: como era de esperar, mas com um "quorum"

(1) Viana, para permitir a eleição, com os seus amigos, de alguns nomes da opposição, como Seabra, a quem gostaria de eleger, deixou de apresentar a "chapa" pelo partido, limitando-se a recomendar os preferidos. Assim também foi eleito Joaquim Macedo de Castro Rebelo, de cujo illustre filho, prof. Edgardo de Castro Rebelo, ouvimos os pormenores do episodio.

em que apontava o fracasso de Glicério, a casa a derrubou, 86 votos contra 60. O resultado satisfazia a Seabra: graças à oposição da maioria, o governo perdia o aplauso caloroso do Congresso — proposto pela minoria... E mandou por um colega este fulminante recado a Artur Rios: demitir-se imediatamente. Perplexo, hesitou Rios; e quiz saber — se Prudente estava a par daquilo... Que sim, confidenciou-lhe Castro Rebelo. E Rios se demitiu da presidência...

De fato, no outro dia publicava o *Jornal do Comercio* uma vária lacônica, elaborada na presidência da república, informando que Glicério não interpretava o pensamento do governo...

A “vária” era do punho de Prudente. Tinha o sentido de uma despedida. O complemento parlamentar foi o gesto do presidente da Camara. Exonerando-se, forçava o plenário a manifestar-se, por um ou por outro. Seabra acertara em cheio. Conveiu-se que Rios seria reeleito, em nome dos prudentistas. Glicério aceitou o repto, e fez-se candidato contra ele. Feriu-se fora do recinto, nervosa “cabala”: e ganhou o governo com curta margem, 88 contra 76. Ganhou com as bancadas da Bahia, de Pernambuco, de Minas Gerais e São Paulo, isto é, os grandes Estados: e eclipsou-se a estrela do incauto que teimara em ser o condestavel civil da nação, sem o presidente da república, ou contra este (1).

(1) Campos Sales reproduz o telegrama em que Prudente, considerando que o voto da Camara o hostilizava, o intimou, com a representação paulista, a “escolher entre o governo, com a ordem, e Glicerio, com a anarquia militar”, *ibid.*, p. 151. Vd. ainda TOMIAS MONTEIRO, *op. cit.*, p. LXXV. No País, de 3 de Junho, dia da eleição, Quintino, em artigo sem assinatura, insinuou a eventualidade da intervenção militar... O *Jornal do Comercio* (inspirado pelo presidente) rebateu-lhe a ameaça. Os quartéis não se envolveram na contenda. Cindiu-se assim o que Ruy chamou (*A Imprensa*, 5 de Outubro de 98) a “oligarquia partidária”. Com a derrota de Glicerio subiu a minoria perseguida pela ditadura florianista, com as exceções e as acomodações justificadas a política dos grandes Estados, que passavam a gravitar em torno do Catete. A Concentração republicana, de 1899, não foi mais do que uma tentativa frustrada de galvanizar essas forças desfeitas. O presidencialismo acabou com o partidarismo.

Presidencialismo.

A cisão matou o partido. Fôra a desforra dos vencidos de 1889, resumiria Alcindo Guanabara... (1) Mais certo é dizer que foi a substituição do grupo, que pretendia governar o governo, pelo poder pessoal assentado em base firme, que era, por definição, o *presidencialismo*.

Campos Sales, escolhido candidato pela ala do partido que ficara com o presidente (isto é pelos governadores, que o sustentaram), suprimiu do rótulo o qualificativo, e protestou, que representava o "partido republicano". Ambiguamente caracterizava, na carencia ideológica, a condição de "historico", e que na realidade, o "partido republicano", como "força" em que se uniam os adeptos do regime, orgânico e sólido na monarquia, agora não era mais do que a cooperação dos seus funcionarios eletivos. Ligava-os o laço do sistema; a solidariedade era a das peças de uma máquina. Sòmente esta prevalecia: a máquina do poder, "verdadeiro motor do Estado" (2), e sua presença.

(1) ALCINDO GUANABARA, *A Presidencia Campos Sales, Politica e finanças*, p. 19, Rio 1902.

(2) RUY BARBOSA, art. *d'A Imprensa*, 15 de Novembro de 1898, Obras, XXV, tom. II, 107.

A EPOPÉIA DOS SERTÕES

Expedição de Artur Oscar.

Urgia vingar, em Canudos, a república!

Disto foi encarregado outro general retintamente republicano, Artur Oscar, que então comandava o distrito de Pernambuco. Para tão forte inimigo organizou um corpo de exercito de seis brigadas, em duas colunas, sob o comando dos generais João da Silva Barbosa (para atacar por Monte Santo) e Claudio do Amaral Savaget (por Sergipe e Geremoabo)⁽¹⁾.

As operações correram lentas e complicadas⁽²⁾.

Os mais tôlos boatos exageravam os recursos dos fanaticos; nem faltava quem dissesse estarem com eles hábeis capitães, antigos revolucionarios, até personalidades de nome...⁽³⁾ Desconfiava-se da sinceridade do governador. Com a cisão do grupo que, desde 1891, dirigia o Estado, formara-se em 1895, com José Gonçalves,

(1) 1.^a brigada, coronel Joaquim Manuel de Medeiros, com os 7.^o, 14 e 30 de infantaria; 2.^a, coronel Inacio Henrique Gouveia, 16, 25 e 27; 3.^a, 5.^o de artilharia de campanha, 5 a 9 de infantaria, do coronel Olimpio da Silveira constitulram a primeira coluna, do general Silva Barbosa, e à cuja frente ia o comandante em chefe, Artur Oscar. A 4.^a brigada, coronel Carlos Maria da Silva Telles, afamado defensor de Bagé, comprehendia o 12, 31 e 83 de infantaria e uma divisão de artilharia; a 5.^a coronel Julião Augusto da Serra Martins (que capitulára no Desterro e na Lapa) com o 34, o 35 e o 40; e a sexta, coronel Donaciano de Araujo Pantoja, o 26, o 32 e uma divisão de artilharia, sob o comando de Savaget.

(2) EUCLIDES DA CUNHA, *op. cit.*, p. 375.

(3) MAX FLEIUS, *Historia administrativa do Brasil*, p. 480; Euclides, *ibid.*, p. 307.

o barão de Geremoabo⁽¹⁾, Manuel Vitorino, poderosa oposição, que se apoiou, mais tarde, à fração do Partido Republicano Federal, com Glicério contra Prudente. Para os ortodoxos do regime Luiz Viana, solidario com o presidente da república, passou a ser suspeitado de adversario do exercito, sem interesse no seu exito, cumplice dos sertanejos... Era falso (rebateu, em entrevista calorosa para um jornal do Rio, em 24 de Julho de 97). Mas não faltaram officiais exaltados que foram para a Bahia dispostos a derrubar o governador⁽²⁾ que, precavido, tomara por sua vez medidas defensivas. Não ousassem! Careciam, em verdade, as tropas que se deslocaram para Queimadas e Monte Santo de abastecimento organizado, hospitais, alojamentos. Devorados os recursos locais, tinham de esperar a meia ração por morosos comboios, naqueles arraiais esgotados: e que os engenheiros estudassem a marcha perigosa. Esperaram impacientemente. Se demorassem, arriscavam-se a chegar depois de Savaget, que fôra desembarcar em Aracajú e, apresado, rompia para o vale do Vasabarris. O coronel de engenheiros Siqueira de Menezes traçou com os sapadores a estrada que, à direita, pelo Rosario e Angico, permitiria a passagem da artilharia, até os cimos da Favela. Graças a isto Artur Oscar, com as tres brigadas, os canhões (um deles a *matadeira*, Withworth de 32, para demolir a igreja nova) e, a distancia, a bagagem, escoltada pelo 5.º de policia bahiana, alcançou o altiplano donde podia ver Canudos; e, cantando vitória, o saudou com as primeiras granadas. Combinara com Savaget o encontro, para o assalto geral, a 27 de Junho.

(1) J. C. PINTO DANTAS JUNIOR, *O barão de Geremoabo*, p. 20, Bahia 1939.

(2) Vd. RUY, *A Imprensa*, 1 de Nov. de 98 (*Obras*, XXV, tom. II, p. 3). Luiz Viana dêra à "Gazeta de Noticias", 24 de Julho de 97, a entrevista em que rebatera como ridiculas as tendencias "restauradoras", que lhe attribuiam, *Interview... concedido sobre a questão de Canudos*, Feira de Santana, 1897.

A 2.^a coluna topou no desfiladeiro de Cocorobó — caminho de Geremoabo para Canudos marginando o Vasabarris, as avançadas do Conselheiro. Foi rápido e terrível. Silva Teles, cujo cavalo pampa foi logo baleado, comandou a carga, a baioneta, que destroçou a horda de jagunços espalhada pelas alturas. Savaget foi ferido levemente. Com a pontaria tranquila, de caçadores, escaramuçando pelas dobras do terreno, no cerrado de juremas e angicos, na proteção de uma ou outra arvore copada sobre aquela vegetação agressiva, os jagunços pareciam conhecer os oficiais, e neles empregavam o tiro mortal. A 27 de Junho (cientificada na véspera a coluna, de que Artur Oscar estaria acolá no dia marcado) adiantou-se a expedição do Trabubú a nordeste — para a posição que devia ocupar ao norte, em angulo com a primeira, que desceria das lombadas da Favela e da Fazenda Velha. Foi de novo atacada por um vespeiro de atiradores. Ainda a baioneta os repeliu, mas com 150 baixas, entre estas os comandantes do 33.^o (tenente-coronel Virgilio Ramos) e do 12.^o, o tenente-coronel Tristão Sucupira. Já então a alma da segunda coluna era o coronel Telles. Ele e Tompson Flores, comandante do 7.^o (o batalhão de Moreira Cesar) como que apostavam, num concurso de bravura, quem chegaria primeiro. Mas a sofreguidão era refreada pela necessidade de atender à outra coluna, mergulhada a este tempo numa situação incompreensível (1).

A dura guerra.

Certa de que, alí, a cavaleiro do arraial, seria facil deslisar pelas ladeiras até o vale, num arranco, destruindo

(1) Sobre a coluna de Savaget, H. DUQUE ESTRADA DE MACEDO SOARES, *A Guerra de Canudos*, Rio 1902. Em Cocorobó o total das baixas foi de 178, deixando os jagunços 60 mortos, *ibid.*, p. 96. Chamaram-lhe estes a “coluna talentosa”.

e tomando tudo, viu-se em breve — ao contrario — colhida na mais deploravel das ansiedades. Entrincheirados em volta, nos fôjos, nas rugas do morro, nos carrascais que lhe vestem as escarpas, os fanaticos puzeram-se a fuzilá-la, num assedio⁽¹⁾ que tinha a insídia de uma armadilha.

Os soldados batiam-se com um adversario fabuloso, denunciado pela fumaça das descargas, tão cosido à terra, que difficilmente as balas das Mannlicher, destocando-os, alcançavam um ou outro, que, imprudentemente, sobresaiá das pontas de pedra, das moitas requeimadas, do mato escasso, sombreado ali e acolá pela rama solitária do icôzeiro... Ia faltando munição. Esgotada a das cartucheiras, devia-se aguardar o comboio, que ficara para trás, retardado. Um emissario voltou, contando que a retaguarda fôra cortada. Soube-se que o comboio fôra atacado, o 5.º da Bahia, formado de sertanejos do São Francisco⁽²⁾ — cabôclos contra cabôclos — o defendera, e era preciso livrá-lo com uma brigada completa. O coronel Serra Martins encarregou-se desta missão vital.

O fato é que a coluna de Artur Oscar passara de sitiante a sitiada. Teve de chamar a 2.ª em seu socorro: ou acabaria como Moreira Cesar. Savaget, para o salvar renunciou ao projeto de assaltar Canudos pelo norte, justificação da sua caminhada exaustiva, de Sergipe para Geremoabo, dos sacrificios de Cocorobó e Trabubú. Fez apressadamente a marcha de flanco, e chegou a tempo. Esta junção foi providencial para ambas as colunas que, separadamente, seriam imoladas — desabastecidas, exaustas, os melhores officiais vitimas do seu destemôr — tal como sucedera à expedição que iam vingar...⁽³⁾

(1) Vd. a descrição de FRANCISCO MANGABEIRA, *A Tragedia Epica*. (O batismo de sangue), ps. 20-1, Bahia 1900, e a síntese de EUCLIDES DA CUNHA, *Canudos*, p. 11.

(2) Sobre o 5.º da Bahia, que sobremodo se destacou, vd. DEOLINDO AMORIM, in *Revista do Inst. Geogr. e Hist. da Bahia*, n.º 72, ps. 246-7 (1945).

(3) H. D. E. DE MACEDO SOARES, *op. cit.*, p. 126.

Exito incompleto.

Com o reforço que lhe chegara, reanimou-se Artur Oscar, e o coronel Tompson Flores, com o 7.º, num arrôjo belo, mas inutil, se precipitou, encostas abaixo, a conquistar Canudos, que lá jazia, no descampado, o casario a meio esfarinhado pelo canhoneio, as duas igrejas sempre de pé, caladamente... Não andou muito. Tombou fulminado; e retrocederam em desordem, os remanescentes da castigada força. Este episodio mostrava a invulnerabilidade do arraial, a menos que se abatesse sobre ele, esmagadoramente, toda a Divisão. Atacou a 18 de Julho, reconfortada pela chegada do comboio de víveres, remuniçada a artilharia para um bombardeio triturante. Atiravam-se à ação quatro brigadas, a ala de cavalaria, o 5.º da Bahia, dois canhões Krupp: e o resto (sob o comando de Savaget) permaneceu de sobreaviso, na Favela. Os batalhões transpuzeram a pé enxuto o Vasabarris, rechassaram a resistencia dispersa pelos flancos e invadiram o arraial impetuosamente, até a igreja nova. Verificou-se aí o erro do assalto a peito aberto, sem a prévia debilitação do inimigo, que, desaparecendo como força organizada, se convertia num enxame de caçadores emboscados nas ruínas dos quarteirões de adôbe, trincheiras naturais incrustadas num labirinto de ruelas. Os comandantes Telles, Tupy Caldas, Dantas Barreto, isolados na praça da igreja, queriam reforços, para varrer das ruínas à volta os jagunços, que continuavam a atirar. Mas não havia reservas; todos lutavam, em grupos, atropeladamente, por inspiração propria; e, dos esconderijos, os fanaticos começavam a visar os officiais. Cafu Carlos Telles, e, em redor, capitães, tenentes, alferes... No fim, havia fora de combate 67 officiais, dos quais 27 mortos (1).

(1) H. D. E. MACEDO SOARES, *op cit.* p. 206.

A expedição perdera um terço do efetivo⁽¹⁾. E tomara apenas uma parte do arraial⁽²⁾.

Reforços.

Artur Oscar telegrafou, pedindo ao ministro da guerra cinco mil homens. Aquele suburbio de Canudos foi resguardado por uma linha de fossos, perpendicular ao Vasabarris, rente ao "cemiterio velho", a que se chamou sombria reminiscencia, "linha negra". E como outrora, nos pântanos paraguaios, essa "linha" sofreu diariamente o tiroteio das guerrilhas que a experimentavam. Num desses choques morreu Pajeú, famoso jagunço, que dirigira o assalto ao comboio, na retaguarda da 1.^a coluna (24 de Julho).

Cerca de seiscentos feridos tinham de ser transportados para Monte Santo, entre eles Savaget, Telles, Serra Martins. Carecia-se de tudo. A imprevidencia somara-se à desorganização, para compôr a fisionomia infeliz de uma luta em que, por vezes, os soldados famintos, doentes, andrajosos, se confundiam, ao longo dos caminhos, com os "tabaréos" a quem combatiam. Assemelhava-os a miseria. A 27 de Julho partiu, enorme, o comboio dos feridos. Não existia um serviço qualquer de enfermaria e assistencia; e os poucos medicos mal tentavam os curativos urgentes. Naquele mesmo dia saíram da Bahia vinte e quatro estudantes da Faculdade de Medicina, que se tinham oferecido para todos os mistéres nos hospitais de sangue, dispostos a tudo, no ímpeto da sua abnegação.

(1) MACEDO SOARES, *ibid.*, p. 215.

(2) Vd. de FRANCISCO MANGABEIRA, *op. cit.* O Combate, p. 104. EUCLIDES, *Canudos*, p. 16: quatorze horas de luta, e sem comer nem beber, tanto que a suprema aspiração dos soldados 'era encontrar uma bilha d'água e um punhado de farinha!'

Prestaram generoso auxílio à tropa, desde que a ela se juntaram, a 5 de Agosto (1).

A 15 de Agosto — chegou o auxílio de mil homens (brigada Girard) mandado do Rio pelo ministro da guerra, antes ainda da requisição de Artur Oscar. Outros 1 600 se apresentaram (23 de Agosto): o 1.º da policia de S. Paulo (“aparição triunfal dos bandeirantes” registou Euclides da Cunha) (2), dois batalhões do Pará (coronel Sotero de Menezes), um do Amazonas, o 37.º do exercito. Com tais reforços era possível desdobrar o cerco, com a tomada, simultanea, das posições externas, que mais dano causavam à tropa. O coronel Olimpio da Silveira, com dois batalhões, instalou-se nas eminencias da Fazenda Velha, fazendo calar aquela fuzilaria; e a 7 de Setembro Siqueira de Menezes, com 530 homens, foi ocupar, nas rampas do Cambaio, a saída para Monte Santo. Encerado ao norte e a leste, o arraial fechava-se ao sul.

Acabando . . .

Era o epilogo. Terminaria quando os cordões do sítio estrangulassem, do lado oposto, o caminho de Varzea da Ema e Canabrava, ultimo de que poderiam valer-se os fanáticos. Foi tomado a 23 de Setembro, ao alastrar-se o cêrco das bandas do Cambaio, através do Manuquem, tênue afluente do Vasabarris, e da estrada de Uauá, para as duas faces do quadrângulo ainda desocupadas (3). “Eram cinco mil soldados, em

(1) ALVIM MARTINS HORCADES, *Descrição de uma viagem a Canudos*, p. 8, Bahia 1899. Faleceu de febres, em Monte Santo, o academico Joaquim A. Pereira. Entre esses vinte e quatro voluntarios merecem ser lembrados Alvim Horcades (autor daquele valente livro), o poeta Francisco Mangabeira, Ivo Soares (que foi general chefe do serviço de Saude do exercito).

(2) *Canudos*, p. 22.

(3) EUCLIDES DA CUNHA, *op. cit.*, p. 574. Vd. a planta das posições do cerco, pelo coronel Siqueira de Menezes, in H. D. E. DE MACEDO SOARES, *ibid.*, que serviu para os demais “croquis” explicativos da marcha convergente, até o episodio final, de 5 de Outubro de 1897, quando

numeros redondos, excluidos os que permaneciam de guarda ao acampamento e guarnecendo a estrada de Monte Santo". Comprimidos de encontro à cidadela, que era a praça da igreja, os jagunços cavaram ali um fôso em quadrado, para a ultima resistencia. As duas igrejas eram ruinas despedaçadas, sendo que à nova sobrara um trecho de alvenaria ressaltando, rendilhado de balas, de um montão de escombros. Fato mais importante, de que o exercito só teve noticia oito dias mais tarde, a 22 de Setembro morrera o *Conselheiro*. Provavelmente não resistiu à destruição de seu santuario. Constou que o considerava milagrosamente inexpugnável: e no dia em que o bombardeio o demoliu, foi como se desabasse nele toda a sua energia. Macerado dos jejuns, chumbado a uma obstinada imobilidade, na contemplação de visões inexprimiveis, realmente ninguem soube o que fez, o que falou, nos estertores dessa agonia: acharam-no já frio, de bôrco na terra batida da choupana, o crucifixo colado ao peito magro... Deixara-se matar de inanição, como se o holocausto servisse à salvação de todos os fanaticos: e os fanaticos acreditaram que fôra para o céu, a convocar legiões de anjos, com quem desceria em lampêjos ofuscantes, para os livrar... Antonio Vilanova, um dos cabecilhas, escapou-se a tempo, pelo caminho da Varzea da Ema⁽¹⁾. Dois dias depois não passaria mais ninguem⁽²⁾.

O ministro da guerra, marechal Carlos Machado Bittencourt, chegara em Agosto a Queimadas, para dirigir a

--
acabou a luta com os ultimos jagunços. Partes de completo, a partir de 22 de Agosto: *Relatorio do ministerio da guerra*, apendice, Imprensa Nacional, Rio 1898.

(1) P. AZARIAS SOBREIRA, in *Revista do Instituto do Ceará*, LXII, 219 (Fortaleza 1948). Vilanova, que ajudou o Padre Cicero, em 1914, a defender-se em Joazeiro, disse ao padre Einilio Leite Cabral que pedira licença ao Conselheiro, já moribundo, para sair de Canudos e ele consentira... Sobre os outros chefetes da jagunçada, vd. EUCLIDES, art. para "O Estado de S. Paulo", 19 de Agosto de 97 (*Canudos*, ps. 87-9).

(2) EUCLIDES, *Canudos*, p. 91.

remessa dos socorros, a evacuação dos feridos, a arregimentação das forças auxiliares. A sua diligencia, honesta e ativa, normalizou os fornecimentos, habilitou o exercito a constringir o cêrco sem mêdo de piores surpresas. O bom senso indicava que se fizesse render o arraial com aquele aperto de aço, os defensores condenados a escolher entre a capitulação e a morte, com cinco mil carabinas e vinte e dois canhões apontados para o quadrangulo, junto à caliçaria da igreja derreada, onde se tinham metido, para o ultimo desforço. Mas o brio militar, nos seus assômos de impaciência, pôde mais: e a 1 de Outubro, após quasi uma hora de preparação de artilharia, que pulverizou as palhoças à volta daquele quadrado, revolvendo o pedregal da igreja destruida, avançaram ao som dos clarins as várias brigadas, para o assalto final. Ia adiante o 5.º de policia (1). Com efeito tomaram a ponta de baioneta os restos da igreja nova, enfiaram pelas vielas, quasi conquistaram o objetivo: e tiveram de recuar, diante da fabulosa obstinação dos fanaticos dissimulados entre os destroços, ressurgindo das ruínas, infalíveis no tiro inesperado, mortifero, incessante... Baquearam, mortos, o coronel Tupí Caldas, o major Queiroz, do 29.º, o major Henrique Severiano, do 25.º... Trezentos feridos foram removidos daquele bra-seiro: e a uma da tarde, quando arrefeceu o fogo, se apurou que fôra inutil o ataque.

Fogo e sangue.

Uma bandeira branca apontou entre os escombros: e dois sertanejos apareceram. Um era Antonio Beato: entregava-se. O general Silva Barbosa concitou-o a ir

(1) O primeiro corpo a fincar em Canudos a sua bandeira foi o 5.º de policia da Bahia, comandante Virgilio Pereira de Almeida. O oficial que levava o estandarte era o alferes João Batista Coelho, *Anais do Arquivo Publico da Bahia*, v. 3.º. p. 178 (1918).

buscar os que se quizessem render: garantia-lhes a vida. E o Beato voltou, mas com trezentas mulheres, crianças e velhos, bôcas sedentas, estômagos vazios, farrapos humanos de que se libertavam os combatentes, num ardil irônico... Em verdade, a resistencia desmaiava. Homens válidos, clavinoteiros cançados de brigar, esfalados, imprestaveis, tambem largaram as tócas, abandonaram os companheiros, e se foram meter, calados, no acampamento... (1) Para reduzir os demais, nada melhor do que um incendio, mas uma "queimada" metódica, de querosene e dinamite, que devorasse tudo... Em 4 e 5 de Outubro voaram em estilhas os restos de Canudos, que submergiu num oceano de chamas. No fim, disparando os derradeiros tiros, do fôssô, ao pé dos destroços da igreja, um velho, dois jagunços, uma criança, sustentaram ainda a luta com as cinco mil baionetas que corriam sobre eles, desatando as suas ondas de prata em redor da imensa fogueira... (2).

"A cidade está desfeita em brazas..."

"Uma e outra, depois, foram caindo as casas..." (3)

No dia seguinte, para que nada ficasse da povoação, as ruínas da igreja foram despedaçadas a explosões de dinamite. E, escavando-se no pavimento do santuario, que fôra o casebre onde o Conselheiro recolhera, para rezar e morrer, lhe acharam o corpo ainda incorrupto.

(1) ALVIM HOACADES, *op. cit.*, p. 89, fala dos prisioneiros, alem das mulheres, crianças e velhos, cujo numero consideravel mostra que Antonio Beato cumpriu a palavra, e não cometeu apenas o logro, de alliviar o arraial de gente inútil, como Euclides supôz.

(2) Vd. a descrição do fim do combate, a dinamite e latas de querosene, do correspondente da "Gazeta de Noticias", in WOLSEY (pseudonimo de Cesar Zama). *Libelo republicano acompanhado de comentarios sobre a campanha de Canudos*, p. 43, Bahia 1899. A cena terminal dos quatro que continuavam lutando, foi primeiro descrita por DANTAS BARRETO, *Ultima expedição a Canudos*, p. 280, depois por H. D. E. DE MACEDO SOARES (que repete), e EUCLIDES, *ibid.*, p. 611. Foram contados 647 corpos, e 5.200 casas no arraial, allás incendiadas e demolidas. Lela-se ainda major A. CONSTANTINO NERY, *A quarta expedição contra Canudos*, Pará 1898.

(3) FRANCISCO MANGACEIRA, *ibid.* (O incendio) p. 138.

A volta desse triste troféo meditaram os vencedores. Fotografaram-no, para a comprovação de que realmente já não vivia o terrível personagem; e sob as vistas do medico Dr. Curio, lhe cortaram a cabeça — de vastos cabelos e densas barbas grisalhas — para o estudo oportuno dos psiquiatras da Faculdade ⁽¹⁾.

A grave lição.

Assim terminou a mais extraordinaria das guerras, que teve todavia uma vantagem. Sacudindo brutalmente a sensibilidade do país, revelou, na sua realidade perturbadora, os sertões. O livro, que ela produziu, deu corpo a uma idéia, que tinha o relêvo lancinante de um remorso: a idéia de que o Brasil pagava a divida contraída com a terra e a gente, por ter tardado tanto em descobrir as suas angustias, a sua paizagem, a sua alma. Canudos foi um acidente, na historia de uma civilização que ocupa devagar, e aos arrancos de acontecimentos inesperados, a sua área continental. O *Conselheiro* recrutara as suas romarias na ignorância e no isolamento de regiões abandonadas. A rebeldia formara-se-lhe na incompreensão da autoridade e na tropelia dos seus agentes: gerara-se do ressentimento emendado no desengano. A sua triste cabeça de semi-louco desatinara-se com as noticias deformadas da crise politica, as suas inovações, as suas bizarrias, os seus ridiculos: e o *sebastianismo* vetusto, de que foi um apóstolo bronco, se lhe reduzia a um mixto de reacção — contra as profanações — e reminiscências — apocalipticas e vulgares. Trataram-no como ao inimigo da republica, e lhe jogaram em cima as melhores forças de que ela dispunha. Perto de tres mil baixas numeraram

(1) H. D. E. DE MACEDO SOARES, *op. cit.*, p. 372.

a enormidade desse erro, que, penitenciados, Euclides da Cunha chamou de crime⁽¹⁾, “monstruoso pesadelo” — disse o poeta⁽²⁾, Afonso Arinos — ainda em 1897 — preferiu classificar de ensinamento⁽³⁾, e Nina Rodrigues reduziu a termos de ciencia⁽⁴⁾. Te-lo-iam destruído sem nada disto, se em vez de exercito lhes mandassem justiça, medicina, religião, escola, progresso. Tem-se a impressão amarga de que todo aquêlê aparato bélico desenvolvia as linhas plásticas de um exército no mais pitoresco dos combates simulados, para a instrução dos quadros: e todavia lhes custou um tributo inaudito. Quanto à população de Canudos, sumiu-se nas ruínas ou acabou a ferro e fogo. Resultado deploravel: não apareceram prisioneiros. Ninguém que dêsse à vitoria um resqúcio de generosidade. Ébrios de vingança, os soldados liquidaram a faca, degolando, os que lhes caíram nas mãos. Os jagunços não temiam as balas: porem, numa superstição conhecida, tinham como condenação aviltante morrer a arma branca. Então a formidavel coragem se lhes desfalecia, em terrôres

(1) *Os Sertões*, p. X. Compare-se com a sua ilusão de 7 de Agosto de 1897, in *Canudos*, p. 6.

(2) Francisco Mangabeira, *Tragedia Epica*, p. VII, Bahia 1900.

(3) João A. GARCÉS FROES, in *Arquivos da Universidade da Bahia* (Fac. de Direito), II, 79, Bahia 1947.

(4) Euclides foi incisivo na descrição dos horrores do fim de Canudos. Cesar Zama, com o pseudônimo de Wolsey, acusou: “Nem um só destes apareceu em parte alguma!” (*Ibid.*, p. 51). Ruy levou ao Senado, de passagem (a proposito da tentativa de assassinato do presidente) o libelo. Escreveu porem, mas não chegou a pronunciar, um discurso em que expunha à nação o crime, falando dos jagunços que mostravam “no colo o sulco da gravata sinistra” (*Obras*, XXIV, tom. I, p. 301). “Não apareceram prisioneiros”, BRAZ DO AMARAL, *Historia da Bahia do Imperio à República*, p. 375. Mais incisivo, ALVIM HORCADES, *Descrição de uma viagem a Canudos*, diz (p. 89) que o numero se elevou a 600, no dia 3. e a 4, outros se apresentaram, sendo no fim cerca de 800 (*ibid.*, p. 90). E acusa: “... Eu vi e assisti a sacrificar-se todos aqueles miseraveis... Em Canudos foram degolados quasi todos os prisioneiros”, *ibid.*, p. 103. E a acusação ficou de pé. Assim em Manuel Benício (reporter do “Jornal do Comercio”), *O rei dos jagunços*, p. 394, Rio 1899. Na capa deste volume ha um desenho mostrando como era praticado o degolamento, a faca... Com o pseudonimo de Olívio Barros escreveu AFONSO ARINOS *Os jagunços*, S. Paulo 1898, raridade bibliografica a que se reporta BASILIO DE MAGALHÃES, *Historia do Brasil*, p. 373, 2.^a ed., Rio 1948.

exasperados: e aqueles admiráveis guerreiros combaliam, em atitudes espavoridas... Indicaram à ferocidade dos vencedores a espécie de suplício, a que nenhum escapou.

Há um ressaibo de comedia, na literatura com que o general Artur Oscar selou estas atrocidades, proclamando: "Vencidos os inimigos vós lhes ordenáveis que levantassem um viva à republica e eles o levantavam à monarquia, e, ato continuo, atiravam-se às fogueiras que incendiavam a cidadela, convencidos de que tinham cumprido o seu dever de fieis defensores da monarquia. É que ambos, vós e eles, sois brasileiros e ambos extremados em seus ideais politicos". Não se enganassem: o sangue derramado, honrava esses ideais... politicos! Nesta distorção dos fatos vibrava com os exageros finais, o jacobinismo intolerante de 1893, exasperado na campanha federalista, extremado em Março de 97. A sua vitima derradeira seria o expoente desse proprio exercito atraído por tantos equívocos. Porque no Rio continuava a ecoar, entre explosões de demagogia enfurecida, aquela metralha de ódio. Sòmente um acontecimento fulminante poderia atalha-la: ocorreu um mês depois, em 5 de Novembro de 1897.

É necessario acrescentar que "a vitoria que degola os vencidos" (como dizia Ruy a 6 de Novembro)⁽¹⁾ despertou uma reação saudavel do espirito publico, repudiando as sinistras ilusões que o acobertaram. Levantou-se, num protesto severo, a mocidade, pela voz dos academicos de Direito da Bahia: que era feito dos prisioneiros de Canudos?⁽²⁾

(1) Discurso no Senado, *Obras*, vol. XXIV tom. I, p. 161.

(2) Manifesto de 3 de novembro de 97, publ. por Rocha Pombo, *op. cit.*, X, 432-3, da autoria de Metodio Coelho (CELSO SPINOLA, in *Rev. da Faculdade de Direito da Bahia*, vol. XIV, p. 159, Bahia 1939).

DESORDEM E AUTORIDADE

Extremos criminosos.

Recrudecera a campanha contra o presidente.

Passada a colera provocada pelo “protocolo” italiano, o *jacobinismo* enraive com a discussão do tratado franco-brasileiro — a proposito do Amapá (1). Tudo aproveita à agitação; e a policia proíbe comícios anunciados. Manuel Vitorino declara-se solidario com a exaltação de algumas das principais figuras do partido republicano, como o deputado Barbosa Lima, e lhe ouvem palavras aggressivas (2). “A Republica”, de Glicerio, é o órgão dessa opposição, em que se inspira o florianismo intolerante da rua do Ouvidor, do largo São Francisco. Por vèzes estrugia um “viva o marechal Floriano”, e, a cacete, os “republicanos” corriam os adversarios, ou quem isto lhes parecia. “O Jacobino”, jornal do capitão honorario Deocleciano Mártir, extremava-se em ameaças e desafios. Adivinha-se, iminente, a explosão. Conspira-se. Pinheiro Machado repele o convite para chefiar o movimento (3), que não convem ao castilhismo, entrincheirado na legalidade. O culto de Floriano tem os seus fanaticos. Há quem vá ajoelhar-se no seu tumulo, quem distribúa os seus retratos, como de um santo, quem lhe sacrifique a vida... Na redação de “O Jacobino”, um jóvem anseçada alagoano, do 10.º de infantaria, Marcelino Bispo

(1) Vd. cap. VII.

(2) Relatório do delegado Vicente Neiva a proposito do atentado de 5 de Novembro, in ROCHA POMBO, *Hist. do Bras.*, X, 436.

(3) CIRO SILVA, *Pinheiro Machado*, p. 192.

de Melo, aceita a idéia de salvar a republica... assassinando o presidente. Achou-se depois, entre os seus objetos, uma alegoria à republica, em que escrevera, sob o seu nome, lembrando o "marechal", "anspeçada de ferro"... (1) Deocleciano Mártir sugestionou-o, convenceu-o, inspirou-o (2): e o rapaz, tresloucado, dispoz-se a cometer o crime.

Foi o autor do atentado de 5 de Novembro.

O atentado.

Na manhã desse dia o governo, o exercito, o povo, acorreram ao arsenal de guerra para receber, com as honras devidas, o general Silva Barbosa e o primeiro contingente das forças que regressavam, triunfantes, de Canudos. O presidente esteve a bordo, em companhia do ministro da guerra, marechal Carlos Machado Bitencourt. Desembarcou a uma da tarde. Um grupo de populares — hostilmente — entrou a *vivar Floriano*, os bravos de Canudos, Manuel Vitorino... Do outro lado, palmas saudaram o presidente. Junto ao portão de Minerva, que dá entrada ao arsenal, subitamente um soldado arremete contra o presidente (era Marcelino Bispo!), engatilhando a garrucha que levava na mão direita e ageitando-a com a esquerda. Instintivamente, Prudente afasta a arma com a cartola, que empunhava; e em vez da detonação, ha o estalido sêco do tiro falhado. Logo o coronel Mendes de Moraes derruba com uma pranchada de espada o criminoso; cáem-lhe em cima,

(1) ERNESTO SENNA, *Rascunhos e perfis*, p. 17, Rio 1909. Palavras de um contemporaneo, envolvido injustamente na perseguição que se seguiu ao atentado, Fortunato Campos de Medeiros: "O sr. Deocleciano Mártir, diretor-proprietario do semanario *O Jacobino*, sem ouvir os elementos de maior responsabilidade da opposição deliberou organizar ... o assassinato do Presidente da Republica!" (*Lutas pela pátria*, p. 19, Rio 1953).

(2) Vd. NINA RODRIGUES, *O regicida Marcelino Bispo* (extr. da *Revista Brasileira*, Jan. de 1899), p. 6, Bahia 1899.

para o dominar, o ministro, dois ou tres officiais; e mãos amigas impelem o presidente para a carruagem, afastando-o do local. Estrugem applausos, movimentam-se, curiosa e aterrorizada, a multidão, e algo de espantoso ocorre, em cinco minutos de uma luta confusa, dos militares que subjagam o anspeçada, e deste que se debate, possante, e furioso, sob os seus punhos. Arrebatam-lhe o sabre. Recorre a uma faca que trazia oculta. Com golpes mortais prostrara o marechal Bittencourt; fere o coronel Moraes; atinge o alferes Oscar de Oliveira; o alferes João Manuel Garcia, que procurava tomar-lhe o punhal, ficou com a mão em sangue... Quando afinal o imobilizaram, e arrastaram dali, para o carcere no arsenal, jazia morto o ministro da guerra. Uma onda de consternação indizível se propagou, sem demora, pela cidade.

A paixão jacobina imolára um heroi.

E o governo dignificou-lhe o sacrificio, da vitima illustre — a quem se deu significativamente o apelido de “marechal de ouro”. As suas exequias foram de ordem a mudar o panorama nacional (1).

O presidente compareceu ao cemiterio e, à saída, recebeu a mais estrondosa aclamação que ainda se fizera a um chefe de Estado. O povo “em delirio de bravos, de applausos, de saudações” (2) quis tirar-lhe os cavalos da carruagem que o esperava, cercou-o, desagravou-o, numa demonstração ululante de sentimentos diametralmente opostos às brutalidades da éra anarquica, que acabava ali. Prudente acolheu com a sua impecavel compostura, severo e triste, essa apoteose, e dela tirou a energia represiva de que necessitava. Hauriu vigorosamente a força moral com que devia replicar às violencias passadas: e se fez temivel.

(1) Vd. ERNESTO SENNA, *op. cit.*, ps. 9-14; Pereira da Silva, *Prudente de Moraes-o Pacificador*, p. 78, Rio.

(2) RUY, discurso de 10 de Nov., apoiando o projeto de estado de sitio, *Obras*, XXIV, tom. I, p. 203. Descrição in PELINO GUEDES, *O Marechal Carlos Machado Bittencourt*, p. 172, Rio 1898.

A 6 de Novembro, depois da formidável manifestação à porta do São João Batista, magotes de povo empastelaram, de corrida, *A Republica*, a *Folha da Tarde*, o *Jacobino*, retribuindo aos jornais oposicionistas os assaltos de 8 de Março, que tinham silenciado as gazetas monarquicas (1). E o governo pediu ao Congresso trinta dias de estado de sitio. Ruy defendeu a medida. O Congresso concedeu-lha contra o voto dos amigos de Glicerio e Pinheiro. A, "legalidade" — imitando Floriano — varria os obstaculos: punia. Valeu-se do processo instaurado para apurar as ligações do assassino com os cúmplices que, à boca pequena, todos apontavam, indicando os chefes da opposição. O processo deu-lhe os nomes, e pretexto à reacção desabalada, a oportunidade da vindicta politica.

Os responsaveis.

Afinal, quem armára o braço ao anspeçada Marcelino? Até 12 de Novembro houve conjunturas e suspeitas. Apresentou-se então à secretaria de policia o juiz da oitava pretoria Gusmão Lima, e disse o que sabia. O seu depoimento desvelou o panorama da conspiração, revelando que Deocleciano Martir o avisára da intenção de mandar matar o presidente (2). Com esta pista, foi no dia seguinte interrogado o criminoso, que contou, com luxo de minúcias, o encontro com Deocleciano na redacção d'"O Jacobino", em Agosto, o juramento que lhe fizera, de eliminar o presidente; inimigo do exercito e dos florianistas, e os passos que para isto déra. Várias

(1) "...Execrvel justiça das ruas, depois de executar, aplaudida pelo radicalismo, a imprensa monarchica, executou a imprensa radical", Ruy, *A Imprensa*, 5 de Out. de 1897, *Obras*, XXV, tom. I, p. 15 (1947).

(2) V. Gen. HONORATO CALDAS, *O Marechal de ouro*, p. 424 e segs., Rio 1898.

vezes se aprontára para cumprir a promessa, mas recuára, perturbado. José de Souza Veloso levára-lhe numa caixa a pistola e a faca, para o arsenal, naquela manhã de Novembro. Empunhára com a mão direita a garrucha e com a outra a faca... Presos Deocleciano e Joaquim Freire (o antigo secretario do general Quadros, no Paraná), contou este que o companheiro de carcere lhe confessára importantes cousas relativamente ao atentado. E a 28 de Novembro o proprio Deocleciano explicou longamente, não só a sua parte, como a dos correlegionarios na trama em que se emparceiravam officiais florianistas, os chefes da opposição, o farmaceutico Umbelino Pacheco, em cujo estabelecimento se debatiam os planos, outras pessôas de menor valia. Por Torquato Moreira soubera que a idéia do assassinato já era conhecida; capacitou-se que Glicerio, amigo de Torquato, tambem andava informado; foi falar-lhe; conversou com Barbosa Lima e Irineu Machado; não ousou abrir-se com Manuel Vitorino; foi franco com o senador João Cordeiro; e na realidade, o dinheiro para comprar a arma, déra-o Irineu; e José de Souza Veloso a entregára a Marcelino Bispo... Estas revelações, destinadas a comprometer os vultos mais combativos da opposição, mostram o desesperado proposito do jornalista de distribuir e diluir a responsabilidade do crime. A policia acreditou nisto tudo. Envolveu na "societas criminis" o vice-presidente e os parlamentares (1). Foram excluidos da denuncia Manuel Vitorino — que veementemente protestou contra a sua inclusão em tal companhia — e Joaquim Freire. O Tribunal Civil e Criminal manteve a exclusão, negando embora ao vice-presidente as imunidades que reivindicava (2); por falta

(1) Vd. conclusão do relatório do delegado, ROCHA POMBO, *ibid.*, X, 443. No Senado, exprobrara Ruy a ausencia da policia, não havendo quem acudisse ao presidente, *Obras*, XXIV, tom. I, p. 200.

(2) Vd. JOÃO BARBALHO, *Constituição federal brasileira, comentarios*, p. 283, 2.^a ed., Rio 1924. Manuel Vitorino sustentou que lhe cabiam as imunidades do presidente e dos senadores.

de provas (1). Ficaram pendentes de julgamento Deocleciano, Manuel Rodrigues Moreira, Antonio Evaristo da Rocha, José Rodrigues Cabral Noya, Jeronimo Teixeira França, José de Souza Veloso. Quanto a Marcelino Bispo, apresentou indícios de desarranjo mental, conveiu que Deocleciano fôra o autor de sua desgraça (2), escreveu um soneto, com o titulo *Jesus Cristo e Floriano*, pediu para ser fuzilado, e, sucumbindo à depressão profunda, enforcou-se nas grades do cubiculo...

Intolerancia.

Não faltou quem murmurasse, que o suicidio aproveitava aos politicos. Insinuou-se, que fôra envenenado; e garrotearam um cadaver... Seria inutil a supressão do criminoso, depois da confissão, prolixa ou maliciosa, de quem o induzira ao crime. A repressão descambára em perseguição e arbítrio (3). Um senador e tres deputados foram mandados para o presídio de Fernando de Noronha. O próprio Pinheiro Machado não escapou à

(1) Acórdão in *Revista de Jurisprudencia*, IV, 203, Rio 1898, relator Muniz Barreto. Aplaudiu Ruy (que aliás declinara do convite da familia do marechal Bittencourt para acusar judicialmente Gilcerio e Manuel Vitorino, mandato que teve J. J. Seabra) a decisão do juri, *A Imprensa*, 7 de Novembro de 1898.

(2) ERNESTO SENNA, *ibid.*, p. 26.

(3) O relatório policial destacára o caso da garrucha de dois canos que não disparára, tendo apenas um dos canos carregado, porem com tal carga, que detonaria como um petardo, *Relatorio cit.*, e ainda Ruy, discurso de 10 de Nov. de 1897, *Obras XXIV*, tom. I, p. 224 e art. n "A Imprensa", 7 de Nov. de 98, *Obras, XXV*, tom. II, p. 52. "Nesse crime é manifesto o caracter de uma verdadeira cultura..." Vd. sobre a perseguição policial, Campos de Medeiros. *Lutas pela patria*, p. 28. Aliás quanto a Campos de Medeiros, jovem de 17 anos, o Tribunal de Apelação negou o habeas corpus impetrado, pois o estado de sitio autorizava a detenção. Diz Medeiros que foi arrolado entre os acusados para completar o numero de vinte, necessario à qualificação do crime de conspiração. Assim no *Código Penal* vigente, art. 115. O habeas corpus concedido em Agosto de 98 pelo Supremo Tribunal poz fim à prisão arbitrária.

prisão. Interceptaram-lhe um telegrama, em que o capitaz de sua estancia prevenira, que a tropa seguia... Referia-se à tropa de muares despachada para Sorocaba (1). Foi o Supremo Tribunal quem poz côbro à prepotencia, concedendo — em 16 de Abril de 98 — a ordem de “habeas corpus”, que impetrou Ruy em favor dos congressistas deterrados (João Cordeiro, Alcindo Guanabara, Barbosa Lima, major Tomaz Cavalcanti). Ruy Barbosa defendera perante a alta côrte a tese, de que, com a cessação do sítio, não podiam continuar presos os que não tinham sido oportunamente processados (26 de Março). Por um voto, o tribunal denegou a ordem, que veiu a conceder vinte dias mais tarde, quando, com os mesmos argumentos, outros advogados a pleitearam (2). Fixou-se a doutrina, de que, fóra do estado de sítio, não lhe persistem as consequências (3).

Insurgiu-se por sua vêz o Congresso. Parecia fatigado desse longo periodo de insegurança. O governo cometera atos de força que tinham, em verdade, dissipado o perigo de novas perturbações. Como dissolvera a Escola, fechou o Clube Militar. Reduzira a irritação das classes armadas, contava com a solidariedade dos conservadores, gozava do favôr publico. Bastava! Por 92 votos contra 85, negou a Camara licença para o processo dos deputados (30 de Julho) (4). Tambem o Senado, por 94 a 52, se recusou a concedê-la no caso de Manuel Vitorino. Re-

(1) CIRO SILVA, *op. cit.*, p. 103.

(2) Vd. RUY BARBOSA, *Obras*, XXV, tom. IV, p. 181 e segs., e *Novos Discursos e conferencias*, col. por Homero Pires, p. 154 e segs., S. Paulo 1933).

(3) Vd. RUY BARBOSA, *A lição de dois acórdãos*, *Obras*, XXV, tom. IV, 277 e segs. Leia-se tambem João Barbalho, *Constituição federal brasileira*, 2.^a ed., p. 165 (sobre o acórdão n.º 1073, de 16 de Abril de 98); CARLOS MAXIMILIANO, *Comentarios à Constituição brasileira*, 3.^a ed., p. 451 (Rio 1928).

(4) Vd. CARLOS SÁ e outros, *Francisco Sá, reminiscencias biograficas*, p. 190, S. Paulo 1938.

jeitou a Camara, por fim, a emenda senatorial que suspendia durante o sítio as imunidades parlamentares. Isentava a tribuna politica... (1) Derrotado neste pormenor, o presidente indignou-se, pensou em renunciar (2), tachou de inconstitucional a decisão judiciária (mensagem de 12 de Maio). Mas concluiu em paz o quadriênio.

O “marechal de ouro” ofuscara o “marechal de ferro”.

A tranquila sucessão.

Prudente liquidara o *partido republicano federal*. A sua sucessão serviu para desbaratar as veleidades da organização que Glicerio fundara e perdera, entre duas crises, a da consolidação (com Floriano) e a do civilismo (com Prudente). Candidato natural era o presidente de S. Paulo, Campos Salles. Ficara, naquela crise, ao lado de Prudente; reunia a “velha guarda”, da “propaganda”; e o seu titulo, de “historico”, o colocava acima dos conflitos partidários, como uma figura patriarcal do regime. Ao vir ao Rio em principios de Junho de 97, na esperança de conciliar os dois conterraneos desavindos,

(1) Vd. FELISBELO FREIRE, *A Constituição da republica interpretada pelo Supremo Tribunal*, p. 225, 1913. Com isto a côrte suprema dava liberdade de criticar o governo durante o sítio — que o feria. Defendeu Ruy eficientemente a boa doutrina, *A Imprensa*, 6, 7, 12 e 16 de out. de 1898.

(2) Safra Ruy em defesa do Supremo Tribunal, *A Imprensa*, 22 de Nov. de 98, *Obras*, XXV, tom. II, p. 163. Defendendo Prudente, José do Patrocínio atacou na *Cidade do Rio* o seu antigo patrono, do tempo em que a ditadura desterrava tambem os adversarios, o que lhe valeu o famoso libelo, *A difamação*, obra prima de Ruy, a que contestou com outro ataque, *A hipocrisia*. (*Cidade do Rio*, 16 de Dez. de 98), vd. OSVALDO ORICO, *Patrocínio*, p. 223, Rio 1935. É um indice da irritação de Prudente o seu bilhete de 15 de Agosto de 98 a Patrocínio, em que o concita a exprobrar o fato, acontecido na vespera. de se terem abraçado juizes e réos no Conselho de Guerra, após a absolvição unânime... (O. ORICO, *ibid.*, 233).

verificou que o seu nome apaziguaria o país (1). Severino Vieira, "leader" no Senado, mais tarde se vangloriou, de ter anunciado a São Paulo esta candidatura (2). Campos Salles preferiu informar que foi Bernardino de Campos quem lha comunicou, em 18 de Junho. O fato é que, à noticia de que Prudente tinha sucessor escolhido, Glicério e Pinheiro trataram de opôr-lhe uma fórmula de luta, e levantaram, para a presidencia e a vice-presidencia, os nomes de Castilhos e Lauro Sodré. Os governadores da Bahia, de Minas, de S. Paulo, de Pernambuco (3), agora pilares do sistêma, ficaram com Campos Salles e Rosa e Silva — este representando as forças do norte.

Sussurrou-se, que o plano da opposição consistia em lavrar em todos os Estados duplicatas eleitorais, e, aproveitando a efervescencia do Congresso, que faria a apuração, derrotar, "de golpe", o candidato official... Se este foi o projeto, exequível até 5 de Novembro, a reviravolta da opinião e as disposições legalistas do exercito o dissiparam. Desagregou-se a agremiação resistente; e na eleição de 1 de Março, sem surpresa para ninguem, triunfou a "chapa" da maioria. Tinha, não o voto verídico, mas o poder numerico dos Estados. Ninguem falasse de autenticidade eleitoral em democracia lisa: o povo continuava à margem daquele dissídio de

(1) CARLOS DE SÁ e outros, *Francisco de Sá, reminiscencias biograficas*, p. 191.

(2) Carta a José Marcelino, in MARIA MERCEDES LOPES DE SOUSA, *Ruy Barbosa e José Marcelino*, p. 67, Rio 1950.

(3) CAMPOS SALES, *op. cit.*, p. 162. RUY, carta a Luiz Viana, 4 de Out. de 1900, a este atribuiu "magna pars" na candidatura official. "... Se o meu (voto) fosse ouvido, nem V. Ex. teria feito o actual presidente da republica...", *Correspondencia*, p. 120. Disse-se que a opposição premeditava duplicatas de atas eleitorais nos Estados a fim de caber ao Congresso, na apuração, a ultima palavra: esperava ganhar a partida. "Com a morte do marechal Bittencourt todos estes planos, sérios ou não, desapareceram de uma vez", Capistrano, *Ensaio e estudos*, 3.ª série, p. 147.

personagens, que descia das alturas nebulosas da “política”, feitas e desfeitas as operações pelo arbítrio dos dirigentes – a que não faltava a brutalidade policial. O *presidencialismo* lá estava (1).

(1) SILVIO ROMERO, *Parlamentarismo e Presidencialismo na república brasileira*, p. 7, Rio 1893, em carta a Ruy defende o governo de opinião, contra esse personalismo, o regime presidencial, que Medeiros e Albuquerque (*O Regime presidencial no Brasil*, p. 175, Rio 1914) consideraria um aborto... E alistava-se no reformismo (*ibid.*, p. 149). Ficaram convencionais, os partidos... ALCINDO GUANABARA, *A presidência Campos Salles*, p. 53, Rio 1902.

CAMPOS SALLES

O problema das finanças.

Ha uma frase, a proposito dos dois primeiros presidentes civis: Prudente pacificou, Campos Salles restaurou as finanças. Complete-se: este saneamento começou na presidencia do primeiro e foi realizado pelo sucesor, que teve o merito de executar o mais difficil e impopular dos programas, o equilibrio das despesas com economia drástica e satisfação pontual das dividas; honradamente. Compreende-se a gravidade da situação pelo acúmulo dos compromissos, pela desvalorização e aumento do meio circulante, lançado no exterior o descrédito dessas finanças periclitantes ligadas à descontinuidade administrativa, às decepções da aventura inflacionista, às leis contraditorias, às consequencias naturais da guerra civil. Floriano gastára mais do que permitiam os recursos do tesouro, sobrecarregando-o de letras e emissões, naquele transe de defesa da republica: e a taxa cambial exprimiu, com o declínio desastroso, a desvalia do milreis na bolsa internacional. Mas poderia apelar-se para o surto economico... O vencimento das letras contra o erario nacional não consentia que se esperasse por essa eclosão de riquezas jacentes. Os banqueiros exigiam: e não havia com que pagar!

Alguns numeros documentam a calamidade. Com o cambio a 5, (num orçamento de 300 mil contos 186 mil absorvidos pelas diferenças de cambio) o deficit para 1898

de 30 mil contos, um milhão a pagar em prestações mensais pela emissão de letras em Londres, donde tinham vindo 7 milhões esterlinos em 1895 e dois em 96, o dilema definia-se: um empréstimo externo ou a suspensão de pagamentos. O ministro da fazenda, Bernardino de Campos enviou a Rothschild (tradicionalis banqueiros do Brasil) a exposição dessas aperturas, e o plano de um "funding loan", afinal semelhante ao que Pellegrini, depois do infeliz governo de Celman, conseguira para a Argentina. Campos Salles encarregou-se — mas sem instruções especiais, ou seja, para estudar as possibilidades do negocio — de o discutir com os credôres (1). Já o presidente eleito ia em meio da viagem, quando chegou ao Rio o sr. Tootal, emissario do *London and River Plate Bank*, e transmitida telegraficamente a sua proposta a Campos Salles, este, debatendo-a com os banqueiros, obteve melhores condições. Fez-se o "funding loan", ou seja, o empréstimo destinado ao resgate dos titulos de divida por tres anos, à taxa cambial de 18, com dez anos para a amortização, a subsequente obrigação dos Rothschilds de manter aqueles pagamentos, nas respectivas datas, ao juro de 5% e amortização de 1½% anuais, garantida pelas rendas da Alfandega (2). Em contrapartida, incineraria o papel-moeda acumulado no Rio, em quantidade igual às prestações vencidas em Londres. Noutras palavras: os banqueiros trocariam ao par os antigos pelos novos "coupons", emitindo, como empréstimo, estes papeis, e dest'arte, tomando a si por aquele prazo a responsabilidade de que o Brasil ficaria aliviado, com o compromisso de purgar o excesso de moeda fiduciaria. Era alto o juro; e o empréstimo, atendendo ao credito

(1) CANDIDO MOTTA FILHO, *Uma grande vida*, p. 131. O deficit fôra de 37.193 contos em 1895, 37.193 em 1896, 55.798 em 1897. Vd. ALCINDO GUANABARA, *A Presidencia Campos Salles*, p. 27.

(2) CAMPOS SALLES, *op. cit.*, p. 174. E TOBIAS MONTEIRO, *O presidente Campos Salles na Europa*, 2.^a ed., Rio 1928.

externo, permitia apenas que o país utilizasse as divisas momentaneamente economizadas. Continuava imerso na penúria financeira, maior pela deflação sistemática. É preciso considerar que pezava na opinião geral esse crédito externo, razão do prestígio das nações, e justificativa de detestáveis incidentes, coroados, em 1902, com a intervenção internacional na Venezuela. E a idéia corrente, esposara-a Joaquim Murinho na *Introdução ao relatório da Indústria, Viação e Obras Públicas*, de 1897 (1): *equilibrar* o orçamento, nem que isto arruinasse pelo desamparo, as melhores iniciativas, contanto que a saúde financeira se espalhasse — como a do organismo na limpidez dos olhos — no câmbio (2). O que servisse a tal fim agradava àquele “frio, ceptico homem de negócios, crente no dinheiro”, (3), capaz de comprimir despesas, aumentar impostos, abandonar obras, relegar pruridos industriais e melhoramentos inadiáveis à *livre empresa*, mecanismo limitativo, na sua função glacial de exator. Esse medico homeomata curava pela dieta... Realmente o país sofreu no seu progresso, deferido para o futuro, retardando-se: mas regenerou o conceito administrativo; e robusteceu-se (4). Por isso foi de realizações o governo de Rodrigues Alves.

(1) CAMPOS SALLES, *ibid.*, p. 206.

(2) Vd. de MURINHO, *Relatório da Indústria, Viação e Comércio*, 1897, reimpresso na *Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Bras.*, vol. 219, p. 239-265 (1953).

(3) JOSÉ MARIA BELLO, *Historia da Republica*, p. 211.

(4) O equilíbrio do orçamento, “esta foi a real e estupenda vitória do grande ministro”; “seus atos financeiros sobre redução de meio circulante só produziram desastres”, CINCINATO BRAGA, in *Problemas brasileiros*, p. 309, Rio 1948.

Era nova.

Em 15 de Novembro de 98 deixou Prudente o governo sob os aplausos do povo⁽¹⁾ — num contraste violento com a posse assustada, quatro anos antes — e Campos Salles o assumiu com belas cerimonias — a que a presença das esquadras estrangeiras deu um relêvo diferente⁽²⁾.

Politica dos governadores.

Campos Salles imprimiu ao *presidencialismo* a sua interpretação original. Dispensou os partidos, para se apoiar aos governadores. Escolheu os ministros fóra da politica, ou sem atenção a ela, bastando-lhe a confiança pessoal⁽³⁾. Apagou os ultimos vestigios da tradição parlamentar, submetendo a formação do Congresso à conveniencia do governo, em solidariedade intima o presidente, que sustentava os governadores,⁽⁴⁾ e estes,

(1) Tres horas levou a carruagem que conduzia Prudente de Moraes, do palacio do Catete à pensão Beethoven no largo da Gloria, Rodrigo Octavio Filho, *Prudente de Moraes — o primeiro centenário*, ps. 94-5, S. Paulo 1942. "Passaram-se as festas ao sr. Prudente de Moraes...", AFONSO ANINOS, *Notas do dia*, d. 255.

(2) Ruy, inspirado pela presença desses navios, escreveu "A lição das esquadras", *A Imprensa*, 16 de Nov. de 98 (*Obras*, XXV, tom. II, ps. 115-120).

(3) CAMPOS SALLES, *op. cit.*, p. 206. Diz que só abriu exceção, ouvindo a "politica", no que se referia ao ministro que representasse a Bahia. O governador Luiz Viana deu tres nomes, dos quais escolheu, para a pasta da viação SEVERINO VIEIRA, *ibid.*, p. 209. Os outros nomes (completamos) eram Artur Rios e Sátiro Dias. Testemunhado o seu repúdio ao sistema do "despacho coletivo" dos ministros, que Prudente restabelecera, reafirmava, ainda nisto, o radicalismo presidencial, *ibid.*, p. 218. Ruy combateu-lhe logo a supressão das audiencias publicas, em que o presidente era menos liberal do que o imperador, *A Imprensa*, 24 de Nov. de 98. "... A tribuna parlamentar, com este regime, perdeu completamente a sua autoridade", clamou Ruy em 1900 (*Obras*, XVII, tomo III, (p. 95, Rio 1951).

(4) Em carta ao senador José Bernardino (José Augusto, *Seridó*, I, 221) de 19 de Março de 1898, definiu Campos Salles a sua doutrina, reportando-se ao seu ministerio no governo provisório: "Nada fazia

que indicavam e elegiam deputados e senadores. Com implacavel decisão de cumprir este sistema, que instituia razamente o poder pessoal armado de todas as forças que o alentam no regime autoritário, abandonou as considerações liberais — que reluziam na “propaganda” — para ser, na “presidencia”, um coordenador de realidades. Queria, antes de tudo, Camaras que lhe aprovassem os atos, a ordem nos Estados, um clima pacífico de trabalho e austeridade. Obteve tudo isto, com o clamoroso reconhecimento dos eleitos em 1899.

Competindo ao Congresso o reconhecimento de seus membros o que melhor fez foi emendar o regimento, a fim de que viesse a presidir a nova Camara o presidente da sessão anterior (que houvesse sido reeleito). Teria a atribuição de nomear comissão verificadora, e ela — pela vontade de quem já era o indicado para esta imissão “de governo” — confirmava ou inutilizava os diplomas, ao sabor “dos Estados”, isto é, dos governadores dantemão responsaveis pela fidelidade das respectivas “bancadas” (1). A comissão limitou-se a “reconhecer” os diplomados pela maioria das juntas apuradoras locais: e como eram exatamente os candidatos “oficiais” — compoz-se, desembaraçadamente, uma assembléia sem opposição... “...A presunção (dizia Campos Salles) salvo prova em contrario,

sem a audiencia dos respectivos governadores no que lhes era peculiar”.
Lêa-se tambem A. C. DE PADUA SALES, *O Idealismo republicano de Campos Salles*, Rio 1943.

(1) CAMPOS SALLES, *op. cit.*, p. 237, põe em termos de salvação publica o metodo, que enfeixava nas suas mãos o legislativo. Escrevendo ao governador de Minas, Silviano Brandão (8 de Fev. de 1900) achava que se devia sistematicamente reconhecer quem viesse diplomado pela maioria das juntas apuradoras (*ibid.*, p. 240), isto é, os candidatos dos governadores, evitada a manobra oposicionista das duplicatas de diplomas e das contestações subversivas. Escrevendo ao governador da Bahia, considerava esta a unica solução — contra o prurido de fraudes e duplicatas — “em obediencia à maioria do voto”... (*Ibid.*, p. 242). Rejeitou a proposta do governador da Bahia, para que se fizesse uma reunião, a fim de assentar as providencias relativas à verificação de poderes: era suficiente aquilo, *ibid.*, p. 243.

é a favor daquele que se diz eleito pela politica dominante do respectivo Estado" (1).

Oposição.

O presidencialismo aí estava...

Pois silenciava o Congresso — falasse a imprensa! Com o apoio intelectual de Manuel Vitorino e Leão Veloso, surgiu em 15 de Junho de 1901 o "Correio da Manhã", de Edmundo Bittencourt (2). Acusava-se Campos Salles de subsidiar jornais. Apareceu aquele com o intrépido proposito de combatê-lo, mas com um sentido novo de opposição: a campanha popular. Pela primeira vez a luta contra o governo se inspirava — sem ligações politicas nem compromissos partidários — em angústias públicas, autênticas e irritadas (campanha contra a má qualidade da carne vendida ao povo, contra a vacinação obrigatória, os excessos de autoridade; contra Pinheiro Machado). Dessa forma recompôsta a imprensa de opinião, os futuros movimentos de rebeldia se formariam ao seu abrigo, como forças organizadas à margem da submissão do Legislativo e da docilidade dos governadores, em contacto sobretudo com a intelligencia das ruas. Para elas apelou Manuel Vitorino em artigos vibrantes do "Correio", que prolongavam os écos da resistencia de 1897 — com uma ênfase de apostolado, que propiciaria — oito anos depois — outra espécie de agitação liberal: a cruzada *civilista*.

(1) *Op. cit.*, p. 248. Formou-se o partido da Concentração. Capistrano gracejou (art. n. *A Noticia*, de 1 de Janeiro de 1900): "A concentração dos dois partidos lembra a fábula do homem grisalho que tinha duas amantes: a velha arrancava-lhe os cabelos pretos, a moça arrancava-lhe as cãs". — Com essa politica dos governadores, Campos Salles inventou Pinheiro Machado (MEDEIROS E ALBUQUERQUE, *Minha vida*, II, 26).

(2) "Correio da Manhã", Rio, num. de 17 de Outubro de 1943 (falecimento de Edmundo Bittencourt). MARIO RODRIGUES, *Meu libelo*, p. 46, Rio 1925: "Ei-lo a profetizar o descalabro da politica dos governadores, que estabeleceu as oligarquias estaduais..."

AS QUESTÕES INTERNACIONAIS

Rio Branco.

Um país enfraquecido pelas dissensões internas e pela frustração politica, está ameaçado de todos os disabôres nos seus interesses estrangeiros. Correu o Brasil esse perigo com as questões de limites e de soberania que o inquietaram durante todo o periodo de consolidação da república, de organização civil do regime, de apaziguamento interior. A mais saliente figura que então a diplomacia acentúa, nos seus traços severos de estudo, sagacidade, pertinácia e patriotismo, é a de um homem que, desde 1876, consul e ministro em vários postos na Europa, vivia longe da pátria, e, com isto, se distanciára dos conflitos nacionais, preferindo o retraimento altivo — em que as convicções monarquicas se tinham sedimentado — à colaboração insincera. Chamava-se José Maria da Silva Paranhos Junior, barão do Rio Branco. Ao cair o imperio, definiu a sua incompatibilidade adotando a assinatura, que usaria até o fim: “Rio Branco” (1). Geógrafo, historiador, conhecendo como ninguem os problemas de fronteiras, em cujo trato o visconde, seu pai, prestara serviços memoraveis à nação, não havia, para os negociar, mais hábil embaixador. A sua ação estende-se — com uma felicidade constante — do caso das Missões aos ultimos convênios de limites da república. Por uma

(1) Carta de Rio Branco ao barão Homem de Melo, 29 de Dez. de 89, ms. no arq. de David Carneiro (Curitiba).

circunstancia providencial coube-lhe conduzir o primeiro: bastou para acreditar-se como advogado inextinguível dos direitos do Brasil.

Litigio das Missões.

A controversia sobre o territorio de Palmas, atalhada pelo tratado de 1890, voltára à situação anterior, ambas as partes decididas, em 1893, a submetê-la ao arbitramento do presidente dos Estados Unidos, tal como estabelecerera o tratado de Setembro de 1889. O ministro Aguiar de Andrada, designado para acompanhar em Washington a causa, renunciou, doente, ao posto. Souza Corrêa, ministro em Londres, consultou Rio Branco, de quem se lembrára Floriano (1): e ele, sem hesitar, se prontificou a partir para a relevante missão. Em dois menses reuniu os elementos necessarios; muniu-se de farta documentação extraída dos arquivos; e, em New York, assistido por competentes auxiliares (como Dionisio de Cerqueira e o Almirante Guillobel) escreveu as exaustivas razões que esclareciam, sem sombra de dúvida, a legitimidade das pretensões brasileiras.

A região contestada tinha um grande valor: eram 30.621 quilometros quadrados. Entrava na área portuguesa, segundo o traço incontestavel do mapa de 1749, chamado "das côrtes", que servira de base ao tratado de Madrid, de 1750, consagração definitiva do "uti possidetis" que ao Brasil atribuíra a sua configuração geral. Lá, entre os rios Iguassú e Uruguai, esse limite corria, de sul a norte, pelos rios Peperiguassú e Santo Antonio. Em 1788, com a descoberta de outro curso d'agua acima das quedas do Iguassú, a comissão espanhola de demarcação levantara uma objeção imprevista, dando os dois rios lindeiros como o Chapecó e o Chopim, muito mais a

(1) ALVARO LINS, *Rio Branco*, I, 264, Rio 1945.

léste. Em 1888 insistia a Argentina em identificar o Chopim com a Jangada. Se aceita esta teoria o Brasil como que se dividiria em dois, o Rio Grande ligado ao norte por uma faixa de apenas 45 quilometros... Perguntava-se (eis a questão): quais os confinantes do tratado de 1750: o Peperi-guassú-Santo Antonio (tese brasileira) ou o Chapecó-Chopim ou Jangada (tese argentina)? Exibiu Rio Branco, entre as provas encartadas na sua sábia "memoria" (1) dois papeis convincentes: cópia autentica do mapa "das côrtes", de 1749, à cuja luz se fizera o tratado de Madrid (2), e as instruções de 1758, aos demarcadores luso-espanhóes, deturpadas nos textos publicados, e agora apresentadas no exato teór.

Estes documentos esmagavam o enredo de contradições tecido em torno do real Peperi-guassú. Desmoronou o embargo opôsto à afirmativa brasileira, de que lá estava, já no seu lugar, aquele rio, na carta de 1749, e era, na realidade, a linha limitrofe. Em Paris, estudando-o atentamente, e depois com o auxilio do geografo Levasseur, fixou Rio Branco as coordenadas, pelas quais adquiriu a convicção de que o "mapa das côrtes" coincidia neste ponto com a verdade. Duvida que restasse, as instruções de 1758 desvaneciam. E como Estanisláo Zeballos (advogado da Argentina, com a sua autoridade de perito nesses assuntos e o prestigio de ter sido o ministro que

(1) *Statement submitted by the United States of Brazil to the President of the United States of America a arbitrator*, 5 volumes, New York 1894. Que a Argentina pleiteava o limite pelo rio Jangada. *ibid.*, I, 2. Do advogado adverso. Estanislau Zeballos, foi o *Alegato de la Republica Argentina sobre la cuestion de limites con el Brasil en el territorio de Misiones*, 818 paginas, Washington 1894. (A memoria de Rio Branco é o 10 vol. de suas *Obras*, edição do Rio, 1945).

(2) A copia apresentada por Rio Branco (*Statement etc.*, V, map. 7) é autentica. A contraprova consiste no mapa impresso por Rodolfo Garcia in *Anais da Biblioteca Nacional*, LII, vol. 1, Rio 1938. Viu Rio Branco o que fora de Portugal e, roubado, o duque de Richelieu comprára a um alfarrabista em 1824, pertencente em seguida ao arquivo do ministerio de estrangeiros. O de Espanha, reproduzido por Garcia, era tambem conhecido dos negociadores, dizendo Oliveira Lima que o general Dionisio Cerqueira o encontrára em Madrid.

acórdara com Quintino, em 1890, o tratado de Montevideo) insistia, ignorando as conclusões a que chegára o contendor, no suposto erro do mapa, citando, como demonstração, o trêcho inverídico das "instruções", toda esta argumentação caía por terra. Rio Branco teve desde logo a certeza do triunfo: e este foi completo⁽¹⁾.

A 5 de Fevereiro de 1895, no State Department, presentes o secretario de Estado Gresham, o subsecretario Uhl, Rio Branco, Zeballos com o pessoal das respectivas missões, em nome do presidente Cleveland o subsecretario apresentou a sentença arbitral. Foi uma cerimonia singela. Perguntou, se queriam que a lesse. Delicadamente, Rio Branco disse que dispensava o incômodo. Concordou Zeballos: bastava que comunicasse em favor de quem se declarara o árbitro. O sr. Uhl informou: "O laudo do presidente é em favor do Brasil". O representante argentino adiantou-se para o colega, e lhe apertou efusivamente as mãos⁽²⁾. O Brasil ganhára a velha questão de Missões.

A ilha da Trindade.

Em Janeiro de 1895 o almirantado inglês, sem qualquer aviso, como se as duas pequenas ilhas não pertencessem a ninguem, fez ocupar a Trindade e a Martim Vaz: declarou-as incorporadas no imperio britânico. A noticia chegou seis meses depois: e o ministro Carlos de Carvalho protestou exigindo que se restaurasse naqueles rochêdos a soberania brasileira. Para provar a usurpação sobravam documentos: jamais as ilhotas tinham saído do patrimonio de Portugal e, em successão deste, do Brasil. O "premier", lord Salisbury, sugeriu o arbitramento⁽³⁾. A

(1) Vd. HELIO LOBO, *Rio Branco e o arbitramento com a Argentina*, p. 74, Rio 1952.

(2) ARAUJO JORGE, *Introdução às Obras do barão do Rio Branco*, p. 83, Rio 1945.

(3) ARAUJO JORGE, *Ensaio de hist. dipl.*, p. 197.

Prudente de Moraes a idéia agradou; mas o ministro resistiu, mostrando que o arbitramento era intoleravel, pois dúvida não cabia sobre os legitimis titulos do Brasil⁽¹⁾. Portugal ofereceu-se para mediar (tendo nesta iniciativa papel decisivo o encarregado de negocios, Camelo Lampreia); e ao convir nisto a Grã Bretanha, estava prèviamente vencida. Porque o governo de Lisboa seria o ultimo a transigir com a verdade historica, integrada na sua propria tradição!

Um acontecimento superveniente (a que os historiadores todavia não se referem) concorreu para amaciar os processos de Lord Salisbury: a doutrina de Monroe. Em Julho de 95 (pela primeira vez, desde 1823) o State Department, de Washington, falára sèriamente do *monroismo* à Inglaterra, a proposito da sua contenda de limites com a Venezuela⁽²⁾: definia-o como uma defesa formal da America... Dispôr-se-ia o governo inglês a agravar as relações com o Novo Mundo, insistindo em ficar com a Trindade? Recuou com exemplar prudencia: e mandou o “Baracouta” (o mesmo navio que lá collocára as insignias de occupação) retirar os sinais da sua posse. Isto em Agosto de 96. Em Janeiro seguinte, o cruzador “Benjamin Constant” (comandante Rodrigues Torres) transportou para a ilha o marco de bronze que testemunharia em definitivo o dominio brasileiro.

Questão do Amapá.

Mais complicada era a questão do Amapá, porque motivara encontros armados, e punha em jogo um trêcho consideravel da Amazonia. Tal como na de Palmas, o que se discutia era a localização de um rio. Pois o tratado de Utrecht déra por fronteira norte o “Iapoc” (Oyapock)

(1) RODRIGO OCTAVIO, *Minhas memorias dos outros*, I, 131.

(2) T. B. EDINGTON, *The Monroe doctrine*, p. 130, Boston 1905.

ou de Vicente Pinzon, agora se dissentia sobre qual fôsse este curso d'agua, se o verídico Oyapock, cujo delta espraia alem do cabo Orange, como queriam os brasileiros, se o Araguari, dois grãos de latitude ao sul, abaixo portanto do cabo Norte, onde a fortaleza de Macapá era um inabalavel padrão de soberania — como sustentavam os franceses. A letra do tratado de Utrecht, no artigo 8, tinha transparente clareza: destinára-se exatamente a isolar a bacia amazônica das Guianas estrangeiras. Mas os francêses nunca se haviam conformado com isto. Em 1836 o governador de Caiena instalára na margem direita daquele rio um fortim. Cessou com a interferencia inglêsa a occupação abusiva em 1840. Em 1856 o visconde do Uruguai foi a Paris liquidar o litigio, e concordou (pois os problemas do Prata exigiam que estivessemos em bons termos com a Europa) que o limite descesse até o Cunani, ou o Calsoene... Nada se decidiu. Cinco anos depois, Joaquim Caetano da Silva demonstrava doutamente a legitimidade da nossa resistencia. Tornou-se mais difficil em 1894, quando se descobriu ouro nas cabeceiras daqueles rios. No ano seguinte, uma coluna franceza desembarcou no Amapá e foi recebida a bala pelos moradores, chefiados por Francisco Xavier da Veiga Cabral. Morreu na luta o comandante Lunier e os franceses se retiraram. Exaltaram-se os animos no Rio de Janeiro. Em Paris, a comoção descambou em comedia: estabelecera-se na zona disputada a “republica de Cunani” — espécie de Texas dos “pioneers” — e um autor, Coudreau, vaticinou-lhe a independencia (1). Convieram as duas partes em levar o litigio ao arbitramento do governo suiso. Rio Branco foi incumbido de advogar em Berne os direitos do Brasil — na categoria de ministro plenipotenciario em missão especial; entre Julho de 95

(1) HENRI A. COUDREAU, *Études sur les Guyanes, et l'Amazonie*, p. 317, Paris 1887.

e principios de 99 elaborou as suas razões⁽¹⁾; e graças a este forte estudo — que se somava às demonstrações de Joaquim Caetano⁽²⁾ — pôde o arbitro, o presidente da Confederação Helvética, dar a sentença equitativa de 1 de Dezembro de 1900.

Reconheceu a sentença que o de Pinzon, do tratado de Utrecht, era mesmo Oyapock — com o que ficou o Brasil com todo o litoral contestado, do cabo Norte ao Orange; e, quanto à limitação interior, fixou-a no divisor d'aguas de Tumuc-humac, que, embora fosse menos do que pediamos, dava à Guiana a contravertente, fechando-lhe o acesso à bacia amazonica. A vitoria tinha a perfeição do equilibrio⁽³⁾.

(1) *Mémoire présenté par les États Unis du Brésil au gouvernement de la Confédération Suisse* (Berne, 4 Avril 1899), 5 volumes (vol. III e IV das *Obras do barão do Rio Branco*, Rio 1945).

(2) JOAQUIM CAETANO DA SILVA, *L'Oyapoc et l'Amazone: question brésilienne et française*, 2 volumes, Paris 1861. Vd. de HOMEM DE MELLO, *O Oyapoc* (aula de Historia Universal, no Colegio Militar), Rio 1899; e ARTUR CESAR FERREIRA REIS, *Territorio do Amapá — perfil historico* p. 104, Rio 1949.

(3) CONTA RODRIGO OCTAVIO, *Minhas Memorias dos outros*, nova serie, p. 232, Rio 1935, que quasi não houve, em Paris, repercussão da sentença, que tanto devia decepcionar o espirito publico, porque providencialmente, todos os entusiasmos foram concentrados na recepção do Papá Kruger, o presidente boer que se glorificara no Transvaal...

O APOGEU DO PRESIDENCIALISMO

O quadriênio de Campos Salles foi feliz na execução do programa financeiro, bem sucedido na política externa, maisinado nos assuntos interiores e, de resto, autoritário e oportunista, como um período de recuperação do vigor e da influencia do governo, impopular, mas respeitado.

Regeneração financeira

O motivo inicial dessa impopularidade foi o cumprimento inflexível das leis de 1898, que instituíam o imposto de consumo, com a selagem das mercadorias, e mandavam cobrar 10% em ouro dos direitos de importação⁽¹⁾. Mostrou-se o presidente insensível ao apêlo da Associação Comercial e, em verdade, das classes conservadoras, para que adiasse a cobrança. Sustentou, contra a oposição da imprensa, seu ministro da fazenda, Joaquim Murinho, e enfrentou altivamente a tempestade de protestos. Respondera a uma reclamação viva: Não posso obrigar ninguém a ser patriota; mas hei de fazer cumprir a lei⁽²⁾.

Cortou obras publicas, suprimiu os velhos arsenais de guerra e de marinha da Bahia, de Pernambuco, do

(1) CAMPOS SALLES, *Da propaganda à presidencia*, p. 267.

(2) CAMPOS SALLES, *op. cit.*, 270. A indole autoritaria reflete-se neste livro de recordações, quando cita, a proposito da resistencia aos turbulentos da imprensa e da tribuna, os "Pensamentos", de Bismarck, *ibid.*, p. 282. Os monarchistas hostilizaram-no, e os antecessores, com os oito tomos da *Decada republicana* (1899-1901), de Ouro Preto e Afonso Celso, Loreto, Andrade Figueira, Candido de Oliveira, Laet.

Pará, executou as obrigações do “funding loan”, e a 1 de Julho de 1901, esta politica de austeridade dava seus frutos, com a retomada dos pagamentos em moeda (1). Recuperara-se o credito externo, o que permitiu o “rescision bonds”, de 1901, o melhor emprestimo jamais conseguido, ao tipo de 125, para uma operação vantajosa: o resgate das estradas de ferro, com a libertação das garantias de juros em ouro (2). No quatrienio subiu o cambio de 7 3/6 a 12, caiu de 50 para 35% a depreciação do papel moeda, o resgate de titulos ouro elevou-se a 4.400.000, os da divida publica melhoraram de 35%, e os compromissos no estrangeiro, (consequentes à cessação do pagamento de juros), desceram de oito milhões e setecentos para quatro milhões e trezentos mil libras (3): um brilhante resultado financeiro!

Codigo civil.

Aquietado o país, devia ter a sua legislação recomposta. Campos Salles, que em 1890 incumbira Coelho Rodrigues de organizar o projeto do Codigo Civil, voltou ao assunto, desta vez por intermedio de um jurista autêntico, que era o seu ministro da justiça, Eptacio Pessoa (4). Este (em 25 de Janeiro de 1899) convidou para elaborar o trabalho um digno continuador da obra paciente dos nossos maiores civilistas, seu colega do Re-

(1) CAMPOS SALLES, *op. cit.*, p. 277.

(2) F. S. SOUZA REIS, *Divida do Brasil*, “Rev. do Inst. Hist. Bras”. 1.º Congresso de Historia Nacional, IV, 620 (Rio 1916).

(3) TOBIAS MONTEIRO, *op. cit.*, ps. XCI-XCII.

(4) CAMPOS SALES, *op. cit.*, p. 317. Na Mensagem com que convocou a sessão especial do Congresso para este fim, em 1902, historiou os passos dados para a codificação civil. Vd. Tambem *Relatorio do ministerio da justiça*, 1901, e LAURITA PESSOA RAJA GABAGLIA, *Eptacio Pessoa*, I, 152-4.

cife, Clovis Bevilacqua⁽¹⁾. Em sete meses cumpriu a ingente tarefa, que, revista por uma junta de doutos, foi em Junho de 1901 submetida à comissão especial da Camara dos Deputados, presidida por J. J. Seabra. Nela colaboraram outros especialistas (e assim, com a sua resistencia às inovações, Andrade Figueira, representante inabalavel das tradições liberais da velha jurisprudencia): e de modo a estar o projeto pronto em Janeiro de 1902. Não lhe faltaram criticas à linguagem. Ruy Barbosa antecipara a advertencia, quando, no seu jornal, em 1899, estranhou a nomeação de Clovis: carecia de “vernaculidade, a casta correção de escrever...”⁽²⁾. Ocorreu a Seabra encomendar a um gramático a policiadôra leitura. Confiou-a ao professor bahiano Ernesto Carneiro Ribeiro. Mas, com a audiência ao filologo, desviou para o intrincado prélio gramatical o debate que preferentemente devêra cingir-se às teorias juridicas.

Realmente nunca se exerceu tão persuasiva a supremacia do governo na Camara como neste caso, pois em rápidas sessões discutiui, sem alterar, o projeto, logo remetido ao Senado, tudo indicando que lá teria a mesma sorte. Em tres dias saú-lhe Ruy ao encontro, com o formidavel *parecer sobre a redação* (3 de Abril de 1902), em que, maciçamente, alinhou todos os reparos que lhe fizera, abrindo, com isto, a mais candente das controversias que já entre nós houve sobre regras da linguagem. Defendeu-se Carneiro⁽³⁾, e teve a “Replica”,

(1) CLOVIS BEVILAQUA, *Código Civil* comentado, I, 20, Rio 1921. Este chegou ao Rio a 27 de Março de 1899 e em fins de outubro concluiu o vasto trabalho, que o governo submeteu à apreciação isolada de varios jurisconsultos, e afinal à comissão revisôra presidida pelo ministro da justiça (29 de Março — 2 de Novembro de 1900).

(2) CLOVIS, *op. cit.*, I, 22.

(3) CARNEIRO RIBEIRO, *Ligeiras Observações sobre as emendas do Dr. Ruy Barbosa à redação do projeto* (Bahia 1902). Leia-se a “consolidação” de Fernando Neri, *Ruy Barbosa e o Código Civil*, Rio 1931.

outro monumento dessa miúda erudição⁽¹⁾. Sob o seu pêso jazeu o projéto, que não mais andou no Senado, à espera de que as paixões se desvanecessem, o espirito das leis predominasse sobre o das letras, e num ambiente calmo os entendidos se concilhassem, menos a respeito da escrita do que do Código.

Unanimidade.

Adquiriu a política, com as eleições de 1899, a estabilidade desejada por Campos Salles — e que era pouco menos do que a unanimidade em torno dele. O reconhecimento na Camara e no Senado a seu critério, manobrado pela comissão das execuções⁽²⁾ — isto é, da verificação dos diplomas — apelidou-se de *guilhotina*⁽³⁾: em verdade, *degolou* os candidatos inconvenientes, que eram os adversarios dos governadores.

Na reunião com a bancada paulista em 24 de Abril, positivara Rodrigues Alves (com a autoridade de presidente eleito do Estado) que seria esta a orientação. Dissentiram cinco deputados, que foram — com ardente idealismo — propagar em São Paulo, com o apoio de Prudente de Moraes e a ativa direção de Júlio de Mesquita, a *Resistência*⁽⁴⁾. Desvaneceu-se contudo a *Con-*

(1) *Replica*, 599 pags., Rio 1904 (nova edição da Casa de Ruy Barbosa, 2 vols., 1953); a que contestou Carneiro, *A Redação do projeto do Código Civil*, Bahia 1905 (891 pags.) Clovis resume, no *Código Civil comentado*, a polémica, em que se distinguiram, do lado do projeto, filólogos e publicistas. É verdade que o Código não andou, fulminado pelas objeções de Ruy, e foi pena; porem a cultura nacional ganhou uma tal lição de linguagem que desde então a escrita brasileira se depurou de numerosas imperfeições que a corrompiam. Banhou-se em gramática. Ruy começou a estudar o projeto quanto ao merito, trabalho que lhe ficou inedito, Fernando Nerl, *Ruy Barbosa*, p. 107. O projeto, como diremos, pôde afinal ser discutido em 1912 no Senado, voltou, emendado, à Camara, ressurgiu a debate em 1915, pôde ser sancionado a 1 de Janeiro de 1916. Atrazára-se.

(2) Ruy, discurso de 10 de Maio de 1900, *Obras*, XXVII, to. III, p. 6.

(3) ALCINDO GUANABARA, *A Presidencia Campos Salles*. p. 110.

(4) SERTORIO DE CASTRO, *A Republica que a revolução destruiu*, p. 163 Rio 1932.

centração Republicana, que Glicerio, Pinheiro, Cassiano do Nascimento, Lauro Sodré, tinham levado à luta, na esperança de eleger considerável número de deputados e senadores. Acabou com a derrota, ou antes, a *degola* dos seus candidatos, a começar por Glicerio, que não voltou ao parlamento. As excepções que se abriram (com o reconhecimento de Barbosa Lima, eleito pelo Rio Grande do Sul, de Irineu Machado, pelo Distrito Federal, de Fausto Cardoso por Sergipe) não foram de ordem a alterar o quadro. Campos Salles tinha Congresso à disposição: e se com ele não contou até o fim foi porque um fator diferente lhe provou a disciplina. A sucessão presidencial. A flama oposicionista passou à imprensa. Calou-se a violencia da tribuna substituída pela indignação dos jornais. Apoiase à possibilidade de uma reacção militar, muitas vezes prenunciada, durante esse quadriênio, porem desfeita e retardada, graças à firmeza corajosa do presidente. Conjurou, com igual energia, o espantinho das conspirações monarchicas (com o excesso de mandar prender com violencia um dos indigitados conspiradores, o conselheiro Andrade Figueira, que se recusára a colaborar com o seu depoimento policial)⁽¹⁾ — e as ameaças da desordem armada, em que se revelavam os outros sebastianistas, os “saudosos” do *marechal*. Faltou-lhes o Rio Grande do Sul⁽²⁾.

(1) Ferreira Viana investiu a arbitrariedade no panfleto “A conspiração policial”, a que Andrade Figueira, detido, respondeu com uma carta de emocionado agradecimento (21 de Maio de 1900, cf. Paulo José Pires Brandão, *Vultos do meu caminho*, p. 18, S. Paulo 1935). Levado a júri, o conselheiro Andrade Figueira, depois de afirmar que conspirou, conspirava, conspiraria sempre, e quem não deixaria de conspirar vendo a pátria em tais extremos — foi unanimemente absolvido. Ruy escreveu-lhe vibrante carta de solidariedade, 12 de Março de 1900 (*Correspondencia*, p. 127) e Lafayette Rodrigues Pereira, em 29 de Junho, engraçada mensagem (José Paulo Pires Brandão, *Vultos de meu caminho*, p. 216, S. Paulo 1935): “Conspirar? para que e contra quem?” “O animal está morrendo de inânido: lembra a frase do orador antigo: “um burro a devorar a propria cauda”.

(2) Em 15 de Agosto de 1897 a Castilhos sucedera no governo riograndense seu discípulo Borges de Medeiros, vd. João Pío de Almeida, *Borges de Medeiros*, p. 19, Porto Alegre 1928.

Ainda desta feita Pinheiro e Castilhos agiram com fria habilidade: em vez de romperem com o presidente, que respeitava, no reconhecimento de poderes, a “vontade dos Estados”, deram-lhe uma solidariedade tranquilizadora. Por tres vezes (disse-se) Pinheiro obstou a que explodisse a revolta (1). Devia temê-la. O que mais queria o castilhismo, Campos Salles concedia — na logica do seu “sistema”: a politica dos governadores. Apontavam-se as colunas desse regime: os *partidos republicanos* de São Paulo, de Minas Gerais, do Rio Grande, fechados, organizados, hierarquizados, máquinas doces na mão forte do chefe. O Mineiro teve o irônico apelido de Tarasca: articulava as “maiorias locais”, obedientes à direção unitária, do governador todo-poderoso (2). Pinheiro tornou-se no Senado o advogado dessa situação — que confundia com a própria fórmula federal. Não esquecessem que se afastara de Prudente e repelira a “paz de Pelotas” para não permitir que impuzessem ao seu Estado a revisão constitucional. Era o “nole me tangere”, a belicosa sensibilidade da autonomia, a que consagrara a espada de general honorário... A dissidência paulista facilitou-lhe a adesão ao presidente.

A dissidência.

Quebrou-se a coesão, propiciada pelo reconhecimento de poderes de 1900, com a repetição, mas em escala reduzida, da incompatibilidade do presidente e do vice-presidente, que, em 1897, transtornára o panorama nacional. Pretextou-a um caso pessoal: a demissão do procurador da república no Recife (3). Rosa e Silva, e,

(1) CYRO SILVA, *op. cit.*, p. 110.

(2) ESREVAM DE OLIVEIRA, *Notas e epistolas*, p. XXXI, Julz-de-Fóra 1911. Tarasca, apelido dado ao diretório do P.R.M., numa evocação satírica do monstro lendário de Tarascon e Beaucaire, que santa Maria dominára...

(3) CAMPOS SALLES, *op. cit.*, p. 337.

com ele, govêrno e deputados pernambucanos, declararam-se em oposição. Em Setembro de 1901 chefiou Prudente o protesto paulista contra aquele extremado presidencialismo e exigiu a reforma da Constituição (1). Não era possível manter-se a ordem republicana sem a liberdade, confiscada pelo sistema vigente!

De muito preparada (afirmou Rodrigues Alves) (2), explodiu a "dissidência" com a revisão constitucional de S. Paulo, para que Bernardino de Campos, candidato à sucessão do presidente do Estado que acabava de ser indicado para a da república fôsse eleito por quatro anos, não pelos dois que lhe faltavam (3). A Prudente e seus amigos a combinação pareceu insuportável (os governos instituídos por força de interesses conjugados, sem consideração pelas "minorias"): e denunciou-a, como primeiro passo para a organização de um partido contra o Poder. O partido não vingou, mas a idéia prevaleceu. Nela enraíza a *resistencia* às fórmulas personalistas da república, o movimento de regeneração dentro dos próprios quadros republicanos. Que o presidente fosse eleito, não pelo sufrágio universal, tão defraudado, porém pelo Congresso; que se regulamentasse o artigo 6 da Constituição (quanto à intervenção nos Estados); que se unificasse no país o processo judicial...

Mêses antes se reagrupára no Rio Grande a oposição para soltar também o seu grito *revisionista*: mas pelo parlamentarismo (4).

(1) Vd. SILVEIRA PEIXOTO, *A tormenta que Prudente de Moraes venceu*, p. 340 e segs.

(2) CANDIDO MOTTA FILHO, in *Centenario do conselheiro Rodrigues Alves*, II, 397, S. Paulo 1951.

(3) JOÃO SAMPAIO, in *Prudente de Moraes, o Primeiro centenario*, p. 204.

(4) ARAUJO CASTRO, *A Reforma Constitucional*, p. 7, Rio 1924.

Outro paulista.

Não custou a Campos Salles fazer sucessor o seu conterraneo, que presidia São Paulo, conselheiro Rodrigues Alves. As bancadas de Pernambuco e do Maranhão (que o hostilizavam) contentaram-se em adotar, para a vice-presidencia, um nome do norte: o paraense Justo Chermont. Nilo Peçanha, no Estado do Rio, sustentou a candidatura de Quintino Bocayuva para presidente: porém desesperadamente, numa homenagem ao patriarca da "propaganda". Com o presidente de Minas Gerais, Silviano Brandão, como companheiro de chapa, Rodrigues Alves foi eleito quasi unanimemente. Faleceu Silviano Brandão antes da posse (26 de Setembro de 1902) e para o substituir o situacionismo mineiro indicou outro politico da velha guarda: o conselheiro Afonso Pena. Da união dos dois grandes Estados resultava de pronto o equilibrio inabalavel do governo, a que a austeridade desses estadistas de moral rigida e natural gravidade emprestou uma nova importancia.

DIPLOMACIA

Sob o signo da paz.

A diplomacia de Campos Salles (no ministerio, o jóvem mineiro Olinto de Magalhães) foi feliz e vistosa.

É verdade que não compareceu o Brasil à Conferencia da Paz que, a convite do tzar da Russia, se reuniu em 1899 em Haia. Mas por uma razão simples (1): unico país latino-americano a receber a convocação, que versava o tema do desarmamento, lutaria, se comparecesse, com o duplo equívoco, de assumir compromissos que não alcançavam os vizinhos, portanto intempestivos, e de reduzir forças... que procurava recuperar. O descalabro da marinha, subseqüente à revolta, a inefficiencia do exercito, provada no ano anterior, a necessidade de reaparelhar-se, para pôr em pé de defesa os seus humildes recursos, aconselhavam o contrario, isto é, a ausencia de congressos internacionais que lhe déssem deveres sem garantias, platonicamente.

Em compensação, acercou-se amistosamente da Argentina, com o encontro cordial dos presidentes, em visitas que inauguravam um periodo de cooperação leal.

(1) OLINTO DE MAGALHÃES, *Centenario do presidente Campos Salles*, p. 142, Rio 1941. O convite da chancelaria russa foi feito aos governos que tinham representantes em São Petersburgo: daí ser o Brasil convocado, mas para um objetivo que lhe seria desfavoravel, qual o de não aumentar, durante certo prazo, as forças armadas, sendo que a exigencia não obrigava os países latino-americanos, ausentes da Conferencia. Seria um luxo diplomatico o comparecimento, para fins extranhos ao sistema de convivencia, em que estavamos empenhados. — Ruy criticou acremente aquela attitude de abstenção, discurso em Paris, 31 de Outubro de 1907, *Discursos e conferencias*, ps. 230-1.

Pouco antes o presidente Júlio Roca (veterano do Paraguai, com sufficiente autoridade, no seu país, para dar um rumo inesperado à sua politica externa) se entrevistara no estreito de Magalhães com Arrázuriz, presidente do Chile: e esse aperto de mãos dissipara a ameaça de um conflito entre as republicas limitrofes, desavindas na sua fronteira andina. Com o mesmo proposito de paz veiu Roca, com uma flotilha de tres navios, ao Rio de Janeiro (Agosto de 1899), onde foi acolhido com entusiasmo e franqueza, exatamente como em Buenos Aires seria recebido, dois mēses depois, o presidente Campos Salles, ao lhe retribuir, com equivalente cerimonial, a visita (1). A vantagem foi desacreditar a baléla, de que uma prevençāo incorrigivel dividia os dois povos, desencorajando a hipotese de uma guerra nesta parte do mundo (2), os contendores agrupados em "blocos". Deu a ambas as nações a idéia amavel de suas afinidades — elas que, desde o fim da campanha do Paraguai, pareciam apostadas exatamente em mostrar as suas diferenças.

A questão da Guiana.

A vitoria na querela do Amapá, com o laudo arbitral do governo suiso, corou a ação calma da chancelaria brasileira. Este exito aconselhou a liquidaçāo, por processo análogo, das duvidas — mais dificeis de esclarecer — existentes com a Guiana Inglêsa.

Resultavam da expediçāo do geografo Schomburgk (1835-40) e da missāo do padre Youd a oeste do Rupununi — até aí reconhecido como limite — a que se seguira, em 1840, a posse em nome da rainha da Inglaterra, e, em

(1) Vd. *Brasil-Argentina* (em grande tomo, sobre a viagem de Roca ao Rio, Buenos Aires 1900), e Cipriano de la Peña, *Cronica ilustrada y documentada de las fiestas de confraternidad brasilero-argentinas* (viagem de Campos Salles), Buenos Aires 1901.

(2) OLIVEIRA LIMA, *Pan-americanismo*, p. 185, Rio 1907.

1842, a ocupação à mão armada. Para obviar a violencia, convencionou-se a neutralização do territorio até a solução conveniente da pendencia. O seu ponto de partida era a área jurisdiccional do forte de São Joaquim, construido, em 1775, na junção dos rios Uraricuera e Tacutu, e de onde os portugueses dominavam as campinas adjacentes, o divisor d'aguas do Essequibo e do rio Branco, a margem esquerda do Rupununi, por isto considerado tradicionalmente a fronteira da Amazonia e da Guiana. Assim era até 1814, quando os holandêses cederam aos inglêses aquela zona; e continuava assim em 1838, quando o proprio Schomburgk reconhecia ser o Rupununi esse pacifico limite ⁽¹⁾. A questão tornou-se subitamente grave, com o erro das autoridades brasileiras, de não se estenderem para leste do forte de São Joaquim, nele se conservando, porque era a balisa, solidamente estatregica, a velar pela comunicação natural, do rio Branco com o Amazonas — erro que permitiu a incursão do estrangeiro, de bandeira arvorada. Essa ocupação *de fato*, a despeito da documentação, foi fatal ao direito do Brasil. Não se assemelhasse às questões — mais simples — de Palmas e Amapá, o litigio da Guiana britânica. Nestes, o ocupante obstinado eramos nós. Rio Branco confessou certa vez, “o nosso direito não era tão fácil provar nesse caso quanto nos casos das Missões e do Amapá” ⁽²⁾. Escrevera, em 1897, uma sucinta “memoria” que resumia a contenda, para uso do ministro em Londres, Souza Corrêa ⁽³⁾. Murmurou-se, que habilmente

(1) JOAQUIM NABUCO, *O Direito do Brasil*, p. 215, S. Paulo 1941 (1.º volume, reimpresso, dos dezoito que Nabuco apresentou ao arbitro, o rei da Italia, na defesa dos limites com a Guiana Inglesa).

(2) OLIVEIRA LIMA, *Memorias*, p. 181.

(3) *Obras de Rio Branco*, vol. 2.º, Rio 1945. (a 1.ª ed. é de Bruxelas, 1897). — O caso da posse, precedendo ao litigio, foi decisivo. Veja-se o que sucedeu na Argentina com a região do Rio Negro, ou de “deserto”, fronteira do Chile. Antes de formalizar a pendencia, Roca tratou de ocupar a terra: daí a “guerra do deserto”, que venceu.

recusara advogar a causa, com o pretexto de que não acabara a do Amapá, porque previa o fracasso. Tornou-se inevitável com a escolha do arbitro, não o grão-duque de Baden, como primeiro conveiu, porem o rei de Italia, mais inclinado ao poderio inglês do que à simpatia americana (1).

A contenda teve de ser decidida sem mais protelações, quando no tribunal arbitral, que, por exigencia dos Estados Unidos, (2) julgara a questão de limites entre a Venezuela e a Inglaterra, o jurisconsulto Martens, exorbitando o alcance do pleito, se referiu à fronteira com o Brasil pelo... Tacutú (3 de Outubro de 1899). Com o seu espirito de previdencia, antecipara-se a diplomacia brasileira ao desfêcho dessa contenda dizendo-se nela interessado: e prontamente protestou contra a conclusão abusiva, em pleito a que não concorrera, exigindo, por conseguinte, o arbitramento adequado. Negociou-o o ministro do exterior, general Dionisio Cerqueira (com a sua sensibilidade de explorador exaustivo dos confins amazônicos) e este acêrto se concretizou no tratado de Londres, de 6 de Novembro de 1901. O árbitro foi o jovem rei Vitor Emanuel.

A sentença arbitral.

Para produzir a defesa e acompanhar, na Europa, o desenvolvimento do litigio, Campos Salles escolheu

(1) Nabuco defendeu o árbitro, dizendo que a sua parcialidade consistiu em querer contentar as duas partes, dividindo o "contestado...". LUTZ VIANA FILHO, *A Vida de Joaquim Nabuco*, p. 288. Mas Gullherme Ferrero conflou a Graça Aranha, que ouvira de Buzzatti, professor em Pavia e membro da comissão incumbida de estudar a questão, que o rei recomendára fôsse dada razão à Inglaterra, pois "não podia fazer uma cousa desagradavel à Inglaterra".

(2) Vd. T. B. EDINGTON, *The Monroe Doctrine*, p. 131, Boston 1905.

Joaquim Nabuco (1). Já distanciado do partido monárquico por sua nascente confiança na república, agora que se fortalecera, com a dissipação da anarquia *jacobina* e o vigoroso presidencialismo civil, o grande orador se sentiu livre para aceitar a distinção. Malsinado embora pelos antigos correligionários, aquiesceu patrioticamente ao convite para ministro em Londres, na vaga aberta com o falecimento de Souza Corrêa, e organizou os dezoito tomos do seu arrazoado, excessivos para a demonstração do direito, insuficientes para demover a justiça... de Salomão.

Conhecida em 6 de Junho de 1904, a decisão do rei da Itália decepcionou a opinião brasileira. Firmou-se no elementar direito de ocupação (2). E quiz ser equitativa. Atribuiu à Inglaterra o território entre os rios Mahú-Tacutú e o Rupununi — consagrando a usurpação de 1840. Desprezou o divisor de águas — a serra de Pacaraima — e a convenção imemorial das contravertentes, defendida, na colônia e no Império, pela diplomacia luso-brasileira, segundo a qual a bacia amazônica, separada do Orenoco, do Essequibo, pela linha de montanhas que lhes aparta os afluentes, não podia ser escoadouro das Guianas. Trouxe o domínio britânico às ribanceiras do Tacutú, o que era abrir-lhe o rio Branco e, por ele, o Amazonas. Quebrou aquele histórico privilégio. E isto repercutiu na sensibilidade da nação. Em contra-partida, negou o árbitro o limite pelo Cotingo, pretendido pelos ingleses, e o recuou ao Mahú (e à serra de Roraima) — com o que equilibrou aparentemente o resultado, 19 mil quilômetros para a Guiana britânica, 13 mil para o Brasil...

(1) LUIZ VIANA FILHO descreve as peripecias da nomeação de Nabuco, sugerida de Londres por Souza Corrêa, encaminhada no Rio por José Carlos Rodrigues e Tobias Monteiro, formalizada pelo ministro Olinto de Magalhães em casa daquele, a 3 de Março de 1899, *op. cit.*, p. 224.

(2) GREEN WAYWOOD HACKWORTH, *Digest of International Law*. I. 401. Washington 1940.

Disfarçou Nabuco o insucesso, consolando-se com este pensamento salomônico: “Em tais circumstancias folgo de ter recuperado para nós o trêcho que mais nos convinha...”⁽¹⁾ Em verdade, nunca se refez deste desgosto, que o surpreendeu, depois de ter empenhado exaustivos esforços na defesa da sua causa.

Mas a chancelaria brasileira tinha ganho, pouco antes, o seu mais ruidoso triunfo: o Acre.

(1) Carta de Nabuco ao *Instituto Geografico e Historico da Bahia*, publ. no n.º 30, p. 207 de sua *Revista* (Bahia 1905).

A CONQUISTA DO ACRE

A borracha.

A “questão do Acre” é a das regiões desconhecidas, que os pioneiros de léste integraram à viva força no território nacional: e a este respeito — complemento da formação do império, ainda inconclusa em 1889 — tem evidente analogia com o ciclo historico da ocupação do continente. O que, no seculo XVI, os portugueses fizeram, alastrando o dominio sobre o litoral salteado pelos “flibusteiros” (conquista da costa septentrional); o que fizeram no seculo XVII os mamelucos paulistas, entrando a região das “missões”; e no seculo XVIII as “bandeiras”, que descortinaram a zona do ouro da Mantiqueira aos lindes de Mato Grosso — empreenderam, depois de 1860, os exploradores da bacia amazônica, atraídos pela arvore da borracha. Ha, na historia territorial do Brasil, o periodo da borracha, como o do diamante, o do ouro, o da cana d’açucar, o do pau de tinturaria. Deve-lhe o Amazonas a prosperidade desentranhada das selvas pela bravura silenciosa de lévas de imigrantes nordestinos (sobretudo cearenses, tangidos em multidão pela sêca de 1877 para aquele novo campo de trabalho): e o conhecimento de todos os rios navegaveis, tributarios do grande caudal, até ha pouco mal apontados nos mapas. A resina preciosa justifica esse deslocamento de populações ávidas de riqueza, a sua expansão rápida pelos vales insalubres em que frondejavam os seringais. O preço crescente — com os novos usos e o

aproveitamento industrial da gôma⁽¹⁾ — aguçou o interesse dessa invasão, que ia esbarrar, Juruá e Purús acima, na fronteira boliviana. Resultou desse povoamento tumultuoso no sentido das nascentes dos rios que despejam no Solimões o problema dos limites com a nação vizinha, teórico ou apenas geográfico em 1860 (quando Duarte da Ponte Ribeiro delineou na carta a confrontação conveniente), mas difícil e sentimental em 1895, quando, dramática, surgiu a “questão”.

A linha verde.

Resolveu-a no papel o tratado subscrito em La Paz em 27 de Março de 1867, pelo qual a linha limitrofe seria “uma paralela” tirada da margem esquerda do Madeira em latitude sul 10° 20’ “até encontrar o Javari”⁽²⁾, explicando que, “se este tivesse suas nascentes ao norte, aquela linha seguiria por uma reta tirada da mesma latitude a buscar a nascente principal do mesmo rio”. Parecendo uma solução, era uma problemática, com a agravante da ambiguidade. Em verdade, o mapa de Ponte Ribeiro, à cuja luz se acordara a composição, já previa a obliqua, da foz do Beni às cabeceiras do Javari, entrando no triângulo assim definido a parte principal do curso do Purús e do Juruá, com o vale do Aquiri (ou

(1) A primeira descrição da borracha com o uso que dela faziam os indígenas, é de PEDRO MÁRTIR DE ANGLESA na *Historia General y natural de las Indias*, devendo-se porém a La Condamine a sua vulgarização no mundo científico, com o nome peruano de “cauchú (cautchou). O botânico Aublet, da designação indígena, hevé, fez *Hevea guayanensis*, seu rótulo científico. Priestley em 1770 inventou (rubber) a aplicação da gôma para apagar os traços de lapis, Mac-Intosh inventou o seu emprêgo nas roupas impermeáveis, finalmente o americano Goodyear lhe deu a notoriedade mundial, com a “vulcanização” (tratamento pelo enxofre em altas temperaturas), passando a borracha a ser essencial aos meios de transporte, à condução da electricidade, a todas as exigencias do moderno progresso — matéria prima de que se tornou faminto o universo.

(2) Vd. VICENTE G. QUESADA, *Historia diplomatica latino-americana*, III, 233, Buenos Aires 1920. Sobre o mapa da linha verde e Duarte da Ponte Ribeiro, CASTILHOS GOYCOCHEA, *Fronteira e fronteiras*, p. 121 e segs., S. Paulo 1943. Resume a controversia CASSIANO RICARDO, *O tratado de Petropolis*, I, 78-9, Rio 1954.

Acre), em 1867 praticamente desconhecido, e em seguida investido e tomado — sem oposição de ninguém, — pelos cabôclos cearenses. A questão tornou-se concreta e humana: desistiriam esses ocupantes de seu direito de posse em favor do direito convencional dos outros — quando, na realidade, as pendências sul-americanas de que o Brasil participou se decidiam segundo o principio material do “*uti possidetis*”? O governo do Brasil, com a sua diplomacia cordata, não quiz negar o tratado de 1867, e mandou demarcar, com o desejo de respeitar o prometido, a área litigiosa. Os seringueiros disseram que não; por nada deste mundo reconheciam a propriedade estrangeira. A gloria de resolver o conflito, com o exito da causa de seus patricios (e a anexação da zona contestada) coube a Rio Branco, ministro das relações exteriores a partir de 3 de Dezembro de 1902.

Mas a ação hábil da chancelaria teve a sua base na insurreição acreana, movimento espontaneo dos sertanistas, num surto indomavel de resistencia em que sobrelevam algumas figuras de caudilhos. O maior chamou-se Placido de Castro.

A revolução, dando veemencia ao “*uti possidetis*”, impeliu o governo para a sua vitória diplomatica.

Protesto e demarcação.

Tratou-se de demarcar a fronteira de acordo com o convencionalado.

O coronel Taumaturgo de Azevedo, chefe da comissão, interrompeu-lhe os trabalhos, avisando que, se confirmado o traço do Beni ao Javari, o triangulo abranteria a zona povoada pelos brasileiros. Seria inadmissivel; e exonerou-se da comissão de limites⁽¹⁾. Surpre-

(1) O general Taumaturgo de Azevedo publicou as suas razões, abrindo a questão, em 1897, *Limites entre o Brasil e a Bolívia*, valente opúsculo reeditado em 1958, por motivo do seu centenário de nascimento, pela família.

endido, mandou o governo que o capitão-tenente Cunha Gomes determinasse a linha paralela do 10° 20', abaixo da qual o territorio era desenganadamente boliviano. Aproveitou-se disto o ministro da Bolivia no Rio, Paravicini, para pedir ao ministro do exterior, general Dionisio Cerqueira, lhe facilitasse a creação, às margens do Acre, de um posto aduaneiro. O general consentiu: e Paravicini em pessoa fundou Puerto Alonso — em 3 de Janeiro de 1899. Tal iniciativa, quando se discutia com azedume o dominio de uma ou de outra nação, precipitou a luta. Reunidos rio acima, em Caquetá, os seringueiros chefiados pelo advogado José de Carvalho, decidiram tomar o posto e expulsar a autoridade estrangeira. Esta não resistiu. E sobre Puerto Alonso, em 30 de Abril de 99, flutuou a bandeira do Brasil. Agredira-se, porem, a soberania boliviana, e de pronto se organizou em La Paz uma forte expedição, sob o comando do proprio vicepresidente da república, Perez Velasco, e do ministro da guerra, Ismael Montes. Enquanto essa coluna se deslocava penosamente para a região contestada, o entusiasmo causado pelo atrevimento dos sertanejos, com a occupação da localidade boliviana, inspirou para uma grande aventura o espanhol Luiz Galvez (1). Tivera meios de apoderar-se de um segredo formidavel. E dele fez a sua fortuna. O episodio insere uma centelha romanesca na disputa acreana. Raramente um caso de espionagem espontânea teve consequencias tão inesperadas.

Aventura.

Antigo diplomata, que trocára a elegancia da carreira por uma vida boêmia em Buenos Aires e no Rio de Janeiro, onde se arruinára, explorando uma casa de

(1) Vd. CRAVEIRO COSTA, *A conquista do deserto occidental*, p. 136, S. Paulo 1940.

jogo, surgiu Gálvez em Belem com boas apresentações e sem dinheiro. Queria empregar-se na redação de um jornal. O governador do Amazonas nomeou-o amanuense da Assembléa, em Manáus. Conseguiu melhor: um logar no consulado boliviano em Belem, para traduzir papeis. Não admira que o consul lhe aproveitasse os conhecimentos. Espantoso foi que lhe dêsse a traduzir a minuta de uma negociação, em que a comissão demarcadora, chefiada por Paravicini, propunha, por intermédio do consul norte-americano, nada mais, nada menos do que a entrega do Acre . . . aos Estados Unidos. O documento, assinado por Paravicini e pelo consul Luiz Trucco, constituia uma proposta de tratado, em que a Bolivia daria aos Estados Unidos, por sua intervenção, o abatimento de 50% sobre a borracha exportada, e, na hipotese de guerra, o territorio...⁽¹⁾ Evidentemente careciam os proponentes de autoridade para tais aberturas, nem a tinha o funcionario "yankee" ali estabelecido. Mas tudo conspirava para dar excepcional importancia à idéia. Estava-se em 1899. Em plena "dollar policy", triunfante nas Antilhas com a guerra de Cuba, a expandir-se pelo Pacifico com a occupação das Filipinas, proclamando-se que Teodoro Roosevelt seguia as lições imperialistas do capitão Mahan. A America do Norte, mais interessada do que nenhum outro na borracha brasileira, poderia interessar-se por aqueles disputados dominios... Havia o exemplo sul-africano. Não sofrera Portugal o vexame do "protocolo" britânico, com a *Chartered, a British South Africa Company* que se meteu entre Angola e Moçambique, para lhe tomar aquele sertão imenso? Talvez em Washington não se tivesse pensado nisso. Porem em La Paz — como prova a cessão de 1901, ao *Anglo-Bolivian Syndicate*, se considerou essa possibi-

(1) O papel é dado como de 12 de Maio de 1899, e o publicou JÚLIO ROCHA. *O Acre, documentos para a historia da sua occupação pelo Brasil*, p. 25, Lisboa 1903.

lidade. Não sabemos se Paravicini agia por conta propria. Galvez é que não teve dúvidas. Apoderou-se do segredo e correu a Manáos. O governador Ramalho Junior tam bem acreditou. Foi a fortuna do aventureiro. Convenceu o governador a antecipar-se, com um golpe teatral, e ofereceu-se para isto. Precisava de recursos. Recebeu 600 contos de réis. Queria armamento. Teve tudo. A fantasia de Paravicini respondeu com outra espécie de sonho: um Estado independente na selva, de que fôsse fundador e herói, como Houston, no Texas, como Kruger, no Transvaal, como o personagem de operêta que pretendera crear, no Amapá, a sua monarquia... E meteu-se a fundo na floresta (1).

Galvez fizera o seu plano. Alcançou Porto Acre (novo nome de Puerto Alonso) e, a 14 de Julho, proclamou o *Estado Independente do Acre*. Impôs-lhe uma bandeira, verde e amarela, com estrela vermelha ao centro. E telegrafou, comunicando a fundação daquela república — de que passava a ser o chefe. Um sonho equivoco, que a principio seduziu aqueles guerrilheiros rústicos, porem acabou logo, achando eles melhor reembargar o estranho sujeito no seu navio, de volta para a capital. A resposta, por outro lado, do governo federal à originalidade dessa revolução fôra a ordem, para que a flotilha do Amazonas afugentasse os amotinados. Era tarde para os desarmar. Com a chegada da força boli-

(1) Leia-se CLAUDIO DE ARAUJO LIMA, *Plácido de Castro — um caudilho contra o imperialismo*, p. 40 e segs., S. Paulo 1952; CASSIANO RICARDO, *op. cit.*, I, 118; Sobre a "dollar Policy", com o "Roosevelt corollary", entre a guerra de Cuba e a abertura do canal do Panamá, vd. PEDRO CALMON, *Brasil e América*, ps. 92 e segs., Rio 1943 (aí a bibliografia essencial). A Bolívia em épocas passadas (1844, 1858) pretendera desempatar suas divergencias com o Brasil na Amazonia franqueando-lhe a entrada aos norte-americanos, cuja attitude a respeito parecia exposta pelo tenente Maury, no "The Amazon an the Atlantic Slopes of South America", 1858. Note-se que Eduardo Prado exagerára tais sustos, lembrando a frase de Grant: os produtos que lhe faltavam, entre estes a borracha, os teriam... "by any means..." (CASTILHOS GOYCOCHEA, *O espirito militar na questão acreana*, p. 56, Rio 1941.

viana os animos em Manáos se exaltaram: e o governador Silverio Nery cedeu a Orlando Corrêa Lopes e a alguns rapazes destemidos copioso material e o vapor *Solimões*. Apossaram-se de uma lancha boliviana, a que deram o nome de *Ruy Barbosa*, e foram imprudentemente enfrentar a tropa de Perez Velasco. Chamou-se com razão “expedição dos poetas”, essa léva de intelectuais moços e voluntários inexperientes, que, a 15 de Novembro de 99, saíu de Manáos com heroicos propositos e, no Natal, chocando-se com a guarnição boliviana, que se instalára solidamente em Puerto Acre, debandou, desbaratada, para Caquetá — num insucesso triste ⁽¹⁾.

Depois desse fracasso, dir-se-ia perdido o territorio abaixo da linha Cunha Gomes, e o governo brasileiro conformado com a situação, quando a denuncia de Galvez, sobre a possivel participação de terceira potencia, tomou outra fôrma. Não se tratava, em verdade, de cessão ao Estados Unidos, mas de um negócio em que entravam grossos capitais anglo-americanos, apoiado nas futuras compras da U.S. Rubber Co.: o pacto firmado em Londres, a 11 de Junho de 1901, com o magnate Withridge, em nome do *The Bolivian Syndicate of New York*. A empresa ficaria com o monopolio da zona acreana, exercendo aí os direitos fiscaes e de policia, que têm na Africa e na Asia as “chartered companies”. A marcar o prestigio da organização, para a sua presidencia entrou um filho do presidente Teodoro Roosevelt... Divulgou-se a noticia que a Bolivia transferira ao capital internacional a responsabilidade do Acre. A imprensa brasileira vozeou o seu protesto. Coincidiu com outro motivo de enfurecida irritação dos seringueiros: a ordem dada pelo novo comissario boliviano de Puerto Acre, Lino Romero, para que, sob pena de perda das propriedades, as levassem a registo na sua repartição pelo

(1) Vd. CASTILHOS GOYCOCHEA, *O espirito militar na questão acreana*, p. 51.

prazo de seis meses, a partir de 1 de Maio de 1902 (1). O governador Silverio Nery autorizou Rodrigo de Carvalho a instalar em Caquetá um posto fiscal, que justificaria nova concentração armada, sobre o rio, teatro das batalhas previstas. E Rodrigo, que era rio-grandense do sul, lembrou-se de um antigo oficial federalista, seu conterraneo, que parecia talhado para chefiar a insurreição. Comunicou-lhe as suas intenções; e lhe ofereceu o comando (2). Chamava-se José Placido de Castro.

Placido de Castro.

Apezar de um passado de provações, combates e viagens, que lhe tinham enrijado a fibra militar, não passava Placido de um moço de 28 anos, metido nos seringais do Purús a executar modestamente os seus trabalhos de agrimensor. Interrompera os estudos na escola de cadetes de Porto Alegre, por incompatibilidade com a situação local; engajado contra a vontade no exercito legalista se bandeára para a revolução; subira a major; exilára-se, e tentára a vida de pequeno funcionario, no Rio de Janeiro. Atraía-o a ação; e mudou-se para aquela fronteira, desconhecido, laborioso, pacifico. Na realidade, vibrava com a causa de seus patricios, inteirára-se das suas possibilidades de luta e acariciava o sonho de os dirigir, numa guerra disciplinada. Aceitou o comando. Autoritário, generoso, astuto, possuia as qualidades indispensaveis para a conjuntura: a primeira delas, a confiança em si mesmo. Como o problema básico da campanha era a obediencia à orientação unificada, formulou condições. Queria ser atendido como chefe; e passaria pelas armas quem lhe faltasse ao compromisso. Precisava

(1) CARLOS CARNEIRO LEÃO DE VASCONCELOS, *As terras e propriedades do Acre*, p. 4, Rio 1905.

(2) CASTILHOS GOYCOCHEA, *Placido de Castro o derradeiro bandeirante*, p. 26, Porto Alegre 1940; Araujo Lima, *op. cit.*, S. Paulo 1942.

reconhecer o rio até as origens, ponderando os recursos bolivianos. Subiu-o dissimuladamente, sem que desconfiassem dos seus planos. Em seguida, propagou a revolta, até reunir dois mil homens, com os seus "rifles" e a sua formidável vontade de brigar⁽¹⁾. E a 6 de Agosto investiu o arraial de Xapurí, que não resistiu. No dia imediato, proclamou enfaticamente o *Estado Independente do Acre*.

Pensava realmente nisto, ou era ainda um ardil, para desviar das autoridades brasileiras a responsabilidade do conflito?

Diria Rio Branco, na *exposição de motivos* com que apresentou ao Congresso o tratado de Petropolis⁽²⁾, que proclamára "a sua independência... com o intuito de pedir depois a anexação ao Brasil do territorio ao norte do rio Orton". Aliás invoca a ata, que no momento se lavrou, "acrisolado patriotismo", "coração do brasileiro", "espírito ordeiro e correto do brasileiro"; e Placido, no seu primeiro decreto, assentou que leis, a moeda, lingua, no novo Estado, seriam do Brasil. Era um separatismo de ocasião: estalava como uma rebelião sagrada, o desespero dos "caucheros".

A luta começou mal, batido Placido, com pouco mais de sessenta companheiros, em *Volta da Represa* (18 de Setembro). Retorna, cêrca o povoado, força-o a capitular em 5 de Outubro de 1901. A rendição é honrosa⁽³⁾ e contagia de um grande desanimo os bolivianos concentrados em Puerto Alonso. Este teria de cair: caiu após demorado sítio, em 24 de Janeiro de 1903⁽⁴⁾.

(1) Vd. PIMENTEL GOMES, *A conquista do Acre*, p. 40 e segs., S. Paulo (ed. da Comp. Melhoramentos de S. Paulo).

(2) *Obras do barão do Rio Branco*, V. 17. Transcreve a ata de Independência Ocello de Medeiros, *Administração territorial*, p. 120, Rio 1946.

(3) ARAUJO LIMA, *op. cit.*, p. 164 (com a respectiva documentação).

(4) ARTUR CESAR FERREIRA REIS, *A questão do Acre*, p. 21, Manaus 1986; ARAUJO LIMA, *ibid.*, p. 207 e segs.

A ação brasileira.

O infortúnio de suas armas encheu a Bolívia de indignação, e o presidente Pando anunciou que marcharia em pessoa para o teatro dos acontecimentos, com fortes recursos de gente e material. Rio Branco assumira a 3 de Dezembro de 1902 a pasta das relações exteriores. Tivera tempo para se inteirar do perigo que constituía a concessão feita ao *Bolivian Syndicate*, do estado de irritação dos brasileiros, com a luta desigual que se feria no Acre, a necessidade de opôr-lhe, com uma firmeza que lembrasse a diplomacia forte do Imperio, os seus embargos. A 24 de Janeiro de 1903, no mesmo dia em que os bolivianos, cercados, se rendiam a Plácido de Castro, expediu uma circular telegrafica em que profligava o negocio feito pela Bolívia com o *Sindicato de New York*, “monstruosidade legal”, “semelhante às concessões da Africa e indigna do nosso continente”; e terminava, gravemente: “O sr. Pando, presidente da Bolívia, propõe-se marchar contra os súditos brasileiros do Acre. O presidente do Brasil decidiu concentrar tropas nos Estados limitrofes do Amazonas e Mato Grosso” (1).

Em 3 de fevereiro o ministro do Brasil em La Paz dizia da má impressão causada pela partida do presidente Pando, com a sua expedição militar. E em Londres os srs. Rothschilds prestavam ao nosso governo um serviço confidencial: convidados para evitar que os capitais ingleses encorajassem a mais cruel das aventuras, qual um atrito entre o Brasil e os Estados Unidos em razão da U.S. Rubber Co. e do sindicato do sr. Withridge, obtinham a desistencia deste, com o cancelamento do negocio, mediante a indenização, à vista, de 110 mil libras. Victória a mediação dos banqueiros, ultimou em New York

(1) ARAUJO LIMA, *op. cit.*, p. 210.

a renuncia do sindicato a ação conjunta do ministro brasileiro, Assis Brasil, e do advogado da legação, John Bassett Moore, amigo de Rio Branco, que emprestou ao caso a sua alta proficiência: em 11 de Junho de 1901 firmou-se o ato conclusivo. Esta diligencia isolou as partes contenciosas para a solução directa do litigio. Precipitou-a Rio Branco, com a ordem para a flotilha do Amazonas entrar os rios acreanos, ao tempo em que se deslocava de Manáos para a região conflagrada uma coluna de infantaria e artilharia, sob o comando do valoroso general Olimpio da Silveira. O territorio em discussão passaria a ser ocupado até o definitivo tratado de fronteiras.

O "modus vivendi" foi assinado em La Paz a 21 de Março de 1903, um dia depois do aparecimento em Empresa, no Acre, do major Gomes Castro, que, em nome do general Olimpio, assumiu o comando no Acre Septentrional. Plácido de Castro, a quem a intervenção burlava os propositos de continuação da luta até o fim, não pensou em resistir: limitou-se a mudar (3 de Abril) a sua capital para Xapurí. O general Pando não passou de Puerto Rico (sobre o Orton) a pouca distancia da foz do Tauamano (1). Seria inevitavelmente atacado pelo ardoroso caudilho. Mas o acordo de trégua lhe suspendeu o ímpeto, retendo-o no momento exato em que a guerra

(1) Que Plácido recebeu mal a intervenção, é a tese do coronel R. Dias de Freitas, *Plácido de Castro e a integração do territorio do Acre no Brasil*, conferencia no Clube Militar, 27 de Setembro de 1939 (Fortaleza 1949).

Nega R. Dias de Freitas que tivesse chegado a sitiar Puerto Rico, *ibid.*, p. 86. Em verdade, colocando-se rio acima, podia cortar a comunicação com a Bolívia, condenando o adversario a uma luta de morte, para a qual tinha este, todavia, superioridade de material. A legação em La Paz avisára o governo boliviano da decisão do presidente Rodrigues Alves de mandar ocupar o territorio até a solução do litigio. O "modus vivendi" de 21 de Março de 1903 evitou providencialmente um choque armado de imprevisíveis consequencias. (C. GOYCOCHEA, *O espirito militar na questão acreana*, p. 78). A correspondencia publicada por Araujo Lima, *op. cit.*, p. 241, diz que "com dez horas de tardança não teria evitado o assalto a Porto Rico e, por conseguinte, serio derramamento de sangue".

assumiria proporções consideráveis. Tornára-se escusada: a chancelaria ganhára a partida.

Abriu-se em Julho a negociação direta, já não mais segundo o tratado de 1867, porem — como era óbvio — em atenção ao “manifesto direito” da posse.

Para começar, declarou Rio Branco não conhecer o mapa da “linha verde”, de 1860, sobre o qual se tratara em 1867, com a sua obliqua do Madeira às nascentes do Javari: o mais antigo que encontrou foi de 1873, e pouco valia, porque esboçado como interpretação, não como norma ou diretiva do pacto... Sem a carta, em que a “linha verde” atestava a intenção dos dois governos quanto ao traçado geodesico, podia ligeiramente criticar os seus antecessores (“em suma, e é o que importa saber, o governo brasileiro desde fins de 1867 *apoptou a opinião que mais favorecia à Bolivia*”) e concluir, como concluía Ruy falando ao Senado em Setembro de 1900 — que a linha em vez de ser a obliqua ao equador (estuario Beni-Mamoré às origens do Javari, seja, de 10° 20' a 7°), era simplesmente o paralelo (10°, 20'), ou “linha Cunha Gomes”, de que resultava ficarem no Brasil as cabeceiras do Juruá, os mais ricos trêchos do Purús e do Acre...

Errou, quando desprezava, por inexistente, o mapa em que os antecessôres na pasta se tinham apoiado, na benevolencia mal julgada. O fato é que, dias depois, confessando o equívoco, se apressou a confidenciar a Gastão da Cunha (relator da comissão de diplomacia da Camara) que neste passo corrigisse a “Exposição de motivos”⁽¹⁾. Era injusta. Podia despertar protestos.

O fundamento real da causa brasileira lá estava, não nas peças historicas, que os acontecimentos deixavam

(1) Diz Rio Branco na carta a Gastão da Cunha, no ler a *Exposição de motivos* o diretor de seção José Antonio de Espinheiro lhe entregára o mapa de Duarte da Ponte Ribeiro (1860), ou da “linha verde”, que ele, barão, julgava inexistente. Mas Gastão da Cunha manteve secreta a retificação, tanto que Ruy Barbosa, no *Direito do Amazonas ao Acre Septentrional*, em 1911, voltou ao assunto, para aludir ironicamente à “his-

longe, mas a ocupação definitiva do território discutido, donde os pioneiros jamais sairiam pela prioridade da chegada, pelo direito da propriedade, pelo valor da posse, pelo sentimento nacional em que a escudavam. A lei não devia ser dos títulos, mas dos fatos. Isto mesmo proclamára Ruy em 1900: bastava o “uti possidetis” (1). Quem tomasse a terra contestada era — como na Guiana inglesa — o dono. Ou continuaria a luta.

Negociaram o tratado — que se concluiu em Petropolis a 17 de Fevereiro de 1903 — Fernando Guachalla e Claudio Pinilla, pela Bolívia, e o barão do Rio Branco, Ruy Barbosa (que tres meses depois se retirou da comissão) (2) e Assis Brasil.

Tratado de Petropolis.

Resume-se o tratado na cessão ao Brasil da “parte meridional do Acre” reconhecidamente boliviana, povoada exclusivamente de brasileiros, e que se estimava em 191 mil quilometros quadrados, contra uma pequena area de 3.200, na confluência de Abuno e do Madeira, a construção de uma estrada de ferro entre o Madeira e o Mamoré (3), a liberdade de trânsito por esse caminho e pelos rios até ao mar, e dois milhões de libras a serem

torla da Inha verde”, como a uma invenção graciosa. Ferido pela reiteração do erro, Olinto de Magalhães (que nos seus *relatorios* a Invocára, e sabia perfeitamente que Rio Branco achára e conhecia o mapa) escreveu ao barão em 17 de Junho de 1911, e ele contestou em 22 de Julho, justificando-se com a conveniencia de não dar maior publicidade à corrigenda (OLINTO DE MAGALHÃES, *op. cit.*)

(1) Discurso de 6 de Set. de 1900, *Obras*, XXVII, tom. III, p. 101.

(2) Ruy, *Correspondencia*, p. 138. Preferia o arbitramento, achando demastadas as concessões à Bolívia.

(3) E um ramal de Vila Murtinho a Vila Bela, abandonado depois, com a queda da exploração da borracha, substituído (protocolo de 25 de Nov. de 1937) pela estrada de ferro de Corumbá a Santa Cruz de la Sierra, *Relatorio da Comissão mixta*, p. 7, Rio 1940.

pagos em duas parcelas. Exultando de júbilo, declarou o chanceler na sua Exposição de motivos ao Congresso: "efetuamos a nossa primeira aquisição territorial desde que somos nação independente" (1). Fôra realmente assim.

E os acreanos?

Teria mais relevo a anexação, se, em vez de enriquecer com ele um Estado, o Amazonas, o governo federal lhe dêsse a categoria, inédita no país, de Território (à maneira norte-americana e argentina). Foi o que fez (Decreto 1181, de 25 de Fevereiro de 1904). Placido de Castro e os seus adeptos não queriam que o Acre passasse para o Amazonas. Mas não ficaram satisfeitos com a administração, ainda mais distante, do poder central. É certo que logo despontaram vilas e cidades, onde antes acampavam os seringueiros na sua desordem heroica. Faltava-lhes porem a justiça protegida pela autoridade, à sombra da lei: e Placido foi vítima dessa conjuntura. Forçado pelo general Olimpio a dissolver o seu exercito, maltratado pela ocupação militar, que ingratamente o considerou um homem perigoso, quando em verdade acabava, com a sua intrepidez, de dar ao Brasil toda a região, foi Rio Branco que o desagravou, fazendo que o ministro da guerra admoestasse e substituisse o comandante da força. Com o governo do Acre meridional, foi em 24 de junho de 1906 confirmado na prefeitura do Alto Acre, da qual o destituiu a sua incompatibilidade com a União. O novo prefeito, coronel Gabino Besouro, temeu que, despeitado, se revoltasse, reunindo ainda uma vez os sertanejos. Realmente, indignado com as violencias policiais que o vexavam e ofendiam, Placido de

(1) *Obras do barão do Rio Branco*, V. 29. A linguagem é ufana: "Expansão territorial, só agora e com a feliz circunstancia de que, para a efetuar, não espoliamos uma nação vizinha e amiga, antes a libertamos de um ônus..." Vd. CASSIANO RICARDO, *O tratado de Petropolis*, 2 vols., Rio 1954.

Castro começou a mobilizar os antigos companheiros. Gabino Besouro, para atalhar o levante, convocou-o a uma conferencia, em que a paz foi combinada (1). De volta para as suas terras, em 9 de Agosto de 1908, alguns fascinoras, a mando do sub-delegado Alexandrino José da Silva, que fôra um dos seus capitães e era agora o seu maior desafeto, o tocaiaram no caminho, abatendo-o com dois tiros.

O assassinato do pioneiro encerrou a fase de bravia aquisição e de posse dramatica do territorio, em cujas florestas se travára o mais grave dos conflitos de fronteiras que tivera a república e em cujos roteiros, abertos febrilmente à penetração civilizadôra, corria agora o comercio pacifico (2).

(1) Vd. ARAUJO MAIA, *Placido de Castro*, p. 355 e segs. S. Paulo 1952. Ao des. João Lago devemos informações complementares do episodio.

(2) Inconformado, o governo do Amazonas recorreu "in continente" ao judiciario (4 de Dezembro de 1904), tanto na justiça como na imprensa (*O Acre Septentrional, reivindicação do Estado do Amazonas contra a União ante o Supremo Tribunal Federal*, Rio 1906, *A transação do Acre no tratado de Petropolis, polemica de Ruy Barbosa*, Rio 1906, finalmente em dois tomos, *O direito do Amazonas ao Acre Septentrional*, Rio, 1910). No Congresso, Efigenio Salles propuzera o acordo compensador (1916), então recusado por inoportuno, mas retomado em 1921 (iniciativa do deputado Aristides Rocha), agora com a aquiescencia do governo estadual, de que resultou, em 1926, a desistencia da ação reivindicatoria. A União em troca endossára um emprestimo de 40 mil contos. Voltou o caso à balha na Constituinte de 1933, foi levado ao estudo de uma comissão arbitral e esta avaliou a indenização em mais de 350 mil contos (FERREIRA REIS, *A Questão do Acre*, ps. 26-7).

RODRIGUES ALVES

Prosperidade.

Embora viesse da velha politica, era Rodrigues Alves um espirito arejado por todas as aspirações do progresso que, no governo de São Paulo, promovera com entusiasmo. Diferenciava-se dos dois paulistas que o antecederam pelo senso, ou antes, pela coragem das realizações. Certo, tinham eles desbravado o caminho, com a pacificação e a reabilitação financeira da república. Cancára-se o país da anarquia politica (dissipada com as místicas revolucionárias) e da administração fiscal: exigia trabalho, grandes obras, prosperidade, civilização. “O advento desta era feliz não está longe...”⁽¹⁾ O ministerio de Rodrigues Alves refletiu-lhe o pensamento. Compunha-se de um engenheiro impetuoso, Lauro Muller, de um politico audaz, J.J. Seabra, de um financista clássico, Leopoldo de Bulhões, do mais famoso de nossos diplomatas, Rio Branco, do general Argolo, veterano da “Consolidação”, do almirante Júlio de Noronha, que projetava reorganizar a marinha⁽²⁾. Com eles podia empreender a refórma: e levou-a adiante com severa firmêza.

(1) Leopoldo de Bulhões, falando no banquete que lhe ofereceram as classes conservadoras, 28 de Setembro de 1904, Augusto de Bulhões, *Leopoldo de Bulhões, um financista de principios*, p. 268, Rio, 1954.

(2) Convertida em Lei, 14 de Dezembro de 1904 (vd. Dídio Costa, *Noronha*, p. 327, Rio 1944), a reforma foi pleiteada na Câmara pelo deputado fluminense Laurindo Pitta, cujo discurso, transcrito neste livro, mostrava que, praticamente, não tínhamos esquadra.

Na mensagem de 3 de Maio de 1903 definiu os propósitos, proclamando que reinava calma na zona política e chegara o momento da ação, a começar pela capital, cujos defeitos “afétam e perturbam todo o desenvolvimento nacional. A sua restauração, no conceito do mundo, será o início de uma vida nova...”

A idéia de *vida nova*, com a *restauração*, ou seja, a remodelação urbana, resumiam-lhe o programa. Superava o dissídio interno que tanto perturbára o governo de Campos Salles; e falava à imaginação do povo. No caso, *vida nova* seria arrancar à rua do Ouvidor, rebelde e estreita, o prestígio de permanente “meeting”, substituindo-a pela *avenida* larga em que circulasse, desanuviada, a opinião serena... Devia começar pelo Rio de Janeiro a incorporação do Brasil no século XX, para que, atualizado, correspondesse à nação rica, sua sala de visitas e não seu pôrto sujo. Requeria-se a *picarêta do progresso*, que rasgasse os traçados amplos, a ousada engenharia, que os planejasse, sobretudo higiêne, sem a qual nada disto valeria a pena. Os inimigos eram simultaneamente o apêgo à tradição e a febre amarela, que, com os calôres do verão, assolava a metropole, agravando-lhe a reputação deploravel de terra malsã. Mobilizou o presidente ao mesmo tempo engenheiros e médicos: e, com Pereira Passos, Paulo de Frontin, Osvaldo Cruz, conseguiu rapidamente o prodígio — que foi a transformação da *capital federal*.

O prefeito Passos.

O engenheiro Passos, afamado ferroviário, aceitou a prefeitura com a condição de a exercer com plenos poderes, numa especie de ditadura justificada pela eficiencia. O decreto de 29 de Dezembro de 1902, que reorganizou o Distrito Federal, adiando as eleições, lhe

deu essas faculdades. Nomeado no dia seguinte, imediatamente nomeou a comissão da Carta Cadastral, para projetar o alargamento das antigas e a abertura das novas arterias, racionalizando o sistema de circulação, de modo a ligar confortavelmente o norte, o centro, e o sul da cidade. Lauro Muller, que pôs nas obras do porto a sua maior esperança, lançou a fórmula: "fazer engenharia"⁽¹⁾. A *praça Mauá* (chamada assim pelo monumento que, significativamente, aí levantou o Clube de Engenharia, do velho pioneiro da industria) serviria de núcleo à irradiação das avenidas, de um lado a das docas, que ia ter à Praia Formosa, do outro a que se rasgou, de mar a mar, até a tangente do Passeio Publico, como *Avenida Central*. Dali seguiria a *Beira Mar*, acompanhando as curvas suaves da baía, até Botafogo. Traçadas as linhas periféricas, importava desafogar o centro⁽²⁾, retificando e alargando as ruas, de geito a aliar a utilidade, do trânsito, ao decôro dos aspectos. Foi o que o prefeito Passos promoveu com uma prêssa afoita, de quem não se detinha diante de nenhum obstáculo para despejar os moradores recalcitrantes, derrubar as construções condenadas (e 550 foram demolidas para a abertura da Avenida), alinhar os logradouros espaçosos, vesti-los de arquitetura adequada. Tornou-se-lhe anedótica a atividade, autoritária, fulminante, irresistivel. Apelidaram-no de "bota abaixo". Para acabar com os quiosques que enfeavam as praças, antes do desfêcho do litígio com o concessionário mandou derrubá-los. Venceu, antecipando-se à justiça, o pleito com os proprietarios. Destelhava-lhes as casas, ordenando a destruição dos pardieiros, assistindo, impávido, à remoção dos entulhos... Curioso é que revelou a paiza-

(1) *Revista do Club de Engenharia*, numero do centenario, p. 80, Rio 1922.

(2) Vd. *Cidade do Rio de Janeiro*, plano de Alfred Agache (com o historico e os mapas demonstrativos), Paris 1930; *Recenseamento do Rio de Janeiro*, p. XLII, Rio 1907.

gem à cidade, voltando-a para as perspectivas pitorescas, na sua natureza rutilante: desvendou-lhe a Guanabara, distorceu-a, da posição oposta ao mar para a sua contemplação, valorizou-lhe o “ambiente”, velado no dédalo das ruas estreitas que lhe davam as costas. O Rio diferente, a “cidade maravilhosa” (1), data desta formidável iniciativa — encorajada pelo honrado apoio de Rodrigues Alves.

Oswaldo Cruz.

Era pouco, remodelar. Faltava sanear. Convidado o Dr. Salles Guerra para dirigir a Saúde Pública, indicou um jovem bacteriologista, ainda mal conhecido, que estagiára tres anos no Instituto Pasteur, de Paris, e geria, em Manguinhos, o incipiente Instituto Soroterápico: Oswaldo Gonçalves Cruz. Foi a revelação de um homem de luta, acrescido da fé dos apóstolos. Aceitou, porque podia vencer: venceu, porque cumpriu inflexivelmente o seu programa. O governo surpreendeu o Rio com aqueles dois realizadôres: Passos — rompendo avenidas — e Cruz — exterminando mosquitos. Custasse o que custasse!

Na realidade o higienista não propunha método próprio, que devêsse ensaiar numa população farta de experiências. Convencêra-se de que a febre amarela desapareceria, se acabassem os mosquitos transmissôres (2). Inspirára-se no sistema norte-americano de profilaxia, graças ao qual o exercito de desembarque tivêra tão

(1) Cantou-se no Carnaval de 1904:

.....
Sem igual no mundo intelro
Cidade maravilhosa
Salve o Rio de Janeiro.

(Vd. RAIMUNDO A. DE ATHAYDE, *Pereira Passos, o reformador do Rio de Janeiro*, p. 214, Rio).

(2) AFRÂNIO PEIXOTO, *Higiene*, 2.^a ed., ps. 520-30, Rio 1917.

escassas perdas nas zonas insalubres de Cuba — o sistema de Finlay e Gorgas —; e queria applicá-lo com o mesmo rigôr. Afrontando o cépticismo acadêmico (dos que ainda criam na etiología da peste ligada às alterações do sólo, às emanações miasmáticas, contagio e clima) (1), Osvaldo Cruz definiu em quatro pontos a campanha: eliminar o maldito insecto, remover os fôcos, isolar os doentes, imunizar pela vacina especifica a cidade (2).

Para o vulgo, sem excluir grandes personagens, a primeira condição era irônica (e Bilac dedicou-lhe uma sátira engraçada) (3), a segunda curiosa, mas a última — a vacina — um atentado. Os positivistas manifestaram a sua repulsa. Com razões scientificas, morais, religiosas — se opunham à “monstruosidade”: a violencia justificava todas as resistências... Resistiu Osvaldo ao ataque nos numerosos tons, de ridiculo, censura, opposição e revolta, mas exasperada revolta que lhe pôs em perigo a vida. Libertou o Rio da febre amarela — contra o Rio. Dramaticamente.

Nomeado a 23 de Março de 1903, em successão a Nuno de Andrade (empenhado aliás em utilizar o processo adotado em Cuba) (4), logo a 28, organizou Osvaldo o combate à epidemia — com o Dr. Carlos Carneiro de Mendonça. Juntou a 15 de Maio, em comando unico, os serviços federal e municipal; e, por Aviso de 15 de Abril, creou a respectiva repartição (Profilaxia da febre amarela), com a *polícia dos fôcos*, a interdição das habitações malsãs, a destruição da *stegomya* nos esterqui-

(1) Saudando Osvaldo Cruz na sua recepção acadêmica, disse Afrânio Peixoto: “Este poder absoluto da vontade, em que acreditais, e que exercéis, é a vossa força, e dela vos velu a gloria”, *Academia Brasileira, Discursos academicos*, II, 295, Rio 1935. “Esse poder da fé...”, louvou Aloysio de Castro, *Discursos Acadêmicos*, IV, 21, Rio 1936. “... Não tórce nem québra”, RUY BARBOSA, *Osvaldo Cruz*, p. 25, Rio 1917.

(2) Vd. E. SALES GUERRA, *Osvaldo Cruz*, p. 66 e segs., Rio 1940.

(3) OLAVO BILAC, *Critica e fantasia*, p. 274, Porto 1904.

(4) PHOCION SERPA, *A vida gloriosa de Osvaldo Cruz*, p. 129, Rio 1937.

línios urbanos, afinal a vacinação, nos moldes da lei alemã de 1874! Este prussianismo pegou a capital num estado de comoção profunda.

Turmas de vacinadôres, com policiais de escolta, de casa em casa, de bairro em bairro, forçavam os moradôres a se submeterem à incisão: e, sem tempo nem prudência para advertir da vantagem daquilo, aterrorizavam, como se espalhassem a peste, que evitavam... Os incidentes foram múltiplos e sérios. Havia quem ameaçasse de morte os sujeitos da higiene; os que se vangloriavam de os terem expulsado, de arma em punho; os que, sucumbidos, aguardavam que germinassem da vacina as atrózes consequências... A cidade não fôra informada (1)! A imprensa e a tribuna somavam-se à politica irritada para convencê-la de que tudo isso violava a liberdade na fórmula menos suportavel de tirania, que era a sectária. Não acreditava o positivismo na teoria da vacinação; os liberais contrapunham ao dever do Estado — que assistia — o direito do homem — de não ser assistido; o povo, supersticioso, achava que redobraria a calamidade, propagada insidiosamente; e a demagogia, inspirando-se na reação, rebelou, nas ruas, a ralé, e, nos quarteis, a juventude militar. Abaixo a opressão — e viva Floriano!

Contra a vacina.

Tornou-se mais tensa a crise em Novembro de 1904.

Havia comícios — como em 1897 — no largo de São Francisco. Na tarde de 10 de Novembro a policia deteve

(1) Vd. discurso de Ruy, no Senado, 16 de Nov. de 1904, *Obras*, XXXI, tom. I, 45. Serve de documento à incompreensão geral: "O Estado mata, em nome da lei, os grandes criminosos. Mas não pôde, em nome da saúde, impôr o suicídio aos inocentes". Transcreve E. Sales Guerra, *Oswaldo Cruz*, p. 259, um dos boletins sediosos: "A verdade provada pelos fatos é que a vacina propaga a varíola..." *O Apostolado Positivista* adotava a linguagem: "O Código das torturas foi uma conquista desses médicos... Esse atentado..."

um orador popular e interveiu a cavalaria, para que a multidão não o livrasse. No dia 12 repetiram-se as cenas de agressão, o povo contra os policiais e a ovacionar o exercito. Rebentou a insurreição — aos gritos de abaixo a vacina — nessa noite, e no dia seguinte, após agitada reunião no Centro das Classes Operarias, à rua Espirito Santo, presidida pelo senador Lauro Sodré, acolitado pelo deputado Barbosa Lima e pelo Dr. Vicente de Souza, orientador ostensivo do movimento. Em massa, abalaram os manifestantes para o Catete. Foram contidos, por pelotões do exercito e da policia. Refluíram para as ruas centrais, apupando, de passagem, o comandante da força publica, general Silva Piragibe. Engajaram-se em tiroteio com as patrulhas, apedrejaram os *bondes* da “Jardim Botânico” e os lampeões das Laranjeiras... (1)

A tibieza da repressão os encorajou, na praça Tiradentes e adjacencias. Enquanto o chefe de policia, Cardoso de Castro, e o general Piragibe tratavam de proteger o Catete, espalhava-se o levante pela rua do Sacramento. Como os desmontes do prefeito Passos forneciam, a mancheias, as pedras com que podia fazer frente aos soldados, atirando-lhas das barricadas rapidamente erguidas por aquelas ruas estreitas, a insurreição tomára o aspecto vago de um combate: e a autoridade, sem animo para uma ação conclusiva, hesitava, assustada. Já agora magotes de desordeiros queimavam os bondes, cortavam os fios telefonicos, assaltavam, no Mangue, a companhia de Gaz... Segunda-feira, 14 de Novembro, amanheceu a situação dramatica, concentrada a resistencia no bairro da Saúde, que a imaginação dos exaltados chamou de Porto Artur (evocando a guerra russo-japoneza) e a conspiração militar ultimando-se, numa reunião politica sob a chefia do senador Lauro Sodré.

(1) SERTÓRIO DE CASTRO, *op. cit.*, p. 190 (e aí o resumo, decalcado no noticiário dos jornais, da sublevação das ruas).

A revolta de Travassos.

A revolta que nesse dia explodiu tinha como dirigentes Lauro, Barbosa Lima, Alfredo Varela, o general Silvestre Travassos, o major Gomes de Castro... Interpretou-a Ruy (dois dias depois, no Senado): "É um movimento deliberado a se apoderar imediatamente do governo, substituindo-o por uma junta governativa de tres membros, dois dos quais serão o general Olimpio da Silveira, com a chefia, e o general Travassos..."⁽¹⁾

Não se póde confundir o movimento de 14 de Novembro com as arruaças que dominaram a cidade. Tinha sido concertado entre vários officiaes positivistas (como o general Marciano Magalhães, irmão de Benjamin), marcando-se para a parada do dia 15, comemorativa da república, a explosão⁽²⁾ — favorecida pelo descontentamento popular. Tomára o governo porem tais medidas preventivas que se anteviu frustrado o golpe, com a abstenção de Marciano e, sobretudo, do general Olimpio, incompativel com a situação desde que fôra destituído do comando no Acre. Desligou-se este depois de uma entrevista infeliz com o presidente da república — em nome da classe. Ia expôr algumas das queixas do exercito. Rodrigues Alves recebeu-o friamente, e se limitou a dizer que falasse ao ministro da guerra...⁽³⁾ Decepcionado e prudente, o general retrafu-se: não figurou na demonstração armada da noite de 14, que deu a Travassos um destaque lastimavel. As 5 da tarde apresentou-se na Escola Militar da Praia Vermelha, onde, pouco depois, foi ter com ele Lauro Sodré. Gritava, que decidira salvar a república, e os alunos ainda uma vez cometeriam esse

(1) *Obras*, XXXI, tom. I, 58 (referindo-se à denuncia que, às 8 da noite, lhe levára o pai de um dos cadetes).

(2) EMANUEL SODRÉ, in art. no "Correio da Manhã", Rio, 14 de Nov. de 1954.

(3) DANTAS BARRETO, *Conspirações* ps. 12-3, Rio 1917.

sacrifício, pela pátria. O comandante, general Bibiano Costallat, a quem aliás o ministro avisára da iminencia do levante, tentou dissuadí-lo. Travassos declarou-o preso; e numa festa de brados e ovações, os cadetes, à volta, prometeram derrubar o odiado governo. Talvez não tivessem derrubado, mas com certeza o abalariam, se no ímpeto dessa belicosa fúria se lançassem ao Catete. Perdeu-os o excesso de cautela, depois de tanta levianidade. Como fossem poucas as armas, o general mandou buscar as da fortaleza de S. João, ali perto. Mas essa praça não aderiu... Perturbou-se. Faltavam os apoios com que contava, ou presumia, na arrebatada credulidade. Ponderou; retardou-se; quando saiu com os rapazes e um canhão Krupp, em silencio, numa marcha que estava longe de ser entusiastica, porque se toldára de pessimismo ⁽¹⁾ — ia ao encontro do desconhecido. Curioso foi que a coluna legalista que o defrontou na rua da Passagem tambem ignorava o numero e as disposições do inimigo. Nessa rua escura se chocaram duas forças surpreendidas e estonteadas...

Libertado, corraera Costallat ao ministerio da guerra, a dar parte ao ministro, general Argolo, que convocou sem demora os contingentes disponiveis, e os expediu para as cercanias do Catete. Assumiu Piragibe o comando. Eram 7 da noite. Não convinha esperar. Decidiu detê-los — caso viessem ao ataque — com a brigada policial e o 1.º de infantaria. Ao chegarem à rua da Passagem, o ruido de um cavalo os fez estacar: logo alguns tiros espoucaram; e Piragibe ordenou tres descargas cerradas. Após a fuzilaria, sem perceber bem o que ocorrera, achou melhor retroceder. Mas a tropa, espantada, debandou... (2) Pior seria se fôsse ele proprio

(1) DANTAS BARRETO, *op. cit.*, p. 24: "A revoltosa coluna, já desanimada, tinha o aspecto lúgubre..."

(2) DANTAS BARRETO, *op. cit.*, p. 27. "Armas atiradas à rua, quasi inutilizadas; soldados em marcha violenta, ainda assombrados..." "Por sua parte os alunos sem chefe, sem direção, sem saberem que fazer... retrocederam para a escola..."

vitima de algum ardil dos adversários: e recolheu a palacio, com a noticia de que houvera aquele choque, e já não tinha com que atalhar a marcha dos cadetes...

O ministro da marinha, almirante Noronha, sugeriu a Rodrigues Alves — que ouvia, tranquilo, os boatos contraditorios⁽¹⁾ — embarcasse num navio de guerra, de onde, a salvo, organizaria a resistencia. Recusou: o seu logar era ali; e dali não arredava⁽²⁾. Vários dos presentes, consternadamente, confessavam o desânimo, quando, pelo telefone do Hospital Nacional de Alienados, cuja linha não fôra cortada, Afrânio Peixoto, diretor do estabelecimento, enviou a primeira noticia: os cadetes, abandonando as armas, se refugiavam, com apparencia de destrôço, na Escola; e, pelo visto, acabára a sedição! O telefonema esclareceu tudo. Soube-se mais tarde que Travassos caíra, gravemente ferido, à segunda descarga da infantaria de Piragibe, e fôra socorrido numa casa da rua General Severiano; que Lauro Sodré, ferido seriamente, tambem se acolhera a uma familia das proximidades; havia um aluno morto; os outros em confusão, iam esperar nos alojamentos as consequencias do desatino... A esta voz, um frêmito de energia eletrizou o governo: e às seis da manhã o ministro da guerra, de carro, com Lauro Muller, uniformizado de major de engenheiros, a cavalo, e várias unidades do exército, se dirigiu para a Praia Vermelha. Os navios da armada se tinham acercado a distancia de tiro. Alinhou-se a força nas imediações; e um espetaculo melancolico lá se ofereceu à sensibilidade dos vencedores. Havia uma tranquillidade resignada; exaustos, aguardavam calados os cadetes as admoestações

(1) Vd. diario de Gastão da Cunha (testemunhando os incidentes ocorridos no Cateite), in RODRIGO DE M. F. DE ANDRADE, *Rio Branco e Gastão da Cunha*, p. 205.

(2) GASTÃO DA CUNHA, *ibid.*, p. 205. A participação de Afrânio Peixoto, conforme nos comunicou ele, a narramos na *Historia Social do Brasil*, III, 241.

de praxe; e as espingardas ensarilhadas indicavam que o seu proposito era, quanto antes, a volta ao estudo... Foram mandados presos ao quartel general. Transportado para o Hospital Central, morreu Travassos dias depois. E a repressão, desta feita implacavel, extinguiu as agitações arruaceiras, cujo núcleo forte era o bairro marítimo da Saúde.

Acontecera na Escola Militar do Realengo algo de grave, que poz em evidencia um nome: o do seu comandante, general Hermes da Fonseca. Ao deixar o estabelecimento encontrou o major Gomes de Castro, que para lá se dirigia. Pressentiu, que o fim era sublevar os alunos. Foi-lhe ao encalço, e antes que a sua palavra pudesse rebelar o corpo de cadetes, prendeu-o no páteo, diante deles. Este gesto inesperado os dissuadiu. Realengo não se revoltou. E o disciplinado comandante, que assim se acreditou no conceito público, estava indicado para exercer, no exercito e no Estado, as comissões mais illustres: em meio a tantos temperamentos tímidos, mostrára um character inteiriço, de sentinela da legalidade.

Venceu o progresso.

O Congresso atendeu, logo a 15 de Novembro, à solicitação do presidente, para que o armasse com o estado de sítio, por um mês. A limpêza das ruas, obstruídas pelas barricadas, prolongou-se pelos dias 16 e 17. Investidos por marinheiros, infantaria e alguns disparos da artilharia média da esquadra, debandaram os defensores da Saúde, *Porto Artur* carioca. A policia, intransigente no castigo, deteve os que pôde apanhar, entre estes, sem duvida, muitos inocentes, e, enchendo com eles um vapor do Lloyd, os desterrou para o Acre (1).

(1) JOSÉ MARIA DOS SANTOS, *A politica geral do Brasil*, p. 414, S. Paulo 1930.

Nos Estados, só na Bahia se alterou a ordem, com o levante do 9.º, ao comando de um tresloucado alferes, Teodomiro de Queiroz. Matou o comandante, Fabricio de Matos, desceu com o batalhão para o bairro comercial, quiz resistir ao coronel Sotero de Menezes, que, à frente do 16.º, saíra a reduzi-lo, e caiu morto, por uma descarga intempestiva. Os soldados, que não sabiam porque se tinham revoltado, fugiram; e restabeleceu-se, de pronto, a boa paz (1). Jorge Tibiriçá, presidente de São Paulo, que preparára a força publica para auxiliar, em caso de perigo, o presidente, despachou-lhe o 1.º e o 2.º batalhão de policia (2). Chegaram quando já se restabelecera a ordem. Ou antes: o seu destino dependera da rapidez dos sucessos naquela noite lamentavel; que, lembrou Ruy — “se a Escola Militar abala às 7 horas da noite, precipitando-se em frecha ao Catete, encontra-lo-ia sem defesa capaz de lhe resistir, e deixaria provavelmente o sr. Lauro Sodré no posto cobiçado”... (3) Deixa-lo-ia, por pouco tempo.

A revolução carecia de ligações e base fóra da capital, e contra ela se apinhoavam *forças politicas*, interessadas em se manterem, e às instituições, por todos os meios possíveis.

Falecera em Porto Alegre — a 24 de Outubro de 1903 — Júlio de Castilhos, chefe incontestavel da situação riograndense (4). No governo do Estado desde 1898, Borges de Medeiros tinha como seu representante na politica federal Pinheiro Machado, que a partir de 4 de Maio desse ano era vice-presidente do Senado. Tibiriçá, em São Paulo, contava que o sucessor de Rodrigues Alves

(1) JOÃO VARELA, *Da Bahia do Senhor do Bonfim*, p. 81, Bahia 1936.

(2) PEDRO DIAS DE CAMPOS, *O Espirito militar paulista*, p. 155, S. Paulo 1923.

(3). *Correspondencia*, p. 144 (colligida por Homero Pires), S. Paulo 1932.

(4) OTELO ROSA, *Julio de Castilhos*, p. 318.

fosse Bernardino de Campos (1). Não lhes servia a subversão da autoridade em proveito de um militarismo sem oportunidade, com volta à sistemática positivista, à paixão do florianismo retinto, num clima de reivindicações rancorosas. Queriam o funcionamento da “máquina”, a conservação do poder, essa legalidade de compromisso que superára o período das dissensões sanguinárias. Encarnavam o presidencialismo ambicioso de duração. Era a “política”, que se sobrepuzera à “ideologia” — e o mais que exigiu, no ano seguinte, foi o direito de fazer o novo presidente sem a intervenção do sucessor. Pela “política” . . .

Amainada a tempestade, viu-se que o progresso quasi puzera abaixo o governo, mas, com este preço, pagava os sacrifícios, que tinham anunciado. A cidade, transformára-se. A revolta popular valera-se da pedraria das demolições para agredir a autoridade: foi antes de surgir, do entulho dos bairros destruidos, a beleza larga das avenidas.

(1) AFONSO ARINOS DE MELO FRANCO, *Um estadista da republica*, I, 450, Rio 1955.

CIVILIZAÇÃO MODERNA

Novas cidades.

A idéia da “cidade moderna” foi das poucas que viéram da periferia para o centro. O Rio deixou-se conquistar pelo espirito revolucionário produzido pelas audácias da riqueza — como no caso de Manáos⁽¹⁾ e de Belem — e pelo arrôjo da politica — que creára em Minas Gerais, novidade magnifica, Belo Horizonte⁽²⁾. Explica-se o prodigio amazônico pela alta da borracha, a cujo consumo universal atendia o Brasil com 98%: permitira a governos engenhosos (Eduardo Ribeiro) substituir a sua cidade humilde por uma capital de belas ruas, adornada de arquitetura faceira, servida de transportes electricos. O exemplo mineiro particulariza-se na reacção municipal (com a séde em Barbacena) à centralização do poder publico em Ouro Preto, fóra das grandes

(1) A.C. Ferreira Reis, *História do Amazonas*, p. 260. De Belem dizia Euclides da Cunha, 30 de Dez. de 1904: “Nunca S. Paulo e o Rio terão as suas avenidas monumentais, largas de 40 metros...”, *Euclides da Cunha a seus amigos*, p. 141. Sua impressão de Manáos, *ibid.*, p. 144.

(2) Vd. NELSON DE SENA, *Corografia de Minas Gerais*, p. 288, ed. da Soc. de Geogr. do Rio de Janeiro, 1922. A Constituição estadual autorizára a mudança da capital de Ouro Preto para outro sítio, o que foi facilitado pelo funcionamento temporário da assembleia em Barbacena (onde se creou, em 1894, a comissão construtora da nova cidade, sob a direção do engenheiro Aarão Reis). O sucessor deste, eng. Francisco Bicalho, entregou ao governo mineiro, em 12 de Dez. de 1897, as primeiras instalações da Cidade de Minas (como então se chamou). Teve o nome definitivo de Belo Horizonte por lei de 1 de Julho de 1901 — como aliás já determinára o decreto de 12 de Abril de 1890 para o primitivo arraial de Curral del Rei. O presidente Afonso Pena começou e o presidente Bias Fortes concluiu o empreendimento enorme, de passar a séde do governo da arcaica Vila Rica para aqueles arejados logares — donde, no decurso de meio seculo, brotou uma das maiores cidades do país.

linhas de circulação da provincia: foi possível, exatamente porque, com a ruptura da tradição, o deslocamento da influencia oficial (de Ouro Preto para Barbacena), a coragem de homens empreendedores (presidentes Afonso Pena, Bias Fortes), os desesperados protestos da cidade prejudicada não puderam alterar a decisão tomada. Déram-lhe um traço dramático, de heroísmo administrativo. O fato é que a comissão incumbida da mudança (sob a chefia de Aarão Reis) se fixou no arraial do Curral del Rei (que um decreto de 1890 denominou, republicanamente, de Belo Horizonte), e entre 1894 e 97 construiu em axadrezado racional, cortado de vastas avenidas diagonais, a metropole futura. Ao instalar-se ali o governo mineiro, o país o admirou tanto pela tenacidade, como pelo descortino: a um tempo rompera com a rotina e déra aos brasileiros, a ela agarrados, o modelo antecipado de uma civilização de ângulos rétos, de pistas de tráfego, de engenharia urbanística, de disciplina geometrica aliada de um romantismo saudavel — com a perspectiva de parques vêrdes entre massas de alvenaria nobre — num ar higiênico, de sertão. O que o governo federal, apesar da Constituição, que lhe previra a transferencia para o planalto central, não ousava, nem ousaria, fizéa depressa, e cientificamente, aquela administração discreta...

São Paulo apresentava-se como um fenômeno de desenvolvimento explosivo, graças a dois fatôres conjugados: o café e o imigrante⁽¹⁾. Em 1900 juntou-se-lhes outro elemento decisivo: a eletricidade. Em tres anos (1890-93) subira-lhe a população de 64.394 a 130.755⁽²⁾. Quasi um milhão de estrangeiros recebeu o Estado de 1889 a 1900: a maioria (618.721) italianos. A alta do

(1) Vd. 1.º Centenario do conselheiro Antonio da Silva Prado, p. 101 passim, S. Paulo 1946.

(2) AFONSO D'E. TAUNAY, *Historia da cidade de São Paulo*, p. 254, S. Paulo 1954.

café permitia consideráveis obras públicas, a técnica européia auxiliou a remodelação urbana, e graças à energia elétrica (da *The São Paulo Light and Power*, com a primeira usina hidroelétrica do Parnaíba) se conciliou ela com o surto industrial que lhe completou a metamorfose. Não tardaria a esboçar-se, na cidade acanhada e fria de outrora, cujo centro virtual fôra a Academia de Direito, o lineamento vigoroso que a transfigurou — com a canalização dos rios, as grandes praças, avenidas como a Paulista⁽¹⁾, imitando os bairros de Paris e Milão, num luxo de formas novas (no folhudo estilo de 1890) a exaltar o sentido creador, de uma sociedade impaciente, seduzida por todas as fantasias de progresso.

O novo Rio.

Fazendo correr em 1892 o seu primeiro *tramway*, a Companhia do Jardim Botânico inaugurou o processo infalível de expansão da cidade: o transporte eletrificado que iria ligar aos subúrbios amênos o centro velho e insalubre do Rio de Janeiro: projetou-a para as praias. A usina termo-elétrica de 62 kw da rua Dois de Dezembro foi o núcleo inicial de uma revolução técnica: a substituição dos combustôres de gaz pela "féerie" da iluminação total, dos lentos *bondes* de burro por aqueles carros velozes, da modestia de uma capital às escuras pelo esplendor da vida noturna, da concentração pela dispersão do povoamento urbano com a conquista dos arrabaldes⁽²⁾. Rasgou aquela empresa os túneis velho

(1) Aberta por Joaquim Eugénio de Lima, vd. ROLLA AZEVEDO FILHO, *Um pioneiro em São Paulo*, S. Paulo 1954.

(2) Ao Dr. Coelho Cintra, diretor do Jardim Botânico, diz C. J. DUNLAP, coube a glória de ter sido o realizador do primeiro sistema elétrico definitivo na América do Sul, para a substituição da tração animal, *Apontamentos para a história dos bondes no Rio de Janeiro*, p. 195, 1958. Também NORONHA SANTOS, *Meis de transportes no Rio de Janeiro*, I, 409, 1934. Em Paris experimentára-se a aplicação da electricidade nessa espécie de transporte. Os bondes "americanos", porem, foram pela primeira vez utilizados em Cleveland, em 1884.

(1892) e novo (1904) de Copacabana, onde a prefeitura ensaiou em 1898 os primeiros melhoramentos sistematicos; e com a unificação dos serviços de transportes pela Light and Power (poderosa organização canadense) começou para a cidade a era moderna. A usina de Ribeirão das Lages (1905-1908) deu-lhe fôrça necessaria (1) para a luz das novas avenidas (a vésperas da Conferencia pan-americana) e possibilitou a Exposição Nacional de 1908.

Propalou-se, que era a mais iluminada capital do mundo... De fato sofreu subitamente uma completa mudança, de fisionomia, circulação, costumes e mentalidade, cujo simbolo achamos no deslocamento da elegância urbana da rua do Ouvidor para a Avenida Central. Ó, como sonharam outróra a repleta, estreita, mediocre Ouvidor (2) os provincianos que a consideravam a artéria vital da politica, do pensamento, da pátria, com o luxo, o comício, a redação dos grandes jornais, a futilidade e a civilização... "O Brasil era o Rio; o Rio, a rua do Ouvidor" (3). E isto passa. Passou como as arruaças contra Osvaldo Cruz e como as sedições militares: a Idade nova transferiu-se para a desafogada Avenida apropriada a outra espécie de tráfego: o automóvel. É de 1906 esta maravilha (doze automóveis de aluguer) (4). Concorreu vitoriosamente com o *tilbury* — até aí o carro barato à mão da freguezia — em 1911, eliminou-o em 1917 (5). A sua buzina desperta a modorra burguesa: "Fon-fon" é o título da revista mundana de 1907.

(1) Lela-se o historico in AMANDO e ACHILLES DE OLIVEIRA FERNANDES, *A industria da energia eletrica no Brasil*, ps. 25-6, Rio 1958.)

(2) COELHO NETO, *A Capital federal*, p. 74, Rio 1895.

(3) AFRÂNIO PEIXOTO, *As razões do coração*, p. 222, Rio 1925.

(4) NORONHA SANTOS, *ibíd.*, II, 86.

(5) NORONHA SANTOS, *ibíd.*, I, 118. De 473 *tilburys* em 1866, o movimento caíra a 20 em 1917. É o automovel americano que prevalece.

Veste-se a Avenida com todos os estilos arquitetônicos: parece um mostruário acadêmico, a deslumbrar um povo estonteado⁽¹⁾, contente de ver no mesmo quarteirão o helênico, o renascente, o farfalhante “1900”, a placidez clássica da Escola de Belas Artes (Morales de los Rios), o teatral, das Exposições (palacio Monroe)... Pereira Passos fez o Teatro Municipal como a Opera parisiense, de Garnier, em ponto menor: e esse belo decalque encheu de orgulho a platéia fina, em 1909, quando, entre os bronzes e os marmores do monumento, o governo ouviu da cultura (foi orador Olavo Bilac) o elogio do seu arrôjo⁽²⁾. *Chalets, vilas normandas, palacêtes* torreados de um duvidoso gôsto de balneário concluem em 1918, quando Frontin abriu a avenida Atlântica — a moldura praieira de Copacabana, dotada, quatro anos depois, do seu hotel *palace*, modêlo do gênero. O *corso* de automoveis preconizado pelo cronista Figueiredo Pimentel (1909), Flamengo afôra, a refeição galante no fim de Botafogo (Pavilhão Mourisco), depois no Assírio (debaixo do Municipal), a *volta* das praias alvas, o obrigatório desfile da *avenida*, desatam em ostentação e graça a antiga timidez social, agarrada aos *cafés* e às esquinas do Rio histórico: e o desfiguram. Pois acabára a febre amarela, romperam-se as avenidas, alongava-se à luz a cidade renovada, viêssem visitá-la os estrangeiros ilustres! Viéram (como hóspedes do barão de Rio Branco, que dava às obras do prefeito Passos o competente rendimento cívico) Ferrero, Clemenceau, Tagore, Ferri, Anatole France, Doumer... Cantou Ruben Darío (1906):

(1) JOSEPH BURNICHON, *Le Brésil d'aujourd'hui*, p. 116, Paris 1910.

(2) LUIZ EDMUNDO, *Recordações do Rio antigo*, p. 167, Rio 1950.

“En Rio de Janeiro iba yo a proseguir . . .

.....

Ya no existe allá fiebre amarilla. Me alegro! (1)

Havia o pitoresco da natureza a que o progresso opunha a sua réplica oportuna: e uma febril imitação da Europa (até 1919) a que se seguiu (com a máquina e o “sport”, sobretudo o cinema) a da America do Norte. . . O Rio, civilizára-se!

(1) Epistola, *Poesias completas*, p. 831, Madrid 1952.

EPOCA DE PROGRESSO

O bloco.

A sucessão de Rodrigues Alves foi disputada por tres correntes formadas na lógica desse regime de pessoas e não de partidos: de Pinheiro Machado, chefe das combinações; do presidente da república, inclinado para Bernardino de Campos; de Ruy Barbosa, candidato da Bahia. Vendo que não seria aceito pelo governo, favoravel a outro paulista (Bernardino) resolveu Pinheiro ganhar a batalha politica dividindo São Paulo: e lançou com estrondo Campos Salles. Os estudantes, a opposição paulista, acolheram com entusiasmo a indicação, que, todavia, estava longe de reunir as forças necessarias. Julgava-se em Minas Gerais que o candidato devia ser de lá, e na Bahia o governador José Marcelino, rompendo hostilidades, se precipitára, apresentando Ruy. Houve na confusão um consenso, que a simplificou: repudiava-se geralmente a candidatura patrocinada pelo presidente. Negava-se-lhe o direito de intervir. Rodrigues Alves sentiu formar-se-lhe à volta o vazio. São Paulo, cindido pela manobra de Pinheiro, que atirara contra Bernardino de Campos o antigo chefe do Estado; Minas, com a autoridade proveniente de sua numerosa bancada, e já aí com francas disposições de reivindicação, em torno do conselheiro Afonso Pena, vice-presidente da república⁽¹⁾; e Ruy, como resultante popular da paixão

(1) Os mineiros, com Carlos Peixoto à frente, preferiram Francisco Salles presidente de Minas. Conta Eloy de Souza que, tendo levado a Pinheiro a impugnação do governo do Rio Grande do Norte (Pedro Velho)

despertada pela perplexidade dos grupos desavindos, só lhe restava o silencio. Percebendo que urgia a solução pacifica, José Marcelino mandou que os amigos na Camara, unidos em redor de Ruy, promovessem uma coligação (e assim se chamou a agremiação temporária) contra a candidatura inspirada pelo presidente, e a favor da que tivesse o apoio de Minas, o que era dizer, a favor de Pena. Desiludido, Campos Salles escreveu a Pinheiro, desistindo. Bernardino usou a mesma altivez⁽¹⁾. Desgostoso com a nova orientação bahiana, proclamou Ruy a sua renúncia⁽²⁾. E Pinheiro se apressou a declarar que o candidato de todos era Afonso Pena. Para a vice-presidencia, nome intermediario entre o sul e o norte, foi escolhido o fluminense Nilo Peçanha. Procurava-se, de um lado, a linha média, que apaziguasse a situação federal; do outro, o equilibrio, que atendesse aos melindres estaduais. A fórmula pareceu feliz; com a vantagem de eleger um estadista que, acima da intolerancia faciosa, desfraldava uma pacifica bandeira de trabalho. Seria uma administração intensiva, não um governo partidário. Nisto aquele venerando mineiro prosseguia a róta do paulista a quem sucedia: na realidade, separados pelas definições de origem (Rodrigues Alves, produto de uma *convenção* republicana, na linha sucesória dos presidentes paulistas, Pena candidato do "bloco", recomendado por um manifesto de antagonismo ao Ca-

a Campos Salles, ficou assente que sairia de Minas o candidato. Peixoto e João Pinheiro inclinaram-se para Francisco Salles, porem este, recusando, indicou Afonso Pena (CAIO NELSON DE SENA, *João Pinheiro da Silva*, p. 92, Belo Horizonte 1941). Foi firmado nesta doutrina — de que o presidente não devia ter candidato — que Bias Fortes, a cujo conselho Salles recusaria em favor de Pena, impugnou mais tarde o candidato d'este: David Cãmpesta.

(1) Desistiu Bernardino, candidato do partido dominante em S. Paulo, a 16 de Agosto de 1905 (vd. Tavares Pinhão, *Bernardino de Campos*, p. 96. Ribeirão Preto 1941. *Bloco*, nome francês, *bloc des gauches*, 1902. AFONSO ARINOS, *op. cit.*, II, 464, foi como se chamou a coligação.

(2) Todas as peripecias da candidatura de Ruy lançada por José Marcelino e do "bloco" por este inspirado, in MARIA MERCEDES LOPES DE SOUSA, *Ruy Barbosa e José Marcelino*, p. 77, Rio 1950. Praticamente, foi a situação bahiana quem deu a vitória à candidatura mineira.

tete) (1), se assemelhavam pela mentalidade, pelo sentido da ação, pelo gôsto do empreendimento, da reforma, da colaboração dos jóvens que déssem à prudencia da velhice o seu clarão de audácia.

A "politica" funcionava... Mas os acontecimentos de Mato Grosso e de Sergipe mostraram, nesse final de governo sério, que o país não progredira tão depressa como se imaginava. Acolá, estava-se em plena desordem.

Sucessos de Mato Grosso.

Vimos que, em 1892, Generoso Ponce, com as forças irregulares que levantára contra a insurreição dos quartéis, conseguiria restaurar com a vitória armada o dominio da legalidade. Em 1899, porem, cindira-se a politica estadual; e, desta vez, sem o apoio do presidente da Republica (de quem era poderoso ministro Joaquim Murтинho), fora vencido, e se exilára. Subiu ao poder o coronel Antonio Paes de Barros, cujos processos de coação e violencia levaram ao desespero os antagonistas, dividindo o Estado em partidos cheios de ódio. Generoso Ponce revoltou-se a 6 de Maio de 1906, em Corumbá, com 500 homens, desembarcou aquem das defesas de Cuiabá, onde o governador se fortalecera com a guarnição federal, e, unindo-se a contingentes de toda parte, que accorreram ao seu encontro, num total de 4 mil combatentes, estreitou um cêrco irresistivel (2).

(1) Vd. documentos cit. por MARIA MERCEDES LOPES DE SOUSA, *op. cit.*, p. 97 e segs. Vd. tambem SERTORIO DE CASTRO, *ibid.*, ps. 217-9, CÍRO SILVA, *Pinheiro Machado*, ps. 128-9. Ruy, em carta a Azeredo, 19 de Abril de 1905, rebelára-se contra o lançamento do nome de Campos Salles por Pinheiro, *Correspondencia*, p. 151. Joaquim Murтинho, no discurso dito no banquete oferecido a Afonso Pena, salientou a vitória da tese, de que o presidente não tinha o direito de fazer successor (e em 1929 Lindolfo Collor — discurso de 20 de Setembro — recordou estas palavras (*Aliança liberal*, p. 59. Rio 1930).

(2) GENEROSO PONCE FILHO, *op. cit.*, p. 405.

Manobrou Ponce a fim de isolar a força federal, cujo comandante, o coronel Carneiro da Fontoura, decidiu, nessa emergencia, manter-se neutro; e, à noticia de que a brigada contra ele enviada pelo governo da República, sob a chefia do general Dantas Barreto — incumbido de garantir o governo do Estado — já estava em Corumbá, apressou o ataque. Lançou-o com tal vigôr, que Paes de Barros — a 1 de Julho — fugiu de Cuiabá. No dia inmediateo o chefe revolucionário fez a sua entrada triunfal. Cinco dias depois uma escolta, que seguia o trilho do governador depôsto, o surpreendeu na mata de Coxipó: e matou-o (1). Duplo desbarato sofrêra com isto a politica de Rodrigues Alves: fracassára no socôrro à autoridade; e foi impotente para vingá-la. De fato, Dantas Barreto, que, se tivesse chegado a tempo, atuaria como agente da União para pacificar o Estado, nele intervindo, se contentou em observar o sucedido, de que deu ampla noticia num livro denso (2). O Congresso, a quem o presidente “sugerira” decretasse a intervenção, desandou em considerações protelatórias, a que juntou Ruy, no Senado, a opinião convincente. A batalha politica foi ganha pelo senador Azeredo, ali o principal amigo de Ponce. Intervenção justificar-se-ia, mas para restabelecer a ordem: e esta fôra restaurada. Assumira o governo acéfalo com a eliminação do titular, o 1.º vice-presidente. Quanto aos crimes, conhecesse-os a justiça... Em consequencia, foi arquivado o pedido de intervenção — com muitas palavras de elogio ao direito de revolta, razão velha dos povos cansados de sofrer (3)!

(1) GENEROSO PONCE FILHO, *op. cit.*, p. 410. Exclui-se a culpa dos chefes vencedores, porque o crime se deu no imprevisto de uma sortida, ignorando a escolta de “provisórios” que atrava em Antonio Paes de Barros.

(2) DANTAS BARRETO, *Expedição a Mato Grosso*.

(3) GENEROSO PONCE, *ibid.*, cap. XVI (“A intervenção frustrada”). Explicou Ruy, respondendo em 1913 a João Luis Alves, que se opuzera ao pedido (constante da mensagem presidencial) para a apuração de responsabilidades mediante intervenção federal, com a nomeação de inter-

O braço do Poder federal chegou mais depressa a Sergipe... Em oposição ao presidente do Estado, Guilherme Campos, e ao padre Olímpio Campos, o coruscante tribuno Fausto Cardoso decidiu pô-los abaixo: e a 10 de Agosto de 1906, com a multidão, que o seguia, os obrigou a abandonar o palacio. Homiziaram-se na torpedeira "Gustavo Sampaio". Do Rio, foi ordem para que o general Firmino Rego, com o 9.º e o 16.º de infantaria, repuzesse a autoridade. Indignado, Fausto protestou: morreria, defendendo a honra de sua terra. Afrontou, nas escadas do palacio, a tropa; e caiu varado por terceiro tiro (1).

Neste episodio vibra tardiamente a nota romântica, das insurreições populares do ciclo que se encerrára com os motins de 1904.

Convenio de Taubaté.

No campo economico outra revolução rebentava: manipulada, porem, pelo governo. O *convenio de Taubaté*, firmado em 26 de Fevereiro de 1906 pelos presidentes de S. Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro (Tibiriçá, Francisco Sales, Nilo Peçanha). Valorizava o café. Atribuindo-lhe a crise à oferta livre, resolveram sustentar-lhe o preço pela retenção dos *stocks*, de modo a ir a exportação correspondendo às necessidades do consumo: e onerada de uma sobretaxa de 3 francos por

ventor (*Comentarios à Constituição federal*, ed. de H. Pires, I, 104, S. Paulo 1932). Pela primeira vez se falava de interventor (Vd. ERNESTO LEME, *A intervenção federal nos Estados*, p. 201, S. Paulo 1930 e PEDRO CALMON, *A intervenção federal*, p. 119, Rio 1936). Fausto Cardoso, na Camara — o que não deixa de ser curioso — defendera a intervenção e o interventor, que deverin cumpri-la (CARLOS MAXIMILIANO, *Coment. à Const. Bras.*, ps. 196-7).

(1) MARIO CABRAL, *Roteiro de Aracajú*, ps. 254-5, Aracajú 1948. Vd. JOÃO LUIS ALVES, *Trabalhos parlamentares*, p. 58, Rio 1923 (parecer da Comissão de justiça da Camara favoravel à intervenção federal, conforme consulta do governo); A Arinos, *op. cit.*, II, 517.

saca, que pagaria juros e amortização do capital indispensável ao custeio dessa manobra⁽¹⁾. Uma novidade que abalou a economia liberal: intervinha o Estado na lavoura e no commercio, limitando-os estatisticamente; de forma empírica, é certo, mas já em nome do principio inédito da extensão do poder público à fazenda, ao armazem, ao negocio... Aquilo era espantoso: e simples. Só mais tarde se chamaria *dirigismo*⁽²⁾. Tinha um precedente: a ação do governo russo contra a especulação alemã do trigo...⁽³⁾. O Estado de S. Paulo (com garantia federal) levantou na Europa o empréstimo de 15 milhões esterlinos: e “estabilizou” a cotação do café. Teria sido um desastre, se as safras subsequentes não fossem pequenas, reduzidas pelas geadas...⁽⁴⁾ Mas o Estado assumira uma posição ousada de defesa do “principal produto”: e dela não desistiria.

A boa diplomacia.

O exito da *valorização* do café nos meios financeiros da Europa⁽⁵⁾ (Sielcken, de Hamburgo, Schroder, de Lon-

(1) Vd. documentação in MIGUEL CALMON, *Factos Economicos*, p. 370, Rio 1913. O plano fôra de Alexandre Siciliano. Sobre o episodio, AFONSO D'E. TAUNAY, *Pequena historia do café no Brasil*, p. 295 e segs., Rio 1945.

(2) Lela-se RENÉ GONNARD, *Histoire des doctrines économiques*, p. 484, Paris 1947. Observa HENRY WILLIAM SPIEGEL, “with these mesures Brazil assumed the role of in the field of raw material control”, *The brazilian economy*, p. 172, Philadelphia 1949. O congresso cafeeiro de paises produtores reunido em 1902 em New York tinha estabelecido um “cartel de preços” analogo ao que se creou em Taubaté, Andres Sprecher von Bernegg, *Plantas tropicais e sub-tropicais na economia mundial*, p. 308, Rio, 1938.

(3) Parecer da comissão de finanças da Camara (Serzedelo Correa), 16 de Nov. de 1908, *Documentos parlamentares, Valorização do café*, II, 5, Rio 1915.

(4) MIGUEL CALMON, *op. cit.*, p. 175. Realmente os preços subiram em 1911-12 de 238% sobre os de 1907-8, Von Bernegg, *op. cit.*, p. 308. “Com isto o primeiro negócio da valorização foi bem sucedido”. Justifica-o H. E. JACOB, *Biografia del caffè*, p. 324, Milano 1936.

(5) H. E. JACOB, *Biografia del caffè*, p. 327.

dres) não corre por conta apenas do interesse mundial pela mercadoria. Exprime a confiança que conquistára o Brasil no mercado externo, menos pelas exportações, cujo ritmo lhe atestava o enriquecimento, do que pela diplomacia, forte e sábia. Insistimos em dizer: estava-se no tempo do prestígio internacional pelo pêso estatístico das armas, pelo fulgôr protocolar das embaixadas, pela arrogancia dos impérios em plena expansão, isto é, em irritada concorrência (de que os episodios de Fachoda e Tanger eram explosões sentimentais)⁽¹⁾; e valia, no conceito internacional, a potencia que falava alto, repelia a cobiça estrangeira, deitava ao mar uma bela esquadra, manobrava com vistosas legiões, e seduzia o capital sem pátria. Homem desse clima, Rio Branco a ele se adaptou com esplêndida naturalidade: até porque a sua idéia de defesa nacional (obsessão patriótica da sua politica) coincidia com o espírito da epoca. Tinha a nitidez do "sistema". O do Brasil na monarquia (e ninguem melhor o justificou, continuador devoto da obra do visconde seu pai) se concentrára no apóio dado às republicas vizinhas, para manterem a sua independencia, enquanto definiamos no mapa e no terreno, por bem ou por mal, a vaga linha fronteira. A amizade das côrtes européias e a distância dos Estados Unidos nos ajudaram, ou pelo menos não nos perturbaram a tarefa. Na república o "sistema" se apegou a outra doutrina: a de Monroe. Não foi um simples comprimento, o nome que Rio Branco pôs no palacio da Avenida, cópia do pavilhão brasileiro da Exposição de São Luiz (1904) — *Palacio*

(1) É quando o imperialismo colonial (digamos com Hauser) se integra no nacionalismo. Em 1898 pouco faltou para ingleses e franceses se baterem no alto Nilo (Fachoda): cederam estes (vd. GEORGES HARDY, *La politique coloniale et le partage de la terre*, p. 242, Paris 1937; L. GENET, *L'Europe contemporaine*, p. 457, Paris 1951). O imperador da Alemanha desembarcou em Tanger (1905) manifestando o seu interesse pelo "contrôle" marroquino: quasi a guerra com a França... Esta porem já se allára à Inglaterra e ia formar com a Russia a Triple Entente, em clara prevenção da luta, prevista e imensa.

Monroe. Colocou-se espertamente ao lado dos Estados Unidos na fase decisiva do novo “manifest destiny” — quando precisavam eles, malquistos em tese com os povos hispânicos pela guerra de Cuba, pela anexação das Filipinas e de Porto Rico, de um sólido amigo na América latina (1). Vimos de que serviu essa aliança no caso do Acre. Funcionára tacitamente em 1893, em 1895, em 1899; e o proprio Rio Branco dela conservava — com o laudo de Cleveland na questão de Missões — uma profunda impressão. Explorou-a sagazmente. Tornava o Brasil invulneravel quanto aos demais continentes; e em face dos latino-americanos, singularmente forte. Esta tranquilidade transparece na contenda com o Peru (a respeito do Alto Purús e do Alto Juruá), a mais grave depois da querela boliviana: e se lhe estende à politica exterior até 1914.

Questões terminais.

Originou-se a pendencia com o Peru da invasão daqueles rios pelos “caucheros” — em 1902 — lá estabelecidos como em terra conquistada. Protestando, recusou-lhe o Itamarati a participação nas negociações com a Bolivia — em que não cabia terceiro; e assinado o *tratado de Petropolis*, exigiu a retirada dos invasores. Só conheceria as suas razões depois disto. Condescendia na arbitragem: contanto que precedida da exhibição dos titulos de dominio... (2) Vários batalhões foram então

(1) Leia-se sobre o novo imperialismo americano, SAMUEL FLAGG BEMIS, *La diplomacia de Estados Unidos en la America Latina*, trad de T. Ortiz, p. 133, México 1944. Quanto à opposição de teses, em 1904, *pan-americanismo e pan-iberianismo*, DUNSHEE DE ABRANCHES, *Brazil and the Monroe doctrine*, p. 62, Rio 1915.

(2) AIVARO LINS, *Rio Branco*, p. 456.

remetidos para a remota região⁽¹⁾; e como as armas peruanas eram importadas através do Amazonas, Rio Branco decidiu interceptá-las, embora esta violência pudesse precipitar a luta. Mandou que fosse desembarcado o material bélico do vapor que o levava para Iquitos — alegando tratar-se, não de represalia, mas de segurança; e assim — indo ao encontro da guerra para a evitar — forçou a conversação amigável. Realmente seccionara a artéria vital da resistencia peruana em tais confins. Concordou-se no Rio (o ministro Hernán Velarde e Rio Branco) em eliminar o dissidio pelo retôrno puro e simples à convenção de 1851 (a fronteira declinando do Javari para o paralelo 11) com a provisoria neutralização da zona disputada. Se só se firmou em 1909 o tratado final, a demora deve-se ao Itamarati, interessado em esperar o desfêcho da questão do Perú com a Bolivia arbitrada pela Argentina⁽²⁾. Entretanto acertou com o Equador (6 de Maio de 1904) reavivar a linha ajustada em 1851 em Lima (na dependencia, é certo, do resultado do seu litigio com o Peru⁽³⁾); definiu a da Guiana holandêsa (5 de Maio de 1906), cerrando-lhe, pelo espigão do Tumucumaque, a bacia amazônica; esclareceu com a Colombia (24 de Abril de 1907) a divisoria pelo Apoporis-Capurú-serro Caparro e rio Negro, até a pedra do Cucuí, famosa pelo desterro de 1893; e culminou emocionalmente a politica afetuosa com o Uruguai, instalando-o no condominio da lagôa dos Patos e do Jaguarão⁽⁴⁾. Com o Chile apertou laços cordiais (mais vivos

(1) EUCLIDES DA CUNHA, *Contrastes e confrontos*, p. 415, fala da "feição gravíssima" da "guerra iminente", achando errado o envio de tropas para o Purús. As dificuldades militares desse movimento iriam inspirar, como diremos, a renovação do exército no governo de Afonso Pena. Valia a experiência...

(2) EUCLIDES DA CUNHA escreveu *Peru versus Bolivia* (2.ª ed., Rio 1939).

(3) DUNSIER DE ABRANCHES, *Rio Branco e a politica exterior do Brasil*, II, 248.

(4) Vd. H. D., *Ensayo de história patria*, p. 796, Montevideo 1923.

com a reciproca visita de navios de guerra, acolhidos entusiasticamente lá e aqui). Contou na Argentina com a compreensão generosa de Saenz Peña (na coerência de sentimentos de Mitre e Roca): e, se esbarrou em 1908 com a hostilidade amarga de Estanisláo Zeballos, no incidente do “telegrama n.º nove” — a que aludiremos — não foi dele a culpa. Era desavença antiga desdobrando-se em tardios alarmes...

Tres sucessos brilhantes marcaram o periodo: o cardinalato obtido para o arcebispo do Rio de Janeiro (1905), a elevação da legação em Washington à categoria de embaixadas, para Joaquim Nabuco (1); a 3.ª conferencia pan-americana, que em 1906 se realizou com raro esplendor na capital saneada, limpa e refeita.

Pan-americanismo.

Nos ultimos anos do império desejára o governo brasileiro ter o primeiro cardeal da America do Sul. Suspensa a respectiva negociação com a república — filosoficamente distante da Igreja nos seus primeiros anos — retomou-a Rio Branco, e conseguiu de Pio X a purpura para Dom Joaquim Arcoverde, arcebispo do Rio de Janeiro. Nada faltava ao prelado para esta dignidade, siquer, com a tradição de familia, a imponente presença, a que o prestigio do seu governo ecclesiastico bem exercido dava certa grandeza principesca. Rio Branco fez-lhe um aparatoso acolhimento, para marcar a alegria do Estado por essa elevação, e concorreu para lhe construir o palacio — em logar da velha residencia archiepiscopal do môro da Conceição — na Gloria, onde fôra o ministerio de estrangeiros. Esse chapéo cardinalicio era, sem duvida, um argumento de superioridade; e de amaveis

(1) Vd. HERTOR LYRA, *Historia diplomatica e politica internacional*, p. 140 e segs., Rio 1941.

relações com a Santa Sé. Incluía o Brasil no Sacro Colégio — em nome de uma parte da Cristandade até aí silenciosa e ausente das pompas romanas; recomendava-a à atenção universal.

Tudo contribuiu para a importancia da Conferencia pan-americana em 1906,⁽¹⁾ até, prelúdio inesperado, o conflito teuto-brasileiro da *Panther* (a famosa canhoneira do incidente marroquino) em Itajaí.

Foi em Dezembro de 1905. Para os que criam, como Sílvio Roméro, no *perigo alemão*, a visita aos portos do sul daquele navio do Kaiser constituía um grave sintôma. Houve unanimidade de protestos, porem, ao se saber que, em Itajaí, por ter desertado um marinheiro, o comandante puzera em terra um pelotão armado, para capturá-lo. Violou a soberania! O desembarque — esclareceu-se — não fôra para prender ninguem, sómente, para tomar informações... Mas o clamôr da imprensa induziu o Itamarati a pedir tres navios de guerra, que obrigassem a *Panther* a entregar o desertor, se realmente o levasse a bordo. Ao ministro alemão que lhe falou do risco disto, respondeu Rio Branco (certo da solidariedade norte-americana): Pois que seja a guerra, se desgraçadamente fôr necessário!⁽²⁾ Não foi; o governo de Berlim deu plenas satisfações; não houvera prisão em terra, pelos marujos da canhoneira; e tudo acabou em cortezias. Mas realçava o apôio dos Estados Unidos; popularizava-os. Porque em 1899 desistira o governo francês de mandar força para o Amapá?⁽³⁾ Porque quatro anos antes tão

(1) A apologia dessa politica foi feita em termos semi-místicos por ARTUR ORLANDO, *Pan-americanismo*, p. 41, Rio 1906: organizaria a vida economica como em dado momento o cristianismo organizou a vida religiosa internacional...

(2) Alvaro Lins, *ibid.*, p. 517. O desertor apareceu seis meses depois em Buenos Aires. Leia-se tambem Raul Rio Branco, *Reminiscencias do barão do Rio Branco*, p. 105, Rio 1942.

(3) OCTAVIO BRITO, *O Monroismo e a sua nova fase* cit. por João Cabral, *Soc. Bras. de Dir. Intern.*, anuario de 1934-35, p. 21) Não se esqueça que a Alemanha desgostára os Estados Unidos com a simpatia pela Espanha na guerra de Cuba, ao tempo em que deles se acercava a Inglaterra renunciando às intervenções armadas no continente.

facilmente terminou a usurpação inglesa da Trindade? Tinha razão o chanceler: o seu embaixador em Washington lhe defendia “às maravilhas a politica americana” — em cuja honra a Conferencia se realizou com efusivo otimismo (1). Reluzente e breve.

Com efeito, o auxilio da grande democracia não bastava: tinha o Brasil de aparelhar-se para os encargos dessa posição internacional ostentosa e cara, que Rio Branco lhe asseguráva com a sua diplomacia *sistemática*; e precisava de marinha, exercito, industria de guerra, sobretudo espirito marcial. Em 1908, este foi o pensamento dominante.

(1) A primeira manifestação americanista de Rio Branco foi em 1903, quando o ministro argentino Drago formulou a *doutrina* contra a cobrança pela força de dívidas internacionais (caso da agressão a Venezuela): ficava com o pensamento dos Estados Unidos (telegrama de 18 de Março, cit. por ALVARO LINS, *ibid.*, p. 490). Era o começo de sua vitória sobre o *Bolivian Syndicate*, que aniquilou a péso de dinheiro — com a benevolencia do State Department.

A ADMINISTRAÇÃO DE
AFONSO PENA*Acima dos grupos.*

Eleito presidente, quis Pena, numa longa viagem marítima, conhecer as necessidades dos Estados, visitando-os. Inaugurou o costume da excursão dos candidatos, não para cortejar o eleitorado, mas para vêr com os seus olhos as condições do país: e com isto o impressionou bem. Escolheu os auxiliares fóra das imposições partidárias, tendo o cuidado de declarar, no banquete, em Belo Horizonte, qué lhe propiciou a definição, que a politica seria feita por ele (1). É como se acrescentássemos: deixára de lado Pinheiro, com a sua tutela e a sua pureza “republicana”. . . Separaram-se realmente antes da posse do presidente, naquele 7 de Setembro de 1906 — quando em Belo Horizonte, com Pinheiro Machado, se uniram os principais vultos da situação mineira para festejar a ascensão de João Pinheiro ao govêrno do Estado. O chefe riograndense falou (pensando no programa renovador de João Pinheiro) da arregimentação dos responsáveis pelo regime num grande partido nacional. Esquecia-se nêsse apêlo aos propagandistas e apóstolos da República, da condição de antigo monarquista do conselheiro Afonso Pena: e este, ou porque lhe tomasse o discurso como um desafio, ou porque na verdade repudiasse a idéia de um partido (naturalmente acaudilhado pelo senador gaúcho) acima da sua autoridade, não

(1) SERTORIO DE CASTRO, *op. cit.*, p. 225.

perdeu o ensêjo de explicar, veemente: os presidentes colocam-se por sobre os grupos, obedientes apenas à sua consciência... (1) Cruzavam espadas: de uma banda a tese do partido ideológico (de Glicério), a limitar o dirigente; da outra, a sua ditatorial independência (de Prudente a Rodrigues Alves). Venceu evidentemente a teoria presidencial. A pasta da fazenda foi para o mineiro David Campista, um dos melhores talentos do Congresso (2), a da justiça para o riograndense do norte Tavares de Lira, de invejável cultura, a da viação — preponderante, pelos projetos de grandes obras — para o jovem baiano Miguel Calmon (3). Continuou no Itamarati Rio Branco; coube o ministério da guerra ao marechal Hermes, disciplinado comandante de 1904; e a da marinha ficou com um veterano de 93, Alexandrino de Alencar. A roda do conselheiro os colaboradores moços, estalando de entusiasmos arrogantes, tiveram por alcunha a mais amavel das ironias: “jardim da infancia”. Exultava, com a sua compostura veneranda de antigo ministro da corôa, entre os doutôres adolescentes... Um dêles, o primeiro do grupo, se avantajava pela palavra fascinante, no prestígio raro de uma carreira triunfal: Carlos Peixoto (4). Os outros, eram Campista, Gastão da Cunha, João Luís Alves, Estevão Lobo, João Pandiá Calogeras, Miguel Calmon, os gaúchos Pedro Moacir e James Darcy (5). Reunidos formavam menos um jardim

(1) DANIEL DE CARVALHO lembra o episodio em art. do *Diario de Noticias*, Rio, 24 de Out. de 1954: “Pinheiro Machado em Minas Gerais”.

(2) Destacou-se Campista na defesa da Caixa de amortização, “monumental”. PEDRO RACHE, *Homens de Minas*, p. 124, Rio 1947. Sobre o seu perfil parlamentar, vd. ANTONIO GONTIJO DE CARVALHO, *Ensaio biográficos*, p. 153, S. Paulo 1951.

(3) A nomeação do ministro balano de 27 anos serve de exemplo à independência com que Pena organizou o gabinete, resistindo à politica dos Estados que bafejava os respectivos “leaders”, cf. MARIA MERCEDES LOPES DE SOUSA, *op. cit.*, e *In Memoriam, Miguel Calmon, sua vida e sua obra*, p. 30, Rio 1936 (livro de nossa autoria).

(4) ANTONIO GONTIJO DE CARVALHO, *Ensaio biográficos*, p. 179.

(5) *Jardim da infancia*, apelido dado por Augusto de Freltas, discurso na Camara, 20 de Maio de 1907. A. Arinos, *ibid.*, II, 481.

do que um acampamento espartano: temperavam nas tertúlias literárias as armas que derrubariam Pinheiro; o seu alvo era, desenganadamente, o "caudilho". E a esperança: João Pinheiro.

Veremos como um imprevisto e um erro — a morte prematura do presidente mineiro e a intenção de Afonso Pena de se fazer suceder por seu ministro da fazenda — subverteram esse quadro jubiloso, que durou o tempo de uma primavera...

Estradas.

A administração de Afonso Pena levou avante o plano de obras de Rodrigues Alves, mas num ritmo em que, pela primeira vez, se encontra a visão global da economia brasileira. Deixou de considerar os problemas no quadro regional e os encarou em conjunto, a começar pela viação, destinada a cobrir, com a rede de trilhos, as linhas vivas da unidade do país. Devia-se ligar à bacia do Prata o São Francisco, pela combinação das estradas do Rio a São Paulo (Central do Brasil), São Paulo-Rio Grande, Passo Fundo ao Uruguai; e levar a Central a Pirapora, pôrto fluvial do nordeste. Completada a comunicação do Rio a Vitória, cogitava-se de prolongar a rede da Bahia, tanto para o Espírito Santo como para Pernambuco (a Great Western), aumentada com o trêcho de Timbó-Propriá: o circuito litorâneo. Outras linhas conjugadas serviriam ao Rio Grande do Norte, ao Maranhão (São Luiz-Caxias), ao Ceará (Sobral e Baturité, a Minas Gerais (Sabará-Santana dos Ferros, Oeste de Minas), a São Paulo (Faxina-Itararé e Paranapanema)... Sem a Noroeste, de Baurú a Corumbá, a integridade nacional continuaria à mercê da situação do Prata. Urgia prender o Mato Grosso à civilização costeira pela ferrovia que alcançasse, o mais cedo possível, a

Bolivia: a Grande Leste-Oeste⁽¹⁾. Preconizada nos planos de Honorio Bicalho (1881), Bulhões (1882), André Rebouças (1890), indicada como obra inadiável pelo Club de Engenharia em 1904, iniciada no ano seguinte, lhe deu o ministro Calmon o ímpeto decisivo. Rasgava o itinerário de penetração destinado a retificar os rumos do povoamento histórico, atirando para a fronteira esse vínculo de aço.

Desdobrou-se a ação do governo na conquista do oeste, até o Amazonas, pela rede telegráfica, sob a direção do coronel Candido Rondon, que, em 1891, com Gomes Carneiro, a tinha levado para leste de Mato Grosso⁽²⁾. Voltando àqueles sertões para devidamente os reconhecer, conciliando com a civilização o gentio hostil, o grande explorador se transformaria em protetor humanitário e intransigente dos índios — na vastidão da *Rondonia*⁽³⁾. Urgia dotar o país de portos acessíveis e equipados, dando ao Recife, à Bahia, a Belem, a Vitória, ao Rio Grande, instalações análogas às de Santos⁽⁴⁾, do Rio de Janeiro⁽⁵⁾. Fizeram-se rapidamente essas obras vitais. Foi particularmente útil o entusiasmo da administração no “povoamento do solo”, cujo serviço (dirigido por Gonçalves Junior) registou médias de entrada de estrangeiros jamais superadas, antes e depois, e fundou cerca de vinte núcleos florescentes... Outros serviços do período foram o de Estatística (sob a direção de Bulhões), e Geológico (Orville Derby), a propaganda economica no

(1) Vd. EUCLIDES DA CUNHA, *A margem da história*, ps. 189-8, Porto 1922; *In memoriam, Miguel Calmon*, p. 40; FERNANDO DE AZEVEDO, *Um trem corre para o oeste*, p. 308 e segs., S. Paulo 1950.

(2) Vd. ROQUETE PINTO, *Rondonia*, 3.^a ed., p. 53 e segs., S. Paulo 1935; AMILCAR DE MAGALHÃES, *Impressões da comissão Rondon* (com o histórico das expedições), Rio; *Missão Rondon, apontamentos sobre os trabalhos realizados pela comissão de linhas telegráficas...*, Rio, 1916.

(3) Nome proposto por Roquete Pinto, em 1915 (zona entre os rios Juruena e Madeira), *op. cit.*, p. 17.

(4) Vd. ALFREDO LISBOA, *Portos do Brasil*, in *Dicionario do Inst. Hist. e Geogr. Bras.*, 1922, I, 560 segs.

exterior (Paula Ramos e Vieira Souto). Tratou-se de melhorar o abastecimento d'água ao Rio de Janeiro (a cargo de Sampaio Correia) — sem o que ficaria inconclusa a tarefa de Osvaldo Cruz — e de acabar com a malária na baixada fluminense (Carlos Chagas e Artur Neiva).

Completava o programa financeiro de David Campista esse acêrvo de empreendimentos — com a sua fidelidade à moéda sã. Manter-se-ia estavel o câmbio, com as emissões lastreadas, se, para lhes assegurar o mecanismo, funcionasse, autônoma, a Caixa de Conversão. O eloqüente ministro bateu-se esplendidamente por esta idéia: e, com a Caixa, se imobilizou a taxa cambial (6 d.), normalizou-se o serviço de amortização e juros da dívida externa; cresceu o crédito público⁽¹⁾. Mas (protestou Leopoldo de Bulhões) “importava no abandono da política financeira... que tinha contribuído para a situação belíssima que atravessávamos então”: e redundaria num desastre, quando, com a reforma de 1910, fôsse autorizado o aumento da capacidade emissôra da Caixa, coincidente com o “deficit” orçamentário constante (a partir de 1908), a transformação dos saldos-ouro em papel, a superabundância deste...⁽²⁾

“Rapidamente vingou a doutrina das grandes promessas aos grandes serviços”.

Comemorava-se, a 28 de Janeiro de 1908, o centenário da abertura dos portos. Idealizou o ministro da viação (conterrâneo de Cairú) uma *exposição nacional*, à semelhança das de 1861 e de 1874: mas de proporções impressionantes. Localizou-a, com os seus floridos pavimentos,

(1) Creou a Caixa de Conversão a lei n.º 1.565, de 6 de Dez. de 1906. Vd. a crítica de Leopoldo de Bulhões, in AUGUSTO DE BULHÕES, *op. cit.*, p. 354.

(2) Combatendo a criação da Caixa, lembrava Bulhões o erro de se aplicar o fundo de garantia do papel-moéda (lei de 1899) em fundo de resgate, que valorizava indiretamente o meio circulante. Deslastrava as emissões, a que o Governo recorria em face dos seus gastos excessivos que consumiram, além disto, em quatro anos, empréstimos no valor de 60 milhões esterlínos. O custo do progresso!

lhões, na Praia Vermelha: e para esse bairro fulgurante atraíu a atenção deslumbrada do país. O *Rio civilizára-se*: e a economia brasileira — ali exibida — não lhe ficava atrás. . .

A paz de Haia.

Efetúara-se por esse tempo na Haia a conferencia internacional promovida pelo tzar, em que os plenipotenciários conversaram, com exuberancia de téses, sobre a paz permanente. Consequira Rio Branco que Ruy Barbosa, na chefia da delegação brasileira, levasse a tão alto congresso (o primeiro desta natureza a que o Brasil comparecia) a lealdade das nossas intenções. O realce que ali teve o Brasil deve-se à eloquencia do embaixador, que se impôs como figura excepcional; e a sua firmeza — opondo-se a tudo que fôsse hegemonía e prepotencia, descobre, na penumbra, a decisão formidavel de Rio Branco. Não é licito separá-los, senão no que ha de pessoal no fulgôr do desempenho: Ruy cumpriu as instruções quotidianas do Itamaratí, vigilante na reivindicação de um lugar digno para o Brasil, irritado com a humilhação que se lhe pretendia infligir, qualificado como potencia de quinta categoria na organização do Tribunal de Presas, ainda mais indignado com a atribuição à América latina de um unico posto na Côrte Permanente de arbitramento, em que os países de primeira classe tinham cada qual a sua cadeira. . . (1) Ruy ficou só, na recusa da composição do Tribunal de Presas; mas dirigiu a revolta das nações pequenas, encabeçando as sul-americanas, contra a segunda iniquidade. Rio Branco telegrafou-lhe: “O Brasil não pôde ser desse numero. . . Agora que não mais podemos ocultar a nossa divergencia, cumpre-nos tomar

(1) Vd. ALVARO LINS, *Rio Branco*, II, 563; LUIZ VIANA FILHO, *A vida de Ruy Barbosa*, p. 337 e segs.

aí francamente a defesa do nosso direito e do das demais nações americanas" (1). Isto fez soberbamente, abalando a assembléia com a sua dialética (2), deixando-a prevenida do seu "veto" — que seria o veto irreduzível à desigualdade jurídica dos Estados. Com esta atitude heroica impediu (e foi o Brasil que impediu) se formasse a Côrte internacional com privilegiados e satélites, ao sabôr dos imperios... A Conferencia limitou-se a sugerir o tribunal, deixando de lado a questão da nomeação dos juizes e respectivo rodizio. Reconheceria Gabriel Hantaux: "A la conferènce de la Haye, ce sont les representants des républiques sudaméricaines et notemment du Brésil qui... ont positivement pris la tête de la pensée humaine" (3). E Léon Bourgois: que podendo aliar-se aos grandes, preferiu ficar... "o igual de Nicaragua, o igual de Honduras, o igual de Sião" (4). Não importava: o essencial era essa confiança nos princípios, esse público repúdio dos "consorcios" de força, em prejuizo da ordem universal! (5)

Dito isto no Riderzaal, na verdade quem menos acreditava na sua sinceridade, por parte dos Estados poderosos, era o Brasil, desarmado, despido de estrutura militar que lhe merecesse o nome, a tentar refazer a esquadra, sem dinheiro para maiores iniciativas.

Fortalecer para substituir.

Em meio dos confusos problemas internos, do choque entre a mentalidade progressista e a rotina, convalescendo

(1) ALVARO LINS, *ibid.*, II, 565; VIANA FILHO, *ibid.*, p. 342; de RUY, *A conferencia de Haia, dois autografos*, ed. da Casa de Ruy Barbosa, Rio 1952.

(2) Sobre o duelo verbal de Ruy e Martens o prestigioso delegado russo, vd. ALBERTO d'OLIVEIRA, *Memorias da vida diplomatica*, p. 80, Paris-Lisboa 1926.

(3) *La guerra des Balkans et l'Europe*, p. 385, Paris 1914.

(4) Citado por RODRIGO OCTAVIO, *Minhas memorias dos outros*, nova série, p. 313.

(5) Vd., de RUY, *Novos discursos e conferencias*, p. 286.

as finanças da ultima crise e instavel o governo, com o apóio inseguro das oligarquias estaduais, o vulto que supera o pessimismo e a indiferença das ruas é, maciço, tranquilizador, o de Rio Branco. Concentra a politica de revigoramento e defesa da pátria; resolve-lhe as questões de limites (“deus Términus”, chamou-lhe Ruy); aconselha o rearmamento de terra e mar, dando-lhe uma ênfase grave; eleva o “prestigio” da república a niveis sómente atingidos pela monarquia em 1852, em 1871.

Por ocasião do incidente com o Perú (1904) expuzera o ministro general Argolo a penúria em que, desorganizada, se desmanchava o exercito. Mal se reerguera da decadencia em que a guerra de Canudos o surprendera (quando o marechal Bittencourt lhe dera um esbôço de serviço de intendencia) e já a inquietação politica, a escassez de material, a falta de tudo como que lhe apagava o entusiasmo militar. Reação análoga — contra esse estado de cousas — enervou a marinha com a administração do almirante Alexandrino. Rio Branco exagerou — quanto à marinha. Aconselhou a encomenda, não dos cruzadores médios do plano de Júlio de Noronha, mas de “dreadnoughts” que fôssem os maiores do mundo... O excesso era bem dele, na sua propensão pelo brilho d’armas (que não se cansára de historiar no passado), pelo fulgôr das gloriosas aparências, em quadros decalcados da vangloria das nações europeias... Tinha porem um fundo de severa sabedoria: ou teriamos a *ordem armada*, ou, na fraqueza de um pacifismo prematuro, a humilhação e a decomposição — dos países indefesos. Podia lembrar o pequeno caso da *Panther* — com os nacionalistas medrosos de outra irrupção imperialista (1).

(1) Leia-se, de 1914, FULLETON, *Problems of power*, ps. 246-7, sobre a possível partilha das influências entre a Alemanha, a Inglaterra e os Estados Unidos. No prefácio a A. CHÉRADAME, *O Plano pangermanista desmascarado*, p. XX, Paris 1917, cita Graça Aranha o Discurso do

Mas os argumentos pairavam no ar, com a nevrose de uma guerra geral suspensa, iminente e incalculavel.

Vozes guerreiras.

A administração do ministro da guerra, marechal Hermes, foi intensa e movimentada. Pediu ao Congresso a lei de alistamento e sorteio militar (n.º 1860, de 4 de Janeiro de 1908); organizou as grandes unidades e os seus quadros, incluindo o de intendentes; criou numerosas outras (metralhadoras, artilharia de posição, a cavalo e mixta, esquadrões de trem, caçadores e cavalaria); dividiu o país em regiões de inspeção; reforçou as guarnições do sul e de Mato Grosso; delineou a rede de ligações estrategicas. A animação militar propagou-se ao meio civil: e surgiram os *tiros de guerra* (regulamentados em Abril de 1907), que abasteceriam com reservistas de 2.ª categoria o exercito permanente. As manobras iniciadas em 1905, nos campos de Gericinó, testemunharam a modificação substancial por que passavam as classes armadas; e a viagem do ministro à Alemanha, para assistir, a convite do imperador, às suas celebres manobras (Agosto a Outubro de 1908) deu uma ressonancia internacional àquela politica. Zeballos — na chefia dos negocios estrangeiros da Argentina — prestou atenção especial às encomendas navais. Pelo programa do almirante Noronha, se reduziã a tres encouraçados médios, outros tantos cruzadores, seis caça-torpedeiros, tres submarinos, um carvoeiro, um navio escola. Alexandrino (1907) emendou as cifras: em vez de navios de 13 mil, comprou os "dreadnoughts" de 20 (*Minas Gerais e São Paulo*). Foi como se um petardo lhe estourasse

Kaiser, de 1896, lembrando a dimensão mundial do imperio; e collige as referencias alemãs à America do Sul, Tannenbergh, Sievers, J. Ludwig, Funke, Lange, Libert, etc. Tambem Ch. ANDLER, *Le Pangermanisme*, ps. 34-6, Paris 1915.

sob as janelas. Ferveu a intriga dos “representantes dos estaleiros navais e fabricas de armas” (1), com a insidia de uma propaganda em que o “perigo brasileiro” desabrochava, odioso. Propoz ela que o Brasil dividisse com a Argentina a frota adquirida... Mas Zeballos deixou em 21 de Junho (1908) o ministerio: e para justificar a conduta anti-brasileira afirmou, num artigo, que as legações do Brasil em Buenos Aires, Santiago, Montevideo, Assunção, La Paz, Lima e Washington andavam difundindo a noticia de que a Argentina ameaçava os paises vizinhos, para completar, que o Brasil os defenderia. E transcrevia, entre aspas, dois periodos de suposto telegrama de Rio Branco a uma delas. Desmentiu o Itamarati: jamais telegrafára cousa semelhante. Zeballos voltou à carga, já agora com uma singular intimativa: “Revise el baron de Rio Branco su archivo secreto del Pacifico y lea el documento original... 17 de Junho de 1908... numero 9...” O famigerado *telegrama n.º 9*. Rio Branco confirmou. Sim, fôra transmitido, em cifra, para a legação no Chile, via Buenos Aires: apenas... a tradução não era aquela. E publicou-o, “in extenso”, no texto real, deplorando a captação do despacho e a sua versão errônea, fruto por certo de um embuste, em que caíra Zeballos. É imaginar o constrangimento causado pelo incidente nestes duros termos. Cessava, aliás, com a singeleza da réplica. Todo o propalado cerco anti-argentino se esvanecia, como uma espiral de fumaça. No ano seguinte, cogitava Rio Branco do A.B.C. Seria, num entendimento cooperativo, a cordial inteligencia entre a Argentina, o Brasil e o Chile. Se consumasse o acôrdo (que em 21 de Janeiro de 1909 propoz primeiramente ao ministro chileno, em Petropolis) cimentaria, definitiva, a paz nesta parte do continente. Em 1911, conveiu, satisfazendo ao que confidencialmente lhe apresentou,

(1) Despacho de Rio Branco, cit. por ALVARO LINS, *ibid.*, p. 594.

em nome de Saenz Peña, Ramon J. Cárcano, em desistir do terceiro "dreadnought". Faria o mesmo a Argentina.

Com estas intenções conciliatórias podia encerrar a grande carreira pública, angustiada, no final, pelas decepções letais da politica. Não resistiu o barão às emoções de um periodo atroz da vida nacional – ao começar, sob o signo da desordem armada, o ano infeliz de 1912. Patrioticamente humilhado pelo bombardeio da Bahia, demitir-se-ia, se o governo não repuzesse a autoridade criminosamente deposta. O marechal atendeu. — Se o sr. sair, eu tambem renuncio — disse-lhe, aterrado pela perspectiva da segunda catastrophe, qual a retirada do homem glorioso (1). Mas lhe fraquejou o organismo. Morreu no seu gabinete do Itamarati, onde dormia, junto da vasta mesa de trabalho, a 10 de Fevereiro.

(1) ALBERTO DE FARIA, *conf. na Acad. Bras.*, 30 de Agosto de 1930.

A CAMPANHA CIVILISTA

Historia repetida.

Quem fazia politica, era ele... Com esta frase autoritária marcou Afonso Pena a linha pessoal do sistêma, extremada— como acontecera com Rodrigues Alves — na escôlha do sucessor. Não seria problema, se vivesse João Pinheiro. O presidente mineiro sobrepujára o panorama dos partidos com a sua individualidade imantada de ação e idealismo: poucos homens na vida republicana se impuzeram tão depressa ao entusiasmo dos correligionários e à confiança do país. A sua fisionomia lembrava a de Castilhos; o positivismo progressista e a energia de comando faziam dele literalmente um chefe; mas vestia a firmeza dessas qualidades com as maneiras suaves de sua gente, de quem tinha a astúcia, a obstinação e a modéstia. Ele proprio, numa imagem rústica, traçou o paralelo de gaúchos e mineiros, comparando a impaciencia do cavalo e a perseverança do burro... (1) Sem afoiteza, sem ênfase, sem provocação, seguia pachorrentamente o seu rumo. Do *palacio da Liberdade* ao do Catete (2) parecia curto atalho, na crista calva das “alterosas” montanhas natais... Vitima de molestia que não perdôa, morreu a 25 de Outubro de 1908. Deixou desorientada a politica, até aí em torno dele — contra Pinheiro Machado. Carlos Peixoto e o seu grupo, momentaneamente ao desabrigo, socorreram-se de David

(1) PEDRO RACHE, *Homens de Minas*, ps., 86-7.

(2) PAULO TAMM, *João Pinheiro*, p. 193, Belo Horizonte 1947.

Campista. O presidente Pena por ele se declarou em Dezembro. O ministro da fazenda seria o candidato. Cometia a mesma imprudencia do antecessor, com Bernardino de Campos. De mais não precisava o adversario para o abater, dissolvendo, no fragôr dessa liquidação, o "jardim da infancia".

Romperia Ruy Barbosa por conta propria o combate: negava ao presidente o direito de apresentar sucessor. Lembrou Rio Branco. Hâbilmente, Pinheiro parecia concordar com Campista. De fato, tudo faria para arrebatara a Carlos Peixoto a chefia petulante da politica nacional: e o venceu com a candidatura do ministro da guerra. Antes o marechal Hermes!

O fulgôr da espada.

No ambiente pairava, significativamente, a mística militarista. Bastára um ano, entre 1907 e 1908, para se modificar na opinião geral a crença da dôce paz⁽¹⁾. As palavras de Ruy na Haia pertenciam a um periodo findo. O Brasil devia armar-se, como as demais potencias, em franco desafio estatístico; e o marechal, operoso e educativo, personificava o exercito. Abraçava-se a Rio Branco e Alexandrino nesse pensamento de ressurreição do poderio militar. Depois do episodio da *Panther*, o governo alemão queria reconquistar a simpatia brasileira: convidou-o para assistir, ao lado do Kaiser, às grandes manobras. Rio Branco deu à viagem a ressonancia esperada; e a sua volta — o reformador do exercito do Brasil homenageado pelo primeiro exercito do mundo! — foi festejada com estrondo. Ali estava, de plumas e bordados,

(1) Narra MEDEIROS E ALBUQUERQUE aspectos curiosos da excitação que em 1908, começava a invadir o exercito, levando alguns grupos a atos de violencia, após sessões secretas do Clube Militar... *Minha vida*, II, 40.

o candidato... Curiosa repercussão do “hermismo” nascente foi, em 15 de Novembro, a comemoração da república no Clube Militar. A habitual apoteose a Benjamin, santo da casa, se converteu num ato votivo a Deodoro, retirado afinal do olvido ingrato. No intervalo da sessão Lauro Muller — com a sua esplêndida perspicácia⁽¹⁾ — falou a Antonio Azeredo: para acabar com a candidatura Campista, a do marechal... Pinheiro, presente, aprovou a idéia... Levada por Azeredo a Ruy, este a fulminou: o *militarismo*, nunca!⁽²⁾. A do glorioso tribuno, com efeito, parecia a candidatura espontânea, afagada pela convergencia dos mais favoráveis fatores, deles o maior a sua autoridade cívica. Disse-lhe Pinheiro que a lançaria, se trouxesse o beneplacito presidencial⁽³⁾. Isto não, protestou Ruy, com a sua teoria da abstenção do chefe do Estado; e escreveu com vivacidade a Afonso Pena, dissuadindo-o de apresentar o conterrâneo⁽⁴⁾. Mas o presidente se iludia com o apoio dos governadores; insistiu. Começou a desenganar-se com a rebeldia de Bias Fortes, em Barbacena: a situação mineira cindia-se... Uniam-se os baianos em torno de Ruy, separando-se do “bloco do Catete”⁽⁵⁾. Albuquerque Lins, em S. Paulo, e o governo riograndense ganhavam tempo, aparentando acompanhar o presidente. Estourou a crise com as homenagens prestadas ao marechal Hermes a 12 de Maio, seu dia natalicio. Tiveram o vigor de um pronunciamento. Responderam os amigos de Afonso Pena, que o marechal não seria candidato. Julgavam que,

(1) Reminiscencias de Lauro Muller, que nos comunicou Edmundo da Luz Pinto.

(2) Ruy, *Correspondencia*, p. 207.

(3) Ruy, *Correspondencia*, p. 189. “Não é mistério para ninguem que Pinheiro Machado resistiu à candidatura do marechal...”, Gilberto Amado, *Grão de areia e estudos brasileiros*, p. 190, Rio 1948.

(4) Ruy, *ibid.*, p. 192.

(5) Ruy, *ibid.*, p. 202. Respondendo ao presidente, e em estrondosa entrevista ao reporter de “O País” Bias Fortes lhe negou o direito de ter candidato. E este pronunciamento destruiu a candidatura de David Campista.

modestamente, recusasse... Porque? Ao militar — acudiu ele, desbaratando tais suposições — não se proibía candidatar-se a qualquer posto eletivo! (1) No despacho ministerial de 14 de Maio o presidente lhe confessou as dificuldades que o seu silêncio causava. Era um apêlo delicado, à recusa ou à demissão. Melindrado, objetou: a dificuldade provinha antes da persistencia injustificada de Sua excelencia em manter a candidatura Campista; e, no outro dia, se exonerou do ministerio. Esta attitude agravou o estado de saúde do presidente, que, profundamente desgostoso, e no desconfôrto de suas surpresas, faleceu inesperadamente em 15 de Junho (2).

Subiu ao governo para o exercer até o fim do periodo, o vice-presidente Nilo Peçanha, empenhado em dar cumprimento à resolução tomada em 22 de Maio pela maioria dos politicos (agora Pinheiro na dianteira) reunidos em convenção: para presidente e vice-presidente, sufragariam Hermes e Wenceslau.

Ruy Barbosa.

São Paulo estranhou a fórmula, que o excluía. Os baianos cerravam fileiras em torno de Ruy. Este, forte com a aliança dos paulistas e, por toda parte, das oposições, que se não conformavam com o veredicto official, lembrou, sem exito, o barão do Rio Branco. Centralizava, já aí, a resistencia “civilista”, e foi Ruy Barbosa, pela convenção de 22 de Agosto, por ela proclamado candidato (3) — contra o “militarismo”. Entre Agosto e Março viveu a nação a experiencia de uma campanha eleitoral

(1) HERMES DA FONSECA FILHO, *Pinheiro Machado*, p. 67. Rio.

(2) Que o presidente morreu de traumatismo moral, foi o que disseram vários médicos, e David Campista, respondendo a pergunta de Ruy, em 18 de Junho de 1909, confirmou: “a moléstia... foi consideravelmente agravada por padecimentos morais”. “Sob a ação de choques morais sucessivos...”, informou Miguel Calmon, na mesma data, RUY BARBOSA, *Correspondencia*, ps. 210-1.

(3) Vd. JOÃO MANGABEIRA, *Ruy, o estadista da Republica*, p. 125.

sem exemplo, porque envolvendo, pela primeira vez, a tese da consulta ao povo, estabelecia o dilema, do presidencialismo autoritário, arrimado à espada, e do liberalismo republicano, com as suas promessas constitucionais. O movimento "civilista" tem a expressão inédita de uma revolta de consciências, contra o costume, a estrutura, o automatismo, a insensibilidade de um regime que se fazia no mistério dos conchavos e não na luz dos debates. Nela se desdobrara uma tentativa de dar autenticidade à opinião das ruas, vigor e sinceridade ao voto, verdade e direção à república, deformada no personalismo solitário e onipotente. Ruy era o unico que podia sublevar o país com o apostolado politico. Porque à incomparavel virtuosidade oratória juntava a tradição da resistencia ao poder, a sua conduta bravamente inspirada na defesa da Lei, da justiça e da liberdade civil. Não o acusassem de demagogo, pois à demagogia déra o combate valente de 1893 e de 1897; não o dissessem republicano insincero, pois fôra dos organizadôres do sistêma, sem lhe ter feito a propaganda, nem encarnado a intransigencia; nem era licito classificá-lo entre reacionários, oportunistas, agitadores, porque em cada episodio vivido estava uma batalha contra essas espécies de paixão, azedadas pelo ressentimento. A mocidade consagrou-o patrono do seu idealismo. As populações saíram à praça para saudá-lo. O país — sem acreditar na sua vitória — vibrou com a sua eloquencia. E sentiu que a republica andava mergulhada em equívocos mortais, comprometida por graves erros.

Significado da luta.

Não receou Ruy Barbosa exagerar o significado da candidatura antagonista, attribuindo-lhe origem e caracter militar.

Na realidade, não fôra o exercito que a impuzera. Aparecera como a resultante da divergencia politica, perplexa, como um elemento de fixação, ou estabilidade, quando dissentiam os Estados, e o presidente, surpreendido pela rebeldia, tivera humilhadamente de recolher-se ao silencio que antecedeu à morte. Na falta dos civis, acudiam os soldados. Lançada por Pinheiro, Glicerio, Azeredo, a candidatura do marechal, Ruy, antes de mais nada, lhe tirou a consequencia: "quero o exercito grande, forte, exemplar, não o queria pesando sobre o governo do país. A nação governa, o exercito, como os demais órgãos do país, obedece" (1). Desta premissa deduziu a objurgatoria, que foi crescendo de tom à medida que progredia a campanha. "Que me importa a mim, senhores, o espantelho? Não nasci cortezão. Não o fui do trono; não quiz ser da ditadura; da propria nação não o sou; não o serei das baionetas" (2). O *civilismo* era a antítese, a revolução branca do voto, a regeneração, pelo povo. Evidentemente estava de antemão vencido pela "maquina" eleitoral.

Começou Ruy a viagem eleitoral por São Paulo (16 de Dezembro), cujas multidões galvanizou com a eloquencia; foi à Bahia (14 de Janeiro), onde leu a *Plataforma*, com o seu programa revisionista (3); e a Minas Gerais (17 de Fevereiro), calorosamente recebido em Juiz de Fôra, Ouro Preto, Belo Horizonte. Estavam com ele as elites letradas, a juventude escolar, as minorias locais a braços com as "oligarquias". Tirados os votos inverificaveis do interior e dos Estados onde a eleição se fazia ao sabôr do governo, a de 1.º de Março pôde ser consi-

(1) Carta a Glicerio e Azeredo, vd. FERNANDO NERI, *op. cit.*, p. 133.

(2) Discurso no Tentro Lirico, Rio. 15 de Julho de 1909, F. NERI, *ibid.*, p. 133.

(3) RUY BARBOSA, *Plataforma apresentada na sessão publica no Politeama Bahiano*, em a noite de 15 de Janeiro de 1910. Continuava providencialista por não parecer ainda oportuna a revisão neste ponto, *ibid.*, p. 25.

derada vitoriosa para o *civilismo*. Mas o poder apurador do Congresso “reconheceu” os candidatos da maioria; e empossou-se o marechal a 15 de Novembro. Ruy, que lhe contestou a legitimidade do mandato, dizendo-se esbulhado, vítima das “atas falsas” e do arbítrio *pinheirista*, rompeu em opposição. Seguiu, inabalavel, a linha de sua doutrina. Se preferisse ser inábil, teria vibrado nos adversarios o golpe decisivo. Bastava dar mão forte à politica anti-pinheirista que cresceu junto à presidencia da república, no meio militar em que ella se situou, e ajudá-la, na guerra ao “caudilho” — tão fraco em 1910 como em 1908, confinado agora por Mario Hermes, na defensiva a que Carlos Peixoto o reduzira. Não querendo distinguir entre o presidente e Pinheiro, nem se prestando a dividí-los, para melhor os combater, fez por quatro anos a critica do governo, sem poder moderá-lo. Assis-tiu, flamante de cólera cívica, à ronda das “salvações”.

O PERIODO TURBULENTO

Recomeça a desordem.

Um periodo calamitoso de intervenções armadas se inaugurou antes mesmo da posse do marechal — com o bombardeio de Manáos pela flotilha do Amazonas (8 de Outubro de 1910). Apoiados por Pinheiro ⁽¹⁾, os adversarios do governador — que ficára com os *civilistas* — assim o depuzeram, substituindo-o pelo vice-governador. Um fato diferente: a ilegalidade official!

A primeira violencia impune e vitoriosa — turvando o ambiente, outras se seguiram: de um e outro lado. Se os graduados se excediam ao norte, os subalternos podiam insurgir-se ao sul... Mal se iniciára o quadriênio presidencial assombrado de tantas ansiedades, foi o Rio de Janeiro abalado pela mais estúpida das ameaças: os canhões dos couraçados que eram o orgulho da rejuvenescida marinha. Na noite de 23 de Novembro se amotinaram os marinheiros no *Minas Gerais*.

O pretexto era o inhumano regime de castigos de bordo, esporádico, mas subsistente, nessa armada que se renovava. Dias antes tentára um marinheiro matar a traição um camarada: e o comandante Batista das Neves mandára aplicar-lhe cinquenta chibatadas. Os motivos transcendentales se perdiam entretanto noutra terreno. De portos ingleses e chilenos, alguns tripulantes tinham trazido complicados planos anarquistas. Dizia-se que a

(1) Vd. Ruy, O Sr. Ruy Barbosa, no Senado, responde as inst-
nuações do sr. Pinheiro Machado, p. 41, Rio 1915.

senha circulava por outras marinhas da Europa e da America. O cabo João Candido, que aparece como chefe, por ser um timoneiro hábil, foi eventualmente a primeira figura do levante. Dirigiram-no uns poucos, escondidos na penumbra em que tudo se desenvolveu. Tal era o segredo (e tambem o inopinado da explosão) que a officialidade foi apanhada de surprêsa, sem tempo para se defender, e aqueles esplendidos barcos, entregues à fúria do motim.

Naquela noite, ao voltar Batista das Neves do jantar a bordo do navio francês *Duguay Trouin*, a maruja, como enlouquecida, a ele se atirou. O official de serviço, 2.^o tenente Alvaro Alberto, deteve-a de espada em punho, esgrimiu com as baionetas que o acometeram, abateu um dos atacantes e recebeu no peito tres golpes. Munido da baioneta que arrebatára a um grumete, e com um marinheiro fiel ao lado, o comandante exortou a chusma alucinada a retroceder. Ordenou ainda ao tenente ferido que tomasse a lancha que o levaria ao hospital. Adotou Alvaro Alberto outro alvitre. Com as forças a se extinguirem, ordenou que a lancha aproasse para o *São Paulo*: daria o alarme à esquadra. Foi o que fez: e evitou que se repetisse nos outros navios a selvageria do *Minas Gerais* (1). Os revoltosos, porem, a este tempo se tinham apoderado do paiol de munições; e a tiros de fuzil e coronhadas mataram Batista das Neves. Os demais officiais, despertados pelo tumulto, e à medida que saíam dos camarotes, foram tambem assassinados. Abandonados aos marinheiros o *São Paulo*, o *Barroso*, o *Bahia*, passaram estes — intercomunicando-se por meio de radiogramas e sinais — a exigir do governo — que, na realidade não sabia o que fazer — o perdão prévio, a abolição dos castigos, a satisfação de suas queixas... E puzeram-se a

(1) Seguimos neste passo a informação que nos deu o almirante Alvaro Alberto (benemerito presidente do Conselho Nacional de Pesquisas Físicas), ferido gravemente no desempenho heróico do dever.

atirar, com as peças menores, para Villegagnon e cercanias (1). Ao amanhecer 24 de Novembro esse espectáculo imprevisto estarecia a população.

Amotinam-se marinheiros.

Titans metallicos na enseada tranquila, as mais poderosas máquinhas bélicas do país eram como joguetes nas mãos irresponsaveis de tripulações fartas de vingança, conscientes da sua força... Lançar os torpedeiros contra as grandes belonaves, seria sacrificar todo o poder naval do país. Não se falasse em ação de terra: à artilharia de costa responderia a de bordo, sobre a cidade... Pinheiro Machado aconselhou que por meios suasórios se desarmassem os tresloucados. Não empregou a palavra; poderia dizê-la: psiquiatricamente. O marechal confessava não ter elementos para sufocar a revolta; anuiu. E o deputado, comandante José Carlos de Carvalho, foi encarregado de parlamentar. Bem recebido nos dois couraçados, trouxe-lhes a intimação: anistia antecipada, ou fogo. Reunidos os "leaders" da situação e da opposição, concordaram: e, rapidamente, com discurso de Ruy, no Senado, em defesa do projeto e cheio de clemencia para os sublevados — o Congresso votou a anistia — com a enormidade de ser condicional. Parecia menos uma lei do que um acôrdo. "Art. 1.º. É concedida anistia aos insurrectos de posse dos navios da armada nacional se os mesmos, dentro do prazo que lhes foi concedido pelo governo, se submeterem às autoridades constituídas". Antes de se lhes conhecer o crime; sem noticias ainda da extensão dele; endosso do Congresso à negociação

(1) Vd. JOSÉ CARLOS DE CARVALHO, *O livro de minha vida*, p. 360, Rio 1912; DANTAS BARRETO, *Conspirações*, p. 169.

entabolada pelo executivo... (1) Apesar de tudo, o preço dessa acomodação era vantajoso: rendiam-se os amotinados, deixando intactos os navios, e a cidade... Oposição e situação despejaram as iras sobre os malfadados castigos, ainda habituais na esquadra: justificavam a seu modo o levante, com as "consequencias irresistiveis", "almas" a revelarem "virtudes que honram a nossa gente e a nossa raça" (2).

A revolta — em 9 de Dezembro — dos fuzileiros na ilha das Cobras, e o principio de levante no *Scout* Rio Grande do Sul mostraram que a timidez da autoridade não fôra de ordem a preservar a disciplina: comprometera-a. O governo, certo disto, passou de um extremo a outro: "era a furia da desforra" (3). Já agora os canhões da marinha podiam pulverizar a bateria revoltosa, na ilha. A repressão foi implacavel. Muitos dos insubordinados morreram nas enxovias subterraneas, asfixiados; outros, a bordo do *Satelite*, foram desterrados para o Acre. Durante a viagem tentaram insurgir-se. Foram fuzilados doze... Outras lévas de deportados, para a fronteira do norte, valiam pelo expurgo da marinha: e, cheios de indignação, os jornalistas lembravam a promessa da anistia plena, acusavam de felonias a represalia... (3) Na realidade, o país intranquilizára-se.

"Salvações".

Voltou-se o governo contra as *oligarquias*.

Que eram elas? O poder transmitido, através de sucessivos periodos, dentro do mesmo grupo, que, pelas

(1) Sobre a attitude de Ruy, LUIZ DELGADO, *Ruy Barbosa*, p. 73, Ruy 1945. Vd. descripção do terror panico que houve na cidade, Mauricio de Lacerda, discurso de 2 de Out. de 1912, *Anais da Camara*, XI, 164-5 (sessões de 1-15 de Out. de 1912); Sertorio de Castro, *A republica que a revolução destruiu*, ps. 204-5; DANTAS BARRETO, *op. cit.*, p. 175.

(2) Ruy, discurso de 24 de Nov. de 1910, in J. C. DE CARVALHO, *O livro de minha vida*, p. 392.

(3) SILVIO ROMERO e ARTUR GUIMARÃES, *Estudos sociais*, ps. 27-8, Lisboa 1911. Vd. DANTAS BARRETO, *Conspirações*, p. 203.

contingencias locais, dele se apossára nos começos do regime. Iniciaram-se com a arbitraria nomeação dos governadores; legalizaram-se com as eleições feitas a seu talante, sem opposição capaz de as desbancar, nem condições propícias à resistencia; e se deixaram ficar, com o dominio, violento ou suave, da *máquina*, de que tinham o monopolio. Em assembléias unanimes, a autoridade se beneficiava da irresponsabilidade, que a absolvía de todas as críticas: e porque os descontentes nada podiam fazer contra a situação assim instaurada, a sua esperança flutuava com os accidentes da vida republicana, que intempestivamente pudessem cortar o fio a tais despotismos. Esperavam que se cindisse o grupo dirigente, que o successor, revoltado contra o antecessor, formasse partido proprio, que as meúdas contendidas, fracionando as oligarquias, as reformassem ou abatessem. A verdadeira esperança, porem, corria para o poder central, árbitro do sistema, graças à faculdade de intervenção nos Estados, dissimulada ou ostensiva, a que os abusos do primeiro decênio deram singular desenvoltura. Deodoro e Floriano tinham designado para os Estados os governadores de sua confiança, impóstos ou derrubados conforme as suas conveniencias. Prudente e Campos Salles preferiram apoiar-se neles (a "politica dos governadores") para terem no Congresso a maioria inerte. Rodrigues Alves e Afonso Pena mantiveram este regime, que consolidára as situações locais, dando em tróca ao presidente a quasi unanimidade parlamentar. Interrompeu-se a corrente com a rebelião de que resultou a candidatura militar, divorciada, pela propria indole, da tradição partidária e dos seus processos, estigmatizada pela campanha "civilista". O novo presidente pertencia à familia do fundador da República, vitima do *golpe de Estado*; respirára na mocidade o pezado ar das resistencias e dos desafios, ao lado do tio, que dissolvera a assembléia intolerante para

caír ao estrondo da violencia; ganhára recentemente fama e promoções opondo-se à desordem, em nome de uma disciplina rígida, cujo modelo prussiano fascinava o idealismo dos quartéis; governaria com a sua classe. Pinheiro, aparentemente chefe desta reorganização, representava o cesarismo civil de Castilhos no vigor do comando, na fidelidade intransigente aos amigos, no dominio absorvente, suavizado por fina sagacidade. Disse-se que foi o supremo diretor da politica neste periodo. Não é verdade. Certo, ninguem exerceu então maior influencia: porem os acontecimentos escaparam muitas vezes à sua orientação ou à sua previsão, encaminhados por outras forças, que se fartaram de contrariá-lo. Foram as forças mal definidas que se agruparam em torno do presidente com adeptos e assessôres, tanto da jovem geração militar, como remanescentes da quadra deodorista (como, para a politica de Pernambuco, o barão de Lucena), e outras figuras antigas, historicamente classificadas como anti-florianistas, que podiam servir ao governo exatamente por isto, retiradas do ostracismo sonolento pela rajada reacionária que varria as *oligarquias*. . . Para estas, o inimigo continuava a ser o faciosismo jacobino. Que viéssem — em substituição — inexperientes officiais; pelo menos, os respeitariam. . . Apresentaram-se, numerosos; e a sua distribuição pelos Estados marcou a série de “salvações” com a sua principal característica: a ingenuidade das armas.

No Estado do Rio.

Começou a sequencia das “salvações” no Estado do Rio, onde governo e opposição tinha creado, meses antes, dualidade de Camaras e atas eleitorais. O candidato do governador Backer (que ficára com Ruy Barbosa na campanha civilista e, por isto, devia ser desmontado) era

Edwiges de Quêiroz. O do grupo apoiado pelo poder central Oliveira Botelho. O Supremo Tribunal concedeu "habeas corpus" à assembléia que pretendia reconhecer o primeiro, para que pudesse funcionar: reconhecia-a. Iniciava-se, aberrante, a doutrina da intervenção do judiciário, sobrepondo-se ao Congresso, nos conflitos políticos, mediante "habeas corpus" que, apesar de sua formal imparcialidade, se transformavam num recurso de força, condicionado às paixões que aparentemente rechassavam (1). A corrupção do regime atingia, por intermédio das inextricáveis questões de dualidade dos poderes locais, a alta côrte: e do seu voto variável iria depender a solução de outros, e irritantes problemas partidários. Desprestigiou-a: pois o presidente da República, sem atenção à sentença, agiu mais eficazmente. Aproveitou-se do estado de sítio, conseqüente à revolta dos fuzileiros, mandou que o ministro da justiça comunicasse ao governador Backer que a guarnição de Niteroi passaria a policiar as repartições federais, e a este titulo ocupou ela, a 30 de Dezembro, os palacios do governo e da assembléia. Só entrariam Oliveira Botelho e os amigos... Legitimou-se a violencia, com o decreto, igualmente espantoso, de 3 de Janeiro de 1911, que os reconhecia (e por conseguinte, o governador) pela razão de que o Senado já assim o entendera e a resolução andava com parecer favoravel, pela respectiva comissão da Camara... (2)

Aqui e acolá.

Duplicára-se tambem o Conselho do Distrito Federal. A maioria *civilista* socorreu-se do *habeas corpus*. Duvidou

(1) O Supremo Tribunal, a propósito da dualidade de Camaras em Sergipe, em 1895, declarára que neste caso, nitidamente politico, competente para o considerar era o Congresso (CARLOS MAXIMILIANO, *Comentarios à Constituição brasileira*, p. 171, Rio 1920),

(2) SERTORIO DE CASTRO, *op. cit.*, p. 269,

o presidente, em mensagem ao Congresso (20 de Fevereiro), da competencia no caso do Tribunal⁽¹⁾ e, como já autorizára novas eleições, mandou interditar a sede da assembléia municipal. Fechava as portas; e a questão.

A desordem como que deslisou do norte para o sul com a navegação costeira, viajando... As salvas da flotilha em Manáos déram o sinal à exasperação das ruas, à politica de *braços armas* e sedições dramaticas. Farto dos monopólios concedidos pelo intendente Antonio José de Lemos (o homem invencível do Pará) o povo de Belem, numa assuada memoravel, quebrou as quiosques...⁽²⁾ O governador bandeou-se com a revolta, contra o intendente. Encerrou-se o ciclo de dominação do "velho Lemos".

Em Pernambuco e na Bahia, acontecimentos mais extensos ensanguentaram a intervenção federal. Foram candidatos ao governo dois ministros, o general Dantas Barreto (da guerra) e J. J. Seabra (da viação). O primeiro era um dos expoentes militares da república, e representou, para a opposição a Rosa e Silva, encabeçada por Lucena e seus amigos, a espada providencial. O outro, aliado às opposições que se recompunham em torno de Luiz Viana, emprendia a conquista por outros métodos. Contava com a familia do marechal contra a antipatia de Pinheiro, que em 1906 lhe rasgára o diploma de senador por Alagoas; começára a ganhar a batalha quando o governo estadual, conciliador, lhe déra certo numero de deputados; e apoiado a este grupo, vetou a candidatura de paz de Domingos Guimarães. Por si, tinha o Catete.

No Recife as cousas correram brutalmente, desde que, lançado pelo partido federal conservador Dantas

(1) CARLOS MAXIMILIANO, *Comentarios à Constituição*, p. 782. Ruy exprobrou a exorbitancia chamando-lhe "ditadura do executivo", discurso de recepção no Instituto dos Advogados, 18 de Maio de 1911, *Discursos e conferencias*, p. 292.

(2) JORGE HURLEY, *Historia do Brasil e do Pará*, p. 570, Belem 1938.

Barreto, este deixou a pasta da guerra. Soldados do exercito e da policia engajaram-se em continuados motins; debalde Rosa e Silva — que correu a candidatar-se contra o general — apelou para a neutralidade do presidente da república; Estacio Coimbra, que, como presidente da Camara, assumira o governo, solicitou em vão garantias federais; e numa atmosfera de extremas violencias, exacerbadas pela eliminação da autoridade em dias sucessivos de tiroteios e arruaças, se realizou, em 9 de Novembro, a eleição. Completou-a a interferencia direta da fôrça armada, que assegurou à parte da assembléia hostile ao rosismo tranquilidade para reconhecer o seu candidato, sem ser perturbada pelos antagonistas... A intervenção pedida por Estacio para poder governar, foi desfechada contra ele. Dantas Barreto — varridos os adversarios, os mais em evidencia obrigados à fuga, para salvar a pele — empossou-se a 19 de Dezembro de 1911.

Bombardeio . . .

Os elementos militares, que assim empolgaram Pernambuco, não deviam agir menos desembaraçadamente na Bahia, onde o conflito se processou com piores excessos. Ali brigavam não o adventício, coruscante de prestígio guerreiro, mas as alas de uma politica em que militavam chefes autênticos. Esta circunstancia acentúa a ferocidade inútil do *bombardeio*, que pôz no litigio partidário uma nota monstruosa. Na realidade, a opposição, vendo-se desguarnecida de toda segurança, com as ameaças feitas ao governo do Estado pela coligação seabrista, colaborou com a crise, transferindo para o sudoeste do Estado a assembléia legislativa. A sua retirada teatral para Jequié, depois de ter o governador Araujo Pinho renunciado o mandato, na previsão dos próximos atentados, facilitou aos contendôres a occupação da capital.

Pelos deputados seabristas Arlindo Leoni pediu ao Juiz federal, Paulo Fontes, "habeas corpus", que lhes permitisse funcionar no vazío palacio da assembléia. O governador interino Aurelio Viana — presidente da Camara — não podia cumpri-lo. O magistrado requisitou então o auxilio do comando da região. Este, devidamente instruido pelo ministerio da guerra para atender à eventualidade, não hesitou: num boletim que lembra o desafio de um general sitiante em face da praça inimiga intimou ao cumprimento da decisão do juiz, sob pena de "intervenção da sua força sob seu comando", no prazo de . . . uma hora ⁽¹⁾. Sotero de Menezes era um energico soldado da campanha de Canudos, destacado, como disciplinador severo, na repressão instantanea da revolta do 9.º, em 1904. Não mentia à palavra. Foi assim que, a 12 de Janeiro de 1912, surpreendido pelo imprevisto, sacudido de assombro por essa ostentação de desatino e irresponsabilidade, assistiu o povo da Bahia ao bombardeio de sua cidade. Dizia-se que cautelosos preparativos haviam sido concatenados numa série meticolosa de providencias, a mais significativa a renovação da artilharia do Forte do Mar, bôcas voltadas para o alto casarío, que, em presepio, antigo e denso, se desata pelas colinas em frente. Por outro lado, concentrára o governador numerosos contingentes policiaes, apetrechados para o que dêsse e viêsse. Respirava-se a batalha. Mas não se contava com o canhoneio.

Foram quatro horas de fogo. As granadas acertaram no palacio do governo, e em outros edificios próximos, que arderam, entre estes a velha biblioteca publica, em parte reduzida a cinzas, em parte pilhada no frustrado trabalho de lhe atalharem as chamas. Desmoralizada a resistencia pelo canhoneio, num ou noutro lugar a policia, às tontas, tiroteou com a tropa, que saíu dos quarteis

(1) Vd. JOSÉ DE SÁ, *O bombardeio da Bahia e seus efeitos*, p. 360, Bahia 1918.

para a desalojar: e dest'arte o general tomou conta da Bahia — em nome do poder central. É imaginar-se a indignação que circulou pelo país. Em carta timbrada de cólera, o almirante Marques de Leão abandonou a pasta da marinha. Não a associava a semelhante aventura. Profundamente triste pelo desmoronamento — que aquilo valia — dos seus sonhos de uma nação unida e sadia, a cuja civilização triunfante as demais prestariam a sua homenagem, Rio Branco exasperou-se, desceu de Petropolis para reclamar, quiz demitir-se, e neste desconforto morreu, a 13 de Fevereiro (1). Agitou-se o país e de São Paulo (baluarte do “civilismo”, ameaçado de tratamento análogo) partiu a admoestação mais séria. Os “leaders” paulistas encontraram-se com Pinheiro, este levou ao presidente o protesto, e pelo ministro da justiça, Rivadavia Corrêa, foi solicitado ao ministro da guerra que repuzesse o governador interino (2). Já Ruy Barbosa batêra à porta do Supremo Tribunal, com a sua petição de “habeas corpus”. Seria concedido, se o governo não recuasse. Foi assim considerado prejudicado o pedido, por sete contra seis votos (3). Com a alta Côrte não podia o Catete contar (4). Mas a fração da assembléia favorável

(1) ALBERTO DE FARIA, *Revista da Academia Brasileira*, XXXIV, 16 (1930); RODRIGO OCTAVIO, *Minhas memórias*, nova série, p. 210; sobre a apoteose dos funerais, CONSTANCIO ALVES, *Figuras*, p. 138, Rio 1921. Em delírio, perguntava: “Sotero... mas que general é este?”, ARTUR NEIVA, *Daqui e de longe*, p. 18, S. Paulo.

(2) Pinheiro também reprovara a brutalidade. Quem a ordenara? Falou-se de um telegrama, do Catete para Sotero, assinado, com proposital ambiguidade M. Hermes. Mario Hermes? O fato é que o marechal, como nos conta SETEMBRINO DE CARVALHO, *Memórias*, p. 107, concordou: e ao ser interrogado, disse: “O forte de São Marcelo já está bombardeando o Palácio”. Do ministério da guerra (continúa Setembrino) é que não partiu a ordem, *ibid.*, p. 108.

(3) Vd. José de Sá, *op. cit.*, p. 420.

(4) Até no caso da indenização pelos danos do bombardeio, o Supremo Tribunal, mudando de jurisprudência, foi contra a União. Julgára improcedente a ação dos particulares lesados no bombardeio de Manaus. Agora entendia cabível, pois o bombardeio fôra ordenado pelo inspetor da região por ordem do... presidente da Republica, HERMENGILDO DE BARROS, *Memórias do juiz mais antigo do Brasil* I, 132, Rio 1942).

a Seabra, elegendo outro presidente, arredára Aurelio Viana. Cabia a sucessão ao presidente do Senado, cônego Leoncio Galvão, que se conservava no interior. O general Vespasiano de Albuquerque (que para a Bahia fôra com vózes de apaziguamento) mandou chamá-lo. Parecia uma farsa, porque, ao mesmo tempo se propalava que, surgindo em palacio, os desordeiros, à sôlta, o matariam. O cônego respondeu astutamente, só iria com suficientes garantias federais. Vespasiano, tomando-lhe a condicional como recusa, meteu no governo o conselheiro Braulio Xavier, presidente do Tribunal. Estava instalada a nova situação. Seabra era governador da Bahia em 29 de Março de 1912.

Rio Grande e São Paulo.

O abalo causado pelos sucessos do Recife e da Bahia conteve o governo. Pinheiro teve tambem de defender-se — no Rio Grande — contra o ministro da guerra, general Antonio Adolfo da Fontoura Mena Barreto, candidato intempestivo ao governo; e fracassou a desastrada tentativa de intervir em S. Paulo⁽¹⁾. Aqui, tinha o seu partido um belo directorio (Pedro de Toledo, Rodolfo Miranda, Manuel Pedro Vilaboim...); mas o situacionismo (P. R.P.), com o presidente Albuquerque Lins e o chefe de policia Washington Luis, se preparára para a luta. Não ficou nos protestos parlamentares; adextrou a milicia estadual, à francêsa (missão do coronel Balangny), equipou-a, passeou pelas praças o seu poderio bélico. Responderia, a violencia à violencia. Defender-se-ia Pinheiro, no Senado, que não lhe entrava nos planos tal intervenção. Mena Barreto, já aí no *ostracismo*,

(1) SERTORIO DE CASTRO, *op. cit.*, p. 289, COSTA PORTO, *Pinheiro Machado e seu tempo* p. 108, PEDRO DIAS DE CAMPOS, *O espirito militar paulista* p. 105 RUY BARBOSA, *discurso no Senado "em resposta às insinuações"*, p. 42.

depoz (carta que Ruy Barbosa leu da tribuna, datada de 24 de Dezembro de 14): " intervenção no Estado de S. Paulo foi projetada, tanto que, na qualidade de ministro da guerra, tive ordem do Presidente da Republica para nomear uma expedição de forças militares, a fim de seguirem para ali... Posso... afirmar que a aludida intervenção era incessantemente reclamada perante o marechal presidente e perante mim mesmo pelo então ministro da agricultura, dr. Pedro de Toledo, como representante da opposição ao governo de S. Paulo. Antes, porem, da marcha de forças, o marechal desistiu da aventura, e, em seguida, fez partir para S. Paulo o dr. Fonseca Hermes, em missão especial, cujo resultado é publico e notorio..." (1)

Nada aconteceu, porque, o *partido republicano paulista* apresentou à sucessão de Albuquerque Lins o nome pacificador de Rodrigues Alves. Não esquecessem que o marechal começára com ele a grande ascensão, em 1904... Foi como uma solução milagrosa: e Pinheiro propalou, encolhendo-se, que jamais pensara em ultrajar a autonomia do Estado (2). Não podia queixar-se: puzéra fóra do ministério o general que pretendeu vencê-lo no Rio Grande. Estimulado por Pedro Moacir, pelo velho marechal Salgado, pelo general Sebastião Bandeira, Mena Barreto se apresentaria contra a reeleição de Borges de Medeiros, se o presidente, a instancias de Pinheiro, não o advertisse dos perigos desta precipitação. Insistiu; e foi demitido.

Salvou-se o Rio Grande, por artes de Pinheiro, como se salvára S. Paulo, por sua propria energia, da calamidade a que o Ceará não pôde eximir-se: o candidato, produzido pela agitação, nela inevitavelmente mergulhado; contra a desordem na capital, a anarquia certa-

(1) RUY, *discurso* citado, p. 49.

(2) Vd. SETEMBRIÑO DE CARVALHO, *Memorias*, p. 100, J. PIO DE ALMEIDA, *Borges de Medeiros*, p. 75, SERTORIO DE CASTRO, *op. cit.*, p. 201.

neja; a revolta respondendo à ilegalidade. Ali se suble-
vou, às ordens de um apóstolo rústico, a população fana-
tica. Houvera em 1897, um *Conselheiro*. A este, em 1912,
chamavam *Padrinho*.

Em cada um dos Estados — era o caso — prevalecia
uma candidatura militar, desmontando as *oligarquias*,
salvadoramente... Em Maceió, o coronel Clodoaldo da
Fonseca aniquilara a dos Maltas (1); em Sergipe, o general
Siqueira de Menezes — o engenheiro de Canudos — apazi-
guára os partidos; no Espírito Santo, o medico militar
Getúlio dos Santos conquistara o poder à facção de
Jerônimo Monteiro; no Pará, subira triunfalmente Lauro
Sodré — desaparecendo a ditadura municipal do velho
Lemos (2); no Ceará, aos Acciolis se antepôs o coronel
Franco Rabelo.

Mudou de feição a politica em 1912. Predomina,
o “homem forte”: é o apogeu de Pinheiro. Ninguém
duvida da sua aspiração à presidencia, sucedendo ao
marechal, que lhe cede as rédeas da autoridade. O
segundo casamento do presidente, (3) no sentir geral, o
afastára da vigilancia exigida pelas anomalias daquela
politica personalista, caprichosa, imprudente. A opôr-se
a Pinheiro (mais poderoso depois que assumira, pelo
falecimento de Quintino, o comando do partido repu-
blicano conservador) havia, é certo, o núcleo militar,
capitaneado por Mario Hermes, a quem Seabra elegera
deputado e “leader” de bancada. Mas lhe faltavam expe-
riencia, coesão, continuidade: tinha audacia. O destino
do velho *caudilho* era enfrentar com hábil serenidade o

(1) CRAVEIRO COSTA, *Historia de Alagoas*, p. 166, S. Paulo. Os
Maltas governaram desde 1900, com Euclides, que em 1903 se fez substituir
pelo irmão Joaquim Paulo, retornando ao poder em 1906 e reelegendo-se
para o triênio, de 9 a 12. O candidato dos Maltas, Natalicio Camboim,
num acordo que ficou anedótico (“acordo de Camboim”, sinônimo de
capitulação ingênua) retirou-se, facilitando a eleição tranquila do co-
ronel Clodoaldo.

(2) TEODORO BRAGA, *Historia do Pará*, p. 125, S. Paulo.

(3) DANTAS BARRETO, *op. cit.*, p. 208.

inconformismo da juventude e superá-lo. Carlos Peixoto desaparecera, com Afonso Pena. Acabariam os “tenentes” quando remansassem as aguas agitadas pelas “salvações”. A linha dos adversarios estendia-se de São Paulo ao Ceará, passando pela Bahia, onde Seabra pensava ficar com o Catete, contra Pinheiro, e pelo Recife, onde Dantas Barreto pretendia sobrepôr-se a um e outro. A dissidencia de Dantas e Franco Rabelo agravou-se, com o apoio que no Rio lhe deu o Club Militar. Parecia que o feitiço voltaria sobre o feitiçeiro, e a ultima “salvação” destruiria Pinheiro Machado. Enganaram-se: o seu trunfo eram as oposições locais. Pacificado São Paulo, com Rodrigues Alves, não lhe custou derrubar o governador do Ceará, armando a revolta de Floro Bartolomeu — preâmbulo da intervenção federal.

Explodiu em Joazeiro o movimento a 9 de Janeiro de 1913.

Ceará e o padre Cicero.

Deposto por um motim popular o venerando governador Nogueira Accioli (22 de Janeiro de 1912) (1), dois candidatos militares lhe disputaram a sucessão, Bezerril Fontenelle, bafejado pelo pinheirismo, e Franco Rabelo, pelo Catete. Tentou apaziguar as correntes o coronel Tomaz Cavalcanti. Feriu-o uma bomba lançada na sala da conferencia. Os animos ferviam. Franco Rabelo foi eleito e reconhecido pela minoria da assembléia (doze deputados) (2) — já de acôrdo com os *acciolistas*. Os demais deputados não compareceram por falta de garantias. . . Durou pouco a aliança insincera da situação nova com a antiga. Sob o olhar complacene da policia

(1) EUSEBIO DE SOUSA, *Historia militar do Ceará*, p. 306.

(2) *Anais da Camara dos Deputados*, V, 520 (discurso de Agapito dos Santos), sessões de 1-12 de Julho de 1912.

ainda uma vez magotes de desordeiros aterrorizavam Fortaleza, pondo fogo às casas da família Accioli e de seus amigos. No saque das residências depredadas até pianos de cauda desapareceram... A violência respondeu a barbárie, na revolução de *Joazeiro do padre Cicero*. Aguentar-se-ia Rabelo apesar de tudo, se contasse com o centro. Mas cometeu a temeridade de acompanhar Dantas Barreto na sua definição contra Pinheiro; e este, do alto do seu poderio, o fulminou. Emissários da oposição refugiada no Cariri combinaram com os políticos do Estado, que no Rio se apoiavam a Pinheiro, a conflagração sertaneja, vasta e incontível. Para derrocar o governador, tinham o *cangaceiro*.

É uma figura diferente, que em 1914 sobe rudemente à cena política, eclipsando a memória triste do *jagunço*, seu antecessor, no *sebastianismo* tórvo das caatingas (1). Lembra-o na analogia do comando místico, substituído o "monge" infeliz de Canudos, cearense como ele, pelo vigário destituído de ordens que era ali o chefe político, o "beato" humaníssimo, o "santo" (2). O seu título é outro: o "Padrinho". *Padrinho* dos peregrinos que acorriam à vila fascinados por sua fama, pelos "milagres" que ele atestava; e dos bandoleiros que lá se albergavam, da pobre gente sem outra proteção, de quantos lhe obedeciam na capital do "cangaço", Joazeiro.

O fato é que o deputado Floro Bartolomeu, que representava na assembléia a zona e o pensamento do padre Cicero, reuniu ali cinco deputados e, a 12 de Janeiro de 1913, proclamou, que assumiria o governo na qualidade de presidente do congresso... Convocados pelo *Padrinho*, concentraram-se, vindos de todos os recantos do

(1) Sobre a situação da zona de que tratamos, GUSTAVO BARROSO, *Almas de lama e de aço*, ps. 25 e segs., S. Paulo 1930, IRINEU PINHEIRO, *O Cariri*, p. 190, Fortaleza 1950. A sedição foi preparada no Rio, cf. RODOLFO TEOFILO, *A sedição de Juazeiro*, p. 87, BARROSO, *ibid.*, p. 18.

(2) Vd. FERNANDES TAVORA, *O Padre Cicero*, in *Rev. do Inst. do Ceará*, LVII, 268 e segs. (1943).

Cariri, os mais temíveis sujeitos do nordeste; e, como providencia preliminar, rodaram Joazeiro de forte trincheira, que a tornava inexpugnável.

Tinham os *cangaceiros* (1) mentôres hábeis (2). Aquilo faria honra à engenharia militar... Quando os atacou a policia, sob o comando do Coronel Alipio Barros, dela zombaram, repelindo-a, com pezadas baixas, para o Crato. Tentaram os governistas o cêrco. Mas os *cangaceiros* não se limitavam à defensiva. Tinham a agressividade dos fanaticos; mas sabendo bem o que fazer. Lançaram-se sobre o Crato, Barbalha e, por fim, numa fila enorme de combatentes andrajosos — Fortaleza. Desvaneceu-se na estação de Miguel Calmon a ultima esperança de Franco Rabelo. Enfrentou-os ali o capitão José da Penha, comissionado no comando da policia. Era bravo e leal. Tombou morto aos primeiros tiros. Dir-se-ia que os revoltosos retrocediam, desbaratados. Mas no dia seguinte, reagrupados, continuavam a progredir, sobre Quixerambim, Quixadá, a linha de Baturité, a capital... No Rio de Janeiro, o Club Militar sustentava a causa do governador; e se falava abertamente de um movimento de quartéis, contra a intervenção federal no Ceará. Antecipou-se o govêrno, decretando inopinadamente (4 de Março de 1914) o estado de sítio: e prendeu numerosos

(1) *Cangaço*, grupo, ou officio de valentões, pôde ser derivado de encangar, canga, ou jugo, na acepção de laço entre eles, para a proeza... Cangaceiro (termo dicionarizado por Candido de Figueiredo na sua nova edição) este é brasileiro. O sentido reponta dos versos de 1914:

Querendo andar no cangaço
Até sou bom cangaceiro...

(Leonardo Mota, *Violeiros do norte*, p. 184, S. Paulo 1925).

Aparece a palavra em *O Cabeleira*, de Franklin Távora, p. 198. Euclides, *Os Sertões*, p. 100 da 22.ª ed.: *cangaço*, complexo de armas.

(2) O entrincheiramento de Joazeiro estendeu-se à volta da povoação num raio de tres leguas, com o fôssco adiante, e o parapello a guiza de muro, com as frestas adequadas às espingardas... Vd. sobre a luta, IRNEU PINHEIRO, *O Joazeiro do padre Cicero e a revolução de 1914*, Rio 1988.

jornalistas... (1) Senhor da situação, efetivamente interveiu, nomeando interventor o coronel Setembrino de Carvalho (2) — e com esta medida tardia obteve a que Fortaleza fosse tomada e possivelmente saqueada pela gente do padre Cicero.

Pinheiro ganhara a partida. Foi eleito governador do Estado o coronel Benjamin Barroso (por Setembrino (3) lembrado a Pinheiro): e a politica "conservadora" do Ceará lhe reconquistou a confiança.

Mas era o fim do periodo.

Consequências.

Na administração se projetou a desordem politica: e foi especialmente grave nos campos da cultura e das finanças. O positivismo do ministro gaúcho Rivadavia Corrêa aparece na reforma do ensino de 1911 (que lhe leva o nome), firmada no principio da liberdade profissional — em voga no Rio Grande —, com a transferência da sua responsabilidade às congregações das escolas. Como houve, em 1890, o *ensilhamento* — pela autonomia das assembléias gerais nas emprêsas, insubsistentes — houve a partir de 1911 (até a reação drástica da reforma Maximiliano, de 1915) a *inflação* dos diplomas doutorais, com a multiplicação de Faculdades inidôneas e a fraude cínica das disposições da lei. Liberdade entendeu-se por

(1) Vd. CAMPOS DE MEDEIROS, *Lutas pela pátria*, ps. 46-7.

(2) SETEMBRINO DE CARVALHO, *Memorias*, ps. 122-3; vd. EUSEBIO DE SOUZA, *op. cit.*, ps. 307-9; COSTA PORTO, *op. cit.*, p. 175. O sitio foi declarado para o Ceará e preventivamente para a capital federal, onde bom numero de officiaes apoiava o camarada governador.

(3) SETEMBRINO, *ibid.*, p. 123. O presidente do Rio Grande do Sul em conceituoso telegrama aplaudiu a intervenção, HERMES DA FONSECA FILHO, *Pinheiro Machado*, p. 84, Rio. Mas o dever do governo federal era manter o governo estadual que lhe pedisse o auxilio, CARLOS MAXIMILIANO, *Comentários à Constituição*, p. 175.

licença: calamitosamente (1). Completava-se a crise espiritual com este triste aspecto de decadência: a ruína do sistema oficial do ensino. No domínio financeiro a confusão tem índices deploráveis: a progressão do "deficit" orçamentário, a queda cambial consequente às emissões sem lastro metálico (2), a desvalorização de 25% das apólices federais, o segundo "funding loan" . . .

Desprestigiava-se no conceito internacional o Brasil. Infeliz coincidência: no dia em que se revoltaram no porto os marinheiros, visitava o Rio um observador que se cansara de realçar a perfeição da democracia de língua inglesa: James Bryce. As páginas pessimistas do livro que dedicou à America do Sul exprimem não só a sua impressão, como a sua doutrina: com tal inferioridade, como teríamos instituições semelhantes às suas? Padecia o autor da "American Commonwealth" do engano peculiar aos viajantes que, sem tempo de maiores análises, indicam sumariamente a sua surpresa, ao encontro de brutalidades retardadas, de restos superficiais de uma desordem absurda. Mas o que escreveu, com o azedume e a dogmática de um Gobineau, retratava a presente verdade das cousas (3). Retrogradára-se!

(1) FERNANDO MAGALHÃES, *O centenário da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*, p. 104, Rio 1932.

(2) AUGUSTO BULHÕES, *Leopoldo de Bulhões*, ps. 404-5 "...E tivemos um ensilhamento embora em menores proporções do que o anterior" palavras do senador Bulhões, 27 de Agosto de 1915. Leia-se também RAUL ALVES, *História política dos governos da República*, p. 187, Rio 1927.

(3) As afirmações amargas de BRYCE no seu livro *South America*, respondeu SALVADOR DE MENDONÇA, *Situação internacional do Brasil*, p. 57.

CAUDILHO E OLIGARQUIA

Resistencia triunfante.

A liquidação do partido republicano conservador — e de Pinheiro — recorda a do partido republicano federal — e de Glicerio. Em 1913, como em 1897, incompatíveis com a direção forte do centro, se coligavam os governadores contra o homem poderoso; e o abateram. Variaram os métodos. Glicério não contára com Prudente, e caiu; Pinheiro tinha o marechal, e não bastou. Num caso, foi o presidente que alijou o “protetor” da república; no outro, os Estados que se impacientaram com a submissão do presidente, e quiseram libertá-lo. Tem este sentido o início da rebeldia, com Dantas Barreto. O governador de Pernambuco era o único que podia investir sem temor o *chefe nacional*. Militar insuspeito ao regime, guindado ao governo pelo militarismo anti-oligárquico (que não excluía a improvisação da sua oligarquia substitutiva), contando com a simpatia da classe e, no Catete, com a dos adversarios de Pinheiro, não soaria a sua palavra como uma traição às instituições; seria, de qualquer modo, o anátema... dos salvadores. Começou Pinheiro a perder a batalha quando a precipitou, telegrafando-lhe, que o P.R.C. iria reunir-se para tratar da sucessão presidencial. O P.R.C. era Pinheiro; e o seu candidato, ninguém duvidasse, seria Pinheiro. Indignado, respondeu Dantas, a convenção para tal fim devêra ser nacional, não de um partido; porem se do P.R.C., pelo menos os delegados tinham de

ser os indicados pelos governadores... (1) Nesta réplica cruzam os ferros o *caudilho* e a *oligarquia*, o poder que centraliza e o poder regional que o repele, o personalismo presidencial e a provincia resistente. A reacção dinamita o pinheirismo, que se refôrça com o apoio dócil do marechal ("abrigado à sombra do P.R.C.", diz ele, num discurso indiscreto) (2) mas se desmantela com a impossibilidade da candidatura do seu mentor. A atitude de Dantas é secundada pela politica fluminense (e Nilo Peçanha). Consultado sobre o nome de Pinheiro, Oliveira Botelho, governador do Estado do Rio, recusa-se a aceitá-lo. Cientes deste passo, Francisco Sales (com os politicos mineiros) e Cincinato Braga (com os paulistas) trataram de aproximar os dois grandes Estados, dirigidos por Bueno Brandão e Rodrigues Alves. Em Ouro Fino, Cincinato e Bueno Brandão combinaram (chamou-se de pacto de Ouro Fino o acôrdo, de 21 de Abril de 1913) que Minas e São Paulo se consultariam antes de tomar uma decisão (3). Fracassa a manobra de Pinheiro de dividir São Paulo apresentando Campos Salles (que faleceu em 28 de Janeiro); a idéia de Nilo, de reunir os municipios em convenção, em vez dos delegados partidários, produz a reunião formidavel de 27 de Julho, que sufraga o nome de Ruy Barbosa, e, ao mesmo tempo, o partido republicano liberal, por ele creado (4) — com a mesma plataforma revisionista de 1910; e à vista do "impasse" Sabino Barroso lembra ao governador de Minas o seu conterraneo Wenceslão Braz, vice-presidente de reputação intacta,

(1) DANTAS BARRETO, *Conspirações*, p. 215.

(2) DANTAS BARRETO, *ibid.*, p. 220.

(3) Respondendo a Pinheiro no ano seguinte, Ruy lhe recordou o véto dos dois grandes Estados, *O sr. Ruy Barbosa, no Senado, responde às insinuações do sr. Pinheiro Machado*, p. 5.; vd. tambem SERTORIO DE CASTRO, *op. cit.*, p. 324 e segs. Habilmente, os mineiros (por sugestão de Bias Fortes) responderam a Pinheiro, que o preferiam na presidencia do seu grande partido...

(4) Vd. *Manifesto da grande convenção nacional de 26 e 27 de Julho de 1913*, Rio 1913; em anexo, *Programa do partido republicano liberal* (Ruy Barbosa).

porque sabiamente se isolára, na sua paz rural, de Itajubá. Não havia melhor solução. O humorista gracejou: este (o de Wencesláo) foi o caso único de promoção por abandono de emprego... (1) Pinheiro ainda quiz acomodar, insinuando a candidatura de Borges de Medeiros (2). O diretório situacionista de São Paulo se dispunha a aceitar a fórmula Ruy-Glicério. Então Rodrigues Alves vibrou o golpe. A revelia dos correligionários, cortando-lhes as combinações, telegrafou, decisivo, ao seu colega de Minas: concordava com Wencesláo. "Eis como se faz no Brasil um presidente da república pelo arbitrio de um só homem..." (3). A frase de Ruy é injusta. Na realidade foi feito pela coligação espontânea dos dirigentes estaduais contra dois adversarios diferentes, o temível *homem forte* e o *gênio* perigoso. Ambos os ameaçavam, um pela prática, o outro pela teoria. O primeiro, humilhava-os; o segundo, com a rebelião do povo, o ódio às *oligarquias* — os aniquilaria. Wencesláo simbolizava a continuação legal, segura e hábil, dentro do clássico bom senso mineiro...

Prudencia e firmeza.

Homologados os nomes de Wencesláo e Urbano Santos (este, maranhense, representando o norte) na convenção que a seguir se reuniu, o pinheirismo, que aderira, fingindo orientar os acontecimentos mas já agora por eles conduzido, julgou que não se lhe alterára a fortuna. Pois os candidatos eram do partido, governariam com ele... Puro engano. Ou antes: com a finura do seu sentido das realidades, o *caudilho* não se iludiu nas suas apre-

(1) RAYMUNDO DE MENEZES, *Emílio de Menezes, o último boêmio*, p. 228, São Paulo 1946.

(2) "Um homem houve que solveu essa tensa situação: Sabino Barroso...", J. P. CALOGERAS, *Formação histórica do Brasil*, p. 467.

(3) RUY (em S. Paulo), *Campanha presidencial*, p. 201.

ensões. O marechal fôra-lhe fiel. Sem base nem trégua política, numa situação de desordem e comoção, fôra resistindo, mas fôra sempre ao encontro do "leader" supremo, que passára a jogar por conta própria. Wencesláo jamais se lhe submeteria. Era um cauto espirito respirando — na liberdade vigorosa da sua força que se chamava a politica mineira, ligada agora à paulista — todas as sugestões da reacção — contra o mal estar reinante. Compreendera, no seu êrmo de Itajubá, que arredaria Pinheiro, ou tropeçariam juntos. Um ou outro. A incompatibilidade denunciou-se desde a sua plataforma, em que (reproduzindo a doutrina de Afonso Pena) sustentou de passagem a tese de que o presidente governa fôra e acima dos partidos. Era como se sussurrasse: sem Pinheiro. . . Sem ele organizou o ministerio⁽¹⁾ Os atos essenciais do governo — depois que assumiu com esperançoso aplauso em 15 de Novembro de 14 — corroboraram o compromisso.

Dois casos de ressonancia nacional definiram o divorcio, riscando as paralelas: porque nos dois o ressentimento de Pinheiro reavivou a flama dos protestos gerais. O primeiro, foi do Estado do Rio, em que o homem a destruir era Nilo; o segundo, o de senador por Pernambuco, em que, para ferir Dantas Barreto, a vitima foi José Bezerra.

O caso fluminense foi o da clássica dualidade de assembléias em torno dos candidatos a governador que se diziam eleitos, o pinheirista Feliciano Sodré (da corrente de Oliveira Botelho) e Nilo, responsabilizado pelo fracasso do pinheirismo. A maioria da assembléa apoiava Sodré, mas a minoria tinha a mesa, que impetrou ao Supremo Tribunal "habeas corpus", para funcionar e reconhecer o governador. O Supremo, dando a mesa

(1) RUY BARBOSA, *disc. no Senado em resposta às insinuações de Pinheiro*, p. 29, "esperanças no novo governo".

por legitima, favoreceu-a com a ordem requerida. O fundamento da decisão podia ser respeitavel, mas se reduzia afinal à intromissão da justiça no conflito politico, com o resultado enorme da proclamação do governador pela minoria dos deputados, sem sequer se darem ao esforço de computar as urnas... (1) A maioria reconheceu, por sua vez, o seu candidato: e requereu a intervenção federal. Tudo dependia do Catete: se prestigiasse o tribunal, confirmaria Nilo; se atendesse à assembléa, o substituiria pelo antagonista. Pinheiro tentou forçá-lo a não respeitar o "habeas corpus", relegando a questão ao exame do Congresso, para isto convocado ainda em Janeiro. Foi mais forte a pressão dos doutos (Ruy, Amaro Cavalcante, Epitacio Pessoa, Clovis, Carvalho de Mendonça), da imprensa, da opinião, que viu nesse dilema estamparse o proprio julgamento do presidente, semelhante ou diferente do marechal, tanto fôsse contra ou a favor da justiça... Wencesláo resistiu a Pinheiro; mandou cumprir o "habeas corpus"; e não se negou sequer a fornecer tropa de linha, para que Nilo se empossasse, quando ainda na Camara se protelava — com descredito do pinheirismo derrotado — o debate da intervenção... (2) O Congresso, como no tempo de Glicerio, libertava-se do partido, para ficar com o Catete. Mas o partido dispunha do Senado. Dantas elegera em Pernambuco José Bezerra contra Rosa e Silva. Pinheiro, contrariando o Catete, fez reconhecer Rosa e Silva. Irritado, e já em resposta ao desafio, o presidente nomeou Bezerra ministro da agricultura. Cada um dos poderes constitucionais exercia as suas atribuições — disse Pinheiro, fingindo-se indifferente. De fato, deslisava para a opposição, com os

(1) ELYSIO DE ARAUJO, *Através de meio seculo*, p. 256.

(2) Ruy sustentou a legitimidade do *habeas corpus*, disc. de 28 de Jan. de 1915, in *Comentarios à Constituição Federal Brasileira*, organizada por Honero Pires, V, 514, e ainda noutras sessões do Senado. *Rev. do Supr. Trib. Fed.*, III, n.º 1.

seus riscos e as suas decepções. Mas o país ignorou os planos que o "homem forte" elaborava para retomar a iniciativa. A morte atalhou-lhe o declínio.

O fim de um chefe.

Aquele tempo se pregava aos quatro ventos a eliminação de Pinheiro, contra quem, pezadamente, caíam as acusações mais cruéis. Parlamentares, na sua tribuna, a imprensa em linguagem desabrida, nos comícios oradores rancorosos, o indigitavam ao castigo. E ele, sobranceiro, falando a estudantes que iam festejá-lo, citava Cesar; que não esconderia a face na toga, porem a descobriria, a olhar de frente os que o investissem... Um pressagio flutuava nesta retórica: era como se previsse o atentado nos degraus do palacio legislativo, o seu vulto esguio de vencedor da guerra mais alto e imperioso no encontro com os conspiradores assustados, e para lhe assistirem a serena coragem, os "padres conscritos", e a república... Não acertou com o retrato de Brutus. Foi um pobre sujeito, fanatico e irresponsavel, que o atacou silenciosamente, pelas costas, movido por um instinto sombrio de vingança cívica, de exasperação indefinivel... Chamava-se Manço de Paiva. Na tarde de 8 de Setembro de 1915 entrava Pinheiro no Hotel dos Estrangeiros para visitar Albuquerque Lins. Ao subir as escadas acompanhado de Bueno de Andrade e Cardoso de Almeida, aquele desconhecido, que lhe seguira os passos, cravou-lhe duas vezes nas costas o punhal barato. "Canalha!.. Apunhalaram-me", foram as suas ultimas palavras; e tombou morto, sem tempo siquer para divisar nas feições do assassino a imagem do ódio ou da loucura.

Manço de Paiva, preso quando fugia, não se exculpou, transferindo a responsabilidade do crime aos politicos que dele se beneficiavam. É claro que a opinião

publica não se conformou com isto, e, durante muito tempo acusou, identificou, proclamou supostos mandantes — rebuçados nesse misterio impenetravel (1). Manço de Paiva condenado à pena máxima, de trinta anos de carcere, acabaria por declinar esses nomes, se em verdade (é o que se pensa) tivesse sido um instrumento da conspiração, executando-lhe as ordens (2). Cumpriu a pena, esquecido e dócil. E tão inofensivo que um dia o libertaram, velho, decrépito, desmemoriado, sem interessar a ninguém, farrapo humano perdido na insensibilidade da capital, mais ignorado do que absolvido pela inconstancia dos tempos...

Em 1897 e em 1915 produziram-se acontecimentos análogos — tanto pelo golpe que falhou como pelo que acertou. A tentativa de assassinato do presidente dissolveu o partido que o combatia; a imolação de Pinheiro acabou com o partido que ia lançar-se contra o presidente. Extintos, nesse acampamento de guerrilha, os fôgos sustentados pelo caudilho, com os seus funerais podia dizer-se que concluíra o capitulo da ortodoxia republicana, de que fôra o personagem central, representando o autoritarismo organizador de Castilhos, a vitória armada da Divisão do Norte, o pensamento da “propaganda” caldeado na experiencia do poder, através da sua conquista, quer aos inimigos confessos, quer ao presidencialismo absorvente, na dupla qualidade de “condestavel” e “leader”. Renovava-se, com o quadro dirigente, a face do governo: e aquele mineiro de habitos simples, que viêra de Itajubá a apaziguar paixões, em verdade as amorteceu com a autoridade tranquila. Ajudou-o a circunstancia de estar o mundo em guerra.

(1) COSTA PORTO, *op. cit.*, p. 211.

(2) Vd. as confissões do criminoso, XAVIER DE OLIVEIRA, *O magnicida Manço de Paiva*, ps. 162-3, Rio 1928. Na prisão, mais tarde, dizia ele a este medico: “Pena é que não apareça um outro doido que mate o Eptacio, já que eu não posso sair daqui”, *ibid.*, p. 185. Intoxicava-se de leitura de jornais...

Não teve profundidade a chamada *conspiração dos sargentos*, em que se envolveram alguns opositores impacientes, pensando em proclamar, com uma quarte-lada em regra, a *republica parlamentar*... (1) Estouraria a 18 de Dezembro de 1915. Descobriu-a a policia; fez-se o competente inquerito; e, sem serem incomodados os politicos, saíram do exercito os inferiores culpados...

A conflagração européia aconselhava administração severa, que se não compadecia com os excessos partidários (2). Devia preparar-se a *defesa nacional*. O seu ministro da justiça era um jurista, e como tal se comportou: Carlos Maximiliano. Exigia cuidados especiais a situação financeira. E um sôpro de idealismo militar percorreu, de norte a sul, o país alarmado...

(1) Vd. General ABÍLIO DE NORONHA, *Narrando a verdade*, p. 16, S. Paulo 1924. O candidato dos sargentos à presidencia da republica era o general Dantas Barreto, MAURICIO DE LACERDA, *Entre duas revoluções*, p. 44, Rio 1927 (respondendo ao general Abílio). Confirma essa "tentativa de revolução parlamentarista", CAMPOS DE MEDEIROS, *Lutas pela pátria*, p. 65.

(2) PEDRO CAVALCANTI, *A presidencia Wenceslau Braz, 1914-1918*, p. 7, Rio 1918 (e af a síntese histórica do quadriênio).

O EPISODIO DO CONTESTADO

Outro caso de fronteiras.

No final desse difficil periodo uma desordem grave encheu de apreensões o sul do país. Foi o banditismo que tomára conta da região "contestada" entre o Paraná e Santa Catarina, e, desafiando as expedições punitivas, enfrentava, mortífero, o exercito... Sem poderem acabar com aquilo, e declinando de qualquer responsabilidade na rebelião obscura, ambos os governos, de Santa Catarina e do Paraná, pediram a intervenção federal.

Correra o problema de limites pelo fôro proprio, o Supremo Tribunal; mediante a ação proposta pelo governo catarinense, em 1901. O acórdão de 6 de Julho de 1904, 5 votos contra 4, deu-lhe razão, mandando que passasse para a sua jurisdição o territorio abaixo dos rios Saí (litoral), Negro e Iguassú⁽¹⁾. A decepção dos paranaenses foi profunda, pois consideravam suas as terras do oeste, senhoriadas outrora pelas colonias militares de Chopim e Chapecó, com os campos de Palmas, Sant'Ana, Iraní. Rejeitou-lhes o Supremo ambos os embargos, fundados em que a executória carecia de lei, que a fizesse

(1) Vd. o resumo da questão in ROMARIO MARTINS, *Historia do Paraná*, p. 508 e segs.; ENÉAS MARQUES, *Generoso Marques*, p. 77 e segs. O litigio fôra aberto em 1891, quando Santa Catarina propoz que se fixasse a fronteira na linha Rio Negro-Iguassú: o projeto foi arquivado no Congresso Nacional. Ambos os Estados aceitariam o laudo arbitral de Manuel Vitorino. Fracassou o acôrdo porque o presidente do Supremo Tribunal, Olegario de Aquino e Castro, entendeu que a esta Corte faltaria competencia para homologá-lo. Daí a ação intentada, e ganha por aquele Estado, mas com tal abalo da opinião, que a sentença não chegou a ser executada. Substituiu-a o acôrdo final de 1916, como diremos, sob os auspicios do presidente Wencesláo Braz.

cumprir; mas o juiz federal em Curitiba (João Batista da Costa Carvalho) aceitou esta preliminar, para suspender a aplicação da sentença.

O tribunal responsabilizou o magistrado. Agitaram-se os meios jornalísticos. Inflamou-se, indignado, o espírito popular, nos dois Estados. E um sucesso novo mudou a fisionomia do litígio: a irrupção do crime nos "contestados" confins. Sem autoridades municipais nem policia que os disciplinassem, por esses logares, abandonados à sanha dos aventureiros, prosperaram duas espécies de rebelião: bandoleiros, que se diziam levantados contra as invasões; e *fanaticos*, à volta de "monges" milagreiros, que lembravam — de corda à cinta e cruz arvorada — o *Conselheiro*, dos sertões da Bahia. Aliás essas duas fórmulas de sublevação se entrosavam na mesma revolta espontânea, dos ocupantes da terra, contra a força pública, que "monges" e chefes de malta diziam que os ia castigar e remover, com infames crueldades... A "guerra do Contestado" entranhou-se — como a de Canudos e, de algum modo, a do Joazeiro, — nessa desconfiança primária, explorada pelos interesses locais, na questão irritante de limites⁽¹⁾.

Monges e bandidos.

Concorrera para o povoamento do vale do rio do Peixe, cortando em vertical aquele bravo oéste, a construção apressada da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande, entre União da Vitoria, onde terminava em 1906, e o rio Uruguai. Milhares de trabalhadores espalharam-se

(1) Como os dois Estados requisitaram a intervenção federal, e em verdade o banditismo do Contestado os desafiava a ambos, não se pôde dizer que atrás dos rebeldes estivessem agentes do governo. Nas suas Memórias, o general Setembrino de Carvalho declara não ter achado vestígio disto, *op. cit.*, p. 137. Os adversários dos chefes locais engrossavam as hordas dos fanaticos, OSVALDO R. CABRAL, Santa Catarina, ps. 888-9.

pelas matas, onde, em 1912, surgiu o “monge” José Maria, sucedendo a outro, João Maria, que, desde 1896, se tornara famoso no vale do Rio Negro. Antigo soldado da policia do Paraná, místico imaginoso, que de doze companheiros fizera — *Carlos Magno* das histórias de cordel — “doze pares de França” (1), o andarilho juntou muita gente e, com ela armada, repeliu a primeira expedição mandada de Curitiba para dissolvê-la. A noticia deste revés o comandante do regimento de segurança, capitão João Gualberto, quiz, ele proprio, reprimir os rebeldes. O seu sacrificio (como o de Moreira Cesar, em 1897) alarmou a nação. Assaltado, com 58 praças, nos campos de Iraní, João Gualberto tentou defender-se manejando a sua metralhadora *Maxim*, que falhou; foi prostrado a golpes de facção; e ali ficou, morto, com vários companheiros. Desmoralizada pelo inopinado da derrota, debandou a tropa... (2) Para vingar a desbaratada coluna requeria-se grande força. O governo federal, intervindo, nomeou para comandá-la o general Setembrino de Carvalho (que a 12 de Setembro de 1914 assumiu em Curitiba a inspetoria da Região Militar que abrangia os dois Estados). Organizou — conforme os preceitos da guerra — uma expedição das tres armas, que somou 7 mil homens, tendo por eixo de manobras a cidade do Rio Negro: e a dividiu em destacamentos, remetidos para todos os sítios onde se acastelavam, nos seus “redutos”, os bandoleiros (3). A viva força, ou persuasivamente, o exercito chamou à obediencia ou limpou de *fanaticos* o sertão do Rio Negro, e, em marchas convergentes — cortadas as possibilidades de fuga — alcançou o núcleo principal, ao norte de Perdizes, “reduto de Santa

(1) OSVALDO R. CABRAL, *op. cit.*, p. 386; Major ÁVILA DA LUZ, *Os fanaticos, crimes e aberrações*, p. 91, Florianopolis 1952.

(2) Vd. *Campanha do Contestado, Episodios e impressões*, p. 129, Rio 1916.

(3) SETEMBRINO DE CARVALHO, *Memorias*, p. 141 e segs.

Maria" (1). Este, o Canudos do Contestado. Tratava-se de uma posição quasi inexpugnável a cavaleiro do vale, entre espessas florestas, taquarais impenetráveis formando, sob a umbrela do arvoredor, complicado sistema defensivo... Debalde — em 8 de Fevereiro — uma coluna tentou tomá-la, a rajadas de metralhadora e a ponta de baioneta. Voltou, com numerosas perdas. Era aconselhável dividir a tropa, para que o ataque fosse vibrado tanto pelo sul como pelo norte. Da coluna do norte se encarregou o capitão Potiguara: e com tal impeto, sem conexão com a outra, que invadiu o "reduto", e aí se manteve, até que, prevenida por mensageiros, que se escoaram através da mata, também esta entrou em ação, esmagando as últimas resistências. A tomada de "Santa Maria" — a 5 de Abril de 1915 — pôz termo à campanha, que custou doze oficiais e para cima de 300 soldados mortos no cumprimento do dever (2).

O acôrdo.

Dirimiu a pendência de limites o acôrdo a que o presidente Wenceslão Braz ligou o nome, chamando à conversação os dois governadores. Foi celebrado no Rio de Janeiro, a 20 de Outubro de 1916. Santa Catarina ficava com 25.510 quilômetros quadrados, e o Paraná com 20.310. O traço fronteiro, equidistante do Iguassú e do Uruguai, passando por Rio Negro, e União da Vitória, deixava em território paranaense Palmas e Clevelandia.

(1) SETEMBRINO DE CARVALHO, *op. cit.*, p. 154.

(2) *Discurso do senador Generoso Marques*, 26 de Julho de 1917.

A GRANDE GUERRA

Realidade internacional.

Paralelamente à politica de paz interamericana, consagrada pelas Conferencias de Washington (1889), do Mexico (1902), do Rio de Janeiro (1906), de Buenos Aires (1910), se desenvolvera na Europa — depois da refulgente reunião da Haia, em 1907 — uma politica de guerra suspicaz e lógica. Abandonou a confiança na justiça internacional, de que tanto se falára, para substituir o principio do equilibrio (que vinha de Richelieu e Mazarino) pela nova fórmula dos blocos ou alianças preventivas. Dividiu aquele mundo assustado em dois campos armados, de um lado, os *imperios centrais* (Alemanha e Austria) e a Italia, do outro, a França e a Inglaterra, com a Russia; e o levou ao conflito, como consequencia natural dos seus proprios planos de ação. O medo reciproco, a idéia de que, passada a oportunidade, nenhum dos dois grupos poderia suportar a superioridade do inimigo, os acontecimentos balcânicos, fóco histórico da crise européia, explicam o resto, ou seja, a deflagração, em Julho de 1914, da catastrophe. Dela o Brasil estava geograficamente distante, mas moralmente vizinho, muito mais do que acreditavam os desatentos politicos que, absorvidos pelos fatos nacionais, não tinham acompanhado a evolução do mundo. A guerra, passando do estreito âmbito de um choque de potencias para o terreno vasto de uma competição de forças universais, utilizaria igualmente os seus meios agressivos ao longo das rôtas mercantís, na amplitude das zonas economicas,

para lá das regiões conflagradas onde quer que chegassem os interesses dos beligerantes — repudiados dest'arte os conceitos da neutralidade, do isolamento, da indiferença dos países pacíficos e longínquos em face de uma calamidade estrangeira. Teríamos em todo caso de revêr a nossa atitude, se — como parecia inevitável — os Estados Unidos mudassem a sua. Nesta hipótese, a eles ligados pelos compromissos férreos do americanismo, que se forjavam desde 1893, estaríamos tacitamente no fôgo, fossem quais fossem as perspectivas desta solidariedade. Iludissem-se os incautos, os partidários de uma abstenção utópica, os germanófilos. . .

Neutralidade e indignação.

Logo a 4 de Agosto, o governo da Republica, notificado pelo embaixador alemão do estado de guerra do seu país com a França e a Rússia, decretou o cumprimento rigoroso das regras de neutralidade (1). Estendeu-as, por atos sucessivos, às relações com os que se foram metendo na luta (2). Mas as condicionava às circunstancias do commercio marítimo, subordinado ao bloqueio das esquadras aliadas, que dele excluía a Alemanha; e à inclinação das populações, atraídas sentimentalmente para a causa "democrática". Começou essa manifestação — crescente e inestimável — das preferencias populares quando, a despeito de seu "status" de nação neutral, desde 1839, os exercitos do Kaiser invadiram a Belgica e, de roldão, se lançaram sobre Paris. Alem da inversão do direito internacional (diria Ruy, dois anos depois), o que perigava era o proprio núcleo de cultura e tradição onde

(1) *Ministerio das Relações Exteriores, Guerra da Europa, Documentos Diplomaticos, Atitude do Brasil*, p. 5, Rio 1917.

(2) Decr. de 12 e 24 de Agosto de 1914 (Grã Bretanha e Alemanha, Japão e Alemanha), de 10 de Março de 1916 (Portugal e Alemanha), de 29 de Agosto de 1916 (Italia e Alemanha).

pulsava o coração do humanismo, numa civilização ferida de morte... A batalha do Marne, rebatendo a ofensiva, mudou-lhe o curso. A França resistia; e a Inglaterra, senhoreando os oceanos, deles varrêra os corsarios. Lutava-se por uma fórmula de existencia, entre as democracias e a "kulturkampf", o direito da força, as conclusões radicais a que o germanismo chegara através dos mares e dos professores (1). Não era difícil a opção para um povo educado nas fórmulas liberais, e como o nosso povo, sobretudo sensível ao apelo das vítimas, à causa dos fracos, às atrocidades desencadeadas pela conquista... Improvisaram-se no Rio e nas capitais dos Estados, "ligas pró-aliados. Recem-chegado da Europa, onde pudêra medir a extensão daquelas ameaças, Miguel Calmon fizêra na Bahia um discurso previdente, que chamou *As lições da guerra* (1915). Os militares que redigiam a revista "*A defesa nacional*" telegrafaram-lhe, que viera cooperar na propaganda do serviço obrigatório, "a fim de poupar o Brasil das tribulações futuras..." (2). Outro não foi o sentido da *Liga de Defesa Nacional*, que, com Pedro Lessa, fundou em 7 de Setembro de 1916, tendo por interprete peregrino do seu programa quem, desde Outubro de 1915, falando aos estudantes de S. Paulo, se destacára como arauto da mobilização: Olavo Bilac (3). Instituído em 1908 o sistema do sorteio militar, ficára até aí letra morta, à espera de que o aceitassem. Obrigatório... para que? Para rejuvenescer, infundir vida nova à pátria, clamou o poeta — levando, profético, à mocidade

(1) Vd. PACIFICO PEREIRA, *Conferencias*, p. 20, Bahia 1915. Daquella filosofia truculenta (sic) deu Ruy o resumo na conferencia de Buenos Aires, de 1916. *A Grande Guerra*, ed. de F. Nery, p. 34, Rio 1932.

(2) MIGUEL CALMON, *In Memoriam*, p. 55. Do outro lado, Dunshee de Abranches advertia, acreditando na vitória alemã, a *ilusão brasileira* (Rio 1917).

(3) Vd. oração in *Ultimas conferencias e discursos*, p. 175. Miguel Calmon foi em verdade o creador da Liga. Bilac dizia ter sido de Afonso Arinos o primeiro grito de alarme, pref. a *Lendas e tradições brasileiras*, de A. Arinos, p. III, Rio 1917.

das escolas, o grito de alerta (1). Festejando-o, o exercito lhe oferecêra (15 de Novembro de 1915) um banquete: associava-se à intelligencia, para persuadir e arregimentar. Não parou mais: falou à marinha, celebrou liricamente, no dia da bandeira, o simbolo nacional; foi a Minas, onde Afonso Arinos déra, em 1915, “o primeiro grito de alarme”, ao Rio Grande, ao Paraná; fez, em transportes de eloquencia, a propaganda das armas: e a 10 de Dezembro de 1916 a inauguração do sorteio — em todas as regiões militares — foi uma cerimonia comovente. A *Liga* cumpria o objetivo: e floresceram os “tiros de guerra”, com a inscrição em massa do voluntariado entusiasta... Ruy Barbosa teve parte grande nessa excitação: por ele, teria o Brasil desmascarado desde o primeiro instante o apoio aos aliados, vociferando, do alto de sua torre espiritual, o protesto contra a agressão, a estupidez dos tiranos.

Marcha para a intervenção.

“Neutralidade não quer dizer impassibilidade: quer dizer imparcialidade; e não ha imparcialidade entre o direito e a injustiça” (2). Esta sentença, proferiu-a em Buenos Aires, a 14 de Julho de 1916, num discurso coruscante de anátemas, que surpreendeu o governo. Embaixador às solenidades que a 9 de Julho comemoraram o centenario da independencia da Argentina, falou Ruy ao auditorio universitario, despindo-se da qualidade diplomatica, orador politico na plenitude da cólera cívica. Tal oração, em que censurava a neutralidade americana, querendo que se transformasse na defesa imediata do *direito contra a força*, desembainhando sobre a ruina européia o gladio vindicativo — repercutiu no estran-

(1) Conf. na Faculdade de Direito de S. Paulo, 9 de Out. de 1915, *op. cit.*, p. 121. Para o cotejo de idéias leia-se Miguel Couto, *O ideal da paz e a defesa nacional*, Rio 1915.

(2) RUY BARBOSA, *A Grande guerra* (edição de F. Nery), p. 56, Rio 1932.

geiro como uma definição do Brasil. O sr. Bouilloux-Lafont, que lhe tinha o texto, telegrafou-o para os jornais de Paris, que anunciaram... "L'entrée de l'Amerique dans la guerre!" Ainda não era; o ministerio do exterior procurou reduzir as dimensões à "imprudencia"; irritou-se Ruy; e o povo o aplaudiu. Estava condenada a politica moderada de Wencesláo com a astúcia do ministro do exterior Lauro Muller, centro de convergencia das desconfianças nacionalistas (1). Filho de alemães, — apesar de sua brilhante carreira pública, e dos galões que lhe reluziam na história da Republica — era suspeitado de germanófilo, culpado da abstenção sistemática, responsavel pelo *pacifismo* inerte. Enquanto estivesse no Itamaratí, continuaríamos em mole expectativa... Lauro poderia escusar-se com os Estados Unidos, que também se tinham encolhido numa passividade misteriosa — da qual rebentaram, numa explosão de fúria, quando a Alemanha os afrontou com a guerra submarina (2). Isto em 31 de Janeiro de 1917. Corretamente, a nossa chancelaria reagiu contra esta "postergação dos principios reconhecidos do direito internacional": as relações com o Imperio passam a depender do respeito aos nossos barcos, que, em nenhuma hipotese, podiam ser atacados. Pela mesma razão, romperam os Estados Unidos (4 de Fevereiro). Aguardamos, fatalistas, os torpedeamentos. O do "Paraná", na costa francêsa, a 3 de Abril, mostrou que seria inutil protelar o inevitavel: os submersiveis não

(1) O embaixador Luiz de Souza Dantas, então sub-secretario do Exterior — nos referiu a surpresa que lhe causou a conferencia de Ruy, com a qual não contava. É claro que a escreverem no Rio, fora vertida a espanhol pelo ministro Manuel Bernardes, e se destinava a assinalar a inconformidade do sentimento juridico do continente com a neutralidade tímida dos governos. Ruy explicou os fatos no discurso do Teatro Municipal, 17 de Set. de 1916, *A Grande guerra*, p. 91, e a eles voltou na oração de Petropolis, em 7 de Março de 1917, e de S. Paulo, 4 de Abril de 1919.

(2) Sobre a evolução da attitude dos Estados Unidos, vd. nosso *Brasil e America*, p. 117 (citando Victor Giraud, David Jayne Hill...) Foi um dos motivos da decisão a politica secreta da Alemanha em relação ao Mexico, surpreendida pelo Intelligence Service.

nos respeitariam os navios. Rompendo, o governo entregou os passaportes ao pessoal da legação, e tomou conta dos vapores alemães imobilizados nos nossos portos (11 e 13 de Abril) (1). No dia 14 de Abril enchia o povo a avenida Central, para glorificar Ruy Barbosa — que invectivou, como uma vergonha pública, “a continuação do estado de paz”.

Estava em guerra a America do Norte a 23. Respondeu o Itamarati à comunicação “yankee”: permaneciamos neutros... Explicaria Wencesláo, na mensagem de 22 de Maio, que nesse novo decreto de neutralidade deixára de usar “termos empregados em atos anteriores”; fôra sibilino. Não bastava! Somava-se à emoção das ruas a conveniencia evidente do gesto, que confirmasse a decisão nacional de manter o continente unido, de desagrar lá fôra a bandeira metralhada pelo corso marítimo... Iamos devagar. Foi o afundamento do “Tijucá”, que avivou a linguagem da imprensa, atçou as iras populares e forçou Lauro Muller a demitir-se — em 3 de Maio. Assumiu a pasta Nilo Peçanha. E a 22 o presidente pediu ao Congresso que revogasse a neutralidade, em favor dos Estados Unidos (2). Terceiro naufragio consumou a evolução para a guerra: em Outubro, o do “Macau”. Solicitada ao Congresso a 25 de Outubro, em 24 horas lhe aprovou a declaração.

(1) Vd. documentos na citada publicação oficial do Ministerio, *A Guerra Européia*, p. 18. A nota de protesto à Alemanha contra a agressão submarina fôra devidamente energica, reconheceu-se na Europa (Afonso Celso, recebendo na Academia Lauro Muller, *Discursos Academicos*, III, 234, Rio 1935). Ruy procurou provar a insegurança da ação do ministro, na oração de 1919, em S. Paulo, *Esfola da calunia*, ps. 194-6: aí o historico destes fatos. Francisco Sá, na convenção de 25 de Fevereiro de 1919, proclamou: “A politica da guerra não estava vencedora nem no Congresso, nem no governo...” ; foi Ruy quem triunfou com ela nas ruas.

(2) Vd., alem do citado livro do Itamarati, *Oto PRAZERES, O Brasil na guerra*, p. 61 e segs., Rio 1918.

Em guerra.

Pela primeira vez o Brasil, abandonando a sua tranquila politica de alheamento, introspecção e brandura, confinada neste continente de fógos apagados, brandia através dos mares a sua intervenção nos assuntos mundiais e se metia, sem medir consequencias, na sua área incendiada. Mudáramos de mentalidade, aceitando os encargos de uma nova ordem internacional: participariamos desta, e das guerras que se seguissem, porque, na realidade, como dissera Ruy em 1916, não poupára, nem poupariam, os melindres da neutralidade, os privilegios do isolamento, os direitos comuns das nações, ensimesmadas na fantasia da imunidade... Ou desistissemos do comercio exterior em tempo de guerra, cortassemos as amarras às alianças economicas, ancorássemos nos fundeadouros os navios em lastro, e esperassemos de braços cruzados que os vencedores déssem a lei ao mundo!

Foi com essa fria lógica que o brasileiro encarou a entrada na guerra do seu país desprevenido para uma colaboração ativa, sem elementos agressivos para lançar à luta, contentando-se em preparar no interior as forças "de observação", em aviar, para o patrulhamento do Atlantico, uma bela divisão naval, e em expedir, para o serviço dos hospitais, uma juvenil missão medica⁽¹⁾. A campanha espiritual de mobilização atingiu o auge em 7 de Setembro de 1917. Batalhões de voluntarios dos Estados desfilaram numa parada reluzente pelas avenidas cariocas. As outras nações viriam conosco, vaticinou Ruy, saudando no Teatro Lirico (18 de Setembro) os atiradores bahianos⁽²⁾: e virando a página, chamou-lhes a atenção para "o exemplo moscovita". "O exemplo da desorga-

(1) Cerca de cem medicos, partiram em 18 de Agosto de 1918, vd. LEONIDIO RIBEIRO, *Ensaio e perfis*, p. 455, Rio 1954.

(2) *Novos discursos e conferencias*, p. 381 e segs.

nização moscovita é a peste do oriente" (1). Punha o dedo na ferida. O movimento cívico da *Liga* era bifronte: militava, para os riscos da guerra, mas educava, para os deveres da paz. "O Brasil ainda não está feito, como pátria completa... Como faze-lo?" (discursava Bilac em Niteroi, a 15 de Novembro do mesmo ano) (2) "São quatrocentos anos de vida", lembrára aos paulistas (a 2 de Abril de 1917) (3). A Republica vencera as dificuldades materiais da instalação, da experiencia; mas se "burocratizára", nas oligarquias estaduais, perdendo, na arena politica, o lustre e a beleza do idealismo. Pacifista, no positivismo esquematico de 89, quebrára o prestigio alegórico do exercito. A revolução da armada, tres anos mais tarde, eclipsára, nos seus simbolos de heroismo, a marinha de Riachuelo. As restrições financeiras do periodo de Campos Salles praticamente tinham desarmado o país, que perdera em Canudos tantos officiais valorosos e sofrera, em 1904, com a revolta de Travassos, um golpe fundo nas suas esperanças de renovação militar. Rio Branco resolvera as questões de fronteiras. Se em 1908 soprára, rijo, o vento germanista das novidades bélicas, e em 1910 prevalecia, com a eleição do sobrinho do *fundador*, esse espirito marcial, logo a anarquia politica tudo confundira e desacreditára. Caíra no campo contrário, da impopularidade das armas, desgovernadas pela inepcia ou pela ambição. O *civilismo* de 1909 reanimára de saudáveis inquietações aquela politica exausta. Revestia-se agora de uma feição diferente: o patriotismo externo, clamoroso, reivindicativo. Os *tiros de guerra* atraíram homens de todas as idades. No tiro 7, do Rio, se alistaram personalidades illustres, que o povo, admirado, via

(1) RUY BARBOSA, *ibid.*, p. 891.

(2) *Ultimas conferencias e discursos*, p. 48.

(3) BILAC, *ibid.*, p. 57.

desfilar, de fuzil ao ômbro, na canícula carioca. Cessada a guerra, essas forças morais correriam a sacudir a estrutura politica, com as suas desilusões e as suas idéias.

Última epidemia.

Mostrára a guerra que carecíamos de defêsa armada. Provou a "gripe" de 1918 que não tínhamos defêsa sanitária. Foi a última epidemia a lembrar, com o carater de calamidade pública, as pestes que tão funda lembrança deixaram no espirito popular: com a novidade de apañhar de surprêsa o Rio de Janeiro convencido de que, com a extinção da febre amarela, não conheceria mais os antigos horrôres. Reconheceu-os — ao desembarcar no pôrto, vindo de Africa, o primeiro grupo doente da "influenza" que se declarára em vários sítios da Europa e ferira, em Dakar, a expedição brasileira. Era em Setembro (1). Logo a directoria da Saúde explicou, que a natureza universal da moléstia zombava das medidas profiláticas, não havendo o que fazer, se chegasse. Chegou.

Calculou Miguel Couto em 80% da população do Rio de Janeiro os atacados, numa quinzena. Morreram aqui 15 mil pessoas (2). Nem escaparam à onda pestilencial o sul e o centro do país.

(1) CARLOS SEIDL, *A proposito da pandemia de gripe em 1918*, p. 16, Rio 1919. As grandes cidades (Paris, Londres, New York, Madrid) não puderam evitar a visita da influenza maligna, chamada "espanhola", pela publicidade dada aos seus estragos na península.

(2) AFRANIO PEIXOTO, *Um seculo de cultura sanitária*, ps. 84-5.

UM PRESIDENTE DO NORTE

De Minas a São Paulo.

A prudência de Wenceslão — pejorativamente qualificada de vacilação e mediocridade — deu ao país outra lição de sensatez. Foi a fácil solução do problema presidencial. Em viagem a Campos, sugeriu-lhe Nilo Peçanha o nome de Rodrigues Alves⁽¹⁾. Pois recebera de S. Paulo o governo, nada mais justo do que lho devolver, dando a Rodrigues Alves o que este lhe déra... Minas e São Paulo, café com leite (motejou-se), monopólio das maiorias, entretanto equilíbrio; e paz. Depois da sua segunda administração paulista Rodrigues Alves quizera descansar, na quietude da cidade natal; mas, com a morte de Glicerio, veio para o Senado, e assim, sem fazer por isto, reocupára na cena política um posto de comando. Deixou-se candidatar e foi eleito (com Delfim Moreira, de Minas, na vice-presidência) sem esforço nem controvérsia, brandamente. Estava-se no último ano da guerra; a polícia tinha mão nas agitações operárias que pululavam com a carestia da vida e as primeiras organizações sindicais, de reivindicação violenta do *proletariado*; não havia clima para uma campanha nacional; e o *conselheiro* tinha por bandeira o seu passado. Trafu-o a combatida saúde. A 15 de Novembro, impossibilitado de tomar posse, entrou em exercício Delfim Moreira. Go-

(1) MAURICIO DE MEDEIROS, *Outras revoluções virão...*, p. 62, Rio 1932.

vernou até 27 de Junho de 1919 — porque, a 16 de Janeiro — faleceu Rodrigues Alves.

Interrompeu-se com este imprevisto a logica dos acontecimentos. Ruy Barbosa estava contra o governo, melindrado pela insídia em que se lhe envolvera o convite — assim inaceitavel — para chefiar a missão à conferencia da Paz (1). Substituiu-o nela o senador Epitacio Pessoa. Se tivesse ido à Europa, perderia parte de sua popularidade; preterido, aumentou-a. Era candidato natural à presidencia, a menos que Minas e S. Paulo se opuzessem. Opôs-se a Bahia. Em nenhuma hipotese concordaria Seabra com o seu glorioso contrerrâneo, chefe da opposição local. Isto lhe ouviu Raul Soares, vindo de Minas, com o encargo do presidente Bernardes de “coordinar” a sucessão. Conviera-se que não caberia agora nem a Minas nem a S. Paulo. A ambos os presidentes, Bernardes e Altino Arantes, faltava ainda a credencial da tradição, indispensavel ao cargo. Parecia o Rio Grande conformado com a candidatura de Ruy que, por sua vez, abrandava o seu revisionismo pondo em destaque o que omitira outrora, “a questão social” (2). Foi quando se alvitrou o nome do embaixador à conferencia da paz, evidenciado em publicidade lisonjeira pelos esplendores da representação diplomática.

(1) Domicio da Gama, ministro do exterior, mostrára a má vontade do Itamarati, com a varia do *Jornal do Comercio*, de 24 de Janeiro, em que se propalava que as delegações seriam presididas pelos respectivos chanceleres. Debalde Rodrigues Alves e Delfim dirigiram a Ruy um convite cheio de respeito e — quanto ao primeiro, embebido de sinceridade. Em resposta que logo teve a sua versão francêsa, Ruy se negou a aceitar, vd. *Centenario do conselheiro Rodrigues Alves*, II, 488, SERTORIO DE CASTRO, *ibid.*, p., Ruy, *Esfola da calúnia*, p. 243 e segs., Rio 1933.

(2) Entrevista ao *Correio do Povo*, Ruy, *Campanha presidencial*, p. 11. Bahia 1919.

Epitacio Pessoa.

Proclamado pela convenção de 25 de Fevereiro de 1919, quem mais se surpreendeu com a escôlha foi Epitacio Pessoa (1). Candidato ausente da intriga e indifferente ao seu desenvolvimento, as urnas o sagrariam a 13 de Abril, fosse qual fosse a resistencia da minoria. Ruy não recebeu encarná-la, atirando-se à campanha; discursou no Rio, em Juiz de Fora, em S. Paulo, na terra natal — que lhe fez a mais estrondosa recepção de que ha memoria, fustigou com os raios da eloquencia o “caucus”, o corrilho oligárquico, a mesquinha politica e os atôres, de quem traçou a caricatura e a condenação (2). Mas inutilmente. De tal forma que ele mesmo, a 17 de Julho, reconhecia o resultado do pleito e pedia para o novo governo uma calma expectativa. Desistia de brigar no campo federal porque tinha de atender aos amigos da Bahia, agrupados dali em diante contra o searismo.

Desempenhou-se Epitacio galhardamente da sua missão em Versalhes. Defendeu — que esta era, desde 1907, a doutrina brasileira — o principio da igualdade das soberanias (3); induziu os “grandes” a aceitarem que quatro Estados menores se representassem no conselho de segurança da sociedade das nações, com que Wilson

(1) EPITACIO PESSOA, *Pela verdade*, p. 43, Rio 1925. “Foi idéia que jamais me perpassou pela mente...” Surpreendeu-o o telegrama de 25 de Fevereiro em que a mesa da convenção lhe comunicou a escolha. Epitacio tivera na convenção 130 votos e Ruy 42, vd. deste, *Campanha presidencial*, p. 23 e segs., Rio 1919.

(2) Vd. *Campanha presidencial*, 1919. É a fase culminante do orador, pela majestade verbal dessas peças de antologia, em que por vezes o estilo faz esquecer a acrimônia, ou de tal modo supera o objetivo da catilinária, que nos dá a illusão de ser o padre Vieira o tribuno (exemplo: “o reino da mentira”, *Campanha presidencial*, p. 77-8).

(3) GUSTAVO BARROSO, *O ramo de oliveira*, p. 57, Rio 1925.

julgara banir de vez a guerra⁽¹⁾; e a convite de vários governos, presidente eleito, visitou-os (como fizera Campos Salles) com muito proveito para a simpatia que o Brasil grangeára na Europa e nos Estados Unidos.

Na velha Bahia.

Como o caso baiano sombreou os primenros tempos do novo governo, é indispensavel referi-lo. O governador Antonio Moniz mantinha-se fiel a Seabra. Por este eleito, não tivera duvida em apoiá-lo para a sua sucessão. Forte e agressiva, a opposição no Estado, desde 1916, o atenzava com o ataque diuturno. Estava sufficiente-mente aguerrida para enfrenta-lo nos comicios populares de 1919, o primeiro dos quais, a 25 de Março, foi dispersado a tiros de revolver, pelos correligionarios de Seabra⁽²⁾. O sangue aí derramado dividiu irreparavelmente as forças⁽³⁾. Ao candidato situacionista antepoz a coligação Paulo Fontes: e Ruy, acorrendo ao seu apêlo, foi prestigiar-lhe a causa na capital, no reconcavo, nos sertões, comovendo o país com o exemplo magnifico daquela peregrinação⁽⁴⁾: contra os que lhe tinham destruido a candidatura levantava o espirito popular; fulminava nessa ronda fulgurante os adversarios; chegou-se a

(1) GUSTAVO BARROSO, *op. cit.*, p. 67. Os cinco grandes, Estados Unidos (aliás por pouco tempo, pois o Senado os desligou da sociedade das nações), Inglaterra, França, Italia e Japão. Os quatro (art. 194 do Pacto), ficaram sendo Brasil, Belgica, Espanha e Grecia. Permanecemos nesse conselho até 1926, como diremos. HILDEBRANDO ACCIOLI, *Tratado de derecho internacional*, III, 428, Rio 1945.

(2) No comicio em que figuraram Miguel Calmon, Pedro Lago, Medeiros Neto, Simões Filho, estes dois foram feridos seriamente, e o primeiro, de pé, imóvel no carro que servia de tribuna, cruzou os braços à agressão. Partiu de um grupo de civis, destacados pela ruidosa solidariedade a Seabra. Pedro Lago comunicára a Ruy a união das oposições sob a sua chefia em fins de Dezembro de 1918, RUY, *Correspondencia*, p. 386.

(3) Vd. F. NERY, *op. cit.*, p. 109.

(4) RUY, *Uma campanha politica*, texto organizado por Homero Pires, S. Paulo 1932: conferencias em Alagoinhas, Serrinha, Villa Nova, Nazareth, Santo Amaro, Cachoeira, Feira de Sant'Ana, etc.

pensar que os venceria na eleição. Seria ignorar o poder da máquina; e a fatalidade de uma eleição apenas fiscalizada, ou real, nos grandes centros, mas à mercê dos chefes locais nos seus redutos inexpugnáveis... Ganhou Seabra. Pela fraude, protestaram os ruystas.

Sublevaram-se, nos sertões, tendo na capital o seu megafone: era "A Tarde", de Simões Filho.

Qual a verdade dessa guerra simulada, que, segundo as *manchetes* do vespertino mobilizára cinco a seis mil *clavinoteiros*, à cuja frente voaram, a "redimir o Estado", os *coroneis* do nordeste — com a sua respeitabilidade e os seus *cabras*? Quem os armára, como se planejou o movimento e que possibilidade tinha de exito, descendo, machiço, sobre a capital, assombrada e indefesa? Exagerava-se, é certo, a dimensão do levante, cuja direção assumiu, nas Lavras, Horacio de Matos, chefe em Mucugê, com o seu batalhão de garimpeiros. O fato é que a força policial não pôde com ele; e, confessando-se impotente para restabelecer a ordem, o governador requisitou (17 de Fevereiro de 1920) a intervenção federal. No dia imediato a solicitou a oposição, pela voz do presidente do Tribunal Bráulio Xavier. Epitácio — indeciso — tentou conciliar. Renunciasse Seabra; eger-se-ia, em consequencia, um politico amigo (e lembrou Torquato Moreira), que pacificaria tudo. Seabra recusou; ele insistiu; aceitava Frederico Costa; discordou a oposição⁽¹⁾; e à vista do fracasso da mediação, fez o presidente o que cumpria, *intervindo* por intermedio do comandante da região (general Cardoso de Aguiar). Protestou Ruy, com a fertilidade do seu saber juridico; justificou-se Epitácio, com exuberancia de razões⁽²⁾. Interveiu forçado, para restaurar a tranquillidade; e permitiu que Seabra se empossasse.

(1) EPITACIO PESSOA, *op. cit.*, p. 124.

(2) EPITACIO PESSOA, *mensagem ao Congresso*, 3 de Maio de 1920 (e *op. cit.*, p. 129 e segs., respondendo à tese de Ruy, de que não era

Ao clarão das festas.

Foi operoso e difícil o governo de Epitácio. Autoritário, sabendo o que queria, tinha a fibra dos duros homens de sua raça, com a sua valentia e a sua perseverança. Como não subira à presidência acomodando interesses, mas, ao contrário, com a capitulação deles, não se prendia a ninguém. Espantára a timidez política pondo nas pastas militares ministros civis, Calogeras e Raul Soares. Como no pacífico reinado de D. Pedro II... Parecia uma provocação: pela primeira vez na república se ousava isto. Logo reconheceu o exercito o austero Calogeras como um dos melhores ministros que o serviram. Renovou as instalações, mandando construir uma rede de quartéis modernos, adquiriu copioso material, incrementou as industrias de guerra, organizou a aviação, com a competente Escola... (1) A administração, notavel nos assuntos militares, foi emprehendedora na viação (1.200 quilômetros de vias férreas) e pioneira no combate às secas, ponto essencial do seu programa. Vindo do nordeste flagelado pelas estiagens calamitosas, identificado com as suas angústias, quis Epitácio ser o salvador da sua gente desafortunada: e — entregando o comando das obras ao engenheiro Arrojado Lisboa — mandou atacar a construção de açudes. Com rapidez, técnica estrangeira, enormes quantidade de material importado, se abriram naquela região perto de 500 quilometros de estradas de ferro, 205 açudes, 220 pçosos... Só não previu a suspensão dos trabalhos, com perda de parte

obrigado a atender à requisição do governo local). Vd. ERNESTO LEME, *A intervenção federal nos Estados*, 2.^a ed., p. 46, S. Paulo 1926; PEDRO CALMON, *Intervenção federal*, p. 48, Rio 1936. — De RUY, *O art. 6.^o da Constituição*, Rio 1920.

(1) TEODORICO LOPES — GENTIL TORRES, *Ministros da guerra do Brasil*, p. 184, Rio 1947.

do equipamento, pelo governo que lhe sucedesse (1). Nem desatendeu ao café paulista. Usou com largueza o crédito externo, 50 milhões de dólares, mais 9 para a liquidação da valorização do café, ainda 25 para a eletrificação da Central, que não chegou a começar... Agradeceu-lhe São Paulo o socorro ao café. Politicamente, respaldou-o.

Não se atemorizava com a asperêza das críticas da imprensa, exacerbada e impiedosa. Respondeu-lhe com a "lei de repressão do anarquismo" (17 de Janeiro de 1921) em que havia sanções insólitas para o incitamento à desordem, a oposição sediciosa. Desdenhou-lhe os reparos ao pedir crédito "ilimitado", para receber a visita do rei Alberto, da Belgica. Foi majestoso na sua hospitalidade. Porque transigir com as últimas resistencias *jacobinas*, a ato de tão cívica justiça qual o repatriamento dos restos mortais dos imperadores? Revogou o Congresso o banimento da familia imperial; e a bordo do couraçado *São Paulo* vieram de Lisboa os despójos — que o Rio de Janeiro acolheu com extremos de emoção. Encerrara-se o capítulo da controversia republicana; poucos sobreviviam aos choques da consolidação do regime; e a "volta das cinzas" tinha o sentido moral, de uma reparação histórica — sem vibrações partidárias, misticamente patriótica (2). Favorecia a ênfase presidencial a sugestão das datas: pois devia celebrar-se o centenário da independência, era preciso reunir em fortes indices as provas do nosso progresso — numa atmosfêra festiva de vanglória. A Exposição internacional de 7 de Setem-

(1) SATURNINO DE BRITO FILHO, *A Engenharia no Brasil*, p. 48, Rio 1040.

(2) Já em 1906 clamára Bilac, pelo repatriamento dos restos mortais de D. Pedro II e da imperatriz, guardados, com os da casa de Bragança depois de D. João IV, em São Vicente de Fóra, em Lisboa. Aprovára Ruy, *Novos discursos e conferencias*, ps. 427-9 (na Liga de Defesa Nacional, 15 de Dez. de 1920); e só em vista de críticas insidiosas deixou de ser o orador, na chegada, vd. P. CALMON, *A Princesa Isabel*, p. 346. Jazem hoje os antigos imperantes na catedral de Petropolis, em panteon onde tambem ficarão os condes d'Eu (1953).

bro de 1922 seria de ordem a deslumbrar o povo, atraíndo para o Brasil a atenção respeitosa do mundo. Juntou-se a prefeitura municipal (Gustavo Sampaio) a estas intenções: e com o apressado desmonte do môrro do Castelo ampliou a área, sobre o mar, onde em breves mêses a Exposição *universal* pompeou o contraste das arquiteturas, e o seu ofuscante pitorêsko. Perdia-se a tradição jesuítica do Castelo, dos primeiros governadôres: mas se dava à cidade um bairro fantasmagórico — pouco depois de completadas as obras de Frontin, na avenida Atlântica, e estendida esta para as praias alvas de Ipanema... Um sonho!

HAJA O QUE HOVER...

Bernardes.

Complicou o problema da sucessão a neutralidade a que se recolheu o presidente — libertando a politica. Limitou-se a discordar de Seabra para vice-presidente, pois não lhe perdoava a resistencia à pacificação da Bahia. Raul Soares, forte do apoio paulista, fez o resto. O *partido republicano mineiro* lançou o nome de Artur Bernardes; e pediu (telegrama assinado por ele e Bueno Brandão) a adesão de Borges de Medeiros. Uma convenção nacional ratificaria a escólha... A fórmula inhábil, “deliberou adotar candidatura sr. Artur Bernardes”, irritou o chefe gaúcho: contestou, lembrando a ética do regime, que impõe se conheçam previamente as idéias dos candidatos...⁽¹⁾ Pôs fogo ao palheiro. Nilo Peçanha, que acabava de chegar da Europa, aproveitou sagazmente a crise para articular, com a Bahia, Pernambuco, o Rio Grande, o movimento que se chamou, resolutamente, *Reação republicana*. Enquanto a convenção da maioria homologava — impopular mas triunfante — a chapa Bernardes e Urbano Santos, a convenção dissidente proclamava Nilo e Seabra. “Custe o que custar”, prometiam os sulistas; “haja o que houver”, respondiam os bernardistas. Inseriu-se na contenda o elemento explosivo com a publicação pelo “Correio da Manhã” de uma carta insultuosa ao exercito, atribuida a Bernardes. Era

(1) J. PIO DE ALMEIDA, *Borges de Medeiros*, p. 184.

falsa (1). Não valeu o desmentido. Decidiu o Club Militar (29 de Dezembro de 21) — em cuja presidência estava o marechal Hermes, reaparecendo no cenário — que a carta era... autentica; e entregou o caso ao julgamento do país... Tremenda vaia, seguida de arruaças, em que trovejava a revolta, foi o desafio que acolheu Bernardes, ao vir ler no Rio a sua *plataforma* (2). Estalou na imprensa uma campanha feroz, cuja linguagem incendiária não deixava dúvidas sobre a sua intransigencia; e até as canções carnavalescas, sombriamente, apostavam... *no palacio das águias não havia de pôr o pé*. Viajou Nilo para o norte, Seabra para o sul, a falar ao eleitorado. Repetiam, em escala maior, a tentativa do civilismo, de descentralizar a solução politica; mas sem a mesma ressonancia. As esperanças de reforma deslisaram do quadro partidario — que não se alteraria, com a eleição “garantida” — para o militar. Realmente o pleito de 1.º de Março foi favoravel a Bernardes. A opposição não se conformou. Conspirava-se. Ausente, em Minas, o candidato combatido, o alvo da conjura foi Epitacio, considerado responsavel pelos acontecimentos, embora apregoasse a sua neutralidade, de magistrado. Ao descer em Abril de Petropolis tanto se falou de um atentado, que o arcebispo-auxiliar Dom Sebastião Leme o foi receber à estação, para atravessar no mesmo carro as avenidas... (3) O problema era o reconhecimento pelo Congresso. Podia a maioria despir-se do habitual faciosismo?... Propôs Nilo — aconselhado por Borges de Medeiros — que uma comissão arbitral fizesse o reconhecimento (4). Que fôsse

(1) XISTO APULCHRO, *A verdade historica (Da convenção de Junho de 1921 à revolução de 1922)*, p. 175, Rio 1923. O falsario confesso chamava-se Oldemar Lacerda.

(2) JOSÉ MARIA DOS SANTOS, *A Política geral do Brasil*, p. 452, JACKSON DE FIGUEIREDO, *Reação do bom senso*, Rio 1922.

(3) MAURICIO DE LACERDA, *ibid.*

(4) Telegrama de Borges, in EPITACIO, *Pela Verdade*, p. 508; SERTORIO DE CASTRO, *op. cit.*, p. 416.

absurdo; mas convenceria... Constitucionalista, Epitácio embargou a novidade, que demitiria o Congresso do seu poder verificador. Não impediu, ou antes, aguardou a sequencia dos fatos — a que os distúrbios do Recife déram o tom revolucionário.

O estopim.

Falecera José Bezerra. Governava Pernambuco Manuel Borba. A sucessão concorriam, amigo deste, José Henrique, e, sustentado por Estácio Coimbra e pelos amigos do presidente, Lima Castro. Logo se disse que o Catete entrava na luta, com ordens à guarnição do exercito, para intimidar o governador; e da Paraíba desciam elementos policiais, violando a autonomia pernambucana... Borba assumiu uma atitude indômita, de resistencia. Graves tumultos, por tres dias, espalharam no Recife a angústia que precede as grandes imolações... Epitácio mandou que a tropa federal se conservasse nos quartéis; e eis que a diretoria do Club Militar, a 29 de Junho, desfechou um telegrama, assinado pelo marechal, em que concitava o comandante da região a não deixar “desviar a força armada do seu alto destino”. O telegrama era a luva atirada ao presidente, que a tomou no ar. O ministro da guerra indagou do marechal se era de sua autoria; que sim, respondeu; e ato contínuo o presidente mandou repreendê-lo “severamente” no boletim do exercito. Repliou que o telegrama fôra consertado pela diretoria do Club; nem podia aceitar “a injusta e ilegal pena...” Epitácio não esperou mais. Chamou o velho marechal Gabriel Botafogo, e ordenou que recolhesse preso por vinte e quatro horas o seu eminente colega no 3.º de infantaria, à Praia Vermelha. Castigado o presidente do Club, este deliberaria sobre a emergencia:

Epitacio mandou, preventivamente, que o chefe de policia o fechasse. Era em 4 de Julho; à meia noite um tiro do forte de Copacabana avisou que estourára a revolta.

5 de Julho.

Os politicos não iam tão longe, que preparassem na caserna o movimento armado. Alguns lhe conheciam a trama; a maioria o receiava. O mais interessado em conservar as instituições era, no sul, o governante que iniciára a resistencia, opondo-se à escôlha mansa do candidato mineiro. Nilo Peçanha não se envolvera na conspiração: temia que lhe afetasse a politica fluminense⁽¹⁾; Seabra queria preservar a sua, na Bahia. Ruy descera de Petropolis para aplaudir, no Senado, a decretação do sitio. O golpe de 5 de Julho foi apenas militar. Parecia inevitavel, desde que o Club, surdo aos desmentidos, insistira em considerar autêntica a carta atribuida a Bernardes; e naquela coerência de desconfiança e desafio extremára o desdém pela autoridade, com a provocação. Preso o seu presidente e fechada a sua séde, abrija-se-lhe o dilêma, do silêncio disciplinado — vitória do governo — ou da violencia, que talvez o derrubasse. As altas patentes pediam calma; mas não podiam demover tenentes e cadetes, diferentemente informados sobre a crise, e nela mergulhados com a veemencia flamante do idealismo. O 5 de Julho foi deles.

O levante teve o caracter de uma improvisação, embora o estado de espirito da officialidade desse a impressão de ser geral. Com o coronel Xavier de Brito e o tenente ajudante Roberto Carneiro de Mendonça se sublevou a Escola de Guerra, e safu a unir-se, na Vila

(1) MAURICIO DE MEDEIROS, *Outras revoluções virão...*, p. 88, Rio 1932. Que viera um official do Rio Grande tomar contato com os conspiradores, Mauricio de Lacerda, *Entre duas revoluções*, p. 143, Rio 1927. Descreve pitorescamente esse "clima", cap. PEDRO ROCHA, *Revoluções estereis*, p. 89 e segs., S. Paulo 1952.

Militar, às unidades que a seguiriam, sob o comando supremo do marechal. Este, porem, fôra novamente detido, antes de poder alcançar a tropa; e a dois quilômetros da Vila o 1.º de Engenharia, logo o 1.º e o 2.º de Infantaria, receberam a bala os rapazes (1). Travou-se, desesperada, uma luta desigual: e a Escola foi vencida. Contava o forte de Copacabana (sob o comando do capitão Euclides da Fonseca, filho do marechal) com o do Leme, e, ao que constava, com os corpos da Praia Vermelha e de Niterói. Falava-se de compromissos assumidos pelos chefes operarios (2), perseguidos pela policia, dispostos a tudo... Baldadas esperanças: resistiu só. Debelada a sedição na Vila Militar, lançou Epitacio sobre Copacabana vários batalhões do exercito e da brigada policial (sob o comando do coronel Nepomuceno Costa); expediu os navios da esquadra, ao bombardeio da praça; e intimou-lhe a rendição. Chamado a parlamentar pelo ministro da guerra, o capitão Euclides não pôde voltar. O seu companheiro, capitão Antonio de Siqueira Campos, comandou a fase final do episodio. Abertas as portas aos civis que, às dezenas, ali se tinham reunido, ficaram dezoito, decididos a morrer; mas estupendamente, num duelo absurdo com as fileiras que se acercavam. Alem de Siqueira Campos, o tenente Newton Prado, o capitão Mário Carpenter, o tenente aviador Eduardo Gomes, o paisano Otavio Corrêa, alguns soldados... (3) Saíram, em grupo, fuzis em punho, bôlso atufados de munição, às quatro da tarde, naquela praia inundada de luz; entrenchearam-se na linha do calçamento; e atiraram até o

(1) ROSALINA COELHO LISBOA, *A seara de Caim*, p. 282, Rio 1953. Fracassou o levante na Escola de Aviação, vd. cap. Pedro Rocha, *Revoluções estéreis*, p. 120, S. Paulo 1952.

(2) MAURICIO DE LACERDA, *op. cit.*, p. 95. "Assim nem as dinamites, nem os homens, nem as greves, nem a solidariedade mais remota...", pois o agente de ligação... "fazia de proposito as desligações necessarias para impedir a colaboração..."

(3) ROSALINA COELHO LISBOA, *op. cit.*, ps. 322-3 (resumindo o noticiario da imprensa).

lim⁽¹⁾. Rajadas de metralhadoras, fuzilaria, por ultimo, uma carga de baioneta, dêram a esse sacrificio a grandeza de que carecía, para sensibilizar a nação.

Sensibilizou-se, mas não se moveu.

Pelo seu jornal, Borges de Medeiros condenou logo a revolução. Era "pela ordem⁽²⁾". Esta declaração formal esfriou no extremo sul a agitação prometida. Repercussão isolada do levante de 5 de Julho foi o da guarnição de Campo Grande, no Mato Grosso, às ordens do general Clodoaldo da Fonseca. Esbarrou nas barrancas do Paraná com a expedição mixta, da policia paulista e da força federal do coronel Tertuliano Potiguara⁽³⁾; soube que havia paz no resto do país; e capitulou.

O centenário.

Foi um bonito dia, 7 de Setembro de 1922, ao se acenderem as luzes da exposição diante do presidente de Portugal, Antonio José de Almeida, do secretario de Estado norte-americano, Charles Hughes, de numerosas embaixadas especiais, da população que um momento esquecia as amarguras da dissensão interna para vêr, admirar, aplaudir, descrente da actualidade, e contente do Brasil. Em S. Paulo, o monumento do Ipiranga devia ser um dos maiores do mundo. Cunhavam-se no Rio moedas em que apareciam, conjugados, os chefes de Estado de 1822 e de 1922, D. Pedro I e Epitacio; simbolizando a continuidade historica, o palacio novo da Camara municipal ostentava nas torres os simbolos do im-

(1) Feridos gravemente, só não morreram Siqueira Campos e Eduardo Gomes. Furioso Newton Prado arrancou no hospital as ataduras e, repeliu os cuidados medicos. Sucumbiu.

(2) JOÃO PIO DE ALMEIDA, *Borges de Medeiros*, p. 203.

(3) PEDRO DIAS DE CAMPOS, *O Espirito militar paulista*, ps. 172-3.

perio e da república, em trajes mitológicos; a euforia nacionalista estampava-se no estilo arquitetónico, luso-colonial, nos congressos intelectuais comemorativos deste século vencido, nas cifras estatísticas do progresso, nas suas promessas industriais... Em 15 de Novembro transmitiu o poder a Bernardes num ambiente socegado, de trégoa ⁽¹⁾. — que seria breve e angustiosa.

(1) MAURICIO DE MEDEIROS, *op. cit.*, p. 74, conta a decepção de Nilo ao ouvir na avenida, em 15 de Novembro, palmas e vivas ao préstito do presidente que acabava de empossar-se.

INTRANSIGENCIA E REPRESSÃO

Governo inabalavel.

Presidente da república após tão áspera luta, representou Bernardes a autoridade resoluto, exercendo-a com o seu pleno *poder de policia*. Não creára essa situação: herdára-a do governo de Epitacio, com o problema politico, da inconformidade dos vencidos, agravado pela questão militar, da repressão da indisciplina. Poderia experimentar o velho remédio da anistia, segredo da "paz imperial" e feliz manobra de Prudente de Moraes para a restauração da ordem civil. Não o achou oportuno, quando corria, apaixonando a opinião, o processo dos revoltosos de 5 de Julho; ao contrario, julgou que a suavidade lhe seria tomada como terror ou recuo, e quiz parecer inabalavel. Não o ajudou, por outro lado, o ambiente, em que a aggressividade da imprensa se somava a desconfiança das classes armadas. O seu ministerio tinha valores evidentes, João Luiz Alves na justiça (jurista que declarára legitima a constituição positivista do Rio Grande, incapaz de atirar contra a magistratura o governo), Miguel Calmon na agricultura, Felix Pacheco no exterior, Oliveira Botelho na fazenda, Alexandrino na marinha, Setembrino de Carvalho na guerra. Começára-lhe, porem, o desconcerto, a proposito desta ultima pasta. Setembrino, comandante da região militar de Juiz de Fóra, condenára a exaltação do Club, e conservaria tranquilo o exercito; mas o general Carneiro da

Fontoura se destacára no comando da região do Rio de Janeiro, era energético, prometia exterminar as conspirações, e não podia ficar abaixo. Teve, em má hora, a chefia de policia. O cargo não se lhe ajustava: desempenhado sistematicamente por bachareis, só um severo legista ofereceria então à efervescencia popular uma expectativa de tolerancia e compreensão. Fontoura tornou-se, em vez disto, a imagem do arbítrio policial. Outro erro consistiu em prolongar o *sitio*, que se não interrompeu até o início da legislatura seguinte, quando obteve o governo a lei coibitiva dos abusos de imprensa — motivo accessorio do recrudescimento da opposição, com os derivativos da conjura revolucionária, intensa e subterrânea. No plano politico, longe de acomodar-se com as definições do periodo anterior, prestigiou as forças que o tinham sustentado, dando-lhes a mão no Estado do Rio, no Rio Grande, na Bahia, contra Nilo, Borges, Seabra. Foi-lhe fácil derrubar, em Niterói e na Bahia, os campeões da “reação republicana”: qualquer interferencia, porem, em Porto Alegre, esbarraria nas armas de uma organização aguerrida, e este poderío salvou ainda o castilhismo.

Desmonte . . .

Os nilistas elegeram Raul Fernandes governador do Estado do Rio; os antagonistas, Feliciano Sodré. Declarada a dualidade, o presidente, corretamente, submeteu o caso à apreciação do Congresso; e porque o primeiro deles alcançou do Supremo Tribunal a competente ordem de *habeas corpus*, mandou com igual correção, empossá-lo no governo. Não impedia que tambem se empossasse a seu modo o outro candidato, e que, por este, contra aquele se pronunciasse a milicia estadual, ficando Raul Fernandes sem garantia, sem pessoal, sem elemento algum de administração — ironicamente abandonado. Cumprira-

se o mandado judicial, mas para lhe mostrar a inutilidade. Preferiu o ilustre fluminense retirar-se do palacio e da função. Acéfala, cabia aí a intervenção: e Bernardes a decretou, incumbindo Aurelino Leal de executá-la segundo as instruções analíticas que lhe deu o ministro da justiça. O interventor — notavel jurista — restabeleceu a normalidade administrativa. Havia porem um homem que tudo faria, daí por diante, para vingar a derrota: foi Nilo Peçanha, chefe ostensivo da resistencia nacional ao situacionismo.

Em 1.º de Março de 1923 faleceu Ruy Barbosa em Petropolis; e as suas exequias justificaram uma demonstração grandiloquente de luto oficial, a que faltou o calor do sentimento popular. O patriarca do *civilismo* dele se distanciára para ser coerente, em 1922, com o repúdio à desordem — entranhada, (não se iludissem!) nos libelos com que, em 1919, fulminára o “caucus”, denunciando a falencia do sistema e dos seus “leaders”; e morreu distante das massas, que lhe fôram tantas vezes a moldura do gesto apostólico. A sina da impopularidade tisnava quantos se integrassem na ação corretiva do governo, reclamada entretanto no Rio Grande e na Bahia pelos liberais fatigados do ostracismo interminavel. O governo federal continuava o seu destino de abater os rebeldes e socorrer os aliados, como ultima esperança das oposições locais... Os *ruystas* estavam com Bernardes (anti-seabristas Miguel Calmon e Aurelino Leal); e Bernardes os apoiou em toda a linha. No Rio Grande aguentaria Assis Brasil e os federalistas, contra Borges, que depois de 5 de Julho de 22 se conciliára com o Catete — tirando-lhe o pretexto da intervenção — sem o desarmar. Cometeu o erro de propôr-se à quinta reeleição.

A revolta no Sul.

Talvez não se registrassem os fatos graves que, por oito meses, abalaram o Rio Grande, se Borges de Meireiros, atento às novas condições do país, aproveitasse o ensêjo para sair da cêna, apresentando à sucessão um nome de concordia. Os seus correligionarios mais lúcidos por isto esperavam; e numa ansiedade indisfarçavel deixaram que corresse o tempo, enquanto o silencio do presidente parecia indicar que tambem meditava sobre a propria renuncia. Puro engano: tres meses antes da data da eleição, e porque urgisse lançar o candidato governista, não houve geito senão proclamar o nome do velho Borges, em torno do qual, como era inevitavel, se uniu o partido — a defrontar, com a pujança que lhe dava a simpatia federal, o de Assis Brasil, escolhido pela Aliança Libertadora. Este titulo significava tudo: movimento, convocação para o combate, liga para o que desse e viesse, menos para eleger, do que para *libertar*... Os rótulos correspondiam à evolução normal da crise: campanha civilista, uma jornada; reação republicana, um revide; aliança libertadora, uma coalisção beligerante. A eleição vizivelmente não favoreceu Borges, que, para se reeleger precisava de tres quartas partes do eleitorado; mas não seria a assembléia, unânime, quem isto dissesse. Esboçou-se um acôrdo sob a fórma de um tribunal para a apuração (como em 1922 sugerira Borges a Nilo Peçanha); mas fracassou porque Assis Brasil queria que se lhe conferissem outros poderes. E estourou a rebelião. Explodiu na zona serrana, estendeu-se à fronteira, repontou, sem a força de 1893, porem em alguns logares com análoga fúria, nos mais distantes sítios, e os contingentes policiaes, com o seu refôrço de “provisorios”, a enfrentaram, batendo-a ali, circunscrevendo-a acolá numa série de episodios dramaticos.

O ministro da guerra, general Setembrino, foi incumbido de apaziguar o Estado. Ao chegar a Porto Alegre, irrompeu, sob as janelas do hotel em que se hospedara, tremenda arruaça. Visitava-o nesta ocasião — com a sua imperturbavel austeridade — Borges de Medeiros. A policia respondeu ao fogo; e ao exclamar Setembrino — que ela estava matando o povo — o presidente redarguiu: — A policia está cumprindo o seu dever, e defenderá a ordem, seja contra quem fôr! ⁽¹⁾ Não era arrogante; era sincero. Ao governo central não convinha aliás a guerra civil, que se seguiria, infalivel, à intervenção; preferiu negociar. Chegou ao *acôrdo de Pedras Altas* (nome da estancia de Assis Brasil, em que se firmou), pelo qual Borges continuaria no governo, porem mediante o compromisso da reforma constitucional que obstasse às reeleições, fizesse eletivos o vice-presidente do Estado e os intendentes municipais, e com isto atendesse à queixa principal dos *libertadores*. Borges cumpriu o pacto: e a reforma da constituição de Castilhos renovou a vida rio-grandense. Ganhou a batalha encerrando a sua carreira de diretor vitalício da politica republicana. Na de 1924 se entronca a revolução de 1930. O regime orgânico de 1891 dividira até aí os partidos riograndenses; a sua revogação os uniria. E dessa união resultaria, maciça, a sublevação contra os principios do presidencialismo pessoal, das oligarquias regionais, do conluio federal que as protegía, moralmente destroçados nesta brusca transformação de costumes.

Reviravolta.

Na Bahia, a coligação sobrepujava o situacionismo; e Seabra, numa sagaz tentativa de neutralizá-la, indicou para sucessor o Dr. Góes Calmon, conciliação semelhante

(1) SERTORIO DE CASTRO, *op. cit.*, p. 456.

à de Sergio de Loreto no Recife. Passou pela cabeça do astuto politico desorganizar com isto a falange inimiga (uns a favor outros contra o candidato *apolitico*) forçando a demissão do ministro da agricultura se Bernardes se opuzesse ao nome do seu irmão? (1) O fato é que, adotado este pela coligação, Seabra mudou de idéia, e, com o núcleo intransigente do partido, ficou com o de Arlindo Leoni. Perdeu a maioria da assembléia; eleito foi Góes Calmon, e por ela proclamado, se empossou, garantido, já então, pelo aparato de força, assim terrestre como naval, que convidava o governador a desistir de qualquer veleidade de reacção. Em 29 de Março de 24 subia assim ao governo o ruysmo, espertado em 1917, belicoso em 1919, derrotado em 1920, ligado em 22 à sorte do governo federal.

Novamente a rebelião.

A legislatura de 1923 começou conturbada pelas "depurações" que — eliminando como de hábito os candidatos indesejáveis — ainda mais comprometeram a maioria no julgamento das ruas. Irineu Machado, favorito do eleitorado carioca, não voltou ao Senado, porque este, segundo o parecer do senador Pereira Lobo (e lhe ficou anedótica, a "matematica", na contagem das urnas) reconheceu Mendes Tavares. Os sucessos do Estado do Rio e do Rio Grande aprofundaram o fôssco, entre o Catete e os adversarios civís; o pronunciamento (26 de Dezembro de 23) dos officiais presos (2) agravou as disposições dos militares inconformados. Em Janeiro, chegou ao presidente a primeira denuncia de uma trama extensa,

(1) A candidatura mais plausível era de Aurelino, a mais falada a de Pedro Lago: mas o presidente se inclinou para a "de conciliação", de Góes Calmon, conservando com isto o seu ministro.

(2) JUAREZ TAVORA, *A guisa de depoimento sobre a revolução brasileira de 1924*, I, 66, S. Paulo 1927.

que culminaria com o ataque, quando voltasse de trem pelo Paraná, ao ministro Setembrino (1). Fizeram-se no Rio novas prisões. Seria em São Paulo a revolução: ao comando do antigo federalista general reformado Isidoro Dias Lopes (2). Deflagrou — surpreendendo as autoridades locais — na madrugada de 5 de Julho.

Era presidente do Estado Carlos de Campos. Sucederia a Washington Luís provocando na politica situacionista uma cisão grave. As preferencias do P. R. P. pareciam fixadas em Alvaro de Carvalho. Mais uma vez, prevaleceu a vontade do governo, neste caso irresistivel, porque Bernardes apoiava Washington, que lealmente o apoiára nas horas decisivas. Mas enfraquecera o grupo dominante, cobrando energia a opposição concentrada no jornal de Júlio de Mesquita, esse persistente *partido democratico* certo de que a sua oportunidade não tardaria. A inquietação partidária em S. Paulo favoreceu o plano audaz dos jóvens officiais reunidos em torno de Isidoro: julgavam ter auxilio civil, ambiente propício, a ressonancia de elites descontentes, ansiando pela reforma... Não lhes foi difficil espalhar a conjura pelos quartéis de infantaria e artilharia; e graças ao major Miguel Costa, se infiltraram na força publica. Era a sua intenção lançar um ataque súbito à cidade, que não resistiria à surpresa; e, formando dois destacamentos, atirá-los para Santos e Barra do Pirai, engrossados por certo, no Vale do Paraíba, pela adesão de outras unidades. Ao ímpeto da arrancada as populações confraternizariam; e

(1) SERTORIO DE CASTRO, *ibid.*, 470.

(2) Vd. JUAREZ TAVORA, *ibid.*, p. 106 e segs. O golpe contra Setembrino seria a 28 de Dezembro de 23, em Ponta Grossa. Era o tenente Magalhães Barata "alma do movimento" no Paraná. TAVORA, *ibid.*, p. 110. O governo soube do plano e mandou detê-lo em S. Paulo. A delação — em torno dos movimentos do tenente — fez fracassar, não só o assalto ao trem do ministro, sinal do levante, como a revolta do general Isidoro, em julho, pois este, que percorria as guarnições do sul, teve de interromper o trabalho e se recolheu a S. Paulo com uma impressão incompleta das suas possibilidades.

no Rio, onde não lhes faltavam adeptos, o governo, perplexo e impotente, havia de capitular... (1) Falhou o projeto por uma série de pequenos incidentes que retardaram as conexões entre os grupos, e por fim, quando naquela antemanhã os conspiradores se apossaram, sem disparar um tiro, dos quartéis do bairro da Luz, lhes desvaneceram as possibilidades de exito. O principal desses imprevistos foi a ação pronta do comandante da região, general Abilio de Noronha, que se apresentou, momentos depois, aos quartéis da policia, onde os revolucionarios tinham deixado uma guarda, e restaurou neles a obediencia ao governo (2). O capitão Joaquim Tavora com um pelotão de cavalaria (do regimento de Miguel Costa) aprisionou o general: porém a este tempo, avisado do que ocorria, Carlos de Campos chamava a palacio os elementos fieis da policia e dos bombeiros e se comunicava telegraficamente com o Catete.

Sublevação em São Paulo.

Entre 5 e 8 de Julho travaram-se combates de rua, troou a artilharia, rastilhou a luta pelos quarteirões centrais (3), fracassou o assalto ao palacio do presidente, não conseguiram os rebeldes manter-se na repartição dos correios e telegrafos, aos arredores chegaram os primeiros escalões legalistas. E a noticia das providencias esmagadoras do governo federal! Malograram as articulações com o sul, o norte, o oeste, ou se reduziram, assim, em Mato Grosso, em Sergipe, na Amazonia, a revoltas locais, prontamente circunscritas (4). No Congresso Nacional

(1) JUAREZ TAVORA, *ibid.*, p. 176.

(2) Vd. ABILIO DE NORONHA, *Narrando a verdade*, p. 55 e segs.

(3) Vd. AURELIANO LEITE, *Dias de pavor*, p. 44 e segs., S. Paulo 1924; e o diario de JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, *Justiça*, p. 25 e segs., Paris 1925.

(4) Revoltou-se o 26 de caçadores em Belem, 26 a 28 de Julho (vd. CANDIDO COSTA, *O Livro do centenário*, p. 174 e segs., Belem 1924); o 28.º, com a força publica, depôs em Aracajú o governador do Estado,

todas as bancadas — sob a chetia ágil de Antonio Carlos, “leader” mineiro — hipotecaram perfeita solidariedade a Bernardes dando-lhe de imediato o sítio para a capital, os Estados do Rio e de São Paulo. Fato expressivo: o dividido Rio Grande se uniu nesse apoio efusivo, sem reservas, ao presidente que ajudára os libertadores sem destruir o castilhismo; e quando, solitária, a voz de Bergamini, provocantemente, se alçou num “viva a revolução”, a réplica de Antonio Carlos recordou a de Ouro Preto ao padre João Manuel, no ultimo episodio parlamentar do imperio... Os contingentes mais agressivos mandados à linha de fogo foram exatamente os batalhões policiais do Rio Grande, da Bahia, de Minas, do Espirito Santo: cerravam o circulo sagrado da aliança situacionista... Exercito e armada corresponderam às esperanças do governo. Precipitou-se para Santos (sob o comando do almirante José Maria Penido) uma divisão naval, que incluía o “Minas Gerais”. Dela se destacou um contingente de fuzileiros com duas peças (comandante, Helvecio Coelho Rodrigues) que, subindo a serra pela estrada de ferro, intacta, varou a cidade, até o palacio presidencial; e ali fez pé firme⁽¹⁾. Ficou até que os rebeldes, alvejando o edificio, e a secretaria de justiça, com as suas granadas de 105, forçaram Carlos de Campos a retirar-se — no dia 8⁽²⁾. A 9 assumiu a chefia das forças legais que iam cercá-la o general Eduardo Socrates. A sua

Graccho Cardoso, movimento logo abafado pelas forças da Bahia enviadas pelo general Nonato Marçal; o vice-governador do Amazonas foi destituído pela revolta encabeçada pelo tenente Alfredo Augusto Ribeiro Junior, que despachou uma expedição a sublevar o Pará, dispersada pelos destroyers que, subindo o rio, comboiaram os destacamentos do general João de Deus Mena Barreto, incumbido de restaurar a ordem em Manáos. Consolidou-a a intervenção federal a cargo do Dr. Alfredo Sá.

(1) Vd. GERSON DE MACEDO SOARES, *A ação da marinha na revolução paulista de 1924*, p. 98, Rio 1932.

(2) Os generais Carlos Arlindo e Estanisláo Pamplona convenceram o presidente Carlos de Campos, que até aí resistira impavidamente, a deixar o palacio, alvo do bombardeio, ASSIS CINTRA, *O Presidente Carlos de Campos e a revolução de 5 de Julho de 1924*, p. 12, S. Paulo 1952.

estrategia não parecia complexa. Limitar-se-ia a apertar num assédio efetivo a cidade, tomando-lhe as saídas; e com a sua superioridade numerica (15 contra 3 mil) a renderia. Permaneceu o prefeito Firmiano Pinto, devotado — com evidente bravura — à assistencia e ao socorro da população, com a ajuda generosa do presidente da Associação Comercial, José Carlos de Macedo Soares (1), a caridade do arcebispo D. Duarte Leopoldo, o concurso da Liga Nacionalista (homens do melhor conceito), a confiança das classes conservadoras. Não fosse isso e sofreria São Paulo danos incalculaveis. O general Isidoro teve a habilidade (ditador por 18 dias) de prestigiar o esforço civil, que afinal lhe tranquilizava a retaguarda, mantendo calmo o povo; e se convenceu de que perdera a partida. A revolução circunscrevia-se às forças armadas, com a ausencia dos civis, sem papel nesse duelo de militares. O proprio Bergamini, na Camara, a invectivar os abusos policiaes, dizia que aquilo não passava de um motim... Desacreditava-se, antes da imolação, o movimento que, podendo abalar o país, ia acabar (ao que se acreditava) numa capitulação inglória. Não foi assim. E assim não foi porque não era bem uma quartelada; era de fato uma revolução em que alguns officiaes intransigentes se meteram de corpo e alma: brigariam, como os de Copacabana, até o fim!

Compunham-se as forças de Isidoro do 4.º e 5.º de caçadores, 4, 5 e 6 de infantaria, 2 batalhões da policia estadual, o seu regimento de cavalaria e o corpo-escola, o 2.º de artilharia de montanha com uma bateria, o 4.º de artilharia montada com duas. Como todas essas unidades se apresentavam desfalcadas, o total era escasso: 3 mil homens. Os legais (desembarcados em Santos, transportados pela Central do Brasil, despachados do sul, (pela

(1) *Justiça*, p. 60 e segs. O autor relata os seus passos em favor da população, minudenciando as relações que manteve com os chefes militares da revolução, também interessados nesse proposito.

São Paulo-Rio Grande) distribuíram-se em leque, fazendo eixo no Tietê: a brigada do General Carlos Arlindo (com a porção legalista da policia de São Paulo, os navais, policias do estado do Rio e do Espirito Santo, 4 batalhões de caçadores, duas baterias) sobre Vila Mariana e o Ipiranga; a brigada do general Tertuliano Potiguara, a mais agressiva, em ordem de avanço sobre o bairro da Moóca (2 regimentos de infantaria, a policia gaúcha, o apoio da artilharia divisionaria); a do general Florindo Ramos (10.º de caçadores, 12.º regimento de infantaria, a policia de Minas, protegida da mesma artilharia) sobre Braz e Belenzinho; a do general Pantaleão Telles (o 5.º de infantaria, 2 batalhões de caçadores e cobertura da artilharia divisionária) sobre os trilhos da Central; a do general João Gomes (15.º de cavalaria, 2 regimentos de infantaria, uma bateria do 9.º) sobre Vila Maria e Sant'-Ana (1). Do sul se deslocou — sob o comando do general Azevedo Costa — forte coluna formada de elementos do Paraná e batalhões patrióticos organizados por Fernando Prestes, Washington Luis, Ataliba Leonel, que, ocupando Sorocaba e Itú, poderia, se apressasse o passo, cortar a retirada aos rebeldes, tanto pela Sorocabana como pela Paulista (2).

Não quiz Miguel Costa, com a policia, abandonar a cidade, para se atirar à duvidosa arrancada, ao vale do Paraíba. Sobreveiu a ofensiva legalista. A 15 caiu mortalmente ferido, à frente dos seus homens, o capitão Joaquim Távora, depois de Isidoro o grande nome do movimento: a sua perda foi para ele uma catástrofe. Esboçou-se a 17 uma tentativa de armistício, de que seria intermediário o general Abilio: falhou porque Isidoro

(1) ABILIO DE NORONHA, *Narrando a verdade*, ps. 122-5, S. Paulo 1924.

(2) ABILIO DE NORONHA, *O resto da verdade*, p. 76; e AYRES DE CAMARGO, *Patriotas paulistas na coluna sul*, ps, 78-9, S. Paulo 1925. Sustenta este autor que, se se retardasse Isidoro na retirada, a coluna do sul a impediria, cortando-lha.

exigia a renúncia de Bernardes... (1) A 26, sob a ameaça de cem canhões, estarecida a cidade com a intimação lançada em boletins por aviões do exercito, do bombardeio sem misericórdia, — Isidoro desejou saber as intenções do general Socrates. Peremptório, respondeu: rendição ou arrasamento... Já aí tinha de defender-se em duas frentes: contra o adversario — que lhe disputava as trincheiras externas, entrando, com crescente resolução, os bairros da periferia, e o terrôr do povo, a quem se prometia a inclemencia de um canhoneio cego... Começou realmente, sem alvo razoavel, para quebrar a resistencia, ignorando-se que proporções atingiria... (2) Isidoro não esperou mais. A 28, nos trens da Paulista, com armas e bagagens, embarcou silenciosamente a tropa, e partiu, para Baurú, a Noroeste, a etapa inesperada da revolução de Julho, os sertões brasileiros.

(1) J. C. DE MACEDO SOARES, *op. cit.*, p. 82.

(2) O ministro Costa Manso (*acórdão* de 20 de Julho de 1934) lembrou a dureza do assédio, "por assim dizer, contra a cidade e não contra a gente de Isidoro..." O general Abílio de Noronha faz igual censura, *op. cit.*, p. 120.

INTRANQUILIDADE

Revolução volante.

Com cerca de 800 homens, a coluna que abandonou São Paulo em direção a Botucatu, Bauru, Tres Lagoas, tanto podia meter-se por Mato Grosso, para se juntar a outros núcleos rebeldes, como, descendo o Paraná, procurar as prometidas articulações com o Rio Grande. O coronel João Francisco defendia este último plano, o general Isidoro o primeiro. Prevaleceu a necessidade da descida do rio com o desastre de Tres Lagoas — onde a expedição perdeu, atacando forças muito superiores, metade do seu efetivo (1). Frustrada a invasão de Mato Grosso, em dois pequenos vapores caiu sobre o porto de Guaira — que a guarnição (capitão Dilermando de Assis) não chegou a defender — e foi instalar o acampamento de repouso em Foz do Iguassu, a retaguarda protegida pela fronteira internacional. Contavam os revolucionários com um generalizado movimento no Rio Grande, que lhes abriria os rumos da vitória. Explodiu realmente a revolta, no vasto circulo que ia de Santo Angelo a Alegrete, seguindo a linha do rio Uruguai (29 de Outubro de 24) (2). Vencida em Alegrete a primeira investida, a força insurrecta foi unir-se em Uruguiana ao contin-

(1) ITALO LANDUCCI, *Cênas e episódios da coluna Prestes e da revolução de 1924*, p. 16, S. Paulo 1952. No 1.º volume do seu livro, Juarez Tavora antecipa o indice do 2.º, com o roteiro da marcha: infelizmente esse 2.º se perdeu, com a destruição dos originaes. Pormenores e documentação, in LOURENÇO MOREIRA LIMA, *A Coluna Prestes*, 2.ª ed., S. Paulo 1945.

(2) Vd., sobre a ligações entre os núcleos rebeldes, JOÃO ALBERTO LINS DE BARROS, *Memorias de um revolucionario*, p. 23 e segs., S. Paulo 1958.

gente civil do general Honório de Lemos — veterano das lutas federalistas⁽¹⁾ — e sofreu, logo depois, nas alturas de Guassu-boi, tremendo revés. Comandava as forças adversárias Flores da Cunha. O insucesso da rebelião condenou-lhe os chefes (Honório e Zeca Neto) a uma luta inconsequente, entre as serras de Caverá e Camaquan, a saída pelo Jaguarão e, por fim, após vários combates, a emigração salvadora, para o Uruguai, em Iceguá⁽²⁾. Parte da Coluna, cortada do grosso da tropa, asilára-se na Argentina. Deslocou-se o eixo da luta para a zona das Missões, onde avultou, pela autoridade que logo soube impôr, com a patente de capitão e o renome de matemático, a serena figura de Luís Carlos Prestes. Revoltando o batalhão de ferroviários de Santo Angelo, ligára-se ao 3.º de cavalaria de São Luiz e ao 2.º regimento de São Borja, contava com a quédá de Itaqui (ao ímpeto do destacamento do capitão Benevolo e do tenente Siqueira Campos) e esperava o auxilio das forças da fronteira. Sucederam-se, porem, os revéses, destroçado o grupo de Benevolo e morto o seu comandante em Itaqui, forçada a concentração defensiva em São Luiz, desbaratada a investida a Tuperecetan (tenente João Alberto), sem esperança de melhores resultados ao sul, a insistir o general Isidoro — por mensageiro que lhe enviou de Foz do Iguaçu — para que fôsse ao seu encontro, a fim de reunirem as forças para operações consideráveis.

Formou-se assim a “coluna Prestes” — e, com mil homens do exercito e outros tantos civis, rumou decididamente para o norte. Abriu a viva força o seu caminho através do Ijuí, inflectiu-o para as margens do Uruguai depois do sangrento combate de Ramada, perto de Palmeira,⁽³⁾ perdeu na travessia do rio Pardo um de seus

(1) João ALBERTO, *op. cit.*, p. 38.

(2) João ALBERTO, *ibid.*, p. 46.

(3) De Barracão, à margem do Uruguai, quasi mil homens abandonaram a coluna, internando-se na Argentina, João ALBERTO, *ibid.*, p. 67.

oficiais, Portela Fagundes, (substituído pelo capitão Cordeiro de Farias) varou a floresta catarinense, para Foz de Iguassú.

Foi já na passagem do Iguassú que teve noticia da capitulação em Catanduva, depois de longo assédio, das tropas retirantes de São Paulo.

Falharam os planos do seu estado maior (a cem quilometros de distância), à cuja imprevidência corria o erro de não ter preparado a picada que levaria até lá a coluna riograndense. Separadas as forças, fácil foi ao exercito legalista do general Rondon reduzir a primeira — com poderosa artilharia — e atirar-se à outra, seguindo-lhe o rasto. Alcançou esta a foz de Iguassú quando o adversario dominava Guaira, fechando-lhe o Paraná. A 11 de Abril conferenciaram os comandantes. Decidiram prosseguir de qualquer modo a luta. Exilar-se-ia Isidoro, para poder, do estrangeiro, influenciar novos surtos revolucionários, e assumiria Miguel Costa a chefia da coluna (em que se somavam os elementos do Rio Grande e os remanescentes de Catanduva). A frente do estado maior, Prestes — que lhe deu o nome — dirigiria efetivamente as operações. O problema, por sinal decisivo, consistia em optar entre a subida do rio, para um chόque temerário com os defensōes de Guaira e a passagem pelo território paraguaio, a fim de saír nos campos de Amambaí em Mato Grosso ⁽¹⁾. Com a inesperada incursão pelo país vizinho a *coluna Prestes* iniciou a sua extraordinária aventura. Ia lançar-se por imprevistos roteiros pelo interior do Brasil, sem rumo certo nem objetivo determinado, como para inquietar, desafiar, fatigar, numa viagem sem fim — mais de *bandeira sertanista* do que de exercito de verdade, numa tenaz ação de guerra ⁽²⁾.

(1) JUAREZ TAVORA, *A guisa de depoimento sobre a revolução de 1924*, III, 27, Rio 1928.

(2) ... "Com o unico objetivo de não deixar morrer a revolução pela qual tantos dos nossos companheiros haviam dado a vida", João ALBERTO, *op. cit.*, p. 115.

Coluna-fantasma.

Entranhou-se nos desertos, desaparecendo da rêde de comunicação onde a força federal pudesse alcançá-la, fôsse pelas vias ferreas, fôsse pelas estradas carroçaveis. Tornou-se uma coluna-fantasma, que, de tempos em tempos, dava que falar de si, repontando, fugaz, ao longo de um itinerario formidavel: Rio Claro, Zeca Lopes em Goiaz (onde após árduo combate a tropa legalista permitiu, corretamente, que os padioleiros recolhessem os feridos), Anápolis (tomada ao arranco da cavalaria), as brenhas desconhecidas do Brasil central, pelo vale do Urucuaia as grossas aguas do São Francisco, da foz do Carinhanha para o oéste, Goiaz a dentro, até Porto Nacional, sobre o Tocantins. Em Novembro de 1925 rompeu pelo sul do Maranhão, passou por Floriano, no Piauí, tentou apoderar-se de Terezina (em cujas cercanias foi capturado, num reconhecimento, Juarez Tavora), declinou para o Ceará, varou o Rio Grande do Norte, a Paraíba, Pernambuco (vencendo a resistencia do padre Aristides em Piancó), mergulhou nas "caatingas" da Bahia. . . Aí foi mais áspera a luta, com a colaboração dos chefes sertanejos a serviço do governo, Horacio de Matos, na região de Lençóes, Franklin de Albuquerque, no alto São Francisco. O geito foi entrar a coluna em Minas Gerais, donde, prudentemente, retrocedeu para o nordeste, já com o proposito "de abrir caminho para a emigração" (1). Não lhe acudiam os simpatizantes civis. Revoltára-se em 4 de Novembro de 24 o couraçado "São Paulo": porem desacompanhado, sem lograr a adesão da esquadra, forçado por isto mesmo a ir fundear inutilmente em Montevidéo. A opposição parlamentar (em que se realçara Bergamini) morria, impotente, no clima gélido

(1) João ALBERTO, *ibid.*, p. 152.

do estado de sitio. Em vêz de os ajudarem, as guarnições obedeciam, sem entusiasmo, mas sem defeições, ao Catete; e o mais que se insinuava, contra a eficiência da tropa legal, era a morosidade. Não se dissésse que lhe faltára, nas horas decisivas, a combatividade, embora sem arrôjo nem paixão, as qualidades do adversário audaz e idealista: o que não podia ter, era o interesse de dizimar aquele punhado de homens infatigáveis, protegido pelo segrêdo dos seus movimentos. Os "provisórios" foram os seus peores inimigos. O coronel Franklin seguiu-os de perto, com os *cabôclos* são-franciscanos, até a fronteira da Bolívia... Realmente, não lhe convindo forçar a passagem do rio em Santo Sé, a *coluna* se desviou para léste, atravessou na altura de Cabrobó, entrou o Piauí até Oeiras, atingiu novamente o território goiano, sofreu no rio das Garças um ataque súbito, de Franklin (1), e, dividindo-se, na colonia salesiana de Tachos, em tres destacamentos (Djalma Dutra, em busca do Paraguai pelo sul, Siqueira Campos, a retardar a perseguição, Prestes, com o grosso, disposto a cortar a selva entre o Cuiabá e o Jaurú) – abalou para o exílio. Durára-lhe a peregrinação dois anos e meio. Palmilhára mais de vinte mil quilômetros. Encerrára o seu ciclo aparentemente sem conseguir nada mais do que a admiração de uns, o ódio e o espanto de outros, sem que sacudisse, na sua solidez, o regime que condenára de morte, nem tirasse do poder o duro homem que detestava. Na verdade, aqueles oficiais de bôa fibra, veteranos de tão extensa campanha, iam apenas retemperar no desterro as energias esgotadas: voltariam, para continuar. Voltaram em 1930.

(1) João ALBERTO, *ibid.*, 171. No encontro do Garças morreram os maiores revolucionários Lira e Barros. "Foi esse o ultimo incomodo que nos deu a coluna de jagunços". "Aqueles baianos haviam desempenhado bem os seus compromissos".

Reforma constitucional.

O “acôrdo” de Pedras Altas proclamára a inelegabilidade do presidente para o periodo seguinte. Esta, e outras afirmações de sua doutrina, Bernardes quiz transplantar para a Constituição, dando-lhes fôrma irrevogavel: e encaminhou à Camara (3 de Junho de 1925) a prometida proposta de revisão. Consistia na discriminação dos “principios” a que os Estados deviam obediencia sob pena de intervenção (art. 6.º), a regulamentação dos fatos economicos (“podendo autorizar as limitações exigidas pelo bem publico”), a proibição das “caudas orçamentárias” (1), o véto parcial, o refôrço do poder de policia (permitida a expulsão de estrangeiros indesejaveis, excluidos da apreciação judicial os atos do governo referentes à intervenção nos Estados, o estado de sítio, os casos politicos, quais os de eleição, reconhecimento, posse dos congressistas e governadores) (2)... Com isto pretendia impedir que as *oligarquias* regionais se perpetuassem, armava o executivo com atribuições reguladoras do comercio e da produção — tendendo ao nacionalismo na reserva aos brasileiros das explorações minerais de interesse publico —, acabava com a intromissão do judiciário nos conflitos partidários, dilatava a ação repressiva, robustecendo o presidencialismo.

A refôrma era justa, no que concerne ao “contrôle” dos mercados, à enumeração dos *principios* a que a organização estadual devia obedecer, ao limite da competencia judiciária, para que se não imiscuisse no turbilhão das

(1) O abuso das disposições, estranhas no orçamento, nele incluidas ao finalizarem os debates (cauda orçamentaria), fôra denunciado no programa revisionista de Ruy (1910), que igualmente previa o véto parcial, a definição dos *principios constitucionais* da União.

(2) Restringia-se o “*habeas corpus*” aos casos em que a liberdade de locomoção fôsse atingida, retirando-se à justiça a interpretação extensiva que o liberalisára em meio das lutas politicas, como nas controversias de poderes.

paixões políticas. Quebrava a rigidez da Constituição liberal de 1891, imprimindo-lhe um cunho moderno, ⁽¹⁾ social-democratico, de fortalecimento categórico do Estado, na sua articulação com os problemas nacionais, que deixavam de ser, como outrora, de estrutura, para serem, substancialmente, de ordem. O mal era a oportunidade, naquela atmosfêra de conspirações, rebeldias e policia-lismo, inadequada às discussões construtivas. Fez-se a remodelação constitucional (de que foi "leader", na Camara, o professor paulista Herculano de Freitas), em ambiente fechado, sem a animação dos debates e o colorido das ideias com que se apresentára nos primeiros tempos do regime ⁽²⁾.

(1) Vd. o historico das idéias reformistas. OSCAR STEVENSON, *A reforma da Constituição federal*, p. 63 e segs., S. Paulo 1926. As suas grandes etapas foram o programa do partido federalista riograndense (refundido em 1917 por Pedro Moacir), a consolidação do espirito revisionista em 1902, a campanha civilista (e o Partido Republicano Liberal), com a intransigencia de Ruy, batendo-se pelo aperfeiçoamento da Lei magna, contra a resistencia do castilhismo, que só a admitiu depois dos sucessos de 1923.

(2) Vd. LEVI CARNEIRO, *Federalismo e judicialismo*, p. 188. Rio 1930, sobre "a reforma, dominada de prevenções lamentaveis contra o Judiciario..." — Acabavam de escrever sobre a reforma constitucional, João Arruda (1923), Castro Nunes e Joaquim Luis Osorio (1924).

EPILOGO DA “REPÚBLICA VELHA”

Washington Luis.

Como acontecera com a de Wencesláo Braz, a sucessão de Artur Bernardes foi pacífica e fácil. Decidiu-se por Washington Luís, que resolutamente o sustentara nas incertezas de 1922, e somente transigiu quanto ao vice-presidente, que viria do norte (possivelmente o ministro da Agricultura, Miguel Calmon) ⁽¹⁾, mas acabou sendo mesmo de Minas — Melo Viana. É que este, presidente do Estado, esboçara a sua opposição ao nome paulista; chegara a crer que fôsse, em segredo, o candidato de Bernardes (bastante poderoso, em 1925, para fazer a seu talante o sucessor) ⁽²⁾; e para o apaziguar, contentando a politica mineira, o geito foi dar-lhe a vice-presidencia. Volvia-se à formula de 1902, Rodrigues Alves e Afonso Pena; e de 1918, Rodrigues Alves e Delfim Moreira. Até aí, tudo corria normalmente. Apresentado candidato pelo P.R.P., num banquete em Santos, e em seguida pelo situacionismo de Minas, Washington Luís foi proclamado — sem competidor — pela habitual *convenção* presidida pelo senador Azeredo; e viajou pelos Estados, curioso de seus problemas e de suas necessidades. Assumiu o governo, em 15 de Novembro de 1926, num ambiente de expectativas benévolas, justifi-

(1) BARBOSA LIMA SOBRINHO, *A verdade sobre a revolução de Outubro*.

(2) Indo a Ouro Preto, a paraninfar a formatura dos engenheiros de 1925, o ministro da Agricultura tinha a impressão de que Melo Viana era o candidato elaborado pelos acontecimentos.

casas por seus créditos de administrador diligente, sua firmeza de probo estadista, sua notória lealdade politica servida por uma energia sem exuberancias nem contradicções, temperamental e sistematica. Os psicologos reparavam, que a um homem forte — inflexivel nas suas diretivas — substituia um homem forte...

Estradas e moeda.

A administração de Washington Luis teve por pontos altos o programa rodoviário (estradas para o Brasil!) e a estabilidade financeira. Trouxe de São Paulo a mentalidade rodoviária como um "slogan": "a administrar é construir estradas". Corresponhia à idade do automovel — como a ferroviária, de Afonso Pena, correspondera à de penetração e intercomunicação: e a materializou, com as estradas Rio-São Paulo e Rio-Petropolis. Tambem não era complexo o seu plano de saneamento da moeda, pois se limitou a reconhecer, para estabilizar, o cambio real (quebrando o velho padrão de 27 d., da lei de 1846), ou seja, a pouco mais de 5 (1), e a fim de mantê-lo atribuiu à Caixa de Estabilização (semelhante à de Conversão, de 1905) ligada à carteira de cambio do Banco do Brasil, a troca do papel por ouro, à medida que fôsse apresentado. Completou essa politica de base metalica mandando incinerar o saldo orçamentario do exercicio anterior, o que juntava à lealdade a deflação; e para que continuasse o bom costume do equilibrio dos gastos, vetou parcialmente a lei de meios, cortando-lhe o "deficit". Queria cambio imutavel e saldo do tesouro: conseguiu estas duas maravilhas em 1927 e em 1928.

E conspirava-se...

(1) A taxa fixada era ligeiramente inferior à média verificada, vd. Barbosa Lima Sobrinho, *A verdade sobre a revolução de Outubro*, p. 19. A Caixa de Estabilização evitaria a alta e a carteira cambial do Banco a baixa do cambio, SERTORIO DE CASTRO, *op. cit.*, p. 511.

Os oficiais emigrados entendiam-se com alguns correligionários intransigentes (como, no Rio de Janeiro, Maurício de Lacerda)⁽¹⁾, e contavam com duas alianças virtuais — as oposições de São Paulo e do Rio Grande. Dois sucessos notáveis foram a criação em São Paulo do partido democratico⁽²⁾ (1926) e o congresso de Bagé, em que o velho partido de Gaspar Martins adotou o nome provocante de libertador⁽³⁾ — sob a chefia de Assis Brasil. Fato significativo: esse congresso de Bagé poderia ter desencadeado a revolução, como em 93, se pelos pampas não soprassem outros ventos. É que a política riograndense sofrera, com o fim do governo patriarcal de Borges de Medeiros, a mudança definitiva da sua estrutura. O seu sucessor — Getúlio Vargas — tinha um hábil programa de conciliação interna. Surpreendentemente, seria o coletor das forças subversivas que o ameaçaram e o homem da revolução inevitável — de 1930! Reuniu o partido democratico as forças veteranas da resistencia ao P. R. P. (que vinham da “dissidencia” de 1901) e uma elite de espiritos jovens, dispósta a tudo dar pela preconizada refórma. Iria também à revolução, mas para lhe transmitir o seu liberalismo esquemático: pregava o voto secreto, a verdade da representação, democracia real...

Entre Minas e o Rio Grande.

Em politica, prognosticava-se máo tempo.

A Melo Viana sucedera no governo de Minas Antonio Carlos, para cujo logar, de “leader” da maioria na Camara, foi o paulista Júlio Prestes.

(1) MAURICIO DE LACERDA, *Segunda república*, p. 34, Rio 1931. Refere o seu primeiro contacto em 1927 com Juarez Tavora e Silo Meirelles, que levavam carta de Luiz Carlos Prestes, então chefe do grupo revolucionário.

(2) Chefiado pelo Cons. Antonio Prado, em 1927 elegeu logo tres deputados. Sobre o Congresso então A. ARINOS, *op. cit.*, p. 1284.

(3) Vd. M. DE LACERDA, *op. cit.*, p. 45.

Terminado o quadriênio de Borges de Medeiros — inelegível para o subsequente, conforme o pacto de Pedras Altas e, já agora, a Constituição — saíu seu substituto o ministro da fazenda, Getúlio Vargas, “leader” da bancada gaúcha durante os dias intranquilos do governo Bernardes. A Washington Luís agradou esta solução. O favorito do situacionismo riograndense era o seu ministro, retirado da primeira linha da maioria para os postos administrativos, em que continuaria a revelar o seu espírito de ordem, emoldurado de tradição castilhana — republicana e autoritária. Realmente, filho de um dos coroneis da divisão do norte, creado na escola do partido, e discreto, ninguém o superava em títulos dentro da facção dominante no Estado — para suceder ao velho Borges. Apenas era um céptico em ortodoxia partidária, tendia à paz, e dela ia fazer o essencial do seu programa. Foi a grande surprêza do sul, essa politica de confraternização, espérta e calma, do novo presidente do Rio Grande, quando os adversarios ainda amarravam sob a barba o lenço vermelho e se conspirava na fronteira: esperavam guerra, e houve trégoa. . . Com o seu instinto das alterações politicas, peculiares à liquidação de um sistema (o castilhismo borgista) com a sua falência lógica (eleições livres), os federalistas viram com alegria a estréia de Getúlio Vargas, escolhendo os secretarios sem atender ao antecessor, pôsto delicadamente de lado com a honraria, de presidente do partido. O secretario era da nova geração: Osvaldo Aranha. Sustentára com armas na mão o govêrno, em 1923. Gravemente ferido em ação, o tributo de sangue pago ao borgismo como que lhe dêra autoridade para prégar o futuro desarmamento, numa politica limpa de ódios. Vinha de outra epoca. Fôra, estudante de Direito, no Rio, hostil a Pinheiro, entusiasta de Ruy. Enquadrado no oficialismo gaúcho por força das circunstancias (seguindo a sorte da familia e a

imposição do meio, o seu municipio de Itaqui), jamais seria um crente dos dogmas de Castilhos. Junto a Getúlio, completavam-se. Só um clima de eleições honestas diluiria os rancôres que duravam cem anos⁽¹⁾. Esse govêrno, ansioso por alijar o pêso de vindictas e represalías, enveredou surpreendentemente pela experiencia da paz: e deu aos adversarios, desconfiados, a idéia de que mesmo sem guerra, a golpes eleitorais, conquistariam o poder. Disto resultou que Assis Brasil (chefe dos libertadôres) se afastou do grupo revolucionário (encabeçado, no exílio, por Luiz Carlos Prestes), com quem até aí confabulára para agitar novamente a provincia e o país: e nos acampamentos *maragatos* a velha flâmula vermelha foi sutilmente substituida pela nova bandeira eleitoralista⁽²⁾: candidaturas, em vez de cavalgatas... Se era possivel conciliar o Rio Grande com a renuncia à violencia, facil seria uní-lo em torno de um nome rio-grandense levado à presidencia da república. Pensavam com simplicidade: fracassára até então uma candidatura gaúcha porque a divisão interna, cortando o Estado em zonas separadas, não a tornaria nunca a expressão dele todo — com a sua força. Só se um fato mágico (e o nome gaúcho à presidencia seria esse acontecimento mirífico) empolgasse de subito as multidões, arrastando-as, convencendo-as...

Candidato gaúcho.

Tudo sucedeu como previam. Antonio Carlos dirigiu e marcou o jogo. Cabia-lhe a herança presidencial. No esplendor da carreira cívica esmaltada de astúcia e inteligencia, a que não faltava o brilho heraldico do apelido (Andrada), aspirava legitimamente ao govêrno com os

(1) "...Pelo Rio Grande unido e reconciliado, depois de quasi um seculo de divergencias profundas", João Neves, discurso de 5 de Agosto de 1929, *Jornada Liberal*, I, 7, Porto Alegre 1932.

(2) MAURICIO DE LACERDA, *Segunda república*, p. 98.

titulos de presidente de Minas, de *leader* no Congresso da reação bernardista, de expoente, agora, da resistencia liberal ao personalismo do Catete. Porque a São Paulo não se seguiria Minas, que lhe antecederá, na alternativa de Wencesláo e Rodrigues Alves, de Bernardes e Washington? Sentiu, decepcionado, que assim não pensava Washington; e assumiu a atitude ameaçadôra, de chefe natural da resistencia, com uma fórmula ambígua: "façamos a revolução, antes que o povo a faça" (1). Por um momento dependeu da palavra do presidente o temporal suspenso: amainaria, com a indicação do presidente mineiro para seu sucessor. Não quiz. Preferiu Júlio Prestes — insistindo na tentativa frustrada de Rodrigues Alves com Bernardino, de Afonso Pena com Campista: a continuidade, na mesma área geográfica. O falecimento súbito de Carlos de Campos estava no principio dessa crise. Para substituí-lo na presidencia de São Paulo, preterindo embora correligionarios mais antigos, indicou Washington o seu "leader", Júlio Prestes (2); e o fez seu candidato a presidente da república. Assumira Prestes o governo paulista em 14 de Julho de 27; em Junho de 28 já Antonio Carlos, desenganadamente, procurava articular-se "contra a imposição do Catete" (ou antes, a sua adivinhada preferencia), com Pernambuco e a Paraíba. Para o véto precisava da terceira força, o Rio Grande. Mandou que o seu secretario do interior (Francisco Campos) lhe oferecesse a candidatura por intermedio do "leader" da bancada, João Neves (3).

(1) Discurso de Antonio Carlos na convenção de 20 de Setembro de 1929, ao lançar o nome de Getúlio Vargas: "conciliar os cidadãos com o poder"... (*Aliança Liberal, documentos da campanha presidencial*, p. 12, Rio 1930).

(2) ANTONIO CARLOS, prefacio à *Jornada Liberal*, de J. Neves, I, XIV.

(3) PAUL FRISCHAUER, *Presidente Vargas*, p. 231. Pouco antes, ignorando as intenções de Minas, escrevera Getúlio a Washington que permanecia fechado a qualquer manifestação sobre o problema, carta de 10 de Maio de 29, Leonidas do Amaral, *Os pródromos da campanha presidencial*, p. 15, S. Paulo 1929.

Desta conversa preliminar no Hotel Gloria resultou a *Aliança Liberal*.

Consultado por Getúlio, Borges o autorizou a aceitar, mediante condições prudentes (1). Rebelava-se a politica nacional! Washington recebeu com este tom, de rebeldia ingrata, a comunicação, e lhe deu a indireta resposta pela voz de dezessete Estados, que se manifestaram por Júlio Prestes (2). Transmitndo aos presidentes do Rio Grande e de Minas a decisão majoritária, foi duro na linguagem: "na sua quasi totalidade, sem desconhecer ou negar os meritos de v. ex., em inteira solidariedade com o presidente da Republica indicam e aceitam outro nome, igualmente digno, igualmente colaborador do governo atual, o Dr. Júlio Prestes..." Cabia ao estadista mineiro (treplicou Getúlio) manter ou não o seu nome; e, de imediato, Antonio Carlos (1 de Agosto), pondo reparos a *atitude intransigente* de s. ex., declarou definitiva a *liga* de Minas, Rio Grande e a Paraíba, com Getúlio Vargas-João Pessoa. Contrapunha-se a Júlio Prestes-Vital Soares (3).

Quatro dias depois explodia na Camara a revolta politica, pressagiando (e prometendo) a das armas.

Aliança liberal.

Diferente das outras dissensões, a que se apresentava, o povo enchendo as galerias e conscios os partidos de que jogavam a grande cartada, tinha a qualidade de ser a

(1) Carta de Getúlio a Washington, 11 de Julho, in *op. cit.*, p. 17. Comunicação de Antonio Carlos, 20 de Julho, falando ainda em possível conciliação, *ibid.*, p. 21.

(2) Vd. Telegrama de Estacio Coimbra a Manuel Vilaboim, "leader" da maioria, citado por João NEVES, *A Jornada Liberal*, I, 49.

(3) Governador da Bahia. Vital Soares (advogado e humanista, espirito de escól) pôde incluir-se entre os homens modestos, que jamais pensaram em disputar póstos dominantes. Saíu candidato a vice-presidente por imposição da bancada baiana (dirigida por Simões Filho), que pleiteava para o seu Estado este mandato, com a alegação de que já o tivera Pernambuco, com Estacio Coimbra, no penultimo quadriênio.

síntese de um decênio de violencias verbais, com a responsabilidade, inesperada, de um Estado com as tradições guerreiras do Rio Grande. A oração inaugural de João Neves — que facilmente se assenhoreou do espirito popular com a frase reluzente e bravia — é o documento dessa exaltação. Depois de historiar as circunstancias em que se formára a luta, exprobrando ao presidente não ter consultado os dezessete Estados sobre o nome gaúcho, lançado por Minas, para deles obter autoritariamente a concordancia com o nome paulista, ousou falar na hipotese... do “prélio terrível das armas” (1).

Ameaçava com a revolução, bradaram os antagonistas; e durante muito tempo se lhe comentou a hipérbole, de pontas de lanças e patas de cavalos (2), atirada provocantemente à maioria...

Não era de admirar.

A opposição assumira o caracter impetuoso de uma revolta; unira acolá federalistas e republicanos; temia as habituais represalias do poder central; convocava os inconformados; e o primeiro ponto do seu programa devia ser a anistia, tornando-se com isto a esperanza dos revolucionarios de 22 e de 24. Não podia acabar com a derrota das urnas segundo a contagem maliciosa das comissões do Congresso; nem se dissolveria antes, a menos que a timidez do governo procurasse depressa uma composição.

Crise generalizada.

Mas o governo, longe de ser tímido, era vigoroso. Imbuira-se da idéia de que transigir seria desmoralizar-se; e com a firmeza da sua decisão de 1922, quando se de-

(1) *A Jornada liberal*, I, 29.

(2) Discurso de João Neves, 13 de Novembro de 29, *ibid.*, I, 242, attribuindo a Vilaboim ter adaptado aos interesses da maioria a frase, que aludia às fronteiras que o Rio Grande traçara no passado com a pata de seus cavalos e a lança de seus heróis...

clarára ao lado de Bernardes, Washington afirmou o apoio a Júlio Prestes. Em Outubro, tendia entretanto a arrefecer a luta. À perspectiva do insucesso eleitoral se somava o receio da conflagração interna; e, em carta a Epitacio Pessoa, Afranio de Melo Franco sugeriu a mediação que culminasse num "tertius" (1). Qualquer outro... Era tarde. Além disto, contava o Catete com outros fatores de exito. Cindira-se a situação mineira, ficando Melo Viana contra Antonio Carlos, que o não indicára à sua sucessão; em Setembro de 30 empossar-se-ia Olegario Maciel, o novo presidente mineiro; o velho Borges parecia pouco disposto a deixar que recomeçasse no Rio Grande a guerra civil... Foi, intempestivo, um fato externo de dimensões universais que lhe alterou o rumo, juntando os materiais explosivos de que carecia: o colapso da bolsa de New York. As vibrações longinquis do terremoto chegaram rapidamente ao Brasil abalando a estrutura economica e financeira do governo: arruinaram-lhe os risinhos projetos de cambio estavel e de café valorizado. Não se imaginára possível semelhante catastrophe, que liquidou, nos Estados Unidos, a pequena economia e mergulhou a mais próspera nação da terra numa *crise* sem precedentes (2). Desconjuntou-se a rêde mundial de crédito. Peor seria nos países fornecedores de

(1) VIRGILIO A. DE MELO FRANCO, *Outubro, 1930*, ps. 152-3, Rio 1931

(2) Vd. CHARLES A. and MARY R. BEARD, *The rise of american civilization*, p. 729, New York 1940. — Contou-nos João Neves que vinha do Rio Grande com a perspectiva do fracasso (ensombrada a Aliança com a defeecção de uma parte do situacionismo mineiro, Antonio Carlos pacifista, Getúlio admitindo a hipotese de se retirar da luta, esta em transe de dissolução) quando, ao passar pelo porto de Santos, Júlio de Mesquita Filho lhe segredou a noticia, de que acabava de estalar o "crack" da bolsa norte-americana. A principio pareceu-lhe sem ligação imediata a crise internacional e o fato interno; mas logo se convenceu da sua interdependencia, pois a politica oficial repousava na solidez economica de São Paulo, cujo produto máximo sofria o choque principal do cataclismo. Subvertida a ordem economica, a politica lhe seguiria a sorte. Chegando ao Rio, proferiu um discurso de efeito, para advertir que a opposição continuava de pé, enquanto de Minas lhe mandavam os dados para a sua oração decisiva sobre a "degringolada" do plano federal da valorização do café, argumento da nova fase do combate.

materia prima. Como Washington Luís firmára a administração nas duas colunas, da conversibilidade da moeda e da defesa do café, o infortúnio não podia ser mais cruel para o Brasil. Atingia em cheio São Paulo, onde o Instituto do Café desde 1927 trabalhava com o Banco do Estado no financiamento da lavoura, socorrida mediante adiamentos garantidos pela produção, e de modo a altear quanto possível os preços — em vez de os estabilizar (1). A fonte dos recursos para a operação era a praça de Londres, que aceitára tres séries hipotecarias, e ia tomar a quarta — quando sobreveiu o desastre. O Instituto, que fixava em 200\$ o preço da saca de café, foi surpreendido com a queda para 100\$; o Banco suspendeu o financiamento; cessaram as remessas, com a tremenda coincidência de se somar ao “stock” existente, de quasi 7 milhões de sacas, de 1928, a safra maior dos ultimos tempos, de 1929, estimada em 22 milhões (2); falhou o otimismo, dos que calculavam que a progressão da procura acalmasse o mercado; e o geito foi pedirem os paulistas ao governo federal duas medidas urgentes, emissão e moratoria. Pediam-lhe, numa palavra, que cancelasse o compromisso de sanear a moeda: e Washington honradamente recusou. Não interviria com medidas dessa natureza; e porque o Instituto era do governo estadual, a ele cabia providenciar... Os banqueiros ingleses podiam salvar a situação. Retraíram-se, envolvidos na “débacle” geral.

Faiscou uma frase irônica — ao perguntarem a João Neves quem chefiaria, afinal, a revolução. O *general café*. Assis Chateaubriand chegára a esta conclusão: o primeiro inimigo da ordem instituída era o *general café*;

(1) Vd. *discurso* de João Neves, 25 de Nov. de 29, in *op. cit.*, I. 325.

(2) Em carta de 12 de Outubro o presidente do Instituto, demissionario, Rollin Telles, dava a existencia de 6.700.000 sacas representadas por conhecimentos caucionados a 60\$. O fato é que a sobra, com o acumulo de duas safras copiosas, chegou a 23 e meio milhões, *Mín. das Rel. Ext., Brasil 1936*, p. 141, Rio 1936.

ou fôsse a ruína agrícola abraçada à decepção nacional... (1) Em 25 de Novembro levou o "leader" da Aliança à Camara — em fórma de análise e denúncia — o problema: e a catilinária a consolidou (2). Em 2 de Dezembro leu Getúlio na Esplanada do Castelo — em meio de denso povo — a sua "plataforma" (3). Começava pela *anistia*, pedia o voto secreto e a direcção das mesas eleitorais pela justiça togada, estendia a mão ao operariado (rompendo o limite da campanha liberal) e concluía satisfatoriamente, apelando para o final esquecimento de ódio e prevenções...

Comparada a linguagem serena do candidato com a veemência dos discursos parlamentares, podemos definir as paralelas desse momento. Ao lado do homem tranquilo que lhe servia de bandeira, trabalhava, irredutível, a ala revolucionária do seu grupo, disposta a não ceder ao fato consumado — de uma eleição de resultados previamente conhecidos — nem ao preconizado epílogo de acomodações e renúncias. Iria até o fim. Os acontecimentos de Dezembro documentam essa decisão.

Assoberbada pela intervenção das galerias e pela violência dos debates, resolveu a maioria — na semana do Natal — não dar número à Camara. Os oposicionistas replicaram-lhe, indo para as escadarias externas, onde, dia após dia, entretiveram o entusiasmo dos circunstantes.

(1) Aparte de Souza Filho a João Neves, discurso de 25 de Nov., *op. cit.*, I, 292: "O café foi elevado, na campanha política, à categoria de marechal. É chamado "O marechal café". — A frase foi simultaneamente lançada por Assis Chateaubriand e Neves. Lembrava o paradigma clássico, alusivo à retirada de Napoleão da Rússia batido pelo general... Inverno. "On dit encore en Russie: Ce n'est pas Kutusoff qui a tué ou dispersé les Français, c'est le général Marossov (la gelée)" (DÉSIRE LACROIX, *Histoire de Napoléon*, p. 477, Paris, 1902).

(2) *A Aliança liberal*, I, 315 e segs.

(3) GETÚLIO VARGAS, *A nova política do Brasil*, I, 19-54, Rio 1939. Com a viagem do presidente riograndense para falar às massas, e a leitura da plataforma no Rio, entrou a campanha na sua fase decisiva, para a qual, como dissemos, foi elemento convincente a derrocada economico-financeira de Outubro de 29, levada à Camara pela oposição em 25 de Novembro.

Foi ao cabo de um desses comícios que uma cena terrível enlutou o Congresso. Em breve conflito entre deputados tombou morto o ardoroso "prestista" Souza Filho, da bancada pernambucana (1). Encerrou-se assim o ano politico de 1929. Velado no Rio por indizível angústia e assinalado nos Estados por uma exasperação sintomática. Alcançou o "climax" em Minas (onde Melo Viana e Carvalho Brito, chefes da *dissidencia* em favor de Júlio Prestes, escaparam de morrer num tiroteio em Montes Claros), no Rio Grande do Norte, no Espirito Santo, no Recife, na Paraíba... Sobretudo na Paraíba, onde a luta se afeiçoou às condições locais, com a insurreição de José Pereira na cidade de Princesa.

Paraíba em fogo.

Correligionario do presidente do Estado até às vésperas do pleito (22 de Fevereiro), com ele rompeu José Pereira declarando-se pela candidatura Prestes, com a alegação de que não fôra ouvida a comissão do partido sobre a chapa de deputados. Desligava-se da situação estadual para encabeçar a opposição (dirigida na Paraíba pelo desembargador Heraclito Cavalcanti) com a esperança de que o governo federal interviria pondo abaixo João Pessoa (2). Sublevaria, para tanto, o sertão. Foi o que fez (como Floro Bartolomeu, em Joazeiro, contra Franco Rabelo): armou os seus cangaceiros... Hesitou

(1) Vd. VIRGILIO A. DE MELO FRANCO, *op. cit.*, p. 190. "De todo o cruel e sangrento episodio houve duas vitimas, a saber: o jovem e ardoroso deputado Souza Filho, o qual terminou antes da tarde, segundo o verso melancólico de Petrarca, e o velho deputado gaúcho, sr. Simões Lopes". Depois do seu discurso sobre o café, João Neves só voltou à tribuna em Maio de 30, já aí para criticar o reconhecimento de Júlio Prestes, eleito a 1.º de Março.

(2) Carta de José Pereira, cit. por JOÃO NEVES, *A Aliança Liberal*, II, 73: "Havemos de provocar a intervenção, pois estou disposto a ocupar todos os municipios do sul do Estado..." Leia-se ADEMAR VIDAL, 1930, *Historia da revolução na Paraíba*, p. 98 e segs., S. Paulo 1933.

— perplexo — o governo paraibano em atacá-lo; limitou-se a retirar de Princêsa as autoridades estaduais. Evitaria que ali houvesse eleições... Era o que menos importava. Entrincheirou-se José Pereira na sua cidade; e a força policial — sem recursos bélicos, fracamente municiada — esboçou em torno dela um cerco difícil. Tornou-se para João Pessoa desesperadora a crise, porque, enquanto o inimigo se abastecia nos Estados vizinhos, o governo central tudo lhe negava, a começar pela aquisição de armas e balas. Apelou para os aliados políticos, que lhe forneceram algum material dissimulado engenhosamente, em meio de mercadorias exportadas, fugindo à fiscalização federal⁽¹⁾. Momentos houve em que os soldados tinham apenas de cinco a dez cartuchos⁽²⁾. Remeter pacótes de balas de *rifle* para a Paraíba se tornou o modo comovente de ajudar o presidente que prometia morrer no pôsto, lutando; e essa nervosa coléta — emocionando a opinião nacional — preparou-a para assistir a um drama lancinante. Ninguém duvidou que se aproximava — quando, a 28 de Abril, a Camara depurou toda a bancada governista da Paraíba, reconhecendo os “deputados de Princêsa” (como eram chamados os oposicionistas, diplomados pela junta local)⁽³⁾. Essa violencia (“esbulhada criminosamente sua legitima representação”, telegrafou Epitacio Pessoa, indignado) cortou as ultimas ilusões aos que ainda confiavam numa solução de compromisso.

Corrêra, entretanto, o pleito de 1.º de Março; e appareceria normalmente eleito — com a maioria prevista — Júlio Prestes. Logo após o reconhecimento pelo Congresso foi, a bordo de um navio do Lloyd, visitar os Estados Unidos. Sem o caso paraibano — agravado

(1) ADEMAR VIDAL, *op. cit.*, p. 189.

(2) BARBOSA LIMA SOBRINHO, *A verdade sobre a revolução de Outubro*, p. 178.

(3) Ausentes os juizes togados, os suplentes, ligados à opposição, diplomaram os candidatos da sua parcialidade... ADEMAR VIDAL, *ibid.*, p. 232.

pelos choques sangrentos entre a gente de José Pereira e a policia de João Pessoa — talvez se apaziguasse o país, como pensava, no seu otimismo imperturbavel, o presidente da república. Não lhe faltavam argumentos para esta convicção: a tranquilidade que lhe déra em Dezembro o candidato liberal, dizendo que seria respeitado o veredicto das urnas ⁽¹⁾, as entrevistas conciliatórias do velho Borges, que eram ordens de desarmamento e paz ⁽²⁾, sobretudo a mudança que em Minas ia operar-se, com a subida ao poder de um homem sem paixões, na idade propecta dos conselhos mansos, Olegario Maciel... Na propria ênfase de João Neves se lia a desistencia à revolução, com o substitutivo das idéias, para depois... “Ficamos onde estávamos, fiéis às idéias consubstanciadas no programa...” ⁽³⁾. Dois fatos desastrosos dissiparam esse torpôr: a degola dos representantes aliancistas de Minas (eram 14) e da Paraíba (toda a bancada); e a atitude bravía de João Pessoa. Para atear o incendio servia essa fagulha...

Para o prelio das armas

Recrudescceu a conspiração. Foi buscar no exilio os officiais revolucionarios, de quem acabava de separar-se Luiz Carlos Prestes, trabalhado, desde Novembro, por outra crença, contrário aos *golpes* politicos, dispôsto doutrinariamente a fazer uma revolução propria, a

(1) JOÃO NEVES, *Por S. Paulo e pelo Brasil*, p. 27, 2.^a ed., S. Paulo 1933; BARBOSA LIMA SOBRINHO, *op. cit.*, p. 130. Sobre o “modus vivendi” negociado por Palm Filho com o presidente, vd. BARBOSA LIMA SOBRINHO, *ibid.*, p. 125. Quanto às idéias indicadas como de pacificação por Getúlio (*ibid.*, p. 124) estão em síntese no discurso de Neves, 21 de Maio: anistia, reforma eleitoral, liberdades espirituais... *A Aliança Liberal*, II, 40-1.

(2) É documento dessa impressão o que escreve RUBENS DO AMARAL, *A campanha liberal*, p. 143, S. Paulo 1930.

(3) *A Aliança Liberal*, II, 40.

comunista⁽¹⁾. Outra perda grave que sofreram foi de Siqueira Campos, vítima de um desastre de aviação nas águas de Prata⁽²⁾. Salvou-se nessa ocasião seu companheiro de viagem João Alberto, coordenador do movimento armado, cuja direção em Porto Alegre passou às mãos energicas de Osvaldo Aranha. Em 1.º de Março evadiu-se Juarez Tavora da fortaleza de Santa Cruz e foi instalar na Paraíba — séde natural do movimento ao norte — o seu quartel general⁽³⁾. Fatôres inestimáveis foram para ele o rádio, o telegrafo (para os *cifrados*), o avião. Nunca os antagonistas do governo viajaram tanto, entre Porto Alegre, Belo Horizonte, o Recife, em confabulações sigilosas cujo sentido era transparente. Mas Washington Luís não participava das apreensões gerais. Bastou-lhe, como índice do desânimo que lavrara naquelas hostes, Antonio Carlos: governo não perde; o golpe inseguro o revigoraria...⁽⁴⁾. Furioso com o recuo mineiro, vendo tudo por terra, num repelão, Aranha abandonára a secretaria do interior. O situacionismo gaúcho — orientado pela prudencia borgista — inclinava-se para a composição, a paz... É digno de nota o paradoxo, de se pronunciarem pelo desfêcho das armas os

(1) Leia-se MAURICIO DE LACERDA, *Segunda república*, p. 127 *passim*. Prestes imbuu-se da nova ideologia em contacto com Rodolfo Ghidli, JORGE AMADO, *Luiz Carlos Prestes*, p. 209, Rio.

(2) VIRGILIO A. DE MELO FRANCO, *op. cit.*, p. 238; ROSALINA COELHO LISBOA LARRAIGOTTI, *Seara de Caim*, *cit.*

(3) ADEMAR VIDAL, *op. cit.*; e descrição da fuga in Godofredo Nascetes Tinoco, *Tempo bom no sector leste*, ps. 24-5, Rio 1931.

(4) VIRGILIO A. DE MELO FRANCO, *ibid.*, p. 248.

Francisco Campos acertara em Porto Alegre (18 de Abril de 30) os termos em que Minas concordaria com a revolução, se fosse feita simultaneamente no Rio Grande e na Paraíba; Antonio Carlos deu para isto 2 mil contos e a Paraíba mil. Por esta, falou o secretario da segurança, José Americo de Almeida. Em 27 de Maio, sob a presidencia de Antonio Carlos, os chefes mineiros homologaram em Juiz de Fóra o compromisso. Mas, marcada para Julho, a revolução foi adiada por achar Antonio Carlos que as articulações não satisfaziam (radiograma a Aranha, de 21 de Junho). Aranha irritadamente respondeu: "Rio Grande submete-se imperio circunstancias... Meu pensamento situação peor que dos negros sofreram escravidão, com menor ridiculo..." Nomes e pormenores no livro de V. de Melo Franco, *ibid.*, p. 214 e segs.

expoentes da ordem — contra quem as tinham brandido cadetes e tenentes de 1922 e de 1924 — Epitacio e Bernardes. Este (não faltou quem lembrasse Feijó, legalista de 37, revoltoso de 42) não via “saída digna” “senão pela porta da revolução...” (1) Aquele, com azedume e des-temôr, atirava às faces do governo o protesto de paraibano: e como presente de aniversario, mandava ao presidente do Estado, seu sobrinho, um embrulho de balas... (2) Ninguém imaginára que tão longe fôsse a contradição do destino, e os homens, cujo poderío quebrara em 24 e em 22 as acometidas dos quartéis, se transformassem, por força das circunstancias, em seus conselheiros — ômbro a ômbro com os veteranos de Copacabana, com os comandados de Isidoro e Prestes. Ressalvava Bernardes a unidade de Minas; Epitacio, a da Paraíba. Os outros, estavam na coerência da sua vida. A revolução, entretanto, como que se pulverizava em esperanças frustras, quando um imprevisto a desencadeou: o assassinato de João Pessôa, no Recife, em 26 de Julho (3).

O terrível imprevisto.

O crime originou-se na campanha da imprensa ligada ao presidente paraibano contra João Dantas, aliado de José Pereira. Exacerbou-se-lhe o ódio com a publicação de papeis particulares, arrecadados durante uma diligencia policial, para descobrir armas e munições que porventura escondesse; e jurando eliminar João Pessôa — que aliás nunca o vira — surpreendeu-o numa confei-

(1) Carta a Olegario Maciel após a visita de Mauricio Cardoso, emissário gaúcho.

(2) ADEMAR VIDAL, *op. cit.*, p.

(3) ADEMAR VIDAL, *ibid.*, p. 335 BARBOSA LIMA SOBRINHO, *ibid.*, p. 184.

taria do Recife, entre amigos. Não lhe deu tempo para um gesto de defesa; bradando, "sou João Dantas", descarregou-lhe nos peitos o revólver. Por mais que se quizesse atribuir o atentado ao carater mesquinho, de uma vingança primária, ninguém, nessa altura dos acontecimentos, poderia tirar-lhe a natureza política, de martírio do homem valente, sacrificado à brutalidade dos algózes. Caíra com ele o seu povo; ou antes, com ele se alçava o seu povo... E tanto foi assim, que não houve mais detê-lo na expansão clamorosa da sua dôr, no ímpeto feroz das suas represálias: na mesma noite encheu as ruas da capital do Estado gritando vivas à revolução, queimou as casas dos correligionários de Dantas e Pereira, poz-se em pé de guerra. A trasladação do corpo para o Rio de Janeiro, num vapor costeiro, se converteu numa cerimonia de expiação nacional. Por pouco não se ensanguentou a *avenida central*, quando, em delírio, a multidão exigia que por ela passasse o féretro, e a autoridade, desajeitadamente, tentava mudar-lhe o itinerario... (1) No Rio Grande, foi o sinal mágico do levante.

Promoviam para a noite de 26 de Julho os amigos de Osvaldo Aranha um banquete em sua homenagem. Festejavam-lhe a conduta resistente. E foi em meio ao jantar — sublinhado de melancólicos desenganos — que rastilhou, como fio de polvora, a noticia. Mataram João Pessôa! A homenagem partidária transformou-se num comicio incandescente, às janelas do Club do Comercio, o povo na rua, colerico, a pedir a revolução... Na Camara, Lindolfo Collor (substituto, na *leaderança*, de Neves) clamou, patético: "Presidente da república, que fizeste do presidente da Paraíba?" (2).

(1) MAURICIO DE LACERDA, *op. cit.*, p. 186.

(2) João Neves descreveu o episodio da noite de 26 de Julho no Club do Comercio, acentuando que deste momento em diante não mais se hesitou, quanto ao "prelio das armas", sua hipotese de 5 de Agosto de 20... Vd. tambem GODOFREDO N. TINOCO, *Tempo bom...*, p. 88.

Em Agosto a revolução já era inevitável como uma precipitação meteorologica. Despenhava-se. No dia 7, os academicos de S. Paulo rechassaram, a páo e tiro, a policia⁽¹⁾, esboçando, no largo de S. Francisco, (seu "territorio livre"¹) a primeira barricada. Era sintomatico. Borges consentia, demovendo, com a aprovação reticente, a brigada policial do Rio Grande; concordava Getúlio; em Minas estavam de acordo o presidente que saía e o que entrava, este, o velho Olegario, persuadido por auxiliares animosos, como Cristiano Machado; e da Paraíba Juarez recebia e emitia instruções. Sob a chefia do tenente-coronel Pedro Aurélio de Góes Monteiro⁽²⁾ — organizou-se em Porto Alegre um estado maior, com João Alberto, Miguel Costa, Aranha, Estillac. Por Minas, falava Virgilio de Melo Franco. Colaboravam legalistas de ontem e revolucionarios impenitentes. Do outro lado o presidente Washington demonstrava confiança e *fleuma*. O telegrama que no dia de sua posse (7 de Setembro) lhe enviou Olegario Maciel, tinha uma frase promissôra: aludía à confraternização brasileira. Nesse dia passou em revista a tropa no Rio, percorrendo, entre aplausos, de carro aberto, as avenidas em festa. Triunfava. O presidente interino da Paraíba, Alvaro de Carvalho, restabelecera aparentemente a ordem e se correspondia com o governo federal, que resolveu extinguir o fóco revolucionário de Princesa, e, sem intervir na administração civil, fez convergir para a cidade cercada vários batalhões, sob o comando do general Lavanére Wanderley. Intimado para entregar o armamento, dispersando a sua gente, José Pereira cedeu. Fôra balde d'água no brazeiro. Acabou-se sem mais nada, a sublevação — o que teria sido providencial dois mēses antes, e agora

(1) AURELIANO LEITE, *Memorias de um revolucionario*, p. 10, S. Paulo 1931.

(2) General GÓES MONTEIRO, *A revolução de 30 e a finalidade política do exercito*, p. 41. Desde Fevereiro, quando se avistára com Aranha, fôra convidado para dirigir a revolução, *ibid.*, p. 41.

pouco valia. O erro patenteava-se, pelas consequências. Com a rendição ou a reincidência do *cangaço*, sem medidas apaziguadoras ou com elas, fossem quais fossem as idéias conciliatórias que então brotassem, a revolução estava combinada, tecida e pronta: a questão era de dia e hora. Adiada duas vezes, foi enfim fixada para as 5 e meia da tarde de 3 de Outubro, aviso que entretanto Juarez entendeu mal, motivo porque, na Paraíba, a retardou para a madrugada de 4 ⁽¹⁾.

Apezar do sigilo, transpirou a notícia, ⁽²⁾ sem que o governo se apercebesse do que ocorria. Foi tomado de surpresa, do sul ao norte do país.

(1) VIRGILIO A. DE MELO FRANCO, *op. cit.*, p. 340.

(2) Quatro dias antes, de Max Fleiuss, no Instituto Historico, no Rio, ouvimos o boato, de que estouraria a 3 de Outubro... Segredo de polichinelo, provavelmente o governo o considerou exagerado, como das outras vezes. O fato é que, ainda naquela noite de 3, reinava na capital federal a maior tranquilidade. Vd. também CAMPOS DE MEDEIROS, *Lutas pela pátria*, p. 82.

A REVOLUÇÃO

Do sul para o norte.

Começou a revolução na hora marcada — 5 e meia de 3 de Outubro de 1930 — com o assalto ao quartel general de Porto Alegre, dirigido por Osvaldo Aranha e Flores da Cunha — com cinquenta homens. Após cerrado tiroteio, os atacantes dominaram a resistencia e prenderam o general Gil de Almeida. Fato singular: confiando na coesão das suas forças e desatento aos boatos, não adotára o general medidas especiais de prevenção. Todos cochichavam o segredo... público, do levante que não tardaria, e, para cúmulo das apreensões, fechára o comercio uma hora antes; entretanto no quartel general havia perfeita calma quando lhe entrou as portas, com a violencia de um tufão, o magóte revolucionário. Igual estupôr se apossou das outras unidades federais, investidas simultaneamente. Assim, no morro do Menino Deus, onde aquartelava o núcleo principal, cercado e rendido pela tropa de João Alberto; o arsenal de guerra, o esquadrão da região (com a morte do comandante, capitão Jaime Argolo Ferrão...) Menos o 7.^o de caçadores, cujo comandante, Benedito Acauan, impávido diante da artilharia, só cedeu na madrugada de 4, mas com o argumento de que cessára por toda parte a luta. Desistiu assinando solêne convenção. A facilidade da vitória em Porto Alegre espelhou a situação do resto do Estado, onde as guarnições locais, prendendo os comandantes que se não decidiam a aderir, ou por eles comandadas, em regra

confraternizaram com os agentes da rebelião. A 5, havia unanimidade no Rio Grande (1) Mas não se detivera na frateira, à espera da concentração. Miguel Costa invadira Santa Catarina pelo eixo ferroviário, rumo de União da Vitória, Filipe Portinho a ele se incorporou transpondo a serra da Estrela e Trifino Corrêa entrou pelo litoral. Sob o comando do tenente Alcides Etchegoyen se organizou com 2.800 homens o primeiro destacamento pezado que saiu do Rio Grande (2). Este impeto da revolução — lançando-se para fóra do Estado — foi a condição inicial do seu triunfo. Punha as guarnições vizinhas no dilema de combater ou aderir. Aderiram, predispostas pelos entendimentos prévios, pela camaradagem dos quartéis. Na antemã de 5 explodiu em Curitiba a sublevação, com o sacrificio de um unico official, o coronel Corrêa Lima, do 15.º. Evadiu-se o presidente Afonso Camargo no ultimo trem de Paranaguá. Getúlio Vargas foi ali recebido com estrondosa alegria. Rolando dos pampas, a onda revolucionária se esbateu nos barrancos do Paranapanema (3). Mediria forças com a legalidade em dissolução — no passo de Itararé, o encontro mais sério de quantos se tinham travado no país. . .

Mas não se deu. . .

Em Minas Gerais.

Na Paraíba tudo sucedeu conforme o previsto. Em Minas Gerais foi diferente.

A hora marcada reinava em Belo Horizonte a doce paz das tardes sertanejas. O 12.º de infantaria, cujo

(1) VIRGILIO A. DE MELO FRANCO, *op. cit.*, p. 354.

(2) VIRGILIO A. DE MELO FRANCO, *ibid.*, p. 356.

(3) Comandavam Etchegoyen de Cambará a Jaguaraiava, Miguel Costa e Flores da Cunha em Itararé, na zona do litoral, até a Ribeira, João Alberto, sendo Curitiba o centro de comunicações, J. ALBERTO, *op. cit.*, p. 244. Sobre os fatos no Paraná, coronel A. MIRANDA, *Justitia vanum verbum...*, p. 92 e seqs., S. Paulo 1933.

quartel em posição dominante, parecia invulneravel como um castelo forte, respirava a mesma suave quietação: tanto que o comandante, coronel José Joaquim de Andrade (interinamente na chefia da região) se recolhia àquela hora à casa. Com igual despreocação os officiaes, encerrados os trabalhos do dia, andavam, dispersos, pela cidade. O plano primitivo (Odilon Braga) consistia em aproveitar essa calma vespertina para de súbito, em caminhões que se precipitariam pelos portões abertos, arrojarem na praça a policia mineira: tomaria de assalto, sem dar tempo à reação, o único nucleo federal de Belo Horizonte. Como se fez em Porto Alegre... Cristiano Machado, porem, receiou o insucesso, morticínio, o alto preço da temeridade: e preferiu atrair o comandante, convencê-lo, detêr os officiaes, e, por seu intermedio conquistar sem sangue o objetivo. Não foi assim, que o coronel Andrade repeliu a proposta, e porque o quizessem prender à entrada da residência, mandou que o soldado que lhe dirigia o automovel dêsse o alarme. Espoucaram tiros. Chegou o aviso ao 12.º; a sua primeira viatura, com officiaes e praças, que voltavam atropeladamente ao quartel, foi interceptada pelo fogo da policia; e o major Pedro Leonardo de Campos assumiu ali o comando geral, o capitão Josué Freire o do regimento. Tinham 385 homens (seu reduzido efetivo) para sustentar o cerco, durante cinco dias de fuzilaria impiedosa (1). Só se rendeu o regimento — admiravel na resistencia rija — por falta de agua e viveres, isolado na colina, varejado de metralha, sem saber o que lá fóra occorria (pois ficára privado da radio-telegrafia, com o córte dos fios electricos, logo em seguida), ilhado na cidade em pé de guerra...

(1) Cap. JOSUÉ FREIRE, *A odisséa do 12.º regimento*, Rio 1938. É este autor quem diz que o quartel seria facilmente tomado, se investido de surpresa (*ibid.*, p. 69), pois só depois de algum tempo se aprestou para a valorosa defesa.

Caído o baluarte de Belo Horizonte, triunfava no Estado a revolução. O centro de operações tinha de ser Juiz de Fóra. Como aí sediava a 4.^a região, e o combate no perímetro urbano causaria danos abomináveis, decidiu o governo mineiro retirar para Ubá a força policial, concentrar em Barbacena os elementos de ataque, e desfechá-lo oportunamente — visando uma das alas à estrada de Ubá a Entre Rios, sobre Petropolis. No sul, o regimento de cavalaria de Tres Corações enfrentou como pôde o assédio: e acabou capitulando. As forças paulistas entraram perigosamente por Ouro Fino, Guaxupé, Passa Quatro; outra coluna safu de Ribeirão Preto para Uberaba... Poderiam esses destacamentos (de algumas centenas de praças cada um) alcançar, numa progressão rápida, os caminhos da capital,⁽¹⁾ e ameaçá-la, antes das batalhas que se anunciavam na Mantiqueira — e, sobretudo, do choque d'armas de Itararé? Ou se destinavam apenas a aliviar a "frente" de leste, a cargo da guarnição do Rio de Janeiro?

Os fatos, sobrepondo-se aos calculos, não deixaram duvidas. A legalidade demorava-se; a revolução expandia-se.

No nordeste.

Ao norte as cousas se passaram rapidamente. Juarez Tavora iniciou o levante no Recife, enquanto na Paraíba o dirigiam, no proprio quartel do 22.^o (que, como o 12.^o de Belo Horizonte, era o núcleo solitário da legalidade no meio de uma população revoltada) os tenentes Agildo Barata e Jurací Magalhães. Foi-lhes fácil (comandava este a companhia de guarda e se dispuzera aquele à ação fulminante) ocupar o quartel, inutilizando, com o ino-

(1) HASTIMFILO DE MOURA, *Da primeira à segunda republica*, p. 224; Rio 1936; AURELIANO LEITE, *Memórias de um revolucionario*, p. 53.

pinado do golpe, a resistencia do general Lavanère Wanderley e de alguns auxiliares. Não puderam defender-se. O general ainda quiz persuadir, impondo a Agildo a sua autoridade: tombou ferido mortalmente, com uma bala no ventre. O tenente Paulo Lobo foi morto no leito, ao levantar-se. Os tenentes Silvio Silveira e Raul Reis tiveram o mesmo fim⁽¹⁾. Estes, e em Souza o coronel Pedro Angelo e o major Cesar Castro — que caíram combatendo — foram as vitimas da revolução na Paraíba — que crepitou como fogo em palheiro, naquela terra mais do que todas preparadas para esses excessos. Estavam todos com ela. No Recife, o clima era distinto. A ordem aguentava-se pela inércia — frouxamente. De começo, o movimento — encabeçado pelo tiro de guerra 333 — redundou em malôgro, que a inatividade da policia e a cumplicidade de outros corpos não quizeram explorar. Usar-se-ia a artilharia, contra os amotinados. E o governador Estacio Coimbra foi avisado de que devia deixar o palacio. Ficava na área de fogo. Não perdeu tempo: embarcou, com os secretarios, num rebocador; e foi para Barreiros⁽²⁾. Partiu Juarez para a Paraíba, a reunir a tropa disponível. Mandou-a para o Recife, sob o comando do tenente Juraci Magalhães. Entrou pacificamente. Pulverizára-se o poder legal. O povo estava nas ruas, ovacionando. Com a mesma brevidade — que foi apresentar-se e ocupar — outra coluna paraibana tomou Natal; e assim aderiram o Ceará (à noticia de que a invasão se déra, irresistivel, pelos sertões), o Piauí, o Maranhão... Somente em Belem o governador Eurico Vale, com a policia, energicamente, lograra dominar o 26 de caçadores. Abriram-se os caminhos do sul para o “exercito revolucionario” que ao mando de Juarez, general agora, desceu para Alagoas,

(1) ADEMAR VIDAL, *op. cit.*, p. 452.

(2) BARBOSA LIMA SOBRINHO, *op. cit.*, p. 217. O secretario do interior, Carneiro Leão, não chegou a ser avisado da retirada do governador e tentou ainda articular, sem resultado, a resistencia, com o 21 de caçadores.

Sergipe, a Bahia. Aí estabelecera o general Antenor Santa Cruz o comando das operações (instalando-o num vapor do Lloyd atracado ao cais), apoiado pelo governo estadual, e com a esperança de deter nas ribanceiras do São Francisco os rebeldes — graças aos sertanejos de Franklin de Albuquerque e Horacio de Matos. O 19 de caçadores os esperaria na linha do Itapicurú... Batalhões da policia cobririam Alagoinhas...

Proporções da luta.

A revolução empolgara o Estado do Espirito Santo; e apoderara-se de Vitória, seccionando as comunicações, pela costa, de norte e sul. É verdade que não afetava a solidez das posições do general Santa Cruz, abastecidas por mar; e o couraçado *São Paulo* já se preparava para intimar o Recife... A despeito de tudo, não era estrategicamente má a situação da legalidade nas linhas vitais do Paranapanema, da Mantiqueira, do nordeste. Ameaçava ruir por outro motivo: a convicção do exercito, de que luta em tão vastas dimensões não devia decidir-se sangrentamente, em campo aberto, mas por um meio conciliatório qualquer... O que ocorria no *sector* paranaense era tremendamente significativo. Os revolucionários riograndenses com os camaradas do Paraná se tinham destendido numa longa "frente" de Cambará a Jaguaraíva (Alcides Etchegoyen), a Itararé (Miguel Costa e Flores da Cunha), à Capela da Ribeira (João Alberto), tendo diante de si forças federais e paulistas sob o comando dos coroneis Pais de Andrade e Palimercio (1). Das guarnições do sul, apenas a cavalaria, de Castro, se passara a São Paulo. Ligeiros encontros (o

(1) Vd. HASTIMFILO DE MOURA, *Da primeira à segunda república*, p. 218.

maior, o combate de Catiguá⁽¹⁾ tinham revelado o ímpeto de uns, a obstinação de outros. Pais de Andrade queria contra-atacar, entrando pelo Paraná⁽²⁾. Preparavam-se os revolucionarios para envolvê-lo, isolando as posições de Ribeira e Itararé... Suspendeu-se a luta em 25 de Outubro, sem que se soubesse qual dos exercitos venceria no projetado chóque. Positivamente, seria formidavel. O presidente Washington acreditava-o decisivo.

A queda da legalidade.

Em redor dele, depois de 8 de Outubro, quando caíra o 12.º de Belo Horizonte, era geral o desânimo, a contrastar com a sua tranquilidade vagamente fatalista. Nem um instante mostrou receio, desalentou-se em atitudes dúbias ou concordou com o derrotismo que o cercava: a sua autoridade parecia crescer com os imaginários batalhões, a deserção dos governadores em fuga, os progressos viziveis da revolução. Disponha dos efetivos militares seguro de que era realmente, como se lê na Constituição, o chefe das forças armadas. Ao deputado (Cordeiro de Miranda) que lhe objetou, que um batalhão saía para aderir, respondeu: Cumpro o meu dever, o batalhão cumpra o seu... Confiava na 2.^a e na 4.^a região; fazia ouvidos moucos às vacilações da 1.^a, no Rio de Janeiro, onde lavrava, evidente a conspiração. Era compreensivel que alguns generais, desgostosos com a politica oficial, e pessimistas em face do seu insucesso, dejessem evitar que o país se dividisse em dois exercitos que se destroem, como os Estados Unidos ao tempo de Lincoln. Um deles por ventura o de maior renome, Tasso

(1) General GÓES MONTEIRO, *A revolução de 30 e a finalidade politica do exercito*, p. 88.

(2) HASTIMFILO DE MOURA, *ibid.*, p. 206. Quanto à situação em Minas, diz Hastimfilo que já se achava em Barbacena um emissario, para propor a cessação da luta (*ibid.*, p. 224).

Fragoso, acreditava na derrota final do governo (1). Consultado antes da revolução por Lindolfo Collor, dissera repugnar-lhe tomar armas contra a legalidade; mas lhe faltava entusiasmo para ajudá-la. Destacaram-se, à frente do movimento na capital, os generais João de Deus Mena Barreto e Leite de Castro, comandante da artilharia de costa. Juntou-se-lhes o coronel Bertoldo Klinger. Nada parecia mais fácil do que, em dado instante, se recusarem os quartéis a obedecer ao governo, e, por intermédio de uma junta destituiu-lo, ordenando a cessação de fogo — para as confabulações da paz. Base popular para tanto não faltava, com o espírito das ruas empolgado pela causa revolucionária, as famílias alarmadas com a convocação dos reservistas, dominada a cidade pelos boatos mais desfavoráveis ao presidente — inabalável, na firmeza da sua autoridade. O ministro da guerra desconfiou do general Leite de Castro e o mandou, à inspeção das tropas, para o interior fluminense. Mena Barreto, a 23, deu o sinal do levante, combinado, já então, entre as unidades próximas. Nesse dia o cardeal Dom Sebastião Leme falou sinceramente ao presidente. Chegara o tempo de conciliar... Polida, mas severamente, contestou, que o governo tinha suficientes elementos para debelar a revolução. Na mesma noite se recolhia Mena Barreto ao forte de Copacabana (onde pouco depois chegava Tasso Fragoso) e Leite de Castro — voltando de Campos — à fortaleza de Santa Cruz. Subscrita pelos dois primeiros, e pelo coronel Klinger, a ordem de operações (2), e transmitida aos demais corpos da região militar, só então o ministro da guerra conheceu a reali-

(1) General TASSO FRAGOSO, *A revolução de 1930*, in *Rev. do Inst. Hist. Bras.*, vol. 211, Abril-Junho 1951, p. 31. Vd. também AFONSO DE CARVALHO, *1.ª bateria, fogo!*, p. 82, Rio 1931.

(2) De BERTOLDO KLINGER, *Narrativas autobiográficas*, vol. V, Rio 1951, e no vol. VI destas *Narrativas*, depoimento do cor. José Faustino da Silva (que resume os fatos de 23 e 24 de Outubro).

dade das cousas. Era tarde para a reação. Achava-se praticamente destituído o governo quando — a horas mortas de 23 para 24 de Outubro, reuniu Washington Luis, no Guanabara, o ministerio. O seu pensamento era invariavel: resistir. Ao amanhecer verificou-se que não seria mais possivel. Revoltára-se todo o exercito. Às 8 e meia apresentou-se ao forte de Copacabana o general Malan d'Angrogne: foi encarregado de assumir o comando do 3.^o de infantaria (à Praia Vermelha) e da fortaleza de São João. No quartel do 3.^o, entregou Malan ao coronel José Pessôa o comando do regimento, em marcha sobre o palacio presidencial. As 9 horas troou a artilharia dos fortes: era o sinal da revolução. Em vôo baixo, um avião do Campo dos Afonsos deixou cair sobre o de Copacabana a mensagem de adesão da Vila Militar. Aderiu a policia... Tomada a praia de Botafogo pelo 3.^o, engrossado com numerosos civis munidos de armas de guerra, avançou a coluna até a esquina da rua Farani. Conduz esta ao Guanabara. Tasso Fragoso e Mena Barreto puzeram-se à dianteira, e, de cambulhada, soldadesca e povo rumaram para os portões do palacio — a intimar o presidente. A guarda, fuzis ensarilhados, repousava nos páteos. Parecia adormecida a grande casa, fechados os batentes, as janelas cerradas... Ficaram de fóra, ao longo dos gradís, os populares brandindo as suas armas e o 3.^o de infantaria, enquanto os generais — forçando a entrada — iam entender-se com o general Teixeira de Freitas, chefe da casa militar do presidente. Pediam para falar-lhe. Esperaram algum tempo, impacientes: e porque o presidente não os chamasse, atravessaram várias salas, até o encontrarem, com os ministros, no seu gabinete de trabalho⁽¹⁾. A cêna foi aí rispida e breve. Ao dizer Tasso Fragoso que o que mais o preocupava era a sua vida, respondeu: pois é a unica

(1) General TASSO FRAGOSO, *ibid.*, p. 13: "Passamos afoitamente a uma sala contígua..."

cousa que me não preocupa. — Se V. Ex. não quer submeter-se (insistiu), ficará responsável pelo que lhe suceder. E os generais se retiraram. Podem bombardear à vontade! — exclamára Washington, momentos antes, quando lhe constou que esta era a ameaça (1). Não sairía. . . Ocorreu aos generais chamar o cardeal. O palacio de sua eminencia prestava-se para asilo do presidente. Chegou sollicitamente Dom Sebastião, com monsenhor Costa Rego. Mudaram de idéia. O coronel José Pessoa opinava por uma fortaleza. E dispunha a levá-lo prêso, se recusasse. . . (2) Da rua subiam, atroadôres, os gritos da multidão: qualquer imprudencia poderia desvairá-la, em desatinos atrozés. Persuadido finalmente — às 5 da tarde desceu Washington Luis, ao lado do cardial, dignamente, sem ter jamais desmanchado a calma imponencia dos seus gestos serenos, a escadaria do palacio. Num automovel, com o prelado, Tasso Fragoso, e auguns militares à volta, como para o protegerem, foi transportado para o forte de Copacabana.

Na cidade, grupos exaltados depredavam e incendiavam jornais; enchiam-se as avenidas de automoveis cheios de soldados e civís, alguns com bandeiras encarnadas, confraternizando num regozijo ruidoso; e, já sem mêdo, curiosamente, saía o povo às ruas, a vêr a festa. Alem de tiroteios esparços, do fogo ateadó àquelas redações, de alguns episodios pitorescos incluídos no espectáculo imprevisto — nada mais houve que a impressionasse. Voltou a paz sob a direção vacilante de uma junta de governo composta dos pacificadôres, Tasso Fra-

(1) AFONSO CELSO, *discurso na Academia* (recepção de Octavio Mangabeira), *Discursos Academicos*, VIII, 217. Compara a quêda do ultimo presidente da "republica velha" à do ultimo presidente de conselho da monarchia. E Octavio Mangabeira, depoimento escrito a 16 de Novembro de 1930, sob o titulo, "*As ultimas horas da legalidade*", o autor, ministro do exterior do governo depôsto, então prisioneiro no 1.º de cavalaria.

(2) MAURICIO DE LACERDA, *Segunda república*, p. 228.

goso e Mena Barreto, e do almirante Isaias de Noronha, que a muito custo consentiu em dela participar, representando a marinha.

Dirigiria o país até a reorganização? Porque não se faria governo "com elementos que inspirem confiança ao presidente Getúlio"? (1). O chefe do estado maior da revolução fulminou a hipotese, com a reivindicação inabalavel: cabia a Getúlio a chefia do governo provisorio, como... "presidente dos Estados Unidos do Brasil, não reconhecido e esbulhado por ato de prepotencia..." (2) Ou marchariam sobre São Paulo e a capital federal!

A essa altura, ninguém lhe resistiria. Acedeu a junta. Manteve severamente a ordem "até que chegasse o presidente". Chegou na tarde de 4 de Novembro — para começar o extenso govêrno que abriu na História da República o seu capitulo contemporâneo.

(1) VIRGILIO A. DE MELO FRANCO, *op. cit.*, p. 367.

(2) Telegrama de Góes Montelro à junta do Rio, aos governadores e ao "general" Juarez, in VIRGILIO DE MELO FRANCO, *ibid.*, p. 362.

A VIDA ECONOMICA

O surto economico do país em seguida à abolição e à república (tomado 1888 por limite, entre a rotina agricola e o desenvolvimento das forças de produção) não segue, e evidente, um plano, ou linha de coerência que pudésemos resumir numa fórmula. Tem, como antes, o carater explosivo, dos *ciclos* em que fervem, tumultuosas, as ambições da riqueza mirifica (responsaveis pela exploração dos territorios ignotos); e segue o rumo sinuoso das lavouras itinerantes, como o café, em continuada busca de novos solos. O *ciclo* da borracha (significativamente chamado do *ouro negro*, porque lembra a corrida às minas gerais, do seculo XVIII) revela a Amazonia e conquista o Acre. Dilata-se geograficamente a nação com esse desbordamento aquisitivo. Como que lhe equilibra o pêso sobrecarregado ao sul pela prosperidade das provincias abertas ao imigrante europeu. Do Ceará vão os seringueiros; da Italia os renovadores da fisionomia urbana de São Paulo. O extremo norte povôa-se com as sobras de população deslocadas pelas sêcas; o sul se enche de estrangeiros. Em dez anos aumentou S. Paulo de um milhão de habitantes⁽¹⁾: e este crescimento, dando-lhe a partir de 1893 o primeiro lugar na exportação brasileira⁽²⁾, espantaria o mundo com o que se chama o seu "fenomeno". O concurso da imigração estrangeira para os indices da nossa civilização é consideravel, mas não de geito a rebaixar a plano secundário o fator nacional. Com 14.332.915 habitantes em 1890, tinha o país

(1) T. DE SOUZA LOBO, *São Paulo na federação*, p. 189, S. Paulo 1924.

(2) T. SOUZA LOBO, *op. cit.*, p. 242.

30.635.605 em 1920. Absorvera, em cem anos 3.500.000 alienigenas (1). Como se fixaram de preferencia nas regiões meridionais, a sua percentagem é mínima no progresso das zonas quentes. O braço *caboclo* córta as canas e movimenta os engenhos, alastra os cacaoais do vale do rio Pardo, expande os algodoads do nordeste; domina a Amazonia. Na verdade a civilização de fachada, que tanto lastimaram Silvio Rimerio e Alberto Torres, abria-se em janelas amplas para a vastidão do país: e por ela se desdobram as forças conjugadas da policultura e da intercomunicação. A primeira desmembra o latifundio pulverisando-o nas áreas de colonização em que prosperam as lavouras de subsistencia, a pequena empresa, o seu individualismo tradicional. O transporte integra nos bens da comunidade o trabalho sertanejo, difunde maquinismos, idéias e estilos, modernisa os processos economicos, distribui, ou dirige o nomadismo interior, das populações que se desprendem do "habitat" ingrato em busca de fartura e saúde (2). Ha nessas correntes migratórias certa inconformidade utópica (contrária ao conformismo rural, de que falou Oliveira Viana), que sociologicamente se explicará pelas heranças cruzadas do português empreendedor, do indio andêjo, do negro inconstante. Mas a razão vizível é a sêca, em fôrma de flagelo que estiôla periodicamente os sertões, no *poligono*

(1) VICTOR VIANA, Historico da formação economica do Brasil, p. 122, Rio 1922. De 1890 a 1899, entraram 690.365 Italianos (dos quais 430.243 em S. Paulo) (vd., editado pelo Banco do Brasil, *O Estado de São Paulo*, p. 71 Rio 1954). Já dez anos depois (J. F. GONÇALVES JUNIOR, *Serviço de povoamento em 1909*, p. 10, Rio 1910), para 99.017 imigrantes, a quota italiana era de 13.668, a maioria destinada a S. Paulo, e a portuguesa 30.577, a maioria para o Rio de Janeiro.

(2) Com a restrição da imigração estrangeira e a abertura da estrada de rodagem nordeste-Rio, articulada com a Rio-S.Paulo, temos indices expressivos da migração. Em 1950 recebeu S. Paulo 100.123 nacionais e apenas 9.421 estrangeiros, em 1952 252.808 nacionais e 57.512 estrangeiros, *O Estado de S. Paulo* (publ. do Banco do Brasil, p. 77). A população estrangeira desse Estado cafu de 929.851 em 1920 para 761.991 em 1940 (*ibid.*, p. 73).

traçado desde o litoral cearense até Minas Gerais, e a cujas agruras devíamos o *rush* dos seringais (depois da seca de 77), a expansão cacauceira de Ilhéos, o incremento do café paulista.

Transportes.

Planos gerais de viação não nos faltaram, desde o de 1874, do engenheiro João Ramos de Queiroz, até os mais recentes (de 1932 e 34), tentando cobrir o país com uma rede racional de caminhos de ferro. Cederia porém o lineamento teórico às conjunturas economicas e politicas, desarticulando-se em soluções parciais, que obedecem à triplice consideração, das ligações dos troncos ferroviários, da produtividade das zonas novas, da progressão sistemática. A grande epoca desse desenvolvimento foi de 1906 a 10, quando se fizeram a Madeira-Mamoré, a São Luiz a Caxias, alcançou a Noroeste os limites de São Paulo com Mato Grosso, concluiu-se a São Paulo-Rio Grande (unindo finalmente o Rio de Janeiro ao Rio da Prata), os trens da Leopoldina foram de Niteroi a Vitória. Construíram-se naquele periodo 2.225 quilometros de estradas de ferro; e no quadriênio seguinte, 5.180. Os governos posteriores, lutando com as dificuldades resultantes da guerra mundial, e suas consequencias, não lograram retomar o ritmo desses trabalhos. Em compensação, déram-se corajosamente (a partir de 1928) à politica rodoviária, de que foi precursor o presidente Washington Luis. Realizou-a inicialmente a Comissão de Estradas de Rodagem Federais, transformada em 1937 em Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, com o Plano Rodoviário Nacional (aprovado oficialmente em 1944) e a previsão de 35.374 km.

O café.

O convenio de Taubaté (1906) valorizou sem limitar. Este, foi o erro capital da politica de retenção dos *stocks* e preço alto, bôa para o país produtor, enquanto “controle” o mercado externo, absurda quando, poderosa, a concorrência (estimulada pelas cotações crescentes) se apresentasse, derrubando com o excesso da oferta todos os calculos. Assim aconteceu em 1929. Guardar para as safras magras, segundo o critério bíblico de José do Egito, era simples. Outros fatores⁽¹⁾, porem, incidem nas lavouras tropicais; o mais grave, a inconstancia meteorologica. Julgava-se que a um ano farto se seguiria um ano de escassez. Se invariavel o ritmo, o sistema de Taubaté não sofreria objeções. Na hipotese da superprodução, com o “enjôo” das praças compradoras, cairia por terra, com os respectivos complementos de financiamento e credito. No principio, tudo correu às maravilhas. Exportávamos 10 milhões de sacas em 1899 (quasi o dobro de 89), 11 em 1905⁽²⁾, em 1920 14, em 1928 um pouco menos⁽³⁾, o que vale dizer que as remessas mantiveram confortavel uniformidade, em contraste com o aumento do consumo. Em quatro anos foi resgatado o emprestimo de 15 milhões esterlinos garantido pela União (base do *convenio*) e podia S. Paulo levantar mais 7 e meio milhões (liquidaveis até 1923) para continuar a manobra. Em 1917 o governo federal entrou, com lucro, no mercado, para armazenar 3 milhões de sacas; e em 1920 (tomando 25 mil contos no país e 4 milhões de libras em Londres) repetia a intervenção defensiva, confiada, em 1922, a um

(1) Vd. HENRY WILLIAM SPIEGEL, *The brazilian economy*, p. 173

(2) MIGUEL CALMON, *ibid.*, p. 145.

(3) Ministerio das Relações Exteriores, *Brasil 1936*, p. 154; JOSÉ JOBIM, *O Brasil na economia mundial*, p. 37, Rio 1939; e *Historia das industrias no Brasil*, p. 42, Rio 1941.

instituto permanente. Reverteu dois anos depois à administração paulista (1). Proteger o café era amparar a nação. dele dependia (em perto de dois terços) o ouro da balança comercial; e a este movimento se arrima o cambio. Em 1929, estremeceu a coluna mestra com o duplo fracasso, do regime do preço, e da *bolsa* de New York. Conheceu-se o *crack*. Duas colheitas abundantes se somaram. Verificou-se que a "existência" ia, com a acumulação, a 23.324.000 sacas. Para elas não havia colocação: e desabaram os preços (2). Também o governo não se aguentou: foi a revolução de 1930.

O geito foi recorrer (e assim nos demais países produtores, esmagados pelos excessivos "stocks") ao equilíbrio estatístico (3). Já era negocio providencial trocar café por trigo. Recorreu-se ao extremo de queimá-lo, em monstruosas fogueiras — ao tempo em que na França se destruíam as videiras, na Australia se incineravam rebanhos de ovelhas, limitavam-se os maquinismos na Alemanha e na Inglaterra — (4). Mas com a contradição de se lhe permitir o desenvolvimento impetuoso, com a conquista da terra rôxa do norte do Paraná, graças à ação pioneira da companhia inglêsa que fundou Londrina. As condições gerais do mundo facilitaram o espraiamento da *onda vêrde*, que, na verdade, a despeito de tudo, jamais se detivera. Melhoraram os preços, voltou-se a exigir o café brasileiro, e as plantações, abandonando as linhas tradicionais da marcha (o desdobramento ferroviário

(1) ANDREAS SPRECHER VON BERNEGG, *Plantas tropicais e sub-tropicais na economia nacional*, p. 310.

(2) Vd. *Brasil 1936*, p. 154. "Os responsaveis pela "defesa" careceram de visão economica e disciplina propria...", Von BERNEGG, *op. cit.*, p. 314; AFONSO TAUNAY, *Pequena historia do café no Brasil*, p. 426, Rio 1945.

(3) Transformou-se em Departamento o Conselho Nacional do Café (11-6-1931); por ato de 1 de Dez. de 33 foram reduzidos de 50% os débitos agricolas. A liberdade de plantio favoreceu a subseqüente prosperidade, com a revelação do norte do Paraná.

(4) HENRI CLAUDE, *De la crise economique à la mondiale*, cit. de L. Genet. *L'Époque contemporaine*, p. 741, Paris 1951.

Paulista) se atiraram para os novos solos, beneficiados pelo contingente formidável dos *retirantes* nordestinos. Ao braço cabôclo se somou a imigração estrangeira na ampliação dos cafezais, tanto do Paranapanema para o sudoeste, até às barrancas do Paraná, como por Goiás e Mato Grosso. Prosegue o deslocamento⁽¹⁾ ávido de espaço, pontilhado de povoações recentes, fixando a massa flutuante de trabalhadores de todas as origens, com uma força creadora análoga aos quadros mais confusos e fecundos da evolução norte-americana, no grande "rush" de outrora.

Açúcar e fumo.

Subvertem-se os antigos valores da economia em face das novas condições do mundo. O capital internacional dá às colônias tropicais uma expansão admirável — que abarróto os mercados; e o maquinário, cada vez mais caro, contribuiu para que essa concorrência nos seja progressivamente desfavorável. O caso do açúcar é típico. Da primazia passamos à posição inferior, de só abastecer o mercado interno, em virtude do formidável desenvolvimento da indústria — com os engenhos centrais — que praticamente eliminou as pequenas fábricas, reuniu à volta das usinas, seus dependentes diretos, os lavradores de canas, encerrou o ciclo aristocrático dos engenhos, substituiu o *senhor* pela *companhia* (algumas organizadas na Inglaterra, com nomes ingleses) e instalou o monopólio de zona, em lugar da iniciativa modesta e resistente dos velhos proprietários⁽²⁾. Golpe definitivo no comércio

(1) Vd. LUIS AMARAL, *História da agricultura brasileira*, III, 108 e segs., S. Paulo 1940. "O que ocorreu na Noroeste foi igual na Sorocabana e na Alta Paulista".

(2) Vd. resumo de PEREIRA DA COSTA, in *Trabalhos de Conferência Açucareira do Recife*, p. XXXII, Recife 1905. A odisséia do engenho central no Maranhão está detidamente descrita por JERONIMO DE VIEIROS, *História do comércio do Maranhão*, II, 524 e segs., São Luiz 1954.

exterior do açúcar foi a tarifa preferencial com que os Estados Unidos protegeram o de Cuba — relegando o brasileiro à exportação, também em declínio, para a Grã Bretanha (1). O fato é que, de terça parte da exportação nacional na década da Independência, na de 1931-40 foi de... 0,5. A produção, que em 1932 alcançou 1.027, desceu em 1936 a 900, equilibrou-se em 38 na ordem de mil toneladas, correspondendo a 4% da produção universal — de que já fôra a maior porção.

Limitação análoga sofreu o fumo, cabedal tão estimável outróra, e que ultimamente conserva nas estatísticas uma constancia melancólica. Em 1821, 2,5, continúa a manter esta percentagem sobre a exportação do Brasil cem anos depois (2).

Algodão.

É o algodão sobretudo sensível às variações do consumo internacional. Depende da “conjuntura” norteamericana. Tendo metade da produção mundial, os Estados Unidos lhe dão o preço. Quando se retráem (e a guerra de secessão serve de exemplo), a valorização instantanea incita o plantío onde praticamente desaparecera: e, por força desta compensação, o mercado, que cêdo se satura, volta aos níveis razoáveis. Ao fracassar a política do café, em 1930, atravessava a cultura algodoeira crise correlata. Valia em 1932 em nossa exportação

(1) Vd. GEORGE THOMAS SURFACE, *The story of sugar*, p. 220, New York 1910. O trust americano (1880), a tarifa preferencial em favor de Cuba, a exigência de um tipo de exportação segundo os últimos aperfeiçoamentos da indústria do açúcar — o que dela excluiu a produção inferior — acabaram por condenar o commercio brasileiro do açúcar a uma área reduzida, limitando-o, vez por outra, ao consumo interno.

(2) SPIEGEL, *op. cit.*, p. 123.

(de que já fôra bôa parcela) 0,1% (1). Produzindo 99 mil toneladas naquele ano, passávamos a 399 mil em 1936, estávamos em 373 mil em 1938 (noutra fase depressiva). Já em 1940, o valor da exportação do algodão era superior ao do café (1.475 milhões para 1.378...) (2)

Borracha.

A borracha amazônica foi fulminada, em 1911, por uma catastrophe, prevista aliás com o desenvolvimento impetuoso das plantações asiáticas: a depreciação (3). O produto nativo seria esmagado pelo cultivado, proveniente das primeiras mudas levadas do Amazonas em 1876. Dia viria em que o mercado, saturado, se contentasse com a gôma da Malaia e das Índias holandesas, mas por preços que não pagavam o custo da borracha nativa. Aquilo foi inopinado; e terrível (4). Caíndo verticalmente a procura, logo se immobilizou a rêde economica que envolvia, desde o seringueiro no seu barranco até o exportador de Manaus e de Belem do Pará, abrangendo o "aviador", o comercio volante, o latifundiário, os cabôclos a seu sôldo, os pioneiros que voltavam do seu tra-

(1) JOSÉ JOBIM, *O Brasil na economia mundial*, ps. 112-3. Basta ver que a área plantada em 1921 era de 479 mil hectares, e em 1925 ainda não passava de 534 mil... (T. R. DAY, *Manual do Algodão*, p. 145, Rio 1926. Vd. a tabela de SPIEGEL, *op. cit.*, p. 123. O salto foi de 515 toneladas de produção em 1932 para 158.640 em 1936 *O Brasil 1936*, p. 108, publ. do Itamarati).

(2) Em 1943, valor do café exportado, 1.738 bilhões, do algodão 2.411 bilhões, Spiegel, *ibid.*, 168. Relaciona-se o aumento com as exigencias da importação alemã e japonesa, Spiegel, *ibid.*, p. 180.

(3) MIGUEL CALMON, *Factos economicos*, p. 191 e segs. Posição em 1932: Malaia 433,8 toneladas, India holandesa 212,2, Brasil... 8,7. Em 1937, 509,3 440,3 e... 18,5.

(4) ARTUR NEIVA, *Daqui e de longe*, p. 119. Miguel Calmon previra o colapso para 1915; sobreveiu dois anos antes. Mal tentou o governo uma illusória proteção da borracha... FRANCISCO DE ASSIS IGLESIAS *Caatingas e chapadões*, p. 65, S. Paulo 1951. — A catastrophe parecia certa, Carlos de Vasconcelos, Carta da America, p. 453, Lisboa 1912.

balho com verdadeiras fortunas, logo dissipadas nos desperdícios da capital. A lendária opulência de Manaus de dez anos antes, com o teatro semelhante aos melhores do continente, o luxo e os hábitos viciosos de cidade rica, como por milagre se dissolveu numa tristeza de terra devastada: e acabou, no país, o delírio da borracha. Deixára um vestígio memorável no mapa do grande vale, com as povoações semeadas até às divisas da Bolívia e do Peru, a ocupação dos mais remotos afluentes, o devassamento do Acre. Creára uma civilização própria; integrára no conjunto nacional o extremo norte; e dera algum tempo o contrapêso à desmarcada evolução económica do sul, quando (como em 1910) o café e a borracha se equivaliam na balança comercial.

Julgou um momento Henry Ford que podia, plantando seringais às margens do Tapajós, abastecer a indústria norte-americana com um produto mais barato, e superior ao dos ingleses da Ásia. Fracassou-lhe o empreendimento (e deu de graça culturas e benfeitorias ao governo brasileiro) pela impropriedade da terra, manifesta na baixa produção do "latex"... (1) Dir-se-ia que só a floresta nativa remuneraria satisfatoriamente o trabalho rude dos "caucheros". Com a segunda guerra mundial (fechados os mercados orientais) a valorização entusiasmou de novo os caçadores da goma: e lhes parecia estavel a prosperidade, quando, cessada a febre da procura, ainda uma vez a queda das cotações os desanimou e dispersou.

Cacáo.

Passou o Brasil a grande exportador de cacáo graças à expansão desta cultura no sul da Bahia, tendo por centro propulsor o porto de Ilhéos, velha capitania que

(1) F. FERREIRA NETO, *Realidade amazônica*, p. 36. Rio 1954.

em poucos anos (entre 1893 e 1900) se transformou numa das zonas florescentes do país. Em 1891 saíam da Bahia 3.028 toneladas⁽¹⁾, seis anos depois, 7.632; em 1906, 23.537; em 1915, 41.545; em 1920, 53.019; em 1923, 62.492⁽²⁾.

Indústrias.

Até 1914, quando a grande guerra apresentou à America o problema de viver à própria custa — suspensas, ou gravemente perturbadas as exportações — fôra um sonho esse parque industrial concebido por alguns pioneiros sagazes. Iniciativas de monta tinham em verdade prosperado, mas *protegidas* pelas pautas alfandegárias (não as esmagasse a superior concorrência estrangeira): e a opinião no governo se dividia, entre o livre-cambismo da lavoura, que as repudiava, e o proteccionismo exigido pelos fabricantes. Num caso, preponderava a mentalidade tradicional dos fazendeiros, que em troca da materia prima recebiam tudo dos paquetes da Europa, abastecidos com abundancia, bem e barato através do oceano. Correspondia à época em que o Brasil se voltava obsessivamente para Londres e Paris e ninguem cria possível substituir o pano inglês, a manufatura francesa, a moda universal, pela rudeza pobre do produto indigena. Noutro caso explodia o sentimento de independencia de arrojados espiritos, que queriam aqui mesmo fiar o algodão, fundir os metais, fabricar as utilidades — valendo-se da técnica importada e do braço brasileiro. A mensagem presidencial de 1915, declarando-se favoravel à segunda

(1) FRANCISCO VICENTE VIANA, *Memoria sobre o Estado da Bahia*, p. 285, Bahia 1893.

(2) MARIO FERREIRA BARBOSA, *Anuario Estatístico da Bahia*, ano de 1923, p. 36 (Bahia 1924); Teodoro Sampaio, *O Estado da Bahia*, p. 24, Bahia 1925. Em 1933 a exportação da Bahia (98,3% do Brasil) alcançava 96.085 toneladas, e no ano seguinte 115.302 (ANTONIO PEIXOTO GUEDES, *Anuario estatístico da Bahia*, p. 170, Bahia 1936).

corrente, pois as indústrias deviam ser amparadas, deulhe ganho de causa (1). Tem o vigôr de uma lição a audácia de um nordestino, Dilermado Gouveia, com a sua fábrica das Pedras, colada aos rochedos de Paulo Afonso para lhe captar a energia hidroelétrica, como a sugerir o aproveitamento, por toda parte, das quedas d'água, e, em consequencia, um surto mágico de empresas benfazejas. Vitima de misteriosos ódios, o inteligente sujeito foi assassinado... O episódio é simbólico. Representa — como a fundição da Ponta d'Areia, de Mauá, no segundo reinado — o começo de uma era, em que a rotina agrária deslisa para um ansioso movimento industrialista. Vejamos numeros. De 3.424, o dos estabelecimentos fabrís, de pequeno póрте, em 1910, sóbe dez anos depois a 13.636. O valor da produção, em 1910 de 769 mil, passa em 1920 a quase tres milhões de contos; e o de operarios, de 159.601 para 275.512. Durante a primeira guerra mundial (14-18) fundam-se cerca de 6 mil emprêsas. Usinas elétricas, eram 17 em 1905, e 110 em 1919 (2). Em 1926 os valôres produzidos pela agricultura ainda somam o dôbro dos industriais. Em 1940, não se está longe da inversão dos termos (8.500 mil contos da lavoura para 14 milhões das indústrias). Com a segunda grande guerra esse surto economico se acelera, ligado à imigração de capitais, ao proteccionismo aduaneiro, à eletrificação, à capacidade crescente do mercado interno, às sobras de crédito e a outros estímulos, especialmente em regiões adequadas à revolução da máquina, onde, em maior densidade, se concentrou o elemento alienígena. São Paulo torna-se evolutivamente, num crescimento estupendo, porem previsto, a primeira cidade industrial da America

(1) HUMBERTO BASTOS, *A marcha do capitalismo no Brasil*, p. 162, Rio 1944.

(2) Vd. o panorama desse progresso in JOSÉ JOBIM, *História das indústrias no Brasil*, ps. 20-1, Rio 1941; J. F. NORMANO, *Evolução economica do Brasil*, ps. 184-5 (trad. de T. Q. Barbosa, R. P. Rodrigues e L. B. Telxeira), S. Paulo 1939.

latina. No vale do Itajaí fixou-se — compacta — considerável população industriosa: somente Blumenau tem (1953) quase mil fábricas. Industrializam-se os produtos da terra em todas as principais cidades, e nalgumas zonas naturais essa riqueza é altamente civilizadôra — porque lhes transforma o quadro social. Crea-se o conceito da emancipação econômica (dispensável o similar estrangeiro) plantado nesse exito evidente: e descem, ou cessam, as importações que nos consumiam as divisas, entorpecendo o trabalho nacional. Corre-se à pesquisa dos combustíveis. Transmuda-se a industria metalúrgica. Funda-se a grande siderurgia (altos fornos de Volta Redonda). Não ha petroleo. Luta-se por seu descobrimento. o otimismo dos que o adivinham vence o ceticismo dos que o negam: e destampam-se enfim os mananciais de Mataripe, no reconcavo bahiano. Virão um dia os do litoral do nordeste, os da Amazonia. Tudo possui, tem tudo o país, na variedade inaudita dos seus minerais, nas suas reservas mal conhecidas, na desigualdade dos climas, na imensidão entrecortada de contrastes físicos, a lembrarem — numa fascinante sucessão de aspectos e forças — todas as regiões do globo onde, com fácil ou heroico esforço, as velhas raças construíram as culturas clássicas: e essa prosperidade extensiva se matiza com as côres estridentes de uma conquista. Como se estivessemos a achar agora, para os brasileiros, um Brasil diferente; como se o animasse a euforia da mocidade; e a sua formação metódica, e o seu passado colonial e monárquico, e tudo o que ficou para trás constituíssem apenas um ponto de partida. A marcha é de ontem. Recente e tumultuosa. Para destinos fabulosos...

O fenômeno não é realmente nosso. É de todos os povos na atualidade. Mas no Brasil ganha as dimensões cósmicas, o sentido continental das metamorfoses que, de seculo em seculo, transformam a fisionomia do mundo,

fazendo crer que a civilização se desloca, e transmigra, e anda. Pelo menos os fatores que prenunciam a solidez e a importância de uma nação, autônoma no cabedal econômico, irreduzível no poderío humano, inquebrável na integridade física, aqui se reúnem e atuam. E antecipam o esplendor de sua influência no universo — se lograrem contar com as forças morais, que acima de todas, síntese das qualidades e das possibilidades das nações, as conservam e orientam.

PANORAMA DA CULTURA
BRASILEIRA

Ao resumir, em 1904, o retrospecto das letras, observou Silvio Romero que as gerações precedentes não tinham sido ultrapassadas nos vários ramos da cultura: só o numero de poetas crescera... (1)

Seria absurdo pretender que a confusão que se generalizara com a crise das instituições, a guerra intestina, a québra dos valôres no turbilhão das idéias — poupassem o terreno pacífico dos estilos: e os artistas continuassem a fantasiar a vida como os antecessôres, do romantismo. Tinham de ser polêmicos, naturalistas, cépticos: exatamente nessa dispersão de tendencias se avalia a fecundidade do periodo. Não ha forças concêntricas, senão linhas divergentes; uma luta simbólica de utopias, cujo denominador comum e, finalmente, a adivinhação dialética de um Brasil primordial, digno de ser interpretado pelos egresos do Parnaso, parisienses de convicção...

Disse Olavo Bilac, em 1907, que foi a sua geração que acabou com o isolamento desdenhoso dos homens de letras, para que sentissem o "problema social", ou simplesmente a vida (2).

Referia-se à boêmia, que os unira em patrulha, humorista e heroica, contra tudo, o Estado, a sociedade, a tradição; os seus dias de mocidade, quando os poetas

(1) *Historia da literatura brasileira*, V, 268 (3.^a ed. aumentada, Rio 1943).

(2) *Ultimas conferencias e discursos*, p. 80, Rio 1924.

formavam *república* a parte, na república policial da ditadura; e a perdição de tantos deles, crestados no seu incendio interior, inúteis e luminosos...

Poesia.

Rompendo com a misantropia e a decadencia da arte, os filósofos pediam-lhe que se aliasse à ciência, e puzesse em poema a lei da evolução, o monismo materialista, o palavriado em que era isso decomposto. Saíra Tobias Barreto, primeiro responsavel por essa moda, da poesia para o ensaio filosófico. Queria-se o contrário: que este se sublimasse, em estrofes. Daí, Silvio Romero, os *Cantos do fim do seculo*; Martins Junior, Teixeira de Souza, Augusto de Lima... (1) Nos *Cantos modernos* (1889) um estreante duvidava: A poesia ainda tem razão de ser? Mas era uma crise. Os poetas-cientificos desenganaram-se. Voltaram aos trênos da lira os que sabiam tangê-la; os outros, prosaicos, à rudeza combativa da prosa. Alguns se acastelaram na crítica, julgando na obra alheia as angústias que lhes travavam a propria. Com eles, ou sem eles, a inspiração lírica não deixaria de soprar, como as auras das tardes sertanejas sobre o leque musical dos buritizeiros: estalava no ar, cantava na folhagem, pulsava à luz destes trópicos. Passam calmamente, do romantismo ao parnasianismo, Luiz Guimarães, Machado de Assis, Luiz Murat, Luiz Delfino, José Albano... Observa-se, gradual, o dominio estético da sonoridade, com a perfeição do verso. Parnasianos são os que pesquisam a rima, medem a estrófe limpida, esculpem o alabastro dos sonetos como se os lavrassem a cinzel. Sobretudo a "forma".

(1) FARIAS BRITO. Vd. JONATAS SERRANO, *Farias Brito, o homem e a obra*, p. 52, S. Paulo 1939.

É claro que no helenismo da fôrma brigavam o pudôr literario (cioso de lustre verbal) e a desordem romântica. O exito não podia ser duradouro. Lembra, na velha arquitetura, o exito do clássico, da "missão francesa", sôbre as distorsões tardias do barrôco. Esgotada a reação acadêmica, voltaria, tumultuoso, o natural, nacional. . . Todos admiraram Teófilo Dias, as paisagens de Raimundo Corrêa, a emoção grave, na dignidade de Alberto de Oliveira, o lirismo de Vicente de Carvalho, o esplendor pinturesco, na força creadôra de Bilac. A sua arte é diáfana e minuciosa; ajusta-se a uma atitude de suficiencia poética, fôra do delírio romantico (que em parte o simbolismo reivindicou) e do carater panfleatório de que se revestiu no declínio: evocativa, "modelar", universal. Aqueles poetas *maiores* — apostados em filigranar o verso com um senso dúbio de som e relêvo, marmórea imobilidade e musica mística — suspendiam a harpa às ameias da tôrre, acima dos rasos campos: e se incorporavam numa epoca e num ambiente longe do seu meio áspero, do seu tempo mediocre. Longe deles mesmos. "... Inda ao caír, vibrando a lança — Em prol do Estilo!" (1) Os *Simbolistas* detestaram os deuses pagãos que se congregam na "tarde" de Bilac, o soneto ebúrneo, a forma vazia: proclamaram a soberania sensual das impressões — no absurdo dos sentidos. Expulsavam o convencional, ou apenas o antigo. "... Pelo subjetivismo (resumiui um deles) a intimidade, a expressão indireta, simbolica, sugestiva da idéia e do sonho" (2). Cheffa a escola Cruz e Souza, poeta negro, essa fascinante "experiençia mística" que lhe serve de roteiro (3), a paisagem interna clareada de um sonho, escurecida de terrôr, abismada

(1) OLAVO BILAC, *Profissão de fé*, Poesias, p. 10, 10.^a ed., Rio 1923.

(2) AFRANIO PEIXOTO, *Noções de historia da literatura brasileira* p. 252, Rio 1932.

(3) DE CRUZ E SOUZA, *Obras poeticas* (edição de Nestor Victor, 1924, nova ed. prof. por Andrade Murici, Instituto do Livro, 1945). Incluem *Broquets* 1893, *Evocações* 1898, *Paróes* 1900, *Ultimos sonetos* 1905.

n'alma... Os grandes nomes são Bernardino Lopes (*Brazões*, 1895), o surpreendente Alphonsus de Guimarães,⁽¹⁾ semi-oculto na sombra eclesiástica de Mariana (*Septenario das dôres de Nossa Senhora, Dona Mística*, 1899, *Kiriale* 1902), Francisco Mangabeira, fremente (*Hostiario* 1898), em extase heroico (*Tagédia épica*, 1900), mais perto de Castro Alves⁽²⁾; Egas Moniz, que misturou côres e sons nalguns primôres poeticos⁽³⁾; Mario Pederneiras (*Agonia*, 1900, *Rondas noturnas*, 1901), Felix Pacheco (*Via Crucis*, 1900), Silveira Neto (*Luar de Inverno*, 1895), Emilio de Menezes (*Poemas da morte*, 1901), Nestor Vitor, Emiliano Pernetta, ainda Augusto de Lima, Pereira da Silva, Artur de Salles... Fóra das escolas, Augusto dos Anjos⁽⁴⁾.

Escritores.

Ha nessa inquietação fértil de bons versos, uma tendencia à sinceridade, ao sereno desânimo. Reage a prosa desgarrando-se do preceito romântico para reproduzir, "naturalista", as cousas da vida, especializando-se nas suas decepções. Aluizio de Azevedo, que começou com o *Mulato* o naturalismo, Inglês de Souza, Júlio Ribeiro, Raul Pompéia, molharam a pena em lagrimas e sangue, da sociedade que se não apercebera das suas misérias, ou, com surpresas hipócritas, as descobria. Acaba o *Ateneu*, de Pompéia, com uma frase lúgubre⁽⁵⁾... Outra ordem de realidades seduzia o estilista: com a vantagem de

(1) Vd. ENRIQUE DE RESENDE, *Retrato de Alfonsus de Guimaraens*, 264, Rio 1938.

(2) ANDRADE MURICI, *Panorama do movimento simbolista brasileiro*, II, 293, Rio 1952.

(3) AFRANIO PEIXOTO, *Ramo de louro*, p. 144 e segs., Rio 1942. De Egas Moniz (Petion de Villar), *Poesias escolhidas*, Lisboa 1928.

(4) ANTONIO TORRES, pref. de *Eu e outras poesias*, de Augusto dos Anjos 20.^a ed., p. 25.

(5) *O Ateneu*, p. 274 7.^a ed.

alargar o horizonte até os limites da redenção social e da beleza alegórica. Os sertões!

Silvio Dinarte (visconde de Taunay), Bernardo de Guimarães, com as paisagens pictóricas⁽¹⁾, Franklin Tavora antecediam a Afonso Arinos, que exige “a verdade violenta da natureza”, a nacionalização da arte...⁽²⁾ Citava (abril de 94) Silvio Roméro, Pompéia, Capistrano de Abreu e poucos mais. Era de Minas; trazia na retina o relêvo dos seus panoramas, a firmeza de sua “crença”⁽³⁾.

A revolução de 93 com as perseguições policiais no Rio, abriu-a à curiosidade enternecida de Laet (impregnado do ar religioso de São João del Rei)⁽⁴⁾, de Bilac (creador, ali, de *O caçador de esmeraldas*, enfim o poema brasileiro), de Valentim Magalhães, Emilio Rouéde, Magalhães de Azeredo, Coelho Neto⁽⁵⁾. Este, nos livros cariocas *A capital federal*, 1895, *A Conquista*, 1897, *Fogo Fátuo*, 1929, se autobiografa a geração disputando o lugar ao sol, embrulhada num estrelado manto de fantasias e numa nuvem tórpe de pó — da cidade que mudava — também lhe ensina a elegancia vibrátil da ironia. Depois abusaria do exótico, caiando com alvuras de Partenon a prosa ática. Pagava o tributo ao ressaibo parnasiano do helenismo, flutuante na retórica de Bilac (que, em Santos, comprava ao Pirêo⁽⁶⁾ o porto atulhado de café), de Gilberto Amado, que, na *Chave de Salomão* comparou à Acropole os môrros do Rio⁽⁷⁾... “Quando Demódoco, sentado d’encontro a uma das colunas do palacio de

(1) Vd. de BERNARDO GUIMARÃES, *O Garimpeiro*, cap. I, ed. S. Paulo 1952.

(2) AFONSO ARINOS, *Historias e paisagens*, p. 225, Rio 1921. Do mesmo autor, *Lendas e tradições brasileiras*, Rio 1917.

(3) MARIO MATOS, *Ultimo bandeirante*, p. 171, Belo Horizonte 1936.

(4) CARLOS DE LAET, *Em Minas*, p. VI, Rio 1894.

(5) Vd. ELOI PONTES, *A vida exuberante de Olavo Bilac*, I, 231 Rio 1944.

(6) BILAC, *Ultimas conferencias e discursos*, p. 67.

(7) GILBERTO AMADO, *O grão de areia e estudos brasileiros*, p. 170, Rio 1948.

Alcino...” (1). Isto, de Neto, retinha e cantava. Aliás, se o amôr do vocabulo era uma insignia parnasiana, Euclides, que o exagerou, e por sinal, no mais brasileiro dos livros, estava dentro da escola...

Os Sertões.

Com Arinos o sertão começava a reabilitar-se (2). Canudos popularizou-o... Publicando Graça Aranha, em 1900, *Canaan*, deu-lhe versão ideologica; Euclides, com a obra que marca início de jornada, *Os sertões*, em 1902, o interpretou em tons de epopéia. No romance de Graça (o diplomata a vêr de preferencia o choque de raças, no problema da adaptação do imigrante) se discute, com artificio de tese, o futuro americano. Lentz e Mikau defendem doutrinas livrescas naquele vale agricola, resumante de seiva e trabalho (3); as suas digressões deslisam para o teatro, em dialogos academicos. Termina tudo em pessimismo teórico, forte na tinta, compensado pelo lirismo dos quadros cintilantes, como o da queimada... (4)

Euclides não foi original, dir-se-á, recordando Sarmiento, até Teodoro Sampaio, que descrevera o vale do São Francisco com certo luxo de termos scientificos. Mas foi insuperavel a armar o tríptico de Canudos: a geografia humana, com a moldura física, o retrato social do jagunço, no meio agressivo, e a história — esmaltada de apologia — da sua imolação. Pela primeira vez o “espírito científico” metia-se num monumento literario (5). A gloria do escritor saltou do carater fogoso do

(1) COELHO NETO, pref. a *Quadros de guerra*, de Castro Menezes, Rio 1917.

(2) Vd. TRISTÃO DE ATAÍDE, *Afonso Arinos*, p. 104, Rio 1924; *Academia Brasileira, curso de romance*, conf., 1952.

(3) *Canaan*, p. 48, Rio 1900. Discute-se a possibilidade ou o absurdo da civilização nos tropicos: Mikau, que sim, Lentz, que não...

(4) *Canaan*, p. 138.

(5) ROQUETE PINTO, *Ensaio brasileiro*, p. 135.

libelo em que uniu a pompa verbal, (pincelada de ciência, em prosa do engenheiro) à sensibilidade angustiada, de quem jurasse denunciar o crime, dobrar de joelhos a nação ao pé das cruzes do arraial, gritar-lhe a majestade inconsciente, em ossos e trapos, da intrepidez cabôcla... Bastaria este proposito — de protesto e acusação — para dar celebridade ao livro.. Mas a frase deslumbrou. “O sucesso só foi comparavel ao d’*O Cortiço* de Aluizio de Azevedo e ao de *Canaan* de Graça Aranha” (1). Emendamos, em face das multiplas edições (a 12.^a, com *errata* do autor): foi superior. Objete-se a extravagancia do vocabulario, o preciosismo (critica que lhe fez José Verissimo) (2), mas agreste, como se escrevesse com cipó (reparou Alencar Araripe): o retrato, novo e rústico, do Brasil. Esta a conclusão de Afrânio Peixoto. Daí os discipulos: e a dimensão nova que deu ao país. Os *sertões*. *Inferno verde*, de Alberto Rangel (1906), *Terra do sol*, de Gustavo Barroso, *Rondonia*, de Roquete Pinto, *Maria Bonita*, de Afrânio, a verdade humilde do norte (*Luzia-Homem*, de Domingos Olímpio, 1903), das cochilhas do sul *Ruínas vivas*, de Alcides Maya (1910), Contos gauchescos, de Simões Lopes Neto, a candura praieira (*Jana e Joel*, de Xavier Marques), impõem o *caboclismo*. Reagiu, negando-o, Monteiro Lobato (3). E pintou Géca. “Nada o desperta”. Em vez do gigante, de Gonçalves Dias, o caturra engeitado e lerdo. Ruy Barbosa emprestou ao símbolo uma importancia nacional (4).

(1) AFRÂNIO PEIXOTO, Academia Brasileira, *Discursos academicos*, II, 244, Rio, 1935.

(2) Vd. *Cartas de Machado de Assis e Euclides da Cunha*, ed. de Renato Travassos, p. 67, Rio 1931.

(3) *Urupês*, p. 227, 4.^a ed., S. Paulo 1919.

(4) RUY BARBOSA, *conf. no Teatro Lirico*, 20 de Março de 1919.

A academia.

“O vosso desejo é conservar, no meio da federação politica, a unidade literaria”, definiu Machado de Assis, no discurso inaugural da Academia Brasileira, em 20 de Julho de 1897. A só ciscunstancia de se juntarem novos e antigos para a fundação de uma sociedade com o numero, e o estilo da Academia francêsa, testemunhava a evolução rápida de que o espirito se beneficiára, entre o desalinho de 1891, a dispersão de 93, e a “anistia” de Prudente de Moraes. Este governo apaziguador perdoára a rebelião; e no seu clima indulgente tambem se apagavam as incompatibilidades intellectuais, tres anos antes extremadas e rancorosas. O secretario geral era Nabuco, pretendendo crear um salão aristocratico, de expoentes; a iniciativa partira de Medeiros e Albuquerque, de Lúcio de Mendonça; e se uniam, sob a presidencia neutra de Machado, o “patriarca”, os irreverentes Artur Azevedo, Guimarães Passos, os jóvens Rodrigo Octavio, Graça Aranha (ainda sem livro), Magalhães de Azeredo; monarquistas como Taunay, Afonso Celso, Laet, Eduardo Prado, Loreto, a crítica de Silvio Romero, Verissimo, Araripe Junior; a imprensa com Patrocínio, Alcindo Guanabara; a diplomacia de Oliveira Lima, Salvador de Mendonça, Domicio da Gama, a poesia com Bilac, Raimundo Corrêa, Alberto de Oliveira, Luiz Guimarães, Murat; a prosa de Aluizio de Azevedo, Garcia Redondo, Valentim Magalhães, e acima das especies literárias, encarnando o verbo tribunício, Nabuco, Ruy... (1) O velho Pereira da Silva era ali um nome desbotado, da história imperial. Confraternizavam as escolas, num movimento otimista, de regeneração das letras, de defesa da lingua, dos direitos da inteligencia... Coincidiam-lhes as aspirações com o

(1) Vd. FERNÃO NEVES (Fernando Neri), *A Academia Brasileira de Letras*, 22, Rio 1940.

programa obrigatório, de todas as academias: escôlha dos “melhores”, (Nabuco replicou: “grands seigneurs de todos os partidos” (1)) expurgo do idioma em dicionário e gramática, nessa luta solêne dos doutos contra a fala corrupta, a ruina da tradição... Evidentemente não o cumpriria de repente. Precisava de tempo. Persistiu; prevaleceu. Pela pureza vernácula a polemica em torno do Codigo civil fez mais (a golpes de *réplica* e *tréplica*) do que a Academia, em transe de formação, com tantas vózes divergentes. Em 1904, tinham a palavra os filólogos.

Machado e o seu tempo.

Machado de Assis é caso único. Temperamento doentio, e filosofico, esquivo às efusões e indiferente às meúdas vaidades do meio literario, afinam os críticos numa sentença: não parecia brasileiro... (2) Aquela sobriedade trajada de castiço vernáculo, a ironia esmalhando de discreta malícia a frase cheia de intenção, equilibrado e aristocrático na crônica, suave e translúcido no conto, psicologo subtil da comedia urbana no romance sem paisagem, nesse mestre de medida e pensamento

(1) *Correspondencia de Machado de Assis*, p. 31 (ed. de F. Neri) Rio 1932. A herança do Irvreiro Francisco Alves, em 1917, deu à Academia (que só tivera séde fixa em 1904, no Silogéo) substancia economica, de que resultou o seu periodo de influencia, por vèzes de esplendor. Em 1924 foi o cenario do *cisma* de Graça Aranha; em 1931 convenionava com a Academia das Ciencias de Lisboa (presidida por Júlio Dantas) a unificação ortográfica da Língua portuguesa.

(2) Sobre a evolução estetica do autor de “Quincas Borba”, vd. ALFREDO PUJOL, *Machado de Assis*, p. 101, Rio 1934. A opinião contraditória de José Verissimo e Silvio Romero (deste, *Machado de Assis*, p. 26, 2.ª ed., Rio 1936). Saú-lhe em defesa Lafaiete Rodrigues Pereira, com o pseudônimo de Labieno, *Vindicta*, Rio 1899. Lciam-se ELÓI PONTES, *A vida contraditória de Machado de Assis*, Rio 1939, AFRANIO COUTINHO, *A filosofia de Machado de Assis*, Rio 1939, MARIO MATOS, *Machado de Assis*, S. Paulo 1939; PEREGRINO JUNIOR, in *Curso de Romance*, conf. na Academia Brasileira, p. 56, Rio 1952; RAIMUNDO MORAES, *Machado de Assis*, Belem 1939; OCTAVIO MANGABEIRA, *Machado de Assis*, Rio 1954; R. MAGALHÃES JR., *Machado de Assis, desconhecido*, S. Paulo 1955; Lúcia Miguel Pereira, *Machado de Assis*, 5.ª ed., 1955.

se entrecruzam as influencias de Flaubert e Eça, de Swift e Sterne⁽¹⁾ de Pascal⁽²⁾ e Renan: com a sua carga de pessimismo, a doce indulgencia do novelista de costumes. Os seus livros vertidos a francês (como "Dom Casmurro") agradam aos devotos de Stendhal e Anatole France. Tinhamos enfim um escritor exímio, de janelas fechadas sobre a exuberancia tropical e comunicação aberta com as angustias do espirito, a frivolidade social, a alma burguesa de um tempo insípido.

"... Sómente poderia surgir no meio de uma elite mental e politica. Essa elite existia"⁽³⁾.

No folhetim, França Junior, Constancio Alves, Eduardo Ramos, Laet, Nuno de Andrade, Medeiros e Albuquerque, Afonso Celso; na critica, Verissimo,⁽⁴⁾ Araripe, João Ribeiro, Osorio Duque Estrada, Gonzaga Duque (mestre de estética), Ronald de Carvalho, cuja *História da literatura*, em 1917, inicia outro periodo... Romanceiam a vida carioca Adolfo Caminha⁽⁵⁾, Afrânio Peixoto⁽⁶⁾, João do Rio (que divide com Melo Moraes Filho a interpretação dos "mistérios" da cidade), Lima Barreto, revoltado esubersivo — com revérberos anárquicos no desgosto irônico...⁽⁷⁾ A proposito de Eduardo Prado, definiu Eça de Queiroz o panflêto — de que era "um incomparavel mestre"⁽⁸⁾. Brilham na imprensa — depois de Quintino, Ferreira de Araujo, Rodolfo Dantas, Manuel Vitorino, —

(1) EUGENIO GOMES, *Influencias inglesas em Machado de Assis*, ps. 12-4, Bahia 1939.

(2) AFRANIO COUTINHO, *op. cit.*, p. 142.

(3) MENOTTI DEL PICCHIA, in *Curso de romance*, conf. na Acad. Bras., p. 20.

(4) Vd. sua *Historia da Literatura Brasileira*, da qual a 3.^a ed. é 1954.

(5) Vd. ALFREDO GOMES, *História literária*, in *Dicionário do Instituto Histórico*, I, 1508, Rio 1922.

(6) *A Esftnge*, 1911, *Uma mulher como as outras*, 1926.

(7) Vd. carta de Verissimo a Lima Barreto, FRANCISCO DE ASSIS BARBOSA, *A vida de Lima Barreto*, p. 170, Rio 1952.

(8) EÇA DE QUEIROZ, *Notas contemporâneas*, p. 522, 2.^a ed., Porto 1920.

Ferreira de Menezes, Leão Veloso, Patrocínio (fiel, até o último alento, ao seu ofício), Alcindo Guanabara. Com o sistema presidencial perdêra a tribuna parlamentar a importância clássica, de palco das grandes cenas, quando a dominavam os expoentes dos partidos imperiais, com a autoridade, a destreza, a paixão. Alguns foram oradores mediocres. Mas a eficiência da palavra — que não o seu fulgôr — os sagrou, na primeira linha da velha dialética. Sem esta vantagem, mas em verdade artistas do verbo, conquistaram no Congresso republicano copiosos aplausos homens do porte de Manuel Vitorino e Lopes Trovão, David Campista e Junqueira Aires, Barbosa Lima e Irineu Machado, Francisco Sá, Pedro Moacir, Gastão da Cunha, Epitácio Pessoa, para citar alguns. Modêlo da frase grandiosa foi Ruy, em cujas orações políticas a pureza vernácula — recordando Vieira — resplandece com as mais variadas tintas do gênio literário.

Perde o teatro a ênfase do romantismo (Magalhães, Macedo, Alencar) e se adapta às realidades triviais (Martins Pena, sobretudo Artur Azevedo, França Junior), com a comédia de costumes, o assunto quotidiano, a pequena intriga, os fatos da sociedade (1).

Não escapavam as letras à insatisfação geral. O modernismo — preconizado tanto pela resistencia ao estrangeiro como por sua imitação, resulta exatamente dessa intimidade, do cívico e do artístico, que crea as novas correntes estéticas (2), contra a beleza convencional.

(1) Vd. LAFAIETE SILVA, *Historia do teatro brasileiro*, Rio, 1938.

(2) É injusto historiar a evolução das fórmulas na capital desprezando os núcleos autônomos em que se desenvolvem, nos Estados, alguns pujantes e individualizados, como no Ceará, com Araripe, no Recife, com Tobias, na Bahia a "seara nova", no Paraná os simbolistas, no Rio Grande em torno de Alcides Maya, no Pará ao tempo do velho Lemos, não sendo de admirar viesse de São Paulo para o Rio (1922 e 1924) a campanha modernista. O estudo dessas incursões, da provincia na côrte, (a mais substancial, a "escola do Recife") merece atenção adequada. Sobre grupos regionais, Afrânio Coutinho, Aderbal Jurema, Adonias Filho, Wilson Lousada, Edgard Cavalheiro, Auguste Meira, in *Literatura no Brasil*, direção de A. Coutinho, vol. II, Rio 1955.

Não foram dos beligerantes as decepções da paz⁽¹⁾, senão da mocidade, a sonhar com o “mundo melhor”. “Projetar e construir, em vez de comemorar...”⁽²⁾. Vocábulo carismático, a inquietação dos ensaistas, explodiu na *semana da arte moderna* de São Paulo (1922): tinha algo da revolta coimbrã de Antero, agravada pelo contraste dos conceitos de vida, vaiando a inércia burguesa, pudica e odiosa. Atualizou o que já não era novidade lá fóra, no convulsivo pós-guerra de 19 — dadaísmo, futurismo, super-realismo enfim, de Guillaume Appollinaire, André Breton, Aragon, Cocteau, Supervielle, Marinetti... Guilherme de Almeida, Osvaldo de Andrade, Mário de Andrade, Ribeiro Couto, Cassiano Ricardo, Menotti del Picchia, e, noutro clima, Manuel Bandeira, Jorge de Lima, Carlos Drummond de Andrade, insurgem-se, inovam, irritam ou apaixonam, mas fazem escola, a que, em 1924, com o *Espirito moderno* (*L'esprit nouveau*, chamara Appollinaire em 1917) Graça Aranha trouxe revolucionariamente para o Rio. Ligou-a (adversario da situação) ao movimento de renovação política de 22. Faltára aos moços de 22 um lastro de idéias; o estilista de *Canaan* deu-lhes, pelo menos, o programa estético, que, no fundo, remexia toda a ordem estabelecida. Bóde expiatório, a Academia (pois não são as academias o elegante espelho da civilização amavel e sólida?) sofreu o primeiro choque: Graça gritou-lhe, mudasse ou desaparecesse...⁽³⁾ A intimação tinha o sentido ambíguo da subversão — modernista — e o correspondente reajustamento: com ela irrompiam no tranquilo mundo de Machado de Assis as negações do século!

Era patético; e óbvio.

(1) Vd. João do Rio, *Na conferencia da paz, A nova ação do Brasil*, Rio 1919.

(2) V. LICÍNIO CARDOSO, *Figuras e conceitos*, p. 174.

(3) JOÃO RIBEIRO, crônica de 1 de Nov. de 1924, *Obras*, Publ. da Acad. Bras., *Os modernos*, p. 32, Rio 1952; FERNÃO NEVES, *A Academia Brasileira*, p. 94.

Historia.

A cultura alemã transformou subitamente os métodos do estudo jurídico, com Tobias, da medicina, com Francisco de Castro, da história, com Capistrano de Abreu... Trocando o positivismo pelo realismo histórico, primeiro a traduzir Ratzel, seguindo as normas de Ranke, abandonou Capistrano o gosto literário da narrativa, para mergulhar nas fontes, pesquisar e descobrir a documentação básica, reeditar os textos, sem cuja critica já se não poderia escrever sobre a formação brasileira. Com o seu companheiro de trabalho na Biblioteca Nacional, Vale Cabral (a quem se deve a Exposição de documentos de 1882) (1), contentou-se com a revelação dos grandes testemunhos (Cardim, frei Vicente, Antonil, cartas jesuíticas, códices da Inquisição...); e achou melhor anotar o livro de Varnhagem (que não passava da Independencia) do que o substituir (2). Rodolfo Garcia, continuador à altura do mestre, valorizou (desdobrando em cinco tomos) essa obra, com os seus doutos comentários (3). Igualmente imbuído da pedagogia germânica, desprezou João Ribeiro o processo arcaico (4) e saíu, em 1900, com o primeiro manual de *História do Brasil* em

(1) Vd. *Anais da Bibl. Nac.*, vol. 54; e JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES, *Alfredo do Vale Cabral*, in vol. 75 dos mesmos *Anais* (Rio 1954).

(2) Vd. JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES, *A pesquisa histórica no Brasil*, p. 133, Rio 1952; e sobre a evolução dos métodos de Capistrano, também J. H. RODRIGUES, pref. à *Correspondencia de Capistrano de Abreu*, I, XLI, Rio 1954. Depois da fase caótica de Melo Moraes, Vale Cabral e Capistrano conciliaram a cultura histórica com o documento, o inédito, o arquivo, faltando-lhes embora a pesquisa direta nos cartulários portugueses (como fizeram Varnhagen, Gonçalves Dias, Odorico Mendes). Disto se ressentiu, por exemplo, a sua reconstrução conjectural do texto de frei Vicente do Salvador.

(3) Autor de ótimo *Dicionário de brasileirismos*, 1915, publicou Garcia a 3.ª ed. integral da *História*, de Varnhagen e, na direção da Biblioteca Nacional, imprimiu e comentou para os *Anais* vallosos inéditos. Iniciou-se em Pernambuco com Alfredo de Carvalho e seguiu no Rio a escola de Capistrano, de quem foi nos últimos tempos o colaborador dilêto.

(4) ALENCAR ARAUJO, pref. à *História do Brasil*, de João Ribeiro (9.ª ed., Rio 1920), p. 10.

que a sistematização das forças vivas superava a cronologia, a nominata, a eloquencia... Conjugam-se aí tradição e sociologia; absorve a literatura as ciências auxiliares; o cultural domina o alegórico. Em 1907 alinhou Capistrano — navegando essas águas — os *capítulos de História colonial*, em que acentua, com o seu traço satírico, a originalidade estridente (1). Desdenha do consagrado, cuida do pormenor económico, desenha sumariamente a geografia humana, procura definir as linhas do fenómeno brasileiro — negando símbolos, ressaltando humildades, reivindicando valores abandonados. É homem de teses fortes e preconceitos valentes: tem sobretudo o instinto das energias silenciosas que fizeram a Pátria... As questões de limites deram amplo impulso à indagação dessas origens no inventário de manuscritos e mapas, em que se afanou — e afamou — a *equipe* de Rio Branco. Mobilizou o centenario de Anchieta, em S. Paulo, por inspiração de Eduardo Prado (patriota irreductível travestido de sibarita nas suas contradições (2), talvez, diz Verissimo, na nossa literatura o unico escritor reacionário) (3) — o grupo académico de advogados do Brasil velho com o missionário e o bandeirante; a guarda avançada dos “400 anos”... (4) E em 1898 o livro filial de Nabuco — monumento de trabalho e estilo em honra do “estadista do império” — aproximou do negativismo vulgar a severidade do segundo reinado: instituiu a praxe da revisão. Começava-se a julgar benignamente (a irritação sebastianista de 93 adoptada em justificativa biográfica) a monarquia patriarcal, ordeira e simples. Pu-

(1) Vd. *Capítulos de história colonial*, p. 216, Rio 1907.

(2) Não esqueçamos que Prado é o Jacinto da *Cidade e as serras*, de Eça, e no Brasil o campeão da politica nacionalista e católica (CAPISTRANO DE ABREU, *Ensaios e estudos*, I, 343-4, Rio 1931).

(3) JOSÉ VERISSIMO, *História da literatura brasileira*, 2.ª ed., p. 330 Rio 1954.

(4) “São 400 anos de vida...”, OLAVO BILAC, *Ultimas conferencias e discursos*, p. 57, Rio 1924; essa vanglória, dos 400 anos paulistas, foi popularizada em 1932, pelo discurso de Alcantara Machado, de recepção na Academia Brasileira,

nha-se perspectiva na critica, e a história, libertando-se da intolerancia, retomava a emotividade — e o romantismo. É certo que regressam ao poder, com o qual se conciliára Nabuco, conselheiros e barões (Rodrigues Alves, Afonso Pena, Rio Branco). Nesta atmosfera ia Oliveira Lima desagrar a figura espessa de D. João VI (1908), reviver Alberto Rangel a de D. Pedro I (1914) e Afonso Celso, na presidencia do Instituto Historico, celebrar pacificamente, em 1914, o 1.º congresso de historia nacional. Entre o otimismo de Celso (*Porque me ufano do meu país*, 1900), o destemperado pessimismo de Manuel Bonfim, o anti-ufanismo de V. Licínio Cardoso⁽¹⁾, a amargura de Paulo Prado⁽²⁾, sobrava espaço para a pesquisa de Afonso d'E. Taunay (o mais produtivo dos nossos historiadores), do barão de Studart, de Alfredo de Carvalho, Braz do Amaral, Basilio de Magalhães, Alberto Lamego, Aurelio Porto, os dez tomos de Rocha Pombo — exemplo de tenacidade no ascetismo da vida pobre, — a reconstrução laboriosa de Tobias Monteiro⁽³⁾ (que em *Pesquisas e depoimentos*, estreara a reportagem historica) a ouvir velhos testemunhos nas reivindicações de traço largo. São as prioridades de *Mauá* (Alberto de Faria)⁽⁴⁾, a glória rude do *bandeirante* (Alcântara Machado)⁽⁵⁾,

(1) V. LICÍNIO CARDOSO, *Figuras e conceitos*, p. 174, Rio 1921.

(2) P. PRADO, *Retrato do Brasil*, p. 201, S. Paulo 1929.

(3) De TOBIAS MONTEIRO, os tres tomos da *Historia do Imperio*, abrangendo o reinado de D. João VI e a consolidação da Independencia, modelo de minúcia trabalhada sobre inéditos, a que sacrificou a continuidade da obra.

(4) O livro de Alberto de Faria, *Maud*, Rio 1926, coerente com a apologia do pioneiro da industria pelo Club de Engenharia, que lhe levantára uma estatua, reivindicava o genio da iniciativa, contra a economia agrária do passado. Depois de Nabuco, de Alberto Rangel, era enfim a biografia investigada e documentada, abrindo série.

(5) A literatura das *bandeiras* alicerçou-se nas coleções que, a partir de 1920, revelaram a intimidade de S. Paulo colonial, *testamentos de sertanistas, documentos interessantes, atas e registos da Camara*: e nela se destacam Afonso d'E. Taunay, o maior historiador das *bandeiras paulistas*, 11 tomos, sintetizados em dois, 1953; Alcântara Machado (*Vida e morte do bandeirante*), Ellis Junior, Carvalho Franco, Basilio de Magalhães (*A expansão geografica do Brasil*), Cassiano Ricardo (*Marcha para o oeste*), Washington Luis rasgando rumos com a *Capitania de*

as qualidades dos dois imperadores ⁽¹⁾, a resposta da biografia à indiferença dos pósteros ⁽²⁾, *memórias* em que se dilúí ⁽³⁾, miniaturada, a crônica da politica e do espirito...

S. Paulo (2.^a ed., 1938), Salomão de Vasconcelos (*Bandeirismo*), Paulo Setubal nas novelas, *Irmãos Leme e Ouro de Cuiabá*; quanto ao ciclo baiano, Urbino Viana, Francisco Borges de Barros. Em 1929 publicamos a *Historia das bandeiras baianas* e, dez anos depois, a da *Casa da Torre*.

(1) A parte os livros amenos, que popularisaram o assunto, de Setubal, Viriato Corrêa, monografias e documentação de Rangel, Assis Cintra, Argeu Guimarães, Amaral Gurgel, citemos: biografia de D. Pedro I P. CALMON, *O Rei cavaleiro*, 1933 (em 4.^a ed.) e, apoiada aos arquivos do castelo d'Eu, antes consultados por poucos (Tobias Monteiro, Rangel, Heitor Lira), agora no Museu Imperial de Petropolis, integral, *A Vida de D. Pedro I*, 8 tomos de OCTAVIO TARQUINIO DE SOUSA, De D. Pedro II elogiado por Afonso Celso, Taunay, fizemos a biografia (1938); e nos deu II. LIRA, *Historia de D. Pedro II*, 3 volumes (no mesmo ano). O Instituto Historico dedicou-lhe, em 1925, seu centenário, um tomo especial; e sobre aspectos do reinado a bibliografia é consideravel (viagens, correspondencia, anotações). Rangel (como João Brigido) reabilitou o conde d'Eu. Acrescentamos-lhe a biografia da *princesa* (1941). R. Magalhães Junlor levou nplaudidamente ao teatro *Carlota Joaquina, A marquesa de Santos, O imperador galante* (D. Pedro I). Depois dos monumentos (de D. Pedro II, em Petropolis, 1911, no Ceará, na Bahia, no Rio de Janeiro) vieram as honras funebres. Foram repatriados os restos mortais de D. Pedro II e da Imperatriz (1921), dos condes d'Eu (1953); e a prefeitura de S. Paulo mandou construir, na base do monumento do Ipiranga, o cenotáfio de D. Pedro I e da imperatriz Leopoldina.

(2) É o mais florescente dos generos, com os retratos intelros dos dois Nabucos, dos Andradas, de Barbacena, Cairú, Cotegipe, Sinimbu, dos Ottoni, de Vergueiro, Feijó, Evaristo, Bernardo de Vasconcelos, Urugual, Abaeté, Abrantes, Penedo, Olinda, Paraná, Mauá, Tavares Bastos, Ponte Ribeiro, dos imperadores, do conde d'Eu, da princesa Isabel; de Caxias, Osório, Tamandaré, Saldanha; figuras literarias como os grandes românticos (Gonçalves Dias, Castro Alves, Junqueira Freire, Alencar, Alvares de Azevedo, Casimiro de Abreu, Manuel de Almeida) e Machado, Bilac, Patrocínio, Pompeia, Arinos, Euclides, Tobias, Sílvio, Capistrano; e ainda Pinto de Campos, Luiz Gama, Silveira Martins; a galeria republicana de Castilhos, Pinheiro, Lucena, Benjamin Constant, Rio Branco, Deodoro, Floriano, Prudente, Rodrigues Alves, Campos Sales, Manuel Vitorino, José Marcelino, Nilo Peçanha, Aristides Lobo, Bernardino de Campos, João Pinheiro, Fernando Lobo, Antonio Prado, Epitácio, Afranio de Melo Franco; mais favorecido pela análise e pela difusão, Ruy Barbosa...

(3) *Memórias* não constituem genero próspero no melo brasileiro, em que é tão lastimavel a amnésia politica... Aí temos as do visconde de Nogueira da Gama (1898), Pereira da Silva (1896), *Minha formação*, de Nabuco (1900), Jaceguai (1906-17), Cristiano Ottoni (1908), José Carlos de Carvalho (1912), Campos Sales (1908), Dionisio Cerqueira, José Paulo Pires Brandão (*Vultos do meu caminho*, 1935), Oliveira Lima (1937), Ferreira de Rezende (1944); os livros de Dantas Barreto, como *Conspirações*, 1917. Eduardo Ramos, Júlio Bello, Rodrigo Octavio, Custódio de Melo; póstumas, do visconde de Taunay, do conselheiro Albino, de André Rebouças; e ainda Medeiros e Albuquerque, Elisio de Araujo, Graça Aranha, Humberto de Campos; mais recente da série, Setembrino de Carvalho, *Memórias*, 1952.

Distinguem-se, historiadores militares, Tasso Fragoso (com a monografia sobre a *batalha do Passo do Rosario*, os cinco tomos da *Historia da guerra do Paraguai*), Sousa Docca, Lucas Boiteux, Dídio Costa; no ministerio do exterior refaz-se a historia diplomatica, com Helio Lobo, Araujo Jorge, Heitor Lira, Hildebrando Accioli; especialisa-se a história economica, com Roberto Simonsen; a da cultura se organisa — superada a fase polêmica de Silvio Romero — com a *critica* de Ronald de Carvalho (1917), o *panorama* de Afranio Peixoto, o balanço de Fernando de Azevedo (gigantesco esforço de síntese), as construções monográficas. Povo despreocupado da tradição, mas inclinado às explosões, dos cultos temporários, costumamos exagerar, comemorando; em regra comemoramos por motivo urgente, como é o caso dos jubileus e dos *centenarios*. O que se publica tem o patético dos desagravos, a forma insistente das reparações. Foi o que se viu em 1900, com o centenario do *descobrimento*, em que ganhou o Rio a estatua portuguesa de Cabral (protesto implícito contra o anti-lusismo da república); em 1903 com o do Ceará, em 1908 com o da abertura dos portos (que aí, e não no Ipiranga, começara a independência), em 1922, em 1931; até os centenarios da fundação da Bahia, da autonomia do Paraná, da criação de São Paulo, da restauração de Pernambuco (1949 a 1954) (1)... Lâmpadas votivas do civismo, lá estão, acêsas ao longo do país, as instituições interessadas no

(1) É copiosa a bibliografia centenarista, que começa, em 1897, com Anchieta, em S. Paulo, e Antonio Vieira, na Bahia, produz em 1900 o *Livro do Centenario* em 3 tomos, dá em 1903 o do barão de Studart, *Tricentenário do Ceará*, provoca em 1907-8 os de Oliveira Lima e Capistrano, em 1922 lança o *Dicionário do Instituto Historico*, os 5 tomos dos *Anais da Independência*, do Itamarati, e o volume especial da Revista do Instituto; em 1923 suscita as publicações baianas sobre o 2 de Julho, em 1925 resume num grosso tomo do Instituto a apologia do Imperador, inspira as assembléas do Instituto de 1931, 38 e 49, convida à série comemorativa do 4.º centenario da Bahia, a farta coleção paulista de 1954... As celebrações regionais avultam com os congressos de historia do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, da Bahia, do Paraná, de São Paulo, do Recife, à cuja conta tanto se escreveu.

honesto retrospecto. Nem só as academias com a tribuna, a revista, a festa patriótica; também museus, bibliotecas, arquivos, (1) cuja reorganização os integra no movimento educativo de valorização do passado (2).

Deu-lhe ajuda providencial o Estado, que se não desinteressou dos *monumentos artísticos e históricos*, aliás preservados por disposição constitucional (3).

Nenhum dos núcleos da civilização brasileira deixou de ter, com o cronista, a aureola poética do livro de reminiscências (4). Com o material dispersivo desse amôr

(1) Institutos históricos à imagem do Brasileiro (1938) ha, com crescente acervo de trabalhos, em quasi todas as capitais do país, na primeira plana S. Paulo, Pernambuco, Bahia, Ceará, Rio Grande, Paraná, Santa Catarina; e arquivos, além do Nacional (que tão valiosas publicações dá periodicamente, dirigido agora por E. Vilhena de Moraes) os de S. Paulo, sendo que o da cúria inteiramente catalogado, de Minas Gerais (com a esplendida coleção de *Publicações*, desde 1898), da Bahia (cujos *Anais* formam uma série de grande importancia), de Porto Alegre, de Curitiba. Museus, o Nacional (especializado em antropologia e historia natural), o Historico (1922, organizado e dirigido até aqui por Gustavo Barroso), o Imperial de Petropolis (por Alcindo Sodré, 1938), o Museu Paulista (que, como aqueles, tem a seu crédito a coleção de *Anais*, estes publicados na grande casa do Ipiranga por Afonso Taunay e seu successor Sergio Buarque de Holanda), o da Bahia recomposto por José Valadares, o de Juiz de Fóra (filantropia de Ferreira Lage em honra do pal. Marliano Procópio), os de Porto Alegre, Recife, Curitiba... O Serviço do Patrimonio Histórico (criado pelo ministro Gustavo Capanema e dirigido por Rodrigo de Melo Franco de Andrade) tomou a si instalar e manter museus regionais, como da Inconfidência, em Ouro Preto, do Ouro, em Sabará, das Missões, em São Miguel, dos Diamantes, em Diamantina. Tipos de museus especializados: da república, em Itú, de arte sacra, na Bahia, a casa de Ruy Barbosa, no Rio (tambem centro de estudos sob a direção de Americo Lacombe).

(2) Vd. o balanço desta cultura in José Carlos de Macedo Soares, *Fontes da historia da Igreja católica no Brasil*, S. Paulo 1954.

(3) Em 1928, deputado estadual, propuzemos à Camara da Bahia a lei de proibição (mediante o imposto de 300%) da exportação de antiguidades, e a criação da inspetoria estadual de monumentos nacionais, idéia ampliada, no âmbito federal, com o serviço do patrimonio historico e artistico nacional. Na mesma linha de ação propuzemos a lei que mandou conservar o castelo da Torre (governo de Góes Calmon, 1927-28).

(4) Temos em vista: *A terra goitacá*, 8 vols. de Alberto Lamego, a série do centenario de Petropolis (1948), as monografias amazonenses de Ferreira Reis, a *Historia de Natal*, de Camara Cascudo, a obra de Gilberto Freyre cristallizada em *Região e tradição* (1941), a historia da cidade do salvador (Teodoro Sampaio, Afonso Ruy, Tales de Azevedo, Alberto Silva), as *monografias mineiras* (a começar pelas *historias antiga e média* de Diogo de Vasconcelos, as *memórias do distrito diamantino* de Felício dos Santos), *Historia da campanha da Princeasa*, em 3 tomos magistraes de Alfredo Valadão, os livros sobre Conceição do Mato Dentro,

à terra pequena, base natural da fidelidade à pátria maior, poderíamos compôr a outra historia, que escapa à resumida e geral, entretanto por ela procurada e assimilada, nas interferencias cíclicas da vida municipal nos acontecimentos do país e do mundo.

No Recife esse movimento regionalista e tradicionalista tomou, de 1923 a 30, um "sentido brasileiro" (1) paralelo, mas independente da luta modernista de S. Paulo e do Rio, trabalhando com os novos metodos as camadas aluvionais de influencias, abusões, costumes, originalidades do povo litorâneo. Encabeçou-o Gilberto Freyre: e basta a sua obra para o incluirmos como periodo autônomo, na classificação das épocas intelectuais do Brasil. Desdobrou-se literariamente no romance nordestino, na poesia, no ensaio, na sociologia, na investigação, fórmula transcendente de descentralização cultural em resposta às tendencias anteriores de desprezo dos valores marginaes, condenados ao silencio e ao desaparecimento. . .

Direito.

Floresce o direito com as codificações (civil, criminal, comercial, judiciária), uma azáfama exemplar de método, de disciplina forense, de atualidade. Não ha tradição nesse campo que sobreviva — praxistas, Ordenações, jurisprudencia — ao arremesso do progresso. Não se reeditam os antigos, Teixeira de Freitas, ou o conselheiro Ribas, Pimenta Bueno ou Candido de Almeida; e porque à cultura

Baependí, Ouro Preto, Pouso Alto, Marlana, o Serro, Diamantina, Juiz de Fôra, Belo Horizonte; a biblioteca paulista iniciada por Taunay, Azevedo Marques, Silva Leme, com as suas zonas, Taubaté, Itú, Sorocaba, Campinas, e a torrente de ensaios sobre a evolução de S. Paulo; a pernambucana, o que se tem escrito no Paraná, em Santa Catarina, no Rio Grande, e ainda nos Estados do oeste — cuja nominata está à espera de um catalogo analítico.

(1) GILBERTO FREYRE, *Região e tradição*, ps. 34-5, Rio 1941.

escolar falta uma cadeira de historia do direito, em que se revisse o que escreveram Cairú, Uruguai, Zacarias, os clássicos desaparecem na poeira das estantes. Vêm os comentadores da lei nova, alguns tratadistas de fôlego, raros filósofos, ligados à ebulição das teorias nas Faculdades juridicas. Eram duas, até 1891, S. Paulo⁽¹⁾, e o Recife⁽²⁾. Com a reforma de Benjamin Constant, de 8 de Janeiro de 91, o Rio de Janeiro e as capitais dos Estados pudéram ter as suas academias: e com o desdobramento da instrução profissional se lhes multiplicaram os quadros⁽³⁾. Cada uma (duas na capital federal, e na Bahia, em Belo Horizonte, depois em Porto Alegre, no Ceará) concentra um movimento local de estudos sistemáticos e impõe as suas figuras representativas.

Autôres principais, são os civilistas Lafaiete Rodrigues Pereira (mestre do *Direito das cousas*, a sabedoria vasada em lingua primorosa), Clovis, que doutrinou como ninguem sobre o codigo que lhe saíra das mãos⁽⁴⁾, João Luis Alves, Paulo de Lacerda, Eduardo Espinola, o douto Lacerda de Almeida⁽⁵⁾. Com onze tomos do seu *Tratado*, J. X. Carvalho de Mendonça é comercialista impar⁽⁶⁾. Divulga Moniz Sodré as "tres escolas penais". Lastimou João Monteiro a "anarquia juridica", da descentralização do processo⁽⁷⁾. Pedia-se a volta à unidade, conquista constitucional de 1934.

(1) SPENCER VAMPRÉ, *Memorias para a historia da Academia de S. Paulo*, 2 vols., 1928; Almeida Nogueira, *Tradições e reminiscencias*, 8 vols., 1908.

(2) CLOVIS BEVILAQUA, *Historia da Faculdade de Direito do Recife*, 2 vols., 1928.

(3) Vd. *Livro do centenario dos cursos juridicos*, 2 vols., Rio 1928 (síntese desta cultura).

(4) CLOVIS BEVILAQUA, *Codigo Civil anotado*, 1.º vol., 1921.

(5) De J. L. ALVES, *Comentarios ao Codigo Civil Brasileiro*, 1923; Paulo de Lacerda, *Manual de Codigo Civil* (1.º tomo 1929); Lacerda de Almeida, *Direito das cousas, Direito das obrigações, Sucessões*.

(6) WALDEMAR FERREIRA, *Instituições de direito comercial*, I, 68, Rio 1947.

(7) JOÃO MONTEIRO, *Curso de Processo civil*, 5.ª ed., p. 106, S. Paulo 1938.

Elucidam o direito romano Filinto Bastos, Bulhões Carvalho, Matos Peixoto. Analisam a Constituição João Barbalho, Aristides Milton, Aurelino Leal, Araujo Castro, Pedro Lessa, Carlos Maximiliano; e tão frequentemente lhe esmiuçou letra e espirito Ruy Barbosa, que a coletânea destes comentarios rendeu cinco volumes⁽¹⁾. O direito publico, ensinado por Viveiros de Castro, a economia por Almeida Nogueira, a teoria do Estado por Queiroz Lima⁽²⁾, o direito internacional privado por Rodrigo Otavio⁽³⁾ o das gentes por Hildebrando Accioli⁽⁴⁾, o comparado por Candido de Oliveira⁽⁵⁾, a filosofia no positivismo sociologico de Pedro Lessa,⁽⁶⁾ solidificam o terreno das construções recentes. A partir de 1930, fertiliza em outras espécie, com o direito do trabalho (Oliveira Viana, Cesarino Junior), o novo estatitismo (Francisco Campos), fórmias e reformas constitucionais (Levi Carneiro, João Mangabeira, Pontes de Miranda), a floração contemporânea de textos e manuais.

Medicina.

Divide-se a historia da medicina em duas fases, antes e depois de Osvaldo Cruz. É como se dissessemos, antes e depois do laboratorio, da *pesquisa*, do ensino prático em substituição do retórico de que se queixavam — criticando-lhe a facúndia — as gerações anteriores à revolu-

(1) Edição de Homero Pires, *Ruy Barbosa, Constituição federal brasileira*, 5 tomos, S. Paulo 1935.

(2) Explicamos a posição da disciplina no quadro didatico, em nossa Teoria geral de Estado, 4.^a ed., pref. Rio 1954. O livro de Q. Lima é de 1935.

(3) Vd. a bibliografia da especialidade, cujo mestre hoje é o prof. Haroldo Valadão, Rodrigo Octavio, *Dicionario de direito internacional privado*, p. 403, Rio 1933.

(4) HILDEBRANDO ACCIOLI, *Derecho Internacional Publico*, 3 vols., Rio 1945-6.

(5) *Direito Comparado*, Rio 1902.

(6) Leia-se JOSÉ PEDRO GALVÃO DE SOUSA, in *Anais do 1.º Congresso Brasileiro de Filosofia*, 1, 142-3. O pensamento de P. Lessa, in *Estudos de fil. do dir.*, p. 12.

ção científica. Nas páginas irônicas sobre a Faculdade do seu tempo (em que Pacifico Pereira, idealizador das policlínicas⁽¹⁾, Manuel Vitorino, Nina Rodrigues foram figuras excepcionais) descreve Afrânio Peixoto os desvios daquela cultura teórica e francesa⁽²⁾. Francisco de Castro abalára-a com os autores alemães. Foi o vulto principal. Em 1910 o ideal da reforma empolgava a Academia do Rio de Janeiro⁽³⁾. O Instituto de Manguinhos — impondo-a, lá estava, no seu estilo fabuloso dos califas. Deu-se prédio próprio à Faculdade, na praia Vermelha, em 1917 (diretor, Aloysio de Castro). A mudança, das dependências da Santa Casa para o edifício novo, equivalia a uma renúncia de anacronismos, a um arejamento heroico. Em torno de Oswaldo Cruz se formára a mentalidade da investigação a serviço das necessidades agudas do país. Alcides Godoi, o mestre da tisiologia Cardoso Fontes, Henrique Aragão, Rocha Lima, Artur Neiva, Ezequiel Dias, Carlos Chagas (este, substituto de Oswaldo na direção do instituto, glorificado, em 1909, pela descoberta do que modestamente chamára de *tripanozoma Cruzi*) déram realce admirável ao movimento. Merece o nome. Foi um movimento de persuasão e socorro público, que em 1918, com o saneamento rural, irradiou pelos Estados. Era ao tempo em que Vital Brasil, com as suas descobertas fundamentais universalizava o instituto de Butantan, 1899-1919); Adolfo Lutz fundava, por assim dizer, a zoologia medica⁽⁴⁾; Rodolfo Teófilo batia-se sozinho contra a variola, no Ceará; inauguravam os irmãos

(1) SOUZA LIMA, in *Livro do Centenario*, II, 95 (Rio 1901).

(2) *Beviario da Bahia*, Rio 1946.

(3) FERNANDO MAGALHÃES, *O centenario da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*, p. 157, Rio 1932. Quanto à Bahia, Fernando Luz, *Historia da 1.ª cadeira de clinica cirurgica*, p. 24, Bahia 1984; Octavio Torres, *Esboço historico dos acontecimentos mais importantes da vida da Faculdade de Medicina da Bahia*, p. 58, Bahia 1946; Pacifico Pereira, *Memoria sobre a medicina na Bahia*, 1928; Gonçalo Moniz, *A medicina e sua evolução na Bahia*, 1923.

(4) Vd. FERNANDO DE AZEVEDO, *A cultura brasileira*, p. 284, Rio 1943.

Osorio de Almeida a pesquisa fisiologica (1915), Miguel Couto, o maior dos medicos, trazia o laboratorio à clínica (1903) (1) e Alvaro Alvim se fazia pioneiro e mártir do raio X. Então Antonio Austregesilo, seguido de Deolindo Couto, sistematizava a neurologia; Juliano Moreira, Henrique Roxo, Afrânio, rejuvenesciam, no Hospital Nacional, a psiquiatria (2); Roquete Pinto especializava a antropologia brasileira (3); atualizava-se a medicina legal com Nina Rodrigues e sua escola, Oscar Freire, Afrânio, Diogenes Sampaio, em S. Paulo Alcantara Machado, Flamínio Fávero... As campanhas sanitarias explodiam, em controversia altiloquente, seduzindo as imaginações, na imprensa, e mais tarde a politica e o govêrno... Em 1891 Moncorvo Filho gritára, que a raça se aniquilava, no "Subsídio ao estudo da mortalidade das crianças". Exagêro bendito, popularizou o socôrro à infancia, de que seriam apóstolos Fernandes Figueira, creador da puericultura scientifica, Olinto Oliveira, Martagão Gesteira. Recebendo em 1916 Aloysio de Castro, na homenagem que a Faculdade lhe fez, bradou Miguel Pereira, o Brasil era um vasto hospital (4).

O que de original ha na ciência médica brasileira é exatamente a amplitude do combate aos flagelos, neste país onde — diria Miguel Couto, se desmoralizaram as epidemias (5). Assim a febre amarela, jugulada por Osvaldo Cruz e cujo ultimo arranco, em 1928, foi dominado por Clementino Fraga, a bubonica, a propria tuberculose

(1) ROQUETE PINTO, *Ensaio brasileiro*, p. 104. Em 1896 Adolfo Carlos Lindenberg preconizava os raios X. Academia Nacional de Medicina, *Em comemoração do centenário do ensino medico*, p. 672, Rio 1908.

(2) Vd. nosso *O Palacio da Praia Vermelha*, Rio 1953 (a proposito do centenário do hospício, até 1941 sede dos estudos psiquiátricos, que ali nasceram).

(3) Que o homem no Brasil precisa ser educado e não substituído... Roquete Pinto, *Nota sobre os tipos antropologicos*, *Arquivos do Museu nacional*, XXX, 831, Rio 1928.

(4) OLÍMPIO DA FONSECA, *Em torno da medicina*, p. 221, Rio 1933.

(5) AFRÂNIO PEIXOTO, *Um seculo de cultura sanitária*, p. 49, S Paulo 1922.

(que graças à *abreugrafia* de Manuel de Abreu, à difusão do preventivo, Arlindo de Assis, à assistência hospitalar, caiu na capital de 50%), a malária, com os processos americanos extirpável em todas as zonas de ocorrência, o *gambia* (ameaça africana que a aviação transatlântica nos trouxe e que entraria a Amazonia, não fôra o trabalho hercúleo de Manuel Ferreira), a doença de Chagas, a leishmaniose...

Lançavam-se os medicos à ação social. De um modo particular, coligando-se a antropologia e a criminologia, ganhára relêvo insólito o problema da mestiçagem, o complicado caso das raças até aí tratado de leve, à luz dos autores estrangeiros⁽¹⁾. O seculo XIX preocupara-se romanticamente com o selvagem (Couto de Magalhães), o indio lírico de Gonçalves Dias e Alencar, as suas línguas evanescentes. O imperador presidia a esses estudos: o indio do poema continuava a ser a imagem convencional da nação, apesar da sua distancia, ou por isto mesmo. Nina Rodrigues "descobriu" o negro⁽²⁾. Explicou-se o homem na moldura historica pelas contingencias ambientes, pela herança, pelas deformações mentais fisionomicamente estampadas em diagnose fácil. Percebe-se porque em 1897 Afranio Peixoto concluiu amargamente a tese de formatura com uma página vingativa, a proposito de Canudos⁽³⁾. Esboçava-se a compreensão otimista do "melting pot"⁽⁴⁾, a idéia brasileira, contra o preconceito clássico, com o competente prognostico, de rijêza e equilibrio do povo de amanhã...

Prosperaram as ciencias naturais, com a zoologia de Goeldi (fundador do museu paraense), Hermann von

(1) NINA RODRIGUES, *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*, Bahia 1894, *L'animisme fétichiste des nègres de Bahia, Os Africanos no Brasil* (livro póstumo), 2.ª ed., pref. de Homero Pires, S. Paulo 1935.

(2) NINA, *Os africanos no Brasil*, ps. 24-5.

(3) *Epilepsia e crime*, p. 194, Bahia 1897.

(4) ROQUETE PINTO, *Nota sobre os tipos antropologicos brasileiros*, *Anais do Museu Nacional*, XXX, 321, Rio 1928.

Ihering (do Museu Paulista), Antonio Correa de Lacerda, Alípio de Miranda Ribeiro, Pirajá da Silva, Oliveira Pinto, Adolfo Lutz, Artur Neiva, Roquete Pinto, Rodolfo von Ihering (autor do primeiro *dicionário da fauna*), Melo Leitão⁽¹⁾; a botânica de Barbosa Rodrigues, Alvaro da Silveira, Saldanha da Gama, Hoehne, Loefgren, Pacheco Leão, Alberto José de Sampaio. Da geologia de Hartt surge uma “escola”, em que se sucedem Derby e Branner, os nossos Gonzaga de Campos (primeiro diretor do Serviço geologico), Eusebio Paulo de Oliveira, Alberto Betim Paes Lemes, Pires do Rio... A Escola de Minas de Ouro Preto (fundada em 1876 por Gorceix) dá os maiores nomes da pleiade. As ciencias físicas honram a Politécnica do Rio (fundada por Rio Branco em 1874), com a astronomia de Henrique Morize⁽²⁾, um dos creadores da *Academia Brasileira de Ciencias*, (1916) que, em 1919, se ligou ao nome de Einstein, indo observar no Ceará o eclipse do sol, que lhe confirmou a teoria do péso da luz, base da fisica nuclear; a matematica de Oto de Alencar (émulo de Gomes de Souza)⁽³⁾...

Engenheiros.

Desdobrou a engenharia as asas com as gerações formadas na Politécnica, na Escola de Minas; e afirma-se com Frontin, o homem da “agua em seis dias” (1888), Pereira Passos, o reformador da capital federal, Bicalho, os Rebouças, Teixeira Soares, o insigne ferroviário. Custa a emancipar-se, tanto da técnica estrangeira (a que até ha pouco se socorriam as administrações, por falta de *especialistas* brasileiros), como do enciclopedismo peculiar à epoca, em que o diploma a tudo dava direito. “No

(1) FERNANDO DE AZEVEDO, *op. cit.*, p. 216; Artur Neiva, *Esboço histórico sobre a botânica e zoologia no Brasil*, p. 64 e segs., S. Paulo 1929.

(2) ROQUETE PINTO, *Ensaio brasileiro*, p. 69.

(3) FERNANDO DE AZEVEDO, *ibid.*, p. 229.

tempo em que Francisco Bicalho se formou, não era possível, por assim dizer, aos engenheiros brasileiros a escolha de uma especialidade: tinham que aceitar o emprêgo que se lhes apresentasse" (1). Foi o tempo de Aarão Reis (consagrado pelo planejamento de Belo Horizonte), Sampaio Corrêa, Teodoro Sampaio, que, com Alfredo Lisboa, iniciou a vida prática na comissão de estudos do São Francisco, de Milnor Roberts, Calogeras, esse protótipo de funcionário descontente que se chamou Euclides da Cunha... Definem-se os pioneiros com Alfredo Lisboa, na construção de portos (Recife), Saturnino de Brito no saneamento das cidades (Santos, a primeira do mundo a conhecer a elevação elétrica automática) (2), Gonzaga de Campos na sistematização geológica, Queiroz Filho na pequena siderurgia (1899), Arrojado Lisboa nas obras contra as sêcas (auxiliado pelos americanos, Cradall, Waring, Ryves), Emilio Baumgart nas audácias do cimento armado — que aos Estados Unidos só mais tarde chegaram (3) — Ary Torres e Fonseca Costa nas pesquisas tecnológicas, Monlevade, nas ferrovias eletrificadas... O aproveitamento do carvão do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina (4) é o passo inicial da grande siderurgia, que em Volta Redonda ostentaria em breve a ossatura da indústria básica, de reflexo mágico na emancipação econômica do país.

Arquitetura.

De clássica (missão francesa, 1.º reinado) à romântica (meiado do século XIX), a arquitetura no Brasil

(1) MAURICIO JOPPERT, cit. por Saturnino de Brito Filho, *A Engenharia no Brasil*, p. 53, Rio 1940.

(2) SATURNINO DE BRITO F.º, *ibid.*, p. 39.

(3) SATURNINO DE BRITO F.º *ibid.*, p. 50.

(4) J. PIRES DO RIO, *O combustível na economia universal*, ps. 270-1, 2.ª ed., Rio.

se desprende da tradição e torna-se eclética na era euforicamente burguesa de 1890. Renuncia à dignidade fria dos casarões, em cujo traço patriarcal (ainda português) sobrevive o sentimento de espaçoso conforto, e adota os estilos imaginosos, exóticos e desconexos — entre o gótico inglês da ilha Fiscal (Del Vecchio) e, vinte anos depois, o mussulmano do instituto de Manguinhos, o alegórico do palacio Monroe (general Souza Aguiar) e o decalcado do teatro Municipal (redução da Opera de Paris, por Pereira Passos...) Essa corrente deslumbra, com a avenida Central (1904) e a Exposição de 1908. Os seus maiores nomes são estrangeiros: Morales de los Rios (autor do mais belo edificio do periodo, a Escola de Belas Artes, e de algumas das construções típicas, como o Supremo Tribunal e o palacio cardinalício), os irmãos Rebecchi... De 1910 a 1920 prevalece o equilibrado bom gosto de Heitor de Melo — mestre de arquitetos com o Jockey e o Derby Club, o Conselho Municipal, o Club de Engenharia —, de Gire (Copacabana Palace, modelo no gênero), Viret e Marmorat (edificio Lafont, na Avenida, primeiro prédio de apartamentos da cidade), paralelo à reação *colonialista* de Ricardo Severo em São Paulo, de José Mariano. Porque não a boa casa antiga, azulejada, avarandada, de largas telhas e pórtico barrôco, lusitanamente hospitaleira? A Exposição de 1922 deu a essa experiencia um ensejo feliz: e breve. O seu melhor documento no Rio é a Escola Normal (dirigia a instrução Fernando de Azevedo). Amaneirou-se e degenerou-se. De 1920 a 30 preponderaram um ornamental Luiz XVI (Câmara dos Deputados, arquitetos A. Memoria e F. Cuchet), a renascença italiana, os estilos elegantes mexicano e californiano, o normando... Aristides Memoria, discipulo e sucessor de Heitor Melo, arquiteto chefe da Exposição do Centenario, domina essa epoca de transição. Sobrepuja-a o espirito revolucionário (1930) tão vivo aqui como

alhures⁽¹⁾. De 1920 é a *Révue de l'esprit nouveau*, de 22 *Vers une architecture*, de Le Corbusier. Entra no Brasil pela mão de Lúcio Costa⁽²⁾. Desmoronada a ordem antiga (24 de Outubro de 30), sossobrou com ela o estilo em voga⁽³⁾: e na direção da Escola de Belas Artes reformou Lúcio Costa (notável arquiteto) os cursos, contratou professores *modernos*, preconizou o *contemporaneo*, aconselhou a vinda de Le Corbusier, para projetar o edifício do ministerio da Educação (*pilotis*, terraços-jardins, estrutura independente, fachada livre...)⁽⁴⁾ Evidentemente a fórmula se ajustava ao material, seguia-lhe a sorte, na passagem da alvenaria para os arcabouços metálicos, destes para o cimento armado ("A Noite", Gusmão & Dourado, 1928), em cujas audácias a técnica brasileira adquiriu nomeada mundial. A criação, em 1945, da Faculdade Nacional de Arquitetura (em que se transformou o velho curso das Belas Artes) deu-lhe triunfante estímulo, somado às condições próprias de uma cidade que cresce, de uma vertiginosa época de construções económicas, de um momento universal particularmente propício aos arquitetos, com a subversão dos valores consagrados, a nova estética fixada pelo coletivismo específico das metrópoles, a autonomia artística desafiada por todas as possibilidades da engenharia. No que concerne ao pós-impressionismo, ao futurismo, a psicologia da arte moderna se aplica à arquitetura, que a realiza em con-

(1) Ao prof. Paulo Santos agradecemos as informações constantes do seu discurso do centenário de Morales de los Rios e da oração paraninfal na Faculdade Nacional de Arquitetura, em 1953.

(2) De Lúcio Costa, vd. *Depoimento de um arquiteto carioca*, ps. 30-1, e *Considerações sobre arte contemporanea* (Cadernos de cultura, Rio).

(3) Lúcio Costa, *Depoimento de um arquiteto carioca*, p. 22.

(4) Consideraram o edifício do ministerio da Educação paradigma dessa nova expressão, Louis Réau, *Encyclopédie de l'art* (Paris 1951), Germain Bazin, *Histoire de l'art*, Paris 1954. Em linhas gerais Le Corbusier fizera antes edificios analogos (como a Maison Suisse, da Cité Universitaire de Paris), porem nenhum com "a significação plastica estupenda" daquele (Paulo Santos).

creto, no plano, às vezes fantastico, de um urbanismo atrevido, sem reminiscencias limitativas, concebido (dir-se-ia) para a sociedade adivinhada, a do seculo XXI...

Artes: Pintores.

Depois dos grandes nomes da Imperial Academia a geração que lhes sucede, por eles iniciada, impregnada em Paris dos estilos da moda, oscila entre a perfeição clássica e a crúa luz tropical, desenho e côr, o artificio da composição e a beleza quente da paisagem. Pedro Americo e Vitor Meirelles continuam na pintura historica de Firmino Monteiro ⁽¹⁾, Aurelio de Figueiredo (irmão do primeiro), Benedito Calixto, documental e honesto, com as sábias minúcias da evocação Oscar Pereira da Silva. Os retratos de Decio Vilares e Augusto Petit, os murais de Zeferino da Costa (exatos e nobres, dos tectos da Candelaria), o simbolismo de Visconti — que respira as influencias sucessivas ⁽²⁾ dos mestres francêses —, a finura academica de Henrique Bernardelli (medalha de bronze na Exposição Universal de 89), Belmiro de Almeida (discipulo, em Paris, de Lefebvre), Manuel Madruga, Lucilio de Albuquerque, marcam o periodo em que a arte se liberta do exotismo ⁽³⁾ com a interpretação da natureza, sobretudo o esplendor dos panoramas de Batista da Costa e Antonio Parreiras, em cujas telas os aspectos brutais da terra, a poesia das horas têm uma beleza verídica. Essa pintura é magistral no academismo de Rodolfo Amoedo (discipulo de Puvis de Chavannes), que assinala a maturidade da expressão em harmonia com os cânones clássicos. Devemos citar ainda, Pedro Peres,

(1) GONZAGA DUQUE, *A arte brasileira*, p. 192, Rio 1888.

(2) CARLOS RUBENS, *Pequena historia das artes plasticas no Brasil*, p. 160, S. Paulo 1941.

(3) LAUDELINO FREIRE, *Um seculo de pintura*, p. 514, Rio 1916; José Maria dos Reis, *Historia da pintura no Brasil*, p. 241, S. Paulo 1944.

José Maria de Medeiros, Rafael Frederico, Pedro Alexandrino (mestre de "natureza morta"), Antonio Valle, Luiz Christophe, Pinto Bandeira, Rodolfo Chambelland, impressionista, Malagutti, simbolista, no limiar da "arte moderna", Carlos Osvald. . .

Podemos falar de regiões artísticas no país, hoje como outr'ora, menos como escolas (baiana, mineira, pernambucana, paranaense) do que, mais modestamente — núcleos autônomos em formação, em que certos motivos locais distinguem, personalizam a pintura descritiva. É o caso da escola baiana (vinda, em 1877, com a de Belas Artes, fundada por Canízares, o velho Lopes Rodrigues) com Lopes Rodrigues moço, esse místico Presciliano Silva, mestre das sacristias penumbrosas, na macia calma dos "interiores" claustrais, Alberto Valença. . . Os mineiros (depois de Belmiro, Alberto Delpino, Honorio Esteves, Souza Viana) têm o gosto da simplicidade rústica, "da roça"; Alfredo Andersen crea no Paraná (De Bona, Lange de Morretes, Falce) o culto da paisagem orlada de serenos pinheiros; palpita o velho Recife nos desenhos de M. Bandeira. . . Multiplicam-se, com os cursos de belas artes, essas colmeias de arte. Fóra delas viceja a *arte nova*.

Ligam-se as fórmulas revolucionárias de expressão, literárias e plásticas, num movimento comum de rebeldia a que preside o "espírito moderno" (Graça Aranha). Ao clássico em prosa corresponde o clássico na tela: e contra a frieza acadêmica investem os abstracionistas, já na *Semana* de S. Paulo, em 1922, Tarsila do Amaral, e Di Cavalcanti, Candido Portinari (inovador imprevisto e formidável, cuja evolução demonstra fértil virtuosismo, plantado em grande técnica), Roberto Burle Marx, tantos outros. . . Rompe-se o conflito dos estilos e bifurcam-se as exposições, conciliadas benevolmente pela imparcialidade do poder público, que conserva o consagrado, sem desprezar o novo.

Escultores.

A Chaves Pinheiro — discípulo de Ferrez — sucedem Rodolfo Bernardelli, Almeida Reis, autôres de alguns dos melhores monumentos do Rio de Janeiro. Estudou aquele na Imperial Academia com Chaves Pinheiro e, nove anos em Roma, donde voltou estatuário, primoroso na dignidade de suas figuras, Pedro Alvares Cabral, Caxias, Osorio, Mauá, Ottoni, Alencar, Teixeira de Freitas, Rio Branco... A obra de Almeida Reis é magistral (bustos de Camões, Danton, Gonçalves Dias, a estatua do Progresso que encimava a fachada da Central do Brasil, o grupo A inveja e o gênio), tempestuosa e môça. A placidez de Bernardelli reproduz-se na escultura severa e harmoniosa de seu melhor discípulo, Corrêa Lima (monumento de Barroso, de Teixeira Soares, no Rio, do coronel Fernando Machado, em Florianopolis, o famoso grupo "mater dolorosa"). Autodidata, fez Eduardo de Sá um monumento imaginoso: o do marechal Floriano. Seguem-se Modestino Kanto, mais feliz no de Deodoro (a que não falta ímpeto romântico), Benevenuto Berna, Humberto Cozzo, Pinto de Matos, Antonio de Matos (monumento aos heróis da Laguna), Moreira Junior, os paranaenses João Turim (Semeador, em Curitiba) e Zaco Paraná, Leão Veloso (Tamandaré e Pinheiro Machado, altos relevos do ministerio da Guerra)...

Toreuticos e imaginários, florescentes na epoca barroca, são, mais perto de nós, representantes tardios de uma escola extinta. O seu periodo encerrou-se com o ciclo da talha doirada; e se ha mestres do ofício no seculo XIX (Padua e Castro), é porque as igrejas recentes ainda requeriam a decoração florída de antanho (S. Francisco de Paula, Sacramento, S. José) (1).

(1) CARLOS RUBENS, *op. cit.*, p. 202.

Educação.

Só ha um problema: educar, sustentava, em 1927, Miguel Couto. A associação brasileira de educação é de 1912; de 1926 o inquerito sobre “o problema universitário”. Confluiu na *reforma* de 19 de Abril de 1931 (do ministro Francisco de Campos), que deu enfim fórmula legal à “universidade”, área recente da nova cultura. *Universidade* seria (na doutrina otimista dos que a sonhavam em 1929) ensino e pesquisa, civismo e inteligência, fôrça motriz da democracia orgânica... Disto se falava — sem consequencias maiores — no país, desde a Inconfidência mineira (1): e quando na república se creou uma universidade — em Curitiba, em 1912 — teve de fechar, por falta de padrão federal a que fôsse equiparada. Previu-a a lei de 1915 (Carlos Maximiliano) e o presidente Epitacio a creou enfaticamente, por decreto de 7 de Setembro de 1920. Com esta, do Rio de Janeiro (em 1937, intitulada “do Brasil”) surgiu assim a primeira universidade oficial, embóra ainda nominal, à espera de autonomia e coesão: seguiram-se as de Minas Gerais (presidente Antonio Carlos, 1927), São Paulo (governo de Armando Salles de Oliveira (2), 1934), Distrito Federal (iniciativa do secretário de Educação, Anisio Teixeira, 1935). Floresceu a planta exótica em clima propício: e com tal vigôr (pasmassem os antigos!) que, em breve, o anseio das escolas superiores era, em todas as capitais brasileiras, a transformação em universidade. Em 1945 (presidencia José Linhares, ministro Leitão da Cunha) ganhou a Universidade central autonomia plena; e pelo modêlo (presidencia Gaspar Dutra, ministro Ernesto de Sousa Campos) se fizeram as da Bahia, do Recife, do

(1) Leia-se ERNESTO DE SOUSA CAMPOS, *Educação Superior no Brasil*, p. 238 *passim*, Rio 1940.

(2) ERNESTO DE SOUSA CAMPOS, *Historia da Universidade de São Paulo*, p. 100, S. Paulo 1954.

Paraná... (1) A novidade da instituição — quanto à cultura desinteressada — consistia sobretudo no alento dado aos estudos filosóficos, com as respectivas Faculdades (a primeira, de S. Bento, em São Paulo, 1908) e à alta indagação para além dos programas de formação profissional, nela compreendidas a conjuntura económica, a sociedade com toda a sua problemática (2).

Marcha das idéias.

A “escola do Recife” *informára*, com o naturalismo cientificista, a filosofia (Clovis Bevilacqua (3), Artur Orlando, Silvio Roméro, Martins Junior, Anibal Falcão, Laurindo Leão, Fausto Cardoso, Leovigildo Felgueiras, Estelita Tapajós, Almaquio Diniz (4), Virgílio de Lemos (5), o pensamento político, em divergencia com o idealismo tachado de bacharelesco ou irrisório. Encorpado em doutrina militante, com o *Boletim* (1896), o templo, a pureza republicana (6), continuava o positivismo a preconizar a *organização* ditatorial — de que deu o Rio Grande o modelo incompleto. Euclides justificára enfim, com clima e solo, o sertanejo da epopéia; e a essa visão de miséria engastada em barbárie acudiu Alberto

(1) Em 1935 apresentamos à Camara federal projeto de lei, mandando crear a Universidade da Bahia. Não passou da comissão... Adotou o ministro Sousa Caimpos no seu programa, em 1940, a idéia da fundação de duas Universidades, Bahia e Recife. Tratou-se em seguida de crear de novo a do Paraná.

(2) Vd. CARNEIRO LEÃO, *Fundamentos da sociologia*, p. 81, Rio 1940. Desses fundamentos já cuidava VICTOR VIANA, em 1922, *Historico da formação economica do Brasil*. Vd. igualmente ARTUR VERSIANI VELOSO, in *Anais do 1.º Congresso Brasileiro de Filosofia*, I, 98.

(3) De CLOVIS vd. *Juristas-filosophos*, p. 4, Bahia. Na linha tradicional: Soriano de Sousa, João Mendes Junior, Lafaiete Rodrigues Pereira, Lacerda de Almeida, a escola teuto-sergipana (na sátira de Laet) contra o galofluminense (resposta de Silvio).

(4) *Bibliografia de Almaquio Diniz*, Rio 1953 (organizada por Alfeu Diniz Gonçalves), documentario da corrente dominante.

(5) Vd. a sua *Classificação dos conhecimentos humanos e das ciencias jurídicas*, Bahia 1921.

(6) JOÃO CAMILO DE OLIVEIRA TORRES, *O positivismo no Brasil* p. 241 e segs., Rio 1943.

Torres⁽¹⁾, que “os vícios da nossa retórica não nos deixaram ver as realidades...”⁽²⁾ Sílvio atacára “políticas e literatos”⁽³⁾, o biombo da estrangeirice que escondia das capitais frívolas a verdade verde-e-amarela... *Teuto-sergipana*, a sua filosofia, ironizou Carlos de Laet; respondeu, acusando a *galo-fluminense*... Tudo exótico! Entre Torres e Sílvio o desacôrdo consistiria nos planos de análise: partindo das ciencias bio-sociais, queria este provar a incultura (não se dizia ainda aculturação), a coexistencia de estados inferiores; enquanto aquele definia: “o grande problema nosso era unicamente a organização”. Mas pousada nas forças vivas das nossas raças; fóra do “sistema da exploração colonial...” Esboçando, na *introdução* ao recenseamento de 1920, a evolução do povo, exagerou Oliveira Viana, dissentindo do mestre, a influencia racial⁽⁴⁾; investiu (1924) contra *O idealismo da Constituição*, estribilho reformista, de base e não de fórmula, a reclamar o reajustamento institucional⁽⁵⁾; pretendeu resolver os “*problemas da politica objetiva*”⁽⁶⁾.

(1) ALCIDES GENTIL, *As idéias de Alberto Torres*, p. 310, S. Paulo 1938. Euclides, Alberto Torres, Farias Brito, “tres marcos iniciais decisivos da independencia espiritual...”, V. LICINIO CARDOSO, *Figuras e conceitos*, p. 175, Rio 1921. A Tobias faltou originalidade, ANTONIO GOMEZ ROBLEDO, *La filosofia en el Brasil*, ps. 112-4, Mexico 1946; A SABOIA LIMA, *Alberto Torres e a sua obra*, p. 52, Rio 1918.

(2) ROQUETE PINTO, *Ensaio brasileiro*, p. 63, S. Paulo.

(3) SILVIO ROMÉRO, *Estudos sociais*, p. 16. Veja-se a bibliografia, CARLOS SUSSEKIND DE MENDONÇA, *Sílvio Roméro, sua formação intelectual*, ps. 312-9, e, de SILVIO RABELO, *Itinerario de Sílvio Roméro*, Rio 1940. Merecem citados, alem da monumental *Historia da literatura* (1888 e 1902, ora em 4.^a ed.), *Parlamentarismo e presidencialismo*, 1894, *Ensaio de filosofia do direito*, 1895, *O Brasil social*, 1907, *A geografia da politica*, 1912.

(4) *Recenseamento do Brasil*, Introd., 314, Rio 1922.

(5) OLIVEIRA VIANA resume o seu pensamento in *Instituições politicas brasileiras*, I, 820-4, Rio 1949. Quiz demonstrar que as populações estudadas não ultrapassavam a solidariedade do clan, com fraco sentimento dos interesses nacionais, na pauta da escola social de Domolins, Tourville... Dogmatisaria, que se ruma para um único tipo de Estado, o nacional (*ibid.*, I, 115) e pregou o abraileamento das estruturas (*Problemas de direito sindical*, p. XII, Rio 1944). Era o grito de Jackson de Figliredo em 1920, *Correspondencia*, p. 351, 2.^a ed, Rio 1945.

(6) OLIVEIRA VIANA, *Problemas de politica objetiva*, S. Paulo 1930.

Farias Brito.

Veiu a reação espiritualista do Ceará — terra de misticismo e austeridade — com o enigmático Farias Brito. Cansava-se a inteligência moça da insipidez do monismo, do evolucionismo, do haeckelismo sociológico, autores caros a Tobias, leitura oficial da adolescência Buchner, Nordau, Spencer (1), Comte vertido por Teixeira Mendes, Le Dantec... O dialogo de crentes e pessimistas irrompia, espontâneo, dessa fadiga. Visse-se o espetáculo europeu. Unamuno descobrira Kierkegaard; nacionalistas e socialistas batiam-se em Paris; “la faillite de la science”, disséra Brunetière (1896); aparecem Barrès, Daudet... O pensador cearense teve a originalidade de filosofar entre polemistas; deles destacou pelo imprevisto da linguagem. Interrogava “segredos da consciencia” (2), opunha a ordem moral à “incerteza e fragilidade” da vida, trabalhava numa filosofia da esperança... (3) A “*Finalidade do mundo*” (1894) era manifesto reacionário; na “*Base física do espirito*” (1912), com o “*Mundo interior*” (1914), se rebelava, mais perto de Bergson e James, contra a “anarquia a que se acha reduzido o mundo moderno”. Essa transcendência andava na cruzada do padre Júlio Maria a missionar pelas províncias (1902), prendia-se à reivindicação paulista da origem cristã (1896) (4),

(1) HUMBERTO DE CAMPOS, *Memorias inacabadas*, p. 158, Rio 1935. Era o que se lia em 1900. A respeito do que se lia em 1906, GILBERTO AMADO, *A dança sobre o abismo*, ps. 172-3, Rio 1952.

(2) FARIAS BRITO, *Finalidade do mundo*, I, 21-2.

(3) Vd. JONATAS SERRANO, *Farias Brito, o homem e a obra*, S. Paulo 1939, JACKSON DE FIGUEIREDO, *Algumas reflexões sobre a filosofia de Farias Brito*, 1919, NESTOR VICTOR, *Farias Brito*, 1920, TRISTÃO DE ATAÍDE, *Estudos*, 1.ª série, Rio 1927 (e bibliografia coligida na op. cit., por J. Serrano); crítica do P. LEONEL FRANCA, *Noções de Historia da Filosofia*, p. 322 (13.ª ed., Rio 1952).

(4) Vd. discurso de Brasílio Machado (Alcantara Machado, *Brasílio Machado*, p. 194, Rio 1937), 1896: “Mas eis que inesperadamente se abre este recinto...”

regozijava-se da oração de Ruy no Colegio Anchieta (1908), ia armar o ativismo de Jackson de Figueiredo (já na época de Bloy e Péguy, Psichari⁽¹⁾ e Maurras). “Catolizar o Brasil...”⁽²⁾ Jackson voltava a Pascal; e retirando Farias Brito, com Rocha Pombo e Nestor Vitor, da misantropia ressentida, jogou-o na arena⁽³⁾. Chamou-lhe (1918), à doutrina modesta, “profissão de fé espiritualista”⁽⁴⁾. Prevenira Pedro Lessa, contra o “regresso a uma vã supremacia do espiritualismo...”⁽⁵⁾ Para o padre Leonel Franca era o “ideal de restauração católica”⁽⁶⁾; e na *Crise do mundo moderno* a expôs panoramicamente.

Seria inútil, “diante do estado social do Brasil”⁽⁷⁾, meditava, em 1916, Gilberto Amado, que, em 1922 falou da transição, da fase caótica à organizada,⁽⁸⁾ do empirismo ao sistema. Estávamos, na época *ruysta* do liberalismo técnico, em que reluzia a promessa de *representação e justiça* — de Assis Brasil⁽⁹⁾, programa sumário, à falta de melhor, das revoltas civico-militares de 1922 e 24⁽¹⁰⁾, vaga-

(1) JACKSON DE FIGUEIREDO, *Afirmações*, p. 344, Rio 1924.

(2) V. LICINIO CARDOSO, *Figuras e conceitos*, p. 177.

(3) JACKSON DE FIGUEIREDO, *Algumas reflexões sobre a filosofia de Farias Brito*, Rio 1916; XAVIER MARQUES, *Dois filósofos*, Bahia 1916.

(4) Sub-título do seu livro de 1916. De JACKSON, *Pascal e a inquietação moderna*, 1924; e a seu respeito, *In Memoriam*, ed. do Centro Dom Vital, Rio 1929. Vd. de JACKSON, *Correspondencia*, p. 348, 2.ª ed. Rio 1945: “As idéias, a vida de Farias Brito, são para mim o que mais importa...”

(5) *Estudos de filosofia do direito*, 2.ª ed., p. 6, Rio 1916.

(6) P. LEONEL FRANCA, *A Igreja, a reforma e a civilização*, p. 527, Rio 1923. Devemos-lhe a primeira tentativa de historia das idéias no Brasil, Jackson, *Literatura reacionária*, p. 29, Rio 1924. Refere-se a 2.ª ed. da sua *Historia da filosofia* (hoje na 14.ª). De Franca, *O divorcio*, 3.ª ed., 1937, *A crise do mundo moderno*, 1941, *Obras completas*. A Jackson succedeu no Centro Dom Vital Alceu de Amoroso Lima (Tristão de Ataíde), néo tomista como Maritain.

(7) GILBERTO AMADO, *Grão de areia, e estudos brasileiros*, p. 43.

(8) G. AMADO, *ibid.*, p. 165.

(9) Vd. a critica de OLIVEIRA LIMA, *Memorias*, p. 168, em que diz que o livro sobre a democracia federal de Assis Brasil foi todo haurido na convivência academica de *Castilhos*, colega e cunhado.

(10) JOSÉ MARIA DOS SANTOS, *Historia geral do Brasil*, p. 456 Rio 1930.

mente esclarecido pelo historicismo de Euclides da Cunha, de Calogeras (1). A *Politica geral do Brasil*, de José Maria dos Santos (2) tinha o proposito de ilustrar a realidade com a compreensão do passado, distorcendo-lhe o fio, numa lição em quadros periodicos, às vezes pungente... Tropeçara Ruy, em 1919 (marco miliar nessa progressão de inconformidades) com a *questão social*, que comedidamente, sem demagogia, incluiu na sua pregação do candidato, no seu revisionismo (3). Pensava no cardeal Mercier. Foi Evaristo de Moraes — contou-nos ele — que lhe forneceu os autores para versar a novidade, mudança de rumo e não desenvolvimento de estudos. A *questão* era, explosivamente, o “*após guerra*”: com a substituição de liberais por sociais-democratas (4), a euforia marxista (consequente à revolução russa de 17), a *reação* do código de Malines, a imitação dos extremos, em que se dividiu o revolucionismo, comunistas e fascistas... Predominam os “ismos”; voltam os mitos, apresentam-se os *novos*. Néo positivistas (5), néo tomistas (6), néo-democratas (“estou, senhores, com a democracia social”, proclamou Ruy) (7), logo néo-republicanos (*republicanizar a república*, lêmã de Nilo Peçanha, em 1921), cuja rebelião, enraizada nos acontecimentos de 1922, produziria, oito anos depois, a *republica nova*.

(1) EUCLIDES, *Da independencia à República* (1908), J. P. CALOGERAS, *Formação historica do Brasil* (1926).

(2) Invoca a “nova constituição” fundada em “nossa evolução historica, e não em maravilhas...”, *ibid.*, p. 566.

(3) RUY, *Campanha presidencial*, p. 11, Rio 1919; *A questão social e politica no Brasil*, conf. no Teatro Lirico, 20 de Março de 1919.

(4) Vd. R. G. GETTELL, *Historia das idéias politicas*, trad. de F. Salgueiro, p. 548, Lisboa 1936.

(5) PONTES DE MIRANDA, *A margem do direito*, p. 125, Rio 1912, *augura o federalismo sindicalista*.

(6) Vd. TRISTÃO DE ATAÍDE, *Obras*, e em especial *Meditação sobre o mundo moderno*, Rio 1942.

(7) *Campanha presidencial* (1919, p. 123). Documentos de idéias, vd. MAURICIO DE LACERDA, *Entre duas revoluções*, Rio 1927, José Maria dos Santos, *op. cit.*,

ÍNDICE ONOMÁSTICO

A

- .Abranches (Dunshee) 26-7, 29, 46,
 66, 75, 102-3, 120-1, 239, 240,
 295.
 Abreu (Capistrano de) 66, 85,
 120, 140, 169, 176, 383, 391-2.
 Abreu (Manuel de) 402.
 Abreu (Plácido de) 66.
 Acauan (Benedito) 355.
 Acclioli (Hildebrando) 395, 399.
 Acclioli (Nogueira) 275-7.
 Adonias F.º 389.
 Afonso (Carlos) 21, 25, 140.
 Agache (Alfred) 215.
 Aguiar (Filipe) 69.
 Aguiar (Durval Vieira de) 129
 Aguiar (Gen. Cardoso de) 306.
 Aguiar (Sousa) 405.
 Aires (Joaquim) 389.
 Albano (José) 380.
 Alberto (Alm. Alvaro) 203.
 Alberto (João) 329, 330-3, 350,
 353, 355-6, 800.
 Abbot (Fernando) 123.
 Albuquerque (Franklin de) 332-3,
 360.
 Albuquerque (José Maria de) 57.
 Albuquerque (Lucílio de) 407.
 Albuquerque (Medeiros e) 25, 27,
 74, 124, 170, 176, 255, 386, 388,
 394.
 Albuquerque (Vespasiano de)
 273.
 Alencar (Alexandrino de) 103,
 108, 245, 251-2, 256.
 Alencar (Oto de) 408.
 Alexandrino (Pedro) 408.
 Alfredo (João) 85, 140.
 Almeida (Antonio Figueira de)
 21.
 Almeida (Antonio José de) 315.
 Almeida (Belmiro de) 407.
 Almeida (Candido de) 397.
 Almeida (Cardoso de) 286.
 Almeida (Gil de) 355.
 Almeida (João Pio de) 188, 310,
 315.
 Almeida (João Mendes de) 140.
 Almeida (José Americo de) 350.
 Almeida (Lacerda de) 398.
 Almeida (Osorio de) 401.
 Almeida (Pisa e) 66.
 Almeida (Virgilio Perelra de)
 156.
 Alves (Castro) 382.
 Alves (Constancio) 61, 272, 388.
 Alves (João Luís) 28, 46, 235-6,
 245, 317, 398.
 Alves (Francisco) 387.
 Alves (Raul) 280.
 Alves (Rodrigues) 75-6, 173, 191,
 187, 189, 208, 213, 220, 222, 224,
 232-3, 235, 245-6, 255, 266, 274,
 276, 283, 302-3, 336, 341, 393.
 Alves (Vasco) 120.
 Alvim (Alvaro) 401.
 Alvim (Cesario) 15, 80, 44, 37-8,
 58-9.
 Amado (Gilberto) 257, 383, 413-4.
 Amado (Jorge) 350.
 Amaral (Braz de) 16-7, 58, 159,
 393.
 Amaral (Leonidas) 341.
 Amaral (Luís) 371.
 Amaral (Rubens do) 349.
 Amaral (Evaristo Teixeira do) 69.
 Amaral (Tarsila do) 408.
 Americo (Pedro) 407.
 Amoedo (Rodolfo) 407.
 Amorim (Deollindo) 151.
 Anchieta (José de) 302.
 Andersen (Alfredo) 408.
 Andler 252.
 Andrada (Aguiar de) 178.
 Andrade (Bueno de) 286.
 Andrade (Carlos Drummond) 390.
 Andrade (Rodrigo M. F. de)
 141-2, 396.
 Andrade (Felisberto Plá de) 66.
 Andrade (José Joaquim de) 357.
 Andrade (Luís Gomes Caldeira)
 109.
 Andrade (Mario de) 390.
 Andrade (Nuno de) 217, 388.
 Andrade (Osvaldo de) 390.
 Andrade (Pnes de) 300.
 Angelo (Pedro) 359.
 Angleria (Pedro Mártir de) 199.
 Angrogne (Madan d') 303.
 Anjos (Augusto dos) 382.
 Appollinaire (Guillaume) 390.
 Antonil 391.
 Apulchro (Xisto) 311.
 Aragão (Barão de Moniz de) 66.

Aragão (Henrique) 400.
 Aragon 390.
 Aranha (Graça) 195, 251, 384-7,
 890, 894, 408.
 Aranha (Oswaldo) 339, 350, 352-3,
 855.
 Arantes (Altino) 13, 41.
 Araripe (Alencar) 885-6, 388-9,
 391.
 Araripe (Tristão de Alencar) 42-3.
 Araujo (Elisio de) 141, 285, 894.
 Araujo (Ferreira de) 74, 89, 388.
 Araujo (Tiburcio Valeriano) 21.
 Arcoverde (Dom Joaquim) 241.
 Argolo (Francisco de Paula) 95-6,
 101, 126, 213, 221, 251.
 Arinos (Afonso) 59, 126, 142, 150,
 233, 236, 295-6, 338, 388-4.
 Aristides (Padre) 332.
 Arlindo (Carlos) 825, 327.
 Arrázuris 193.
 Arruda (Epaminondas) 77.
 Arruda (João) 334.
 Assis (Dilermando de) 329.
 Assis (Machado de) 38, 45, 89,
 114, 117, 121, 133-4, 380, 385-7,
 390.
 Ataíde (Raimundo de) 210.
 Aublet 199.
 Augusto (José) 49, 143, 174.
 Austregildo (Antonio) 401.
 Azambuja (Estacio) 77.
 Azeredo (Antonio) 41, 234-5, 257,
 260, 336.
 Azeredo (Magalhães de) 388, 386.
 Azevedo (Aluisio de) 386.
 Azevedo (Artur de) 382, 385-6,
 389.
 Azevedo (Cordolino de) 96.
 Azevedo (Fay de) 46.
 Azevedo (Fernando de) 247, 395,
 400, 403, 405.
 Azevedo (J. Lúcio de) 127.
 Azevedo (Miranda) 151.
 Azevedo (Taumaturgo de) 56, 66,
 200.
 Azevedo (Tales de) 896.

B

Backer (Alfredo) 267-8.
 Balanguy (Coronel) 273.
 Bandeira (Alipio) 23.
 Bandeira (M.) 408.
 Bandeira (Manuel) 890.
 Bandeira (Pinto) 408.
 Bandeira (Sebastião) 274.
 Bandeira (Sousa) 18.

Bandeira Junior (Antonio Joa-
 quim) 66.
 Barata (Agildo) 889-9.
 Barata (Magalhães) 323.
 Barbalho (João) 38, 42, 47, 165,
 167, 399.
 Barbosa (Francisco de Assis) 388.
 Barbosa (João da Silva) 148, 150.
 Barbosa (José Alves) 126.
 Barbosa (Marfo Ferreira) 375.
 Barbosa (Ruy) 66, 71-3, 80, 82,
 83-5, 87, 89, 91, 93, 117, 122,
 141-3, 146-7, 149, 159, 160, 163-4,
 166-9, 174, 186-8, 192, 224, 232-4,
 249, 250-1, 256-9, 260-2, 264-5,
 267, 269, 282-3, 294-8, 300, 303,
 305, 306, 385, 399, 414, 415.
 Barbosa (T. Q.) 376.
 Barcelos (Ramiro) 20.
 Barrès (M.) 413.
 Barreto (Almeida) 65, 60.
 Barreto (Antonio Adolfo da F.
 Mena) 66, 273-4.
 Barreto (Dantas) 95, 97, 139, 142,
 153, 157, 220-1, 235, 264-5, 269,
 270, 275-7, 281-2, 394.
 Barreto (João de Deus Mena)
 325, 362-4.
 Barreto (Lina) 388.
 Barreto (Muniz) 166.
 Barreto (Tobias) 52, 380, 389, 391.
 Barros (Alipio) 278.
 Barros (Antonio Paes de) 234-5.
 Barros (Francisco Borges de) 394.
 Barros (Hermenegildo de) 272.
 Barros (Romualdo de Carvalho)
 109.
 Barroso (Benjamin) 279.
 Barroso (Gustavo) 277, 304-5, 385,
 396.
 Baroso (Sabino) 282.
 Bartolomeu Floro) 276-7, 347.
 Bastos (Filinto) 389.
 Bastos (Humberto) 30, 876.
 Batista (P. Cicero Rom) 155,
 276, 277, 278.
 Batovi (Barão de) 92, 109, 110.
 Baumgart (Emílio) 404.
 Bazin (Germain) 406.
 Beard (Ch. and M.) 344.
 Beato Antonio 156-7.
 Belo (José Maria) 112, 173.
 Belo (Júlio) 57, 384.
 Beinís (Samuel F.) 289.
 Benicio (Manual) 159.
 Benevolino (a) 330.
 Bergamini (Adolfo) 326, 332.
 Bergsen 413.

Berna (Benevenuto) 409.
 Bernardelli (Henrique) 407.
 Bernardelli (Rodolfo) 409.
 Bernardes (Artur) 303, 310-1, 313, 316-7, 319, 322, 323, 328, 334, 336, 339, 341, 344, 351.
 Bernardes (Manuel) 297.
 Bernardino (José) 174.
 Bernegg (Andres S.) 237, 370.
 Besouro (Gabino) 211-2.
 Bevilaqua (Clóvis) 186-7, 235, 235, 393, 411.
 Bezerra (José) 284-5, 312.
 Bicalho (Francisco) 226, 404.
 Bicalho (Honorio) 247.
 Bilac (Olavo) 23, 217, 295-6, 230, 300, 308, 379, 381, 383, 386, 392.
 Bispo (Marcelino) 136, 101-6.
 Bittencourt (Carlos Machado) 155, 163-4, 166, 168, 176, 251.
 Blum (Emilio) 98.
 Bley (Leon) 414.
 Bocaíuva (Quintino) 10, 13-4, 21, 24, 31, 55, 72, 180, 134, 101, 388.
 Boiteux (Lucas) 110, 395.
 Bonfim (Manuel) 312, 393.
 Bormann (J. B.) 65, 110-1, 118-9.
 Botafogo (Gabriel) 312.
 Botelho (Lobo) 53.
 Botelho (Oliveira) 268, 282, 284, 317.
 Bouglé (C.) 72.
 Bourgecis (Leon) 250.
 Braga (Cincinato) 173, 282.
 Braga (Francisco) 111.
 Braga (Odilon) 357.
 Braga (Teodoro) 275.
 Branco (Manuel Alves) 33.
 Brandão (Bueno) 282, 310.
 Brandão (Moreno) 30.
 Brandão (Pires) 394.
 Brandão (Silviano) 175, 191.
 Brasil (Assis) 50, 71, 107, 208, 210, 319, 320, 338, 340, 414.
 Brasil (Vital) 400.
 Brasilense (Americo) 15, 37.
 Braz (Wenceslão) 258, 292, 297-9, 302, 336, 341.
 Breton (André) 390.
 Brígido (João) 129, 394.
 Brito (Carvalho) 347.
 Brito (Farlas) 57, 380, 412-4.
 Brito (Saturnino de) 404.
 Brito Filho (Saturnino de) 308, 404.
 Brito (Febronio de) 134-5.
 Brito (Otávio) 242.

Brito (Xavier de) 313.
 Brunetière (F.) 413.
 Bryce (James) 230.
 Bueno (Pimenta) 397.
 Bulhões (Augusto de) 213, 280.
 Bulhões (Leopoldo de) 213, 247, 248, 280.
 Burchinon (Joseph) 230.
 Buys (Cristiano) 16-7.
 Buzzatti 195.

C

Cabeda 119.
 Cabo Frio (Visconde de) 74, 85.
 Cabral (Alfredo do Vale) 304.
 Cabral (Francisco Xavier da Veiga) 182.
 Cabral (João) 242.
 Cabral (Mario) 236.
 Cabral (Osvaldo R.) 10, 109, 290-1.
 Cabral (P. Emilio Leite) 155.
 Cairu (Visconde de) 248, 398.
 Caldas (Honorario) 164.
 Caldas (Tupí) 152, 156.
 Calixto (Benedito) 407.
 Calmon (Góes) 321-2, 396.
 Calmon (Miguel) 237, 245, 247-8, 258, 278, 295, 305, 317, 319, 330, 369, 373.
 Calogeras (J. P.) 86, 245, 283, 607, 404, 415.
 Camargo (Ayres de) 327.
 Camargo (Afonso) 356.
 Caminha (Adolfo) 388.
 Campelo (Neto) 42, 50.
 Campista (David) 233, 245, 248, 258-8, 389.
 Campos (Americo) 15.
 Campos (Antonio de Siqueira) 314-5.
 Campos (Bernardino de) 116, 126, 143, 169, 172, 189, 225, 232, 233, 256, 341.
 Campos (Carlos de) 324-5, 341.
 Campos (Ernesto de Sousa) 410.
 Campos (Francisco) 341, 399, 410.
 Campos (Gonzaga de) 404.
 Campos (Guilherme) 236.
 Campos (Humberto de) 304, 413.
 Campos (Olimpio) 236.
 Campos (Pedro Dias de) 224, 273, 315.
 Campos (Pedro Leonardo de) 357.
 Campos (Siqueira) 830, 333, 350.
 Candido (João) 263.

- Cañizares 408.
 Capanema (Gustavo) 896.
 Carcano (Ramon J.) 254.
 Cardoso (Anibal Eloio) 93.
 Cardoso (Fausto) 188.
 Cardoso (Graccho) 325.
 Cardoso Junior 19, 21.
 Cardoso (V. Licinio) 890, 393, 412, 414.
 Cardoso (Mauricio) 851.
 D. Carlos I 23-4, 106-7.
 Carlos IV — 26.
 Carlos (Antonio) R. de Andrade 325, 338, 841-2, 344, 850, 410.
 Carneiro (Antonio Ernesto Gomes) 96-8, 99, 247.
 Carneiro (David) 99, 110-1.
 Carneiro (Inácio Alves Corrêa) 66.
 Carneiro (Levi) 385, 399.
 Carpenter (Mario) 814.
 Carvalho (Afonso de) 862.
 Carvalho (Alfredo de) 391, 398.
 Carvalho (Alvaro de) 823, 858.
 Carvalho (Antonio Luis Afonso de) 42.
 Carvalho (Antonio Gontijo) 345.
 Carvalho (Bulhões) 899.
 Carvalho (Carlos de) 86, 113, 180.
 Carvalho (Daniel de) 245.
 Carvalho (João Batista da Costa) 290.
 Carvalho (José Carlos de) 49, 66, 204-5, 394.
 Carvalho (José Paes de) 18, 112.
 Carvalho (Rodrigo) 205.
 Carvalho (Ronald de) 888, 395.
 Carvalho (Setembrino de) 78, 272, 274, 279, 290-2, 307, 821, 323.
 Carvalho (Vicente de) 881.
 Cascudo (Camara) 396.
 Cassal (Barros) 50, 71.
 Castilho (Augusto de) 103-7.
 Castilhos (Júlio de) 20-1, 88, 45, 50, 68, 70, 74-5, 112, 116, 23, 189, 180, 190, 224, 255, 267, 287, 840.
 Castro (Aloysio de) 125, 217, 400-1.
 Castro (Aquilino e) 289.
 Castro (Araujo) 189, 899.
 Castro (Apulco de) 136.
 Castro (Cesar) 359.
 Castro (Cardoso de) 219.
 Castro (Francisco de) 125, 391, 400.
 Castro (Gentil de) 140.
 Castro (Gomes de) 140.
 Castro (Lette de) 862.
 Castro (Lima) 312.
 Castro (Magalhães) 87.
 Castro (Placido de) 200, 205-6, 207, 211-2.
 Castro (Sertorio de) 187, 219, 284, 244, 265, 268, 273-4, 282, 303, 311, 321, 328, 337.
 Castro (Viveiros de) 899.
 Cavalcanti (Amaro) 39, 40, 120, 141, 285.
 Cavalcanti (Felix) 57.
 Cavalcanti (Heraclito) 317.
 Cavalcanti (Silvino) 18.
 Cavalcanti (Tomaz) 167, 276.
 Cavalheiro (Edgard) 889.
 Celman 172.
 Celso (Afonso) 31, 84, 140-1, 184, 298, 364, 886, 888, 393, 394.
 Cerqueira (Dionísio) 178-9, 195, 294.
 Cesar (Moreira) 58, 100, 108-9, 110, 135-8, 141.
 Cesar Junior 399.
 Chagas (Carlos) 248, 400, 402.
 Chambelland (Rodolfo) 408.
 Chateaubriand (Assis) 345-6
 Chavannes (Puvís de) 407.
 Chéradame (A.) 251.
 Chermont (Justo) 18, 191.
 Christofe (Luis) 408.
 Cidade (Antonio) 69.
 Cintra (Assis) 325, 394.
 Cintra (Cielho) 228.
 Clemenceau (G.) 230.
 Cleveland (Grover) 74, 239.
 Claude (Henri) 370.
 Cleveland 74, 239.
 Clowes (William Laird) 89, 100, 108.
 Cocteau 390.
 Coelho (Antonio Maria) 20, 60.
 Coelho (Jão Batista) 116.
 Coelho (Latino) 61.
 Coelho (Metodio) 160.
 Coelho Neto 229, 883, 884.
 Coimbra (Estacfo) 270, 812, 342, 859.
 Color (Lindolfo) 284, 352, 862.
 Colonia (Major) 111.
 Cambaim (Natalicio) 275.
 Comte (A.) 418.
 Conselheiro (Antonio) 127-9, 130, 132, 155, 157-8.
 Constant (Benjamin) 10, 18, 22, 27-8, 72, 257, 308.
 Contendas (Barão) de 57.
 Cordeiro (João) 105.
 Corrêa (Leoncio) 44, 67, 111.

Corrêa (Manuel Francisco) 27, 33.
 Corrêa (Otavio) 314.
 Corrêa (Raimundo) 381, 386.
 Corrêa (Rivadavia) 272, 279.
 Corrêa (Romaguera) 69.
 Corrêa (Sampaio) 248, 404.
 Corrêa (Serzedelo) 26, 33, 71, 237.
 Corrêa (Sousa) 178, 196.
 Corrêa (Trifino) 356.
 Corrêa (Viriato) 394.
 Costa (Azevedo) 327.
 Costa (Babista da) 407.
 Costa (Candido) 324.
 Costa (Carvalho) 275.
 Costa (Craveiro) 21, 201.
 Costa (Didio) 51, 103, 120, 213, 395.
 Costa (Fonseca) 404.
 Costa (Frederico) 306.
 Costa (Lúcio) 406.
 Costa (João Nepomuceno) 75, 92, 814.
 Costa (Miguel) 3234, 327, 331, 353, 356, 360.
 Costa (Sergio Corrêa da) 87-8, 100, 107.
 Costa (Zeferino da) 407.
 Costallat (Bibiano) 221.
 Cotegipe (Barão de) 16, 42.
 Coudreau (H.) 182.
 Coutinho (Afrânio) 387, 389.
 Coutinho (Albino José F.) 77, 95, 118.
 Coutinho (Gago) 86, 105.
 Couto (Almeida) 16-7.
 Couto (Deollindo) 401.
 Couto (Miguel) 296, 301, 401.
 Couto (Ribeiro) 390.
 Cozzo (Humberto) 409.
 Crndall 404.
 Cruz (Azevedo) 141.
 Cruz (Osvaldo) 214, 216, 217-8, 229, 248, 399, 400.
 Cuchet (P.) 405.
 Cunha (Constantino Pereira) 98.
 Cunha (Euclides da) 49, 55, 108, 127, 129, 132-3, 136-7, 139, 148, 158-5, 157, 159, 226, 240, 247, 384, 404 411, 415.
 Cunha (Flores da) 330, 335-6, 360.
 Cunha (Gastão da) 141, 209, 222, 245, 389.
 Cunha (Honorato) 69.
 Cunha (Leitão da) 410.
 Curio (Dr.) 158.

D

Damasio (Virgilio) 16-7, 58.
 Dantas (João) 351, 352.
 Dantas (Luís de Sousa) 297.
 Dantas (Rodolfo) 14, 72, 338.
 Dantas (Sousa) 15.
 Dantas Junior (J. Pinto) 149.
 Darcy (James) 245.
 Dario (Ruben) 230.
 Daudet (León) 413.
 Day (T. R.) 373.
 De Bona 408.
 Delpino (Antonio) 408.
 Delfino (Luís) 380.
 Delgado (Luís) 265.
 Demolins 412.
 Delpino (Antonio) 408.
 Derby (Orville) 247.
 Di Cavalcanti 408.
 Diana (J. F.) 79.
 Dias (Ezequiel) 400.
 Dias (Gonçalves) 385, 391, 402.
 Dias (Sátiro) 174.
 Dias (Teófilo) 381.
 Diniz (Amâquio) 411.
 Docca (Sousa) 395.
 Dornas Filho (João) 36.
 Dornelles (Dinarte) 76.
 Doumer 230.
 Drago 243.
 Dunlop (C. J.) 228.
 Duque (Gonzaga) 12, 388.
 Duque Estrada (Osorio) 388.
 Dutra (Djalma) 383.
 Dutra (Eurico Gaspar) 410.

E

Eça (Alfredo de Gama d') 109.
 Eddington (T. B.) 181, 195.
 Edmundo (Luís) 230.
 Einstein 403.
 Ellis Junior 393.
 Espinheira (José Antonio de) 209.
 Espinola (Eduardo) 398.
 Esteves (Honorio) 408.
 Etchegoyen (Alcides) 350, 360.
 Ewbanck 60.

F

Falcão (Anibal) 27-8, 43, 73, 411.
 Falcão (Luís Anibal) 73.
 Falce 408.
 Faria (Alberto de) 254, 272, 303.
 Farias (Cordeiro de) 331.

- Favero (Flaminio) 401.
 Feijó (Padre Diogo A.) 351.
 Fernandes (Horacio) 69.
 Fernandes (Rau) 318.
 Ferrão (Jaime Argolo) 355.
 Ferraz (Sampaio) 26.
 Ferreira (Artur) 77.
 Ferreira (João Candido) 99.
 Ferreira (Joaquim Leal) 58.
 Ferreira (Manuel da Silva Pires) 133-4.
 Ferreira (Manuel) 402.
 Ferreira Neto 374.
 Ferreira (Pires) 108.
 Ferreira (Valdemar) 398.
 Ferrez 409.
 Ferri (Enrico) 230.
 Ferrero (G.) 195, 230.
 Figueira (Andrade) 140, 184, 186, 188.
 Figueira (Fernandes) 401.
 Figueiredo (Aurelio de) 407.
 Figueiredo (Candido de) 139, 278.
 Figueiredo (Gentil Eloi) 66.
 Figueiredo (Jackson de) 311, 413-4.
 Filgueiras (Leovigildo) 411.
 Finlay 217.
 Flaubert 387.
 Fleiuss (Max) 66, 91, 113-4, 148, 354.
 Florence (Amador) 15.
 Flores (Tompson) 150.
 Fonseca (Clodonildo) 275, 315.
 Fonseca (Deodoro da) 12-3, 16, 19, 21, 24, 26, 29, 30, 37, 41-4, 37-9, 50-5, 58, 62-3, 65, 67, 73, 116, 125, 257, 266.
 Fonseca (Euclides da) 314.
 Fonseca (Hermes Ernesto da) 17, 58.
 Fonseca (Hermes da) 223, 245, 254, 256-8, 260-4, 269, 272, 274-5, 311.
 Fonseca (Olimpio da) 401.
 Fonseca (Pedro Paulino da) 21, 44.
 Fonseca Filho (Hermes da) 258, 279.
 Fonseca e Silva 21.
 Fontenelle (Bezerril) 57, 276.
 Fontes (Paulo) 271, 305.
 Fontes (Cardoso) 400.
 Fontoura (Carneiro da) 285, 318.
 Ford (Henry) 374.
 Fotes (Bias) 226, 233, 257, 282.
 Fraga (Clementino) 401.
 Fragoso (Tasso) 61, 102, 362-4, 395.
 Franca (Leonel) 413-4.
 França (Jeronimo Teixeira) 166.
 França Junior, 388-9.
 France (Anatole) 230, 388.
 Francisco (Martim) R. de Andrada 45, 62.
 Franco (Carvalho) 393.
 Franco (João) 107.
 Franco (Pedreira) 136.
 Frederico (Rafael) 408.
 Freire (Joaquim) 110-1, 165.
 Freire (Felisbello) 15, 37, 75, 89, 168.
 Freire (Josué) 357.
 Freire (Laudelino) 407.
 Freire (Oscar) 401.
 Freitas (Alfredo Paula) 109.
 Freitas (Augusto de) 245.
 Freitas (Augusto de) 245.
 Freitas (Dias de) 208.
 Freitas (Herculano de) 385.
 Freitas (Teixeira de) 363, 397.
 Freyre (Gilberto) 396, 397.
 Fróes (João A. Carcez) 159.
 Frota (Julio Anacleto Falcão da) 41.
 Frota (Manuel Falcão da) 70.
 Frischauer (Paul) 341.
 Frontin (Paulo de) 214, 230, 309.
 Fulleton 251.
 Funke 252.

G

- Gabaglia (Laurita Pessoa Raja) 76, 185.
 Galvão (Leoncio) 273.
 Galvão (Sebastião de Vasconcelos) 18.
 Galvez (Luis) 201-4.
 Gama (Domício da) 303, 386.
 Gama (José Saldanha da) 403.
 Gama (Alm. Luis Filipe Saldanha da) 52-3, 84-5, 89, 90-1, 93-4, 98, 100-7, 117, 119, 120-121, 135.
 Gama (Sabino Inácio Nogueira da) 66.
 Gama (Visconde de Nogueira da) 394.
 Garcia (João Manuel) 163.
 Garcia (Rodolfo) 179, 391.
 Garnier 320.
 Gaspar (Felix) 135.
 Genet (L.) 238.

Gentil (Alcides) 412.
 Geremoabo (Barão de) 149.
 Gestelra (Martagão) 401.
 Gettell 415.
 Ghioldi (Rodolfo) 350.
 Giraud (Victor) 297.
 Girard (General) 154.
 Glícério (Francisco) 13, 15, 41, 112, 114-7, 122-4, 140-1, 144-0, 149, 161, 164-0, 245, 260, 281, 288, 302.
 Gobineau 280.
 Godoi (Alcides) 400.
 Godoy (Manuel) 26.
 Góes (Araujo) 14.
 Góes (Zacarias) 398.
 Goeldi 402.
 Gomes (Antonio Osuar) 16.
 Gomes (Ataliba) 89.
 Gomes (Cunha) 201.
 Gomes (Eduardo) 314-5.
 Gomes (Eugenio) 388.
 Gomes (João) 327.
 Gomes (Odival Cassiano) 13, 58.
 Gomes (Pimentel) 266.
 Gonçalves (Alfeu Diniz) 411.
 Gonçalves (Antonio Sigismundo) 18.
 Gonçalves (Jerônimo) 100, 102, 104-5.
 Gonçalves (José) 148.
 Golçalves (Manuel) 130.
 Gonçalves Junior (J. F.) 98, 247, 287.
 Gonnard (René) 237.
 Goodyear 199.
 Gorceix (Henri) 403.
 Gorgas 217.
 Gouveia (Inácio Henrique) 148.
 Goycocheia (Castillos) 79, 118-9, 199, 203-5, 208.
 Grão Pará (Príncipe do) 140.
 Grant (Presidente) 203.
 Greshan 180.
 Guachalla (Fernando) 210.
 Gualberto (João) 201.
 Guanabara (Alcides) 73, 141, 147, 167, 170, 172, 187, 386, 389.
 Guedes (Antonio Pelxoto) 375.
 Guerra (Salles) 216, 217, 218.
 Guilherme II 252.
 Guilherme (Eliscu) 19.
 Guillhobel (Almirante) 178.
 Guimarães (Alphonsus) 382.
 Guimarães (Argeu) 394.
 Guimarães (Artur) 0, 265.
 Guimarães (Bernardo) 388.
 Guimarães (Domingos) 269.

Guimarães (José Marques) 21.
 Guimarães (Libero) 99.
 Guimarães (Luis) 380, 386.
 Gurgel (Amaral) 394.

H

Hackworth (Green W.) 186.
 Haeckradt 19.
 Harly (Georges) 238.
 Hanotaux (Gabriel) 250.
 Hauser 288.
 Henrique (José) 312.
 Hermes (João Severiano da Fonseca) 20.
 Hermes (Mário) 201, 272.
 Higino (José) 82.
 Hill (David Jayne) 297.
 Holanda (Sergio Buarque de) 300.
 Homem (Torres) 125.
 Horcades (Alvim Martins) 154, 157, 159.
 Hughes (Charles) 315.
 Hurley (Jorge) 260.

I

Iglesias (Francisco de Assis) 373.
 Ihering (Hermann von) 402.
 Ihering (Rodolfo von) 403.
 Isabel (Princesa) 84, 141.

J

Jacaguai (Barão de) 394.
 Jacob (H. E.) 237.
 Jacobina (Ferreira) 30.
 Jacques (Ourique) 57.
 James William) 413.
 Jansen Junior (Carlos) 66.
 Jardim (Antonio Duarte) 69.
 Jardim (Silva) 36, 45.
 D. João VI 393.
 Jobim (José) 369, 373, 376.
 Jobim (Rubens Mário) 99.
 Joppert (Mauricio) 404.
 Jorge (A. G. de Araujo) 107, 180, 395.
 Jurema (Aderbal) 380.

K

Kanto (Modestino) 409.
 Klerkegaard 413.
 Klinger (Bertoldo) 362.
 Konlicher 30.
 Kutusoff 340.

L

- Lacerda (Antonio Corrêa de) 403.
 Lacerda (Joaquim) 98-9.
 Lacerda (Maurício de) 205, 288,
 313-4, 338, 340, 350, 364, 415.
 Lacerda (Oldemar) 311.
 Lacerda (Paulo de) 398.
 Lacombe ((Americo) 390.
 Lacroix (D.) 346.
 Ladarío (Barão de) 109.
 Laet (Carlos de) 80, 61, 62, 74,
 141, 184, 383, 386, 388, 412.
 Lafont (Bouilloux) 297.
 Lagarrigue (Jorge) 28.
 Lage (Ferreira) 300.
 Lago (Ismael do) 95.
 Lago (João) 212.
 Lago (Laurenio) 70, 118, 122.
 Lago (Pedro) 305, 322.
 Lamego (Alberto) 393, 396.
 Lampreia (Camêlo) 181.
 Lannucci (Italo) 329.
 Larragotti (Rosalia Coelho Lis-
 boa) 314, 350.
 Laurentino Filho 80-1.
 Lavrador (José) 78, 83.
 Lavrador (Manuel) 06.
 Laytano (Dante de) 77.
 Le Corbusier 406.
 Leão (A. Carneiro) 359, 411.
 Leão (Laurindo) 411.
 Leão (Pacheco) 403.
 Leal (Aureliano) 88, 310, 322,
 399.
 Leal (Estillac) 353.
 Leão (Marques) 272.
 Leclerc (Max) 26, 30.
 Legey 70.
 Leitão (Melo) 403.
 Leite (Aureliano) 324, 353, 358.
 Leite (Barreto) 50.
 Leite (José Gonçalves) 66.
 Lima (A. Sabaia) 412.
 Leme (Alberto Betim Paes) 400.
 Leme (Ernesto) 102, 166, 307, 386.
 Leme (Dom Sebastião) 311, 362,
 364.
 Leme (Silva) 397.
 Lemos (Antonio José de) 269, 275,
 389.
 Lem (Silva) 397.
 Lemos (Honório) 325, 330.
 Lemos (Miguel) 23.
 Lemos (Virgílio de) 411.
 Leonel (Ataliba) 327.
 Leonil (Arlindo) 133, 271, 322.
 Leopoldina (Conde de) 66, 74.
 Leopoldo (Dom Duarte) 326.
 Lessa (Pedro) 309, 414.
 Levasseur 179.
 Lima (A. Sabaia) 412.
 Lima (Alceu de Amoroso) 384,
 414.
 Lima (Alvaro) 178.
 Lima (Araujo) 205, 206-7, 208.
 Lima (Augusto de) 380, 382.
 Lima (Barbosa) 161, 165, 167,
 188, 210, 220, 289.
 Lima (Claudio de Araujo) 203,
 206.
 Lima (Corrêa) 356, 409.
 Lima (Francisco Rodrigues de) 69,
 76, 77, 93, 118.
 Lima (Gusmão) 164.
 Lima (Joaquim Eugenio de) 228.
 Lima (Jorge de) 39.
 Lima (José de Cerqueira de
 Aguiar) 18.
 Lima (Lourenço Moreira) 329.
 Lima (Oliveira) 12, 84, 87, 179,
 193-4, 386, 393-4, 414.
 Lima (Queirós) 390.
 Lima (Rocha) 400.
 Lima (Sousa) 407.
 Lima (Vicente Machado da Silva)
 10, 59.
 Lima Sobrinho (Barbosa) 336-7,
 348-9, 351, 359.
 Lincoln 361.
 Lindenberg (Adolfo Carlos) 401.
 Linhares (José) 410.
 Lins (Albuquerque) 257, 273-4,
 286.
 Lins (Alvaro) 239, 242-3, 249,
 250, 253.
 Lins (Ivan) 22, 27.
 Lira (Heitor) 241, 394-5
 Lira (Tavares de) 87, 67, 75,
 245, 333.
 Lisboa (Alfredo) 247, 404.
 Lisboa (Arrojado) 307.
 Lobato (Monteiro) 385.
 Lobo (Aristides) 10, 12-3, 15, 24-5,
 30.
 Lobo (Estevão) 245.
 Lobo (F. de Sousa) 360.
 Lobo (Fernando) 59.
 Lobo (Helo) 59, 180, 394.
 Lobo (Paulo) 359.
 Lobo (Pereira) 322.
 Lopes (Bernardino) 382.
 Lopes (Isidoro Dias) 323, 326-9,
 330, 351.
 Lopes (Murilo Ribeiro) 80, 87.
 Lopes (Orlando Corrêa) 204.

Lopes (I. Simões) 847.
 Lopes (Teodorico) 807.
 Lopes (Zeca) 382.
 Lopes Neto (Simões) 885.
 Lorena (Frederico Guilherme de) 02-3.
 Loreto (Barão de) 184, 386.
 Loreto (Sergio de) 322.
 Lousada (Wilson) 850.
 Lucena (Barão de) 42, 44-5, 47-8, 50, 52-3, 65, 207, 269.
 Lumier (Comandante) 182.
 Lutz (Adolfo) 400.
 Luz (Ávila da) 201.
 Luz (Fernando) 400.
 Luz (Hercilio) 75.

M

Mac-Intosh 199.
 Mahan (Capitão) 202.
 Macedo (J. M. de) 889.
 Macedo (Silvino de) 62, 103.
 Macedo Costa (Dom Antonio de) 82.
 Machado (Alcantara) 392, 398, 401.
 Machado (Azevedo) 11.
 Machado (Cristiano) 353, 357.
 Machado (Irinçu) 124, 165, 188, 322, 389.
 Machado (Manuel Joaquim) 19, 57, 75, 93.
 Maciel (Olegario) 353.
 Maya (Alcídes) 385, 389.
 Mayrink (Cons.) 148, 9, 342, 349.
 Medeiros (Fortunato Campos de) 162, 166, 279, 288, 354.
 Medeiros (Joaquim Manuel de)
 Medeiros (Borges de) 188, 224, 274, 310-1, 315, 318-9, 320, 388-148.
 Medeiros (José Maria de) 408.
 Medeiros (Mauricio de) 302, 318, 316.
 Medeiros (Ocelio de) 200.
 Meira (Augusto) 289.
 Meirelles (Silo) 338.
 Meireles (Vitor) 407.
 Melo (Antonio José de) 64.
 Melo (Custódio José de) 23, 84, 43, 49, 51-2, 54, 56, 59, 65, 68, 70-1, 74-6, 82-3, 86-7, 93-5, 97, 103-4, 107, 394.
 Melo (Eugenio de) 96.
 Melo (Felix Cavalcanti de A.) 108.

Melo (Heitor de) 405.
 Melo (Homem de) 177, 183.
 Melo (Mario) 103.
 Melo Franco (Afonso Arinos de) 225.
 Melo Franco (Afranio de) 344, 394.
 Melo Franco (Virgilio de) 344, 347, 350, 353-4, 356, 365.
 Memoria (A) 405.
 Mendes (Oodrigo) 891.
 Mendes (Teixeira) 22, 27, 413.
 Mendes Junior (João) 411.
 Mendonça (Carlos Carneiro de) 217.
 Mendonça (Carlos Sussekind) 116, 412.
 Mendonça (Carvalho de) 285, 398.
 Mendonça (Lúcio de) 116, 386.
 Mendonça (Roberto Carneiro de) 313.
 Mendonça (Salvador de) 23, 81, 52, 87, 280, 386.
 Menezes (Adolfo Martins de) 69.
 Menezes (Castro) 384.
 Menezes (Emílio de) 283, 382.
 Menezes (Ferreira de) 388.
 Menezes (Raimundo) 124, 160, 285.
 Menezes (Siqueira de) 149, 275.
 Menezes (Sotero de) 154, 224, 271.
 Menezes (Souza) 180, 130.
 Mercier (Cardial) 415.
 Mesquita (Júlio de) 187, 323.
 Mesquita Filho (Júlio de) 344.
 Milliet (Sergio) 26, 30.
 Milton (Aristides) 899.
 Miranda (A) 356.
 Miranda (Cordeiro de) 361.
 Miranda (Manuel) 23.
 Miranda (Pontes de) 399, 415.
 Miranda (Rodolfo) 273.
 Mitre 241.
 Moacir (Pedro) 245, 274, 335, 389.
 Moncorvo Filho 401.
 Moniz (Egas) 382.
 Moniz (Gonçalo) 400.
 Moniz (Rozendo) 61.
 Monte Marciano (Fr. João Evangelista do) 183.
 Monteiro (Firmino) 407.
 Monteiro (Jerônimo) 275.
 Monteiro (João) 898.
 Monteiro (Pedro Aurélio de Góes) 353, 361, 365.

- Monteiro (Tobias) 44, 48, 53, 123,
 140, 144, 146, 172, 185, 393-4,
 140, 144, 146, 172, 185, 393-4.
 Monteiro (Vitorino) 70, 102.
 Montenegro (Tomaz Garcez Para-
 nhos) 96.
 Montes (Ismael) 201
 Moore (John Basset) 208.
 Moraes (Cel. Mendes de) 162-3.
 Moraes (Evaristo de) 13, 415.
 Moraes (Melo) 391.
 Moraes (Prudente de) 15, 37,
 43-5, 47-8, 66, 83, 104, 112-7 122,
 124-6, 142-3, 145-6, 162-7, 168,
 171, 174, 181, 187-9, 206, 281,
 317, 386.
 Moraes (Raimundo) 387.
 Moraes (Vilhena de) 396.
 Moraes Filho (Melo de) 388.
 Morales de los Rios 230
 Moreira (Cosme) 45.
 Moreira (Delfim) 302-3, 330.
 Moreira (Torquato) 105, 306.
 Moreira (Manuel Rodrigues) 160.
 Moreira Junior 409.
 Moritz (Gustavo) 50.
 Morize (Henrique) 403.
 Morretes (Lange de) 408.
 Mota (Anibal da) 60.
 Mota (Leonardo) 278
 Mota Filho (Candido) 116, 126,
 172, 189.
 Moura (Hastimfilo de) 88, 94, 113,
 358, 360-1.
 Muller (Lauro) 10, 20, 213, 215,
 220, 222, 257, 297-8.
 Muniz Barreto (Otaviano) 18.
 Murat (Luis) 380, 386.
 Murici (Andrade) 381-2.
 Murici (José Candido da Silva)
 92-3, 96.
 Murtinho (Joaquim) 126, 173, 184,
 284.
 Murtinho (Manuel) 29, 50, 00
 Machado (Pinheiro) 69, 76-7, 95,
 96, 101, 165-6, 176, 100, 224,
 232-4, 245, 255-8, 260-4, 267,
 269, 272-7, 279, 281-3, 330.
 Maciel (Antenor) 45.
 Maciel (Antunes) 93.
 Maciel (Olegario) 344, 349, 351.
 Madruga (Manuel) 407.
 Magalhães (Amilcar) 247.
 Magalhães (Basilio de) 159, 393.
 Magalhães (Benjamin Constant
 Botelho de) 67.
 Magalhães (Couto de) 15, 402.
 Magalhães (Fernando) 280, 400
 Magalhães (J. B.) 99.
 Magalhães (Juraci de) 358-9.
 Magalhães (Marciano) 220.
 Magalhães (Olinto de) 192, 196,
 210.
 Magalhães (Valentim) 383, 386.
 Maia (Araujo) 212.
 Mallet (Pardal) 63, 66.
 Mangabeira (Francisco) 153, 157,
 159, 382
 Mangabeira (João) 258, 399.
 Mangabeira (Octavio) 364, 387.
 Manuel (João) 325.
 Maria (P. Júlio) 413.
 Marçal (Nonato) 325.
 Marcelino (José) 232-3.
 Marcondes (Jesuino) 19.
 Maria (José) 291.
 Mariano (José) 109, 405
 Mariense (Aparicio) 69.
 Marinete 390.
 Marinho (Saldanha) 30-7, 51.
 Maritain 414.
 Marmorat 414.
 Marques (Azevedo) 397.
 Marques (Enéas) 19, 50, 288.
 Marques (Generoso) 19, 20, 59,
 288, 292.
 Marques (Xavier) 385, 414.
 Martens 105, 250
 Mártir (Deocleciano) 161-2, 164-6,
 105-6.
 Martins (Gaspar da Silveira) 20,
 25, 50, 68-9, 70-2, 75, 85, 90-3,
 102, 338.
 Martins (J. J. da Silveira) 71-2,
 93.
 Martins (Oliveira) 74.
 Martins (Romario) 19, 21, 59, 96,
 99, 289.
 Martins (Serra) 75, 02, 98, 148,
 152-3.
 Martins (Vasco) 76.
 Martins (Junior) 18, 380
 Matos (Antonio de) 409.
 Matos (Fabricio de) 224.
 Matos (Francisco de) 04.
 Matos (Horacio de) 306, 332, 300.
 Matos (Mario) 383, 387.
 Matos (Pinto de) 409.
 Matos (Rafael Augusto da Cunha)
 136.
 Maurras 414.
 Maury 203.
 Max (Burle) 408
 Maximiliano (Carlos) 38, 167, 236,
 268-9, 279, 399, 410.

N

Nabuco (Joaquim) 74, 86, 88, 91,
194-7, 241, 386-7, 393,4.
Nascimento (Cassiano do) 114,
188.
Nascimento (Nicanor) 124.
Neiva (Artur) 248, 272, 373, 400,
403.
Neiva (Vicente) 161.
Néri (A. Constantino) 157.
Néri (Fernando) 41, 187, 260,
295, 305, 386-7, 390.
Néri (Silvério) 204-5
Neto (Coelho) 83.
Neto (Medeiros) 305.
Neto (Zeca) 330.
Neves (Batista das) 262-3.
Neves (João) 341-3, 345-7, 349,
352.
Nogueira (Almeida) 398-9.
Noiasco (Pedro) 111.
Normano (J. T.) 376
Noronha (Abílio de) 288, 325,
327-8.
Noronha (Isaías) 364.
Noronha (Júlio de) 213, 251-2, 364.
Nova Friburgo (Visconde de)
143.
Noya (João Rodrigo Cabral) 166.
Nunes (Bertoldo) 18.
Nunes (Castro) 334.

O

Oliveira (Alberto d') 250
Oliveira (Alberto de) 381, 386.
Oliveira (Albino José Barbosa
de) 394.
Oliveira (Armando Fernandes de)
229.
Oliveira (Aquiles de) 229.
Oliveira (Armando Sales de) 410.
Oliveira (Candido de) 141.
Oliveira (Estevão de) 190.
Oliveira (Eusébio Paulo de) 403.
Oliveira (José Simeão de) 18, 49,
54.
Oliveira (Olinto de) 401
Oliveira (Oscar de) 163.
Oliveira (Xavier de) 287.
Olimpio (Domingos) 385.
Orico (Osvaldo) 123, 168.
Orlando (Artur) 242, 411.
Oscar (Artur) 76, 77, 95, 148-9,
152, 154, 160.
Osorio (Joaquim Luis) 334.
Osorio (Rocha) 50.

Osvald (Carlos) 408.
Otavio (Rodrigo) 113-4, 125, 181,
183, 250, 272, 386, 394, 399.
Otavio Filho (Rodrigo) 122, 174.
Otoni (Cristiano) 394.
Ourique (Jaques) 66.
Ouro Preto (Visconde de) 25, 30-
1, 35, 61, 73, 140-1, 184.

P

Pacheco (Felix) 317, 382.
Paço d'Arcos (Conde de) 107.
Paiva (Manço de) 286-7.
Palavicini 281-2.
Palmericio (Coronel) 360
Pamplona (Estanisláo) 325.
Pando 207.
Pantoja (Domiciano de Araujo)
148.
Paraná (Zaco) 409.
Parreiras (A.) 407.
Pascal 387, 414.
Passos (Guimarães) 110.
Passos (Pereira) 214, 219, 230,
386, 405.
Patrocínio (José do) 43, 66, 74,
123, 168, 386, 388
Paulo (Joaquim) 275.
Paulo Filho (M.) 23.
Paz (Artur Fernandes Campos
da) 66.
Peçanha (Nilo) 191, 233, 236,
258, 282, 284, 298, 302, 310-2,
318-19, 320, 415.
Pederneiras (Mario) 382.
D. Pedro I 315, 393.
D. Pedro II 174, 308, 394,
Pego Junior 96
Péguy 414.
Peixoto (Afrânio) 136, 216-7, 222,
229, 301, 381-2, 385, 388, 395,
400-2.
Peixoto (Artur Viera) 55, 113.
Peixoto (Carlos) 232-3, 255-6, 261,
276.
Peixoto (Floriano) 20, 43-4, 47-9,
51-9, 66-8, 70-6, 81-3, 87, 89, 90,
95, 98-9, 103-9, 112-4, 116-7, 121,
124-5, 135, 143, 161, 168, 171,
178, 266.
Peixoto (Matos) 399.
Peixoto (Silveira) 189.
Peixoto (Sflvio) 66, 112.
Pellegrini 172.
Pelotas (Visconde de) 70, 72.

Pena (Afonso) 59, 101, 226-7, 232-4, 244-6, 255-7, 260, 276, 284, 330-7, 341, 393.
 Peña (Cipriano) 183.
 Pena (Martins) 389.
 Penalva (Gastão) 51.
 Peña (Saenz) 241, 254.
 Penha (José da) 278.
 Penido (José Maria) 325.
 Peregrino Junlor 387.
 Pereira (Alfredo Martins) 66.
 Pereira (Joaquim A.) 154.
 Pereira (José) 347-9, 351, 353.
 Pereira (Lafaiete Rodrigues) 31, 52, 140, 188, 387, 398, 411.
 Pereira (Manuel Vitorino) 18, 58, 112, 125-6, 162, 165-7, 176, 289, 388-9, 400.
 Pereira (Miguel) 40.
 Pereira (Pacífico) 295, 400.
 Pereira (Severo) 10.
 Pereyra (Carlos) 74.
 Pernetta (Emiliano) 382.
 Peres (Pedro) 407.
 Pessoa (Eplício da Silva) 76, 303-7, 312-5, 317, 344, 348, 351, 389, 352, 363.
 Pessoa (José) 364.
 Pestana (Rangel) 15, 37, 112.
 Petit (Augusto) 407.
 Picchia (Menotti del) 388, 390.
 Pimentel (Adriano) 06.
 Pimentel (Figueiredo) 230.
 Pinho (Araújo) 270.
 Pinhão (Tavares) 233.
 Pinheiro (Chaves) 409.
 Pinheiro (Irineu) 277-8.
 Pinheiro (João) 15, 233, 246, 255.
 Pinilla (Claudio) 210.
 Pinto (Edmundo da Luz) 135, 257.
 Pinto (Fernão Mendes) 139.
 Pinto (Firmiano) 326.
 Pinto (E. Roquete) 247, 384-5, 401-3, 412.
 Pio X 241.
 Piragibe (Antonio Carlos da Silva) 66, 119, 219, 221-2.
 Pires (Antonio Olinto dos Santos) 15-6.
 Pires (Homero) 73, 87, 167, 224, 286, 305, 399.
 Pitta (Laurindo) 213.
 Poeta (Carlos Napoleão) 98.
 Pombo (Rocha) 13, 111, 159, 160-1, 165, 393, 414.
 Pompeia (Raul) 124, 382-3.

Ponce (Generoso) 20, 59, 60, 234-5.
 Porciuncula (José Tomaz da) 45.
 Portela (F.) 21, 331.
 Portinari (Candido) 408.
 Portinho (Filipe) 356.
 Porto (Aurélio) 393.
 Porto (Costa) 273, 279, 287.
 Porto (José Mariano) 72.
 Portugal ((Gabriel) 69.
 Potiguara (Tertuliano) 292, 315, 327.
 Prado (Antonio) 15, 227, 338.
 Prado (Eduardo) 10, 22, 26, 31, 73-4, 140, 142, 208, 386, 388, 392.
 Prado (Paulo) 398.
 Prado (Newton) 314-5.
 Prazeres (Oto) 298.
 Prestes (Fernando) 327.
 Prestes (Júlio) 338, 341-2, 344, 347-8.
 Prestes (Luis Carlos) 330, 338, 340, 349, 350-1.
 Priestley 199.
 Procópio (Mariano) 396.
 Psychari 419.

Q

Pujol (Alfredo) 387.
 Quadros Ewerton) 108, 110-1, 165.
 Queirós (Eça de) 74, 387-8.
 Queirós Edwiges de) 268.
 Queirós (Inocencio Galvão de) 122-3.
 Queirós (João Ramos de) 368.
 Queirós (José Clarindo de) 57, 66.
 Queirós (Major) 156.
 Queirós (Teodomiro de) 224.
 Queirós Filho 404.
 Quesada (Vicente G.) 31, 199.

R

Aabelo (Franco) 275-7, 278, 347.
 Rabelo (Silvio) 412.
 Ramos (Eduardo) 388, 394.
 Rache (Pedro) 245, 255.
 Ramalho Junior 208.
 Rangel (Alberto) 385, 393-4.
 Ramos (Deocleciano) 17.
 Ramos (Florindo) 227.
 Ramos (Fonseca) 101.
 Ramos (Paula) 248.
 Reale (Miguel) 27.
 Ponce Filho (Generoso) 20, 235.

Pontes (Elói) 383, 387.
 Rebelo (José Maria de Castro) 145-6.
 Rebelo (Edgard de) 145.
 Rebouças (André) 14, 247, 394.
 Réau (Louis) 406.
 Dedondo (Garcia) 386.
 Rego (Costa) 364.
 Rego (Firmino) 230.
 Reis (Aarão) 226-7, 404.
 Reis (A. C. Ferreira) 22, 183, 200, 212, 226, 396.
 Reis (Almolda) 409.
 Reis (Alvaro) 33.
 Reis (F. S. Sousa) 185.
 Reis (Pereira) 22.
 Reis (Raul) 350.
 Renan (Ernest) 387.
 Resende (Henrique) 382.
 Resende (Ferreira de) 394.
 Ribas (Cons.) 397.
 Ribeiro (Alipio de Miranda) 403.
 Ribeiro (Demeirio) 10, 12, 24, 27-8, 30, 32, 50, 71, 93.
 Ribeiro (Duarte da Ponte) 199, 200.
 Ribeiro (Eduardo) 220.
 Ribeiro (Ernesto Carneiro) 186-7.
 Ribeiro (Hintze) 106.
 Ribeiro (Hipólito) 09, 76-8, 120.
 Ribeiro (João) 388, 390-1.
 Ribeiro (Júlio) 382.
 Ribeiro (Tomás) 107.
 Ribeiro Junior (Alfredo A.) 325.
 Ricardo (Cassiano) 199, 203, 211, 390, 393.
 Rio (J. Pires do) 403-4.
 Rio (João do) 388, 390.
 Rio Branco (Barão do) 74, 177-0, 180, 182, 206, 213, 239, 240, 242, 243, 280, 241-3, 245, 249, 250-1, 253-4, 256, 258, 272, 300.
 Ri Branco (Visconde de) 403.
 Rios (Artur) 145-6, 174.
 Rios (Morales de los) 405-0.
 Roberts (Milnors) 404.
 Robledo (Antonio Gomez) 412.
 Roca (Júlio) 193, 241.
 Rocha (Aristides) 212.
 Rocha (Antonio Evaristo) 166.
 Rocha (José Agostinho Salomão da) 136, 130.
 Rocha (Júlio) 202.
 Rodrigues (Barbosa) 403.
 Rodrigues (Carlos) 196.
 Rodrigues (Helvecio Coelho) 325.
 Rodrigues (José Honório) 391.
 Rodrigues (Lopes) 408.

Rodrigues (Mário) 176.
 Rodrigues (Nina) 159, 102, 400-1, 402.
 Rodrigues (R. P.) 376.
 Roméro (Silvio) 9, 170, 242, 265, 307, 379, 380, 385, 411-3, 386-7, 395.
 Rouède (Emillo) 383.
 Roosevelt (Teodoro) 202.
 Rosa (Otelo) 21, 50, 224.
 Rothschild 172, 207.
 Roxo (Henrique) 401.
 Rubens (Carlos) 407, 409.
 Rubim (Braz da Costa) 130.
 Russomano (Victor) 38, 46.
 Ruy (Afonso) 18, 396.
 Ryves 404.

S

Sá (Carlos) 167, 169.
 Sá (Francisco) 298, 389.
 Sá (José de) 271-2.
 São Leo (Fr. Caetano de) 133.
 Salisbury (Lord) 180-1.
 Salgado (Coronel) 93, 107, 118, 274.
 Sales (A. C. Padua) 175.
 Sales (Campos) 24, 30, 43-4, 46-7, 40, 54, 114-5, 122, 142, 144, 140-7, 168-9, 171-6, 184-8, 190, 192-3, 195, 214, 232-4, 260, 282.
 Sales (Efigenio) 212.
 Sales (Francisco) 232-3, 236, 282.
 Salvador (Fr. Vicente do) 391.
 Sampaio (Diogenes) 400.
 Sampaio (Gustavo) 309.
 Sampaio (João) 145, 189, 403.
 Sampaio (Teodoro) 275, 384, 396, 404.
 Sampay (A. E.) 72.
 Sanmartin (Olinto) 79.
 Santa Cruz (Antenor) 360.
 Santos (Agapito) 276.
 Santos (Felicio dos) 396.
 Santos (Getúlio dos) 275.
 Santos (José Maria dos) 223, 311, 413-5.
 Santos (Noronha) 228-9.
 Santos (Paulo) 406.
 Santos (Urbano dos) 283, 310.
 Santos Filho (Cor.) 77.
 Saraiva (Aparicio) 78, 118.
 Saraiva (Gumerindo) 76-0, 80-1, 95-8, 107-8, 118.
 Saraiva (José Antonio) 36, 38.
 Saramenha (Barão de) 16.
 Savaget (Claudio do Amaral) 148, 140-3.

- Seabra (J. J.) 66, 73, 93, 145-6, 166, 186, 212, 269, 275-6, 303, 305, 306, 310-1, 318, 321-2.
- Seidl (Carlos) 301.
- Sena (Caio Nelson de) 233.
- Sena (Ernesto) 84.
- Sena (Nelson de) 226.
- Serpa (Phocion) 217.
- Serrano (Jonatas) 57, 380, 413.
- Serro Azul (Barão de) 97, 110.
- Serro Largo (Barão de) 120.
- Setubal (Paulo) 394, 394.
- Severiano (Henrique) 156.
- Severo (Ricardo) 405.
- Schombrugg 193-4.
- Schroder 237.
- Siciliano (Alexandre) 237.
- Silva (Alberto) 396.
- Silva (Alexandrino José da) 212.
- Silva) Antão Corrêa da) 101.
- Silva (Ciro) 77, 161, 190, 234.
- Silva (Faustino da) 362.
- Silva (Gastão Pereira da) 45.
- Silva (Joaquim Caetano da) 182-3.
- Silva (José Gonçalves da) 58.
- Silva (Lafaiete) 389.
- Silva (Moriêra da) 47.
- Silva (Pereira da) 382, 394.
- Silva (Oscar Pereira da) 407.
- Silva (Presciliano) 408.
- Silva (Rosa e) 190, 270, 269, 285.
- Silva (A. C. de Sousa e) 89, 101-2.
- Silva (Xavier da) 59.
- Silveira (Alvaro da) 408.
- Silveira (Olimpio da) 148, 208, 211, 220.
- Silveira (Silvio) 350.
- Silveira (Xavier da) 45.
- Silveira Neto 382.
- Simões Filho (Ernesto) 305-6, 342, 347.
- Simonsen (Roberto) 395.
- Soares (Gerson de Macedo) 325.
- Soares (H. Duque Estrada de M.) 185, 150-3, 157-8.
- Soares (Ivo) 154.
- Soares (José Carlos de Macedo)) 324, 326, 328, 396.
- Soares (Raul) 303, 307, 310.
- Soares (Teixeira) 403.
- Soares (Vital) 342.
- Sobreira (P. Azarias) 155.
- Socrates (Eduardo) 325, 328.
- Sodré (Alcindo) 306.
- Sodré (Emanuel) 220.
- Sodre (Feliciano) 284, 318.
- Sodré (Lauro) 13, 18, 23, 49, 112, 169, 219, 220, 222, 224, 275.
- Sodré (Moniz) 398.
- Souza (Cruz e) 381.
- Sousa (Elói de) 232.
- Sousa (Eusebio de) 270, 279.
- Sousa (Gomes de) 403.
- Sousa (Ingles de) 382.
- Sousa (João Francisco Pereira de) 69, 120, 329.
- Sousa (José Pedro Galvão de) 399.
- Sousa (José Marcelino de)
- Sousa (Maria Mercedes Lopes de) 169, 233-4, 245.
- Sousa (Paulino de) 15.
- Sousa (Otávio Tarquínio de) 394.
- Sousa (Soriano de) 47.
- Sousa (Teixeira de) 380.
- Sousa (Vicente de) 219.
- Sousa (Washington Luis Pereira de) 273, 323, 327, 336-7, 339, 341 363-4, 368, 393.
- Sousa Filho 246-7.
- Souo (Vieira) 248.
- Spinola (Celso) 160.
- Spiegel (H. William) 327, 369, 372-3.
- Stendhal 388.
- Stevenson (Oscar) 335.
- Susupira (Tristão) 150.
- Surface (G. T.) 372.
- Swift 388.

T

- Tagore (R.) 230.
- Tamandaré (Alm.) 61.
- Tamboiro (Salvador) 120.
- Tamarindo (Pedro Nunes) 186-7, 139.
- Tamm (Paulo) 255.
- Taunay (Afonso d'E.) 227, 237, 270, 393-4.
- Taunay (Visconde de) 14, 33-5, 37, 43, 62, 74, 383, 386, 394, 396-7.
- Tapajós (Estelita) 411.
- Tavora (Fernandes) 277.
- Tavora (Franklin) 278, 388.
- Tavora (Joaquim) 324, 327.
- Tavora (Junrez) 322-4, 329, 331-2, 338, 350-4, 358-9, 365.
- Tavares (Mendes) 322.
- Tavares (Francisco da Silva) 21, 93, 123.
- Tavares (Joca) 68-9, 70-1, 119, 123.
- Teixeira (Anísio) 410.
- Teles (João) 76.

Teles (Pantaleão) 345.
 Teles (Rolim) 345.
 Teles (Silva) 110, 148, 150, 152.
 Teófilo (Rodolfo) 277, 400.
 Tibiriçá (Jorge) 45, 118, 224, 286.
 Tinoco (Godofredo N.) 350, 352.
 Tigre (Juca) 118.
 Toledo (Pedro de) 278-4.
 Tompson (Artur) 89.
 Tootal 172.
 Torelly (Pio) 94.
 Torres (Alberto) 28, 367, 412.
 Torres (Antonio) 382.
 Torres (Ari) 404.
 Torres (Gentil) 307.
 Torres (João Camillo de Oliveira) 27, 411.
 Torres (Ten. Rodrigues) 181.
 Torres (Otávio) 400.
 Travassos (Renato) 385.
 Travassos (Silvestre) 220-3, 300.
 Trovão (Lopes) 389.
 Trucco (Luís) 202.
 Turin (João) 409.

U

Ulh 180.
 Unamuno (Miguel de) 413.
 Uruguai (Visconde de) 413.

V

Valadão (Alfredo) 396.
 Valadão (Haroldo) 399.
 Valadares (José) 396.
 Vale (Antonio) 408.
 Vale (Eurico) 359.
 Valença (Alberto) 408.
 Vamprê (Spencer) 398.
 Vandenkolk (Alm.) 10, 18, 24, 30, 44, 49, 66, 80-2.
 Varela (Alfredo) 220.
 Varela (João) 224.
 Vargas (Getúlio) 338-9, 340-2, 344, 346, 349, 353, 356, 365.
 Vargas (Gen. Nascimento) 69, 118.
 Varzea (Virgílio) 89.
 Vasconcelos (Alvaro de) 94.
 Vasconcelos (Carlos Carneiro Leão de) 205.
 Vasconcelos (Meira) 15.
 Vasconcelos (Salomão de) 394.
 Vasques (Gen.) 68-9, 70.
 Vecchio (Del) 405.
 Valarde (Hernán) 240.

Velasco (Perez) 201, 204.
 Velho (Pedro) 232.
 Veloso (Artur Versiani) 411.
 Veloso (José de Sousa) 165.
 Veloso (H. Leão) 409.
 Verissimo (Inácio José) 14.
 Verissimo (José) 01, 385-8, 392.
 Veloso (Leão) 388.
 Varnhagen 391.
 Viana (Aurélio) 271, 273,
 Viana (Ferreira) 188.
 Viana (Francisco Vicente) 375.
 Viana (Ferreira) 25, 188.
 Viana (Luís) 58, 64, 142, 145, 149, 169, 174, 269.
 Viana (Melo) 336, 338, 344, 347.
 Viana (Oliveira) 357, 367, 399.
 Viana (Vitor) 367, 411.
 Viana (Urbino) 394.
 Viana Filho (Luiz) 91, 195-6, 249.
 Vilares (Decio) 407.
 Vidal (Ademar) 347-8, 350-1, 359.
 Vitor (Nestor) 381, 382, 413-4.
 Vitor Emanuel III 195.
 Vieira (Antonio) 304, 389.
 Vieira (Severino) 169.
 Vilaboim (Manuel Pedro) 272, 278, 343.
 Vilalba (Epaminondas) 72, 120.
 Villar (Petion de) 382.
 Villanova 155.
 Vinhais (José Augusto) 51.
 Visconti (E.) 407.
 Viveiros (Jeronimo) 371.

W

Wanderlei (Lavenère) 353, 359.
 Waring 404.
 Washington (G.) 23.
 Werneck (Santos) 37.
 Wilson (W.) 304.
 Withtridge 204.

X

Xavier (Braulio) 273, 300.

Y

Youd 194.

Z

Zama (Cesar) 58, 157, 159.
 Zeballos (Estanisláo) 170, 180, 241, 252-3.